O OUTRO LADO DO CALVINISMO

Laurence M. Vance

Comunicado

O endereço do site Biblioteca Cristã

mudou temporariamente para

www.ebooksgospel.com.br

Laurence M. Vance

O Outro Lado Do Calvinismo

www.arminianismo.com

PREFÁCIO

As especulações filosóficas do Calvinismo, embora tenham sido debatidas por centenas de anos, vêm se disfarçando de sã doutrina bíblica por muito tempo. As implicações teológicas resultantes, sob o pretexto da ortodoxia, têm sido a influência dominante em todos os aspectos da teologia. Elas têm sido aceitas como oficiais, mas somente em detrimento das Escrituras. O tema Calvinismo tem também sido ferozmente debatido desde a época da Reforma mais do que qualquer outro assunto. Ao contrário do batismo, que foi o principal objeto de discórdia entre os batistas e outros grupos, a amarga controvérsia sobre o Calvinismo tem infectado todas as várias denominações em todas as épocas. Esta influência é parte do outro lado do calvinismo.

Então porque mais uma obra sobre o Calvinismo? Ainda que exista muito material sobre o assunto, a esmagadora maioria é do ponto de vista reformado, que é inerentemente calvinista. A contribuição batista para o debate vem principalmente dos grupos calvinistas. Isto deixa um vazio definido quando se trata de um tratamento balanceado da questão. O resultado é uma apresentação desproporcional e intimidadora de um lado que é então equacionado com a ortodoxia. Então, principalmente por causa do absoluto volume de aparato de apoio apenas, o Calvinismo tem se estabelecido na teologia. Este é um outro aspecto do outro lado do Calvinismo.

O fluxo de livros atualmente disponível em defesa do Calvinismo parece ser sem fim. E, embora foi declarado há um século por um teólogo calvinista que "muito mais tem sido publicado" em oposição do que em defesa do Calvinismo,**[1]** tal não é certamente o caso agora. Considerando o material publicado em oposição ao sistema calvinista, se em todo ou em parte, três tipos podem ser distinguidos. A maioria da literatura disponível consiste de pequenos folhetos que são inerentemente limitados em sua eficácia.**[2]** Há também alguns pequenos livros disponíveis de uma variedade de pontos de vista que fornecem algumas informações úteis.**[3]** Sobre o que poderiam ser denominados os principais livros contra o Calvinismo, há atualmente muito pouco.**[4]** Existe ainda a necessidade de uma obra definitiva que aborda e suficientemente responde a todas as especulações filosóficas e implicações teológicas do outro lado do Calvinismo.

Uma carência de obras contra o Calvinismo não é uma razão adequada para começar uma obra desta magnitude, a menos que haja uma importante causa subjacente. O evidente ponto determinante é a natureza tremendamente prejudicial do sistema calvinista. As doutrinas do Calvinismo, *se realmente acreditada e consistentemente praticada*, são danosas ao evangelismo, à salvação das almas, à oração, à pregação, e ao Cristianismo prático em geral. Isto é até involuntariamente admitido por um batista calvinista: "As doutrinas ensinadas na Bíblia relativas à soberania de Deus, referidas nos círculos religiosos como 'Calvinismo,' também como 'as doutrinas da graça,' são as

doutrinas da Bíblia que são a ocasião para muitas pessoas 'se asfixiarem' na Palavra. O mal uso e o abuso destas doutrinas irão enfraquecer e matar."**[5]** O Calvinismo é por essa razão a maior heresia "cristã" que já contaminou a Igreja. Sendo este o caso, a tese deste livro é que o Calvinismo não é somente a doutrina reformada, e por conseguinte algo que os batistas não deveriam estar envolvidos, mas que é uma doutrina *errada*. Mas por causa de sua natureza controversa, existe uma tremenda ignorância da real natureza do Calvinismo. Algumas escolas consideram o assunto tão controverso que elas até proíbem a discussão do assunto.**[6]** A longa e diversa influência do Calvinismo em todas as áreas da teologia exige esta análise do outro lado do Calvinismo.

Por causa de sua tese fundamental, este livro não foi escrito sob uma perspectiva neutra. Assim como todo livro escrito por um calvinista. Um dos autores calvinistas mais populares, Loraine Boettner, em seu livro sobre o Calvinismo, inicia assim: "O propósito deste livro é mostrar que o Calvinismo é, sem sombra de dúvida, o ensinamento da Bíblia e da razão."**[7]** Deixe-me inequivocadamente afirmar que o propósito *deste* livro é mostrar que o Calvinismo, sem sombra de dúvida, *não* é o ensinamento da Bíblia *nem* da razão. Um calvinista audazmente proclama: "A perspectiva da qual eu tenho escrito é decididamente calvinista. Isso não é uma apologia. É um alerta. Eu quero que o leitor saiba desde o começo o que eu espero concluir. Eu escrevi de forma metódica."**[8]** Mas se os calvinistas podem escrever com o expresso propósito de defender seus pontos de vista, então é razoável que seus críticos possam dispor deste mesmo privilégio também. Um outro calvinista diz: "É nossa esperança que o material contido nesta pesquisa venha ajudar a promover a difusão do Calvinismo e que muitos sejam levados a compreender, acreditar, e propagar este sistema de doutrina bíblico."**[9]** Mas, ao contrário, é minha esperança que o material contido nesta pesquisa venha ajudar a *prevenir* a difusão do Calvinismo e que muitos sejam levados a entender, *não* acreditar, e *cessar* de propagar este sistema de doutrina *anti*-bíblico. Ainda um outro calvinista afirma que seu livro foi "escrito na esperança de que muito do abuso que é lançado contra o sistema de teologia calvinista seja removido."**[10]** Mas, novamente, este livro foi escrito na esperança de que muito do abuso que é lançado contra o sistema de teologia calvinista seja *mantido*. E finalmente, um outro calvinista declara: "O propósito desta monografia não é atacar homens pessoalmente. Antes, é proteger a igreja das doutrinas heréticas dos ensinos anti-calvinistas."**[11]** Da mesma forma, o propósito desta monografia não é atacar homens pessoalmente. Antes, é proteger a igreja das doutrinas heréticas dos ensinos calvinistas. Assim, embora um calvinista mantenha que "a negação do Calvinismo é um erro muito grave,"**[12]** será mantido por todo esta obra que a *aceitação* do Calvinismo é um erro muito grave. Esta perspectiva é necessária a fim de apresentar o outro lado do Calvinismo.

A primeira e única fonte, assim como a autoridade final para tudo dito nesta obra, é obviamente a Bíblia Sagrada. Não somente a Bíblia será usada para responder as especulações filosóficas e implicações teológicas do Calvinismo,

mas será acreditada do jeito que foi escrita. E como elas formam uma parte tão intrínseca do livro, a maioria das citações escriturísticas será dada por completo. Como esta obra é uma defesa bíblica, a ênfase recairá sobre o que a Bíblia na verdade diz, e não sobre o que tem sido comumente interpretado que Ela ensina. "A palavra de Deus não está presa" (2Ti 2.9) pelas opiniões dos Pais da Igreja, comentaristas, acadêmicos, credos, confissões, ou qualquer opinião de quem quer que seja ou algum sistema de interpretação. Como apenas a Escritura é infalível, ela é totalmente capaz de corrigir ambos, escritor e leitor, assim como as especulações filosóficas e as implicações teológicas do outro lado do Calvinismo.

A estrutura do livro é bem direta e está naturalmente dividida em duas partes: um exame histórico e uma análise bíblica. A origem, desenvolvimento, e alegações do Calvinismo, assim como seu homônimo e principal antagonista, serão investigados à luz da história. Uma vez que essa base essencial seja colocada, as reais doutrinas do Calvinismo serão examinadas, ambas doutrinária e teologicamente, e analisadas à luz das Escrituras comparando Escritura com Escritura. Por causa deste formato lógico, uma disparidade no conteúdo existirá entre as duas partes assim como os capítulos individuais. Mas este é um mal necessário a fim de preservar a unidade de cada assunto e trazer à tona o mal ainda maior contido no outro lado do Calvinismo.

O formato do livro é exatamente como os calvinistas têm desejado. Um calvinista diz: "É hora de abrirmos os nossos corações e mentes para uma honesta avaliação de Calvino e do Calvinismo."**[13]** Exatamente. E o único jeito de fazer uma honesta avaliação de Calvino e do Calvinismo é, pelas palavras de um outro calvinista, "deixe o Calvinismo falar por si mesmo."**[14]** Por isso, a reunião das declarações de não-calvinistas contra o Calvinismo como prova de que o Calvinismo é falso não será encontrada neste livro. A fim de deixar o Calvinismo falar por si mesmo, o procedimento a ser seguido será simples, o mesmo empregado pelos próprios calvinistas. Justamente como um calvinista diz que ele tem citado seus oponentes "de forma completa para que não haja confusão sobre o que eles acreditam,"**[15]** assim os próprios calvinistas serão extensiva e ecleticamente citados para que não haja nenhuma confusão sobre o que eles acreditam. Isto é tanto para prevenir o clamor de má representação quanto para demonstrar as numerosas contradições que existem entre os próprios calvinistas. Tudo que pode ser possivelmente danoso ao Calvinismo será documentado de fontes calvinistas ou neutras. Todas as citações, incluindo o uso de negrito, itálico e maiúsculas, assim como a ortografia, gramática, e pontuação, aparecerão exatamente como na fonte original. A bibliografia é limitada às obras citadas ou mencionadas e não inclui todas as obras consultadas neste exame do outro lado do Calvinismo.

Leitores da primeira edição deste livro (originalmente publicado em 1991) notarão que o mesmo formato e estrutura básicos foram mantidos. Todavia, esta é onde a similaridade entre os dois livros termina. Embora suas

teses básicas sejam as mesmas, esta edição é um trabalho inteiramente novo. Não somente as deficiências da primeira edição foram corrigidas e algum material omitido, mas muito novo material foi adicionado. Além da obra original ter sido completamente reescrita, a seção histórica foi enormemente expandida com uma ênfase maior nas fontes primárias. A recepção da primeira edição pelos calvinistas foi esperada e predita no epílogo daquela obra. E visto que a literatura sustentando o Calvinismo não cessou repentinamente com a publicação da primeira edição desta obra, foi julgado necessário aumentar significativamente esta defesa bíblica contra as especulações filosóficas e implicações teológicas do Calvinismo: o outro lado do Calvinismo.

---

[1] William Cunningham, *The Reformers and the Theology of the Reformation* (Edinburgh: The Banner of Truth Trust, 1967), p. 313.

[2] Robert L. Summer, *An Examination of Tulip* (Brownburg: Biblical Evangelism, 1972); Peter S. Ruckman, *Hyper-Calvinism* (Pensacola: Bible Baptist Bookstore, 1984); John R. Rice, *Hyper-Calvinism: a False Doctrine* (Murfreesboro: Sword of the Lord Publishers, 1970); Curtis Hutson, *Why I Disagree With All Five Points of Calvinism* (Murfreesboro: Sword of the Lord Publishers, 1980); James Moffat, *Predestination* (Lancaster: Charles W. Duty & Sons, n.d.); Donald A. Waite, *Calvin's Error of Limited Atonement* (Collingswood: The Bible For Today, 1978); Alger Fitch, *Pick The Brighter Tulip* (Joplin: College Press Publishing Co., 1993); L. S. Ballard, Election Made Plain, 2ª ed. (n.p., n.d.).

[3] J. R. Alexander, *The Tulip Doctrine* (Texarkana: Bogard Press, 1992); John R. Rice*, Predestined for Hell? NO!* (Murfreesboro: Sword of the Lord Baptist Bookstore, 1997); George L. Bryson, *The Five Points Of Calvinism* (Costa Mesa: The Word for Today, 1996); O. Gleen McKinley, *Where Two Creeds Meet* (Kansas City: Beacon Hill Press, 1959); Max Younce, *Not Chosen to Salvation* (Madison: by the author, n.d.); James Wilkins, *Foreknowledge, Election, Predestination in the Light of Soul-Winning* (Mansfield: New Testament Ministries, 1985); Andrew Telford*, Subjects of Sovereignty* (Boca Raton: pelo autor, 1948); Robert P. Lightner, *The Death Christ Died* (Des Plains: Regular Baptist Press, 1967); Cornelius R. Stam, *Divine Election and Human Responsibility* (Chicago: Berean Bible Society, 1994).

[4] Archer C. Wilcox, *Messianic Credentials of Jesus the Christ* (Burlington: Crown Publications, 1986); Samuel Fisk, *Divine Sovereignty and Human Freedom* (Neptune: Loizeaux Brothers, 1973); Samuel Fisk, *Calvinistic Paths Retraced* (Murfreesboro: Biblical Evangelism Press, 1985); Clark H. Pinnock, ed., *The Grace of God, The Will of Man* (Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1989); Clark H. Pinnock, ed., *Grace Unlimited* (Minneapolis: Bethany House Publishers, 1975); Kent Kelly, *Inside the Tulip Controversy* (Southern Pines: Calvary Press, 1986); Robert L. Shank, *Elect in the Son* (Springfield: Westcott Publishers, 1970); Robert L. Shank, *Life in the Son*, 2nd ed. (Springfield: Westcott Publishers, 1961); Roger T. Forster and V. Paul Marston,

God's Strategy in Human History (Wheaton: Tyndale House Publishers, 1974); William W. Klein, *The New Chosen People* (Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1990).
[5] Bob L. Ross, *The Killing Effects of Calvinism* (Pasadena: Pilgrim Publications, n.d.), p.1.
[6] Ohio Baptist College, 1992-1994 Catalog, p. 8; Norris Bible Baptist Institute, Catálogo 1985-1986, p. 33.
[7] Loraine Boettner, *The Reformed Doctrine of Predestination* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1932), p. 1.
[8] C. Samuel Storms, *Chosen for Life* (Grand Rapids: Baker Book House, 1987), p. 11.
[9] David N. Steele e Curtis C. Thomas, *The Five Points of Calvinism* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1963), p. 10.
[10] W. J. Seaton, *The Five Points of Calvinism* (Edinburgh: The Banner of Truth Trust, 1970), p. 5.
[11] Kenneth G. Talbot e W. Gary Crampton, *Calvinism, Hyper-Calvinism and Arminianism* (Edmonton: Still Waters Revival Books, 1990), p. 5.
[12] John H. Gerstner, *Wrongly Dividing the Word of Truth* (Brentwood: Wolgemuth & Hyatt, Publishers, 1991) p. 107.
[13] Bastian Kruithof, *The High Points of Calvinism* (Grand Rapids: Baker Book House, 1949), p. vii.
[14] David J. Engelsma, *A Defense of Calvinism as the Gospel* (South Holland: The Evangelism Committee, Protestant Reformed Chuch, n.d.), p. 18.
[15] Storms, *Chosen for Life*, p. 22.

Capítulo 1
INTRODUÇÃO AO CALVINISMO

As doutrinas conhecidas como Calvinismo devem seu nome ao reformador francês João Calvino (1509-1564), embora chamadas por outros nomes antes que ele a expôs. De um modo geral, e como reconhecido pelos próprios calvinistas, há dois modos em que o termo *Calvinismo* tem sido usado: em um sentido teológico e um sentido não-teológico. O termo em si começou a ser usado em um sentido quase-teológico durante a existência de Calvino – como ele mesmo admitiu.**[1]** Em seu sentido teológico presente e histórico, o Calvinismo é obviamente associado com a doutrina da predestinação. Como Boettner diz: "Nas mentes da maioria das pessoas a doutrina da Predestinação e o Calvinismo são praticamente termos sinônimos."**[2]** Outros usos do termo, que incluem designações históricas, denominacionais, filosóficas, e políticas, serão exploradas mais para frente.**[3]** A menos que de outra forma declarado, qualquer referência ao Calvinismo será tomada em seu estrito sentido teológico. Mas, apesar do fato de que o termo *Calvinismo* estar sendo usado por centenas

de anos, alguns calvinistas preferem prescindir dele. O teólogo Robert Dabney (1820-1898) afirmou que "os presbiterianos se importam muito pouco com o nome Calvinismo."**[4]** Mais recentemente, David Engelsma insiste que "o termo, 'Calvinismo,' não é o nome pelo qual nós, calvinistas, preferimos ter nossa fé chamada; nem preferimos ser chamados 'calvinistas.'"**[5]** Há várias razões porque alguns calvinistas se envergonham do termo. O primeiro, e mais óbvio, é porque ele "deixa a impressão de que estamos seguindo um homem."**[6]** Segundo, como W. J. Seaton sustenta: "Dificilmente existe outra palavra que suscita tanta suspeita, desconfiança, e até animosidade entre cristãos professos do que a palavra Calvinismo."**[7]** E finalmente, Boettner nos informa que "talvez nenhum outro sistema de pensamento tem sido tão rude e gravemente e às vezes deliberadamente deturpado do que o Calvinismo."**[8]** Todavia, por causa do termo *Calvinismo* ser tão vastamente aceito, e porque os próprios calvinistas reconhecem que *Calvinismo* e calvinista*s* são "termos úteis,"**[9]** a designação será usada por toda esta obra. Quando um calvinista ambiciona desviar a atenção do nome de Calvino, ele normalmente usa a frase "Doutrinas da Graça" para descrever seu sistema.**[10]** Mas se o Calvinismo é a doutrina da graça encontrada na Bíblia, então isto implica que, se você discorda do Calvinismo, então você está negando a salvação pela graça. Esta implicação teológica pode ser encontrada nos escritos de todos os que aderem ao sistema calvinista. E isto é apenas o começo do outro lado do Calvinismo.

---

[1] Alister E. McGrath, *The Intellectual Origins of the European Reformation* (Grand Rapids: Baker, 1987), p. 6.
[2] Boettner, Predestination, p. 7.
[3] Benjamin B. Warfield, *Calvin and Augustine*, ed. Samuel G. Craig (Philadelphia: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1956), p. 287; Abraham Kuyper, Lectures on Calvinism (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1931), pp. 13-15.
[4] Robert L. Dabney, *The Five Points of Calvinism* (Harrisonburg: Sprinkle Publications, 1992), p. 6.
[5] Engelsma, Defense of Calvinism, p. 3.
[6] Ibid., p. 3.
[7] Seaton, p. 5.
[8] Boettner, Predestination, p. 340.
[9] Engelsma, Defense of Calvinism, p. 3.
[10] Seaton, p. 22; Engelsma, Defense of Calvinism, p. 3; D. James Kennedy, citado em Talbot e Crampton, p. iv; Thomas R. Schreiner e Bruce A. Ware, Introdução a Thomas R. Schreiner e Bruce A. Ware, eds., *The Grace of God, the Bondage of the Will* (Grand Rapids: Baker Books, 1995), p. 14.

Calvinismo

O que exatamente é o Calvinismo? Como os calvinistas definem o Calvinismo? Para começar, o Calvinismo é brilhantemente descrito em termos vagos:

O Calvinismo é Religião no máximo de sua concepção. O Calvinismo é evangelicalismo na sua mais pura e unicamente estável expressão.**[1]**

O pensamento central do Calvinismo é, por isso, o maior pensamento de Deus.**[2]**

A Teologia calvinista é o maior tema que já exercitou a mente do homem.**[3]**

O Calvinismo, dessa forma, surge às nossas vistas como nada mais nada menos do que a esperança do mundo.**[4]**

Estas caracterizações vislumbrantes do Calvinismo são esperadas, visto que elas vêm da boca dos próprios calvinistas. Entretanto, outros não poderiam discordar mais, e descrever o Calvinismo em outros termos:

O Calvinismo ou a crença na eleição, não é simplesmente blasfêmia, mas é a superfetação da blasfêmia.**[5]**

A doutrina que um Deus infinito fez milhões de pessoas, sabendo que elas seriam condenadas.**[6]**

O Calvinismo é, em muitos aspectos, um sistema filosófico humano. É um elemento que constantemente causa discórdia na igreja.**[7]**

O Calvinismo não é acidentalmente mas essencialmente imoral, visto que faz a distinção entre o certo e o errado uma questão de decreto positivo, e através disso faz ser possível afirmar que o que é imoral do homem é moral para Deus, pois Ele está acima da moralidade.**[8]**

Naturalmente, em resposta a isto, o calvinista responderia que "nenhum sistema teológico foi tão grosseiramente distorcido, do modo mais vil ou injustamente difamado do que o que é comumente chamado Calvinismo."**[9]**

Audaz, o calvinista a seguir equipara o Calvinismo ao Cristianismo bíblico:

O Calvinismo é um sistema de pura crença bíblica que se apóia firmemente na Palavra de Deus.**[10]**

Tem sido corretamente dito que o Calvinismo é puro Cristianismo bíblico em sua mais clara e pura expressão.**[11]**

O Calvinismo é uma tentativa de expressar toda a Bíblia e somente a Bíblia.**[12]**

O popular pregador e autor Presbiteriano D. James Kennedy nos conta porque ele é um calvinista: "Eu sou um calvinista precisamente porque eu amo a Bíblia e o Deus da Bíblia. As doutrinas do sistema teológico calvinista são as doutrinas da Bíblia. Quando você chegar a conhecer o que na verdade acreditamos, você pode achar que você é também um calvinista, ***especialmente*** se você amar o Senhor Jesus Cristo e desejar com todo o seu coração servi-lo."**[13]**

Mas se o Cristianismo bíblico é o Calvinismo, então qualquer outro sistema é necessariamente falso. E isto é precisamente o que o calvinista quer que todos acreditam. De acordo com um calvinista, o Calvinismo não é apenas *um* sistema baseado nas Escrituras Sagradas - é o *único* sistema baseado nas Escrituras Sagradas:

Cremos que o sistema calvinista seja a única exposição nas Escrituras e vindicado pela razão.**[14]**

O Calvinismo é o único sistema que é verdadeiro à Palavra de Deus.**[15]**

É questionável se uma teologia dogmática que não seja calvinista seja verdadeiramente cristã.**[16]**

O calvinista chega ao ponto de insinuar que qualquer coisa diferente de sua posição leva à heresia ou a algo pior. Kenneth Talbot e W. Gary Crampton nos previne que "qualquer comprometimento do Calvinismo é um passo em direção ao humanismo."**[17]** Boettner não pára no humanismo: "Não há nenhuma parada consistente entre o Calvinismo e o ateísmo."**[18]** Por isso, ele insiste que "o futuro do Cristianismo está amarrado a este sistema de teologia historicamente chamado Calvinismo."**[19]** Mas o fato dos calvinistas equipararem sua doutrina àquela contida nas Escrituras em si mesmo não significa nada, pois todo grupo ou seita que carrega o nome de Cristo faz a mesma profissão.

O que necessitamos é que os calvinistas sejam mais específicos. O que *realmente* é o Calvinismo? Novamente, vamos escutar dos próprios calvinistas:

O Calvinismo é somente um exposição completa e um desenvolvimento da soma e substância do que é representado nas Escrituras como feito para a salvação dos pecadores pelas três pessoas da Divindade.**[20]**

O que o Calvinismo particularmente afirma é o supernaturalismo da salvação, como a imediata obra de Deus Espírito Santo na alma, pela virtude da qual somos feitos novas criaturas em Cristo nosso Redentor, e formados filhos de Deus Pai.**[21]**

O Calvinismo, neste seu aspecto soteriológico, é apenas a percepção e expressão e defesa da absoluta dependência da alma da livre graça de Deus para salvação.**[22]**

Todos esses homens estão dizendo basicamente a mesma coisa: o Calvinismo deve ser equiparado ao sistema e doutrina de salvação encontrada na Bíblia.

Alguns calvinistas, entretanto, reduzem estas explicações soteriológicas ainda mais e identificam o Calvinismo com o próprio Evangelho:

O Calvinismo é o Evangelho e ensinar o Calvinismo é de fato pregar o Evangelho.**[23]**

O Calvinismo é o Evangelho. Suas excelentes doutrinas são simplesmente as verdades que compõem o Evangelho.**[24]**

Até o batista Charles Spurgeon (1834-1892) declarou: "É um apelido chamá-lo Calvinismo; o Calvinismo é o Evangelho, e nada mais."**[25]** Se o Calvinismo é o Evangelho, então ele deve se alinhar com o Evangelho como apresentado na Bíblia. Por isso, seria pertinente comparar o Evangelho de Paulo apóstolo com o evangelho de João Calvino:

Ora, eu vos lembro, irmãos, o evangelho que já vos anunciei; o qual também recebestes, e no qual perseverais, pelo qual também sois salvos, se é que o conservais tal como vo-lo anunciei; se não é que crestes em vão. Porque primeiramente vos entreguei o que também recebi: que Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras; que foi sepultado; que foi ressuscitado ao terceiro dia, segundo as Escrituras (1Co 15.1-4).

Chamamos predestinação ao eterno decreto de Deus pelo qual Ele determinou consigo mesmo aquilo que Ele quis que ocorresse a cada homem. Porque não fomos criados em condições iguais; certamente, a vida eterna é preordenada para alguns, e a perdição eterna para outros. Portanto, como todos foram criados para um ou outro destes fins, falamos deles como predestinados para a vida ou para a morte.**[26]**

O Evangelho bíblico é as boas novas sobre o que Jesus Cristo tem feito na cruz com respeito aos nossos pecados. O evangelho do Calvinismo é, de forma semelhante, as boas novas – mas somente se você for um dos "eleitos." Isto é confirmado por Engelsma: "O Calvinismo é boas novas! É o Evangelho,

belas notícias! Como a mensagem da graça, ele nos conforta e todos aqueles que, pela graça do Espírito, acreditam em Cristo."**[27]** Para o não-eleito o Calvinismo não é boas novas de jeito nenhum - é uma eterna sentença de morte.

---

[1] Warfield, Calvin, p. 497.
[2] H. Henry Meeter, *The Basic Ideas of Calvinism*, 6a. ed. (Grand Rapids: Baker, 1990), p. 17.
[3] Boettner, Predestination, p. 335.
[4] Warfield, Calvin, p. 507.
[5] Samuel Taylor Coleridge, citado em Eugene E. Brussell, ed., *Webster's New World Dictionary of Quotable Definitions*, 2ª ed. (Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1988), p. 66.
[6] Robert G. Ingersoll, citado em Brussell, p. 66.
[7] Kent Kelly, p. 8.
[8] Andrey Moore, citado em Alan P. F. Sell, *The Great Debate* (Grand Rapids: Baker Book House, 1982), p. 21.
[9] Samuel Miller, Ensaio Introdutório a Thomas Scott, *The Articles of the Synod of Dort* (Harrisonburg: Sprinkle Publications, 1993), p. 63.
[10] Seaton, pp. 17-18.
[11] Leonard J. Coppes, *Are Five Points Enough? The Ten Points of Calvinism* (Denver: pelo autor, 1980), p. xi.
[12] Edwin H. Palmer, *The Five Points of Calvinism*, ed. amp. (Grand Rapids: Baker Book House, 1980), p. 5.
[13] D. James Kennedy, citado em Talbot e Crampton, p. iv.
[14] Boettner, Predestination, p. 352.
[15] Talbot e Crampton, p. 78.
[16] Arthur C. Custance, *The Sovereignty of Grace* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1979), p. 302.
[17] Talbot e Crampton, p. 3.
[18] Loraine Boettner, *The Reformed Faith* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1983), p. 2.
[19] Ibid.
[20] Cunningham, Reformers, p. 338.
[21] Warfield, Calvin, p. 506.
[22] Ibid, p. 499.
[23] Custance, p. 302.
[24] Engelsma, Defense of Calvinism, p. 4.
[25] Charles H. Spurgeon, *Spurgeon's Sovereign Grace Sermons* (Edmonton: Still Waters Revival Books, 1990), p. 129.
[26] João Calvino, *Institutes of the Christian Religion*, ed. John T. McNeil, trad. Ford Lewis Battles (Philadelphia: The Westminster Press, 1960), p. 926 (III.xxi.5).
[27] Engelsma, Defense of Calvinism, p. 18.

Calvinismo e Arminianismo

Para reforçar sua posição, e porque muitos cristãos podem ser céticos sobre sinceramente abraçar a alegação de que o Calvinismo é a única forma real de Cristianismo bíblico, os calvinistas insistem que há somente dois esquemas sustentáveis entre os reais cristãos: Calvinismo e Arminianismo. O termo *Arminianismo* é derivado do nome do teólogo holandês James Arminius (1560-1609) que estudaremos em detalhe no capítulo 4. Não somente Arminius não inventou o termo, ele certamente se retrairia ante o pensamento de como seu nome tem sido usado desde sua morte. O que veremos por toda esta obra é que o Arminianismo não é limitado às supostas doutrinas de Arminius, pois de acordo com os calvinistas, o Arminianismo é qualquer coisa contrária ao Calvinismo. E sempre é bom lembrar que esta arbitrária divisão de homens em calvinista ou arminiano é a força do sistema calvinista. Visto que a maioria das pessoas conhecem muito pouco sobre Arminius, e muitas das informações que eles conhecem vêm de um calvinista, elas hesitam a ser identificadas com ele. Por isso, se há somente dois pontos de vista: se você não é um calvinista, então você tem que ser um arminiano. Boettner nos informa: "Deve ser evidente que há apenas duas teorias que podem ser mantidas pelos cristãos evangélicos sobre este importante tema; que todos os homens que têm feito qualquer estudo dele, e que têm alcançado toda as conclusões estabelecidas sobre isto, **deve ser ou calvinistas ou arminianos**. Não há nenhuma outra posição que um cristão pode tomar."**[1]** O teólogo presbiteriano William Shedd (1820-1894) insiste que "somente estes dois esquemas gerais de doutrina cristã são logicamente possíveis" e que "no futuro, como foi no passado, todos os crentes evangélicos pertencerão ou a uma divisão dogmática ou a outra."**[2]**

Ainda não capaz de convencer os ardentes céticos de que o Calvinismo é o Cristianismo bíblico, o calvinista começa por fazer um contraste desdenhoso entre o Calvinismo e o Arminianismo:

O Calvinismo é a eterna verdade. O Arminianismo tem sempre sido uma mentira inveterada.**[3]**

É nítido que o Arminianismo é anti-Escritura, mas que o Calvinismo é completamente verdadeiro aos ensinos da Bíblia.**[4]**

As verdades bíblicas do Calvinismo nunca são tão claras como em oposição às idéias errôneas dos arminianos.**[5]**

E quais são as "idéias errôneas dos arminianos"? George Curtiss (1835-1898), um arminiano professo do último século, define sua doutrina como:

O Arminianismo ensina que Deus, em Jesus Cristo, fez provisão de forma geral para a salvação de todos aqueles que, pelo arrependimento em direção a Deus e fé em nosso Senhor Jesus Cristo, aceitam os termos, e todos os que dessa forma

aceitam são eternamente salvos. Todos os que rebelam contra Deus, e recusam aceitar Jesus nos termos da misericórdia ofertada, morrem sob a ira divina, e são eternamente perdidos.**[6]**

Mais isto não é bom o suficiente para um calvinista, pois agora "a salvação do homem depende da escolha de seu próprio livre-arbítrio."**[7]**

O calvinista, depois, tenta silenciar os céticos por uma série de sutis implicações e insinuações, juntas com evidente falsidade. De novo enfatizamos que arminiana é a designação dada pelos calvinistas a qualquer doutrina que não é calvinista. A maioria dessas assim rotuladas não são arminianas de forma alguma. Mas o que faz eles renunciarem o nome para o Calvinismo são declarações chocantes sobre o Arminianismo como estas:

O pensamento do Arminianismo é melhor entendido historicamente como um comprometimento do evangelho da Reforma com o tema humanístico da autonomia da consciência humana fluindo do ensino pagão antigo que tinha sido justamente redescoberto na Renascença.**[8]**

O último e maior monstro do homem pecador; o elixir do Anti-Cristianismo.**[9]**

Estas doutrinas são uma perversão da Verdade de Deus e o meio de salvação. Elas não têm nenhum fundamento bíblico.**[10]**

O Arminianismo é a própria essência do papismo.**[11]**

O Arminianismo é a praga da igreja e o flagelo da sã doutrina.**[12]**

O ARMINIANISMO é aquele erro rejeitado que se tornou a heresia mais insidiosamente desenvolvida a reinvindicar suporte bíblico.**[13]**

Então, para atacar o Arminianismo, ele é descrito como ritualista, efêmero, aristocrático, desfavorável à liberdade civil, estimulador de casta, e auspicioso para os ricos.**[14]** Quem ousaria declarar-se arminiano diante de declarações como estas? Assim, se há *somente* dois sistemas, então é aparente que a maioria dos homens que desejam parecer ortodoxos declararia ser calvinista.

Além destes contrastes com o Calvinismo e os ataques gerais contra o Arminianismo, os calvinistas, além disto, mal representam seus oponentes por uma outra forma de indução ao erro: culpa por associação. Este argumento vai além do que simplesmente designar seus oponentes como arminianos, pois uma vez que esta ligação é feita, os arminianos são classificados com tudo nesse mundo que é herético ou não é ortodoxo. N. S. McFetridge (1842-1886) associa o Arminianismo com as heresias do Arianismo, Socinianismo, e Unitarianismo.**[15]** Gordon Clark (1902-1986) coloca arminianos e católicos

romanos juntos, como se eles fossem sistemas cognatos.**[16]** George Whitefield (1714-1770) classifica os arminianos com os arianos, deístas, infiéis, e socinianos.**[17]** A associação mais injuriosa é aquela da antiga heresia do Pelagianismo. Duane Spencer (1920-1981) nos informa que "O Arminianismo nada mais é do que um refinamento do Pelagianismo,"**[18]** enquanto outros moderadamente somente emprega o termo "Semi-Pelagianismo" nos ataques contra o Arminianismo.**[19]** A significância do Pelagianismo para um estudo do Calvinismo e Arminianismo resta ser examinada no próximo capítulo.

O quarto pilar na tentativa dos calvinistas denegrirem o Arminianismo é a implicação que os arminianos acreditam na salvação pelas obras. Isto é estabelecido utilizando de uma completa gama de associações heréticas. Visto que há supostamente apenas dois grupos de cristãos: se você não é um calvinista, então você é um arminiano. Se você é um arminiano, então você está inserido em uma combinação de Socinianismo, Romanismo, e Unitarianismo, que por sua vez são baseados no Pelagianismo; por isso: você acredita na salvação pelas obras. Então, não estando ligado ao Calvinismo significa que você é o assunto das seguintes opiniões:

O Arminianismo ensina salvação principalmente pela graça, mas não totalmente pela graça.**[20]**

O Arminianismo é por necessidade *sinérgico*, em que compreende que a salvação é um esforço conjunto e mútuo entre ambos, Deus e o homem.**[21]**

Assim, a própria salvação dos "arminianos" é questionada:

A salvação como os arminianos descrevem é incerta, precária e duvidosa.**[22]**

Acredito que alguns arminianos talvez sejam cristãos nascidos de novo.**[23]**

Em nenhuma outra parte, a dicotomia calvinista/arminiano é mais pronunciada do que em referência à salvação:

Um faz a salvação depender da obra de Deus, o outro da obra do homem; um considera a fé como parte do dom de Deus da salvação, o outro como a própria contribuição do homem para a salvação; um dá toda a glória da salvação dos crentes a Deus, a outra divide o louvor entre Deus, quem, por assim dizer, construiu o mecanismo de salvação, e o homem, quem, crendo, operou este mecanismo.**[24]**

Há na realidade somente dois tipos de pensamento religioso. Há a religião da fé, e há a religião das obras. Cremos que o que tem sido conhecido na igreja cristã como Calvinismo é a personificação mais pura e mais consistente da religião da

Fé, enquanto o que tem sido conhecido como Arminianismo tem sido diluído a um grau perigoso pela religião das obras.**[25]**

O calvinista sustenta que somente no Calvinismo podemos encontrar o ensino da salvação pela graça:

O Calvinismo é a moldagem da alma inteiramente pela livre graça de Deus apenas, a quem somente pertence a salvação.**[26]**

A doutrina que homens são salvos somente através do amor e graça imerecidos de Deus encontra sua completa e honesta expressão somente nas doutrinas do Calvinismo.**[27]**

Por isso, não é o Calvinismo mas o Arminianismo que "se mostra como o evangelho de Cristo, mas na realidade é 'um outro evangelho.'"**[28]** Esta é uma alegação séria, pois como Paulo escreveu aos Gálatas: "Mas, ainda que nós mesmos ou um anjo do céu vos pregasse outro evangelho além do que já vos pregamos, seja anátema." (Gl 1.8). Manter que somente no Calvinismo pode o ensino da salvação pela graça ser encontrado é acusar qualquer um que não é calvinista de acreditar na salvação pelas obras. Esta acusação, por si mesma, é muitas vezes suficiente para fazer homens se tornarem calvinistas que de outra forma não admitiriam qualquer título.

Outra vez, nunca é demais lembrar que esta arbitrária divisão de homens entre calvinistas ou arminianos é a força do sistema calvinista. A esse respeito as armas do Calvinismo são a ignorância e a intimidação. Quando tudo contrário ao Calvinismo é rotulado Arminianismo, e o Arminianismo é apresentado da pior forma possível, não é de se admirar que tantos homens têm se declarados calvinistas. Muitos pensam que eles são calvinistas porque eles aderem à doutrina da segurança eterna. Outros que aceitam o termo são assim pois acreditam na salvação pela graça e na completa ruína do homem na queda. Muitos somente sabem que não são arminianos e tomam o nome de Calvino como padrão. Enquanto os calvinistas desprezam Arminius e o identificam com todo o mal possível, o nome de seu temido adversário deve ser persistentemente invocado. John Goodwin (1593-1665) disse com propriedade sobre os calvinistas:

A necessidade e força daqueles dogmas ou doutrinas, apelidados a*rminianos*, é tão imenso para o favorecimento e a promoção dos temas do Cristianismo, que mesmo aquelas pessoas que obtêm uma boa parte de sua subsistência no mundo por desprezá-los, e declamarem contra eles, mas não podem lucrar com sua profissão, não são capazes de continuar seu trabalho de pregar, com qualquer satisfação tolerável daqueles que os escutam, sem empregá-los e declará-los freqüentemente.**[29]**

É claramente evidente que sem o nome de Arminius para usar como um epíteto da condenação, os calvinistas teriam maiores problemas para convencer as pessoas a juntarem-se a eles.

---

[1] Boettner, Predestination, p. 333.
[2] William G. T. Shedd, *Calvinism: Pure and Mixed* (Edinburgh: The Banner of Truth Trust, 1986), p. 149.
[3] Robert C. Harbach, *Calvinism the Truth* (Grand Rapids: First Protestant Reformed Church, 1984), p. 3.
[4] Gordon H. Clark, *Predestination* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1987), p. 144.
[5] Palmer, p. 26.
[6] George L. Curtiss, *Arminianism in History* (Cincinnati: Cranston & Curts, 1894), p. 10.
[7] David J. Engelsma, *Hyper-Calvinism and the Call of the Gospel* (Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1980), p. 7.
[8] R. K. McGregor Wright, *No Place for Sovereignty* (Downers Grove: InterVarsity Press, 1996), p. 90.
[9] Alexander Leighton, citado em Christopher Ness, *An Antidote Against Arminianism* (Huntington: Paragon Printing Co., 1982), p. 2.
[10] William MacLean, *Arminianism: Another Gospel* (Pensacola: Chapel Library, 1976), p. 5.
[11] Ibid.
[12] Herman Hanko, *God's Everlasting Covenant of Grace* (Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1988), p. 16.
[13] Harbach, p. 3.
[14] N. S. McFetridge, *Calvinism in History* (Edmonton: Still Waters Revival Books, 1989), pp. 6-10.
[15] Ibid., p. 5.
[16] Clark, Predestination, p. 127.
[17] George Whitefield, *Letter to John Wesley on Electon* (Canton: Free Grace Publications, 1977), p. 15.
[18] Duane Edward Spencer, *TULIP: The Five Points of Calvinism in the Light of Scripture* (Grand Rapids: Baker Book House, 1979), p. 65.
[19] Grover E. Gunn, *The Doctrines of Grace* (Memphis: Footstool Publications, 1987), p. 3; Richard A. Muller, "Grace, Election, and Contingent Choice: Arminius's Gambit and the Reformed Response", em Schreiner e Ware, eds., *The Grace of God, the Bondage of the Will*, p. 277.
[20] Gunn, p. 3.
[21] Storms, Chosen for Life, p. 30.
[22] Clark, Predestination, p. 95.
[23] Palmer, p. 26.
[24] J. I. Packer, *Introductory Essay to John Owen's The Death of Death in the Death of Christ* (Pensacola: Chapel Library, n.d.), pp. 6-7.

[25] Boettner, Reformed Faith, p. 1.
[26] Warfield, Calvin, p. 500.
[27] Boettner, Predestination, p. 95.
[28] MacLean, p. 5.
[29] James Arminius, *The Works of James Arminius*, trad. James Nichols e William Nichols (Grand Rapids: Baker Book House, 1986), vol. 1, p. 1.

Calvinismo na História

Depois de abalar seus oponentes com os erros terríveis do Arminianismo; depois de fazê-los sentir culpados de não ser um calvinista; depois de associar seus detratores com grupos e doutrinas heréticos: o calvinista se vira para o argumento histórico. As táticas de engano são as mesmas, somente muda para a cena da história. Aqui o calvinista pode simplesmente omitir a informação que seja desfavorável ao Calvinismo e insiste que "o Calvinismo tem tido uma influência maior na história e instituições humanas mais do que qualquer outra teologia já formulada pela igreja."**[1]** Deliberadamente misturando os usos teológicos e não-teológicos supracitados do termo *Calvinismo*, e equiparando o Calvinismo ao Protestantismo bíblico, os calvinistas podem produzir alegações incríveis para seu sistema:

Somente o Calvinismo fornece as garantias necessárias para qualquer atividade genuinamente intelectual e científica.**[2]**

Apenas pergunte a si mesmo em que teria tornado a Europa e a América, se no século 16, a estrela do Calvinismo não tivesse sido subitamente levantada no horizonte da Europa Ocidental.**[3]**

Mas, porque os dois mais abusados sentidos do termo *Calvinismo* são relacionados à economia e à política, um estudo posterior destes dois assuntos será feito.

Se as declarações dos calvinistas relativas ao seu sistema são tomadas como valores nominais, é João Calvino e não Adam Smith (1723-1790) que deveria ser o pai da economia moderna.**[4]** Na esfera da economia tem sido afirmado sobre o Calvinismo:

Os países calvinistas se tornaram os países onde o sistema capitalista se desenvolveu.**[5]**

A 'ética do trabalho' protestante foi desenvolvida a partir dos ensinos de Calvino.**[6]**

O Calvinismo é o inimigo mais formidável que o socialismo e o comunismo enfrentam hoje.**[7]**

Por Calvino ter valorizado a propriedade privada, o capital, a prosperidade, o trabalho duro, e rejeitado as leis de usura medievais, alguma conexão é geralmente feita entre o Calvinismo e o capitalismo, usualmente centralizada na discussão da "tese" de Max Weber (1864-1920) em seu *livro The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*.**[8]** Sustentando tudo que é dito pelos calvinistas sobre o papel do Calvinismo na economia, há uma implicação sutil que uma rejeição do Calvinismo *em seu aspecto teológico* abre as portas para uma rejeição do capitalismo e do sistema de livre iniciativa. Mas como qualquer estudante de história econômica básica sabe, Calvino não era nenhum "capitalista laissez-faire," muitos defensores do livre mercado são ateus, e muitos calvinistas hoje são evidentes socialistas. Um exemplo é o Calvin College. Um livro escolar escrito pela faculdade e publicado pela instituição de ensino superior para uso em seus cursos de economia introdutória tem sido recentemente classificado por um calvinista como "um trato totalitário e socialista, escrito com fervor religioso por admiradores da escravidão e da Escuridão da Idade Média."**[9]** Demais para a dicotomia calvinista/capitalista.

O uso político do termo Calvinismo é ainda mais esticado. A liberdade civil e religiosa é dita depender do Calvinismo:

Há uma coisa que toda a história testifica, a saber, que o que o mundo chama Calvinismo é a única doutrina que produz liberdade civil e religiosa, religião pura e impoluta, independência e prosperidade nacional, enquanto todos os outros sistemas produzem superstição, materialismo e decadência nacional, apenas para terminar na ilegalidade, Bolchevismo e destruição.**[10]**

O teólogo reformado holandês e Primeiro-Ministro da Holanda, Abraham Kuyper (1837-1920), insistiu que "o Calvinismo tem capturado e garantido nossos direitos civis constitucionais."**[11]** Boettner alega que "na Inglaterra e América, os grandes esforços para a liberdade civil e religiosa foram nutridos pelo Calvinismo, inspirados pelo Calvinismo, e executados largamente por homens que eram calvinistas."**[12]** E, não sendo suficiente, com relação aos Estados Unidos em particular, é mantido que o Calvinismo é responsável pela Guerra Revolucionária e a Constituição.**[13]** As fundações religiosas deste país são bem conhecidas e não precisamos nos deter neste assunto. O que precisa ser apontado, entretanto, é que, ao confundir o Calvinismo em seus sentidos teológico e não-teológico, e equiparando o Calvinismo em seu aspecto teológico ao Protestantismo em geral, o Calvinismo pode se declarar responsável por toda e qualquer coisa boa que tenha acontecido na história. E embora os calvinistas são rápidos em destacar que uma das coisas importadas para este país da Inglaterra foi o Calvinismo, eles muitas vezes falham em mencionar que a praga da união Igreja e Estado, uma teocracia calvinista, foi também exportada para este país. Calvinistas honestos, entretanto, admitem que os calvinistas puritanos da Nova Inglaterra perseguiram dissidentes, os quacres, heréticos, e os batistas.**[14]** Então, mais uma vez é evidente que qualquer alegação feita em

favor do Calvinismo deveria ser rejeitada, a não ser que seja limitada ao uso estritamente teológico do termo.

Confinando o termo *Calvinismo* em seu sentido estritamente teológico, podemos agora examinar os argumentos históricos relevantes usados em sua defesa. Naturalmente, somos informados que por toda a história "o Arminianismo entre o Protestantismo esteve na minoria," e, de forma oposta, que "historicamente, a igreja cristã tem sido predominantemente calvinista."**[15]** Como era de esperar, o calvinista começa com a Bíblia: "o Calvinismo é meramente um apelido pelo qual os teólogos reformados se referem aos dogmas ensinados por toda a Escritura Sagrada."**[16]** Então, é uma simples questão de progredir através do tempo. O apóstolo Paulo era calvinista,**[17]** e assim era "a doutrina apostólica."**[18]** Deixando o período do Novo Testamento, somos então informados de que "os escritos do período patrístico revelam forte inclinação ao Calvinismo."**[19]** Avançando ainda mais na história, é declarado que "um número de calvinistas" durante a Idade Média "honraram a cena teológica."**[20]** Boettner se apressa em adicionar que "a grande maioria dos credos da Cristandade histórica" têm ensinado as doutrinas do Calvinismo.**[21]** E chegando mais perto da atualidade, Boettner declara: "Do tempo da Reforma até cerca de cem anos atrás, estas doutrinas foram corajosamente difundidas pela grande maioria dos ministros e professores nas igrejas protestantes."**[22]**

Com respeito a essa "grande maioria" dos homens calvinistas, os calvinistas tornam-se eloqüentes:

Entre os defensores do presente e do passado desta doutrina são encontrados alguns dos maiores e mais sábios homens do mundo.**[23]**

É inquestionável, de fato, que o Calvinismo, ou alguma modificação de seus princípios essenciais, é a forma de fé religiosa que tem sido professada no mundo moderno pelos mais inteligentes, mais éticos, mais habilidosos, e os mais livres da humanidade.**[24]**

Spencer nos notifica que "por toda a história muitos dos grandes evangelistas, missionários, e vigorosos teólogos aderiram às preciosas doutrinas da graça conhecidas como Calvinismo."**[25]** Do Calvinismo vem "os grandes teólogos e estudiosos."**[26]** R. C. Sproul sustenta que "os titãs da erudição cristã clássica" são calvinistas.**[27]** McFetridge acrescenta que "não há nenhum outro sistema de religião no mundo que tem um galeria tão gloriosa de mártires da fé."**[28]** Com certeza a maioria dos calvinistas irá fornecer uma longa lista de homens distintos que foram calvinistas (assim eles alegam) para provar que o Calvinismo deve ser verdadeiro.**[29]** De longe o homem mais citado como um calvinista é o famoso pregador batista Charles Spurgeon.**[30]** Todos os escritores calvinistas apreciam o Calvinismo de Spurgeon: os batistas, naturalmente, para convencer os batistas; e os pedobatistas, sabendo que eles

não conseguem atrair os batistas para a sua posição, para fazer a próxima melhor coisa – criar um batista reformado. O estudioso reformado dos mais citados, excetuando Calvino obviamente, é Loraine Boettner, o autor do livro *The Reformed Doctrine of Predestination*. Boettner, como Spurgeon, é considerado em alta estima por ambos, batistas e pedobatistas.**[31]**

A afeição que os calvinistas têm pela história americana já tem sido vista. Então, além das declarações gerais feitas acima, resta agora apresentar as alegações dos calvinistas referentes aos homens na história americana que eram calvinistas. Boettner começa por insistir que: "o Calvinismo veio para a América no Mayflower."**[32]** [**Nota**: Navio que trouxe os peregrinos para a América em 1620] O Calvinismo dos puritanos e peregrinos ingleses, reformados holandeses e alemães, huguenotes franceses, e escoceses-irlandeses é animadamente recontada pelos calvinistas como prova de que todos os cristãos americanos deveriam ser calvinistas.**[33]** Boettner relata o débito que a educação americana deve aos calvinistas: "Nossas três universidades americanas de maior importância histórica, Harvard, Yale, e Princeton, foram originalmente fundadas por calvinistas, como poderosas escolas calvinistas."**[34]** O Calvinismo de Jonathan Edwards (1703-1758) e George Whitefield e seu papel no First Great Awakening [**Nota**: movimento religioso entre os protestantes coloniais americanos, iniciado pelo pregador Jonathan Edwards, que procurou retornar às estritas raízes calvinistas dos peregrinos e reavivar o temor de Deus] não fica sem ser mencionado, e especialmente as disputas do último com John Wesley (1703-1791) sobre o Calvinismo.**[35]** E em contraste, o "Arminianismo" de Charles G. Finney (1792-1875), D. L. Moody (1837-1899), e Billy Sunday (1862-1935) é freqüentemente rebaixado.**[36]**

O teólogo presbiteriano Charles Hodge (1797-1878) admiravelmente acrescenta o argumento histórico:

Tal é o maior esquema de doutrina conhecido na história como o paulino, agostiniano, ou calvinista, ensinado, como nós cremos, nas Escrituras, desenvolvido por Agostinho, formalmente sancionado pela Igreja Latina, aderido pelas testemunhas da verdade durante a Idade Média, repudiado pela Igreja de Roma no Concílio de Trento, restaurado naquela Igreja pelos jansenistas, adotado por todos os reformadores, incorporado aos credos das Igrejas Protestantes da Suiça, do Palatinado, da França, Holanda, Inglaterra, e Escócia, e desvelado nos Padrões compostos pela Assembléia de Westminster, o representante comum dos presbiterianos na Europa e na America.**[37]**

O raciocínio dos calvinistas é simples: visto que a maioria dos grandes pregadores e teólogos, credos e confissões, e Pais da Igreja e reformadores protestantes foi calvinista – o Calvinismo deve ser verdadeiro. Agora, supondo por um momento que tudo isso seja verdade – que a maioria dos grandes pregadores e teólogos foi calvinista, que a maioria dos credos e confissões foi

calvinista, e que a maioria dos Pais da Igreja e reformadores protestantes foi calvinista – e indo até alem dos calvinistas e deixando que a esmagadora maioria destes homens e documentos foi calvinista: isso prova a verdade do Calvinismo? Sproul, apesar de usar o argumento histórico, reconhece que é possível que não: "Para dizer a verdade, é possível que Agostinho, Aquino, Lutero, Calvino e Edwards possam estar errados sobre o assunto... Uma vez mais, o fato de eles terem concordado não prova o caso a favor da predestinação. Eles poderiam estar errados. Mas esse fato atrai a nossa atenção."**[38]** Bem, poderia a maioria estar enganada? Certamente eles poderiam todos estar enganados! Como todo batista calvinista cederia: todos os homens supracitados estavam enganados sobre o batismo – eles batizavam bebês. Então não seria razoável imaginar que eles poderiam de modo correspondente estar enganados sobre a predestinação também? E como todo calvinista premilenista confessaria: todos os homens supracitados estavam enganados sobre o milênio – eles eram amilenista ou posmilenistas. Não seria razoável novamente imaginar que eles poderiam estar justamente enganados nas doutrinas do Calvinismo?

---

[1] C. Gregg Singer, *JOHN CALVIN: His Roots and Fruits* (Atlanta: A Press, 1989), p. 29.
[2] Ibid., p. 30.
[3] Kuyper, p. 39.
[4] Singer, pp. 46, 50.
[5] Arthur Dakin, *Calvinism* (Philadelphia: The Westminster Press, 1946), p. 203.
[6] W. Gary Crampton, *What Calvin Says* (Jefferson: The Trinity Foundation, 1992), p. 12.
[7] Singer, p. 48.
[8] Para a obra de Weber traduzida veja Max Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, trad. Talcott Parsons (New York: Charles Scribner's Sons, 1958). Para um esclarecimento veja Michael H. Lessnoff, *The Spirit of Capitalism and the Protestant Ethic: An Enquiry into the Weber Thesis* (Hants: Edward Elgar Publishing, 1994). Para uma discussão do Calvinismo e do Capitalismo pelos calvinistas veja Alister E. McGrath, *A Life of John Calvin* (Oxford: Blackwell Publishers, 1990), pp. 219-245; Georgia Harkness, *John Calvin: The Man and His Ethics* (Nashville: Abingdon Press, 1958), pp. 178-220; Singer, pp. 48-51; Dakin, pp. 203-208.
[9] John W. Robbins, "Our Comrades at Calvin College", *The Trinity Review*, November 1996, p. 1.

[10] Henry Atherton, Introdução a Jerom Zanchius, *The Doctrine of Absolute Predestination*, trad. Augustus M. Toplady (Grand Rapids: Baker Book House), pp. 11-12.
[11] Kuyper, p. 40.
[12] Boettner, Predestination, p. 390.
[13] Singer, pp. 42-43; McFetridge, p. 39.
[14] Douglas F. Kelly, *The Emergence of Liberty in the Modern World* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1992), p. 126; Samuel Miller, pp. 42, 52; Dakin, pp. 160-161.
[15] Talbot e Crampton, pp. 80, 78.
[16] Ibid., 78.
[17] McFetridge, p. 14.
[18] Talbot e Crampton, p. 79.
[19] Ibid.
[20] Ibid.
[21] Boettner, Predestination, p. 2.
[22] Ibid., pp. 2-3.
[23] Ibid., p. 1.
[24] R. Willis, citado em Kuyper, p. 15.
[25] Spender, Tulip, p. 6.
[26] Singer, p. 28.
[27] R. C. Sproul, *Eleitos de Deus*, p. 10.
[28] McFetridge, p. 81.
[29] P. e., Seaton, p. 23; Spencer, Tulip, p. 7; Talbot e Crampton, pp. 79-80; Dabney, Calvinism, pp. 7-8.
[30] Roy Mason, *What is to Be, Will Be* (n.p., n.d.), p. 1; Manford E. Kober, *Divine Election or Human Effort?* (n.p., n.d.), p. 52; Godwell Andrew Chan, "Spurgeon the Forgotten Calvinist", *The Trinity Review*, agosto 1996, pp. 1-4; Kenneth H. Good, *Are Baptists Calvinists?* Ed. rev. (Rochester: Backus Book Publishers, 1988), pp. 80, 147; Spender, Tulip, p. 6; Steele e Thomas, p. 8; Seaton, pp. 8-9; Talbot e Crampton, pp. 2-3; Gerstner, Wrongly Dividing, p. 107.
[31] J. Gresham Machen, *The Christian View of Man* (Edinburgh: The Banner of Truth Trust, 1965), p. 52; Mason, p. 9; Kober, p. 37; Kruithof, p. 40.
[32] Boettner, Predestination, p. 382.
[33] John H. Bratt, "The History and Development of Calvinism in America", em John H. Bratt, ed. *The Rise and Development of Calvinism*, 2ª ed. (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1964), pp. 114-122; Boettner, Predestination, pp. 382-391; Dakin, pp. 158-165.
[34] Boettner, Predestination, p. 397.
[35] Bratt, Calvinism in America, pp. 124-127; Dakin, pp. 162-163; McFetridge, pp. 108-112; Thomas J. Nettles, "John Wesley's Contention With Calvinism: Interactions Then and Now", em Schreiner e Ware, eds., *The Grace of God, the Bondage of the Will*, pp. 302-303.
[36] Bratt, Calvinism in America, p. 126.
[37] Charles Hodge, *Systematic Theology* (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1986), vol. 2, p. 333.

[38] Sproul, Eleitos de Deus, p. 10.

Calvinismo e os Batistas

A controvérsia sobre o Calvinismo entre os batistas merece especial atenção. Não somente este debate tem suscitado brigas entre os batistas por centenas de anos, os maiores expoentes do Calvinismo na atualidade não são os presbiterianos ou reformados, mas os batistas. O fato de que um batista diz que ele não é um calvinista não significa nada, pois os batistas, mais do que os outros calvinistas, quando procuram desviar a atenção do nome de Calvino, usa a frase "Doutrinas da Graça" como uma metáfora para o Calvinismo.[1] Um outro termo usado pelos batistas é "Graça Soberana."[2] O termo "graça" por si mesmo é também usado para designar as doutrinas do Calvinismo.[3] Um calvinista batista escreveu um livro chamado *Grace Not Calvinism* a fim de provar que ele não era um calvinista.[4] Mas como justamente apontado previamente, se o Calvinismo é a doutrina da graça encontrada na Bíblia, então implica que se você discordar do Calvinismo, você está negando a salvação pela graça. Alguns batistas calvinistas se sentem ofendidos quando são acusados por não-calvinistas de serem calvinistas. Joseph Wilson, o ex-editor de um jornal batista calvinista, confessou abertamente dessa forma:

Nós somos os Missionários Batistas Landmark Graça Soberana. Isso é o que somos. Isso é como nós falamos de nós mesmos. Isso é como desejamos ser conhecidos, e ser chamados pelos outros. Nos chame assim, e não haverá discussão. Não nos envergonhamos disto. Estamos contentes por usar este título. Nos chame "calvinistas" e vocês nos ofendem.[5]

A tentativa destes "batistas da Graça Soberana" para distanciá-los de João Calvino, alegando que mantêm as "Doutrinas da Graça" e negando que são calvinistas, não é somente insultante para todos os partidários e receptivos da doutrina da graça gratuita de Deus na salvação, mas tem obscurecido sua verdadeira identidade e, por isso, fez-se necessário um estudo mais diligente do Calvinismo e os batistas.

Todos os argumentos até aqui encontrados que são usados para provar a verdade do Calvinismo dão continuidade pelos batistas que sustentam esta doutrina. As declarações inflamadas sobre o Calvinismo que apresentam como a única verdadeira forma de Cristianismo bíblico são repetidas com mais entusiasmo:

As doutrinas do Calvinismo, se cridas, são um remédio soberano contra as duas maiores heresias no assim chamado mundo cristão, a saber: o ritualismo, ou salvação sacramental, de um lado, e o racionalismo, de outro; um, o fruto da superstição, o outro, o produto da traição.[6]

Não existe tal coisa que pregar Cristo e ele crucificado, a menos que você pregue o que nos dias de hoje é chamado Calvinismo.[7]

Milburn Cockrell, o editor de um outro jornal batista calvinista, sustenta que nada prova o estado de apostasia de que a maioria das igrejas batistas estão mais do que "sua partida da doutrina da livre e soberana graça."[8] De fato, ele até não reconhece como uma verdadeira igreja batista uma igreja que é contra o Calvinismo:

Nós não reconhecemos como igrejas verdadeiras aquelas que denunciam as doutrinas da graça como as doutrinas do Diabo. Nós não concederemos uma carta nem receberemos uma carta de tais igrejas assim chamadas batistas. Nós concordamos que uma igreja pode ser débil sobre a graça soberana e ainda reter seu status de igreja, mas não acreditamos que uma igreja que violenta e abertamente se opõe à graça soberana pode ser uma Igreja Batista do Novo Testamento.[9]

Cockrell nunca explica a diferença entre "violenta e abertamente" se opõe à graça soberana e ser "débil sobre a graça soberana." Quão "débil sobre a graça soberana" uma igreja batista tem que ser para perder seu "status de igreja"? E além disso, quem decide quando esta linha foi atravessada?

Mas apesar de sua aversão ao nome de Calvino, os batistas têm sempre feito uso da dicotomia calvinista/arminiana para fortificar sua posição, justamente como têm feito seus "parentes" presbiterianos e reformados. Novamente duas coisas sobre o Arminianismo precisam ser enfatizadas. A primeira é que quando um calvinista usa o termo, ele nunca o limita às supostas doutrinas de James Arminius, pois, de acordo com os calvinistas, o Arminianismo é qualquer coisa contrária ao Calvinismo. E segundo, a arbitrária divisão de homens em calvinistas e arminianos é a força do sistema calvinista, pois, se há somente dois pontos de vista sustentáveis, então, se você não é um calvinista, você tem que ser um arminiano. Roy Mason (1894-1978) alega que "os dois termos são fixos e estabelecidos" para que "se uma pessoa quiser ser intitulada calvinista ou arminiana ou não, não há como evitar."[10] Uma vez que este sistema de duas ordens seja firmado, as costumeiras declarações surpreendentes sobre o Arminianismo são feitas:

O Arminianismo é uma forma moderna do jeito de Caim, pois ele leva as palavras, valor, e obras do homem fazerem mais do que Cristo fez. Na verdade o Arminianismo é paganismo e papismo sob a bandeira do Cristianismo. Culminará na adoração de um homem, na pessoa do final Anticristo.[11]

Adão e sua mulher foram os primeiros a demonstrarem a filosofia que veio eventualmente ser conhecida teologicamente como "Arminianismo." Eles inventaram um sistema de soteriologia que, enquanto incluiu alguns elementos

de revelação divina, descansou sinceramente em sua própria sabedoria mais do que na de Deus.[12]

Uma vez que os calvinistas rotulam todos os seus oponentes como arminianos, o argumento da culpa por associação é semelhantemente usado. Kenneth Good (1916-1991) nos recorda que os pentecostais, os "holiness," e os carismáticos "são todos definitivamente arminianos."[13] Ele também faz a triste conexão entre o Arminianismo e o Semi-Pelagianismo.[14] Além disso, alguns batistas calvinistas consideram isto uma "tática barata," e se desesperam com esta divisão de todos os homens nestes dois campos: "Eu escrevi um artigo alguns anos atrás em que eu roguei aos pregadores não chamarem os outros pregadores arminianos ou calvinistas. Se eles são batistas, eles não são calvinistas, e não são arminianos."[15] Mas, como breve veremos, os calvinistas não reconhecerão qualquer posição intermediária entre o Calvinismo e o Arminianismo.

Por causa desta insistência de que o Calvinismo é o Evangelho, os batistas calvinistas têm feito algumas afirmações duras sobre o "Arminianismo," que alguns deles têm sido forçados a aliviar. Cockrell insiste que "o Cristo do Arminianismo não é o Cristo do Novo Testamento."[16] Wilson declara que "ninguém já foi ou será salvo do modo como ensinado pelo Arminianismo."[17] Essas são acusações sérias, pois eles insinuam que ninguém, com exceção de um calvinista, pode ser salvo. Mas alguns batistas da Graça Soberana tomam cuidado com essa questão, pois eles admitem que eles foram "salvos sob a pregação de um pregador e igreja arminianos."[18] Até o próprio Wilson reconhece que "muitos de nós fomos salvos em igrejas arminianas, sob a pregação arminiana."[19] Então como ele se livra de suas primeiras declarações? Ele explica: "Entenda que eu verdadeiramente acredito que alguns (até muitos) arminianos são salvos, mas eu inflexivelmente insisto que eles foram salvos do modo ensinado pela Graça Soberana."[20] O fato de que estes arminianos salvos possam viver suas vidas apesar do Calvinismo não é problema, pois estes arminianos "serão adeptos da Graça Soberana quando eles alcançarem o céu, e clamarão nos campos de libertação doce e eterna, regozijando porque sua doutrina era falsa."[21]

Embora os batistas calvinistas insistem que têm o direito de rejeitar os termos calvinista e *Calvinismo*, eles não concedem este mesmo privilégio aos seus oponentes. Forrest Keener diz que o Calvinismo devia ser chamado "anti-Arminianismo."[22] O acima mencionado Wilson, que tão inflexivelmente rejeita ser chamado calvinista, lamenta que aqueles batistas que são opostos ao Calvinismo "têm vergonha da palavra 'arminiano.'"[23] Ele diz a seus adversários: "Chamem-se do que quiserem; arminianos é o que vocês são."[24] Mas suponha que um detrator do Calvinismo recuse este título? Wilson então afirma que "vocês não são obrigados a se chamarem de nada; mas não se chamando de nada não muda o fato do que vocês são. Recusando chamarem-se de um arminiano não muda o fato de que isto é o que vocês são."[25] Good

insiste que "há alguns arminianos que não sabem que são arminianos."[26] Por causa desta hipocrisia dos calvinistas, os termos calvinista e *Calvinismo* serão usados por todo este livro para aplicar a qualquer homem ou doutrina que é calvinista – se as designações são aceitas ou não. E apesar da obsessão que os calvinistas têm com os termos *arminiano* e *Arminianismo*, eles alegam que "uma espécie de 'Calvifobia' desenvolve na mente arminiana" quando o assunto do Calvinismo é levantado.[27] Mas devido às coisas impressionantes e exageradas que têm sido ditas até agora sobre o Arminianismo, é evidente que é o calvinista que tem fobia devido à sua obsessão com o Arminianismo. Isso não é mais evidente do que quando um batista simplesmente se identifica com um crente na Bíblia.

Para aqueles batistas que aceitam a Bíblia como a autoridade final ao invés das especulações filosóficas e implicações teológicas do Calvinismo ou Arminianismo, o calvinista reserva o maior desprezo. Chamar-se um "biblicista," ao invés de calvinista ou arminiano, ainda que seja particularmente ofensivo aos partidários de ambos os sistemas, porque isto corretamente implica que ambos não são bíblicos, é especialmente preocupante para um calvinista por causa de sua inflexível insistência que alguém deve ser um calvinista ou um arminiano. Em resposta àqueles que dizem que "a verdade jaz entre o Calvinismo e o Arminianismo," Spurgeon respondeu: "Não é verdade; não há nada entre eles senão uma vastidão estéril."[28] Good insiste que aqueles que alegam o título de biblicista procuram "por um slogan simplista a fim de esquivar-se das questões ou evitar as investigações."[29] E, apesar dele elogiar o desejo de ser identificado com um biblicista, Good considera "a base do raciocínio" como "um tanto instável. Na verdade não tem uma adequada base bíblica."[30] O problema que Good tem com os biblicistas é que "eles não são biblicistas coisa nenhuma."[31] Eles estão na verdade "seguindo o sistema doutrinário inventado por Arminius."[32] Em outras palavras, eles são arminianos – exatamente como todo aquele que não é calvinista. Curtis Pugh sustenta que os pastores biblicistas "perguntam aos membros da igreja para permiti-los 'contar toda a verdade.'"[33] Mas crendo que o Calvinismo seja bíblico, ele simplesmente se considera "também como um biblicista"[34] para encerrar o debate. Qualquer tentativa de ser apenas um batista crente na Bíblia, alguém é apelidado de "calminiano,"[35] obviamente uma forma derivativa dos dois *únicos* sistemas aceitos.

Uma conseqüência natural para a dicotomia calvinista/arminiano, e uma que é peculiar aos batistas, é a antiga divisão dos batistas em dois grupos (onde ouvimos isso antes?) denominados batistas "gerais" e "particulares" – batistas gerais, acreditando que Cristo morreu por todos os homens em geral, e os batistas particulares, vendo a Expiação como somente para o grupo particular dos assim chamados eleitos de Deus.[36] Na América estes foram chamados batistas "separados" e "regulares."[37] Após ressuscitarem estes títulos, os calvinistas fazem declarações enaltecendo as virtudes dos batistas calvinistas:

A ortodoxia batista foi preservada entre os batistas particulares ou calvinistas.[38]

Somente os batistas particulares ingleses se mantiveram ilesos pela apostasia teológica.[39]

Naturalmente, isto implica que os batistas gerais ou separados foram um tanto menos do que ortodoxos. Good lembra que nós devemos nos identificar com os batistas particulares, pois eles foram o "maior corpo de igrejas batistas,"[40] enquanto Jack Warren, o editor de um outro jornal batista calvinista, nos convida para "retornar aos velhos caminhos e para suas raízes batistas particulares."[41]

Alguns batistas, entretanto, se recusam a estar ligados a estas arbitrárias distinções. Neste país, como relatado pelo historiador batista David Benedict (1779-1874), uma rara associação de igrejas foi uma vez formada na Pensilvânia Ocidental chamada de os "Batistas da Aliança Independentes." A respeito destas igrejas ele relata: "Estas igrejas são, como eles dizem, chamadas por alguns como semi-calvinistas, por outros, semi-arminianas."[42] Após discutir os tipos de batistas na Inglaterra, o historiador batista inglês Thomas Crosby (c. 1685-1752) pertinentemente observou em seu livro *The History of the English Baptists*:

E eu sei que há várias igrejas, ministros, e muitos particulares, entre os batistas ingleses, que desejam não ser classificados como gerais ou particulares, nem na verdade ser justamente designados sob quaisquer destes representantes; pois eles admitem o que eles pensam ser a verdade, sem considerar com quais esquemas humanos ela concorda ou discorda.[43]

E deste mesmo período, um historiador batista mais recente fala de um fundo estabelecido em 1717 para assistir os ministros necessitados que era "questionado por restringi-lo aos batistas particulares."[44] Então nem todos os batistas aceitaram essas designações criadas pelos homens, contrário aos ardentes esforços dos calvinistas para forçar todos os seus oponentes para o campo arminiano.

Como seus companheiros calvinistas, os batistas da Graça Soberana também usam o argumento histórico quando tentam provar a verdade de sua doutrina. Naturalmente, eles começam com a Bíblia e simplesmente avançam através do tempo. Mason começa por argumentar que "a Bíblia é um livro predestinista."[45] "Cristo e Seus apóstolos" eram calvinistas, segundo Milburn Cockrell.[46] Até o apóstolo Paulo era um pregador da Graça Soberana.[47] Não querendo apenas limitar aos apóstolos, Mason insiste que "Cristãos dos tempos do Novo Testamento eram vigorosos crentes na grandeza e soberania de Deus e conseqüentemente nas doutrinas da eleição e predestinação."[48] E além de

apelar para o Calvinismo dos puritanos, "covenanters" [**Nota**: alguns presbiterianos escoceses do século 17], e huguenotes, ele também relata que "os grandes teólogos da história" e "a maioria dos credos da Cristandade histórica" tinham sido calvinistas.[49] Outros batistas, da mesma forma, apelam para estes credos calvinistas como prova da verdade do Calvinismo.[50] Sobre os batistas em particular, Mason sustenta: "os batistas têm sido predestinistas através dos séculos, desde os dias de Cristo."[51] Garner Smith reitera que "as doutrinas da graça foram cridas e ensinadas pelos batistas antes mesmo de Calvino aparecer em cena."[52] Um outro acrescenta que "a maioria dos batistas tem sido historicamente calvinista."[53] Warren nos faz lembrar que "nossa herança vem do Calvinismo."[54] Wilson insiste que Calvino obteve seu Calvinismo da "preservação batista" de suas doutrinas.[55] Por isso Spurgeon podia dizer: "Quanto mais eu vivo, mais claro fica que o sistema de João Calvino é o mais próximo da perfeição."[56] Às vezes um apelo é feito pelos batistas para o Calvinismo da velha Associação Batista da Filadélfia (estabelecida em 1707).[57] Outras vezes, o pedido é para o Calvinismo das confissões de fé batistas.[58] Até o não-batista Boettner apela para o Calvinismo das confissões batistas quando procura provar a verdade do Calvinismo com o argumento histórico.[59] O presbiteriano McFetridge simplesmente diz: "Os batistas, que são calvinistas,"[60] e então prossegue, na expectativa de que o leitor aceite esta afirmação.

Pela razão dos grupos presbiterianos e reformados ser inerentemente calvinistas, eles nunca têm apelado para homens na história que eram calvinistas como têm feito os batistas. Dos autores batistas podemos encontrar, não somente seções,[61] mas capítulos inteiros em livros dedicados aos batistas calvinistas na história.[62] Há também livros sobre o assunto.[63] A tese expressa de um escritor é que "o Calvinismo, popularmente chamado as Doutrinas da Graça, prevaleceu nas arenas mais influentes e resistentes da vida denominacional batista até o fim da segunda década do século vinte."[64] Mas até supondo sem reservas que esta declaração seja verdadeira, como isso prova que o Calvinismo seja verdadeiro e que, como conseqüência, todos os batistas deveriam ser calvinistas? O que está implícito na tese acima (e o que o autor passa o resto de seu livro tentando provar) é que, pela razão da maioria dos grandes pregadores, teólogos, e missionários batistas terem sidos calvinistas – o Calvinismo deve ser verdadeiro. Além do supracitado Spurgeon, no rol dos batistas calvinistas estão:

Isaac Backus (1724-1806)	W. B. Johnson (1782-1862)
Abraham Booth (1734-1806)	Adoniram Judson (1788-1850)
James P. Boyce (1827-1888)	Benjamin Keach (1640-1704)
John Brine (1703-1765)	William Kiffin (1616-1701)
John A. Broadus (1827-1895)	Hanserd Knollys (1599-1691)
John Bunyan (1628-1688)	John Leland (1754-1841)
William Carey (1761-1834)	Basil Manly Sr. (1798-1868)
B. H. Carroll (1843-1914)	Basil Manly Jr. (1825-1892)

Alexander Carson (1776-1884)	Patrick Hues Mell (1814-1888)
John Clarke (1609-1676)	Jesse Mercer (1769-1841)
John L. Dagg (1794-1884)	J. M. Pendleton (1811-1891)
Edwin C. Dargan (1852-1930)	J. C. Philpot (1802-1869)
Andrew Fuller (1754-1815)	Arthur W. Pink (1886-1952)
Richard Furman (1755-1825)	Luther Rice (1783-1836)
J. B. Gambrell (1841-1921)	John Rippon (1751-1836)
John Gano (1727-1804)	John C. Ryland (1723-1792)
John Gill ((1697-1771)	John Skepp (c. 1670-1721)
J. R. Graves (182-1893)	A. H. Strong (1836-1921)
Robert Hall (1728-1791)	John Spilsbery (1593-1668)
Alva Hovey (1820-1903)	H. Boyce Taylor (1870-1932)
R. B. C. Howell (1801-1868)	J. B. Tidwell (1870-1946)
Henry Jessey (1601-1663)	Francis Wayland (1796-1865)

A lista impressionante de nomes de batistas proeminentes que supostamente eram calvinistas, que é regularmente compilado pelos batistas da Graça Soberana para assim impressionar o leitor, como também convencê-lo de que ele tem que ser um calvinista para ser um batista histórico. Mas se o Calvinismo dos homens acima mencionados fossem na verdade checadas, seria visto que ele varia do mais radical para o mais brando, e tudo entre esses dois extremos. Sem dúvida, alguns destes calvinistas disputaram entre eles mesmos sobre o assunto. Então qual é exatamente a posição batista histórica?

Destes homens há três que se sobressaíram como tendo tido a maior influência: John Gill, Charles Spurgeon, e Arthur W. Pink – todos ingleses.

Chamado "Dr. Volumoso" por causa de sua vasta composição,[65] Gill é argumentalmente o maior estudioso que os batistas já tiveram, apesar de seu Calvinismo. Na idade de vinte e um, ele foi chamado para pastorear uma notável igreja em Goat's Yard Passage, Fair Street, Horselydown, no município londrino de Southwark.[66] Aqui ele ficou por cerca de cinqüenta anos. Além de seu comentário sobre a Bíblia toda, ele é famoso por seu Body of Divinity e seus numerosos escritos sobre o batismo e o Calvinismo. A maioria das obras de Gill tem sido reimpressa pela The Baptist Standard Bearer.[67]

Como foi mencionado anteriormente, Spurgeon é o único que ambos, batistas e pedobatistas, recorrem como um exemplo de calvinista que teve um ministério frutífero. O que não é geralmente conhecido, entretanto, é que Spurgeon foi o sucessor de John Gill, se bem que poucos anos mais tarde. Como seu predecessor, Spurgeon assumiu o pastorado quando jovem e continuou até a sua morte. Ele é principalmente lembrado pelos seus sermões, que continuaram a ser publicados por anos depois de sua morte. O nível do Calvinismo de Spurgeon é continuamente debatido, com ambos os lados usando trechos de seus sermões para provar seus respectivos pontos. Mas embora muitos não-calvinistas têm procurado subestimar seu Calvinismo, Spurgeon é o

quintessencial calvinista. Good alega que "o que Davi era para a força de Israel nos dias de Golias, Spurgeon tem sido para os batistas calvinistas em nossos dias."[68] Naturalmente, seus sermões calvinistas têm sido extraídos dos milhares que ele pregou e publicou separadamente.[69] A maioria das obras de Spurgeon tem sido reimpressa pela Pilgrim Publications.[70]

Ainda que inglês, Pink começou seu ministério nos Estados Unidos depois de um curto período no Moody Bible Institute em 1910.[71] Começando como um dispensacionalista premilenista, Pink mais tarde rejeitou ambos os ensinos e continuou um calvinista radical até o final de sua vida. Ele é melhor conhecido por seus livros que cresceram de seus artigos em sua revista *Studies in the Scriptures*, o mais infame sendo *The Sovereignty of God*, pela primeira vez publicado em 1918.[72] O Calvinismo de Pink perturbou tanto alguns calvinistas que uma tentativa foi feita para suavizá-lo pela The Banner of Truth Trust, editando, em 1961, uma "Edição Revisada Inglesa" do livro *The Sovereignty of God* em que três capítulos e os quatro apêndices foram eliminados.[73] Por isto, eles têm sido severamente criticados (e com justiça) por outros calvinistas.[74] A maioria das obras de Pink está em publicação hoje por uma variedade de diferentes editoras.[75]

Na lista dos batistas calvinistas pode também ser encontrados quatro grandes líderes do moderno movimento missionário batista: Adoniram Judson, Luther Rice, William Carey, e Andrew Fuller. Seu professo Calvinismo é especialmente valioso para os calvinistas, pois é usado para provar que o Calvinismo não é incompatível com o trabalho missionário. Judson e Rice eram congregacionalistas americanos que mais tarde se tornaram batistas: o primeiro indo para Burma e o último foi levantar fundos nos Estados Unidos. Mas qualquer que seja sua *profissão*, eles provaram por suas ações em favor das missões estrangeiras a *pretensão* de seu "Calvinismo." Carey, chamado "o pai das missões modernas,"[76] era um inglês que foi para a Índia. Ele escreveu *Inquiry into the Obligation of Christians to Use Means for the Conversion of the Heathen*, e por causa de sua proficiência em assimilar outra línguas, foi responsável por numerosas versões das Escrituras em vários idiomas. E, apesar de ser verdade que a sociedade missionária de Carey era oficialmente intitulada a "Sociedade Batista Particular para a Propagação do Evangelho entre os Pagãos," sustentar que Carey era um *consistente* calvinista é uma outra história. É por causa desta disparidade que John Ryland supostamente replicou ante o apelo de Carey para o uso de meios no trabalho missionário: "Jovem, sente-se. Quando Deus quiser converter os pagãos, ele irá fazer isto sem a sua ajuda ou a minha."[77] Enquanto pastoreando em Kettering, Inglaterra, Fuller lançou *The Gospel Worthy of All Acceptation* em 1785 e foi prestativo na formação da sociedade missionária batista que enviou Carey a Índia. Assim, suas ações provam que é somente a despeito de seu Calvinismo que estes homens empreenderam seus esforços missionários.

Pela razão das designações regulares e separados, assim como particulares e gerais, não ser mais usadas para denominar os batistas, a maioria dos calvinistas batistas tem algum tipo de nome identificando-se como calvinista. Visto que a aversão batista ao nome de Calvino os impedem de usar seu nome, pode-se encontrar prefixos como "Graça Soberana," "Rígido," "Primitivo," "Antigo," "Velha Escola," "Estrito," "Ortodoxo," ou "Reformado." Os "Batistas Gospel Standard" são um grupo calvinista e assim também as "Igrejas Batistas Continentais." O nome de "Batistas Missionários" que algumas igrejas batistas tomam para si é impróprio. Todos os batistas deviam ser batistas missionários. A razão que os batistas da Graça Soberana usam o termo supracitado é para distingui-los dos batistas primitivos mais rígidos – aqueles que praticam seu Calvinismo. Estes batistas são todos rápidos em enfatizar seu Calvinismo, então não é difícil reconhecer a maioria deles. Entretanto, alguns batistas são difíceis de reconhecer. Pode-se encontrar batistas com influências calvinistas nas várias associações e sociedades batistas, assim como entre aqueles que são estritamente independentes. Tem havido ultimamente um ressurgimento do Calvinismo na Convenção Batista do Sul.[78] Se for investigar, será confirmado que a maioria destes homens é calvinista; entretanto, isso não quer dizer que todos eles publicamente pregaram e ensinaram suas opiniões, nem as colocaram em prática. Alguns deles são o que pode ser chamado de "calvinistas-armários," visto que eles mantêm seu Calvinismo, como o esqueleto proverbial, no armário [**Nota**: quando alguém tem um segredo é dito que ele tem um esqueleto no armário, uma coisa feia que tem escondida], a fim de que os membros de suas igrejas não se ofendam com o que seu pastor acredita e parem de visitar e ofertar para as missões. Isto não implica que estes homens desprezam as visitas e missões – pelo contrário – eles podem ser dedicados em visitar e apoiar muitos missionários. Eles são lamentavelmente inconsistentes; eles definitivamente nunca empregam sua teologia. Um calvinista tem bem acertadamente dito que eles são "calvinistas-estantes," visto que seu Calvinismo deve principalmente ser encontrado nas estantes de suas bibliotecas.[79] Vários jornais são publicados pelos batistas calvinistas (The Christian Baptist, Atwood, Tennessee; The Berea Baptist Banner, Mantachie, Mississippi; The Baptist Examiner, Ashland, Kentuchy; o Baptist Evangel, Saginaw, Texas), e eles mantêm alguns poucos colégios (Baptist Voice Bible College, Wilmington, Ohio; Landmark Baptist Theological Seminary, Fort Worth, Texas; Lexington Baptist College, Lexington, Kentucky), mas ninguém nunca saberia que estas publicações e escolas são calvinistas sem uma análise mais apurada. Então, como foi mencionado no início desta seção, o fato de que um batista diz que ele não é um calvinista não diz nada. Geralmente necessita de um estudo diligente para identificar, se ou não, uma igreja, escola, ou pregador batista é calvinista. Ocasionalmente, entretanto, um grupo de batistas da Graça Soberana publica um registro de suas igrejas.

A acertada tentativa dos batistas calvinistas para equiparar o Calvinismo à ortodoxia batista não é compartilhada pelos seus "parentes" presbiterianos e reformados. Estes dois grupos são basicamente os mesmos em

se tratando de doutrina: o termo reformado, enfatizando as doutrinas da Reforma, e o termo presbiteriano, enfatizando sua forma de governo eclesiástico. A história de como cada grupo se desenvolveu será encontrada nos próximos quatro capítulos. Mas em relação aos batistas, deve primeiro ser apontado que os presbiterianos e denominações reformadas consideram que sua teologia seja o Cristianismo bíblico:

É minha firme convicção de que a única teologia contida na Bíblia é a teologia reformada.[80]

O Cristianismo tem a sua mais completa expressão na Fé Reformada.[81]

A doutrina apostólica foi a Teologia Reformada.[82]

Apelando a um espectro mais amplo do Cristianismo, entretanto, às vezes o termo *reformado* é super-enfatizado. O título do amplamente adotado compêndio sobre teologia do teólogo calvinista Louis Berkhof (1873-1957) foi trocado de *Dogmática Reformada* para *Teologia Sistemática*, e mudanças similares foram feitas em alguns de seus outros livros também.[83]

Há duas doutrinas que são centrais para a Fé Reformada: a Teologia do Pacto e o Calvinismo. A primeira é odiosa para todos os batistas e a segunda é apreciada pelos batistas da Graça Soberana. Esta antinomia dos batistas é uma razão para este trabalho, pois como será mantido por todo este livro, o Calvinismo não é somente uma doutrina *errada*, é uma doutrina *reformada*. Que a teologia reformada se identifica com a teologia do pacto não há dúvida.[84] A relação é tão forte que Sproul até confessa que "a teologia reformada tem sido apelidada de 'teologia do pacto.'"[85] Mas os partidários da teologia reformada, da mesma maneira, a identificam com o Calvinismo:

Este termo é freqüentemente usado sinonimamente com o termo calvinista quando se quer descrever uma posição teológica.[86]

A grande vantagem da Fé Reformada é que, na estrutura dos Cinco Pontos do Calvinismo, ela expõe claramente o que a Bíblia ensina a respeito do meio de salvação.[87]

Predestinação pode ser tomada como um marco especial da teologia reformada.[88]

Então o Calvinismo deve ser equacionado com a teologia reformada – não apenas por mera aquiescência, mas por ser um termo completamente cognato. O supracitado D. James Kennedy relata por que ele é um presbiteriano: "Eu sou um presbiteriano porque eu acredito que o Presbiterianismo é a forma mais pura do Calvinismo."[89] Além disso, Kuyper sustenta que "o Calvinismo

significa a evolução completa do Protestantismo."[90] Talbot e Crampton além disso insiste que "se a igreja não retornar para as suas bases da Reforma, ela irá colher o vento de um evangelho mutilado e uma fé centralizada no homem."[91] Mas se o Calvinismo é a quintessência do Protestantismo – o cume da Reforma, então é construído sobre uma fundação artificial, pois como até os batistas calvinistas concordariam, a Reforma foi apenas isto: uma *reforma*, não um completo *retorno* ao Cristianismo bíblico. Quando Loraine Boettner escreveu seu livro *The Reformed Doctrine of Predestination*, ele descuidadosamente disse a pura verdade: a predestinação no sistema calvinista é uma doutrina reformada assim como a Missa Católica é uma doutrina católica. O Calvinismo é por essa razão claramente uma doutrina reformada, apesar dos batistas.

Ainda que Kenneth Good sustenta que os batistas podem ser calvinistas (seu livro *Are Baptists Calvinists?*) sem ser reformados (seu livro *Are Baptists Reformed?*), os seguidores da sistema reformado discordam:

É nosso ponto de vista que um batista reformado é realmente uma impossibilidade. O batista que defende o livre-arbítrio, a iniciativa do homem no processo de salvação, graça resistível, o apelo no altar, a livre e bem-intencionada oferta do evangelho, etc., é o batista que é consistente. O batista que defende o dispensacionalismo, em qualquer forma que se apresenta, é o batista que consistentemente mantém a sua posição. O batista, por outro lado, que mantém as doutrinas da graça e repudia o dispensacionalismo é inconsistente em sua teologia. Eu não nego que ele possa, em sua teologia, ser um calvinista. Eu não nego que ele possa verdadeiramente repudiar o dispensacionalismo. Mas ele é culpado de uma feliz inconsistência por tudo isso.[92]
Aqueles que aderem à verdade do batismo infantil têm geralmente mantido que as idéias do batismo de crentes e a graça soberana são mutuamente exclusivas, e que aqueles que aderem às duas posições aderem à uma visão contraditória da salvação.[93]

Ninguém pode ser um presbiteriano ou reformado sem ser um calvinista, mas alguém pode certamente ser um batista. Um batista calvinista devia ser um nome impróprio, pois, nas palavras do reformado holandês Herman Hanko: "Um batista é apenas inconsistentemente um calvinista."[94]

---

[1] Curtis Pugn, "Six Reasons I Love the Doctrines of Grace", *The Berea Baptist Banner*, 5 de novembro de 1994, pp. 207-208; Thomas J. Nettles, *By His Grace and for His Glory* (Grand Rapids: Baker Book House, 1986), p. 13; Tom Ross, *Abandoned Truth: The Doctrines of Grace* (Xenia: Providence Baptist Church, 1991), pp. ix-x.

[2] Joseph M. Wilson, "Sovereigh Grace Versus Arminianism", *The Baptist Examiner*, 22 de julho de 1989, p. 1; Jack Warren, "For Sovereign Grace; Against Arminian Heresy," *Baptist Evangel*, janeiro-março 1997, p. 2.
[3] Ted Gower, "Am I a Calvinist?" *The Baptist Examiner*, 21 de novembro de 1992, p. 9; Jimmie B. Davis, em "The Berea Baptist Banner Forum," *The Berea Baptist Banner*, 5 de março de 1990, p. 51.
[4] Forrest L. Keener, *Grace Not Calvinism* (Lawton: The Watchman Press, 1992).
[5] Joseph M. Wilson, "From the Editor," *The Baptist Examiner*, 22 de junho de 1991, p. 2.
[6] Patrick H. Mell, *The Biblical Doctrine of Calvinism* (Cape Coral: Christian Gospel Foundation, 1988), p. 18.
[7] Spurgeon, Sovereign Grace Sermons, p. 129.
[8] Milburn Cockrell, Introdução a Tom Ross, *Abandoned Truth: The Doctrines of Grace*, p. v.
[9] Milburn Cockrell, "Second Trip to the Philippines," *The Berea Baptist Banner*, 5 de Janeiro de 1995, p. 4.
[10] Mason, pp. 5, 4-5.
[11] Cockrell, Introdução a Tom Ross, p. vi.
[12] Good, Calvinists, p. 85.
[13] Ibid., p. 62.
[14] Ibid., pp. 60-61, 96.
[15] Keener, p. 21.
[16] Cockrell, Introdução a Tom Ross, p. vi.
[17] Wilson, Sovereign Grace, p. 3.
[18] Garner Smith, em "The Berea Baptist Banner Forum," *The Berea Baptist Banner*, 5 de setembro de 1992, p. 172.
[19] Joseph M. Wilson, "Is There an Arminian Gospel?" *The Baptist Examiner*, 7 de dezembro de 1991, p. 11.
[20] Wilson, Sovereign Grace, p. 3.
[21] Ibid.
[22] Keener, p. 18.
[23] Joseph M. Wilson, "Sovereign Grace View and Arminian View of Salvation," *The Baptist Examiner*, 18 de julho de 1992, p. 8.
[24] Ibid.
[25] Ibid.
[26] Good, Calvinists, p. 63.
[27] Ibid.
[28] Charles H. Spurgeon, citado em Good, Calvinists, p. 63.
[29] Good, Calvinists, p. 63.
[30] Ibid.
[31] Ibid., p. 124.
[32] Ibid.
[33] Curtis Pugh, "The Biblicist Position," *The Berea Baptist Banner*, 5 de julho de 1993, pp. 128-129.
[34] Ibid., p. 121.

[35] Good, Calvinists, pp. 124, 133, 140; Cockrell, Introdução a Tom Ross, p. v.
[36] Thomas Crosby, *The History of the English Baptists* (Lafayette: Church History Research & Archives, 1979), vol. 1, p. 173.
[37] John T. Christian, *A History of the Baptists* (Texarkana: Bogard Press, 1922), vol. 2, p. 407; Thomas Armitage, *The History of the Baptists* (Watertown: Maranatha Baptist Press, 1980), vol. 2, p. 731.
[38] Good, Calvinists, p. 150.
[39] Neetles, By His Grace, p. 73.
[40] Good, Calvinists, p. 156.
[41] Jack Warren, "More on Particular Baptists", *Baptist Evangel*, janeiro de 1994, p. 2.
[42] David Benedict, *A General History of the Baptist Denomination in America, and Other Parts of the World* (Gallatin: Church History Research & Archives, 1985), vol. 1, p. 602.
[43] Crosby, vol. 1, p. 174.
[44] Robert G. Torbet, *A History of the Baptists*, 3a ed. (Valley Forge: Judson Press, 1963), p. 70.
[45] Mason, p. 5.
[46] Cockrell, Introdução a Tom Ross, p. v.
[47] Warren, For Sovereign Grace, p. 2.
[48] Mason, p. 1.
[49] Ibid., p. 2.
[50] Fred Phelps, "The Five Points of Calvinism," *The Berea Baptist Banner*, 5 de fevereiro de 1990, p. 25.
[51] Mason, p. 3.
[52] Garner Smith, em "The Berea Baptist Banner Forum," *The Berea Baptist Banner*, 5 de fevereiro de 1995, p. 30.
[53] Kober, p. 46.
[54] Warren, Particular Baptists, p. 2.
[55] Wilson, Sovereign Grace, p. 1.
[56] Charles H. Spurgeon, citado em Iain H. Murray, *The Forgotten Spurgeon* (Edinburgo: The Banner of Truth Trust, 1978), p. 79.
[57] Good, Calvinists, p. 156; Nettles, By His Grace, p. 42.
[58] Mason, p. 24; Good, Calvinists, pp. 34-35, 66-67, 80; *The Biblical and Historical Faith of Baptists on God's Sovereignty* (Ashland: Calvary Baptist Church, n.d.), pp. 50-51.
[59] Boettner, Predestination, p. 1.
[60] McFetridge, p. 49.
[61] Tom Ross, Abandoned Truth, pp. 21-28; Good, Calvinists, pp. 137-149.
[62] Mason, cap. 3; Robert b. Selph, *Southern Baptists and the Doctrine of Election* (Harrisonburg: Sprinkle Publications, 1988), cap. 2.
[63] Neetles, *By His Grace and for His Glory*; *The Biblical and Historical Faith of Baptists on God's Sovereignty*.
[64] Neetles, By His Grace, p. 13.
[65] Ibid., p. 73.

[66] Para uma biografia de Gill por seu sucessor imediato, veja John Rippon, *A Brief Memoir of the Life and Writings of the Late Rev. John Gill, D.D.* (Harrisonburg: Gano Books, 1992); para uma obra mais recente, veja George M. Ella, *John Gill and the Cause of God and Truth* (Durham: Go Publications, 1995).

] The Baptist Standard Bearer, Number One Iron Oaks Dr., Paris, AR 72855.

[68] Good, Calvinists, p. 147.

[69] *Spurgeon's Sovereign Grace Sermons; Spurgeon's Sermons on Sovereignty* (Pasadena: Pilgrim Publications, 1990).

[70] Pilgrim Publications, P.O. Box 66, Pasadena, TX 75501.

[71] Para a vida de Pink, veja Richard P. Belcher, *Arthur W. Pink: Born to Write* (Columbia: Richbarry Press, 1982), e lain H. Murray, *The Life of Arthur W. Pink* (Edinburgo: The Banner of Truth Trust, 1981); para um exame e análise do seu Calvinismo, veja Richard P. Belcher, *Arthur W. Pink: Predestination* (Columbia: Richbarry Press, 1983).

[72] Arthur W. Pink, *The Sovereignty of God*, 4ª ed. (Grand Rapids: Baker Book House, 1949).

[73] Arthur W. Pink, *The Sovereignty of God*, ed. rev. (Edinburgo: The Banner of Truth Trust, 1961).

[74] Marc D. Carpenter, "The Banner of Truth Versus Calvinism," parte 1, *The Trinity Review*, maio de 1997, pp. 1-4.

[75] A maior parte é publicada pela Baker Book House, P.O. Box 6287, Grand Rapids, MI 49516.

[76] Good, Calvinists, p. 79.

[77] Ibid., p. 73.

[78] Veja no jornal oficial da Convenção Batista do Sul, "A Study Tool for the Doctrine of Election," *SBC Life*, abril de 1995, pp. 8-9, and "Arminian/Calvinist Responses", *SBC Life*, agosto de 1995, pp. 8-9.

[79] Kenneth H. Good, *Are Baptists Reformed?* (Lorain: Regular Baptist Heritage Fellowship, 1986), p. 67.

[80] R. B. Kuiper, *God-Centered Evangelism* (Londres: The Banner of Truth Trust, 1966), p. 9.

[81] Boettner, Reformed Faith, p. 24.

[82] Talbot and Crampton, p. 79.

[83] Henry Zwaanstra, "Louis Berkhof", em David F. Wells, ed. *Dutch Reformed Theology* (Grand Rapids: Baker Book House, 1989), pp. 48, 53. Sua editora, a Wm. B. Eerdmans Publishing Co., antigamente conhecida como "The Reformed Press."

[84] Para uma breve classificação da teologia reformada, veja George W. Zeller, *The Dangers of Reformed Theology* (Middletown Bible Church, n.d.); para uma apreciação crítica maior, veja Good, *Are Baptists Reformed?* Para uma análise abrangente da teologia do pacto, veja Renald E. Showers, *There Really is a Difference* (Bellmawr: The Friends of Israel Gospel Ministry, 1990).

[85] R. C. Sproul, *Grace Unknown* (Grand Rapids: Baker Books, 1997), p. 99.

[86] Coppes, p. x.

[87] Boettner, Reformed Faith, p. 24.

[88] John H. Leith, *Introduction to the Reformed Tradition*, ed. rev. (Atlanta: John Knox Press, 1981), p. 103.
[89] D. James Kennedy, *Why I Am a Presbyterian* (Fort Lauderdale: Coral Ridge Ministries, n.d.), p. 1.
[90] Kuyper, p. 41.
[91] Talbot e Crampton, p. 78.
[92] Herman Hanko, *We and Our Children* (Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1988), p. 11.
[93] Hanko, Covenant of Grace, p. 2.
[94] Hanko, We and Our Children, p. 12.

Hiper-Calvinismo

Quando a verdadeira posição de um calvinista é finalmente revelada, ele geralmente alegará que ele está sendo deturpado. Por isso, um outro tipo de Calvinismo foi inventado, e é para ele que toda objeção contra o sistema calvinista é depositada. Os partidários deste esquema fictício são referidos por vários termos: "ultra-calvinistas," "calvinistas radicais," "super-calvinistas," "radicais." A favorita designação para este grupo é "hiper-calvinistas."**[1]** O problema é que *hiper-Calvinismo* é um termo ambíguo. Para um "arminiano," todos os calvinistas podem ser considerados hiper-calvinistas. Para um admirador de Spurgeon, qualquer calvinista, no seu direito, poderia ser um candidato a hiper-calvinista. Para um grupo de batistas calvinistas, um outro grupo calvinista que eles não gostam podem ser repudiados como hiper-calvinistas. Muitos consideram que um hiper-calvinista é um calvinista que vai além dos ensinos de João Calvino.**[2]** Mas dizer que uma pessoa poderia ir além dos ensinos de Calvino não é certo, pois quando examinarmos as opiniões de Calvino no capítulo 7 veremos que Calvino foi (como era de se esperar) fiel ao seu nome. E finalmente, pela razão do aspecto soteriológico do Calvinismo ter, *teologicamente falando*, se identificado com a depravação do homem, a salvação pela graça, e segurança eterna, os batistas convencionais são muitas vezes referidos como hiper-calvinistas.

Então o que é exatamente um hiper-calvinista? Visto que são os próprios calvinistas que regularmente fazem esse julgamento, devemos necessariamente ouvi-los:

O presente escritor definiria hiper-calvinista como uma visão de predestinação que negaria ou minimizaria a responsabilidade humana para se arrepender e crer no evangelho por causa de uma incapacidade de agir assim, haja vista sua depravação total. Além disso, o hiper-Calvinismo negaria a necessidade de uma oferta universal do evangelho.**[3]**

O hiper-Calvinismo em sua tentativa de alinhar toda a verdade do evangelho com o propósito de Deus de salvar os eleitos, nega que haja um comando

universal para arrepender e crer, e assegura que temos somente permissão para convidar a Cristo aqueles que estão cônscios do pecado e necessidade.**[4]**

O hiper-Calvinismo é a negação de que Deus, na pregação do evangelho, chama todo aquele que escuta a pregação para se arrepender e crer. É uma negação de que a igreja deve chamar todos na pregação. É a negação de que o não-regenerado tenha o dever de se arrepender e crer.**[5]**

Mas como um dos escritores acima também relatou do hiper-Calvinismo: "Seria impossível defini-lo de uma maneira que fosse aceitável a todos."**[6]** Um batista da Graça Soberana insiste que "você encontraria mil diferentes definições de um hiper-calvinista entre as religiões do mundo."**[7]**

O único uso próprio do termo *hiper-calvinista* é na *prática,* não na *profissão*. Como um escritor disse: "Quando falamos sobre o 'hiper-Calvinismo' não estamos falando sobre a extensão das doutrinas de Calvino a um lugar além do que ele ensinou, mas estamos meramente falando de uma ênfase exagerada no que ele ensinou."**[8]** Os calvinistas e os assim chamados hiper-calvinistas crêem, ensinam, e pregam as mesmas coisas sobre o Calvinismo – o "hiper-calvinista" apenas as colocam em prática mais consistentemente do que o calvinista. Spurgeon, que era criticado por "hiper-calvinistas" de sua época,**[9]** da mesma forma como é hoje em dia,**[10]** disse sobre a doutrina de seus críticos:

Eu não acho que eu discordo de qualquer de meus irmãos hiper-calvinistas no que eu creio, mas eu discordo deles no que eles não acreditam. Eu não defendo menos do que eles, mas eu defendo mais, e, penso, um pouco mais da verdade revelada nas Escrituras.**[11]**

Pela razão deles crerem que são os verdadeiros calvinistas, aqueles que são denominados como hiper-calvinistas não aceitam o título. De fato, ninguém jamais permitiu o título. Aqueles acusados de hiper-Calvinismo têm até retaliado com um neologismo criado por eles mesmos para estigmatizar o que eles consideram como "um ensino que cai abaixo do nível do verdadeiro Calvinismo."**[12]** Aparentemente criado por David Engelsma,**[13]** o "hipo-Calvinismo" tem sido, desde então, usado como um termo de condenação por outros críticos do que eles consideram ser algo menos do que o verdadeiro Calvinismo.**[14]**

Mas ainda que os calvinistas recusam aceitar o título, e muitas vezes não concordam com o que na verdade um hiper-calvinista é, eles são inflexíveis em sua insistência que Calvinismo e hiper-Calvinismo são polos isolados:

Um hiper-calvinista e um calvinista são duas pessoas inteiramente diferentes.**[15]**

O Hiper-Calvinismo é uma aberração do verdadeiro Calvinismo.**[16]**

E, embora os calvinistas incessantemente lamentam que o Calvinismo não é distinto do hiper-Calvinismo,**[17]** eles adoram atacar o hiper-Calvinismo. Eles usam o termo para fazer a si mesmos parecerem ortodoxos da mesma forma que eles usam o título *arminiano*. Eles são bons em pronunciar o que eles *não* acreditam, para desviar a atenção do que eles *acreditam*. Partindo para a ofensiva contra os erros de ambos, hiper-Calvinismo e Arminianismo, o calvinista pode tomar o caminho intermediário e parecer ser ortodoxo. Isto é exatamente o que Spurgeon fez em seu tempo:

Agora eu, que não sou nem arminiano nem hiper-calvinista, mas calvinista à maneira de Calvino, acho que eu posso me posicionar entre os dois partidos. Crendo em tudo que o hiper-calvinista acredita, e pregando uma superior doutrina que jamais ele pode pregar, mas crendo mais do que ele crê; não crendo em tudo que o arminiano acredita, mas ainda ao mesmo tempo acreditando que ele é muitas vezes mais fundamentado do que o hiper-calvinista sobre alguns pontos de doutrina.**[18]**

Mais uma vez é aparente que a real diferença entre um calvinista e um hiper-calvinista é uma questão de prática e não profissão. Um calvinista "à maneira de Calvino" é muito mais do que um calvinista.

Então quem são estes hiper-calvinistas, o que eles pregaram, e quando o ensino do hiper-Calvinismo teve início? As raízes do hiper-Calvinismo são usualmente traçadas ao "antinomianismo doutrinal" de John Saltmarsh (c. 1612-1647), John Eaton (1575-1641), e Tobias Crisp (1600-1643).**[19]**O nascimento do hiper-Calvinismo é dito ser a publicação em 1707 do *God's Operations of Grace but No Offers of His Grace* por Joseph Hussey (1660-1726).**[20]** Lewis Wayman (d. 1764) que escreveu *A Further Inquiry after Truth* em 1739, e Richard Davis (1658-1714), que escreveu *Truth and Innocency Vindicated Against Falsehood* em 1692, são também citados como colaboradores.**[21]** O batista John Skepp, autor da obra de 1722 postumamente publicada com o título formidável de *The Divine Energy: or the Efficacious Operations of the Spirit of God in the Soul of Man, in His Effectual Calling and Conversion: Stated, Proved, and Vindicated. Wherein the Real Weakness and Insufficiency of Moral Persuasion, Without the Super-addition of the Exceeding Greatness of God's Power for Faith and Conversion to God, Are Fully Evinced. Being an Antidote Against the Pelagian Plague*, é geralmente culpado pela introdução do hiper-Calvinismo entre os batistas.**[22]** Há duas características distintas deste hiper-Calvinismo: a negação da livre oferta do Evangelho a todos os homens, e a negação que é o dever de todos os homens que escutam o Evangelho de se arrepender e crer.**[23]** Este último ponto resultou em uma controvérsia teológica conhecida como a Questão Moderna: se a fé salvadora em Cristo é um dever requerido de todos os pecadores.**[24]** Aqueles que respondiam na negativa fizeram uma distinção entre "arrependimento legal

e evangélico" e "fé comum e salvífica."**[25]** De acordo com Engelsma, o hiper-Calvinismo "se manifesta na prática no apelo da chamada do evangelho do pregador, 'arrepender e crer em Cristo crucificado,' somente para aqueles ouvintes que mostram sinais de regeneração, e por isso de eleição, a saber, alguma convicção do pecado e algum interesse na salvação."**[26]**

O homem mais infame usualmente acusado de hiper-Calvinismo é o batista particular John Gill.**[27]** Além de suas próprias doutrinas, Gill é muitas vezes considerado como um hiper-calvinista pois ele escreveu um prefácio aos hinos de Richard David em 1748, editou a *Divine Energy* de John Skepp em 1751, publicou os trabalhos de Crisp em 1755, e era íntimo de John Brine, que tinha escrito *Defense of the Doctrine of Eternal Justification* em 1732.**[28]** Spurgeon até disse de seu predecessor: "O sistema de teologia com que muitos se identificam tem esfriado muitas igrejas, pois as tem levado a omitir os convites gratuitos do evangelho, e negar que é dever dos pecadores crer em Jesus."**[29]** O problema que calvinistas (incluindo Spurgeon) tem com o dr. Gill é que eles consistentemente praticaram seu Calvinismo. Por isto ele não será declarado culpado aqui. O homem que é visto como resgatando os batistas particulares do hiper-Calvinismo de Gill é o pastor de sua velha igreja em Kettering, Andrew Fuller.**[30]** Assim, os batistas foram divididos em gillitas e fulleritas.**[31]** Spurgeon foi até chamado de um "fullerita" no início de seu ministério.**[32]** Atacado por ambos, calvinistas e arminianos,**[33]** Fuller declarou sobre os batistas calvinistas: "Mais alguns anos e os batistas teriam tornado um perfeito monte de estrume na sociedade."**[34]** O título completo de sua supracitada obra de 1785 é *The Gospel Worthy of All Acceptation: or the Obligation of Men Fully to Credit and Cordially to Approve Whatever God Makes Known. Wherein Is Considered, the Nature of Faith in Christ, and the Duty of Those Where the Gospel Comes in That Matter*.**[35]** Aqui ele elaborou em cima do que ele tinha previamente escrito em sua confissão de fé:

Eu acredito que é dever de todo ministro de Cristo clara e fielmente pregar o Evangelho a todos que o escutarão, e como eu creio na incapacidade dos homens para serem completamente *morais* em questões espirituais, e que é seu dever amar o Senhor Jesus Cristo e confiar nele para salvação, ainda que eles não agem dessa forma; eu então creio em livres e solenes discursos, convites, chamadas, e avisos a esses para serem não somente *consistentes*, mas diretamente *adaptados*, na mão do Espírito de Deus, para trazê-los a Cristo. Eu considero isto como parte de meu dever que eu não poderia omitir sem ser culpado do sangue dessas almas.**[36]**

Não deve ser suposto, entretanto, que Fuller foi algo menos do que um calvinista rígido. Ele disse de si mesmo: "Eu não acredito em tudo que Calvino ensinou, nem em qualquer coisa porque ele ensinou; mas eu considero que o Calvinismo rígido seja o meu próprio sistema."**[37]** Então como tem sido mantido por toda esta seção, o hiper-Calvinismo é meramente a prática consistente do próprio Calvinismo.

Em tempos mais recentes, há outros que têm sido intitulados, por uma razão ou outra, de hiper-calvinistas. Entre os batistas na Inglaterra, os batistas Gospel Standard têm sido muito menosprezados.**[38]** Neste país os batistas primitivos são considerados hiper-calvinistas pelos batistas da Graça Soberana, ao passo que o termo usual para sua doutrina é "radicalismo."**[39]** Se há um homem que é descrito como um perfeito hiper-calvinista é certamente Arthur W. Pink. Além dos batistas há a Igreja Reformada Protestante, que tem sido chamada hiper-calvinista pela Igreja Reformada Cristã.**[40]** As diferenças entre estas duas corporações reformadas serão examinadas adiante.

---

[1] Arthur W. Pink, *The Doctrine of Sanctification* (Swengel: Reiner Publications, 1975), p. 9; Morton H. Smith, *Reformed Evangelism* (Clinton: Multi-communication Ministries, 1975), p. 13; Palmer, p. 84; Good, Calvinists, p. 72; Talbot e Crampton, p. 76; Spurgeon, Sovereign Grace Sermons, p. 14.
[2] E. D. Strickland, em "The Berea Baptist Banner Forum," *The Berea Baptist Banner*, 5 de março de 1990, p. 51; Talbot e Crampton, p. 76.
[3] Belcher, Pink: Predestination, p. 8.
[4] Iain Murray, Forgotten Spurgeon, p. 47.
[5] Engelsma, Hyper-Calvinism, pp. 10-11.
[6] Belcher, Pink: Predestination, p. 8.
[7] Jimmie B. Davis, em "The Berea Baptist Banner Forum," *The Berea Baptist Banner*, 5 de março de 1990, p. 51.
[8] Ruckman, Hyper-Calvinism, p. 3.
[9] Iain H. Murray, *Spurgeon v. Hyper-Calvinism* (Edinburgo: The Banner of Truth Trust, 1995), pp. 40-46; A. J. Baxter, "C. H. Spurgeon: A Contempory View," em H. L. Williams e J. E. North, *Calvin versus Hyper-Spurgeonism* (E. Sussex: Berith Publications, 1997), pp. 5-12.
[10] Marc. D. Carpenter, "The Banner of Truth Trust Versus Calvinism," parte 2, *The Trinity Review*, junho de 1997, pp. 1-4; "Not So Sure With Mr. Spurgeon," em Williams e North, *Calvin versus Hyper-Spurgeonism*, pp. 23-33.
[11] Charles H. Spurgeon, citado em Iain Murray, Hyper-Calvinism, p. 38.
[12] Engelsma, Hyper-Calvinism, p. 2.
[13] Ibid.
[14] Marc D. Carpenter, "A History of Hypo-Calvinism," parte 1, *The Trinity Review*, março de 1997, pp. 1-4, e "A History of Hypo-Calvinism," parte 2, *The Trinity Review*, abril de 1997, pp. 1-4.
[15] Keener, p. 21.
[16] Iain Murray, Hyper-Calvinism, p. 40.
[17] Engelsma, Hyper-Calvinism, p. 5; Iain Murray, Hyper-Calvinism, p. 49.
[18] Charles H. Spurgeon, *The Two Wesleys* (Pasadena: Pilgrim Publications, 1975), pp. 4-5.

[19] Peter Toon, *The Emergence of Hyper-Calvinism in English Nonconformity*, 1689-1765 (Londres: The Olive Tree, 1967), pp. 28, 145; Sell, pp. 47-49; Ella, p. 157.
[20] Toon, p. 74.
[21] Sell, p. 51; Toon, pp. 93-96; Nettles, By His Grace, pp. 103-104, 390.
[22] Sell, p. 78; Toon, p. 88.
[23] Toon, p. 129.
[24] Sell, pp. 78-79; Engelsma, Hyper-Calvinism, p. 11; Toon, p. 131.
[25] Toon, p. 133.
[26] Engelsma, Hyper-Calvinism, p. 11.
[27] Henry C. Vedder, *A Short History of the Baptists* (Valley Forge: Judson Press, 1907), PP. 240-241; Torbet, p. 68; Toon, pp. 145, 151; Iain Murray, Hyper-Calvinism, p. 128.
[28] Toon, pp. 98-101, 145.
[29] Charles H. Spurgeon, *The Metropolitan Tabernacle: its History and Work* (Pasadena: Pilgrim Publications, 1990), p. 47.
[30] Vedder, p. 249; Toon, p. 151.
[31] David Benedict, *Fifty Years Among The Baptists* (Little Rock: Seminary Publications, 1977), p. 142.
[32] Iain Murray, Hyper-Calvinism, p. 50.
[33] Sell, pp. 86-87.
[34] Andrew Fuller, citado em Armitage, vol. 2, p. 584.
[35] Para o texto completo da segunda edição, veja Andrew Fuller, *The Complete Works of the Rev. Andrew Fuller*, 3ª. ed. rev. Joseph Belcher (Harrisonburg: Sprinkle Publications, 1988), vol. 2, pp. 328-416.
[36] Andrew Fuller, citado em Sell, p. 86.
[37] Ibid., p. 87.
[38] Toon, pp. 149-150; Engelsma, Hyper-Calvinism, p. 12.
[39] Para uma análise crítica dos batistas primitivos por um batista da Graça Soberana, veja Bob L. Ross, *The History and Heresies of Harshellism* (Pasadena: Pilgrim Publications, n.d.).
[40] Engelsma, Hyper-Calvinism, p. 1.

Calvinismo e calvinistas

Resta ainda a pergunta de, exatamente, o que determina se alguém é um calvinista. A rejeição do termo não quer dizer nada, pois como temos visto, para alguém recusar o título não significa que ele não seja um calvinista. Então quem são os calvinistas? Como mencionado em várias ocasiões, os grupos presbiterianos e reformados são inerentemente calvinistas. As diferenças em doutrina entre as igrejas e indivíduos presbiterianos e reformados são um tanto insignificantes, especialmente em relação às doutrinas do Calvinismo. Por isso, seus teólogos são sem exceção todos calvinistas. Isto incluiria:

Herman Bavinck (1854-1921) Herman Hoeksema (1886-1965)

G. C. Berkouwer (1903-1996)	Abraham Kuyper (1837-1920)
Louis Berkhof (1873-1957)	J. Gresham Machen (1881-1937)
J. Oliver Buswell (1895-1977)	John Murray (1898-1975)
Gordon H. Clark (1902-1985)	William G. T. Shedd (1820-1894)
William Cunningham (1805-1861)	Henry B. Smith (1815-1877)
Robert L. Dabney (1820-1898)	James H. Thornwell (1812-1862)
John Dick (1764-1833)	Francis Turretin (1623-1687)
Jonathan Edwards (1703-1758)	Cornelius Van Til (1895-1987)
Archibald A. Hodge (1823-1886)	Geerhardus Vos (1862-1947)
Charles Hodge (1797-1878)	Benjamin B. Warfield (1851-1921)

Por estes homens serem em sua maioria conservadores e ortodoxos, o Calvinismo tem sido equiparado à ortodoxia e, por isso, estabelecido uma posição segura na teologia. E por eles terem escrito a maioria dos livros teológicos, é muito difícil encontrar uma obra sobre teologia sistemática que não seja calvinista.

A identificação dos batistas que são calvinistas é, como tem sido visto, uma questão diferente. Não apenas a maioria deles menosprezam o nome de Calvino, mas eles têm tremendas diferenças entre si. Alguns são amilenistas; alguns são premilenistas. Alguns são KJV apenas [**Nota**: *King James Version*, Versão do Rei Tiago]; outros usam versões modernas. Alguns são igrejas locais apenas; outros consideram uma igreja universal. Alguns usam somente vinho fermentado na comunhão; outros usam somente suco de uva. Alguns enviam missionários; outros não enviam nenhum. Alguns acreditam que as mulheres devam obrigatoriamente cobrirem suas cabeças; outros acham que isto é opcional. Alguns permitem música intrumental; outros não permitem música nenhuma. Alguns dão convites do Evangelho; outros não dão nenhum. Alguns são pastores divorciados; outros não permitem nenhum; Alguns são fortemente dispensacionais; outros são apenas moderadamente dispensacionais. Assim, os batistas calvinistas diferem entre eles mesmos a um grau substancial. Todavia, seu Calvinismo é o elo comum que os une.

Então o que é o Calvinismo? O que faz um homem ser um calvinista? Embora os crentes na Bíblia que rejeitam o Calvinismo não concordam com a dicotomia calvinista/arminiano, em um aspecto os calvinistas dizem o seguinte:

O arminiano dirá que o homem é eleito porque ele crê. O calvinista afirma que o homem crê porque ele é um eleito.**[1]**

Assim, de acordo com o arminiano, a razão que um aceita e um outro rejeita o evangelho é que o *homem* decide; mas de acordo com o calvinista, *Deus* decide.**[2]**

Qual é a real questão em debate? Eu acho que eu posso dizer a você muito claramente. É a questão se alguém é predestinado – se por ora concedemos aos

nossos adversários no debate seu uso livre desse termo – é a questão se um homem é predestinado por Deus para salvação porque ele crê em Cristo ou é capacitado para acreditar em Cristo porque ele é predestinado.**[3]**

Então tudo se resume a: os homens são eleitos para salvação ou não? Esta é a questão entre os cristãos. A questão não é como Warfield diz, que "há fundamentalmente somente duas doutrinas de salvação: que a salvação é de Deus, e que a salvação é de nós mesmos."**[4]** Nenhum cristão discorda disso, ainda que um calvinista irá transferir a questão para fazer seu sistema parecer que seja o único que ensina a salvação pela graça. Wilson é ainda mais sutil: "Qual é o fator decisivo para, se ou não, alguém é um dependente da graça ou um arminiano na questão da salvação. É isso: o dependente da graça ensina que o fator decisivo final para, se ou não, alguém é salvo é a vontade e obra de Deus, enquanto que o arminiano ensina que o fator decisivo final para, se ou não, alguém é salvo é a vontade e/ou obra do homem."**[5]** Ora, nenhum cristão verdadeiro acredita que as obras tenham qualquer parte em sua salvação; entretanto, o papel do desejo do homem é uma questão separada. Combinando os dois, o calvinista mais uma vez implica que somente seu sistema ensina a salvação pela graça. A questão é: eleição para salvação. Todos os calvinistas, sejam eles presbiterianos ou reformados, batistas primitivos ou batistas da Graça Soberana; todos os calvinistas, sejam eles premilenistas ou amilenistas, teólogos dispensacionais ou pactuais; todos os calvinistas, se chamados pelo nome ou não; todos os calvinistas têm uma coisa em comum: Deus, por um decreto soberano e eterno tem determinado, antes da fundação do mundo, quem será salvo e quem será perdido. Para obscurecer a real questão, um vocabulário tem sido inventado para embaraçar e confundir os cristãos. Os argumentos sobre o supralapsarianismo e infralapsarianismo, depravação total e incapacidade total, reprovação e preterição, sinergismo e monergismo, livre-arbítrio e livre-agência, graça comum e graça especial, chamada geral e chamada eficaz, perseverança e preservação, e a soberania de Deus são todos insignificantes. A dificuldade para o calvinista é a simplicidade da salvação, de modo que, ao rejeitar isso, um sistema tem que ser construído de acordo com o qual a salvação é feita um decreto misterioso, secreto e incompreensível de Deus. Assim, o erro básico do Calvinismo é confundir eleição e predestinação com salvação, que elas nunca estão na Bíblia, mas somente nas especulações filosóficas e implicações teológicas do Calvinismo: o outro lado do Calvinismo.

---

[1] Kober, p. 44.
[2] Palmer, p. 60.
[3] Machen, Man, p. 58-59.
[4] Benjamin B. Warfield, *The Plan of Salvation* (Boonton: Simpson Publishing Company, 1989), p. 27.

[5] Wilson, Sovereign Grace View, p. 8.

Capítulo 2
A ORIGEM DO CALVINISMO

João Calvino não originou as doutrinas que levam seu nome. Isto é declarado enfaticamente pelos calvinistas: "O sistema de doutrina que carrega o nome de João Calvino não foi de maneira nenhuma originada por ele."**[1]** Dabney insiste que "João Calvino não mais inventou estas doutrinas do que ele inventou este mundo que Deus criou seis mil anos antes."**[2]** Mas se isto for verdade, então por que os ensinos de Calvino sobre a predestinação são chamados Calvinismo? Boettner responde que "foi Calvino quem desenvolveu este sistema de pensamento teológico com tal clareza lógica e ênfase que desde então tem levado seu nome."**[3]** Edwin Palmer (1922-1980) afirma que Calvino "foi o expositor mais eloqüente e sistemático destas verdades."**[4]** Boettner credita a Calvino um "profundo conhecimento da Escritura," uma "inteligência aguçada," e "talento sistematizador" como as razões dele ter sido capaz de demonstrar e defender estas doutrinas como nunca tinham sido feitas antes.**[5]** Calvino apenas "demonstrou o que a ele parecia brilhar tão claramente das páginas da Sagrada Escritura."**[6]** Assim mais uma vez somos informados de que o Calvinismo, se assim chamado ou não, é apenas o sistema de doutrina contido nas Escrituras. Isto em si mesmo, é claro, não significa nada, pois todo grupo ou seita que carrega o nome de Cristo, incluindo a Igreja Católica Romana, faz a mesma profissão.

---

[1] Talbot e Crampton p.78.
[2] Dabney, Calvinism, p. 6.
[3] Boettner, Predestination, pp. 3-4.
[4] Palmer, p. 6.
[5] Boettner, Predestination, p. 4.
[6] Ibid.

Calvino e Agostinho

Se as doutrinas do Calvinismo não vieram das "páginas da Sagrada Escritura," então onde Calvino conseguiu seu sistema? Vamos ouvir de alguns bem conhecidos e respeitados calvinistas reformados:

João Calvino foi parte de uma longa linha de pensadores que basearam sua doutrina da predestinação na interpretação agostiniana de São Paulo.**[1]**

Dificilmente há uma doutrina de Calvino que não carrega as marcas da influência de Agostinho.**[2]**

Os principais destaques da teologia de Calvino são encontrados nos escritos de Santo Agostinho de tal modo que muitos teólogos consideram o Calvinismo como uma forma mais bem desenvolvida do Agostinianismo.**[3]**

O sistema de doutrina ensinado por Calvino é apenas o Agostinianismo comum a todos os reformadores.**[4]**

Historiadores seculares como Will Durant (1885-1981) falam do mesmo modo: "Calvino baseou sua insensível doutrina nas teorias de eleitos e reprovados de Agostinho."**[5]** O batista Good admite que "Agostinho pode ser considerado como o pai do sistema soteriológico que agora responde pelo nome de 'Calvinismo.'"**[6]** Spurgeon concorda que "talvez o próprio Calvino o derivou principalmente dos escritos de Agostinho," mas rapidamente acrescenta que "Agostinho obteve suas opiniões, sem dúvida, através do Espírito de Deus, do estudo diligente dos escritos de Paulo, e Paulo os recebeu do Espírito Santo, de Jesus Cristo."**[7]** O próprio Calvino também declarou: "Agostinho está tão ligado a mim, que se eu quisesse escrever uma confissão de minha fé, eu poderia assim fazer com toda a plenitude e satisfação a mim mesmo de seus escritos."**[8]** Alguns calvinistas têm até preferido o termo *Agostinianismo* a *Calvinismo*.**[9]**

Agostinho e Calvino são, aos olhos dos calvinistas, os mais importantes teólogos:

Estes dois homens extraordinariamente talentosos se elevam como pirâmides sobre o cenário da história.**[10]**

Calvino e Agostinho facilmente figuram como os dois notáveis expositores sistemáticos do sistema cristão desde São Paulo.**[11]**

Os dois teólogos mais sistemáticos da Cristandade.**[12]**

Até os batistas, procurando apoio para o seu Calvinismo, citam Agostinho e Calvino como "grandes teólogos."**[13]**

O único problema com os homens que corretamente traçam o Calvinismo a Agostinho é que, uma vez agindo dessa forma, eles dizem: "o Agostinianismo é apenas uma expressão dogmática da religião em sua pureza."**[14]** Good até sustenta que "a fé bíblica, que tem sido comumente aceita mas nunca formalmente organizada, finalmente encontrou expressão teológica em Agostinho."**[15]** Então voltamos ao lugar de onde começamos: o Calvinismo, se chamado "Agostinianismo" ou algum outro termo, é o

Cristianismo bíblico. Por essa razão, um exame de Agostinho e seu sistema são necessários antes de partirmos para João Calvino.

---

[1] Richard A. Muller, *Christ and the Decree* (Grand Rapids: Baker Book House, 1988), p. 22.
[2] Alvin L. Baker, *Berkouwer's Doctrine of Election: Balance or Imbalance?* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1981), p. 25.
[3] Singer, p. vii.
[4] Warfield, Calvin, p. 22.
[5] Will Durant, *The Age of Faith* (New York: Simon and Schuster, 1950), p. 74.
[6] Good, Calvinists, p. 49.
[7] Charles H. Spurgeon, ed., *Exposition of the Doctrines of Grace* (Pasadena: Pilgrim Publications, n.d.), p. 298.
[8] João Calvino, "A Treatise on the Eternal Predestination of God," trad. Henry Cole, em João Calvino, *Calvin's Calvinism* (Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1987), p. 38.
[9] Kuyper, p. 13.
[10] Warfield, Calvin, p. v.
[11] Boettner, Predestination, p. 405.
[12] Shedd, Calvinism, p. xi.
[13] Mason, p. 2.
[14] Warfield, Calvin, p. 323.
[15] Good, Calvinism, p. 50.

A Influência de Agostinho

A influência de Agostinho na história em geral e no Cristianismo em particular é incalculável – mas não surpreendente – visto que, como Calvino, ele foi um escritor extensivamente prolífico. Ainda que a maioria das obras de Agostinho ainda existem, suas duas mais famosas, *Confissões* e a *Cidade de Deus*, são impressas por numerosos editores e ainda são citadas na maioria dos livros de história seculares. E não somente suas próprias obras são volumosas, mas a tremenda seleção de literatura que sua vida e obras têm inspirado é igualmente indeterminável. Estudantes do Calvin Theological Seminary tem a opção de realizar um curso semestral com aulas de três horas sobre "A Vida e Pensamento de Santo Agostinho."**[1]** Quando um calvinista moderno se esforça para tentar provar o Calvinismo apelando para homens, o primeiro nome mencionado é sempre o de Agostinho.**[2]** Até Arminius apelou a ele quando Agostinho concordava com ele em uma interpretação particular.**[3]** E conquanto não seja nenhuma surpresa que Agostinho já foi capa da revista *Christian History*,**[4]** o fato dele ter sido destaque na revista *Time* como "o segundo fundador da fé" mostra a contínua influência de Agostinho.**[5]** Todavia, se ou não esta influência tem sido boa ou ruim resta ainda ser visto.

O homem Agostinho tem sido entusiasmadamente enaltecido pelos calvinistas:

Uma das maiores mentes teológicas e filosóficas que Deus viu ser adequada para oferecer à Sua igreja.**[6]**

Santo Agostinho foi um dos maiores pensadores cristãos de todos os tempos.**[7]**

O maior cristão desde os tempos do Novo Testamento.**[8]**

Seguramente o maior homem que escrevia em latim.**[9]**

O maior pensador psicólogo e político desde Aristóteles.**[10]**

Alguns até o colocariam em uma trindade: "Depois de Jesus e Paulo, Agostinho de Hipona é a figura mais influente na história do Cristianismo."**[11]**

Ainda que a influência de Agostinho seja na verdade grande, os calvinistas têm sido muito generosos no que atribuem a ele. O presbiteriano N. L. Rice (1807-1877) alega que "os trabalhos e escritos [de Agostinho], mais do que de qualquer outro homem na época em que ele viveu, contribuíram para a promoção da sã doutrina e o restabelecimento da verdadeira religião."**[12]** Esta é uma bela declaração, e resta ser visto apenas o que a "sã doutrina" de Agostinho e a "verdadeira religião" realmente foram, não obstante, considere o que Warfield credita a Agostinho:

Agostinho estabeleceu por todo o tempo a doutrina da graça.**[13]**

O completo desenvolvimento da vida ocidental, em todas as suas fases, foi fortemente afetada por seus ensinos.**[14]**

O desenvolvimento político inteiro da Idade Média foi dominado por ele.**[15]**

Ele foi num certo sentido o criador do Sacro Império Romano.**[16]**

A mais notável declaração de Warfield, entretanto, é que "foi Agostinho quem nos deu a Reforma."**[17]** Arthur Custance nos informa que "a Reforma foi essencialmente um ressurgimento do Agostinianismo, como o Agostinianismo foi uma recuperação da teologia paulina."**[18]** Conquanto a Reforma foi a culminação de várias idéias e eventos, em sua maioria direcionados contra a corrupção da Igreja Católica, atribuir a Agostinho um papel principal nela é torcer os fatos da história, pois como logo veremos, não somente ele diferia de Martinho Lutero (1483-1546) e o celebrado princípio paulino da Reforma, mas a

própria Igreja Católica Romana tem uma melhor reinvindicação sobre Agostinho do que os calvinistas.

---

[1] Calvin Theological Seminary, *1996-1998 Catalog*, p. 110.
[2] Palmer, p. 6; Custance, p. 50; George S. Bishop, *The Doctrines of Grace* (Grand Rapids: Baker Book House, 1977), p. 3.
[3] Carl Bangs, *Arminius: A Study in the Dutch Reformation*, 2nd ed. (Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1985), pp. 192, 347.
[4] *Christian History*, Vol. 5:4 (1986), p. 2.
[5] Richard N. Ostling, "The Seconder Founder of the Faith," *Time*, 29 de setembro de 1986, p. 76.
[6] Talbot e Crampton, p. 79.
[7] Norman L. Geisler, *What Augustine Says* (Grand Rapids: Baker Book House, 1982), p. 9.
[8] Alexander Souter, citado em F. F. Bruce, *The Spreading Flame* (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1958), p. 333.
[9] Ibid.
[10] S. L. Greenslade, citado em Bruce, The Spreading Flame, p. 334.
[11] *Christian History*, Vol. 6:3 (1987), p. 2.
[12] N. L. Rice, *God Sovereign and Man Free* (Harrisonburg: Sprinkle Publications, 1985), p. 13.
[13] Benjamin B. Warfield, "The Idea of Systematic Theology," em Mark A. Noll, ed., *The Princeton Theology* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1983), p. 258.
[14] Warfield, Calvin, p. 310.
[15] Ibid, p. 318.
[16] Ibid.
[17] Ibid., p. 322.
[18] Custance, p. 27.

Catolicismo e Agostinho

Certamente não é comum que pessoas enaltecidas pelos protestantes sejam ao mesmo tempo adotadas também pela Igreja Católica Romana. Mas esse é o caso de Agostinho. Ele, junto com Jerônimo (331-420), Ambrósio (340-397), e Gregório o Grande (c. 540-604), foi um dos quatro originais "Doutores da Igreja" do Catolicismo.**[1]** Ele tem uma data comemorativa na Igreja Católica em 28 de agosto (o dia de sua morte).**[2]** A enciclopédia católica o denomina o fundador do Cristianismo ocidental e elogia a "grandeza de sua realização como pensador e teólogo."**[3]** No 1.600º aniversário da conversão de Agostinho, o Papa João Paulo II o designou o "pai comum de nossa civilização cristã."**[4]** Um oficial do Vaticano diz que através de Agostinho: "Eu aprendi a crer, a conhecer a fé e amar a igreja."**[5]** Como qualquer relíquia católica romana, os ossos de

Agostinho foram transportados por toda a Europa.**[6]** Então os calvinistas não são os únicos que recorrem a Agostinho a favor de seu sistema de teologia, pois, como um historiador disse: "Dificilmente há um único dogma católico romano que seja historicamente compreensível sem referência a seu ensino."**[7]**

Agostinho foi em primeiro lugar um católico romano. Todos os calvinistas, se honestos, admitem isso. Warfield reconhece que Agostinho foi "num sentido exato o fundador do Catolicismo Romano."**[8]** Philip Schaff (1819-1893) o chama de o "principal criador teológico do sistema latino-católico, igualmente distinto do Catolicismo grego por um lado, e do Protestantismo evangélico por outro."**[9]** Que significa, como outro escritor tão francamente afirmou: "O primeiro verdadeiro 'católico romano.'"**[10]** Somente por Agostinho ter sido tão dissimulado que Warfield o considera como "tanto o fundador do Catolicismo Romano quanto o autor daquela doutrina da graça constantemente perseguida pelo Catolicismo Romano para neutralizá-la."**[11]** Todavia, o batista Tom Rom, após admitir que Agostinho não foi "nenhum amigo dos batistas"**[12]** o cita como "o renomado teólogo católico" quando procura um aliado da pré-Reforma que "cria nas doutrinas da graça."**[13]** Mas mesmo que os calvinistas se alegram em reinvidicar Agostinho como um dos seus, nem todos os católicos estão dispostos a cedê-lo com tanta facilidade.**[14]**

---

[1] *The Oxford Dictionary of the Christian Church*, 2ª ed. (Londres: Oxford University Press, 1974), s.v. "Augustine," p. 414.
[2] *New Catholic Encyclopedia* (Nova York: McGraw-Hill Book Company, 1967), s.v. "Augustine, St.," vol. 1, p. 1041.
[3] Ibid.
[4] Papa João Paulo II, citado em Ostling, p. 76.
[5] Joseph Cardinal Ratzinger, citado em Ostling, p. 76.
[6] *Christian History*, Vol. 6:3 (1987), pp. 34-35.
[7] *The New Schaff-Herzog Encyclopedia of Religious Knowledge* (Grand Rapids: Baker Book House, 1949-1950), s.v. "Augustine," vol. 1, p. 368.
[8] Warfield, Calvin, p. 313.
[9] Philip Schaff, *History of the Christian Church* (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1910), vol. 3, p. 1018.
[10] Peter S. Ruckman, *The History of the New Testament Church* (Pensacola: Bible Baptist Bookstore, 1982-1984), vol. 1, p. 149.
[11] Warfield, Calvin, pp. 321-322.
[12] Tom Ross, Abandoned Truth, p. 11.
[13] Ibid., p. 16.
[14] Veja *The Catholic Encyclopedia* (Nova York: The Encyclopedia Press, 1913), s.v. "Augustine of Hippo," vol. 2, pp. 91-99.

Os Pais da Igreja e Agostinho

Durante o tempo entre os apóstolos do Novo Testamento e Agostinho, numerosas seitas e heresias se levantaram. Mas isto foi profetizado pelo apóstolo Paulo: "Eu sei que depois da minha partida entrarão no meio de vós lobos cruéis que não pouparão rebanho, e que dentre vós mesmos se levantarão homens, falando coisas perversas para atrair os discípulos após si" (At 20.30). Há algum debate, entretanto, até mesmo entre os próprios calvinistas, quanto a se a doutrina da predestinação, como entendida pelos calvinistas, foi ensinada antes de Agostinho. Somos geralmente informados, sem nenhuma documentação, de declarações comuns como: "Os escritos do período patrístico revelam fortes inclinações para o Calvinismo."**[1]** Ocasionalmente tem-se feito um esforço para citar autores patrísticos,**[2]** mas nenhum calvinista jamais superou a tentativa de John Gill em seu *The Cause of God and Truth*.**[3]** Todavia, contra as citações dos Pais da Igreja apresentadas como prova de que eles foram calvinistas, permance três evidentes objeções. Para começar, a maioria das citações alegadas são altamente ambíguas e tem que imaginar que elas ensinam o Calvinismo. Em segundo lugar, as citações citadas não abordam a questão essencial. Não é apenas porque um pai da igreja menciona a depravação do homem e a livre graça de Deus na salvação que ele está ensinando o Calvinismo, mas isto é o que os calvinistas querem que todos acreditam. E finalmente, para toda citação da Patrística promovida a favor do Calvinismo, duas outras podem ser proferidas contra ele.

Apesar da tentativa de alguns calvinistas para remover o estigma de Agostinho ser classificado como o que um calvinista chama, o "primeiro verdadeiro predestinista,"**[4]** a maioria dos calvinistas faz Agostinho ser justamente isso. C. Norman Sellers reconhece que "Agostinho discordava dos Pais que o precediam no ensino da absoluta soberania de Deus."**[5]** E não somente ele discordava dos primeiros Pais, mas Boettner declara que "ele foi muito além dos primeiros teólogos."**[6]** Ele depois diz que, considerando a idéia de salvação calvinista por um decreto eterno, irresistível: "Esta verdade fundamental do Cristianismo foi claramente percebido primeiro por Agostinho."**[7]** Warfield insiste que Agostinho "recuperou para a Igreja" esta verdade fundamental.**[8]** Custance vai mais longe ainda ao dizer que Agostinho "foi talvez o primeiro depois de Paulo a perceber a Total Depravação do homem."**[9]** Deve ser lembrado que são os próprios calvinistas que estão apresentando Agostinho "como um elo principal entre Paulo e Calvino."**[10]** A maioria deles tão prontamente admite que "a doutrina da Predestinação recebeu pouca atenção" antes de Agostinho,**[11]** que até os batistas calvinistas admitem que "Agostinho pode ser considerado como o pai do sistema soteriológico que agora responde pelo nome de 'Calvinismo.'"**[12]** Isto é até confirmado pelos historiadores seculares: "Estas questões foram raramente debatidas entre a época de São Paulo e a de Agostinho."**[13]**

Mas se ou não algum dos primeiros Pais da Igreja ensinou o que hoje é considerado 'Calvinismo' é verdadeiramente insignificante por duas razões

dadas pelos próprios calvinistas. A primeira é o fato de que a verdadeira questão *nunca* foi se a salvação era recebida pelo livre-arbítrio do homem ou por um decreto irresistível. Por causa da época em que eles viveram, Gill nos informa que "as canetas dos primeiros escritores cristãos eram principalmente empregadas contra os judeus e os pagãos, e heréticos que se opunham à doutrina da Trindade; e que, ou negava a própria deidade ou a real humanidade de Cristo; e por isso não se espera que eles tratassem das doutrinas agora em debate entre nós."**[14]** E em segundo lugar, como Gill o batista sabe muito bem: "Os escritos dos melhores dos homens, da mais primitiva antiguidade, e do maior conhecimento e piedade, não podem ser admitidos por nós como regra e padrão de nossa fé. Estes, conosco, são somente as Escrituras do Velho e Novo Testamento: a estes nós recorremos, e por estes somente podemos ser determinados."**[15]** Com tanto apelo a Agostinho, e sendo ele exaltado pelos próprios calvinistas, um exame da teologia de Agostinho, junto com uma comparação de sua teologia com as Escrituras, é imperativo.

---

[1] Talbot e Crampton, p. 79.
[2] Singer, pp. 1-6.
[3] John Gill, *The Cause of God and Truth* (Paris: The Baptist Standard Bearer, 1992), pp. 220-328.
[4] Paul K. Jewett, *Election and Predestination* (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1985), p. 5.
[5] C. Norman Sellers, *Election and Perseverance* (Miami Springs Schoettle Publishing Co., 1987), p. 3.
[6] Boettner, Predestination, p. 365.
[7] Ibid.
[8] Warfield, Calvin, p. 321.
[9] Custance, p. 18.
[10] Ibid., p. 20.
[11] Boettner, Predestination, p. 366.
[12] Good, Calvinists, p. 49.
[13] Edward Gibbon, *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire* (Nova York: Modern Library, n.d.), vol. 2, p. 236.
[14] Gill, God and Truth, p. 221.
[15] Ibid., p. 220.

A Época de Agostinho

A fim de melhor entender Agostinho e sua teologia, uma breve análise da época em que ele viveu é pertinente, pois Agostinho viveu durante um período único na história do Cristianismo. Começando com a perseguição dos apóstolos após a ascenção de Cristo (At 4.1-3, 5.17-18) e os subseqüentes martírios de Estevão (At 7.58-59) e Tiago (At 12.1-2), os primeiros cristãos

sofreram perseguição quase contínua. Mas como o pai da igreja Tertuliano (c. 150-c. 220) mencionou, a perseguição somente fez crescer o número de cristãos: "Nem sua crueldade, no entanto intensa, beneficia você; é uma grande tentação para nós. Quanto mais você nos ceifa, mais crescemos; *o sangue dos cristãos é uma semente*."**[1]** Mas depois de quase trezentos anos de severa perseguição, o Cristianismo foi empurrado para uma posição duvidosa de ascendência.

Constantino (c. 272-337) tornou-se o único governante da parte ocidental do império romano depois de derrotar Maxêncio (c. 283-312) na famosa Batalha da Ponte Mílvian, perto de Roma, em 312. Foi aqui que Constantino alegou ter visto uma visão de uma cruz brilhante que levou à sua vitória. O historiador Eusébio (c. 265-339), o maior admirador de Constantino, registrou da boca de Constantino:

Ele disse que por volta do meio-dia, quando o sol já estava começando a declinar, ele viu com seus próprios olhos o troféu da cruz nos céus, sobre o sol e com uma inscrição contendo as palavras "COM ISTO CONQUISTO." À vista disso ficaram pasmos tanto ele como todas as suas forças militares, as quais lhe seguiram em sua marcha e foram testemunhas do milagre.**[2]**

Mais tarde naquela noite em seu sono, Constantino alega ter sido visitado pelo próprio Cristo e foi mandado fazer um modelo semelhante a cruz que ele tinha visto.**[3]** Depois de supostamente atribuir sua vitória ao "Deus cristão," Constantino se uniu a Licinius (c. 265-325), um dos imperadores do leste, para editar em 313, em Milão, um decreto de tolerância ao Cristianismo. Licinius logo derrotou um rival no leste e Constantino por sua vez derrotou Licinius em 324, assim tornando o último único governador do império romano.

O *Edito de Milão*, como o decreto de tolerância ficou conhecido, não somente prescrevia a perseguição aos cristãos, como também permitia a restauração de propriedades confiscadas, reconhecia o Cristianismo, e declarava a absoluta liberdade de consciência em assuntos religiosos. Constantino e Licinius disseram em parte:

Portanto, decretamos a seguinte ordenança, como nossa vontade, com a intenção mais saudável e correta, que nenhuma liberdade seja recusada aos cristãos para seguirem ou manterem suas observâncias ao culto. Mas que a cada um seja concedido o poder de dedicar a mente à adoração que lhe julga adaptada... cada cristão possa buscar e seguir, com liberdade e sem ser importunado, o curso e adoração que propôs para si... concedemos liiberdade e liberdade plena para observarem seu modo peculiar de adoração.**[4]**

Embora à primeira vista esta proclamação parece ser admirável, foi na verdade o começo da aliança profana da Igreja e Estado que iria contaminar verdadeiras igrejas até bem depois da Reforma. Assim como Balaão não podia amaldiçoar os filhos de Israel (Nm 23.7-8), e por isso fez com que eles, pelo seu

conselho (Nm 31.16), cometessem fornicação (Ap 2.14) e se dedicassem a Baal (Nm 25.5), com o resultado que Deus ordenou que fossem mortos (Nm 25.5), assim também a Igreja, começando no tempo de Constantino, visto que não podia ser comprometida pela perseguição, foi seduzida, como os filhos de Israel foram, a unir-se com o mundo.

Se Constantino tivesse meramente seguido a carta do Edito de Milão e deixado os cristãos em paz ele teria entrado para a história com uma melhor reputação que ele desfrutou. Mas tal não era o caso, pois Constantino logo depois estendeu privilégios especiais ao que ele considerava ser a Igreja enquanto retirava todos os privilégios, não apenas dos romanos pagãos, mas do que ele considerava "heréticos" também. Ele eximiu o clero cristão de certos deveres e taxas municipais, aboliu os costumes pagãos que os cristãos julgavam ser ofensivos, e contribuiu liberalmente ao apoio do clero e a construção de igrejas.**[5]** Para um grupo de cristãos, entretanto, Constantino recusou dar apoio. Os donatistas da África do Norte, que tinham se separado da Igreja estabelecida, foram destituídos de suas igrejas e perseguidos por um edito de Constantino.**[6]** Então em 325, o primeiro conselho de igreja geral, o Concílio de Nicéia, foi convocado por Agostinho para tratar da controvérsia Ariana. Nada confirma o lamentável estado da Igreja mais do que a convocação do conselho pelo Estado, pois não apenas Constantino se colocou contra Ário (256-336), mas ele defendeu a supressão de seus escritos nos termos mais ásperos:

Se qualquer estudo composto por Ário for descoberto, que seja atirado às chamas, a fim de que, não somente sua doutrina corrompida possa ser suprimida, mas também que nenhuma memória dele possa ser de alguma maneira preservada. Por isso decreto que, se qualquer um for encontrado ocultando um livro compilado por Árius, e instantaneamente não entregar para ser queimado, a pena por esta ofensa será a morte.**[7]**

Constantino foi cruel em sua perseguição aos "heréticos." Ele proibiu aqueles que estavam fora da igreja católica de se reunirem, pública ou privadamente, e confiscou suas propriedades.**[8]** Assim, as próprias coisas que os cristãos tinham sofrido estavam agora sendo praticadas em nome do Cristianismo.

Perto da morte, Constantino finalmente pediu que fosse batizado. Ele se referia ao batismo como "a salvação de Deus," "aquele selo que confere imortalidade," e "o selo da salvação."**[9]** Crendo na regeneração batismal, ele adiou o batismo até próximo da morte para que obtivesse perdão de seus pecados passados e não tivesse a chance de pecar mais. Ele morreu logo depois e foi colocado em um caixão de ouro e levado à cidade a qual foi dada o nome em sua homenagem: Constantinopla. Apesar dos louvores dados a ele por Eusébio, Constantino foi responsável por colocar a base de um dos maiores erros a contaminar a Igreja: a união da Igreja e do Estado. Ainda que Constantino foi instrumental nas mortes de sua mulher, neto, e filho,**[10]** F. F. Bruce (1910-

1990) ainda sustenta que "não há nenhuma razão para duvidar da genuinidade da aceitação do Cristianismo por Constantino, apesar de seus ataques bárbaros que desfigura o registro de seu reino de tempos em tempos."**[11]** O historiador Andrew Miller (1810-1883), entretanto, é provavelmente mais preciso em sua avaliação: "Um Salvador crucificado, verdadeira conversão, justificação pela fé apenas, separação do mundo, nunca foram temas conhecidos por Constantino."**[12]**

O que Constantino começou, o imperador Teodósio (reinou de 379-395) terminou. Depois da morte de Constantino, e a subseqüente divisão do império entre seus filhos, leis foram transmitidas contra os sacrifícios pagãos e os templos pagãos foram pilhados.**[13]** Isto teve o efeito de trazer muitos pagãos não regenerados para a Igreja. A primeira tarefa para Teodósio foi divulgar um edito que declarava para todos os súditos que eles "firmemente aderissem à religião que foi ensinada por São Pedro aos romanos, que tem sido fielmente preservada pela tradição."**[14]** Ele mais tarde ordenou que "os partidários desta fé fossem chamados *cristãos católicos*," e proibiu, sob pena pesada, que "heréticos" se reunissem em suas igrejas.**[15]** Teodósio, como Constantino, também convocou um conselho eclesiástico ecumênico. O Primeiro Concílio de Constantinopla, que Teodósio convocou em 381, reafirmou o credo niceno como a única fé ortodoxa e condenou todas as "heresias."**[16]** Em 391 o Cristianismo se tornou na prática a religião oficial e também todas as formas de adoração pagã foram proibidas.**[17]** Mas apenas o que o imperador julgou ser Cristianismo ortodoxo foi aceito. Os "heréticos" cristãos foram proibidos de se reunirem, dar intrução de sua fé, e praticar a ordenação.**[18]** Muitos foram ameaçados com multas, confisco de suas propriedades, banimento, e morte.**[19]** Conseqüentemente, embora o Cristianismo era a religião "oficial," verdadeiros cristãos, como eles fizeram quando o paganismo estava na ascendência, foram obrigados a tornarem-se clandestinos.

Os resultados dos editos e decretos imperiais e a aliança profana da Igreja com o Estado tem sido admiravelmente resumida pelo historiador William Jones (1762-1846):

As Escrituras agora não eram mais o padrão da fé cristã. O que era ortodoxo, e o que era heterodoxo, era, daqui em diante, determinado pelas decisões dos pais e conselhos; e a religião se propagou, não pelos métodos apostólicos de persuasão, acompanhado da submissão e docilidade de Cristo, mas por editos e decretos imperiais; nem foram os opositores levados ao convencimento pelas singelas armas da razão e da escritura, mas perseguidos e destruídos.**[20]**

Assim foi a triste condição da Igreja oficial na época em que Agostinho começou a exercer sua influência perto do fim do quarto século.

[1] Tertullian *Apology* 50.
[2] Eusebius, *The Life of Constantine* 1.28.
[3] Ibid., 1.29.
[4] Eusebius *Church History* 10.5.
[5] Schaff, History, vol. 3, p. 31; A. H. Newman, *A Manual of Church History* (Valley Forge: Judson Press, 1933), vol. 1, pp. 306-307.
[6] Michael Grant, *Constantine the Great* (Nova York: Charles Scribner's Sons, 1993), p. 166.
[7] Socrates Scholasticus *Ecclesiastical History* 1.9.
[8] Eusebius *The Life of Constantine* 3.65.
[9] Ibid., 3.62.
[10] Will Durant, *Caesar and Christ* (Nova York: Simon e Schuster, 1972), p. 663.
[11] Bruce, The Spreading Flame, p. 298.
[12] Andrew Muller, *Miller's Church History* (Grand Rapids: Zondervan Publising House, n.d.), p. 194.
[13] Schaff, History, vol. 3, p. 38.
[14] Ibid., p. 142.
[15] Ibid.
[16] Salaminius Sozomen *Ecclesiastical History* 7.9.
[17] Schaff, History, vol. 3, pp. 63-64.
[18] Salaminius Sozomen *Ecclesiastical History* 7.12.
[19] Schaff, History, vol. 3, p. 142.
[20] William Jones, *The History of the Christian Church*, 5ª ed. (Gallatin: Church History Research and Archives, 1983), vol. 1, p. 306.

A Vida de Agostinho

Aurelius Augustinus nasceu em 13 de novembro de 354, em Tagaste na romana África do Norte (hoje Argélia) e morreu perto de Hipona em 28 de agosto de 430. Foi filho de um pai pagão, Patricius, supostamente convertido um pouco antes de sua morte, e uma mãe cristã de nome Monica.**[1]** Com doze anos, Agostinho foi mandado a uma escola perto de Madaura, onde ele se debateu com o estudo do grego.**[2]** Durante um ano em casa quando tinha dezesseis anos, Agostinho diz que "os espinhos da luxúria cresceram vigorosamente sobre a minha cabeça."**[3]** Ainda que sua mãe o alertou a "não cometer fornicação," ele rejeitou seu conselho como "conselhos femininos" e se entregou ao desejo, até mesmo incrementando suas aventuras para sobrepujar seus amigos.**[4]** Na idade de 17, Agostinho foi para Cártago estudar. Em Cártago, ele afundou-se em pecado, alegando ter "sujado, então, a fonte da amizade com a vulgaridade da concupiscência" e "turvado seu resplendor com o inferno da lascívia."**[5]** Foi aqui que ele manteve relações com uma amante e teve uma criança bastarda, Adeodatus.**[6]** E também foi aqui que Agostinho experimentou uma conversão, mas não ao Cristianismo.

Lendo o orador romano Cícero (106-143), Agostinho enamorou-se com a filosofia e se converteu à religião maniqueísta.**[7]** Fundada por Mani (216-276), que foi executado pelo governo persa,**[8]** o Maniqueísmo foi uma religião agnóstica extraída do Zoroatrismo, do Budismo, e do Cristianismo.**[9]** Surpreendentemente, alguns elementos do Maniqueísmo vieram aparecer mais tarde na teologia cristã de Agostinho. No dualismo do sistema maniqueísta, o mundo era uma luta entre a Luz e as Trevas.**[10]** Os Maniqueus deviam ajudar na separação da Luz do mundo pela abnegação, celibato, pobreza, e vegetarianismo – todos praticados posteriormente por Agostinho.**[11]** É também interessante que os maniqueus se dividiam em dois grupos: uma minoria, denominada os Eleitos, e a maioria, conhecida como os Auditores ou Ouvintes.**[12]** Pelos próximos nove anos Agostinho foi um ardente maniqueu, e fez numerosos conversos.**[13]** Após retornar à sua terra natal ensinar gramática, ele voltou novamente para Cártago ensinar retórica.**[14]** Passados oito anos em Cártago, Agostinho se desiludiu com o Maniqueísmo e partiu para Roma.**[15]** Quando ele descobriu que os estudantes em Roma não gostavam de pagar suas contas da escola, ele conseguiu um outro emprego em Milão.**[16]** Foi aqui que ele mandou embora sua amante, arrumou outra, e então experimentou uma nova conversão, desta vez ao Cristianismo.

Em Milão, três fatores levaram à conversão de Agostinho. Ele primeiro foi influenciado pela filosofia neoplatônica, um renascimento do Platonismo pelos filósofos pagãos Plotino (c. 205-270) e Porfírio (c. 232-302).**[17]** Surpreendentemente, entretanto, esta filosofia contribuiu para a busca espiritual de Agostinho, mas por causa de sua raiz maniqueísta e do fato dele atribuir elementos neoplatônicos do Cristianismo que não existiam nele.**[18]** Ele também começou a assistir à pregação de Ambrósio, de quem ele aprendeu o método alegórico de interpretar as Escrituras.**[19]** Mas talvez o fator preponderante, e que é muitas vezes ignorado, foi sua leitura das epístolas paulinas.**[20]** Em um período de grande convicção, Agostinho supostamente atirou-se sob uma figueira e chorou, e então ouviu uma voz de criança repetindo "levante e leia."**[21]** Isto ele interpretou como "um comando dos céus para eu abrir o livro, e ler o primeiro capítulo que eu deveria esclarecer."**[22]** O texto que ele abriu estava no livro de Romanos:**[23]**

Andemos honestamente, como de dia: não em glutonarias e bebedeiras, não em impudicícias e dissoluções, não em contendas e inveja. Mas revesti-vos do Senhor Jesus Cristo; e não tenhais cuidado da carne em suas concupiscências (Rm 13.13-14).

Logo depois, Agostinho abandonou seu cargo de professor, começou a escrever, e se preparou para o batismo para a Páscoa seguinte.**[24]** Seu batismo foi por imersão,**[25]** que continuou a ser a forma usual de batismo.**[26]** Após a morte de sua mãe, Agostinho foi para Roma por um ano e então retornou à sua terra natal para três anos de estudo monástico.**[27]** Durante uma visita à cidade de Hipona em 391, Agostinho foi ordenado presbítero e fundou um

monastério.**[28]** Em 396 ele tornou-se o bispo de Hipona, onde ele permaneceria até o final de sua vida.**[29]** Ele morreu na idade de setenta e cinco anos enquanto Hipona estava sendo sitiada pelos vândalos.

Uma razão para a constante influência de Agostinho é sua tremenda produtividade literária. Sua *Confissões*, escrita logo depois de se tornar bispo, reconta a história de sua vida até seu retorno à África do Norte depois de sua conversão. De fato, há mais em sua *Confissões* sobre sua conversão do que em qualquer das obras de Calvino. Sua *Retratações*, escrita perto do final de sua vida, é uma análise sistemática e uma correção de suas obras. Uma das obras mais resistente de Agostinho, a *Cidade de Deus*, foi iniciada na ocasião do saque de Roma por Alarico o Godo (c. 370-410) em 410.**[30]**

As obras teológicas de Agostinho foram da mesma forma escritas em resposta ao que ele percebeu ser heresia. Três "heresias" em particular foram o objeto de suas campanhas literárias. A primeira foi a heresia maniqueísta. Começando logo após sua conversão, Agostinho usou sua caneta contra sua antiga religião.**[31]** Ele também debateu publicamente com líderes maniqueus.**[32]** Logo depois, ele virou sua atenção aos donatistas. Enquanto Agostinho e os católicos enfatizavam a unidade da Igreja, os donatistas insistiam na pureza da Igreja e rebatizavam todos aqueles que vinham dos católicos – considerando os católicos corruptos.**[33]** A terceira grande controvérsia que ocupou Agostinho foi sua disputa com os pelagianos. Esta é seu conflito teológico mais significante, e um que se aplica diretamente na questão do Calvinismo, pois como os calvinistas David Steele e Curtis Thomas sustentam: "As doutrinas básicas da posição calvinista foram vigorosamente defendidas por Agostinho contra Pelágio durante o quinto século."**[34]** E por causa da moderna comparação dos sistemas opostos do Agostinianismo e o Pelagianismo com o Calvinismo e o Arminianismo que Pelágio e seu sistema demandam mais estudo.

---

[1] Gerald Bonner, *St Augustine of Hippo* (Philadelphia: The Westminster Press, 1963), p. 38.
[2] Ibid., p. 53.
[3] Agostinho *Confessions* 2.3.6.
[4] Ibid., 2.3.7.
[5] Ibid., 3.1.1.
[6] Peter Brown, *Augustine of Hippo* (Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1967), p. 39.
[7] *New Dictionary of Theology* (Downers Grove: Inter-Varsity Press, 1988), s.v. "Augustine," p. 58.
[8] Brown, p. 44.
[9] Bonner, p. 161.
[10] Ibid., p. 58.

[11] Ibid.
[12] Ibid., p. 59.
[13] Ibid., p. 63.
[14] *The New Schaff-Herzog Encyclopedia of Religious Knowledge*, s.v. "Augustine," Vol. 1, p. 366.
[15] *A Dictionary of Christian Biography* (Peabody: Hendrickson Publishers, 1994), s.v. "Augustine," p. 72.
[16] Bonner, p. 71.
[17] Ibid., p. 80.
[18] Ibid., p. 86; Brown, pp. 98-99.
[19] Bonner, p. 72.
[20] Schaff, History, vol. 3, p. 991; Bonner, p. 84.
[21] Agostinho *Confessions* 8.12.29.
[22] Ibid.
[23] Ibid.
[24] Roy W. Battenhouse, ed., *A Companion to the Study of St. Augustine* (Nova York: Oxford University Press, 1955), p. 36.
[25] Armitage, vol. 1, p. 218.
[26] David Benedict, *History of the Donatists* (Gallatin: Church History Research & Archives, 1985), pp. 64-65.
[27] Bonner, pp. 104-108.
[28] Ibid., pp. 112-113.
[29] Battenhouse, p. 41.
[30] Ibid., p. 259.
[31] Bonner, p. 105.
[32] Ibid., p. 135.
[33] John Laurence Mosheim, *An Ecclesiastical History, Ancient and Modern*, trad. Archibald MacLaine (Cincinnati: Applegate & Co., 1854), p. 101; Benedict, Donatists, pp. 19, 29, 113, 187; Battenhouse, p. 194.
[34] Steele e Thomas, p. 19.

Pelagianismo e Agostinho

Assim como um estudo de Arminius e do Arminianismo é requisito para um estudo do Calvinismo, uma olhada em Pelágio e no Pelagianismo é necessária se quisermos completamente entender o Agostinianismo. Isto é necessário por causa da enxurrada contínua de retórica dos calvinistas sobre todos os homens ser divididos em duas classes: um ensinando o que eles acreditam e o outro oposto a tudo que eles acreditam. McFetridge alega que "Agostinho e Pelágio manteve a mesma atitude entre si como Calvino e Arminius no século dezesseis. Por conseguinte o Calvinismo é freqüentemente e corretamente chamado Agostinianismo; e o Arminianismo, Semipelagianismo. Estes são os dois sistemas que são agora mais extensivamente defendidos, e com os dois, todos os outros sistemas teológicos cristãos têm afinidades orgânicas."**[1]** Por essa razão, visto que estas distinções arbitrárias são aduzidas

em apoio à sua causa, a abordagem calvinista terá que ser seguida. Como mencionado na Introdução, o Arminianismo é freqüentemente associado com o Pelagianismo apenas para adicionar insulto à injúria. O rótulo *pelagiano* é duvidosamente invocado para condenar qualquer doutrina que venha a ameaçar a primazia da graça. Boettner indomavelmente nos conta: "A origem do Arminianismo pode ser achada no Pelagianismo tão definidamente quando pode o Calvinismo ser achado no Agostinianismo. O Arminianismo em suas radicais e mais desenvolvidas formas é essencialmente uma renovação do Pelagianismo."**[2]** Charles Hodge afirma que o Arminianismo foi uma vez conhecido como Semipelagianismo.**[3]** Como os modernos ataques feitos ao Arminianismo, em seu dia o Pelagianismo foi também associado com toda heresia em existência na época. Jerônimo associa Pelágio com os gnósticos e os maniqueus.**[4]** Embora seja verdadeiro que em sua forma original, "as duas concepções foram desenvolvidas independentemente antes dos autores se conhecerem,"**[5]** as doutrinas da graça soberana de Agostinho foram principalmente uma reação a Pelágio.**[6]** Isto é até admitido pelos calvinistas.**[7]** O problema com Pelágio é que quase toda a informação sobre ele vem de Agostinho e dos escritos dos calvinistas de hoje, e como um historiador comentou, seu nome "tem se tornado indelevelmente associado com a heresia que minimiza a necessidade da Graça."**[8]**

Embora seja certo que Pelágio nasceu na Grã Bretanha, a data de seu nascimento é geralmente colocada entre os anos 350-380.**[9]** É também indisputável que ele se mudou para Roma e viveu lá por algum tempo antes da controvérsia com Agostinho.**[10]** Ele ficou chocado em sua chegada devido à baixa moral da cidade,**[11]** e não somente os calvinistas reconhecem que ele era de um caráter impecável,**[12]** como o próprio Agostinho também.**[13]** Como Agostinho, Pelágio se opôs aos maniqueus e escreveu extensivamente contra numerosas heresias.**[14]** Foi na época em que ele estava em Roma em 405 que Pelágio teve seu primeiro encontro com Agostinho. A ocasião foi um certo bispo citando a ele uma passagem da *Confissões* de Agostinho: "Dê o que o Senhor comanda, e comanda o que o Senhor dá."**[15]** Pelágio ficou enraivecido porque ele sentia que isto fazia do homem um mero boneco na mão de Deus.**[16]** Após a queda de Roma, Pelágio e Celéstio, um de seus convertidos, tomaram rumo à África do Norte.**[17]** Eles desembarcaram em Hipona mas Agostinho estava fora da cidade em Cártago, ainda discutindo com os donatistas.**[18]** Eles, entretanto, trocaram cartas.**[19]** Pelágio e Celéstio então se transferiram para Cártago, e Pelágio continuou até a Palestina, enquanto Agostinho retornou a Hipona desapontado por não tê-lo encontrado.**[20]** Assim, diferente de Calvino e Arminius, que não viveram durante a mesma época, Agostinho e Pelágio nunca se encontraram pessoalmente, embora pudessem.

Em Cártago foi Celéstio quem promoveu as concepções de Pelágio. Após ter buscado ordenação, Celéstio foi acusado de heresias por suas opiniões.**[21]** As principais acusações foram que ele ensinava que "a queda de Adão feriu a ele apenas, não a raça humana" e que "as crianças vêm ao mundo na mesma

condição em que Adão veio antes da queda."**[22]** Celéstio foi excomungado e retirou-se para Éfeso.**[23]** Foi depois disto que Agostinho produziu a primeira de suas obras anti-pelagianas: *On the guilt and the Remission of Sins, and Infant Baptism*. Embora o debate entre Agostinho e Pelágio girava em torno das questões do livre-arbítrio e do pecado original, a oposição inicial a Pelágio era sobre o propósito do batismo infantil.**[24]** Pelágio ensinava que as crianças eram nascidas em uma condição neutra, com a capacidade para o bem ou para o mal.**[25]** Elas são como Adão, exceto pelo fato de que elas não foram ainda conferidas com o uso da razão.**[26]** Pelágio ensinava que quando Adão caiu isto não teve nenhum efeito em sua posteridade: a única relação do pecado de Adão com a raça humana é a do mau exemplo.**[27]** Embora Pelágio não negava a necessidade do batismo infantil, ele negava que era necessário lavar o pecado original, visto que ele acreditava que as crianças nasciam inocentes. O batismo, de acordo com Pelágio, é a marca da santificação.**[28]** Em oposição a Pelágio sobre o batismo, Agostinho, o grande defensor da predestinação, defendia que o batismo era necessário para a remissão dos pecados. E se o batismo era essencial, então quanto mais cedo melhor, daí o batismo de crianças. Assim não é apenas Pelágio que defende concepções teológicas não-ortodoxas, pois como brevemente estaremos vendo, Agostinho é tão culpável quanto ele. Por causa de sua visão deficiente da queda de Adão, Pelágio também manteve opiniões heréticas sobre a expiação de Cristo. A crucificação de Cristo não foi uma expiação pelo pecado, ela meramente deu aos homens um exemplo de perfeição humana a seguir.**[29]** Sobre a questão do livre-arbítrio, Pelágio afirmava que o homem tinha um livre-arbítrio para não somente seguir o exemplo de Cristo, mas também para viver sem pecado.**[30]** O Pelagianismo foi condenado no Concílio de Milevis em 416 e no Concílio de Cártago em 418.**[31]** Mas apenas porque o Pelagianismo não é ortodoxo não necessariamente significa que o Agostinianismo deve ser comparado com o autêntico Cristianismo do Novo Testamento. Por isso, as doutrinas do próprio Agostinho devem ainda ser testadas pela palavra de Deus.

---

[1] McFetridge, p. 4.
[2] Boettner, Predestination, p. 47.
[3] McFetridge, p. 3-4.
[4] John Ferguson, *Pelagius: A Historical and Theological Study* (Cambridge: W. Heffer & Sons, 1956), p. 79.
[5] Louis Berkhof, *The History of Christian Doctrines* (Grand Rapids: Baker Book House, 1937), p. 132.
[6] Ferguson, p. 100.
[7] Bruce, The Spreading Flame, p. 335; Boettner, Predestination, p. 366; Schaff, History, vol. 3, p. 789; Berkhof, History, pp. 132, 133.
[8] Bonner, p. 316.
[9] Ferguson, p. 41.
[10] Ibid., p. 47.

[11] Bruce, The Spreading Flame, p. 335.
[12] Berkhof, History, p. 132.
[13] Schaff, History, vol. 3, p. 790.
[14] Ferguson, p. 117.
[15] Bonner, p. 317; Augustine *Confessions* 10.29.40.
[16] *A Dictionary of Christian Biography*, s.v. "Pelagianism and Pelagius," p. 820.
[17] Ferguson, p. 48.
[18] Battenhouse, p. 204.
[19] *New Catholic Encyclopedia*, s.v. "Augustine," p. 1046.
[20] Bonner, p. 320.
[21] Ferguson, p. 50.
[22] Schaff, History, vol. 3, p. 793.
[23] Ferguson, p. 52.
[24] Brown, p. 368; Ferguson, p. 50.
[25] Ferguson, p. 96.
[26] Ibid., p. 97.
[27] Ibid., p. 140.
[28] Ibid., pp. 50, 135.
[29] Ferguson, pp. 130-131, 164-165.
[30] Brown, p. 357.
[31] *The Westminster Dictionary of Christian Theology* (Philadelphia: The Westminster Press, 1983), s.v. "Pelagianism," p. 435.

A Teologia de Agostinho

A coisa mais importante sobre Agostinho que estamos interessados é sua teologia. Converter-se ao Cristianismo e escrever volumes de material não necessariamente garante que alguém sempre estará certo em sua doutrina. Isto é especialmente verdadeiro no caso de Agostinho, visto que ele tem sido chamado de "o pai da teologia ortodoxa."**[1]** A teologia de Agostinho, apesar de ter vivido centenas de anos atrás, é excepcionalmente relevante para o estudo do Calvinismo por causa da ênfase colocada sobre Agostinho pelos próprios calvinistas, pois ninguém que tenha aceitado a Bíblia como sua autoridade final estaria preocupado com qualquer coisa que Agostinho tenha dito se isto não concordasse com as Escrituras.

Visto que as Escrituras são a autoridade final para os cristãos, é especialmente pertinente examinar a concepção de Agostinho da própria Bíblia. A opinião de Agostinho da inspiração e autoridade da Escritura superficialmente se mostra satisfatória até que alguém questiona o que ele incluía como a Escritura. Acerca do Novo Testamento, Agostinho aceitava todos os vinte e sete livros como canônicos.**[2]** Mas quando nos viramos para o Velho Testamento, que já tinha sido determinado há muito tempo antes da época de

Cristo, ele aceitava os apócrifos, que ele admitia que os judeus rejeitavam,**[3]** como parte do Velho Testamento:

Há outros livros que parecem não seguir nenhuma ordem regular, e não estão interligados nem com a ordem dos livros precedentes nem entre si, tais como Jó, e Tobias, e Ester, e Judite, e os dois livros de Macabeus, e os dois de Esdras, que no final parecem mais como uma seqüência da história regular contínua que termina com os livros de Reis e Crônicas. Os próximos são os Profetas, em que há um livro de Salmos de Davi; e três livros de Salomão, a saber, Provérbios, Cântico dos Cânticos, e Eclesiastes. Apesar de dois livros, um chamado Sabedoria e o outro Eclesiástico, serem atribuídos a Salomão por causa de uma certa semelhança de estilo, a mais provável opinião é que eles foram escritos por Jesus, filho de Sirach. Apesar disso eles devem ser contados entre os livros proféticos, visto que eles têm conquistado reconhecimento como tendo autoridade.**[4]**

Agostinho também citou os livros apócrifos de Baruque,**[5]** Bel e o Dragão,**[6]** Susana,**[7]** e a Canção das Três Crianças.**[8]** Ele cria que a Septuaginta era divinamente inspirada,**[9]** e escreveu a Jerônimo solicitando que ele traduzisse o Velho Testamento a partir dela ao invés do hebraico.**[10]**

Embora ele alegava acreditar nas palavras da Bíblia, a interpretação da Bíblia de Agostinho era baseada no método alegórico de Orígenes (c. 185-254) e na escola Alexandrina.**[11]** Esta foi fundada sob uma "grosseira má interpretação"**[12]** de uma passagem em 2 Coríntios: "O qual também nos capacitou para sermos ministros dum novo pacto, não da letra, mas do espírito; porque a letra mata, mas o espírito vivifica" (2Co 3.6), em que Agostinho fez a *espiritual* ser a verdadeira explicação da Bíblia.**[13]** Assim, os seis dias da criação podem não ter sido literais.**[14]** E embora ele alega ter uma vez aderido ao pré-milenismo,**[15]** e reconhecer seus partidários como "*chiliasts*,"**[16]** [**Nota**: uma pessoa que acredita na vinda do milênio] Agostinho era propriamente um amilenista, não aceitando um reino de Cristo de mil anos literais, mas, como admitidos pelos calvinistas, ensinando que o Milênio era a época entre a Primeira e a Segunda Vinda de Jesus.**[17]** Entretanto, ele também ensinava o pós-milenismo ao afirmar que a presente época era um conflito entre a cidade de Deus e a cidade de Satanás se realizando na Segunda Vinda de Cristo.**[18]** Não somente sua alegorização o levou ao erro quanto ao sentido da "primeira ressurreição" de Apocalipse 20 como sendo a ressurreição espiritual do crente,**[19]** como também ele considerava que o diabo estivesse na época presente preso: "Agora o diabo esteve preso, não somente quando a Igreja começou a aumentar cada vez mais entre as nações além da Judéia, mas ele está agora e estará preso até o final do mundo, quando ele deve ser solto."**[20]** Ele também equiparava a Igreja com o reino e cria que a Igreja estava reinando agora: "Por essa razão a Igreja até agora é o reino de Cristo, e o reino do céu. Conseqüentemente, até agora Seus santos reinam com Ele."**[21]** Berkhof também reconhece que Agostinho foi um dos primeiros a afirmar "a autoridade

da tradição e da Igreja na interpretação da Bíblia."**[22]** Um outro fator que contribuiu ao sistema enganador de interpretação de Agostinho foi seu encoberto Neoplatonismo. Ignorando o aviso contra a filosofia em Cl 2.8, Agostinho fez tudo quanto pode para sintetizar o Cristianismo e a filosofia. É admitido pelos calvinistas que "O Agostinianismo como filosofia freqüentemente usava termos platônicos para estabelecer conceitos cristãos."**[23]** Até Warfield consente que a filosofia cristã de Agostinho foi construída "amplamente de materiais platônicos."**[24]** Schaff comenta que "ele nunca podia deixar de filosofar, e até suas obras posteriores, especialmente De Trinitate [Sobre a Trindade] e De Civitate Dei [A Cidade de Deus], estão repletas de especulações profundas."**[25]** Agostinho confessou que ele não conhecia o hebraico**[26]** e do grego tem sido dito: "No testemunho das obras de Agostinho ele tinha um conhecimento útil limitado do grego bíblico, um conhecimento útil mínimo do grego patrístico e aparentemente nenhum conhecimento útil do grego clássico."**[27]** Assim, embora ele manifestou ortodoxia com relação à inspiração da Escritura, sua aceitação subseqüente dos apócrifos como tendo autoridade, unida à sua defeituosa hermenêutica, deixa sua profissão um tanto maculada.

Sobre o batismo, Agostinho não apenas não seguiu a Bíblia, como também foi um inovador quanto ao batismo infantil. Interpretando de maneira incorreta Jo 3.5, Tt 3.5, e 1Pe 3.21, ele ensinava a regeneração batismal.**[28]** Ele acreditava na condenação dos infantes que não eram batizados. Isto não é apenas aceito pelos calvinistas,**[29]** é declarado pelo próprio Agostinho:

De forma que os infantes, a menos que entrem para o número de crentes através do sacramento que foi divinamente instituído para este propósito, indubitavelmente irão permanecer nesta escuridão.**[30]**

Não há, então, nenhuma salvação eterna prometida aos infantes fora de seu próprio juízo, sem o batismo de Cristo.**[31]**

Como nada mais é efetuado quando os infantes são batizados, exceto que eles são incorporados na igreja, em outras palavras, que eles estão unidos com o corpo e membros de Cristo, a menos que este benefício tenha sido concedido a eles, eles estão manifestamente em perigo de condenação.**[32]**

Infantes que morrem sem batismo são levados ao *limbus infantum*.**[33]** Aqui, nas margens do inferno, Agostinho acreditava que eles recebiam uma punição mais leve: "Pode por essa razão ser corretamente afirmado que tais infantes quando deixam o corpo sem ser batizados serão envolvidos na mais branda condenação de todas."**[34]** A única coisa que pode tomar o lugar do batismo é o martírio.**[35]**

Visto que Agostinho é considerado pelos calvinistas como "em um real sentido o fundador do Catolicismo Romano,"**[36]** não é surpresa que ele

mantinha um número de heresias católicas romanas além da regeneração batismal. Ele ensinava que Maria nunca havia pecado e promoveu sua adoração.**[37]** Ele permitia a intercessão dos santos**[38]** e a adoração de relíquias junto com os milagres atribuídos a elas.**[39]** Ele foi o primeiro que definiu os assim chamados sacramentos como um sinal visível da graça invisível,**[40]** e acrescenta a confirmação, o casamento, e a ordenação à Santa Ceia e ao batismo.**[41]** O memorial da Santa Ceia se tornou num memorial da presença espiritual do corpo e sangue de Cristo.**[42]** Para Agostinho a única verdadeira igreja era a Igreja Católica. Escrevendo contra os donatistas, ele afirmou:

Somente a Igreja Católica é o corpo de Cristo, da qual Ele é o cabeça e Salvador de Seu corpo. Fora deste corpo o Espírito Santo não dá vida a ninguém, visto que, como o próprio apóstolo diz, "O amor de Deus está derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado;" mas não é um participante do amor divino quem é inimigo da unidade. Por essa razão, não tem o Espírito Santo quem está fora da Igreja.**[43]**

Ele acreditava em uma sucessão apostólica de bispos a partir de Pedro como um dos distintivos da igreja verdadeira.**[44]** O "impenitente agostiniano e calvinista,"**[45]** Bruce, até admite que "é bem verdade que muito da doutrina de Agostinho acerca da Igreja leva à identificação medieval do reino de Deus com a organização eclesiástica visível (com o resultado da supremacia papal sobre os governadores seculares, devido à supremacia da cidade de Deus sobre a cidade terrena)."**[46]** Boettner também admite que Agostinho foi aquele que deu à doutrina do purgatório sua primeira forma definida.**[47]** Agostinho vestia-se de preto e viveu uma vida celibatária e ascética de pobreza voluntária e comunismo.**[48]** Ele é até reconhecido como "um dos criadores da tradição monástica ocidental. Pois foi ele mais do que qualquer outra pessoa que foi responsável por esta combinação de vida monástica com sacerdócio que no final das contas se tornou um dos destaques distintivos do monasticismo ocidental."**[49]** Não apenas Agostinho cria no celibato, como ele também tinha algumas idéias um tanto peculiares sobre sexo. Para Agostinho, o grande pecado atrás da miséria humana era a relação sexual.**[50]** Negligenciando as admoestações bíblicas sobre o casamento (1Co 7.2; Hb 13.4), ele achava que o sexo era sempre vergonhoso**[51]** e era pecaminoso se não fosse para o propósito de procriação.**[52]** Agostinho também aceitava a poligamia mais que a monogamia se fosse unicamente para reprodução.**[53]** Além disso, ignorando as instruções de Paulo (1Tm 4.3), Agostinho foi também um vegetariano.**[54]**

O aspecto mais relevante da teologia de Agostinho é seu Calvinismo – sua crença na predestinação dos eleitos e as doutrinas relacionadas que a acompanham. Assim como um calvinista de hoje, Agostinho acreditava na predestinação dupla dos eleitos e dos reprovados:

Que devido a um homem, todos que nasceram de Adão entram em condenação, a menos que seja nascido de novo em Cristo, ainda que Ele tem apontado estes para ser regenerados, antes que eles morram no corpo, quem Ele predestinou para a vida eterna, como o mais misericordioso provedor da graça; enquanto que àqueles que Ele predestinou para a morte eterna, Ele é também o mais justo concessor da punição.**[55]**

Agostinho afirmava que o número dos eleitos é fixo: "Falo por essa razão daqueles que são predestinados ao reino de Deus, cujo número é tão certo que ninguém pode ser acrescentado nem tirado deles."**[56]** Ele insistia que nenhum dos eleitos poderia perecer,**[57]** e também que a predestinação era sinônimo de presciência: "Conseqüentemente às vezes a mesma predestinação também é chamada de presciência."**[58]** Mas apesar de seu ensino sobre a certeza da predestinação, Agostinho alegava que ninguém poderia estar certo de sua predestinação e salvação: "Pois quem da multidão de crentes pode presumir, enquanto vivendo neste estado mortal, que ele está entre o número dos predestinados?"**[59]** Todavia, quando pregava sua doutrina da predestinação, Agostinho recomendava um certo cuidado. Ao invés de dizer: "E se há algum de vocês que obedecem, e são predestinados a ser rejeitados, o poder da obediência será retirado de vocês, para que vocês parem de obedecer," Agostinho recomenda uma mudança para a terceira pessoa de forma que não pareça "excessivamente áspero" à congregação: "Mas se alguém obedecer, e não estão predestinados a Seu reino e glória, eles estão apenas por um período, e não continuarão nesta obediência até o fim."**[60]**

Sobre o livre-arbítrio do homem para aceitar ou rejeitar o dom de Deus da vida eterna por Jesus Cristo, Agostinho inicialmente aceitava o livre-arbítrio:

A alma não pode receber e possuir os dons que são referidos aqui, exceto por dar o seu consentimento. E, assim, qualquer coisa que ela possua, e qualquer coisa que receba, é de Deus. Todavia, o ato de receber e o de ter pertence, naturalmente, ao recebedor e ao possuidor.**[61]**

Deus indubitavelmente deseja que todos sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade; mas não lhes tirando o livre-arbítrio, pelo bom ou o mau uso do qual é que poderão ser justamente julgados.**[62]**

Ele então reconhece que mudou sua opinião e fez da fé um presente irresistível de Deus dado aos eleitos.**[63]** A vontade de Deus se tornou a causa de todas as coisas.**[64]** Conseqüentemente, os "todos os homens" em 1Ti 2.4 que Deus deseja que sejam salvos significa ou "a raça humana em todas as suas variedades de posição e circunstâncias" ou "que ninguém é salvo a menos que Deus queira."**[65]**

Quanto à perseverança dos santos, Agostinho entrou em contradição consigo mesmo, como Berkhof reconheceu: "Mas enquanto Agostinho é um

estrito predestinacionista, há também aqui um elemento em seus ensinos que é estranho a seu pensamento principal, a saber, a idéia de que a graça da regeneração possa novamente ser perdida. Ele defende que somente aqueles que são regenerados e *perseveram*, ou em quem, após a perda, a graça da regeneração seja restaurada, são finalmente salvos."**[66]** O próprio Agostinho dá suas opiniões conflitantes sobre a perseverança:

Nós, então, chamamos os homens de eleitos, e discípulos de Cristo, e filhos de Deus, pois devem ser assim chamados quem, sendo regenerados, vemos viver piedosamente; mas eles são verdadeiramente o que são chamados se permanecerem naquilo para o qual foram chamados.**[67]**

É, de fato, muito curioso que, a alguns de Seus próprios filhos – quem Ele regenerou em Cristo – a quem Ele deu fé, esperança, e amor, Deus não dê perseverança também.**[68]**

Mas aqueles que caem e perecem nunca estiveram no número dos predestinados.**[69]**

Berkhof continua até distinguir "alguns elementos" nos ensinos de Agostinho que "estavam em conflito com a idéia da absoluta dependência do homem da graça de Deus, e apontava na direção do cerimonialismo e justiça da lei."**[70]**

Até se Agostinho fosse completamente ortodoxo em todas as doutrinas acima e seus antagonistas não fossem inteiramente ortodoxos, não há nada na Escritura que justifica a perseguição daqueles de quem ele discordava doutrinariamente. Mas isto é exatamente o que Agostinho fez. Embora ele primeiro defendia que os "heréticos" deviam ser vencidos pela "instrução e convencimento," ele posteriormente abandonou esta opinião e defendia a força contra os assim chamados heréticos.**[71]** Ninguém foi tão perseguido por Agostinho quanto foram os donatistas. Ele primeiro tentou trazê-los sob as leis contra os heréticos decretadas pelo Imperador Teodósio.**[72]** A isto o bispo donatista Gaudentius disse: "O Senhor Cristo, o Salvador das almas, mandou pescadores, não soldados, para a propagação de seu evangelho; ele, que é o único que pode julgar os vivos e os mortos, nunca buscou a ajuda de força militar."**[73]** Após o Concílio de Cártago, que foi convocado devido à influência de Agostinho,**[74]** muita perseguição aconteceu. O historiador Edward Gibbon (1737-1794) descreve os desagradáveis resultados:

300 bispos, com muitos milhares do clérigo inferior, foram separados de suas igrejas, privados de seus bens eclesiásticos, banidos para as ilhas, e condenados pelas leis, se eles ousassem ocultar-se em qualquer das províncias da África. Suas numerosas congregações foram privadas de seus direitos de cidadãos e do exercício de culto religioso. Por estas severidades, que obteve a mais

entusiasmada aprovação de Santo Agostinho, grande número de donatistas foram reconciliados com a Igreja Católica.**[75]**

Após o decreto de leis civis mais severas contra eles, os donatistas foram ameaçados com morte se continuassem a se reunir.**[76]** O texto-prova de Agostinho que ele usava para justificar a perseguição religiosa foi tomado da parábola do Senhor da grande ceia: "Respondeu o senhor ao servo: Sai pelos caminhos e valados, e obriga-os a entrar, para que a minha casa se encha" (Lc 14.23). Usando a frase "obriga-os a entrar," Agostinho defendia a violência contra os donatistas.**[77]** Ele disse em uma ocasião:

É de fato melhor (como ninguém poderia negar) que os homens devem ser levados a adorar Deus pelo ensino, do que pelo medo da punição ou da dor; mas não segue que, porque o antigo curso produz os melhores homens, por essa razão aqueles que não se rendem a ele devem ser negligenciados. Pois muitos têm encontrado vantagem (como temos provado, e estamos diariamente provando através de experimento real), em ser primeiro compelidos pelo medo ou pela dor, para que eles possam depois ser influenciados pelo ensino.**[78]**

O historiador J. A. Neander (1789-1850) precisamente percebeu que a teoria de Agostinho "contém a origem do completo sistema de despotismo espiritual, intolerância, e perseguição, até para o tribunal da Insquisição."**[79]**

O fato de Agostinho não ter sido apenas doutrinariamente incorreto acerca de tantas coisas mas também perseguido aqueles de quem ele discordava deveria ser causa para alarme, pois, se Agostinho errou em tanto, por que alguém pensaria que ele estaria correto quando o assunto é predestinação?

---

[1] *Evangelical Dictionary of Theology* (Grand Rapids: Baker Book House, 1984), s.v. "Augustine," p. 106.
[2] Agostinho *On Christian Doctrine* 2.8.
[3] Agostinho *City of God* 18.36.
[4] Agostinho *On Christian Doctrine* 2.8.
[5] Agostinho *City of God* 18.36.
[6] Agostinho *On the Correction of the Donatists* 5.19.
[7] Agostinho *On the Psalms* 3.4.
[8] Agostinho *City of God* 11.9.
[9] Agostinho *City of God* 18.42, 43.
[10] Agostinho *Letters* 71.4.6.
[11] Bernard Ramm, *Protestant Biblical Interpretation*, 3a ed. rev. (Grand Rapids: Baker Book House, 1970), pp. 34-35.
[12] Ibid., p. 35.
[13] Agostinho *Confessions* 6.4.6; Ramm, p. 36.
[14] Agostinho *City of God* 11.6.

[15] Ibid., 20.7.
[16] Ibid.
[17] Oswald T. Allis, *Prophecy and the Church* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1947), p. 3; Schaff, History, vol. 3, p. 619.
[18] John F. Walvoord, *The Millennial Kingdom* (Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1959), p. 49.
[19] Agostinho *City of God* 20.6-9.
[20] Ibid., 20.8.
[21] Ibid., 20.9.
[22] Louis Berkhof, *Principles of Biblical Interpretation* (Grand Rapids: Baker Book House, 1950), p. 22.
[23] *Baker's Dictionary of Theology* (Grand Rapids: Baker Book House, 1960), s.v. "Augustinianism," p. 80.
[24] Warfield, Calvin, p. 319.
[25] Schaff, History, vol. 3, p. 1010.
[26] Agostinho *Confessions* 11.3.5.
[27] S. Angus, citado em Bonner, p. 395.
[28] Agostinho *On the Merits and Forgiveness of Sins* 1.23, 26, 34.
[29] Berkhof, History, p. 248, Schaff, History, vol. 3, p. 482.
[30] Agostinho *On the Merits and Forgiveness of Sins* 1.35.
[31] Ibid., 1.33.
[32] Ibid., 3.7.
[33] Jewett, p. 127.
[34] Agostinho *On the Merits and Forgiveness of Sins* 1.21.
[35] Agostinho *City of God* 13.7.
[36] Warfield, Calvin, p. 313.
[37] Schaff, History, vol. 3, p. 1021.
[38] Ibid., pp. 434, 435, 441.
[39] Ibid., pp. 459-460.
[40] Ibid., pp. 475, 1020.
[41] Ibid., p. 478.
[42] Ibid., pp. 498, 506, 1020.
[43] Agostinho *On the Correction of the Donatists* 11.50.
[44] Schaff, History, p. 307.
[45] F. F. Bruce, Prefácio a Forster e Marston, *God's Strategy in Human History*, p. vii.
[46] Bruce, The Spreading Flame, p. 339.
[47] Loraine Boettner, *Immortality* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1956), p. 135.
[48] Schaff, History, vol. 3, pp. 202, 993, 994.
[49] Christopher Dawson, *Religion and the Rise of Western Culture* (New York: Image Books, 1957), p. 47.
[50] *The Westminster Dictionary of Christian Theology*, s.v. "Augustinianism," p. 58; Battenhouse, p. 385; Bonner, p. 374.
[51] Agostinho *On Original Sin* 2.42.
[52] Agostinho *On the Morals of the Manichaeans* 18.65.

[53] Agostinho *On Christian Doctrine* 3.18.27.
[54] Bonner, p. 129.
[55] Agostinho *On the Soul and its Origin* 4.16.
[56] Agostinho *On Rebuke and Grace* 39.
[57] Ibid., 14.
[58] Agostinho *On the Gift of Perseverance* 47.
[59] Agostinho *On Rebuke and Grace* 40.
[60] Agostinho *On the Gift of Perseverance* 61.
[61] Agostinho *On the Spirit and the Letter* 61.
[62] Ibid., 58.
[63] Agostinho *On the Predestination of the Saints* 7, 8, 16.
[64] Agostinho *Enchiridion* 95, 96, 100, 101.
[65] Ibid., 103.
[66] Berkhof, History, p. 136.
[67] Agostinho *On Rebuke and Grace* 22.
[68] Ibid., 18.
[69] Ibid., 36.
[70] Berkhof, History, vol. 3, p. 144.
[71] Schaff, History, p. 208.
[72] Benedict, Donatists, p. 44.
[73] Ibid., p. 60.
[74] Ibid., pp. 64-65.
[75] Gibbon, vol. 2, p. 233.
[76] Schaff, History, vol. 3, p. 364.
[77] Agostinho *On the Correction of the Donatists* 4.17, 18; 5.19, 20; 6.21.24.
[78] Ibid., 6.21.
[79] J. A. Neander, citado em Schaff, History, vol. 3, p. 145.

De Agostinho à Reforma

Embora os calvinistas sejam rápidos ao lembrar que as doutrinas da predestinação defendidas por Calvino remontam a Agostinho, eles carecem de partidários entre os dois. O próprio Boettner diz: "Desde a época de Agostinho até a da Reforma, muito pouca ênfase foi dada à doutrina da Predestinação."**[1]** Custance explica que "a teologia agostiniana gradualmente foi enfraquecida pelos teólogos católicos romanos como um todo, que retinham somente sua ênfase na Igreja de Roma como o único veículo do relacionamento de Deus com o homem e o único canal de salvação."**[2]** Após a morte de Agostinho, o Pelagianismo foi novamente condenado no Concílio de Éfeso em 431.**[3]** Entretanto, vários sistemas que tentaram se posicionar entre o Pelagianismo e o Agostinianismo continuaram a ser propagados. Estes têm sido chamados de Semipelagianismo e Semi-Agostinianismo.**[4]** É suposto que um "Agostinianismo moderado" tenha sido oficialmente adotado pelo Segundo Concílio de Orange em 529.**[5]** Mas para alguns homens durante a época entre Agostinho e a Reforma, o termo "moderado" não pode ser aplicado.

Há vários notáveis partidários da doutrina da predestinação formulada por Agostinho entre a época em que ele viveu e a Reforma. O mais referido, entretanto, pelos calvinistas, é Gottschalk, o monge alemão.**[6]** Gottschalk (c. 803-869) foi colocado por seus pais em um monastério desde cedo, mas quando ele chegou à maturidade e procurou deixar o monastério, lhe negaram e ele foi transferido para outro.**[7]** Aqui Berkhof diz que Gottschalk "encontrou descanso e paz para sua alma somente na doutrina agostiniana da eleição, e sustentou ardentemente uma dupla predestinação."**[8]** Por isto ele foi intimado antes do Sínodo de Mainz (848) e "corajosamente professou sua crença em uma dupla predestinação, para vida e para morte."**[9]** Gottschalk foi condenado e depois intimado antes de um outro sínodo. Desta vez ele não foi apenas condenado, mas deposto do sacerdócio, flagelado, e preso por toda a vida em um outro monastério.**[10]**

Um outro partidário da doutrina da predestinação de Calvino e Agostinho foi Thomas Bradwardine, uma vez Arcebispo de Canterbury. Bradwardine (c. 1290-1349) foi aclamado por seu conhecimento em teologia, matemática, e física como "Doutor Profundus."**[11]** Ele foi apontado como o capelão do Rei Edward III (1312-1377) da Inglaterra e o acompanhou em suas campanhas ao continente.**[12]** Bradwardine não foi somente um vigoroso crente na predestinação, mas também acreditava que Deus "imutavelmente ordenou tudo que acontece, com Sua vontade como o instrumento para realizar Seus decretos."**[13]** Ele foi excessivamente influenciado por Agostinho.**[14]** Ainda um outro predestinacionista foi Gregório de Rimini, assim chamado por ter nascido em Rimini, Itália. Gregório (c. 1300-1358) foi chamado de o "torturador de bebês" por suas opiniões sobre o destino dos infantes não batizados.**[15]** Ele também foi influenciado por Agostinho.**[16]** Não há dúvida que, apesar da reverência da Igreja Católica Romana a Agostinho durante a Idade Média, sua posição oficial esteve mais perto do Pelagianismo. Assim, os calvinistas relacionam um distanciamento das concepções de Agostinho sobre a predestinação e o livre-arbítrio como um movimento em direção a Roma. E como veremos, a mesma coisa é feita com a Reforma.

---

[1] Boettner, Predestination, p. 367.
[2] Custance, p. 37.
[3] Berkhof, History, p. 137.
[4] Schaff, History, vol. 3, p. 866; *New Dictionary of Theology*, s.v. "Semi-Pelagianism," p. 636; *Evangelical Dictionary of Theology*, s.v. "Semi-Pelagianism," p. 1000.
[5] *New Dictionary of Theology*, s.v. "Semi-Pelagianism," p. 636.
[6] Custance, pp. 37-38; Boettner, p. 367.
[7] Schaff, History, vol. 4, p. 525.
[8] Berkhof, History, p. 141.

[9] Schaff, History, vol. 4, p. 527.
[10] *New Dictionary of Theology*, s.v. "Gottschalk," p. 279.
[11] *The Oxford Dictionary of the Christian Church*, s.v. "Bradwardine," p. 194.
[12] Gordon Leff, *Bradwardine and the Pelagians* (Cambridge: Cambridge University Press, 1957), pp. 2-3.
[13] Ibid., p. 206.
[14] Ibid., pp. 17, 111.
[15] George Park Fisher, *History of the Christian Church* (Nova York: Charles Scribner's Sons, 1900), p. 226.
[16] *The Oxford Dictionary of the Christian Church*, s.v. "Gregory of Rimini," p. 600; *New Dictionary of Theology*, s.v. "Gregory of Rimini," p. 283.

A Reforma

A Reforma tem sido aclamada pelos calvinistas como o maior evento na história desde o tempo de Cristo.**[1]** Quaisquer que sejam os fatores sociais, econômicos, e políticos que alguém considera que conduziram a ela, e quaisquer que sejam os resultados subordinados que vieram dela, a Reforma foi primeiramente uma "revivificação da religião."**[2]** A questão central da Reforma, como reconhecida pelos calvinistas, foi a justificação. Cunningham observa que a justificação "foi a grande doutrina fundamental distintiva da Reforma, e foi considerada por todos os reformadores como de fundamental e suprema importância."**[3]** Sproul mantém que "a Reforma focava na questão, *Como* uma pessoa é justificada?"**[4]** Depois de corretamente afirmar que "a pessoa justificada deve possuir justiça," Sproul faz a pergunta a qual ele chama "o coração da controvérsia da Reforma," a saber, "Como o pecador adquire a justiça necessária?"**[5]** Os calvinistas estão corretos sobre o principal ponto da Reforma mas onde eles erram é na ligação dele com Agostinho.

Entender o ponto crucial da Reforma é muito importante por causa do que os calvinistas têm dito até agora sobre Agostinho. Deve ser lembrado que Warfield considera Agostinho como "o fundador do Catolicismo Romano,"**[6]** e aquele "que nos deu a Reforma."**[7]** Este paradoxo ele explica como "o triunfo final da doutrina da graça de Agostinho sobre a doutrina da Igreja de Agostinho."**[8]** Então, Warfield equipara a "doutrina da graça" de Agostinho com o celebrado princípio paulino da Reforma: justificação pela fé. Mas foi a Reforma realmente uma "revivificação do Agostinianismo"?**[9]** A resposta deve ser encontrada em um monge agostiniano que uma vez refletiu: "Eu esperava poder encontrar paz de consciência com jejuns, oração, vigílias, com os quais eu miseravelmente afligi meu corpo; mas quanto mais eu assim fazia, menos paz e tranquilidade conhecia."**[10]**

O que causou a Reforma é universalmente reconhecido por todos como o dia que Martinho Lutero pregou suas noventa e cinco teses contra as indulgências na porta da igreja de Wittenberg em outubro de 1517. Lutero é significativo por causa da implacável insistência dos calvinistas que Lutero foi

um monge agostiniano,**[11]** como se isso fosse a razão de Lutero ter enxergado a verdade da justificação pela fé. Pois como McFetridge nos adverte: "Seja lembrado que Lutero foi um monge agostiniano ou calvinista, e que foi desta rigorosa teologia que ele aprendeu a grande verdade, o pivô da Reforma e a chama irradiante da civilização – salvação, não pelas obras, mas *pela fé apenas*."**[12]** Mas como um monge agostiniano, é aparente do próprio Lutero que a salvação pela fé foi a última coisa em sua mente:

Eu fui um bom monge, e eu guardei o regulamento de minha ordem tão estritamente que eu posso dizer que se houvesse um monge que fosse para o céu por sua vida monástica, esse era eu. Todos os meus irmãos no monastério que me conheciam poderão confirmar. Se eu permanecesse um pouco mais, eu teria me matado de tantas vigilhas, orações, leitura, e outras atividades.**[13]**

Todavia a questão ainda permanece: A doutrina da justificação pela fé da Reforma foi uma *retorno a* Agostinho ou um *repúdio* dele? Devemos voltar para Lutero para descobrir.

Após ser ordenado como um padre católico romano, Lutero recebeu seu doutorado em 1512.**[14]** Suas primeiras preleções foram sobre os Salmos (1513-1515), seguido de Romanos (1515-1516) e Gálatas (1516-1517).**[15]** Foi durante seu estudo do livro de Romanos que ele começou a ver a verdade da justificação pela fé. Lutero reconta:

Então eu comecei a entender que "a justiça de Deus" significava aquela justiça pela qual o homem justo vive mediante o dom de Deus, isto é, pela fé. É isso o que significa: a justiça de Deus é revelada pelo evangelho, uma justiça passiva com a qual o Deus misericordioso nos justifica pela fé, como está escrito: "Aquele que pela fé é justo, viverá." Aqui, senti que estava nascendo completamente de novo e havia entrado no próprio paraíso através de portões bem abertos.**[16]**

Na nova visão de Lutero a respeito da justificação, o pecador é declarado justo por causa da imputação da justiça de Cristo. A justificação é pela fé somente (*sola fide*) e pela graça somente (*sola gratia*).

A visão da justificação da Reforma estava em direto contraste com a visão da justificação católica romana prevalecente naquela época. E como Sproul corretamente diz: "Para compreender o completo significado da questão da justificação, devemos virar nossa atenção para o significado da doutrina da justificação da Reforma pela fé somente."**[17]** Os reformadores conceberam a justificação como um *ato judicial* e não um *processo gradual*. Assim, a justificação foi vista no sentido bíblico como o oposto da condenação:

Se houver contenda entre alguns, e vierem a juízo para serem julgados, justificar-se-á ao inocente, e ao culpado condenar-se-á (Dt 25.1).

O que justifica o ímpio, e o que condena o justo, são abomináveis ao Senhor, tanto um como o outro (Pv 17.15).

Ao invés de tornar justificado pela graça de Deus e mérito humano, e ao invés de tornar justificado pela fé e obras, os reformadores basearam a justificação no livre dom da justiça de Deus imputado ao pecador pela graça apenas e por meio da fé apenas:

Porém ao que não trabalha, mas crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é contada como justiça; assim também Davi declara bem-aventurado o homem a quem Deus atribui a justiça sem as obras (Rm 4.5-6).

A visão da justificação da Reforma foi repudiada pela Igreja Católica Romana no Concílio de Trento (1545-1563). O mais longo decreto criado no Concílio de Trento foi sobre a doutrina da justificação. Depois de dezesseis capítulos estabelecendo a doutrina Católica, houve trinta e três cânones anexos contra a visão Protestante, todas as quais terminam em "seja anátema." O cânon nove é característico:

Se alguém disser que o ímpio é justificado somente pela fé, entendendo que nada mais se exige como cooperação para conseguir a graça da justificação, e que não é necessário por parte alguma que ele se prepare e disponha pela ação da sua vontade — *seja anátema*.**[18]**

Estes cânones do Concílio de Trento nunca foram repudiados pela Igreja Católica Romana.

A visão da justificação da Reforma não somente constituiu um rompimento drástico com Roma, mas com Agostinho também, pois Agostinho *não* defendia a mesma visão da justificação como os reformadores. Isto é reconhecido pelos próprios calvinistas reformados. Cunningham admite que "é verdade que até Agostinho, apesar de todo o seu profundo conhecimento da verdade divina, e os serviços inestimáveis que ele foi feito o instrumento de devolver à causa da sã doutrina e da pura teologia cristã, não parece ter atingido as percepções distintas do significado forense da justificação."**[19]** Ele até chama a concepção de Agostinho sobre a justificação de "defeituosa e errônea."**[20]** Schaff afirma que "a doutrina paulina da justificação como demonstrada nas Epístolas aos Romanos e aos Gálatas, nunca antes tinha sido clara e completamente entendida, nem mesmo por Agostinho."**[21]** O teólogo reformado Berkhof admite que Agostinho "não concebia a justificação num sentido puramente forense. Enquanto inclui o perdão dos pecados, isto não é seu principal elemento. Na justificação Deus não meramente *declara* mas *faz* justo o pecador transformando sua natureza interior. Ele não distinguiu claramente entre a justificação e a santificação e realmente inclui a última sob a primeira."**[22]** De acordo com Berkhof: "A doutrina da justificação pela fé, tão

vital para uma verdadeira concepção do modo de salvação, é representado de um modo que dificilmente pode ser reconciliado com a doutrina da livre graça."**[23]** E não somente Agostinho foi errado sobre a justificação, mas Schaff revela que o oponente de Agostinho, que supostamente representa a antítese da salvação pela graça, estava correto na questão: "Pelágio entende no sentido protestante de *declarar* justiça, e não (como Agostinho) no sentido católico de *fazer* justo."**[24]**

Mas não é somente os calvinistas reformados que vêem uma distinção entre a doutrina da justificação de Agostinho e a deles, mas os batistas calvinistas e até o próprio Lutero também. O historiador batista Timothy George, que crê que "reformado e batista não são termos mutualmente exclusivos,"**[25]** sustenta que Lutero redefiniu a justificação "em uma estrutura não-agostiniana."**[26]** De acordo com George, a "completa teologia da justificação" de Agostinho foi influenciada pela filosofia grega.**[27]** Ele além disso contrasta as opiniões de Lutero e Agostinho: "Lutero acreditava que tinha recuperado o sentido original do verbo grego usado por Paulo em Romanos. Agostinho e a tradição escolástica tinham interpretado como 'fazer justo,' ao passo que Lutero insistia na conotação legal, 'declarar justo.'"**[28]** Que a doutrina da justificação de Agostinho era defeituosa não há dúvida, pois como George aponta: "Para Agostinho, também, a infusão da graça através do sistema sacramental-penitencial da igreja continuava o processo da justificação iniciada no batismo."**[29]** Mas a mais forte evidência que Lutero, o monge agostiniano, *rejeitou* Agostinho antes do que o *reconheceu* vem de sua própria boca: "Agostinho chegou mais perto do sentido paulino do que todos os estudiosos, mas não alcançou Paulo. No começo, eu devorava Agostinho, mas quando a porta para Paulo abriu-se e entendi o que era realmente a justificação pela fé, descartei-o."**[30]** Então pelas palavras dos próprios calvinistas, dizer que foi Agostinho "quem nos deu a Reforma"**[31]** é uma impossibilidade se alguém for procurar nele uma doutrina correta da justificação.

---

[1] Cunningham, Reformers, p. 1; Schaff, History, vol. 7, p. 1.
[2] Roland H. Bainton, *The Reformation of the Sixteenth Century*, ed. amp. (Boston: Beacon Press, 1985), p. 3.
[3] William Cunningham, *Historical Theology* (Edmonton: Still Waters Revival Books, n.d.), vol. 2, p. 1.
[4] Sproul, Grace Unknown, p. 60.
[5] Ibid., p. 62.
[6] Warfield, Calvin, p. 313.
[7] Ibid., p. 322.
[8] Ibid.
[9] Custance, p. 27.

[10] Bard Thompson, *Humanists and Reformers: A History of the Renaissance and Reformation* (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1996), p. 388.
[11] Boettner, Predestination, p. 367.
[12] McFetridge, p. 14.
[13] Martinho Lutero, citado em Roland H. Bainton, *Here I Stand* (New York: Mentor Books, 1955), p. 34.
[14] William R. Estep, *Renaissance and Reformation* (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1986), pp. 114-115.
[15] Timothy George, *Theology of the Reformers* (Nashville: Broadman Press, 1988), p. 55.
[16] Martinho Lutero, citado em Estep, p. 116.
[17] Sproul, Grace Unknown, p. 66.
[18] *Decrees of the Council of Trent*, cânone 9, "Justification," em *Dogmatics Canons and Decrees* (Rockford: Tan Books and Publishers, 1977), p. 51.
[19] Cunningham, Theology, vol. 7, p. 123.
[20] Ibid.
[21] Schaff, History, vol. 7, p. 123.
[22] Berkhof, History, p. 207.
[23] Ibid., p. 208.
[24] Ibid., vol. 3, p. 812.
[25] George, p. 8.
[26] Ibid., p. 68.
[27] Ibid., p. 65.
[28] Ibid., p. 70.
[29] Ibid., p. 64.
[30] Martinho Lutero, citado em George, p. 68.
[31] Warfield, Calvin, p. 232.

Os Reformadores

Para reforçar suas alegações para a verdade do Calvinismo, os calvinistas freqüentemente recorrem à suposta doutrina calvinista dos outros líderes da Reforma. Às vezes são apenas afirmações gerais como o Calvinismo é "a teologia da Reforma,"**[1]** ou o Calvinismo foi "adotado por todos os reformadores."**[2]** Mas em outras ocasiões é mais específico: "Lutero, Calvino, Zwinglio e todos os outros notáveis reformadores daquele período foram completamente predestinacionistas."**[3]** Já avaliamos a doutrina de Agostinho e visto que, embora ele tenha ensinado as doutrinas do que hoje é chamado Calvinismo, essa é a única coisa que ele tem em comum com os calvinistas modernos, pois eles repudiariam quase todas as outras coisas que ele ensinou. Mas e quanto aos outros reformadores? Eles ensinaram a predestinação usualmente associada a João Calvino? Como presentemente vimos, quando um calvinista cita o nome de um reformador como um aliado de Calvino sobre a predestinação ele está usualmente correto. Mas isto levanta questões sobre a

extensão, a ênfase, a relevância, e as razões para o "Calvinismo" dos outros reformadores.

Visto que Sproul alega que "realmente nada na concepção de predestinação de João Calvino, entretanto, não estava primeiro em Martinho Lutero, e antes de Lutero em Agostinho,"**[4]** nós examinaremos Lutero primeiro. Não há o que discutir que Lutero defendeu o que seria considerado doutrinas calvinistas, independente das opiniões de seus descendentes luteranos.**[5]** O que é disputado, entretanto, é quão calvinista ele era. Lutero, como muitos dos reformadores, acreditava na dupla predestinação de eleitos e reprovados.**[6]** Mas como Cunningham comenta sobre as doutrinas calvinistas de Lutero, ele "nunca foi levado a explicar e aplicar, para ilustrar e defender algumas delas, tão completamente quanto foi Calvino."**[7]** Todavia, Sproul ainda mantém que Lutero escreveu mais sobre predestinação do que Calvino,**[8]** enquanto Augustus Toplady (1740-1778) insistiu que Lutero "aceitou esta doutrina tão animadamente quanto o próprio Calvino. Ele até a afirmou com muito mais entusiasmo, e prosseguiu até extensões muito mais severas ao defendê-la do que Calvino jamais fez, ou qualquer outro escritor que eu já conheci daquela época."**[9]** Mas qualquer um que lê as obras de Lutero e as compara com as obras de Calvino veria imediatamente que tal não é o caso. O "Calvinismo" de Lutero deve ser extraído de seus escritos vastamente ecléticos, pois ele nunca escreveu uma defesa sistemática ou exposição da predestinação como Calvino fez. O fato que Lutero adotou a doutrina da predestinação, entretanto, é aparente em seu livro *De Servo Arbitrio* (The Bondage of the Will), escrito em 1525 contra uma obra de 1524 de Desidério Erasmo (1467-1536) intitulado *Diatribe Seu Collatio De Libero Arbitrio* (Discussion or Collation Concerning Free-Will).**[10]** Em *The Bondage of the Will*, que ele considerou como sua melhor obra,**[11]** Lutero recorre a Agostinho quando ele ardentemente nega que o homem tenha livre-arbítrio.**[12]**

Embora seja a Lutero quem primeiro recorrem, os outros reformadores são da mesma forma citados como companheiros na busca por reformadores calvinistas. Huldreich Zwinglio (1484-1531), o reformador alemão em Zurique, Suíça, da mesma forma cria na predestinação.**[13]** Muitas vezes referido como o "terceiro homem" da Reforma,**[14]** Zwinglio alegou: "Eu não aprendi minha doutrina de Lutero, mas da própria Palavra de Deus."**[15]** De fato, Zwinglio é conhecido por sua disputa com Lutero sobre o significado da Santa Ceia.**[16]** George argumenta que as "doutrinas da providência e predestinação [de Zwinglio] foram, no geral ou em parte, ainda mais claramente delineadas" do que as de Lutero.**[17]** Heinrich Bullinger (1504-1575), o sucessor de Zwinglio em Zurique e autor da Segunda Confissão Helvética (1566), é freqüentemente chamado de uma testemunha da predestinação,**[18]** embora seja admitido que ele foi mais moderado no assunto do que Lutero e Zwinglio.**[19]** Martin Bucer (1491-1551), o principal reformador alemão em Estrasburgo, é um outro reformador citado como ensinando predestinação.**[20]** Bucer teve uma tremenda influência de Calvino, e Calvino testificou de Bucer que "ninguém que

lembro foi dotado de mais exigente aplicação na interpretação das Escrituras."**[21]** Mas como um dos biógrafos de Bucer afirmou: "Talvez Calvino também escolheu muitas de suas crenças teológicas da coleção de Bucer, como alguns respeitados historiadores têm alegado. Infelizmente eles não foram capazes de encontrar evidência externa suficiente sobre o assunto para retirar do campo da controvérsia."**[22]** Theodore Beza (1519-1605), o sucessor de Calvino em Genebra e o editor do Novo Testamento Grego, é muitas vezes dito, até pelos calvinistas, ser mais "calvinista" do que Calvino.**[23]** Philip Melanchthon (1497-1560), um amigo íntimo de Lutero e autor da Confissão de Augsburg (1530), é um reformador de quem os calvinistas se envergonham. Embora ele primeiramente cria em uma doutrina da predestinação rígida, Melanchthon moderou suas concepções consideravelmente.**[24]** Ele manteve correspondência com Calvino mas não foi persuadido de suas concepções sobre a predestinação.**[25]** Cunningham lamenta que "influência ele [Melanchthon] parece ter exercido ao levar as igrejas luteranas a abandonar o Calvinismo de seu mestre, e até contribuindo eventualmente para a difusão do Arminianismo entre as igrejas reformadas."**[26]**

As concepções calvinistas dos reformadores sobre a predestinação e o livre-arbítrio foram uma reação direta às falsas concepções de salvação propagadas pela Igreja Católica Romana na época. Assim como a doutrina da predestinação de Agostinho era uma reação a Pelágio, assim a predestinação dos reformadores era uma reação a Roma. Ninguém pode negar que a maior antítese da salvação pelas obras é a salvação por um decreto absoluto, irresistível da predestinação. Isto explica por que os reformadores tenderam a adotar o "Calvinismo." Mas a questão fundamental da Reforma foi a salvação pela graça por meio da fé apenas versus a salvação pela fé mais mérito ou obras ou a Igreja. Se ou não a salvação era por um decreto eterno da predestinação que resultava em um dom irresistível da fé aos eleitos não era a preocupação inicial. Pelo fato dos calvinistas freqüentemente confundir a questão que muitos que desprezam o ensino da salvação pelas obras são levados a aceitar as doutrinas do Calvinismo pois eles não vêem nenhuma outra alternativa. Uma coisa é certa, qualquer que seja o "Calvinismo" que Agostinho e os reformadores tinham: "Foi Calvino que desenvolveu este sistema de pensamento teológico com tal clareza lógica e ênfase que desde então tem levado seu nome."**[27]** E é para João Calvino que nos viramos agora.

---

[1] Steele e Thomas, p. 21.
[2] Charles Hodge, Theology, vol. 2, p. 333.
[3] Boettner, Predestination, p. 367.
[4] Sproul, Grace Unknown, p. 139.
[5] Cunningham, Reformers, pp. 108-109.
[6] George, p. 77; Schaff, History, vol. 8, p. 547.
[7] Cunningham, Reformers, p. 109.

[8] Sproul, Eleitos de Deus, p. 10.
[9] Augustus Toplady, Prefácio a Zanchius, *The Doctrine of Absolute Predestination*, p. 16.
[10] J. I. Packer e O. R. Johnson, "Historical and Theological Introduction," em Martinho Lutero, *The Bondage of the Will*, trad. J. I. Packer e O. R. Johnson (Grand Rapids: Fleming H. Revell, 1957), pp. 37, 39.
[11] Ibid., p. 40.
[12] Luther, p. 109.
[13] Schaff, History, vol. 8, pp. 91-93.
[14] George, p. 119.
[15] Ibid., p. 113.
[16] Schaff, History, vol. 8, pp. 85-87.
[17] George, p. 122.
[18] Talbot e Crampton, p. 79; Boettner, Predestination, p. 1.
[19] Schaff, History, vol. 8, pp. 210, 618.
[20] George, p. 232; Talbot e Crampton, p. 79; Boettner, Predestination, p. 1.
[21] Calvino, citado em Hastings Eells, *Martin Bucer* (New Haven: Yale University Press, 1931), p. 233.
[22] Ibid., p. 236.
[23] Schaff, History, vol. 8, p. 873; Cunningham, Reformers, pp. 349, 358; Sell, p. 1.
[24] Schaff, History, vol. 7, pp. 371-372.
[25] Ibid., vol. 8, p. 392.
[26] Cunningham, Reformers, p. 345.
[27] Boettner, Predestination, pp. 3-4.

Capítulo 3

JOÃO CALVINO

Como vimos no capítulo anterior, João Calvino não foi o criador desse sistema teológico conhecido como Calvinismo. Fomos informados que ele meramente "revelou verdades que estavam na Bíblia todo o tempo,"**[1]** ou que "Agostinho ensinou os princípios do sistema mil anos antes de Calvino ter nascido."**[2]** Mas embora João Calvino não seja o criador desse sistema teológico conhecido como Calvinismo, ele obviamente teve uma ligação forte com esse sistema que seu nome é inseparavelmente ligado a ele. Como Custance diz: "A menção das palavras Eleição e Predestinação hoje em dia, em qualquer ambiente que não o teológico, quase inevitavelmente traz às mentes das pessoas o nome de Calvino."**[3]** George corretamente diz de Calvino: "A maioria dos cristãos, incluindo a maioria dos protestantes, conhecem somente duas coisas sobre ele: ele acreditava em predestinação, e enviou Servetus para a estaca."**[4]** Mas não é apenas uma questão de *conhecer* estas duas coisas sobre ele, pois como Otto Scott observa: "Nenhum líder cristão jamais foi tantas vezes condenado por tantas pessoas. E a base comum para a condenação são a

execução de Servetus e a doutrina da predestinação."**[5]** Todavia, o impacto enorme de Calvino sobre o Cristianismo tem ainda que ser compreendido. Além das adições à língua inglesa do substantivo *Calviniana*, os adjetivos calvinista e *calviniano*, e os títulos calvinista e *Calvinismo*, somos abençoados com instituições e organizações como o Calvin College, o Calvin Seminary, o *Calvin Theological Journal*, o International Congress on Calvin Research, o Calvin Translation Society, o Calvin Foundation, e o H. Henry Meeter Center for Calvin Studies, que contém mais de 3.000 livros e 12.000 artigos sobre João Calvino.**[6]** A maioria das obras de Calvino ainda está disponível hoje, o que é uma façanha e tanto considerando que ele viveu há mais de 400 anos atrás. Há existente mais de 2.000 dos sermões de Calvino,**[7]** enquanto as obras completas de Calvino ocupam cinqüenta e cinco volumes no *Corpus Reformatorum*.**[8]** Os estudantes do colégio e do seminário, tanto nas escolas presbiterianas quanto reformadas, têm a opção de fazer um curso completo sobre João Calvino.**[9]** Além disso, Calvino tem a eminência de ser mencionado em todo dicionário, enciclopédia, e livro de história: tanto seculares quanto sacros. Entretanto, ele também tem o ominoso título de ser denominado, por um lado, recomendável, e por outro, desprezível. Como um dos biógrafos de Calvino de forma tão competente relatou: "Nenhum homem na história da Igreja foi mais admirado e ridicularizado, amado e odiado, abençoado e amaldiçoado."**[10]**

Aqueles que admiram Calvino recomendavelmente expressam suas opiniões sobre vários aspectos de sua vida:

> João Calvino sobressai na história da igreja como alguém que foi mais vividamente ciente do que quase qualquer outro do trabalho poderoso de Deus na história humana e da chamada de Deus ao seu povo para serviço no mundo.**[11]**
>
> Nenhum servo de Cristo, provavelmente desde os dias dos apóstolos e das testemunhas do Evangelho de seu século, foi mais repulsivavelmente deturpado ou mais maliciosamente maldito do que o fiel, destemido e amado Calvino.**[12]**
>
> Os trabalhos de Calvino foram altamente úteis à Igreja de Cristo, que dificilmente há qualquer área do mundo cristão que não esteja repleta deles.**[13]**
>
> Ele foi o homem mais cristão de sua geração.**[14]**
>
> Calvino deixou tal marca em sua época e, até além dela, exerceu uma influência que ainda não parece provável declinar.**[15]**

Theodore Beza, o sucessor de Calvino em Genebra, e aquele que o conhecia intimamente, testificou: "Eu fui uma testemunha da vida de Calvino

por dezesseis anos, e acho que tenho todo o direito de dizer que este homem exibiu a todos um exemplo mais belo da vida e morte do cristão."**[16]**

Como Agostinho, Calvino tem sido equiparado por muitos calvinistas com o apóstolo Paulo:

> Calvino trouxe à luz doutrinas esquecidas do apóstolo Paulo.**[17]**
>
> Calvino facilmente se posiciona como um dos excelentes expositores sistemáticos do sistema cristão desde São Paulo.**[18]**
>
> Perto de Paulo, João Calvino fez mais pelo mundo.**[19]**

O próprio Calvino comparou os ataques a sua pessoa com aqueles feitos contra o apóstolo Paulo.**[20]** O título mais inexplicável, entretanto, a ser empilhado sobre Calvino é que ele foi "praticamente o fundador da América."**[21]**

Mas toda história tem dois lados; de fato, assim como a luz segue a escuridão, assim também há um outro lado da reputação de João Calvino. Aqueles que abominam Calvino depreciativamente têm se expressado da mesma forma sobre a vida de Calvino:

> Se Calvino alguma vez escreveu algo em favor da liberdade religiosa, foi um erro tipográfico.**[22]**
>
> Calvino, creio, tem causado a condenação de milhões de almas.**[23]**
>
> O fato do próprio caráter de Calvino ter sido compulsivo-neurótico que transformou o Deus de Amor como experimentado e ensinado por Jesus, num caráter compulsivo, sustentando características absolutamente diabólicas em sua prática reprovativa.**[24]**
>
> E com respeito a Calvino, é manifesto, que a principal, a mim pelo menos, característica mais odiosa em toda a multiforme figura do papismo uniu-se a ele por toda a vida – eu quero dizer o *espírito de perseguição*.**[25]**
>
> Nós sempre acharemos difícil amar o homem que obscureceu a alma humana com a concepção mais absurda e blasfema de Deus em toda a longa e honrada história da tolice.**[26]**

Talvez a mais infamante e duradoura caracterização de Calvino foi expressada por Voltaire (1694-1778): "O famoso Calvino, que consideramos como o apóstolo de Genebra, ergueu a si próprio à posição de papa dos

protestantes."**[27]** Este título foi usado pela primeira vez contra Calvino por Servetus,**[28]** e foi confirmado pelos calvinistas.**[29]**

Visto que Schaff mantém de Calvino que "quanto melhor ele é conhecido, mas ele é admirado e estimado,"**[30]** uma olhada na vida de Calvino está a caminho antes de sua teologia ser examinada. Mas como Calvino é muitas vezes rotulado pelos calvinistas como um homem de sua época, especialmente quando buscando justificá-lo no caso de Servetus, o tempo em que ele viveu é igualmente relevante. A falta de uma consciência histórica nos estudos de Calvino tem sido ultimamente olhada com arrependimento por alguns de seus modernos biógrafos. William Bouwsma se queixa que o pensamento de Calvino tem sido tratado "de forma não histórica,"**[31]** enquanto David Steinmetz lamenta a tentativa de reconstruir a teologia de Calvino "com pouca ou nenhuma referência a seus contemporâneos."**[32]** Por isso, e justamente assim, qualquer tentativa de entender a teologia de Calvino deve levar em consideração não apenas Calvino o homem, mas a época em que ele viveu também.

---

[1] Palmer, p. 6.
[2] Boettner, Predestination, p. 4.
[3] Custance, p. 3.
[4] George, p. 167.
[5] Otto Scott, *The Great Christian Revolution* (Windsor: The Reformer Library, 1994), p. 100.
[6] William J. Bouwsma, *John Calvin: A Sixteenth Century Portrait* (Nova York: Oxford University Press, 1988), p. 235.
[7] Earle E.Cairns, *Christianity Through the Centuries*, edição revista e ampliada (Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1981), p. 312.
[8] Williston Walker, *John Calvin: The Organizer of Reformed Protestantism* (New York: Schocken Books, 1969), p. ix.
[9] Westminster Theological Seminary, *1990-1992 Catalog*, p. 96; Calvin Theological Seminary, *1996-1998 Catalog*, p. 118; Reformed Bible College, *1990-1992 Catalog*, p. 43.
[10] Harkness, p. 3.
[11] Leith, p. 75.
[12] Henry Cole, Prefácio do Tradutor a Calvino, *Calvin's Calvinism*, p. 6.
[13] Daniel Gerdes, citado em Schaff, History, vol. 8, p. 281.
[14] Ernst Renan, citado em Thomas M. Lindsay, *A History of the Reformation*, 2ª. ed. (Edinburgo: T & T Clark, 1907), vol. 2, p. 159.
[15] Francois Wendel, *Calvin: Origins and Development of His Religious Thought*, trad. Philip Mairet (Grand Rapids: Baker Books, 1997), p. 360.
[16] Theodore Beza, citado em Schaff, History, vol. 8, p. 272.
[17] Boettner, Predestination, p. 5.
[18] Ibid., p. 405.
[19] McFetridge, p. 68.

[20] João Calvino, "A Defence of the Secret Providence of God," trad. Henry Cole, em João Calvino, *Calvin's Calvinism*, p. 292.
[21] Leopold von Ranke, citado em Crampton, Calvin, p. vii.
[22] Roland H. Bainton, citado em *Christian History*, Vol. 5:4 (1986), p. 3.
[23] Jimmy Swaggart, citado em *Christian History*, Vol. 5:4 (1986), p. 3.
[24] Oskar Pfister, citado em *Christian History*, Vol. 5:4 (1986), p. 3.
[25] Jones, vol. 2, p. 238.
[26] Will Durant, *The Reformation* (New York: Simon and Schuster, 1957), p. 490.
[27] Voltaire, citado em Schaff, History, vol. 8, p. 287.
[28] Schaff, History, vol. 8, p. 688.
[29] Ibid., vol. 8, p. 283.
[30] Ibid., vol. 8, p. 834.
[31] Bouwsma, p. 2.
[32] David Steinmetz, *Calvin in Context* (Oxford: Oxford University Press, 1995), p. 211.

A Época de Calvino

Calvino viveu, como Agostinho, durante um período único da história da igreja. A Reforma, que oficialmente começou com Martinho Lutero, na Alemanha, estava começando a contagiar o resto da Europa. Isto é especialmente verdadeiro por causa da união entre a Igreja e o Estado que ainda existia nesta época. Na França natal de Calvino, os escritos do reformador alemão foram declarados heréticos em 1521.**[1]** Durante os reinos de Francis I (1515-47) e seu filho Henry II (1547-49), os acusados de "Luteranismo" eram severamente perseguidos, alguns até a morte.**[2]** As primeiras igrejas protestantes não estavam oficialmente organizadas até 1555,**[3]** e não foi até o Edito de Nantes em 1598 que a tolerância foi estendida.**[4]** E como agora veremos, o próprio Calvino teria que deixar a terra onde nasceu para evitar a perseguição.

As autoridades católicas romanas na Alemanha não gostaram muito da difusão do Luteranismo na terra natal de Lutero. Após a Dieta de Worms em 1521, um edito foi assinado pelo Sacro Imperador Romano, Charles V (1500-1558), que não somente denunciava Lutero e seus seguidores, mas também autorizava que os livros luteranos fossem queimados.**[5]** Mas porque o império alemão era nesta época uma confederação livre de sete eleitorados, pequenos principados, e cidades livres, foi difícil forçar o Edito de Worms, pois a questão de religião estava em grande medida dependente das autoridades civis em cada área.**[6]** Esta dificuldade, unida a um enorme aumento na publicação de literatura, incluindo o Novo Testamento alemão de Lutero em 1522, levou à divisão da Alemanha em dois campos separados – católico e protestante.

O conflito na Alemanha foi temporariamente acalmado com a Dieta de Speyer em 1526. Lá os governantes protestantes foram capazes de obter uma

abstenção temporária do Edito de Worms. O Comitê de Governantes apontado pela Dieta propôs que um conselho geral devesse ser reunido para resolver a questão da religião, mas até esta época, "todo Estado assim existirá, governará, e crerá enquanto ele possa esperar e confiar responder diante de Deus e sua imperial Majestade."**[7]** Os protestantes interpretaram esta decisão como dando a eles o direito legal para praticar sua religião sem ser molestado. O Luteranismo prosperou, e quase todos da Alemanha do Norte se tornaram protestantes dentro de três anos.**[8]** Deve ser lembrado, entretanto, que a idéia Igreja-Estado ainda estava impregnada nas mentes das pessoas. Tolerância religiosa não é liberdade religiosa. As autoridades civis decidiram a religião de seus territórios, e os protestantes foram às vezes tão intolerantes quanto os católicos.**[9]**

Na Segunda Dieta de Speyer, reunida em 1529, a tolerância religiosa que emanou da Dieta de 1526 foi rescindida. Os luteranos por sua vez publicaram um protesto oficial em 25 de abril, e foi deste documento que o nome *protestante* foi adotado, primeiro aos luteranos, e depois a todos que se opunham à Igreja Católica.**[10]** Em 1530 uma outra Dieta se reuniu em Augsburg**[11]** para fazer planos para a guerra contra os turcos. Mas temendo que um império dividido não pudesse repeli-los com sucesso, foi proposto primeiro resolver as diferenças religiosas que dividiam a Alemanha. Os luteranos, em 25 de junho, apresentaram uma "declaração de seus descontentamentos e opiniões relativos à fé."**[12]** Escrito por Melanchthon, a Confissão de Augsburg, como a declaração veio a ser chamada, ainda é aceita pelos luteranos hoje. Depois da Dieta de Augsburg, em que o imperador deu aos protestantes até 15 de abril de 1531, para ser submetida, os protestantes formaram a Liga Schmalkald (em Schmalkalden) para se defender.**[13]** A guerra foi evitada, entretanto, na Dieta de Nuremberg em 1532, quando os protestantes conseguiram uma "trégua."**[14]** Mas após a morte de Lutero em 1545, o imperador invadiu a Alemanha com suas tropas espanholas católicas com conseqüências desastrosas para os protestantes. O imperador então editou o que é conhecido como o Ínterim de Augsburg, um documento incerto destinado a apaziguar os protestantes, mas que as pessoas não pudessem ser coagidas a aceitar.**[15]** A paz religiosa não foi finalmente concluída até a Paz de Augsburg em 1555.

Embora Huldreich Zwínglio seja conhecido como o primeiro reformador suíço, a Reforma na Suíça não foi diretamente dependente dele como a Reforma alemã foi de Lutero. Isto é evidente pelos nomes que os próprios crentes na Alemanha e na Suíça foram chamados. Os luteranos, obviamente, foram assim chamados por causa de Lutero, mas os cristãos na Suíça, visto que eles foram mais "reformados" do que os luteranos, vieram a ser referidos como *reformados*.**[16]** E embora ambos os ramos da Reforma foram unânimes em sua posição contra as doutrinas e tirania de Roma, foi a tentativa da Suíça de reformar o culto e os princípios morais da Igreja que originou o humanismo da Renascença.**[17]** Todavia, antes da Reforma do século dezesseis,

a Suíça desempenhou um papel pequeno na história da Europa comparado com o que iria tornar público depois que Zwínglio iniciou seu ministério em Zurique em 1519.

Na época da Reforma, a Suíça era uma confederação de treze distritos e algumas cidades livres como Genebra. Os suíços tinham com sucesso mantido sua independência desde a união dos três distritos originais de língua alemã em 1291. Como o resto da Europa, entretanto, a Suíça estava sujeita ao Papa, e somente o Catolicismo Romano era tolerado. E como o resto da Europa, o sacerdócio era corrupto, com excessiva imoralidade entre os sacerdotes.**[18]** Mas sinais de reforma estavam evidentes nos distritos de língua alemã, mais notavelmente na cidade de Basel, onde a universidade se tornou um centro de ensino e a gráfica o meio para sua disseminação.**[19]** A Reforma, entretanto, não foi inaugurada em Basel, devia proceder de Zurique, a terra de Huldreich Zwínglio.

Zwínglio nasceu em Wildhaus, no alto dos Alpes suíços, em 1º de janeiro de 1484. Como a maioria das crianças na época, ele foi um membro de uma grande família católica. Depois de se sobressair em seus primeiros estudos de latim, o jovem Zwínglio entrou na Universidade de Viena em 1498. Em 1502 ele se matriculou na Universidade de Basel, obtendo duas graduações enquanto lecionava latim em uma outra escola.**[20]** Foi ordenado sacerdote em 1506 e assumiu seu primeiro ofício em Glarus, sudeste de Zurique.**[21]** Zwínglio permaneceu em Glarus por dez anos, durante este tempo ele também serviu como capelão para um contingente de soldados suíços.**[22]** Ele foi, por volta desta época, um músico completo, um estudioso clássico, um patriota suíco, e um sacerdote romano.**[23]** Ele então começou a estudar grego para que pudesse estudar o Novo Testamento.**[24]** Ele também trocou correspondência com Erasmo e mais tarde o visitou em Basel.**[25]**

Em 1516 Zwínglio mudou de Glarus para perto de Einsiedeln. Aqui ele lia extensivamente as obras de Erasmo e começou a pregar contra os abusos da Igreja Católica.**[26]** Ele mais tarde escreveu deste período:

> Comecei a pregar o evangelho antes que qualquer um em minha localidade tivesse sequer ouvido o nome de Lutero: pois eu nunca deixei o púlpito sem levar as palavras do evangelho conforme usadas na missa do dia e as expondo por meio das Escrituras; embora inicialmente eu contei muito com os Pais como expositores e intérpretes.**[27]**

Após dois anos em Einsiedeln, notícias do talento de Zwínglio se espalharam e ele foi chamado a Zurique. Aqui ele chocou seus paroquianos ao pregar direto dos livros do Novo Testamento.**[28]** E embora não oficialmente rompendo com Roma, Zwínglio pregou contra as indulgências e os jejuns quaresmais.**[29]** Em 10 de outubro de 1522, ele abandonou o sacerdócio e se tornou um pregador empregado pela cidade.**[30]** Uma série de disputas

públicas foram então realizadas em que Zwínglio insistia na supremacia da Escritura e atacou a Missa como "uma tarefa blasfema."**[31]** A Missa logo foi abolida e a Santa Ceia foi celebrada em seu lugar.

É a interpretação de Zwínglio da Santa Ceia que o distingue de Lutero. Zwínglio cria, e com razão, que a Santa Ceia era um memorial e que os elementos meramente representavam o corpo e o sangue de Cristo. Lutero, por outro lado, cria na presença de Cristo nos elementos, embora ele rejeitou a doutrina católica da transubstanciação. A controvérsia entre Lutero e Zwínglio culminou na Convenção de Marburg em 1529. Aqui os dois reformadores se encontraram pela primeira e única vez. E embora eles tenham concordado em quatorze dos quinze artigos que foram redigidos, eles não chegaram a um consenso sobre a questão da Comunhão.**[32]**

A Reforma na Suíça se espalhou rapidamente por todos os outros distritos, mais notavelmente em Basel sob John Ecolampádio (1482-1531).**[33]** Por volta de 1530 foi firmemente estabelecida nas cidades da Suíça.**[34]** Entretanto, a guerra irrompeu entre os distritos protestantes e católicos. Então, após um breve período de paz, eles começaram a lutar novamente. Desta vez, entretanto, Zwínglio foi tragicamente morto em batalha no dia 11 de outubro de 1531. Seu sucessor em Zurique foi Heinrich Bullinger, que pregou lá até sua morte em 1575. Bullinger foi um hábil substituto, não somente mantendo correspondência com Calvino, Melanchthon, Bucer, e Beza, mas também tendo parte na Primeira Confissão Helvética (1536) e sendo o autor da Segunda Confissão Helvética (1566).**[35]**

Embora os movimentos de reforma na Alemanha e nos distritos alemães da Suíça diferiam quanto à sua causa, líderes, e práticas, há uma coisa que ambos concordavam: aqueles que divergiam deles não deviam ser tolerados. Isto incluía não somente os católicos, mas aquele nobre grupo de "heréticos" que pensavam que os reformadores não iam longe o suficiente. Zwínglio os chamou de *Wiedertäufer* (anabatistas). Na Zurique de Zwínglio eles foram ordenados para que suas crianças fossem batizadas.**[36]** O rebatismo era considerado um crime que devia ser punido com a morte.**[37]** Em 5 de janeiro de 1527, Felix Manz foi amarrado e atirado no rio pelas autoridades de Zurique porque ele "se envolveu com o Anabatismo."**[38]** As execuções e os banimentos seguiam nos outros distritos suíços também.**[39]** Na Alemanha eles aconteceram de maneira igual. Eles eram perseguidos tanto pelos católicos quanto pelos protestantes. A supracitada Segunda Dieta de Speyer em 1529 decretou que "todos os anabatistas, homem ou mulher, de idade madura, será posto à morte, pelo fogo, ou pela espada, ou de outra forma, de acordo com a pessoa, sem que haja julgamento."**[40]** O problema que Lutero tinha com os batistas não era porque eles imergiam (o próprio Lutero um vez reconheceu a imersão como bíblica e até imergiu seu próprio filho**[41]**), mas porque eles rebatizavam. Os luteranos e os reformados praticaram intolerância entre si. Era

uma época de mudança e controvérsia, e Calvino iria estar bem no meio das duas.

---

[1] John T. McNeil, *The History and Character of Calvinism*, ed. Brochure (Londres: Oxford University Press, 1966), p. 239.
[2] Ibid., p. 243.
[3] Ibid., p. 245.
[4] Ibid., p. 245.
[5] Schaff, History, vol. 7, p. 319.
[6] Ibid., pp. 320-321.
[7] Ibid., p. 684.
[8] Lindsay, vol. 1, p. 344.
[9] Schaff, History, vol. 7, p. 686.
[10] Alister E. McGrath, *Reformation Thought*, 2a. ed. (Grand Rapids: Baker, 1993), p. 6.
[11] Hence, Augsburg Publishing House, agora Augsburg Fortress Publishers.
[12] Lindsay, vol. 1, p. 363.
[13] Ibid., p. 373.
[14] Ibid., pp. 374-375.
[15] Ibid., pp. 390-391.
[16] Leith, p. 34.
[17] McGrath, Reformation Thought, pp. 8, 61.
[18] Schaff, History, vol. 8, p. 6.
[19] Ibid., p. 7.
[20] McNeil, p. 22.
[21] Ibid., p. 23.
[22] Estep, p. 164.
[23] Schaff, History, vol. 8, pp. 23-25.
[24] Ibid., p. 24.
[25] Ibid., p. 25.
[26] Estep, pp. 165-166.
[27] Huldreich Zwínglio, citado em Estep, p. 166.
[28] George, p. 113.
[29] Schaff, History, vol. 8, pp. 42-43, 47.
[30] George, p. 114.
[31] Huldreich Zwínglio, citado em George, p. 118.
[32] Estep, p. 190.
[33] Schaff, History, vol. 8, p. 108.
[34] Ibid., p. 165.
[35] Ibid., pp. 208, 219-221.
[36] Schaff, History, vol. 8, p. 108.
[37] Estep, p. 186.
[38] Citado em Estep, p. 186.
[39] Schaff, vol. 8, p. 83.

[40] Citado em Armitage, vol. 1, p. 402.
[41] Estep, pp. 130, 158, 184-185.

A Vida de Calvino

Embora os historiadores seculares têm subestimado a importância de Calvino para o século dezesseis, não há dúvida que Calvino continua "uma figura influente na história européia."**[1]** Mas conforme um recente biógrafo de seus lamentos, até tratamentos eruditos de Calvino "continuam quasi-hagiográficos."**[2]** Isto se espera de zelosos calvinistas, assim como o oposto é previsível de seus caluniadores. Por essa razão, para evitar a acusação de intolerância, tudo dito daqui pra frente que poderia ser interpretado como prejudicial a Calvino segue em sua maior parte somente aqueles escritores que têm simpatia por ele.

João Calvino foi um francês, nascido Jean Cauvin, em 10 de julho de 1509, em Picardia, Noyon, França: sessenta milhas a nordeste de Paris. É de seu nome latinizado, Joannes Calvinus, que derivamos seu nome no inglês. Lutero já tinha vinte e cinco anos quando Calvino nasceu, mas Calvino nem mesmo sobreviveu aos outros reformadores, morrendo em 27 de maio de 1564, com apenas cinqüenta e quatro anos de idade. Seu pai foi Gerald Calvin, um tabelião, que trabalhava para o bispo católico romano local gerenciando os negócios da catedral.**[3]** João foi um de cinco filhos, sendo que dois morreram na infância. A mãe de Calvino morreu quando ele tinha três anos e seu pai continuou viúvo e subseqüentemente reconheceu a paternidade de duas filhas. É interessante notar que Calvino da mesma forma se casou com uma viúva e seu único filho morreu na infância. A família era católica romana. Devido à uma dificuldade financeira, seu pai foi excomungado e morreu em 1531, o ano em que seu irmão mais velho Charles foi também excomungado como sacerdote por heresia.**[4]** Seu irmão mais jovem, Antoine, e uma irmã, Marie, deixou o romanismo com ele, mas uma irmã continuou sendo papista.**[5]**

Na idade de doze, Calvino recebeu parte dos rendimentos de uma capelania na Catedral de Noyon:

> 19 de maio de 1521. M. Jaques Regnard, secretário para o Reverendo Padre em Deus, Monseigneur Charles de Hangest, Bispo de Noyon, relatou à assembléia religiosa que o Vigário Geral do supracitado Monseigneur deu a Jean Cauvin, filho de Gerald, da idade de doze anos, uma parte da Capela de La Gesine, vaga pela resignação absoluta do senhor Michel Courtin.**[6]**

Este era um costume comum na época: apontar um garoto para um ofício na igreja, colocando-o na folha de pagamento, enquanto um sacerdote

fazia o trabalho.**[7]** O rendimento desta fonte de renda era usado para financiar a educação de Calvino.**[8]**

Aproximadamente nesta época, Calvino foi enviado a Paris, onde ele estudou latim, tendo em vista que toda educação superior naquela época era em latim.**[9]** Beza relata que no curso de gramática preliminar, Calvino "deixou para trás seus companheiros estudantes."**[10]** Calvino era quieto e nunca participava das diversões de seus colegas, censurando suas desordens.**[11]** Ele então matriculou-se na Universidade de Paris no College of Montague, onde Inácio Loyola (1491-1556) devia estudar anos mais tarde.**[12]** Após completar seu mestrado, Calvino se transferiu para a Universidade de Orleans para estudar direito.**[13]** Isto se deve a seu pai, que pensava que seu filho pudesse ganhar mais dinheiro em direito do que no sacerdócio. Calvino escreveu: "Meu pai planejou meu futuro na teologia desde minha infância. Mas quando ele refletiu que a carreira de direito provou ser em todo o lugar mais lucrativa para seus advogados, a possibilidade de repente o fez mudar de idéia."**[14]** Em Orleans, Calvino foi considerado um professor antes do que aluno, conduzindo as classes quando o professor estava ausente.**[15]** Sua próxima busca por educação superior o levou à Universidade de Bourges para estudar sob o famoso jurista, Andrea Alciati (1492-1550).**[16]** Foi também aqui que ele iniciou seu estudo do grego sob o famoso erudito alemão Melchior Wolmar (1496-1561).**[17]** Com a morte de seu pai, Calvino retornou a Paris para estudar literatura e os clássicos gregos e romanos.**[18]** Ele mais para frente também continuou seu estudo do grego e iniciou o aprendizado de hebraico também.**[19]** Também foi aqui que Calvino, influenciado pelo humanismo, escreveu seu primeiro livro, um comentário sobre *De Clementia* de Sêneca, mas nunca vendeu muito bem.**[20]** Foi "a primeira produção de um homem famoso por outras coisas."**[21]**

Deve ser lembrado que toda a educação e o começo da vida de Calvino foi passado como um católico romano. Não são muito conhecidas as circunstâncias da conversão de Calvino, visto que, apesar de seus volumosos escritos, ele fez somente uma referência a ela.**[22]** Vários fatores têm sido alegados como tendo contribuído para produzir a conversão de Calvino. Supõe-se que seu professor de latim, Mathurin Cordier (1478-1564), tenha falado com Calvino sobre suas dúvidas acerca da Igreja Católica.**[23]** Seu primeiro professor de grego, Wolmar, também é creditado como uma influência.**[24]** Dizem que Calvino testemunhou a morte na fogueira de um mártir protestante.**[25]** Pierre Robert (c. 1506-1538), conhecido na história como Olivetan, foi um primo de Calvino que traduziu a Bíblia para o francês. Um papel significante na conversão de Calvino tem sido atribuído a ele.**[26]** Vários amigos de Calvino que, embora católicos, apoiaram a Reforma, também tem sido sugeridos.**[27]** Um comerciante luterano com quem Calvino ficou também tem sido citado.**[28]** Além das Escrituras,**[29]** e alguns escritos de Lutero,**[30]** Calvino tinha lido alguns dos Pais da Igreja, Erasmo, e a *Cidade de Deus* de Agostinho.**[31]** Todavia o próprio Calvino nunca mencionou qualquer um

destes, exceto para Lutero, quem ele leu quando "estava começando a emergir da escuridão do papado."**[32]** Este fato é evidenciado pelos calvinistas.**[33]**

Quanto ao tempo e local de sua conversão, Calvino lançou aos historiadores, nas palavras de Karl Barth (1886-1968), "um osso de disputa feroz."**[34]** Várias datas têm sido supostas que variam de 1527 a 1534**[35]** para o que Calvino chamou sua "súbita conversão."**[36]** A única referência que Calvino diretamente fez à sua conversão é encontrada no prefácio de seu comentário sobre os Salmos, que foi escrito em 1557:

> Inicialmente, visto eu me achar tão obstinadamente devotado às superstições do papado, para que pudesse desvencilhar-me com facilidade de tão profundo abismo de lama, Deus por um ato súbito de conversão, subjugou e trouxe minha mente a uma disposição suscetível, a qual era mais empedernida em tais matérias do que se poderia esperar de mim naquele primeiro período de minha vida. Tendo conseqüentemente percebido um pouco de gosto e conhecimento da verdadeira piedade, fui imediatamente inflamado de tão grande desejo de colher proveito disto que, embora eu não tenha abandonado outros estudos, todavia me dediquei a eles mais indiferentemente. Agora eu estava grandemente surpreendido de que, antes que um ano se completasse, todos aqueles que tinham algum desejo pela pura doutrina se dirigiam a mim a fim de aprender, ainda que eu mesmo tinha feito um pouco mais do que começar.**[37]**

Embora ele possa ter sido convertido tão cedo enquanto estudava direito,**[38]** Calvino não rompeu oficialmente com a Igreja Romana até viajar para Noyon e abandonar sua fonte de renda na catedral em 4 de maio de 1534.**[39]** Calvino cita a Bíblia em seu comentário sobre Sêneca, mas somente três vezes e de uma maneira acidental.**[40]** E ainda em junho de 1533, Calvino ajudou uma garota conseguir entrada em um convento de freiras.**[41]**

Após terminar seus estudos de direito, Calvino viajou para Orleans e então de volta para Paris.**[42]** Enquanto em Paris, seu amigo íntimo Nicholas Cop (c. 1501-1540) foi apontado reitor da universidade e deu seu discurso inaugural em 1º de novembro de 1533.**[43]** Para surpresa das autoridades, Cop pregou um discurso suavemente evangélico cheio das idéias de Erasmo e Lutero.**[44]** Muitos calvinistas creditam a Calvino a composição do discurso de Cop.**[45]** Todavia, os dois homens foram acusados de heresia.**[46]** Cop fugiu para a cidade protestante de Basel, enquanto Calvino viajou nos arredores da Europa como exilado, muitas vezes usando outros nomes.**[47]** Entre o tempo em que ele deixou Paris e finalmente se uniu ao seu amigo Nicholas Cop em Basel há muita incerteza quanto a exatamente onde Calvino estava e o que ele fez.**[48]** Ele supostamente viajou de volta para Paris para se encontrar com o médico espanhol Michael Servetus (quem ele mais tarde teria queimado na estaca), mas por alguma razão o encontro nunca aconteceu.**[49]** Sabemos que

de Orleans em 1534 Calvino escreveu sua primeira obra teológica, *Psychopannychia*, em que ele refutava a heresia que a alma meramente dorme entre a morte e a ressurreição, mas que não foi publicado até 1542.**[50]** Esta heresia foi supostamente defendida por alguns anabatistas, embora Barth reconhece que "não é certo se os anabatistas defendiam isto."**[51]**

Em outubro de 1534, alguns protestantes radicais divulgaram cartazes por toda Paris denunciando a Missa Católica como blasfema.**[52]** Como resultado, os protestantes sofreram intensa perseguição e muitos foram queimados vivos.**[53]** Bem rápido Calvino fugiu para Basel, pelo caminho de Estrasburgo, onde ele foi auxiliado pelo reformador Martin Bucer.**[54]** Ele chegou em Basel no início de 1535 e não foi somente reunido com seu amigo Nicholas Cop, mas se tornou conhecido do reformador Heinreich Bullinger também.**[55]** Enquanto Calvino esteve em Basel duas obras literárias foram publicadas que iriam influenciar profundamente a Reforma. Olivetan publicou sua tradução francesa da Bíblia em 1535 com dois prefácios de Calvino, um em latim e um em francês, e Calvino completou e publicou sua primeira edição de suas *Institutas* em 1536.**[56]** Calvino então viajou para Itália e França antes de seguir para Estrasburgo pelo caminho de Genebra.**[57]** E embora ele não pretendia ficar em Genebra, desse dia em diante: "Falar de Calvino é falar de Genebra."**[58]**

Calvino chegou em Genebra em julho de 1536 com seu irmão Antoine e sua irmã Marie. Ele pretendia passar a noite antes de continuar para Estrasburgo quando o reformador genebrês Guillaume Farel (1489-1565), que já tinha estado na cidade por dois anos, escutou que Calvino estava em Genebra e o pressionou a ficar e ajudar com a Reforma, então em progresso na cidade, contra a Igreja de Roma.**[59]** Calvino relata que Farel "prosseguiu me alertando que Deus amaldiçoaria minha retirada e tranqüilidade que eu buscava para meus estudos se eu fosse embora e recusasse a ajudar quando estivesse tão urgentemente necessitado."**[60]**

Após começar como um "Leitor na Escritura Sagrada," em que ele dava aulas sobre as epístolas paulinas, Calvino logo assumiu o ofício de pastor.**[61]** Um catequismo e uma confissão de fé foram então apresentadas ao conselho da cidade junto com um documento intitulado *Articles Concerning the Organization of the Church and of Worship at Geneva*.**[62]** Depois que estes foram adotados pelo Conselho, numerosas leis foram passadas contra o vício e para o regulamento da oração e disciplina da igreja.**[63]** Consentimento à confissão de fé era obrigatório a todos os cidadãos de Genebra e o banimento foi decretado para aqueles que não se submetessem.**[64]** Assim, como Schaff relata: "Foi uma evidente inconsistência que aqueles que tinham justamente se livrado do jugo do papismo como uma carga intolerável, sujeitassem suas consciências e intelectos a um credo humano; em outras palavras, substituíssem o velho papismo romano por um moderno papismo protestante."**[65]**

Era tempo de novas eleições em Genebra no início de 1538 e uma mudança no governo subseqüentemente aconteceu. Calvino e Farel não foram aceitos e foram banidos da cidade em abril de 1538.**[66]** Boettner, embora tentando defender Calvino, apesar disso explica o motivo: "Devido a uma tentativa de Calvino e Farel de forçar um sistema de disciplina severo demais em Genebra, tornou-se necessário para eles deixarem a cidade temporariamente."**[67]** Após fixar residência em Basel, Calvino aceitou o chamado de Bucer para vir para Estrasburgo e pastorear a igreja de refugiados franceses.**[68]** Calvino novamente relata que "resolvi viver uma vida privada, livre dos fardos e preocupações de qualquer cargo público até que o mais excelente servo de Cristo, Martin Bucer, empregando uma espécie similar de protestos contra mim como que, para os quais Farel tinha recorrido anteriormente, me puxou para um novo cargo."**[69]**

Estrasburgo era naquela época uma cidade livre na Alemanha onde até os anabatistas eram tolerados.**[70]** Lá Calvino trabalhou por três anos – pregando, ensinando, e escrevendo. Ele logo estabeleceu uma "disciplina eclesiástica vigorosa" e "não apenas proibiu a comunhão aos indignos, mas exigia que todos que participassem da Ceia se apresentassem a ele para um interrogatório espiritual primeiro."**[71]** Enquanto em Estrasburgo, Farel fez o casamento de Calvino com uma de suas freqüentadoras da igreja, Idelette de Bure, uma viúva com dois filhos.**[72]** Quando perguntado que tipo de garota ele preferia, Calvino respondeu: "Eu não sou do tipo selvagem de amante que, ao ver pela primeira vez uma bela figura, aceita todos os defeitos de sua amada. Eis a única beleza que me seduz, se ela é casta, nem muito atraente nem muito desdenhosa, se é econômica, se é paciente, se há esperanças de que venha a interessar-me por minha saúde."**[73]** Calvino e sua mulher tiveram um filho, Jacques, mas ele morreu na infância, e a própria Idelette morreu após nove anos de casamento.**[74]** A morte de sua esposa foi "amargamente dolorosa" para Calvino, e embora ele nunca tenha voltado a se casar, ele prometeu cuidar dos filhos dela.**[75]**

Durante sua estadia em Estrasburgo, Calvino escreveu o que tem sido chamada "a melhor apologia da fé reformada escrita no século dezesseis."**[76]** Jacopo Sadoleto (1477-1547), um cardeal católico romano, escreveu para os "queridos e amados irmãos, os magistrados, o corpo legislativo, e cidadãos de Genebra" em que ele procurava persuadir a cidade para retornar à Igreja Católica Romana antes que seguir as "inovações introduzidas dentro desses vinte e cinco anos por homens astutos."**[77]** A carta de Sadoleto finalmente chegou a tempo a Calvino em Estrasburgo e ele respondeu habilidosamente no que veio a ser chamada a *Reply to Sadoleto* (Resposta a Sadoleto). Logo depois, quando o governo em Genebra estava tumultuado, foi decidido pelo Conselho de Genebra em 21 de setembro de 1540 que Calvino fosse convidado de volta.**[78]** Um convite oficial foi estendido a Calvino em 22 de outubro, mas não foi até maio de 1541 que a sentença do banimento de Calvino foi anulada.**[79]** E embora Calvino tenha anteriormente escrito sobre Genebra que "seria melhor

perecer imediatamente do que ser atormentado até a morte naquela câmara de tortura,"**[80]** ele concordou depois de repetidos pedidos de Farel.**[81]** Calvino retornou para Genebra em 13 de setembro de 1541, nas palavras de um calvinista, como "a pedra que os edificadores rejeitaram."**[82]**

Quando Calvino chegou em Genebra, ele entrou no púlpito que tinha anteriormente deixado vago e começou a expor as Escrituras do mesmo lugar onde tinha encerrado em 1538.**[83]** Ele passaria o resto de sua vida em Genebra – pregando, ensinando, e escrevendo – até sua morte vinte e três anos mais tarde, em 27 de maio de 1564. Ele sofreu de numerosos problemas nutricionais durante sua vida e sua saúde deteriorou-se conforme envelhecia. Suas últimas palavras supostamente foram: "As aflições deste tempo presente não devem ser comparadas com a glória que há de ser revelada."**[84]** Calvino foi enterrado em um túmulo não identificado, como ele tinha desejado.**[85]** Beza conduziu o funeral e depois escreveu a primeira de muitas biografias de Calvino.**[86]** Como a maior parte das obras e ministério de Calvino ocorreram em Genebra, mais uma olhada em sua segunda permanência lá está a caminho antes de um exame de sua teologia.

---

[1] McGrath, Calvin, p. xi.
[2] Bouwsma, p. 2.
[3] McNeil, p. 94.
[4] Schaff, vol. 8, pp. 298-299.
[5] Ibid.
[6] Citado em T. H. L. Parker, *John Calvin* (Herts: Lion Publishing, 1975), p. 3.
[7] George, p. 169.
[8] Ibid.
[9] Estep, p. 224.
[10] Theodore Beza, *The Life of John Calvin*, edição nova e expandida, ed. Gary Sanseri, trad. Henry Beveridge (Milwaukie: Back Home Industries, 1996), p. 15.
[11] J. H. Merle d'Aubigne, *History of the Reformation of the Sixteenth Century* (Grand Rapids: Baker Book House, n.d.), p. 490.
[12] Schaff, History, vol. 8, p. 302.
[13] Wendel, p. 21.
[14] Calvino, citado em Bouwsma, p. 10.
[15] John H. Bratt, *The Life and Teachings of John Calvin* (Grand Rapids: Baker Book House, 1958), p. 11.
[16] Wendel, pp. 23-24.
[17] Walker, p. 49.
[18] John H. Brath, "The Life and Work of John Calvin," em Bratt, ed., *The Rise and Development of Calvinism*, p. 11.
[19] Walker, p. 55.
[20] Ronald S. Wallace, *Calvin, Geneva, and the Reformation* (Grand Rapids: Baker Book House, 1990), p. 5.

[21] Parker, p. 33.
[22] Bouwsma, p. 10, McGrath, Calvin, p. 70.
[23] Bratt, Teachings of Calvin, p. 13.
[24] Walker, pp. 87-88.
[25] Bratt, Teachings of Calvin, p. 13.
[26] George, p. 172.
[27] Bratt, Work of Calvin, p. 10; Walker, p. 86.
[28] Bratt, Teachings of Calvin, p. 13.
[29] Wallace, p. 9.
[30] Parker, p. 27.
[31] Wendel, p. 31.
[32] Calvino, citado em Walker, p. 76.
[33] McNeil, p. 110.
[34] Karl Barth, *The Theology of John Calvin*, trad. Geoffrey W. Bromiley (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1995), p. 136.
[35] George, p. 171.
[36] Calvino, citado em Walker, p. 72.
[37] Ibid.
[38] Parker, p. 195.
[39] McGrath, Calvin, p. 73.
[40] Walker, p. 61.
[41] McNeil, p. 112.
[42] Walker, pp. 62-63.
[43] Wendel, p. 40.
[44] Bratt, Work of Calvin, p. 13.
[45] Barth, p. 142; Wendel, pp. 40-41.
[46] Bratt, Work of Calvin, p. 13.
[47] Bratt, Teachings of Calvin, pp. 16-17.
[48] Walker, pp. 119-120.
[49] Barth, p. 146; Walker, p. 119.
[50] Barth, p. 146.
[51] Ibid., p. 151.
[52] Steinmetz, p. 9.
[53] Schaff, History, vol. 8, pp. 320-321.
[54] Ibid., p. 325.
[55] Ibid., p. 325.
[56] Parker, pp. 38-39.
[57] McGrath, Calvin, pp. 77-78.
[58] Ibid., p. 79.
[59] Schaff, History, vol. 8, pp. 347-348.
[60] Calvino, citado em G. R. Potter e M. Greengrass, *John Calvin* (Nova York: St. Martin's Press, 1983), p. 46.
[61] Parker, pp. 68-69.
[62] Bratt, Work of Calvin, p. 17.
[63] Schaff, History, vol. 8, p. 355.
[64] Ibid., p. 356.

[65] Ibid., p. 357.
[66] Ibid., pp. 359-360.
[67] Boettner, Predestination, p. 408.
[68] McNeil, p. 144.
[69] Calvino, citado em Potter e Greengrass, p. 54.
[70] Schaff, History, vol. 8, p. 369.
[71] Walker, p. 221.
[72] Bouwsma, p. 23.
[73] Calvino, citado em Schaff, History, vol. 8, p. 414.
[74] Wulfert de Greef, *The Writings of John Calvin: An Introductory Guide*, trad. Lyle D. Bierman (Grand Rapids: Baker Books, 1993), p. 32.
[75] Bouwsma, p. 23.
[76] George, p. 182.
[77] James Sadolet, citado em Schaff, History, vol. 8, p. 401.
[78] Schaff, History, vol. 8, p. 430.
[79] Ibid., pp. 431, 433.
[80] Calvino, citado em Bratt, Teachings of Calvin, p. 31.
[81] Walker, p. 259.
[82] Bratt, Teachings of Calvin, p. 32.
[83] De Greef, p. 41.
[84] Calvino, citado em Bratt, Teachings of Calvin, p. 71.
[85] Walker, p. 439.
[86] Schaff, History, vol. 8, p. 863.

Calvino e Genebra

Embora os distritos de língua francesa na Suíça abraçaram o Protestantismo depois dos distritos alemães, eles logo os obscureceram em significância. Os esforços de Guillaume Farel e Peter Viret (1511-1571) abriram caminho para a obra de Calvino em Genebra, a cidade que iria se tornar "a Roma protestante."**[1]** Quando Calvino chegou em Genebra, em julho de 1536, a cidade tinha acabado de se livrar do jugo de Roma. Genebra era, até esta época, uma típica cidade católica romana – dividida em paróquias, equipada de monastérios, e igrejas ornadas, e multiplicada por trezentos sacerdotes.**[2]** Estando numa rota comercial, Genebra tinha todos os vícios de uma cidade comercial, vícios dos quais o sacerdócio não estava isento.**[3]** Após anos de instabilidade política, a cidade de Genebra formou uma aliança em 1526 com as cidades vizinhas de Freiburg e Bern.**[4]** Em 1528, a cidade de Bern abraçou a Reforma, devido em grande medida aos esforços de Farel, que sofreu muita perseguição enquanto levava um grupo de homens na tentativa de evangelizar a Suíça de língua francesa.**[5]** Avistando Genebra, Farel entrou na cidade em outubro de 1532 somente para ser forçado para fora logo depois – com escoriações para comprovar.**[6]** Todavia, quando um debate público foi convocado entre os católicos e os defensores da reforma, Farel retornou para Genebra.**[7]** Finalmente, depois de muito tumulto político e religioso, a missa

foi abolida e Genebra se tornou uma república independente.**[8]** Em 21 de maio de 1536, os cidadãos de Genebra oficialmente votaram para "viver no futuro de acordo com suas leis santas, evangélicas e pela Palavra de Deus, e que nós devemos abandonar todas as missas e outras cerimônias e abusos papais e tudo que está associado a eles."**[9]** O governo de Genebra consistia nesta época de uma assembléia geral e três conselhos, o menor dos quais, o Pequeno Conselho (vinte e cinco membros), sendo o mais influente.**[10]**

A rejeição do papado pela cidade de Genebra necessariamente não significava que todos os seus cidadãos eram agora cristãos modelos. Muitos simplesmente foram junto com a Reforma por razões políticas. Os males de uma união Igreja e Estado – Católico ou Protestante – não foram ainda reconhecidas. Conseqüentemente, "uma série de severos regulamentos" foram introduzidos, ainda antes de Calvino chegar na cidade.**[11]** Havia leis sobre vestido, música, jogos, presença na igreja, dança, blasfêmia, e juramentos.**[12]** A educação se tornou de graça mas obrigatória.**[13]** Um cidadão que se recusou a estar presente nos sermões foi preso, forçado a ouvi-los, e finalmente banido da cidade.**[14]** Naturalmente, havia muitos residentes de Genebra que se rebelaram contra o sistema rígido de disciplina. Foi neste instável ambiente que Calvino entrou em 1536. Mas antes que separar a Igreja do Estado, Calvino usou o poder do Estado para forçar seu sistema de disciplina.**[15]** Um cabeleireiro foi preso por dois dias por arrumar o cabelo de uma noiva de uma maneira inadequada.**[16]** Dois anabatistas foram banidos da cidade por causa de suas concepções teológicas.**[17]** Penas foram determinadas por fazer barulho ou rir durante o culto.**[18]** Um apostador foi publicamente punido.**[19]** Muitos dos líderes da oposição a Calvino estavam entre aqueles que a princípio apoiaram os esforços da reforma.**[20]** Assim, o "reino" de Calvino em Genebra estava condenado ao fracasso.

O banimento e retorno de Calvino a Genebra já foi mencionado. Schaff mantém a inevitabilidade da viagem de volta de Calvino: "Calvino estava preordenado para Genebra, e Genebra para Calvino. Ambos fizeram 'firmes a sua vocação e eleição.'"**[21]** Somos informados pelos calvinistas que "Calvino previu uma comunidade cristã modelo baseada na Bíblia e copiada da igreja primitiva."**[22]** Isto tem sido variadamente chamado de uma teocracia, uma bibliocracia, uma clerocracia, e uma cristocracia.**[23]** A primeira ordem de Calvino era submeter ao conselho da cidade suas *Ecclesiastical Ordinances*. Estas ordenanças, que foram adotadas em 20 de novembro de 1541, regulavam a observância do batismo e comunhão e estabelecia os quatro ofícios da igreja de pastor, doutor, ancião, e diácono - conforme a doutrina, educação, disciplina, e bem-estar social.**[24]** Os anciãos eram escolhidos pela magistratura e, junto com os ministros, formavam um consistório para regular a disciplina.**[25]** Após estabelecer leis eclesiásticas, Calvino foi chamado para codificar a legistação civil.**[26]** Seu salário por pregar, entretanto, não era pago do dinheiro da coleta da igreja mas do tesouro da cidade.**[27]** Assim, desde o próprio início do seu "ministério" em Genebra, Calvino estava intimamente envolvido tanto com a

Igreja como com o Estado. Ele contava entre os deveres do governo civil "apreciar e proteger o culto externo a Deus, defender a sã doutrina da piedade, e a posição da igreja, ajustar nossa vida à sociedade dos homens, formar nosso comportamento social à justiça civil, nos reconciliar uns com os outros, e promover a paz e a tranquilidade geral."**[28]** O governo civil também "impede a idolatria, o sacrilégio contra o nome de Deus, blasfêmias contra sua verdade, e outras ofensas públicas contra a religião."**[29]** Todavia Boettner ainda insiste que "Os reformados logo vieram a exigir completa separação entre Igreja e Estado."**[30]** E de Calvino ele incrivelmente acrescenta: "Calvino foi o primeiro dos reformadores a exigir a completa separação entre a Igreja e o Estado."**[31]**

As regras e os regulamentos introduzidos em Genebra durante o ministério de Calvino não deixou nenhuma área da vida intocada. É por isso que Calvino freqüentemente tem sido rotulado como o "o ditador de Genebra" que "toleraria em Genebra as opiniões de somente uma pessoa, as suas."**[32]** Além das leis usuais contra a dança, a profanação, os jogos de apostas, e a falta de vergonha, o número de pratos comidos em uma refeição era regulado.**[33]** Freqüência aos cultos públicos tornou-se obrigatório e ordenou-se que vigias verificassem quem freqüentava a igreja.**[34]** A censura à imprensa foi instituída e livros julgados heréticos ou imorais foram proibidos.**[35]** Juros nos empréstimos foram limitados a 5 por cento.**[36]** Os nomes que davam às crianças eram regulados.**[37]** Dar nome a uma criança de um santo católico era uma ofensa penal.**[38]** Durante um aumento repentino da praga em 1545, cerca de vinte pessoas foram queimadas vivas por bruxaria, e o próprio Calvino esteve envolvido nas perseguições.**[39]** De 1542 a 1546, cinqüenta e oito pessoas foram executadas e sessenta e seis exiladas de Genebra.**[40]** A tortura era livremente usada para extrair confissões.**[41]** O calvinista John McNeil admite que "nos últimos anos de Calvino, e sob sua influência, as leis de Genebra se tornaram mais detalhadas e severas."**[42]** Calvino esteve envolvido em todo aspecto concebível da vida da cidade: regras de segurança para proteger crianças, leis contra recrutar soldados, novas invenções, a introdução da manufatura de tecido, e até a odontologia.**[43]** Ele era consultado não somente sobre todos os negócios importantes do estado,**[44]** mas também sobre a supervisão dos mercados e ajuda aos pobres.**[45]** Calvino foi especialmente severo com os adúlteros incorrigíveis – ele apoiava a pena de morte.**[46]** Os culpados de fornicação ou adultério eram multados e presos.**[47]** No entanto, estas leis não reprimiram o adultério, pois a própria cunhada e a enteada de Calvino foram achadas culpadas.**[48]** A teoria de Calvino de uma teocracia é declarada estar baseada nas Sagradas Escrituras, mas como Schaff inteligentemente observa: "É impossível negar que esta espécie de legislação se parece mais com a austeridade da velha Romã pagã e o código levítico do que o evangelho de Cristo, e que o atual exercício da disciplina muitas vezes era insignificante, pedante, e desnecessariamente severo."**[49]**

Não é de se admirar que houve muita oposição a Calvino entre os residentes de Genebra. Muitos que se oporam a Calvino durante sua primeira

permanência na cidade foram igualmente contrários a ele quando de sua volta. Em 1547 uma carta ameaçadora foi encontra no púlpito de Calvino:

> Hipócrita cruel, você e seus companheiros lucrarão pouco por suas dores. Se você não se salvar pela fuga, ninguém impedirá sua queda, e você amaldiçoará a hora quando você tiver deixado seu monastério.**[50]**

Jacques Gruet, um conhecido oponente de Calvino, foi preso pelo feito. Uma busca em sua casa revelou alguns escritos que criticavam as Escrituras e Calvino.**[51]** Entre os escritos estava uma súplica aos magistrados de Genebra:

> Todo aquele que maliciosa e voluntariamente machucar alguém merece ser punido. Mas suponha que eu seja um homem que queira comer suas refeições como lhe apraz, o que os outros têm a ver com isso? Ou se eu quero dançar, ou me divertir, o que isso tem a ver com a lei? Nada.**[52]**

Após um mês de tortura, Gruet confessou e foi sentenciado à morte: "Você, de forma ultrajante, ofendeu e blasfemou contra Deus e sua sagrada Palavra; você conspirou contra o governo; você ameaçou servos de Deus e, culpado de traição, merece a pena capital."**[53]** Ele foi decapitado em 26 de julho de 1547, com o consentimento de Calvino na sua morte.**[54]** Vários anos mais tarde um livro herético de Gruet foi descoberto e foi queimado em público em frente a casa de Gruet, conforme sugerido por Calvino.**[55]**

Havia também alguma oposição em Genebra à doutrina da predestinação de Calvino. Em 1551 um médico chamado Jerome Bolsec (1520-1584) questionou a doutrina da predestinação de Calvino. Após ser meramente censurado em maio, Bolsec foi preso em outubro por afirmar que "aqueles que defendem um eterno decreto em Deus pelo qual ele ordenou alguns à vida e o resto à morte fazem dele um tirano, e de fato um ídolo, como os pagãos fizeram de Júpiter."**[56]** Por isto ele foi banido da cidade em dezembro e ameaçado com o chicote caso retornasse.**[57]** O próximo ano, Jean Trolliet, um notário da cidade que Calvino já tinha rejeitado como ministro, atacou a concepção de Calvino da predestinação por fazer de Deus o autor do pecado.**[58]** Calvino apelou ao conselho da cidade e eles foram ao seu favor, declarando que "o livro de Calvino das Institutas era uma composição boa e divina, que sua doutrina era doutrina divina, que ele era apreciado como um bom e fiel ministro desta cidade, e que de agora em diante ninguém ouse falar contra este livro e sua doutrina."**[59]**

As doutrinas de Calvino não eram as únicas coisas que eram criticadas em Genebra. O próprio Calvino foi cada vez mais contrariado e foi feito objeto de gozação. Cachorros eram chamados pelo seu nome e canções foram escritas para zombar dele.**[60]** Armas eram disparadas do lado de fora da sua janela tarde da noite.**[61]** Em 1554 Calvino escreveu "Cães latem para mim de todos os

lados. Em todo lugar eu sou saudado com o nome de 'herético,' e todas as calúnias que podem possivelmente ser inventadas são acumuladas sobre mim; em resumo, os inimigos entre meu próprio rebanho me atacam com maior aspereza do que meus inimigos declarados entre os papistas."**[62]** Calvino também enfrentou oposição do conselho da cidade por algumas de suas idéias.**[63]**

Nem todos, obviamente, se opunha a Calvino. Ele certamente tinha seus admiradores, e era bem respeitado por muitos que ouviam sua pregações. O reformador escocês John Knox (1505-1572) passou vários anos em Genebra e a denominou "a mais perfeita escola de Cristo que já esteve na terra desde os dias apostólicos."**[64]** Numerosos tributos foram registrados sobre quão sublime era viver em Genebra, mas eles eram principalmente de refugiados em Genebra que concordava com a fé de Calvino.**[65]** Ironicamente, Genebra tornou-se um oásis para aqueles que fugiam de sua terra natal devido à perseguição religiosa.**[66]** Como pastor, Calvino fez casamentos, batismos, e é suposto ter pregado 4.000 sermões após seu retorno a Genebra.**[67]** Ele também introduziu a prática de oração sem preparação e canto congregacional, embora ele se opunha a instrumentos musicais.**[68]** Em 1559 Calvino fundou a Academia de Genebra, com Beza como o primeiro presidente, e atraiu estudantes protestantes de toda a Europa.**[69]** Por volta da morte de Calvino havia 1.600 estudantes.**[70]** Dois dos mais famosos estudantes a estudar lá foram John Knox e James Arminius. Genebra foi também um lar para exilados da Inglaterra durante o reino de Bloody Mary (1553-1558). Foi aqui que William Whittingham (1524-1579) traduziu o Novo Testamento para o inglês no que veio a ser chamado a Bíblia de Genebra.

A natureza ríspida da teocracia de Calvino em Genebra tem sido ignorada pelos calvinistas de hoje em dia porque "não devemos culpar um homem pelo ambiente em que ele nasceu."**[71]** A idéia é que Calvino foi fruto de sua época – uma época que não sabia nada além de leis restritivas e a combinação da Igreja com o Estado. Scott, procurando defender Calvino, nos informa:

> Nem Calvino nem Farel nem qualquer outro reformador introduziu a idéia de monitorar a moralidade em Genebra. O Vaticano tinha feito isso, vários anos antes, e manteve o sistema por gerações. Mas os bispos se tornaram tolerantes no final da Idade Média e indiferente durante a Renascença. Nos primeiros anos da Reforma, a censura da moral e bons costumes permaneceram uma parte estabelecida e aceita das regras de controle antigas, existentes não apenas em Genebra, mas em toda Europa.**[72]**

Também é certamente verdade, como o ex-professor do Calvin College John Bratt (nasc. 1909) aponta, que "muitas das leis e regras proibitivas tinham estado nos livros de estatutos muito antes da vinda de Calvino."**[73]** Mas ao

invés de ser ignoradas ou eliminadas, estas leis foram reforçadas sob o comando de Calvino. É também repetidamente declarado pelos calvinistas que Calvino não mantinha nenhum cargo civil ou político, não podia votar, e não era nem ao menos um cidadão até 1559.**[74]** Mas isto apenas vai contra ele, pois se Calvino fez tudo isso sem esses benefícios, quanto mais ele faria caso os tivesse?

Todas as justificativas dadas em defesa de Calvino são inconsistentes se levarmos ao pé da letra o que os calvinistas dizem sobre seu conhecimento e experiência das Escrituras. Um outro ex-professor do Calvino College, Charles Miller (1919-1997), insiste que "em primeiro lugar e certamente básico em todo o pensamento de Calvino está uma dependência da Escritura."**[75]** Também somos informados que Calvino "estava disposto a justamente romper com a tradição onde ela era contrária à Palavra de Deus."**[76]** Então, quaisquer que sejam os costumes, as tradições, e preconceitos de sua época, Calvino, por causa de sua reverência profunda pelo autoridade das Escrituras, devia ter sido um iconoclasta quando veio para o regulamento ao estilo romano da religião e sociedade de Genebra. Mas tal não é o caso, pois Calvino, reconhecendo os erros dos governantes papais, advertiram os governantes protestantes a copiá-los: "Visto que os defensores do Papado são tão rudes e intrépidos para o bem de suas superstições, que em sua fúria abominável eles derramaram o sangue dos inocentes, isto devia envergonhar os magistrados cristãos que, na proteção da própria verdade, são inteiramente destituídos de sentimento."**[77]** São declarações de Calvino como esta que levaram o historiador batista A. H. Newman (1852-1933) a fazer a seguinte observação: "Calvino por pouco fez de todo pecado um crime, e assim não hesitava em fazer uso do poder civil para a execução da disciplina eclesiástica. A opinião de Calvino da subordinação do poder civil ao eclesiástico não parecia ser radicalmente diferente da opinião papal."**[78]** E embora as ações de Calvino são repetidamente ignoradas por causa do espírito de sua época, não é verdade que todos os cristãos continuaram com um espírito perseguidor. Os anabatistas, contra quem Calvino escreveu *Against the Anabaptists* em 1544, certamente não eram da opinião de perseguir seus oponentes.**[79]** O historiador George Fisher (1827-1909) corretamente resume a questão: "Nenhum estudante de história precisa ser informado da quantidade incalculável de mal trazida pelos católicos e pelos protestantes, de uma crença equivocada no rigor perpétuo dos estatutos civis mosaicos, e de uma confusão do espírito da velha dispensação com o da nova."**[80]** É até reconhecido pelos calvinistas que "os maiores frutos das idéias de Calvino em outro lugar excetuando Genebra é devido ao fato que em outras áreas elas não foram sujeitas à implementação pelo estado civil ao mesmo grau que foi verdadeiro em Genebra."**[81]**

---

[1] Ibid., p. 232.
[2] Walker, p. 162.
[3] Ibid.

[4] Schaff, History, vol. 8, p. 234.
[5] Lindsay, vol. 2, pp. 71-73.
[6] Schaff, History, vol. 8, p. 244.
[7] Lindsay, vol. 2, p. 80.
[8] Ibid., p. 89.
[9] Minutes of the Council of 200, 21 de maio de 1536, citado em Potter e Greengrass, p. 48.
[10] Harkness, p. 10.
[11] McNeil, p. 135.
[12] Walker, p. 178; McNeil, p. 135; Harkness, p. 10; George Park Fisher, *The Reformation* (Nova York: Scribner, Armstrong, and Co., 1873), p. 210.
[13] Otto Scott, p. 44.
[14] Barth, p. 258.
[15] Lindsay, vol. 2, p. 110.
[16] Fisher, Reformation, p. 212.
[17] Schaff, vol. 8, pp. 350-351.
[18] Bainton, Reformation, p. 119.
[19] Schaff, vol. 8, p. 356.
[20] Wendel, p. 53; Fisher, Reformation, p. 212.
[21] Schaff, vol. 8, p. 348.
[22] Bratt, Work of Calvin, p. 21.
[23] McNeil, p. 185.
[24] George, p. 185.
[25] McNeil, pp. 163-164.
[26] Wallace, p. 29.
[27] Walker, p. 264.
[28] Calvino, Institutes, p. 1487 (IV.xx.2).
[29] Ibid., p. 1488 (IV.xx.3).
[30] Boettner, Predestination, p. 370.
[31] Ibid., p. 410.
[32] Stefan Zweig, *The Right to Heresy* (Londres: Cassell and Company, 1936), p. 107.
[33] Schaff, History, vol. 8, p. 490.
[34] Ibid., pp. 490-491.
[35] Durant, Reformation, p. 474.
[36] *The Register of the Company of Pastors of Geneva in the Time of Calvin*, trad. e ed. Philip E. Hughes (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1966), p. 58.
[37] Ibid., p. 71.
[38] Fisher, Reformation, p. 222.
[39] McNeil, p. 172.
[40] Harkness, p. 29-30.
[41] Fisher, Reformation, p. 222.
[42] McNeil, p. 189.
[43] Ibid., p. 190.
[44] Schaff, History, vol. 8, p. 464.

[45] Dakin, p. 134-135.
[46] McNeil, p. 189.
[47] Register of Geneva, pp. 58-59.
[48] McNeil, p. 189.
[49] Schaff, History, vol. 8, p. 493.
[50] Citado em Schaff, History, vol. 8, p. 502.
[51] Ibid., pp. 502-503.
[52] Jacques Gruet, citado em Parker, p. 128.
[53] Citado em Potter e Greengrass, p. 95.
[54] McNeil, p. 171.
[55] Schaff, History, vol. 8, p. 504.
[56] Register of Geneva, pp. 137, 138.
[57] Schaff, History, vol. 8, p. 618.
[58] Potter e Greengrass, pp. 92-93.
[59] Register of Geneva, p. 201.
[60] Walker, p. 310.
[61] Fisher, Reformation, p. 224.
[62] Calvino, citado em Schaff, History, vol. 8, p. 496.
[63] McGrath, Calvin, p. 121.
[64] John Knox, citado em Thompson, p. 501.
[65] McNeil, p. 179.
[66] Estep, p. 246; McNeil, p. 181.
[67] Bouwsma, p. 29.
[68] Harkness, p. 15.
[69] Schaff, History, vol. 8, pp. 805-806.
[70] Bratt, Work of Calvin, p. 25.
[71] Wallace, p. 48.
[72] Otto Scott, p. 46.
[73] Bratt, Work of Calvin, p. 23.
[74] McNeil, p. 185; McGrath, Calvin, p. 109.
[75] Charles Miller, "The Spread of Calvinism in Switzerland, Germany, and France," em Bratt, ed., *The Rise and Development of Calvinism*, p. 29.
[76] Singer, p. 19.
[77] Calvino, citado em Fisher, Reformation, p. 224.
[78] Newman, vol. 2, p. 219.
[79] Veja Leonard Verduin, *The Reformer and Their Stepchildren* (Grand Rapids: Baker Book House, 1964).
[80] Fisher, Reformation, pp. 223-224.
[81] Paul Woolley, "Calvin and Toleration," em John H. Bratt, ed., *The Heritage of John Calvin* (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1973), p. 156.

Calvino e Servetus

O assunto de uma teocracia igreja-estado em Geneva e a intolerância que veio com ela nos levou ao que tem sido chamado "o capítulo negro na

história de Calvino, que tem obscurecido seu nome íntegro, e o tem exposto, não injustamente, à acusação de intolerância e perseguição."**[1]** Esta mancha na história de Calvino tem sido deturpada e calvinistas zelosos dão satisfações para proteger sua reputação. Warfield insiste que "Calvino possuía pouca influência no tribunal que condenou e executou Servetus."**[2]** Henry Cole, o tradutor de duas das obras teológicas de Calvino, sustenta que "Calvino é *falsamente dito* ter sido o conselheiro proeminente" no caso da morte de Servetus.**[3]** Kuyper acusa que "a história tem sido culpada da enorme injustiça de expor esta execução de Servetus na fogueira."**[4]** Philip Hughes argumenta que "Servetus não foi queimado por Calvino, que não tinha nenhuma autoridade para pronunciar, ou até para votar, tal sentença."**[5]** Alister McGrath lamenta que Calvino tem sido isolado enquanto as "maiores alegações de infâmia de outros indivíduos e instituições" têm sido deixadas de lado.**[6]** Não há necessidade de dizer mas a veracidade destas declarações resta ser provada.

Michaelem Serveto, conhecido por nós como Michael Servetus, nasceu em 1509 ou 1511,**[7]** em Villanueva, em Aragon, Espanha. Conseqüentemente, ele era praticamente da mesma idade que Calvino e, como ele, foi criado como um católico romano. Foi educado na Universidade de Saragossa, e mais tarde estudou Direito na Universidade de Toulouse.**[8]** Embora Servetus foi por vários anos empregado de Juan Quintana, o confidente do Sacro Imperador Romano Charles V,**[9]** ele se apresentou na protestante Basel em 1530, onde encontrou o reformador John Ecolampádio.**[10]** Aqui ele publicou dois ataques à Trindade, *Seven Books on Errors about the Trinity*, em 1531, e *Two Books of Dialogues on the Trinity*, em 1532.**[11]** Depois que seus livros foram julgados heréticos, Servetus assumiu o nome de Michel de Villeneuve e foi para Paris estudar matemática, geografia e medicina.**[12]** De Paris ele se transferiu para Lyons e editou uma edição da *Geography* de Ptolomeu e escreveu alguns tratados sobre medicina e astrologia.**[13]** Servetus retornou para Paris em 1536, se formou em medicina, e dava palestras na universidade sobre geografia e astrologia.**[14]** Aqui ele publicou mais duas obras: um estudo sobre o uso de xaropes na medicina, em 1537, e uma obra sobre astrologia, *Apologetic Dissertation on Astrology*, em 1538.**[15]** Foi aqui que ele também descobriu a circulação do sangue pulmonar, anos antes de William Harvey (1578-1658).**[16]** Após os conflitos em Paris acerca de seus ensinos sobre astrologia, Servetus deixou Paris para praticar medicina e, algum tempo depois de 1540, acabou em Vienne, um subúrbio de Lyons.**[17]** Aqui ele tanto praticou medicina quanto editou livros. Uma segunda edição da *Geography* de Ptolomeu apareceu em 1541, uma edição da Bíblia Latina de Pagnini em 1542, e uma edição em sete volumes da Bíblia.**[18]** Obviamente, Servetus era muito culto e extremamente inteligente. Schaff conta que ele conhecia seis línguas.**[19]**

Servetus devia passar treze anos em Vienne. Por causa de suas crescentes opiniões religiosas não-ortodoxas, ele viveu a vida de um católico romano, assistindo à missa e editando uma edição de Tomás de Aquino em espanhol.**[20]** De vendedor de livros em Lyons, Servetus começou a trocar

correspondências com Calvino. Ele enviou a Calvino um manuscrito de um livro em que ele estava trabalhando e o bombardeou com perguntas.**[21]** Calvino, respondendo que não tinha tempo para escrever livros inteiros em resposta a ele, mandou a Servetus uma cópia de suas *Institutas*.**[22]** Por sua vez, ele retornou as *Institutas* para Calvino com anotações críticas nas margens, das quais Calvino comentou que dificilmente havia uma página "que não estivesse poluída por seu vômito."**[23]** Em 1553 Servetus publicou sua resposta às *Institutas* de Calvino. Foi chamada de *Christianismi Restitutio* (A Restauração do Cristianismo), e incluía trinta cartas de Servetus a Calvino.**[24]** Depois que uma cópia do livro alcançou Geneva, um amigo de Calvino, Guillaume de Trie, escreveu a seu primo católico em Lyons sobre Servetus:

> O homem de quem falo foi condenado por todas as igrejas que você reprova, contudo você o tolera e até o deixa imprimir seus livros que estão repletos de blasfêmias que eu nem preciso dizer mais. Ele é um espanhol-português, chamado Michael Servetus. Esse é seu verdadeiro nome, mas atualmente ele atende pelo nome de Villeneuve e pratica medicina. Ele morou algum tempo em Lyons. Agora ele está em Vienne onde seu livro foi impresso por um certo Balthazar Arnoullet, e a fim de que você não pense que estou falando sem dar garantias, estou mandando a você o primeiro fólio.**[25]**

Isto colocou Servetus em problemas com as autoridades católicas romanas e ele foi preso em 4 de abril. Entretanto, no dia 7 de abril ele escapou e os católicos tiveram que se contentar em queimá-lo em efígie.**[26]** A sentença de Servetus foi: "Ser queimado vivo em um fogo lento até que seu corpo vire cinzas. Para o presente, a sentença deve ser executada em efígie e seus livros queimados."**[27]** Após sua fuga de Vienne, Servetus estupidamente foi para Genebra e se mostrou na igreja em 13 de agosto – um domingo quando Calvino estava pregando – e foi imediatamente preso.**[28]** Após um julgamento em que Calvino desempenhou um papel, Servetus foi executado em 27 de outubro de 1553. A sentença desta vez foi:

> Nós o condenamos, Michael Servetus, a ser detido, e levado ao local de Champel, para ser amarrado a uma estaca e queimado vivo, junto com seus livros, tanto os escritos por sua própria mão quanto os impressos, até que seu corpo seja reduzido a cinzas; e dessa forma você acabará seus dias para servir de exemplo a outros que possam querer praticar o mesmo.**[29]**

Suas últimas palavras foram: "Ó Jesus, Filho do Eterno Deus, tenha piedade de mim!"**[30]** É verdadeiramente irônico que Servetus foi queimado em efígie pelos católicos e de fato pelos protestantes.

Visto que Servetus não foi queimado na estaca por imoralidade, sedição, ou qualquer outro crime contra o estado, mas, antes, por manter opiniões

teológicas que foram julgadas heréticas, uma rápida olhada em suas concepções teológicas está a caminho. Embora ele considerasse a Bíblia como a palavra de Deus, em cada um dos seus princípios religiosos ele tem uma mistura de verdade e erro.**[31]** As principais acusações contra ele eram por manter opiniões heréticas sobre a Trindade e o batismo infantil.**[32]** Os católicos, entretanto, tinham algo mais contra ele, pois ele chamou o Papa: "A mais desprezível de todas as bestas, a mais descaracada das prostitutas!"**[33]** Para ele a missa era uma monstruosidade satânica e uma invenção de demônios.**[34]** Além disso, ele comparou o Papa ao anticristo e ao dragão de sete cabeças em Apocalipse.**[35]** Sobre a Trindade, Servetus não era um unitariano, mas tinha uma concepção estranha da Trindade, em uma grande medida, peculiar a si mesmo. Ele se refere aos trinitarianos como "tri-teístas" e "ateístas,"**[36]** e comparava a Trindade com Cérbero, o cão de três cabeças da mitologia grega, que guardava a entrada para o submundo.**[37]** Ele alegava crer na verdadeira Trindade.**[38]** Mas, embora sua concepção da Trindade seja mais parecida com o Sabelianismo,**[39]** Williston Walker (1860-1922) sugere que toda a controvérsia doutrinária é resumida na distinção entre as frases "Filho eterno de Deus" e "Filho do eterno Deus."**[40]** Sobre o batismo, Servetus considerava o batismo infantil como uma "invenção diabólica e uma falsidade infernal destrutiva do Cristianismo."**[41]** Todavia, ele ainda defendia a regeneração batismal, ele somente cria que devia ser precedido pelo arrependimento e experimentado quando alguém atingisse a idade de trinta anos.**[42]** Ele até escreveu duas cartas a Calvino sobre o batismo adulto e o exortou a seguir seu exemplo.**[43]** Quanto a algumas outras doutrinas, Servetus da mesma forma mantinha uma mistura de verdade e erro. Ele apoiou o reino premilenar de Cristo mas interpretava o livro de Apocalipse historicamente.**[44]** Ele negava a doutrina da predestinação de Calvino mas colocava ênfase na necessidade de boas obras.**[45]** Agora, embora as concepções teológicas de Servetus não foram ortodoxas, elas não eram de forma alguma criminosas, mas é por isso que ele foi queimado: por opiniões mentais, não ações físicas. Mas a ironia das ironias é que embora ele nunca foi julgado como Servetus, o próprio Calvino foi também várias vezes acusado de heresia. Durante sua primeira estada em Genebra, ele foi acusado de ser ariano, especialmente quando ele se recusou a assentir com o Credo Atanasiano.**[46]** E mais tarde, em 1543 e 1544, Calvino foi novamente acusado de manter concepções não-ortodoxas da Trindade e a deidade de Cristo.**[47]**

O fato de Calvino mesmo, fisicamente, não ter queimado Servetus não significa que ele não foi responsável. Sete anos antes, Calvino escreveu uma carta a Farel em que ele declarou:

> Servetus recentemente me escreveu, e anexou em sua carta um longo volume dos seus delírios, cheio de ostentação, para que eu devesse ver algo espantoso e desconhecido. Ele faz isto para se aproximar, caso seja de meu acordo. Mas eu estou indisposto a dar minha palavra em favor

> de sua segurança, pois se ele vier, eu nunca o deixarei escapar vivo se a minha autoridade tiver peso.**[48]**

E ainda que Servetus veementemente afirmou, e Calvino igualmente negou, a acusação de que a carta original do amigo de Calvino em Genebra a seu primo católico em Lyons era obra do próprio Calvino, os historiadores estão divididos quanto à cumplicidade de Calvino.**[49]** Não há dúvida, entretanto, que Calvino entregou as cartas que Servetus escreveu para ele, assim como páginas de suas *Institutas* nas quais Servetus tinha escrito notas marginais contra o batismo infantil, para provar a identidade de Servetus às autoridades em Vienne.**[50]** Estas foram fornecidas através do amigo de Calvino, que escreveu novamente a seu primo:

> O resto está todo aqui, o grande livro e os outros escritos do mesmo autor, mas eu posso dizer a você que eu não tive dificuldade para conseguir de Calvino o que estou enviando. Não que ele não queira reprimir tais execráveis blasfêmias, mas ele acredita que seu dever é antes convencer os heréticos com a doutrina do que com outros meios, pois ele não emprega a espada da justiça. Mas eu protestei com ele e apontei a posição embaraçosa em que eu deveria ser colocado se ele não me ajudasse, para que no final ele me desse o que você vê. Para o resto eu espero mais tarde, quando o caso estiver mais avançado, para obter de você toda uma resma de papel, que o patife imprimiu, mas eu acho que, pelo presente, você já tem o suficiente.**[51]**

Tudo isto foi feito antes de Servetus sequer chegar em Genebra.

O relato da prisão de Servetus já foi mencionado. O que precisa ser acrescentado, entretanto, é que o próprio Calvino foi responsável pela prisão de Servetus. Beza admite que foi por causa da informação de Calvino aos magistrados que Servetus foi colocado na prisão,**[52]** cujo fato Calvino não nega, como pode ser visto pelas cartas que ele escreveu durante o julgamento. Para Farel ele escreveu: "Temos agora um novo caso sob consideração com Servetus. Ele pretendeu talvez passar por esta cidade; pois ainda não é sabido a intenção dele ter vindo. Mas depois que ele foi reconhecido, eu pensei que ele deveria ser detido."**[53]** Algumas semanas mais tarde, Calvino escreveu a um amigo em Basel: "Finalmente, em uma má hora, ele veio a este lugar, quando, por mim instigado, um dos procuradores ordenou-o a ser conduzido para a prisão; pois eu não escondo que eu considerei meu dever dar um basta, tanto quanto podia, neste mais obstinado e indisciplinado homem, para que sua influência não possa mais espalhar."**[54]** Quanto a por que McGrath chama Calvino de "um indireto primeiro preferente de acusações,"**[55]** Francois Wendel (1905-1972) aponta: "A lei genebrina prescrevia que todo acusador deve se entregar como prisioneiro pelo período do processo que ele estava iniciando, para que ele próprio possa sofrer uma pena apropriada se o acusado for julgado inocente."**[56]** Então, o amigo de Calvino, Nicolas de la Fontaine, foi detido no

lugar de Calvino.**[57]** O julgamento durou mais de dois meses e o próprio Calvino redigiu um documento de trinta e oito acusações contra Servetus.**[58]** Cinco dias em julgamento, Calvino escreveu para Farel: "Eu espero que o veredito seja pena de morte."**[59]** McGrath nos informa que "o julgamento, condenação, e execução (incluindo a escolha do modo particular de execução) de Servetus foram inteiramente ocupação do conselho da cidade, em um período em sua história quando era particularmente hostil a Calvino."**[60]** E embora ele mais adiante admite que Calvino serviu como um "hábil testemunho teológico," McGrath insiste que tal testemunho "poderia ter vindo de qualquer teólogo ortodoxo da época, se protestante ou católico romano."**[61]** Mas isto é irrelevante, pois Calvino, que devia ter sabido melhor, é o único que servia como a "principal testemunha para a perseguição."**[62]** Calvino pleiteou a pena de morte tendo como base um verso da lei mosaica: "E aquele que blasfemar o nome do Senhor, certamente será morto; toda a congregação certamente o apedrejará. Tanto o estrangeiro como o natural, que blasfemar o nome do Senhor, será morto" (Lv 24.16).**[63]**

Também sabemos que Calvino ainda estava triste com Servetus por ele ter faltado um encontro com ele em Paris anos antes, pois Calvino o mencionou quando recontou sua última entrevista com Servetus: "Eu o fiz lembrar amavelmente como eu tinha arriscado minha vida mais de 16 anos atrás para ganhá-lo para nosso Salvador."**[64]** É interessante notar que durante o julgamento Servetus escreveu uma lista de questões para perguntar a Calvino. A sexta questão era: "Se ele não sabia bem que não é o ofício de um ministro do evangelho fazer uma acusação máxima e perseguir um homem na justiça para a morte?"**[65]**

Não foi somente antes do julgamento e durante o julgamento que Calvino expressou sua esperança pela morte de Servetus, mas depois do julgamento também. No período de seis meses da condenação de Servetus, Calvino escreveu um livro defendendo suas ações. Em sua *Defense of the Orthodox Trinity Against the Errors of Michael Servetus*, Calvino defendeu o uso da força civil para executar "heréticos" religiosos e mantinha que "quem quer que agora argumentar que é injusto colocar heréticos e blasfemadores à morte, consciente e condescentemente incorrerá em sua mesma culpa."**[66]** Schaff corretamente reflete que os argumentos de Calvino "são principalmente tirados das leis judaicas contra a idolatria e a blasfêmia, e dos exemplos dos reis piedosos de Israel. Mas careciam de argumentos do Novo Testamento."**[67]** Depois que ele escreveu contra os erros de Servetus, Calvino escreveu para Bullinger e lamentou: "Outros falam com maior aspereza, dizendo que eu sou, de fato, um mestre da crueldade e atrocidade – que eu agora mutilo com minha caneta o homem morto que pereceu em minhas mãos."**[68]** Em uma carta de 1561, de Calvino para o marquês de Poet, camareiro superior para o Rei de Navarre, ele diz intolerantemente: "Honra, glória, e riquezas será a recompensa de suas dores: mas acima de tudo, não deixe de livrar o país daqueles zelosos patifes que incitam o povo para se revoltar contra nós. Tais monstros devem ser

exterminados, como exterminei Michael Servetus o espanhol."**[69]** Nove anos depois, Calvino ainda justificava suas ações: "E que crime cometi, se nosso Conselho, por meio de minha exortação, de fato, mas em conformidade com a opinião de várias igrejas, vingou suas execráveis blasfêmias?"**[70]** Todas as justificativas de Calvino para a morte de Servetus foram notavelmente defensivas.

Tem sido corretamente apontado por todo calvinista que tem escrito sobre o assunto que Calvino favoreceu a espada ao invés de ser queimado na estaca,**[71]** embora Clark vai aos extremos ao tentar justificar seu mentor: "A história de que ele queria que Servetus fosse queimado na estaca é uma invenção dos inimigos de Calvino. Ao menos duas vezes em seus escritos Calvino recorre aos juízes de Servetus como testemunhas de que ele solicitou que Servetus não fosse queimado."**[72]** Novamente, isto é certamente verdade. As passagens em questão podem ser encontradas em duas das cartas de Calvino a Farel:

> Eu espero que ele obtenha, pelo menos, a sentença de morte; mas eu desejo que a severidade da punição possa ser mitigada.**[73]**
>
> Ele será levado à punição amanhã. Tentamos alterar o modo de sua morte, mas em vão. Por que não obtemos sucesso, eu adio para o relato até ver você.**[74]**

Entretanto, a razão para isto era que Calvino queria que Servetus fosse executado como um transgressor contra o Estado. Hughes, buscando exonerar Calvino, nos informa que "a pena de morte foi imposta pelas autoridades civis."**[75]** Entretanto, o historiador Leonard Verduin, escrevendo para a Calvin Foundation, explica por que: "Calvino queria que Servetus fosse eliminado como um transgressor contra a ordem *civil*. Morte na fogueira era para os transgressores na área de religião. Por isso a preocupação de Calvino com o caso."**[76]** Verduin mais adiante comenta sobre o "pedido de clemência" de Calvino:

> Alguns têm tentado fazer algo do fato que, no fim do julgamento de Servetus, Calvino se esforçou para que o homem fosse destruído de outra maneira que não a fogueira. Entretanto, o fato é que Calvino não se opunha a *extermination* no caso de Servetus, meramente contra o modo proposto. Morte na fogueira tinha sido a punição para os heréticos por mais de um milênio, e Calvino, percebendo que a morte por heresia estava se tornando questionável na mente do povo, teria preferido a execução por um meio em que o aspecto da sedição antes que o da heresia do delito do homem fosse salientado. Na mente de Calvino, uma ainda implicava na outra – heresia implicava em sedição.**[77]**

Se levado a cabo, o pedido de Calvino asseguraria que ele se livraria da culpa pelo feito, mas não provaria que ele estava sendo misericordioso, como alguns dos defensores de Calvino tentam provar.

Apesar dos fatos documentados da história, alguns calvinistas ainda buscam justificar Calvino, como o calvinista Cunningham afirma: "Alguns imprudentes admiradores de Calvino têm tentado isentá-lo da responsabilidade da morte de Servetus."**[78]** Isto é feito de várias formas. A primeira é fazendo declarações gerais sobre Calvino e Servetus. McGrath nos informa que "Servetus foi o *único* indivíduo executado por suas opiniões religiosas em Genebra durante a existência de Calvino, em um tempo quando as execuções desta natureza eram comuns em todos os lugares."**[79]** McNeil argumenta que embora "muitos ficariam felizes em condenar e desprezar Calvino pelo caso de Servetus," "ninguém deve ser julgado por seus piores atos."**[80]** W. Gary Crampton nos recorda que Calvino "até buscou evangelizar o blasfemo Servetus até o dia de sua morte."**[81]** Scott vai tão longe a ponto de creditar a Servetus a destruição do Cristianismo europeu caso Servetus não fosse impedido de continuar: "Não restringido, Servetus teria desorganizado tanto a Reforma quanto o Catolicismo, e deixado a Europa desolada nas cinzas de sua fé séculos antes que essa situação fosse na verdade percebida."**[82]** Como é evidente pelas observações acima, o caso de Servetus é um grande embaraço aos calvinistas.

A segunda forma de tentar justificar Calvino é fazê-lo um "filho de sua época."**[83]** Bratt mantém que "devemos lembrar que Calvino simplesmente refletia as idéias de sua época."**[84]** McGrath insiste que Calvino deve ser "contextualizado," e nos recorda que "todo corpo cristão que traça sua história ao século dezesseis tem sangue abundantemente espalhado sobre suas credenciais."**[85]** Wendel defende "que é contrário à uma concepção sadia da história tentar aplicar nosso modo de julgamento e nosso critério moral ao passado."**[86]** McNeil nos conta que a época de Calvino era "uma época de queimar e matar em massa por questões religiosas."**[87]** Hughes justifica Calvino porque "era costume daquela época queimar heréticos, e Calvino, na medida em que aprovava o que era feito, estava agindo de acordo com esse costume."**[88]** Adiante ele explica que Servetus teria sido executado "ainda que Calvino não tivesse vivido em Genebra."**[89]** Mas fazer Calvino um "filho de sua época" naõ é nada senão o mesmo argumento usado pelos calvinistas em sua busca para defender os regulamentos de Calvino em Genebra.

O terceiro meio de justificar Calvino da morte de Servetus é comparando-o com os outros reformadores. Boettner corretamente diz que "os outros reformadores aprovaram esta e outros sentenças de morte contra heréticos."**[90]** Assim, Calvino não estava sozinho em suas opiniões de matar heréticos. Durante o julgamento, o conselho da cidade de Genebra conversou com outras quatro cidades. A resposta foi unânime contra Servetus.**[91]** Após receber as várias respostas, a sentença foi passada por Genebra: "Vossos Lordes, tendo recebido as opiniões das Igrejas de Berne, Basel, Zurique e Schaffhausen

sobre o caso de Servetus, condenou o mencionado Servetus a ser levado a Champey e lá ser queimado vivo."**[92]** Bullinger e Melanchthon também aprovaram a execução. Durante o julgamento de Servetus, Bullinger escreveu a Calvino que "Deus tinha dado ao Conselho de Genebra uma oportunidade mais favorável para defender a verdade contra a profanação da heresia, e a honra de Deus contra a blasfêmia."**[93]** Melanchthon escreveu a Bullinger em 1555: "Julgo também que o Senado Genebrino agiu de maneira perfeitamente correta, para colocar um fim neste obstinado homem, que nunca poderia cessar de blasfemar. E eu me admiro com aqueles que desaprovam esta severidade."**[94]** Ele também escreveu a Calvino: "A você também a Igreja deve gratidão no presente momento, e continuará devendo até a última posteridade. Eu perfeitamente consinto com sua opinião. Afirmo também que seus magistrados agiram correto em punir, após um julgamento normal, este blasfemo homem."**[95]** Martin Bucer insistiu que "Servetus merecia ser desentranhado e rasgado em pedaços."**[96]** Beza escreveu uma palavra especial em defensa da execução: "A punição foi mais merecidamente infligida sobre Servetus em Genebra, não porque ele era um sectário, mas uma combinação monstruosa de mera impiedade e repugnante blasfêmia, com a qual ele tinha por todo o período de trinta anos, pela fala e pela escrita, poluído tanto o céu quanto a terra."**[97]** Mas se as opiniões dos outros reformadores não eram bíblicas, então que diferença faz o que eles acreditavam?

Surpreendentemente, a maneira final em que os calvinistas buscam justificar Calvino é comparando-o com os papistas. Para exonerar Calvino, como alguns calvinistas têm concluído, dizendo que Servetus teria sido executado pelos católicos também é dizer que a vida em Genebra sob o Evangelho era a mesma que a vida em um país católico sob o Papa.**[98]** De fato, é pior, pois como Schaff diz: "A perseguição merece uma condenação muito mais severa em um país protestante do que em um católico, porque é inconsistente. O Protestantismo deve se manter ou desmoronar com a liberdade de consciência e liberdade de culto."**[99]** Ronald Wallace até admite que os católicos não eram perseguidos enquanto se mantinham quietos.**[100]** Isto, ainda, condena Calvino. Hughes descarta a execução de Servetus como "apenas uma única gota no oceano de torturas e perseguições e mortes selvagens que os partidários da Reforma estavam sofrendo naqueles dias quando era comum caçar e destruir homens como animais."**[101]** Scott lamenta o fato de que "os governantes de Vienne não tinham sido condenados, pelos historiadores ou pelos teólogos, por sentenciar Servetus à morte estando ausente. Seus nomes não estão indissoluvelmente ligados a Servetus nos argumentos contra o Catolicismo."**[102]** Mas por que os católicos deveriam ser condenados mais do que o normal por fazer o que eles já faziam por anos? Roland Bainton nos recorda das raízes históricas das leis que detiveram e condenaram Servetus: "A lei sob a qual Servetus tinha sido primeiro aprisionado era do Sacro Império Romano; a lei pela qual ele foi finalmente condenado era do Códice de Justiniano, que prescreve a pena de morte por duas ofensas eclesiásticas – a

negação da Trindade e a repetição do batismo."**[103]** Que diferença há, então, entre Calvino e Torquemada (1420-1498) ou os reformadores e a Inquisição?

Calvino deve ser considerado culpado pela morte de Servetus. Dizer que ele "não era mais culpado do que seus concidadãos,"**[104]** é abjurar os fatos da história. Verduin compactamente resume o caso contra Calvino:

> A morte na fogueira de Servetus – que seja dito com a maior claridade – foi um feito pelo qual Calvino deve ser considerado largamente responsável. Não aconteceu apesar de Calvino, como alguns de seus admiradores exageradamente ardentes estão acostumados a dizer. Ele planejou-a antecipadamente e manobrou-a do início ao fim. Ocorreu por causa de Calvino e não apesar dele. Depois de acabado, Calvino defendeu-a, com todos os argumentos possíveis e impossíveis.**[105]**

O veredito dos historiadores não calvinistas é unânime. O respeitado historiador luterano, John Mosheim (1694-1755), julgou em favor de Servetus.**[106]** O historiador inglês Gibbon observou: "Eu estou mais profundamente escandalizado pela única execução de Servetus do que pelas matanças que ficaram conhecidas nos Auto da Fès da Espanha e Portugal. O zelo de Calvino parece ter sido envenenado pela maldade pessoal, e talvez inveja."**[107]** E o historiador batista William Jones, embora reconhecendo "muitos pontos de vista doutrinários com Calvino," todavia disse: "Eu ativamente desaprovo toda tentativa de aliviar a barbaridade da conduta de Calvino."**[108]** Mas não é apenas os não calvinistas que têm condenado Calvino, pois até os próprios calvinistas reconhecem sua culpa:

> Quando tudo for entendido, os admiradores de Calvino devem olhar sobre isto com vergonha.**[109]**

> Em nosso julgamento Calvino foi culpado de pecado.**[110]**

> Não há dúvida que Calvino antecipadamente, na hora, e depois do acontecimento, explicitamente aprovou e defendeu a execução dele, e assumiu a responsabilidade do procedimento.**[111]**

Em 1903, alguns arrependidos calvinistas europeus erigiram um monumento a Servetus sobre o qual eles esculpiram:

> Em 27 de outubro de 1553, morreu na estaca em Champel, Michael Servetus, de Villeneuve d'Aragon, nascido em 29 de setembro de 1511. Reverentes e agradecidos filhos de Calvino, nosso grande reformador, mas condenando um erro que foi este de sua época, e firmemente aderindo à liberdade de consciência de acordo com os verdadeiros princípios da Reforma e o evangelho, temos erigido este monumento, em 27 de outubro de 1903.**[112]**

Esta construção sem dúvida ajudou a aplacar os oponentes dos calvinistas, mas aconteceu algumas centenas de anos, tarde demais para ajudar Servetus.

A razão por que tanto papel e tinta tem sido dado à controvérsia entre Calvino e Servetus é a mesma que entre Calvino e Genebra: Supõe-se que Calvino foi um teólogo cristão que baseou todas as suas opiniões na Bíblia apenas. Esta é a alegação que os calvinistas inflexivelmente fazem sobre ele. Como Gregg Singer diz dele: "Não obstante Calvino respeitava muito Agostinho e os outros Pais da Igreja, ele olhou além deles no que tange as Escrituras, que eram, para ele, a regra infalível de fé e prática."**[113]** Por essa razão, a conduta de Calvino na questão de Servetus é inexcusável se o que os calvinistas dizem sobre ele for verdade, pois nenhum calvinista hoje em dia dificilmente defenderia que a perseguição de "heréticos" é bíblica – seja pelo Estado ou pela Igreja.

---

[1] Schaff, History, vol. 8, p. 687.
[2] Warlfield, Calvin, p. 25.
[3] Henry Cole, nota ao Prefácio Dedicado a Calvino, Eternal Predestination, p. 20.
[4] Kuyper, p. 100.
[5] Philip E. Hughes, Introdução ao *The Register of the Company of Pastors of Geneva in the Time of Calvin*, p. 243.
[6] McGrath, Calvin, p. 116.
[7] A data é muitas vezes dada como 1509 – ano de nascimento de Calvino.
[8] Schaff, History, vol. 8, p. 713.
[9] Ronald H. Bainton, *Hunted Heretic* (Boston: The Beacon Press, 1953), p. 16.
[10] Schaff, History, vol. 8, pp. 714-715.
[11] Parker, p. 138.
[12] Schaff, History, vol. 8, p. 720.
[13] Newman, vol. 2, p. 192.
[14] Schaff, History, vol. 8, pp. 723-724.
[15] Ibid., p. 724.
[16] Bainton, Hunted Heretic, p. 118.
[17] Ibid., p. 129.
[18] Ibid.
[19] Schaff, History, vol. 8, p. 787.
[20] Bainton, Hunted Heretic, p. 130.
[21] Schaff, History, vol. 8, pp. 727-728.
[22] Ibid., p. 728.
[23] Calvino, citado em Schaff, History, vol. 8, p. 728.
[24] Schaff, History, vol. 8, p. 730.
[25] Guillaume de Trie, citado em Bainton, Hunted Heretic, p. 153.

[26] Schaff, History, vol. 8, p. 762.
[27] Citado em Parker, p. 143.
[28] Walker, p. 332.
[29] Citado em Schaff, History, vol. 8, p. 782.
[30] Michael Servetus, citado em Bainton, Hunted Heretic, p. 212.
[31] Schaff, History, vol. 8, p. 737.
[32] Ibid., pp. 769-770.
[33] Michael Servetus, citado em Bainton, Hunted Heretics, p. 20.
[34] Schaff, History, vol. 8, p. 753.
[35] Ibid., p. 733.
[36] Michael Servetus, citado em Schaff, History, vol. 8, p. 741.
[37] Schaff, History, vol. 8, p. 742.
[38] Ibid., p. 771.
[39] Bainton, Hunted Heretic, p. 44-45; Schaff, History, vol. 8, p. 742.
[40] Walker, p. 342.
[41] Schaff, History, vol. 8, p. 770.
[42] Ibid., p. 750.
[43] Ibid., p. 725.
[44] Ibid., pp. 754, 756.
[45] Ibid., p. 749.
[46] Steinmetz, p. 12.
[47] De Greef, pp. 61, 62.
[48] Carta de Calvino a Farel, 13 de fevereiro de 1546, em João Calvino, *Letters of John Calvin* (Edinburgo: The Banner of Truth Trust, 1980), p. 82.
[49] Bainton, Hunted Heretic, p. 157; Schaff, History, vol. 8, pp. 758-759; Wallace, p. 76; Walker, pp. 331-332.
[50] Schaff, History, vol. 8, p. 760.
[51] Bainton, Hunted Heretic, p. 157.
[52] Beza, p. 70.
[53] Carta de Calvino a Farel, 20 de agosto de 1553, em Calvino, Letters, p. 158.
[54] Calvino, citado em Schaff, History, vol. 8, p. 765.
[55] McGrath, Calvin, p. 116.
[56] Wendel, p. 95.
[57] Walker, p. 333.
[58] Schaff, History, vol. 8, p. 769.
[59] Carta de Calvino a Farel, 20 de agosto de 1553, em Calvino, Letters, p. 159.
[60] McGrath, Calvin, p. 116.
[61] Ibid.
[62] Wallace, p. 77.
[63] Boettner, Predestination, p. 418.
[64] Calvino, citado em Potter e Greengrass, p. 108.
[65] Michael Servetus, citado em Bainton, Hunted Heretic, p. 200.
[66] Calvino, citado em Schaff, History, vol. 8, p. 791.
[67] Schaff, History, vol. 8, p. 792.
[68] Calvino, citado em Potter e Greengrass, p. 109.

[69] Carta de Calvino ao marquês de Poet, citado em Voltaire, *The Works of Voltaire* (Nova York: E. R. DuMont, 1901), vol. 4, p. 89. Robert Robinson faz referência a isto, *Ecclesiastical Researches* (Gallatin: Church History Research & Archives, 1984), p. 348, e Benedict, History, vol. 1, p. 186.
[70] Calvino, citado em Schaff, History, vol. 8, pp. 690-691.
[71] Hughes, p. 19; de Greef, p. 176; Wallace, pp. 73, 77; Cunningham, Reformers, p. 320; Parker, p. 145; George, p. 249; McNeil, p. 228; Otto Scott, p. 71.
[72] Gordon H. Clark, *Thales to Dewey*, 2ª ed. (Jefferson: The Trinity Foundation, 1989), p. 111.
[73] Carta de Calvino a Farel, 20 de agosto de 1553, em Calvino, Letters, p. 159.
[74] Calvino, citado em Schaff, History, vol. 8, p. 783.
[75] Hughes, p. 18.
[76] Verduin, Reformers, p. 52.
[77] Leonard Verduin, *The Anatomy of a Hybrid* (Sarasota: The Christian Hymnary Publishers, 1976), p. 207.
[78] Cunningham, Reformers, p. 316.
[79] McGrath, Calvin, p. 116.
[80] McNeil, p. 228.
[81] Crampton, Calvin, p. 10.
[82] Otto Scott, p. 72.
[83] McGrath, Calvin, p. 116.
[84] Bratt, Teachings of Calvin, p. 41.
[85] McGrath, Calvin, p. 117.
[86] Wendel, p. 97.
[87] McNeil, p. 228.
[88] Hughes, p. 17.
[89] Ibid., p. 18.
[90] Boettner, Predestination, p. 414.
[91] Schaff, History, vol. 8, p. 709.
[92] Register of Geneva, p. 290.
[93] Heinrich Bullinger, citado em Schaff, History, vol. 8, p. 709.
[94] Philip Melanchthon, citado em Schaff, History, vol. 8, p. 707.
[95] Ibid., p. 707.
[96] Martin Bucer, citado em Schaff, History, vol. 8, p. 708.
[97] Beza, p. 73.
[98] Simon Kistemaker, *Calvinism: Its History, Principles and Perspectives* (Grand Rapids: Baker Book House, 1966), p. 23; Hughes, pp. 18, 20; Parker, pp. 144-145; McGrath, Calvin, p. 118.
[99] Schaff, History, vol. 8, p. 691.
[100] Wallace, pp. 81-82.
[101] Hughes, p. 19.
[102] Otto Scott, p. 71.
[103] Bainton, Hunted Heretic, p. 210.
[104] "The Life of John Calvin," em Calvino, *Letters of John Calvin*, p. 27.
[105] Verduin, Reformers, p. 51.

[106] Schaff, History, vol. 8, p. 684.
[107] Gibbon, vol. 3, p. 314.
[108] Jones, vol. 2, pp. 238, 239.
[109] McNeil, p. 347.
[110] Bratt, Teachings of Calvin, p. 41.
[111] Cunningham, Reformers, pp. 316-317.
[112] Citado em Augustus H. Strong, *Systematic Theology* (Valley Forge Judson Press, 1907), p. 778.
[113] Singer, p. 7.

As Institutas de Calvino

A maior obra literária a surgir da caneta de Calvino é indubitavelmente sua *Christianae Religionis Institutio* (Institutas da Religião Cristã), geralmente referida apenas como suas *Institutas*. Foi iniciada durante o exílio de Calvino da França e terminada em 1535 enquanto em Basel.**[1]** Foi publicada em Basel em 1536 sob o ostentoso título de:

> *O Ensino Básico da Religião Cristã, compreendendo quase a soma total da piedade e do que é necessário conhecer sobre a doutrina da salvação. Um trabalho recém-publicado que muito merece ser lido por todos os que estudam a piedade. Um prefácio ao mais cristão rei da França, oferecendo a ele este livro como uma confissão de fé do autor, Jean Calvin de Noyon. Basel, MDXXXVI.***[2]**

As *Institutas* de Calvino passou por muita revisão e ampliação até a edição final de 1559.

Calvino fez o prefácio de suas *Institutas* com um discurso extenso a Francis I (1497-1547), o Rei da França. Somente o prefácio tem sido chamado

"uma das poucas obras-primas da literatura apologética."**[3]** Schaff a considera "entre os três prefácios imortais na literatura."**[4]** Neste prefácio Calvino diz ao rei:

> Quando inicialmente lancei mão da pena para escrever esta obra, meu principal objetivo, ó Mui Preclaro rei, era o de escrever algo que, depois, pudesse ser apresentado diante de tua majestade. Meu objetivo era o de apenas ensinar certos rudimentos em função dos quais fossem instruídos, na verdadeira piedade, todos quantos são tocados por algum zelo de religião.**[5]**

Todavia Calvino tinha um outro objetivo em mente, como ele diz: "Me pareceu que eu devesse fazer algo que fosse conveniente se eu tanto desse instrução a eles e fizesse confissão diante de vós com a mesma obra."**[6]** Calvino então fez um pedido em favor dos protestantes franceses que tinham sido impiedosamente perseguidos pelo rei desde o incidente dos Cartazes.**[7]** O apelo de Calvino ao rei não era baseado na liberdade de consciência mas em um desejo para dissociar os protestantes franceses dos anabatistas (que eram considerados sediosos e merecedores de perseguição) e para estabelecer os protestantes franceses como os legítimos sucessores do Cristianismo apostólico e não a Igreja Católica.**[8]** O próprio Calvino mais tarde disse:

> Foi por isso que publiquei as *Institutas* – para defender contra a injusta calúnia contra meus irmãos cujas mortes eram preciosas aos olhos do Senhor. Uma segunda razão era meu desejo de despertar a compaixão e preocupação dos povos de fora, visto que a mesma punição ameaçou muitas outras pobres pessoas. E este volume não foi uma obra espessa e laboriosa como a presente edição; mostrou-se como um breve *Enchiridion*. Não tive outro propósito senão carregar o testemunho à fé daqueles que vi criminalmente difamados pelos pérfidos e falsos bajuladores.**[9]**

A primeira edição das *Institutas* de Calvino foi escrita em latim e continha seis capítulos. Os primeiros quatro, moldados ao estilo do Catecismo

de Lutero, consistiam de exposições sobre os Dez Mandamentos, o Credo dos Apóstolos, o Pai-Nosso, e os Sacramentos, enquanto o quinto e o sexto capítulos lidavam com os falsos sacramentos e a Liberdade Cristã.**[10]** A primeira edição esgotou-se rapidamente e uma segunda, também em latim, foi publicada em 1539.**[11]** Desta vez, ainda que o livro tenha ficado mais volumoso, o título ficou mais curto, as palavras foram alternadas para ser lidas *Institutio Christianae Religionis*, e a frase "em toda a extensão verdadeiramente correspondendo ao seu título" foi incluída.**[12]** Calvino afirmou que seu objetivo nesta edição era "preparar e treinar estudantes para o estudo da Palavra divina, a fim de que possam ter fácil acesso a ela e manter-se nela sem tropeçar."**[13]** Esta segunda edição tinha dezessete capítulos e era três vezes o tamanho da primeira.**[14]** A primeira edição francesa, *Institution de la religion chrestienne*, publicada em 1541, foi traduzida pelo próprio Calvino.**[15]** Tem sido chamada "uma das maiores influências na evolução da linguagem do francês medieval ao moderno."**[16]** Após várias outras edições em latim e francês, Calvino publicou sua edição final em latim em 1559:

> *Instituta da Religião Cristã, agora pela primeira vez organizada em quatro livros e dividida por títulos definidos de um modo bem conveniente: também ampliada por muita matéria acrescentada de modo que pode quase ser considerada como uma nova obra*.**[17]**

Esta edição final continha oitenta capítulos e foi vista por Calvino como sua obra definitiva.**[18]**

A importância das *Institutas* de Calvino para o desenvolvimento da fé reformada não pode ser enfatizada o suficiente. As *Institutas* foram logo traduzidas para outras línguas da Europa e fez do nome *Calvino* uma palavra familiar entre os protestantes.**[19]** A primeira tradução inglesa apareceu em Londres em 1561.**[20]** Do valor das *Institutas* tem sido dito:

> A obra-prima da teologia protestante.**[21]**

> Um dos dez ou vintes livros no mundo do qual podemos dizer sem exagero que tem determinado o curso da história e mudado a cara da Europa.**[22]**

> Este livro é a obra-prima de um gênio precoce de intelecto imponente e profundeza espiritual e força. É uma das poucas produções verdadeiramente clássicas na história da teologia.**[23]**

Até o historiador católico romano, Wilhem Kampschulte (1831-1872), comentou: "Sem dúvida a mais saliente e mais influente produção na esfera da dogmática que a literatura da Reforma do século dezesseis apresenta."**[24]** Mas apesar deste relato entusiasmado, a maioria dos católicos romanos não apreciam a obra de Calvino, e foi suprimida pela Igreja Católica e queimada em Notre Dame em 1544.**[25]** Considerando a época em que ela apareceu na história, as *Institutas* de Calvino é certamente uma obra notável. Mas deve ser lembrado que as *Institutas* é primeiramente uma teologia reformada, e como um calvinista a chama: "A expressão autorizada da teologia reformada."**[26]** Naturalmente, os batistas calvinistas que recorrem às *Institutas* de Calvino fazem assim *somente* quando tentam estabelecer a verdade de sua doutrina da predestinação.

Embora Calvino tenha sido certamente um pensador original e professou fazer da Bíblia seu estudo mais íntimo, as fontes do pensamento de Calvino nas *Institutas* são variadas e bem abrangente. Como Walker observa: "A mente de Calvino era formulativa antes que criativa."**[27]** Como um da segunda geração de reformadores (Calvino foi uma geração mais jovem que Lutero, Zwínglio, Melanchthon, e Bucer), Calvino era bem versado nos escritos de seus precursores. Lutero e Bucer se sobressaem em particular. Calvino leu muitas das obras de Lutero (traduzidas para o latim), e os calvinistas têm há muito tempo reconhecido sua dívida com o reformador alemão.**[28]** Warfield chama Bucer de "o mestre de Calvino em teologia."**[29]** A influência de Bucer sobre Calvino tem sido, da mesma forma, reconhecido pelos calvinistas, e especialmente com respeito à doutrina da predestinação.**[30]** O próprio Calvino até confessou: "Eu

particularmente copiei Bucer, esse homem de sagrada memória, distinto doutor na igreja de Deus."**[31]** Wendel também revela que há "analogias surpreendentes" entre várias passagens nas *Institutas* e as obras de Erasmo.**[32]** Calvino era familiarizado com os autores escolásticos também, especialmente Anselmo (1033-1109), Lombardo (1100-1160), Aquino (1225-1274), e Bernardo (1090-1153).**[33]** Ele também citou largamente os antigos autores gregos e latinos.**[34]** E embora Calvino conhecia os Pais da Igreja extremamente bem, "como ninguém no século,"**[35]** ele considerou uma em particular como "o melhor e mais confiável testemunho de toda a antiguidade."**[36]**

Como vimos no capítulo anterior, este "melhor e mais confiável testemunho" é ninguém menos do que Agostinho. Lá vimos que o nome de Calvino está inseparavelmente unido com o de Agostinho. Talbot e Crampton insistem que porque "Agostinho foi tão vigorosamente calvinista, que João Calvino se referia a si mesmo como um teólogo agostiniano."**[37]** Embora tem sido dito pelos calvinistas que "Calvino usa as opiniões de Agostinho somente como corroboração da Escritura,"**[38]** também tem sido admitido que em alguns pontos "ele parece confiar em Agostinho para a substância de um argumento."**[39]** Mais uma vez deve ser enfatizado que são os próprios calvinistas que ligam Calvino com Agostinho:

> Acima de tudo, Calvino considerava seu pensamento como uma exposição fiel das idéias principais de Agostinho de Hipona.**[40]**

> Por toda as Institutas a dívida auto-confessada de Calvino a Agostinho é constantemente aparente.**[41]**

> Ele na verdade incorpora em seu tratamento do homem e da salvação tantas passagens típicas de Agostinho que sua doutrina parece aqui inteiramente contínua com a de seu grande predecessor africano.**[42]**

Ele empresta de Agostinho pontos de doutrina com ambas as mãos.**[43]**

> Ele fez de Santo Agostinho sua leitura constante, e se sente em iguais condições com ele, cita-o em toda oportunidade, apropria de suas expressões e considera-o como um dos mais valorosos dos aliados em suas controvérsias.**[44]**

Seja como for, para provar conclusivamente que Calvino era um discípulo de Agostinho, não precisamos olhar além do próprio Calvino. Ninguém consegue ler cinco páginas nas *Institutas* de Calvino sem ver o nome de Agostinho. Calvino cita Agostinho mais de quatrocentas vezes nas *Institutas* apenas.**[45]** Ele chamou Agostinho por títulos como "homem santo" e "pai santo."**[46]** O próprio Calvino até declarou: "Agostinho está tão inteiramente comigo, que se eu quisesse escrever uma confissão de minha fé, eu poderia fazer com toda integridade e satisfação a mim mesmo de seus escritos."**[47]** De fato, Calvino encerra sua introdução para a última edição de suas *Institutas* com uma citação de Agostinho.**[48]**

Além de suas *Institutas*, Calvino escreveu comentários sobre o Novo Testamento (exceto 2 João, 3 João, e Apocalipse – um livro que ele reconhecia que não podia penetrar**[49]**) e a maioria do Velho Testamento (todos menos onze livros), assim como numerosos estudos, sermões, e cartas. Já no ano de 1556 uma completa série dos comentários de Calvino foi publicado por Stephanus.**[50]** A maior parte do volumoso material de Calvino é ainda publicado hoje em dia. E embora seus escritos tenham mais de quatrocentos anos, eles ainda são considerados em alta estima. Estudantes do Calvin Theological Seminary podem realizar cursos sobre as *Institutas* e os comentários de Calvino.**[51]** Mas ainda que Calvino tenha produzido uma vasta variedade de obras, a primeira expressão do pensamento de Calvino em algum dado assunto deve ser encontrado nas *Institutas*, pois o próprio Calvino considerou seus comentários como subordinados às *Institutas*.**[52]** E é para as *Institutas* que nos voltamos para ver a teologia de João Calvino.

[1] Parker, p. 39.
[2] Introdução a Calvino, *Institutes of the Christian Religion*, p. xxxiii.
[3] Walker, p. 132.
[4] Schaff, History, vol. 8, p. 332.
[5] João Calvino, "Prefatory Address to King Francis I of France," em Calvino *Institutes of the Christian Religion*, p. 9.
[6] Ibid.
[7] Ibid.
[8] Parker, p. 41.
[9] Calvino, citado em Estep, p. 228.
[10] McGrath, Calvin, p. 137.
[11] McNeil, p. 125.
[12] Introdução a Calvino, Institutes, p. xxxiv.
[13] Calvino, citado em McGrath, Calvin, p. 137.
[14] Parker, p. 88.
[15] McNeil, p. 126.
[16] McGrath, Calvin, p. 135.
[17] Introdução a Calvino, Institutes, p. xxxviii.
[18] Ibid., p. xxxvii.
[19] Bratt, Teachings of Calvin, p. 20.
[20] McGrath, Calvin, p. 141.
[21] Warfield, Calvin, p. v.
[22] Zweig, p. 35.
[23] Schaff, History, vol. 8, p. 329.
[24] Warfield, Calvin, p. 7.
[25] McNeil, p. 127.
[26] Cairns, p. 312.
[27] Walker, p. 146.
[28] Wendel, p. 131.
[29] Warfield, Calvin, p. 22.
[30] Wendel, p. 141.
[31] Bouwsma, p. 22.
[32] Wendel, p. 130.
[33] Ibid., pp. 126-127.
[34] Ibid., pp. 123-124.
[35] Lindsay, vol. 2, p. 104.
[36] Calvino, Institutes, p. 1303 (IV.xiv.26).
[37] Talbot e Crampton, p. 79.
[38] Introdução a Calvino, Institutes, p. lviii.
[39] Ibid.
[40] McGrath, Calvin, p. 151.
[41] Introdução a Calvino, Institutes, p. lvii.
[42] Ibid.
[43] Wendel, p. 124.

[44] Ibid.
[45] Crampton, Calvin, p. 28.
[46] Calvino, Eternal Predestination, pp. 39, 146, 148, 149.
[47] Ibid., p. 38.
[48] João Calvino, "John Calvin to the Reader," em Calvino, *Institutes of the Christian Religion*, p. 5.
[49] McNeil, p. 153.
[50] Parker, p. 127.
[51] Calvin Theological Seminary, *1996-1998 Catalog*, p. 111.
[52] McGrath, pp. 138, 147; Wendel, p. 111.

A Teologia de Calvino

Além da falha de Calvino de corretamente interpretar o Novo Testamento quanto à relação entre a Igreja e o Estado e a perseguição de "héreticos," há outros elementos em sua teologia que são importantes examinar. Como Agostinho, Calvino não está imune a crítica só porque foi um grande reformador e escreveu volumes de material teológico. Além disso, uma investigação teológica é especialmente pertinente no caso de Calvino por causa do grande teólogo que os calvinistas fazem-no ser. Em seu dia, Melanchthon chamou Calvino de "o teólogo."**[1]** Mais recentemente somos informados:

> Possivelmente nenhum teólogo na história tem tão bem combinado os poderes da exegese bíblica, do pensamento claro e lógico, da expressão literária, e da preocupação pastoral em uma personalidade poderosamente integrada.**[2]**
>
> A primeira posição entre os intérpretes da época é merecidamente atribuída a João Calvino, que empreendeu comentar aproximadamente a totalidade do sagrado livro.**[3]**
>
> O que João Calvino tem a dizer pode contribuir significativamente para o pensamento cristão contemporâneo.**[4]**
>
> Foi ele que deu ao movimento evangélico uma teologia.**[5]**

Nem todos os calvinistas, entretanto, mantêm elevadas opiniões como estas, pois como Wendel admite: "Mas, às vezes, pelo bem da coerência lógica ou da ligação a posições dogmáticas pré-estabelecidas, ele também fez violência aos textos bíblicos. Seu princípio de autoridade escriturística então o levou a buscar as Escrituras por apoio ilusório, por meio de interpretações puramente arbitrárias."**[6]** Todavia, George alega que Calvino "apresentou mais claramente e mais habilidosamente do que qualquer um antes dele os elementos essenciais da teologia protestante."**[7]** Esta sendo a opinião aceita, é para a teologia de Calvino que agora nos voltamos.

Apesar de suas diferenças, os reformadores foram unidos em uma coisa: aversão ao papado e ao sistema católico romano de relíquias, confissão auricular, missa, e monastérios. Lutero chamava o Papa de "o Anticristo" e disse que a igreja romana era a "igreja-prostituta do Diabo."**[8]** Ele também queimou a bula papal de sua excomunhão.**[9]** Calvino foi, da mesma forma, incessante em sua denúncia do sistema papal, como Mosheim relata: "Poucas pessoas de sua época será comparável a Calvino pela diligência paciente, resolução e ódio da superstição romana."**[10]** Calvino escreveu vários livros contra a Igreja Romana. Sua obra *Reply to Sadoleto* (1540) já foi mencionada. A obra *Treatise on Relics* de Calvino apareceu em 1543. Esta foi seguida em 1544 por uma outra obra intitulada *On the Necessity of Reforming the Church*. E finalmente, *The Acts of the Council of Trent with the Antidote* em 1547, em que ele diz sobre o Conselho: "Eu não mais perderei tempo expondo sua impudência. Mas, como todos podem ver, elas são piores do que inúteis; qualquer um que for sábio, no futuro, não tomará conhecimento de seus decretos e não estará indeciso sobre isto."**[11]** Calvino, da mesma forma, chamou o Papa de "Anticristo."**[12]** Não obstante, o erro de Calvino e os outros reformadores foi postular uma reforma ao invés de uma rejeição completa da Igreja Católica Romana. O determinante é inadvertidamente afirmado por Schaff: "Todos os reformadores nasceram, foram batizados, confirmados, e educados na histórica Igreja Católica. Eles nunca duvidaram da validade das ordenanças católicas, e rejeitaram a idéia do re-batismo."**[13]**

Esta falha de Calvino de completamente rejeitar a Igreja Católica Romana e suas ordenanças tem adversamente afetado sua concepção da Igreja do Novo Testamento e suas ordenanças. O erro das crenças de Calvino sobre o papel do Estado nos negócios da Igreja e vice-versa já foi mencionado. Isto é até confirmado pelos calvinistas: "Ele não tinha nenhum conceito de uma separação entre religião e estado, ou de um magistrado não-cristão, ou de tolerância de múltiplas igrejas."**[14]** E embora Calvino distinguia entre a igreja visível e a invisível porque ele acreditava "que a Sagrada Escritura fala da igreja de duas maneiras,"**[15]** o modo que ele explicou ambos os termos está contrário ao ensino da Bíblia sobre eclesiologia. A igreja invisível de Calvino era "aquela que está, na verdade, na presença de Deus, na qual ninguém é recebido senão aqueles que são filhos de Deus pela graça da adoção e membros verdadeiros do Cristo pela santificação do Espírito Santo."**[16]** Mas nesta igreja "verdadeira" Calvino incluía "não somente os santos que vivem atualmente na terra, mas todos os eleitos desde a fundação do mundo."**[17]** Assim, Calvino não fazia nenhuma distinção entre o Velho e o Novo Testamentos no que se refere à Igreja como o corpo de Cristo. Ele usou o conceito da eterna predestinação para promover a idéia de que a "verdadeira" igreja era conhecida somente a Deus.**[18]** O conceito de Calvino da igreja visível era, da mesma forma, deficiente. Ele afirmava como "as marcas distintivas da igreja" a "pregação da Palavra e a observância dos sacramentos"**[19]** antes que uma assembléia de crentes nascidos de novo onde estas coisas acontecem. Ele disse que deveríamos

chamar a igreja de nossa "mãe" porque "não há outra forma de entrarmos para a vida senão que esta mãe nos conceba em seu ventre, dê-nos a luz, alimente-nos em seu peito, e, finalmente, a menos que ela nos mantenha sob seu cuidado e governo."**[20]** Ele ainda acrescenta que "distante de seu seio, ninguém pode ter esperança de qualquer perdão dos pecados ou de qualquer salvação, como Isaías e Joel testificam."**[21]** Assim como sua defesa de seu sistema de disciplina em Genebra e a execução de Servetus, os argumentos de Calvino são continuamente tirados do Velho Testamento ao invés do Novo. E como Wendel reconhece de Calvino: "A verdade nos compele a admitir francamente que, apesar de toda sua fidelidade à Bíblia, ele parece ter buscado as Escrituras mais freqüentemente por textos para apoiar uma doutrina aceita anteriormente, do que derivar a doutrina das Escrituras."**[22]** O débito de Calvino a Agostinho por seus ensinos sobre eclesiologia tem sido reconhecido pelos calvinistas.**[23]** E não somente Calvino buscava refutar os anabatistas de seu dia sobre seu conceito de igreja, como Agostinho, ele também repreendeu os donatistas dos tempos antigos.**[24]**

Como mencionado na seção precedente, Calvino rejeitou os sete sacramentos dos católicos – reduzindo-os a apenas dois: o batismo e a Santa Ceia. Entretanto, ele ainda considerava-os que fossem sacramentos. Ele concordava com a definição de Agostinho de um sacramento mas procurava "dar uma afirmação mais completa" para expressá-lo "mais claramente."**[25]** Ele também requeria para os sacramentos "o mesmo ofício que a Palavra de Deus."**[26]** Calvino considerava que os sacramentos fossem "ajudas e meios para nossa incorporação em Jesus Cristo, ou, se já formos de seu corpo, para nos confirmar nele cada vez mais até que sejamos unidos completamente a ele mesmo na vida do céu."**[27]** Mas ele concordava com Agostinho que os benefícios dos sacramentos somente cabiam aos "eleitos."**[28]** Por causa de seu conceito de sacramento, os ensinos de Calvino sobre a Santa Ceia e o batismo exigem uma análise individual.

A princípio, a doutrina mais controversa não foi a predestinação mas a idéia de que o corpo de Cristo está espiritual e realmente, embora não fisicamente, presente nos elementos da Santa Ceia.**[29]** Esta doutrina foi um grande pomo de discórdia entre os reformadores. Pois embora eles estavam de acordo na questão da predestinação dos "eleitos," eles vigorosamente diferiam em relação à natureza da Santa Ceia. Todos os reformadores rejeitaram a transubstanciação da missa católica romana. Mas Lutero não foi demovido de sua doutrina da consubstanciação, e Calvino de sua idéia de uma presença espiritual. Somente Zwínglio sustentava a correta concepção de um memorial, cuja concepção Calvino chamava de "falsa e perniciosa."**[30]** Embora a teoria de Calvino da Santa Ceia seja primeiro mencionada na edição original de suas *Institutas*, ele estava principalmente preocupado em refutar a doutrina católica romana da missa.**[31]** Mas na edição final de suas *Institutas* em 1559, Calvino dedica um capítulo inteiro tanto aos erros da missa romana quanto ao que ele entendia ser uma doutrina escriturística da Santa Ceia. Além de mostrada em

suas *Institutas*, a concepção de Calvino da Santa Ceia foi também exposta em vários estudos teológicos.**[32]**

Há, antes de mais nada, três coisas elogiáveis sobre a doutrina de Calvino da Santa Ceia. Primeiro é sua opinião da missa católica romana. Da missa Calvino disse: "Nela uma intolerável blasfêmia e desonra é infligida sobre Cristo."**[33]** Em segundo lugar, ele fortemente denunciava a adoração da hóstia. Ele chamou de "idolatria," e declarou que "aqueles que inventaram a adoração do Sacramento" têm "imaginado por si mesmos à parte das Escrituras, onde nenhuma menção dela pode ser mostrada."**[34]** E em terceiro lugar, Calvino se opunha à negação do cálice. Ele observou que esta prática católica era "tão estranha à Palavra de Deus."**[35]** Mas em um aspecto ele se aproximou da concepção dos católicos, pois Calvino desejava a freqüente administração da Santa Ceia "pelo menos uma vez na semana."**[36]** Entretanto, ele estava disposto a se conformar com a comunhão uma vez no mês.**[37]** Todavia, as autoridades de Genebra deram ordens para que ela devesse ser celebrada quatro vezes ao ano: Natal, Páscoa, Pentecostes, e o primeiro domingo de setembro.**[38]**

A verdadeira concepção de Calvino da Santa Ceia era, de acordo com o teólogo presbiteriano Dabney: "Não somente incompreensível, mas impossível."**[39]** O próprio Calvino disse:

> Os símbolos são pão e vinho, que representam para nós a comida invisível que recebemos da carne e do sangue de Cristo.**[40]**
>
> Essa sagrada participação de sua carne e sangue, pelos quais Cristo derrama sua vida sobre nós, como se penetrassem em nossos ossos e medula, ele também testifica e sela na Ceia.**[41]**
>
> Nossas almas são alimentadas pela carne e pelo sangue de Cristo da mesma maneira que esse pão e vinho mantêm e sustenta a vida física.**[42]**
>
> Agora, se alguém me perguntar como isto acontece, eu não me envergonharei de confessar que é um segredo elevado demais para minha mente compreender ou minhas palavras expressarem. E, falando mais claramente, eu antes a conheço por experiência do que a compreendo.**[43]**

A doutrina de Calvino da Santa Ceia é resumida pelo teólogo reformado Berkhof como:

> Ele crê que Cristo, embora não corporal nem localmente presente na Ceia, está, contudo, presente, e é desfrutado em Sua pessoa completa, corpo e sangue. Ele dá ênfase à união mística dos crentes com a pessoa

> completa do Redentor. Sua apresentação do assunto não é inteiramente clara, mas ele parece querer dizer que o corpo e o sangue de Cristo, embora ausentes e localmente presentes só no céu, comunicam uma influência vivificante ao crente, quando ele está no ato de receber os elementos. Essa influência, apesar de real, não é física, mas, sim, espiritual e mística, e mediada pelo Espírito Santo e está condicionada ao ato de fé pelo qual o comungante recebe simbolicamente o corpo e o sangue de Cristo.**[44]**

Mas Dabney e Berkhof não são os únicos calvinistas que crêem que Calvino foi obscuro, pois Wendel comenta que "qualquer que possa ser o valor dos argumentos que Calvino apresenta para justificar sua particular interpretação da eucaristia, devemos reconhecer que sua doutrina deixa alguém com muitas obscuridades, somente imperfeitamente mascarada por uma exegese que é um tanto peculiar, e pelo apelo ao mistério."**[45]** Calvino lastima aqueles "que definem o comer da carne de Cristo e o beber de seu sangue como, em uma palavra, nada senão crer em Cristo" porque lhe parece "que Cristo pretendia ensinar algo mais definido, e mais elevado, nesse nobre discurso em que ele nos recomenda comer de sua carne."**[46]** Desse modo, Berkhof admite novamente: "Às vezes parece que dá demasiada ênfase ao corpo e ao sangue literais."**[47]** Os calvinistas até admitem que Calvino confiava intensamente em Agostinho para sua concepção da Santa Ceia.**[48]** Assim, como aludido anteriormente, a doutrina de Calvino da Santa Ceia está intrinsecamente ligada ao seu conceito de um sacramento, como Wendel observa: "Quanto a Agostinho, sua influência sobre este ponto é apenas um aspecto de sua influência mais geral por toda a doutrina calvinista dos sacramentos."**[49]** E é esta influência que também afeta seu ensino sobre o batismo.

Ainda que ele mantinha que o batismo não era essencial à salvação,**[50]** Calvino atribuía muita significância ao rito e freqüentemente fazia declarações que levaria alguém a pensar que ele acreditava de outra forma. Ele dedicou dois capítulos de suas *Institutas* ao assunto. De acordo com Calvino:

> O batismo é o símbolo da iniciação pelo qual somos recebidos na sociedade da igreja, a fim de que, enxertados em Cristo, possamos ser contados entre os filhos de Deus. Agora o batismo foi dado a nós por Deus para estes fins (que eu tenho ensinado ser comum a todos os sacramentos): primeiro, servir de nossa fé diante dele; segundo, servir de nossa confissão diante dos homens. Trataremos na ordem as razões para cada aspecto de sua instituição. O batismo traz três coisas à nossa fé com que devemos lidar individualmente. A primeira coisa que o Senhor demonstrou para nós é que o batismo deve ser um sinal ou prova de nossa purificação; ou (melhor explicando o que quero dizer) é como um documento selado que nos confirma que todos os nossos pecados são abolidos, cancelados e apagados, que eles nunca podem vir

> à sua vista, ser lembrados, ou acusados contra nós. Pois ele deseja que todos os que crêem sejam batizados para a remissão dos pecados.**[51]**

Calvino menosprezava aqueles "que consideravam o batismo como nada senão um símbolo e sinal pelo qual confessamos nossa religião diante dos homens."**[52]** Ele ligava o batismo à salvação,**[53]** ao perdão dos pecados,**[54]** à regeneração,**[55]** e à segurança.**[56]** Ele também alegava que o batismo não era somente análogo à circuncisão, mas "substituiu a circuncisão."**[57]** Entretanto, ele nunca menciona o assunto do batismo das mulheres.

Por causa de sua concepção do significado do batismo, Calvino defendia o batismo dos infantes – até alegando que o batismo infantil descansa "sobre firme aprovação das Escrituras."**[58]** De fato, aqueles que se opunham a ele sobre o assunto eram "espíritos desvairados" e "bestas loucas."**[59]** Deus "irá descarregar sua vingança sobre qualquer um que desprezar assinalar seu filho com o símbolo da aliança."**[60]** Embora ele rejeitava a tese de Agostinho de que as crianças não batizadas iam para o limbo,**[61]** Calvino dizia que "os infantes são batizados para futuro arrependimento e fé, e ainda que estes ainda não tenham sido formados neles, a semente de ambos jazem escondidas dentro deles pela operação secreta do Espírito."**[62]** Além de seu apelo à circuncisão, Calvino empregava principalmente três textos para provar o batismo infantil:

> Porque o marido incrédulo é santificado pela mulher, e a mulher incrédula é santificada pelo marido crente; de outro modo, os vossos filhos seriam imundos; mas agora são santos (1Co 7.14).**[63]**

> Jesus, porém, disse: Deixai as crianças e não as impeçais de virem a mim, porque de tais é o reino dos céus (Mt 19.14).**[64]**

> Porque a promessa vos pertence a vós, a vossos filhos, e a todos os que estão longe: a quantos o Senhor nosso Deus chamar (At 2.39).**[65]**

Todavia, como Wendel diz de Calvino:

> Visto que não era possível a ele apresentar uma única passagem do Novo Testamento contendo uma clara alusão ao batismo infantil, ele teve que se contentar com inferências indiretas e analogias tiradas da circuncisão e a benção de Cristo das crianças. Calvino tem sido muito repreendido pela fraqueza deste raciocínio, em contraste com os mais rigorosos métodos exegéticos que ele usualmente empregou, pelo menos ao lidar com o texto do Novo Testamento: e ele mesmo parece ter estado ciente das falhas de sua exegese sobre este ponto.**[66]**

Sobre o modo do batismo, Calvino estava igualmente equivocado.

Como seus companheiros reformadores, Calvino não somente batizava infantes, como também vertia água sobre eles. E isto apesar do fato de que em suas *Institutas* ele admite a imersão como o modo correto: "Mas se a pessoa a ser batizada deve ser completamente imersa, e se três ou uma vez, se deve somente verter água sobre ela – estes detalhes não têm importância, mas devem ser opcionais para as igrejas de acordo com a diversidade dos países. A palavra batizar quer dizer imergir, e é claro que o rito da imersão foi observado nas igrejas primitivas."**[67]** E não somente a imersão foi observada nas igrejas primitivas, foi o modo prevalecente na Inglaterra no tempo de Calvino e continuou a ser assim até o reino da Rainha Elizabeth I (1533-1603).**[68]**

Considerando o maior evento na Bíblia no que se refere a Deus – o reino milenar de Jesus Cristo – Calvino assume a posição amilenista dos católicos romanos. Mas porque ele fez declarações em seus comentários que poderiam ser consideradas pós-milenistas, ele é algumas vezes reivindicado tanto pelos defensores do amilenismo quanto pelos do pós-milenismo.**[69]** Ele foi completamente contra qualquer conceito de um reino terreno de Cristo de mil anos literais:

> Mas um pouco adiante seguiam os *chiliasts*, que limitavam o reino de Cristo a mil anos. Agora sua ficção é ingênua demais para necessitar ou valer a pena uma refutação. E o Apocalipse, do qual eles indubitavelmente tiraram um pretexto para seu erro, não os apóia. Pois o número "mil" não aplica à bem-aventurança eterna da igreja mas somente às várias turbações que esperavam a igreja, enquanto ainda trabalhando na terra.**[70]**

Lutero, de uma maneira semelhante, chamava o reino terreno de Cristo "um sonho."**[71]** Visto que Calvino acreditava que o reino de Cristo começava em sua primeira vinda,**[72]** ele sentia que aqueles que criam num milênio literal "não percebem quanto opróbrio eles estão lançando sobre Cristo e seu Reino."**[73]** E ainda que o ensino do amilenismo seja construído sobre uma interpretação alegórica da Escritura, Boettner mantém que "Calvino foi o primeiro a rejeitar o costume de alegorizar as Escrituras."**[74]**

Calvino é obviamente melhor lembrado por sua doutrina da predestinação. Todavia os calvinistas são insistentes em dizer que a predestinação não foi o principal foco de Calvino:

> Esta não foi a principal doutrina de Calvino nem foi seu ponto de partida.**[75]**

> Embora alguns estudiosos tenham sugerido que a predestinação constitui o centro do pensamento de Calvino, é claro que este não é o caso.**[76]**

Contrário à disputa de muitos historiadores, Calvino não coloca ênfase ímpar na doutrina da Predestinação.**[77]**

McGrath insiste que "outros têm lido em seus escritos a preocupação particular dentro da posterior ortodoxia reformada pela predestinação."**[78]** H. Henry Meeter (1886-1963) alega que "foi somente quando a doutrina bíblica da predestinação foi atacada" que Calvino "se sentiu obrigado a vir em sua defesa."**[79]** Bratt menciona o que ele percebe como a cobertura limitada da predestinação nas edições das *Institutas* de Calvino: "A doutrina não é mencionada na primeira edição das *Institutas*. Ele a menciona primeiro na edição de 1539 e depois somente incidentalmente. Ela assume proeminência em edições posteriores."**[80]**

Outros calvinistas, entretanto, discordam desta conclusão: "Na segunda edição das *Institutas*, o que Calvino acrescentou às suas discussões da predestinação foi em sua maior parte uma defesa, na qual a doutrina da dupla predestinação foi fortemente enfatizada porque foi sobre este ponto que a oposição foi maior."**[81]** McGrath afirma que "da edição de 1539 em diante, é tratada como um tópico de devida importância."**[82]** Um contemporâneo de Calvino, o teólogo holandês católico romano Albert Pighius (c. 1490-1542) discordaria também. Após a publicação em 1539 da segunda edição das *Institutas* de Calvino, Pighius escreveu uma resposta a Calvino intitulada *Ten Books on Human Free Choice and Divine Grace*.**[83]** Ele viu o livro publicado em agosto de 1542 mas morreu logo depois.**[84]** Todavia, Calvino respondeu aos primeiros seis livros de Pighius em sua obra de 1543 *A Defense of the Sound and Orthodox Doctrine of the Bondage and Liberation of the Human Choice Against the Misrepresentations of Albert Pighius of Kampen*.**[85]** Em 1552 Calvino terminou sua resposta a Pighius (a quem ele chama de um "cão morto"**[86]**) em sua obra *Concerning the Eternal Predestination of God*.**[87]**

O fato ainda permanece: Calvino está intrinsecamente ligado à doutrina da predestinação. O fato que no começo de seu ministério ele não tenha enfatizado não é importante. A doutrina é firmemente estabelecida como uma das fundações do pensamento teológico desenvolvido de Calvino. E como a maioria de seus outros escritos, os calvinistas admitem que Calvino foi fortemente influenciado por Agostinho na formação de sua doutrina da predestinação.**[88]** A oposição à doutrina da predestinação de Calvino por Bolsec e Trolliet já foi mencionada. Um outro que se opôs a Calvino com os mesmos argumentos foi Sebastian Castellio (1515-1563). Seu ataques sobre a doutrina da predestinação de Calvino fez com que Calvino escrevesse ainda uma outra defesa da predestinação em 1558 contra "um certo caluniador desprezível":**[89]** *A Defense of the Secret Providence of God*.**[90]** Castellio foi um dos poucos defensores sinceros da tolerância religiosa nesta época na história. Após a morte de Servetus, a quem ele chamava de um "inocente assassinado,"**[91]** Castellio escreveu um estudo condenando a execução e implorando por tolerância.**[92]** Ele também escreveu uma obra contra Calvino

em 1554, mas não foi publicada até que ambos, Calvino e Castellio, estivessem há muito mortos.**[93]** Durante a vida de Calvino, uma coleção de seu sermões sobre a eleição de Jacó e a reprovação de Esaú também foi publicada.**[94]**

A ênfase de Calvino sobre a doutrina da predestinação foi causa de muita controvérsia. Foi por causar muitos problemas que os ministros da cidade vizinha de Berna requisitaram de Genebra, em 7 de dezembro de 1551, uma "interrupção da discussão" da questão da predestinação em prol da "tranquilidade e paz da igreja."**[95]** O companheiro reformador de Calvino, Bullinger, até escreveu a ele: "Acredite em mim, muitos estão descontentes com o que você diz em suas *Institutas* sobre a predestinação."**[96]** Paul Jewett mantém que Beza "achou necessário passar mais tempo defendendo a doutrina da predestinação de Calvino do que qualquer outra coisa."**[97]** Visto que já é aparente que Calvino foi um "calvinista," um completo tratamento de sua doutrina da predestinação será dada no capítulo 7 e em outros lugares onde doutrinas relacionadas surgirem.

Como anteriormente mencionado nas seções sobre *Calvino e Genebra* e *Calvino e Servetus*, e até mais em relação à sua teologia, Calvino é inexcusável quando se desvia da Escritura sobre *qualquer* assunto. Não é apenas que os calvinistas estabelecem Calvino como um grande teólogo, ele é regularmente enaltecido como um dos maiores teólogos. Um exemplo típico é Warfield: "Ele foi distintamente um teólogo bíblico, ou, vamos ser francos, por eminência *o teólogo bíblico de sua época*. Aonde a Bíblia o levava, era para lá que ele ia: onde as declarações escriturísticas o enfraquecia, ali ele parava repentinamente."**[98]** Então, quaisquer que sejam os costumes, tradições, e preconceitos de sua época; qualquer que seja o conhecimento que ele tinha dos escritos dos Pais da Igreja ou seus companheiros reformadores que possam ter sido influências; quaisquer que sejam as más experiências que ele pode ter tido antes de sua conversão; por mais que ele tenha sido falsamente caluniado, ridicularizado, e mal compreendido pelos cristãos: o outro lado de João Calvino não está somente manchado, está repleto de notáveis afastamentos das Escrituras – como reconhecido pelos próprios calvinistas.**[99]** Mas e quanto ao seu correspondente, James Arminius?

[1] Philip Melanchthon, citado em Schaff, History, vol. 8, p. 386.
[2] Leith, p. 127.
[3] John Mosheim, citado em Schaff, History, vol. 8, p. 281.
[4] Crampton, Calvin, p. 1.
[5] Warfield, Calvin, p. 22.
[6] Wendel, p. 359.
[7] George, p. 179.
[8] Martinho Lutero, citado em George, p. 86.
[9] George, p. 86.
[10] John Mosheim, citado em Schaff, History, vol. 8, p. 281.
[11] Calvino, citado em Potter e Greengrass, p. 117.
[12] Calvino, Institutes, p. 1144 (IV.vii.25).
[13] Schaff, History, vol. 8, p. 313.
[14] Douglas Kelly, Liberty, p. 26.
[15] Calvino, Institutes, p. 1021 (IV.i.7).
[16] Ibid.
[17] Ibid.
[18] Verduin, Anatomy, p. 200.
[19] Calvino, Institutes, p. 1024 (IV.i.10).
[20] Ibid., p. 1016 (IV.1.4).
[21] Ibid.
[22] Wendel, p. 359.
[23] Ford Lewis Battles, *An Analysis of the Institutes of the Christian Religion* (Grand Rapids: Baker Book House, 1980), p. 13.
[24] Calvino, Institutes, pp. 1027, 1239 (IV.i.13, IV.xii.12).
[25] Ibid., p. 1277 (IV.xiv.1).
[26] Ibid., p. 1292 (IV.xiv.17).
[27] Calvino, citado em Wendel, p. 318.
[28] Calvino, Institutes, p. 1290 (IV.xiv.15).
[29] George, p. 239; Charles Miller, p. 28.
[30] Wendel, p. 333.
[31] Ibid., p. 330.
[32] De Greef, pp. 134, 135, 191, 192.
[33] Calvino, Institutes, p. 1430 (IV.xviii.2).
[34] Ibid., p. 1413 (IV.xvii.36).
[35] Ibid., p. 1426 (IV.xvii.48).
[36] Ibid., p. 1421 (IV.xvii.43).
[37] Barth, p. 266.
[38] McNeil, p. 165.
[39] Robert L. Dabney, *Systematic Theology*, 2a. ed. (Edinburgo: The Banner of Truth Trust, 1985), p. 811.
[40] Calvino, Institutes, p. 1360 (IV.xvii.1).
[41] Ibid., p. 1370 (IV.xvii.10).
[42] Ibid.

[43] Ibid., p. 1403 (IV.xvii.32).
[44] Louis Berkhof, *Systematic Theology*, 4ª. ed. rev. e amp. (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1941), p. 654.
[45] Wendel, p. 354.
[46] Calvino, Institutes, p. 1365 (IV.xvii.5).
[47] Berkhof, Theology, p. 654.
[48] Schaff, History, vol. 8, p. 592; Wendel, p. 332.
[49] Wendel, p. 332.
[50] Calvino, Institutes, p. 1349 (IV.xvi.26).
[51] Ibid., pp. 1303-1304 (IV.xv.1).
[52] Ibid., p. 1304 (IV.xv.1).
[53] Ibid., p. 1304 (IV.xv.2).
[54] Ibid., p. 1305 (IV.xv.3).
[55] Ibid., pp. 1304, 1307 (IV.xv.2, IV.xv.5).
[56] Ibid., p. 1311 (IV.xv.10).
[57] Ibid., p. 1327 (IV.xvi.4).
[58] Ibid., p. 1331 (IV.xv.10).
[59] Ibid., pp. 1324, 1332-1333 (IV.xvi.1, IX.xvi.10).
[60] Ibid., p. 1332 (IV.xvi.9).
[61] Wendel, p. 328.
[62] Calvino, Institutes, p. 1343 (IV.xvi.20).
[63] Ibid., p. 1328 (IV.xvi.6).
[64] Ibid., p. 1329 (IV.xvi.7).
[65] Ibid., p. 1337 (IV.xvi.15).
[66] Wendel, p. 468.
[67] Calvin, Institutes, p. 1320 (IV.xv.19).
[68] Schaff, History, vol. 8, p. 587.
[69] Crampton, Calvin, p. 102.
[70] Calvino, Institutes, p. 995 (III.xxv.5).
[71] Martinho Lutero, citado em Berkhof, History, p. 263.
[72] Crampton, Calvin, pp. 101-102.
[73] Calvino, Institutes, p. 995 (III.xxv.5).
[74] Boettner, Predestination, p. 406.
[75] Bratt, Teachings of Calvin, p. 49.
[76] McGrath, Reformation Thought, p. 124.
[77] Charles Miller, p. 27.
[78] McGrath, Calvin, pp. 166-167.
[79] Meeter, p. 21.
[80] Bratt, Teachings of Calvin, p. 49.
[81] Willem Van't Spijker, citado em de Greef, p. 200.
[82] McGrath, Reformation Thought, p. 125.
[83] Introdução a João Calvino, *The Bondage and Liberation of the Will: A Defence of the Orthodox Doctrine of Human Choice against Pighius*, ed. A. N. S. Lane, trad. G. I. Davies (Grand Rapids: Baker Books, 1996), p. xiv.
[84] Ibid., pp. xiv-xv.
[85] Ibid., p. xiv.

[86] Ibid., p. xv.
[87] Ibid.
[88] Nota de rodapé em Calvino, Institutes, p. 920 (III.xxi.1); Wendel, p. 264; George, p. 232.
[89] Calvino, Secret Providence, p. 209.
[90] De Greef, p. 178.
[91] Sebastian Castellio, citado em Zweig, p. 24.
[92] Register of Geneva, p. 302.
[93] Ibid.
[94] De Greef, p. 114.
[95] Calvino, Institutes, p. 926 (III.xxi.4).
[96] Heinrich Bullinger, citado em Schaff, History, vol. 8, p. 618.
[97] Jewett, p. 63.
[98] Warfield, Calvin, p. 481.
[99] Wendel, p. 359.

Capítulo 4
JAMES ARMINIUS

Contrário à abundância fora do normal de material sobre João Calvino, há pouco a ser encontrado sobre James Arminius o homem, ainda que a designação derivada de seu nome seja maliciosamente lançada de todas as maneiras pelos calvinistas. A vida de James Arminius se assemelha à vida de João Calvino. E como Calvino, ele não foi o originador desse sistema que carrega seu nome. Isto é admitido pelos mais ardentes dos calvinistas:

> Por mais paradoxal que possa parecer, Arminius não foi o primeiro arminiano.[1]

> As opiniões denominadas arminianas tinham sido substancialmente ensinadas antes de Arminius aparecer.[2]

Não somente os calvinistas admitem que Arminius não foi o autor do Arminianismo, eles da mesma forma reconhecem que ele não ensinou tudo contido nesse sistema que carrega seu nome:

> Muito do que é freqüentemente classificado sob o nome geral de Arminianismo contém uma quantidade muito maior de erro, e uma quantidade muito menor de verdade, do que os escritos de Arminius.[3]

> O sistema de soteriologia que é chamado “Arminianismo” não representa inteiramente a posição de James Arminius.[4]

James Nichols (1785-1861), o tradutor das obras de Arminius, tinha isto a dizer sobre a relação de Arminius com o Arminianismo:

> O sistema de crença religiosa verdadeiramente evangélico que é conhecido nos dias modernos sob o nome de ARMINIANISMO, tem sido assim designado, não porque ARMINIUS foi o único autor dele, mas, ... porque ele reuniu aquelas esparsas e freqüentemente incidentais observações dos Pais Cristãos, e dos Teólogos Protestantes, que têm uma relação colateral com as doutrinas da Redenção Geral, e porque ele as condensou e as aplicou de tal maneira a combiná-las num imponente e harmonioso esquema, no qual todos os atributos e perfeições da Deidade são unidos a ele de uma maneira mais clara e mais óbvia do que pelo Calvinismo.**[5]**

Como Calvino, Arminius é apaixonadamente estimado ou intensamente menosprezado. Os admiradores de Arminius têm afirmado:

> James Arminius foi o legítimo restaurador da doutrina que fluíram dos lábios do impetuoso Pedro, do amado João, do doce Tiago, do hábil Paulo, e de todos os apóstolos e primeiros Pais da Igreja.**[6]**

> Ele me pareceu ser *um homem que verdadeiramente temia Deus*, da MAIS PROFUNDA ERUDIÇÃO*, notavelmente bem verdado nas controvérsias religiosas*, e PODEROSO NAS ESCRITURAS.**[7]**

> Arminius foi um piedoso e devoto homem, prudente, cândido, brando e sereno, o mais zeloso a preservar a paz da Igreja.**[8]**

> Arminius foi um fiel e enérgico ministro do Evangelho.**[9]**

Além das caluniosas observações que já fizeram sobre o Arminianismo, têm sido também afirmado pelos calvinistas sobre Arminius:

> Um competente praticante do engano e de táticas ardilosas, como muitos um herético.**[10]**

> Seu caráter quanto à integridade, lisura, e fidelidade às suas promessas e profissões oficiais, está coberta de manchas que nunca podem ser, por qualquer artifício, apagadas.**[11]**

> Não importa quão claramente suas concepções representaram um distanciamento marcante da fé reformada, ele sempre se escondeu debaixo do manto da ortodoxia.**[12]**

Infelizmente, esta conotação negativa de Arminius tem sido aceita sem reserva pela maioria dos cristãos.

Mas apesar dos ataques feitos contra ele por sua doutrina pelos calvinistas, alguns calvinistas têm sido honestos o suficiente para admitir que, em relação ao seu caráter, Arminius era irrepreensível:

> Um homem de amável personalidade, refinado em conduta e aparência.[13]

> Um homem dos mais honrados e indubitavelmente um crente muito fervoroso.[14]

> Arminius, quanto a talentos, erudição, eloqüência, e exemplaridade geral de comportamento moral, é indubitavelmente digno de elevada exaltação.[15]

Até o teólogo reformado holandês Homer Hoeksema (1923-1989) reconhece Arminius como um "brilhante erudito."[16] Custance da mesma forma elogia sua "profunda sabedoria."[17] Todavia, visto que as únicas referências a Arminius são usualmente encontradas em livros sobre o Calvinismo, a ignorância sobre ele é excessiva. Esta ignorância sobre Arminius é tão difundida que até os não-calvinistas regularmente o deturpam. Mas a ignorância comum que existe sobre Arminius é talvez maior entre aqueles que têm mais humilhado-o: os calvinistas. A maioria dos calvinistas não leu suas obras nem estudou a época em que ele viveu. Eles têm ficado contentes por perpetrar *ad nauseam* a caricatura do homem que permanece um enigma para a maioria dos cristãos. Mantendo a natureza do livro, este breve estudo objetiva apresentar o outro lado de Arminius – sua vida, sua teologia – mas primeiro, a época em que ele viveu.

---

[1] Homer C. Hoeksema, *The Voice of Our Fathers* (Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1980), p. 5.
[2] Samuel Miller, p. 6.
[3] Cunningham, Theology, vol. 2, p. 375.
[4] Sellers, p. 11.
[5] James Nichols, citado em Works of Arminius, vol. 1, p. 84.
[6] Curtiss, p. 15.
[7] Matthias Martinus, citado em Works of Arminius, vol. 1, p. liii.
[8] Philip Limborch, citado em Works of Arminius, vol. 1, p. liii.
[9] John Wilks, citado em Works of Arminius, vol. 1, p. lxiii.
[10] Homer Hoeksema, Voice of Our Fathers, p. 9.
[11] Samuel Miller, p. 17.
[12] Louis Praamsma, "The Background of the Arminian Controversy (1586-1618)," em Peter Y. De Jong, ed., *Crisis in the Reformed Churches* (Grand Rapids: Reformed Fellowship, 1968), p. 28.
[13] Homer Hoeksema, Voice of Our Fathers, p. 9.
[14] Custance, p. 195.

[15] Samuel Miller, p. 17.
[16] Homer Hoeksema, Voice of Our Fathers, p. 9.
[17] Custance, p. 195.

A Época de Arminius

Na época que Arminius nasceu, a Reforma já estava firmemente estabelecida na Alemanha e na Suíça. Tal não era o caso, entretanto, na Holanda, a terra de Arminius. A Reforma na Holanda coincidiu com sua libertação do domínio espanhol e o surgimento da Contra-Reforma católica. A Holanda, muito freqüentemente referida como os Países Baixos, nesta época da história, consistia dos países da Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Quando o imperador do Sacro Império Romano da família Hapsburg, Charles V, abdicou em 1555, o controle das dezessete províncias da Holanda foi dado ao seu filho, Philip II (1527-1598), o rei da Espanha (1556-1598). Durante o reino de Charles V, o poder da Igreja Católica era usado para tentar aniquilar a sempre crescente ameaça do "Protestantismo." Decretos foram emitidos contra os luteranos e anabatistas, assim como seus escritos, e muitos foram queimados vivos.**[1]** Um decreto de 1550 ordenava a morte por fogo a quem possuísse "qualquer livro ou escrito feito por Lutero, Ecolampádio, Zwínglio, Bucer, ou Calvino."**[2]** Com vigor renovado, Philip seguiu a mesma política de seu pai até deixar a Holanda em 1559 para a Espanha, e nunca mais voltar.**[3]** A meia-irmã de Philip, Margaret (1522-1586), foi então nomeada regente em sua ausência e instruída a continuar sua política.

Os próximos vinte anos foram marcados por guerras contínuas. A dissensão estava crescendo, entretanto, contra a tirania dos papistas, e alguma tolerância foi estendida.**[4]** Todavia, quaisquer possibilidades de concessão que existiam foram abaladas em 1576 quando amotinadores enraivecidos saquearam igrejas católicas e destruíram todas as imagens. Após eclosões desta difusão de iconoclasmo, Philip enviou o Duque de Alva (1507-1582), com milhares de tropas de católicos espanhóis, para dominar a Holanda.**[5]** Um conselho foi então estabelecido para suprimir a heresia e a sedição. Isto resultou em ainda mais execuções, e, como um historiador contemporâneo descreveu:

> A forca, a roda, estacas, árvores ao longo das estradas, estavam carregados de carcaças ou membros daqueles que foram enforcados, decapitados, ou calcinados; de modo que o ar que Deus criou para a respiração dos vivos, se tornou agora a sepultura ou habitação comum dos mortos.**[6]**

Mas sob a liderança de William de Orange (1533-1584), os líderes das províncias protestantes e católicas assinaram um acordo (o Tratado de Paz de

Ghent) para se unirem politicamente a fim de repelir os espanhóis.[7] Esta instável união, entretanto, não iria durar muito tempo. No início de janeiro de 1579, as províncias católicas formaram uma aliança em Arras para tentar uma reconciliação com a Espanha.[8] As províncias do norte, mais tarde neste mesmo mês, formaram uma aliança similar em Utrecht, mas para manter sua independência da Espanha.[9] Em julho de 1581, as províncias do norte declararam sua independência da Espanha no Ato de Abjuração e vieram a se tornar uma força européia maior. Entretanto, a região sul continuou sob o jugo de Roma. Esta divisão lançou os países modernos da Holanda no norte e a Bélgica no sul.

É evidente que os movimentos de reforma que estavam espalhando através da Europa não agradava a Igreja Católica Romana. Como conseqüência, várias medidas foram tomadas para combater as novas "heresias" que estavam destruindo a força da Igreja sobre o povo da Europa. E embora houvesse tentativas de reforma na Igreja Católica que precederam a Reforma, estes esforços se tornaram cada vez mais positivos no século dezesseis, culminando no que é conhecido como a Contra-Reforma.

Um dos eventos mais significantes na história do Catolicismo Romano no século dezesseis é a fundação da Sociedade de Jesus (os jesuítas) por Inácio de Loyola. Após reunir um grupo de seguidores em 1534, Loyola foi ordenado ao sacerdócio em Veneza em 1537, e então viajou para Roma onde encontrou com o papa Paulo III (1468-1549). Em 1540, o papa formalmente reconheceu a nova sociedade de Loyola. Os jesuítas deviam ser uma milícia santa, absolutamente obediente à igreja e sua hierarquia, e completamente dedicada à difusão da una, santa, apostólica, fé católica.[10] A educação foi o meio principal usado pelos jesuítas para a re-catolização.[11] Por isso, neste país temos atualmente a Georgetown, a Loyola University, e outras escolas jesuítas.

Algum tempo depois do surgimento dos jesuítas, o mais famoso concílio na história do Cristianismo foi convocado pelo papa Paulo III – o Concílio de Trento. Os procedimentos deste concílio, que formalmente se reuniu em 13 de dezembro de 1545, foram realizados sob três papas, durante três períodos de tempo, em vinte e cinco sessões, se estendeu por dezoitos anos.[12] E embora se reuniu em Trento, na Áustria, o Concílio foi dominado pelos italianos.[13] No Concílio de Trento, os ensinos tradicionais da Igreja Católica Romana foram reafirmados e sua oposição ao Protestantismo se tornou manifesta. Os apócrifos foram aceitos como canônicos, a tradição foi tornada igual às Escrituras, a Vulgata Latina foi proclamada a única Bíblia oficial, e a autoridade da Igreja para interpretar a Escritura foi mantida.[14] Dos decretos do Concílio de Trento, o mais longo é sobre a Justificação. Consistindo de dezesseis capítulos e trinta e três cânones, ele expressamente condena o ensino de Lutero e dos reformadores. Os decretos do Concílio de Trento, que anatematizaram todo não-católico no mundo, nunca foram repudiados pela Igreja Católica. O Concílio é até mencionado na última edição do *Catecismo da Igreja Católica* (1994).

Duas outras medidas empregadas pela Igreja Católica Romana no século dezesseis para combater a "heresia" foram o Índice e a Inquisição. A proibição e queima dos escritos julgados heréticos não foi nada para a Igreja de Roma. Depois da invenção da impressão, entretanto, esta tarefa se tornou bem mais difícil, especialmente com a enxurrada de literatura que aparecia expondo as doutrinas da Reforma e criticando o Catolicismo. A enorme tarefa de suprimir literatura herética foi assumida pelo papa Paulo IV (1476-1559) em 1559. Seu *Índice de Livros Proibidos* condenou todas as traduções vernáculas da Bíblia assim como as obras de Erasmo.[15] Após o Concílio de Trento, o papa Pio IV (1499-1565) publicou um novo índice que absolutamente proibia os escritos dos reformadores Zwínglio, Lutero e Calvino.[16] A outra ferramenta empregada pela Igreja Romana foi a Inquisição. Da mesma forma, não foi nada novo, e mais recentemente tinha sido empregada na Espanha sob a direção do infame Torquemada. A Inquisição papal foi reorganizada pelo papa Paulo III em 1542 como A Congregação do Santo Ofício.[17] Com zelo inflexível, os papistas buscavam aniquilar os "heréticos" protestantes.

Nessa época Arminius começava a ministrar em sua terra natal, a igreja estabelecida era a Igreja Reformada. Entretanto, tal não foi sempre o caso: o Calvinismo foi na verdade o último movimento de reforma a ser estabelecido na Holanda. E além disso, os movimentos de reforma na Holanda diferem consideravelmente daqueles na Alemanha e Suíça. A Reforma na Holanda não teve um líder proeminente como Lutero, Zwínglio ou Calvino. Não foi o resultado de uma seita ou facção, nem foi estabelecida por meios políticos. Mas, como o resto da Europa, e ainda mais no caso da Holanda, a Reforma foi o resultado de uma variedade de fatores.

Embora os escritos de Lutero estavam logo circulando nos Países Baixos, e muitos de seus primeiros pregadores eram seguidores do reformador alemão,[18] outros fatores que precederam o século dezesseis foram também responsáveis pela Reforma holandesa. Os Irmãos de Vida Comum, fundado por Gerard Groot (1340-1384) em 1378, não foram somente conhecidos por seus esforços educacionais, mas por sua ênfase nos estudos bíblicos e nas versões vernáculas das Escrituras.[19] Não havia apenas um conhecimento geral da Vulgata Latina entre as pessoas, mas numerosas traduções de trechos da Bíblia para o holandês também.[20] O aparecimento do humanismo holandês, que teva uma tremenda influência sobre a educação e a cultura, foi também um fator em que estimulou a erudição clássica, e ultimamente, os estudos do Novo Testamento.[21]

A primeira parte do século dezesseis na Holanda viu a ascenção do humanista holandês Erasmo de Roterdã. Embora difamado pelos calvinistas por opor Lutero sobre a questão do livre-arbítrio, Erasmo não somente publicou o primeiro Novo Testamento grego em 1516, como também criticou a Igreja Católica em sua célebre obra *The Praise of Folly*.[22] Numerosas novas

traduções da Bíblia logo começaram a aparecer, e mais tarde, os escritos de outros reformadores além de Lutero.[23] Que os movimentos de reforma na Holanda não seguiam a obra de um homem pode ser visto nos grupos diversos que surgiram durante o século dezesseis. Os sacramentalistas, que opunham tanto os católicos quanto os luteranos, negavam a presença física do corpo de Cristo nos elementos da comunhão.[24] Os anabatistas, e especialmente Menno Simons (1496-1561), de quem os menonitas devem seu nome, foram muito proeminentes na Holanda. E exatamente como a Suíça, eles foram impiedosamente perseguidos por suas concepções sobre o batismo.[25] Há também os primeiros líderes reformados holandeses que não eram necessariamente calvinistas. Antes mesmo do nascimento de Arminius, Anastasius Veluanus (1520-1570), em seu livro *The Layman's Guide*, que circulou por toda Holanda, explicitamente rejeitava a predestinação dos calvinistas.[26] Assim, desde o começo da Reforma holandesa, havia dois tipos de cristãos "reformados" na Holanda.[27]

Embora a introdução do Calvinismo na Holanda possa ser traçado à metade do ano de 1540,[28] as primeiras congregações calvinistas foram na verdade formadas em exílio.[29] Os escritos de Calvino circularam vastamente e suas *Institutas* foram traduzidas para o holandês em 1560.[30] A força da Igreja Reformada na Holanda foi sua rápida organização. O sínodo mais antigo foi realizado em Turcoing em 1563 seguido por vários outros em Antuérpia.[31] O desenvolvimento de uma forte igreja nacional pode ser traçada ao Sínodo de Emden em 1571. Aqui, um plano do governo da igreja foi aprovado, e regras foram decretadas para regular funerais, casamento, roupa, adultério, embriaguez, e vários outros assuntos.[32] Foi aqui também que dois importantes documentos foram oficialmente adotados que iriam desempenhar um papel importante na história subseqüente da Igreja Reformada na Holanda: o Catecismo de Heidelberg e a Confissão de Fé Belga.

O Catecismo de Heidelberg, assim chamado por causa da cidade de seu nascimento na Alemanha, foi redigida por Zacharias Ursinus (1534-1583) e Caspar Olevianus (1536-1587), sob comissão do membro do colégio eleitoral do Palatinado Friedrich III, e publicado em 1563.[33] Embora originalmente escrito em alemão, foi logo depois traduzido para o holandês e usado pelos protestantes holandeses. A Confissão Belga, escrita no que hoje é conhecida como Bélgica, foi a obra de Guido de Bres (1523-1567), o "reformador da Holanda."[34] Escrita em francês, foi pretendida, como as *Institutas* originais de Calvino, ser uma apologia aos protestantes franceses perseguidos.[35] Após sua publicação em 1561, também foi logo traduzida para o holandês para uso pelos protestantes holandeses. Mas como reconhecido pelos próprios calvinistas, a aceitação destes e de quaisquer outros credos "foi atingida por diplomacia religiosa antes que pelo acordo da maioria das igrejas calvinistas."[36]

Os calvinistas holandeses, embora na minoria, foram líderes na revolta contra os espanhóis. Até William de Orange proclamou-se publicamente calvinista em 1573.[37] Por isso, quando as províncias do norte conseguiram independência em 1581, a Fé Reformada foi feita a religião oficial do estado.[38] Não somente toda propriedade da igreja foi concedida à Fé Reformada, os fundos para mantê-la foram fornecidos pelo estado.[39] Todos os ministros estavam sujeitos à aprovação pelas autoridades civis.[40] O ex-professor do Calvin College, Walter Lagerwey (n. 1918), admite que embora "o Calvinismo foi capaz de expandir por causa dos laços próximos com o governo," "esta relação foi também prejudicial e apresentou sérios problemas para as igrejas."[41] Os mais tenazes dos calvinistas da mesma forma reconhecem que as igrejas foram financiadas e controladas pelo governo.[42] Dessa forma, os dois males, uma hierarquia denominacional e uma organização Igreja-Estado, estiveram com a Igreja Reformada Holandesa desde o começo.

As enormes mudanças que aconteceram na história eclesiástica da Holanda durante o século dezessete se acabaram por volta da época do início do ministério de Arminius em 1587. Entretanto, novas controvérsias iriam logo surgir, mas na própria Igreja Reformada. E Arminius estava bem no meio delas.

---

[1] Lindsay, vol. 2, pp. 229-237.
[2] Citado em McNeil, p. 260.
[3] McNeil, p. 242.
[4] Lindsay, vol. 2, pp. 252-253.
[5] Jonathan Israel, *The Dutch Republic* (Nova York: Oxford University Press, 1995), p. 155.
[6] Gerard Brandt, citado em Lindsay, vol. 2, p. 257.
[7] Israel, pp. 185-186.
[8] Lindsay, vol. 2, p. 267.
[9] Ibid.
[10] Lindsay, vol. 2, pp. 552-555.
[11] Israel, p. 417.
[12] Lindsay, vol. 2, p. 565.
[13] Estep, p. 279.
[14] Lindsay, vol. 2, pp. 572-573.
[15] Estep, p. 279.
[16] Lindsay, vol. 2, p. 604.
[17] Estep, p. 284.
[18] Lindsay, vol. 2, pp. 228-229, 270.
[19] McNeil, p. 255.
[20] W. B. Lockwood, "Vernacular Scriptures in Germany and the Low Countries Before 1500," em *The Cambridge History of the Bible*, Vol. 2: *The West from the Fathers to the Reformation*, ed. G. W. H. Lampe (Cambridge: Cambridge University Press, 1969), pp. 431-434.

[21] Israel, pp. 44-47.
[22] Ibid., p. 46.
[23] Peter Y. De Jong, "The Rise of the Reformed Churches in the Netherlands," em De Jong, ed., *Crisis in the Reformed Churches*, pp. 7, 9.
[24] Walter Lagerwey, "The History of Calvinism in the Netherlands," em Bratt, ed., *The Rise and Development of Calvinism*, p. 65.
[25] Armitage, vol. 1, pp. 411-416.
[26] Bangs, Arminius: A Study, pp. 21-22.
[27] Carl Bangs, "Arminius as a Reformed Theologian," em Bratt, ed., *The Heritage of John Calvin*, pp. 211-214.
[28] De Jong, Reformed Churches, p. 9; Israel, p. 101.
[29] Lagerwey, p. 67.
[30] Ibid.
[31] McNeil, p. 261.
[32] Lagerwey, p. 71.
[33] *Evangelical Dictionary of Theology*, s.v. "Heildelberg Catechism," p. 514.
[34] Lagerwey, p. 72.
[35] *Evangelical Dictionary of Theology*, s.v. "Belgic Confession," p. 132.
[36] Charles Miller, p. 61.
[37] McNeil, p. 260.
[38] Lagerwey, p. 72.
[39] De Jong, Reformed Churches, p. 14.
[40] Ibid.
[41] Lagerwey, p. 72.
[42] Homer Hoeksema, Voice of Our Fathers, p. 4.

A Vida de Arminius

James Arminius foi um holandês que viveu a maior parte de sua vida em sua terra natal Holanda. Nasceu em Oudewater, em 10 de outubro de 1560, e morreu apenas quarenta e nove anos mais tarde, em Leiden, em 19 de outubro de 1609.**[1]** Como ele tinha apenas quatro anos de idade quando Calvino morreu em 1564, é claramente evidente que Calvino e Arminius nunca debateram a questão do Calvinismo como é comumente suposto. Ele foi o terceiro e o mais jovem filho de um ferreiro que ele nunca conheceu, pois o pai de Arminius morreu quando ele era uma criança, justamente o oposto que aconteceu com Calvino, cuja mãe morreu. Enquanto estudante universitário, Arminius latinizou seu nome holandês original, usualmente apresentado como Jacob Harmenszoon, imitando, como era comum, outros homens instruídos.**[2]** Ele se denominou Arminius, o nome do famoso comandante germânico que resistiu aos romanos no início do primeiro século.**[3]**

Após a morte de seu pai, designaram a Arminius um tutor legal, Theodorus Aemilus (m. 1574), um sacerdote inclinado ao Protestantismo e primo de sua mãe.**[4]** Aemilus tomou o jovem James para dentro de sua casa

em Utrecht e treinou-o no latim, grego, e em teologia.[5] Na morte de Aemilus quando Arminius tinha quatorze anos, mais um primo de sua mãe, Rudolphus Snellias (1547-1613), retomou o papel de tutor de Arminius.[6] Snellias, um lingüista e matemático da Universidade de Marburg na Alemanha, matriculou Arminius na universidade em 1575.[7] Foi o reformador Philip Melanchthon que foi instrumental na fundação de Marburg como a primeira universidade protestante em 1527.[8]

Um acontecimento trágico aconteceu em 1575, interrompendo os estudos do jovem Arminius. Tropas espanholas invadiram Oudewater e massacrou a cidade – matando toda sua família, e capturando e enforcando o ministro protestante. Oudewater tinha anteriormente apoiado o protestante William of Orange, resultando em uma contínua controvérsia religiosa que culminou na citada invasão. Ao ouvir as novas, Arminius, após duas semanas de amarga lamentação, retornou à sua terra natal para se confrontar com morte e destruição.[9] Ele rapidamente viajou de volta a Marburg, e após um curto período de tempo lá, retornou por Roterdã para sua terra natal e matriculou-se na nova universidade de Leiden em 1576, onde iria passar os próximos cinco anos. Oudewater, entretanto, não ficou livre da ocupação espanhola até dezembro de 1576.

Na Universidade de Leiden, uma escola protestante fundada em 1575 por William of Orange, Arminius se distinguiu acima do resto de seus colegas de classe. Seu companheiro, Peter Bertius (c. 1564-1629), que futuramente proferiria uma oração fúnebre na morte de Arminius, relatou que "se qualquer um de nós tivesse um tema particular ou um ensaio a compor, ou um discurso a recitar, o primeiro passo que tomávamos era perguntar por Arminius. Se levantasse qualquer discussão amigável entre nós, a decisão da qual exigia o julgamento legal de um Palaemon [um deus grego do mar], íamos em busca de Arminius, que sempre era consultado."[10] Um professor na universidade recomendava aos estudantes imitar o exemplo de Arminius e igualmente cumprimentava-o pelos "dons de seu gênio, e sua proficiência no aprendizado e virtude."[11] Após terminar seus estudos em Leiden, que incluiu uma obtenção de um conhecimento suficiente do hebraico,[12] Arminius aceitou uma doação da Associação dos Comerciantes de Amsterdã para promover seus estudos teológicos em Genebra.[13] A doação veio de um fundo antigamente usado para "desnecessária superstição, embriaguez, e farra indecorosa" quando os membros da associação festejavam após assistir a uma missa solene especial, mas, após a cidade se tornar protestante, agora usado para "propósitos religiosos e dignos."[14] Em troca dos benefícios financeiros, Arminius assinou um acordo para exercer seu ministério na igreja reformada em Amsterdã.[15]

Desde sua fundação em 1559, a universidade em Genebra tinha atraído muitos estudantes ministeriais holandeses. Arminius matriculou-se em Genebra no dia 1º de janeiro de 1582, durante o curso de palestras sobre o Livro de Romanos pelo veterano reformado, Theodore Beza.[16] Como sua permanência

na Universidade de Marburg, a residência de Arminius em Genebra foi de curta duração. Entretanto, desta vez o *acontecimento trágico* foi o ressentimento sentido por alguns pelas suas palestras privadas que opunham seu sistema de lógica. Arminius seguia o sistema de Peter Ramus (1515-1572), um notável crítico de Aristóteles (384-322).[17] Arminius então se transferiu para a Universidade de Basel no verão de 1583.[18] A faculdade em Basel o estimava tanto que eles ofereceram promovê-lo a doutor de teologia, mas Arminius se recusou em razão de sua juventude.[19] No próximo ano Arminius volta a Genebra para reassumir seus estudos. Arminius deixou Genebra em 1586 e visitou as cidades italianas de Pádua e Roma. Foi a ocasião desta viagem a Roma que os inimigos de Arminius o acusaram de ter relações com os católicos.[20] Todavia o próprio Arminius observou de sua viagem que foi proveitoso a ele, pois ele viu em Roma "'*o mistério da iniquidade*' em uma forma mais sórdida, repulsiva e detestável do que sua imaginação jamais poderia ter concebido."[21] Após retornar brevemente para Genebra, Arminius informou a Amsterdã no outono de 1587 seu treinamento para o ministério agora concluído.

Amsterdã era o centro da vida comercial holandesa. Como a maioria das cidades européias, foi solidamente católica romana no início do século dezesseis. E embora houvesse vários dissidentes, não foi até 1578 que os conflitos religiosos que tinham assolado desde o começo do século foram acalmados – em favor dos protestantes. Arminius logo passou nos exames para ser admitido como um "pregador em experiência," e foi formalmente ordenado em 27 de agosto de 1588.[22] Ele foi o primeiro holandês natural a ministrar na igreja reformada em Amsterdã.[23] O acima mencionado Peter Bertius relata que "tão logo ele foi visto no púlpito, é impossível descrever a graça e o favor extraordinários que ele obtinha dos homens de todas as classes."[24] Os outros ministros da cidade da mesma forma prestaram homenagem à sua erudição.[25] Após servir como pastor por dois anos, Arminius se casou com a filha de um notório comerciante e subseqüentemente gerou doze filhos – três morreram na infância. Ele continuou em Amsterdã quinze anos, até 1603, desempenhando os deveres pastorais comuns e exercendo muitas responsabilidades oficiais em favor dos ministros de Amsterdã, servindo como secretário, tesoureiro, delegado, presidente, e representante.[26]

Na mesma época, de volta à Universidade de Leiden, a praga tinha levado o notável professor de teologia, Franciscus Junius (1545-1602), e Arminius foi escolhido para sucedê-lo.[27] Ele se mudou para Leiden em junho de 1603, sua grande família precisando de duas casas perto da universidade. Junto com esta designação, Arminius recebeu seu doutorado em teologia, defendendo teses sobre a natureza de Deus.[28] Sua disputa então se tornou sua primeira obra publicada, pois ainda que ele tinha escrito extensivamente enquanto em Amsterdã (principalmente estudos teológicos), nada foi publicado durante esse tempo.[29] E embora Arminius da mesma forma escreveu extensivamente durante seus anos em Leiden, a maioria de suas obras não foi publicada até depois de sua morte.[30] A coleção de três volumes, atualmente

disponível, contendo a maioria das obras de Arminius é uma reedição da edição do século dezenove de James e William Nichols.[31] A enfermidade seguiu Arminius até Leiden e ele ficou cada vez mais doente e freqüentemente ficava acamado.[32] A controvérsia igualmente o atemorizava, e seus inimigos eram inflexíveis.[33] Ele sofreu numerosos ataques pessoais e se ocupou com aparentemente infindáveis controvérsias teológicas sobre o Calvinismo – suportando-os até o fim – e morreu em seu próprio lar na presença de seus amigos e da família.

---

[1] A data tradicional do nascimento de Arminius é 1560, mas Carl Bangs (*Arminius: A Study in the Dutch Reformation*) argumenta em favor de 1559 como sendo a data correta.
[2] O nome de Arminius pode ser encontrado como: Hermann, Harmensen, Van Herman, Hermanss, Van Harmin, Harmenszoon, Harmensen, Harmenson, Hermanszoon, Hermandszoon, Hermans, Harmens, Harmsen, Hermannson, van Hermanns, Haemensz, e Harmanzoon.
[3] Bangs, Arminius: A Study, p. 25.
[4] Works of Arminius, vol. 1, p. ix.
[5] Ibid.
[6] Ibid., pp. ix-x.
[7] Bangs, Arminius: A Study, p. 37.
[8] Ibid., p. 38.
[9] Ibid., p. 37.
[10] Works of Arminius, vol. 1, p. 21.
[11] Ibid.
[12] Ibid., p. 22.
[13] Bangs, Arminius: A Study, p. 65.
[14] Citado em Bangs, Arminius: A Study, p. 65.
[15] Bangs, Arminius: A Study, p. 65.
[16] Curtiss, p. 18.
[17] Bangs, Arminius: A Study, p. 71.
[18] Ibid.
[19] Ibid., pp. 72-73.
[20] Ibid., p. 78.
[21] Works of Arminius, vol. 1, p. 26.
[22] Ibid., p. xii.
[23] Ibid.
[24] Ibid., p. 28.
[25] Ibid., p. 29.
[26] Bangs, Arminius: A Study, p. 155.
[27] Works of Arminius, vol. 1, pp. xiv-xv.
[28] Bangs, Arminius: A Study, p. 253.
[29] Ibid., p. 186.
[30] Works of Arminius, p. xv.

[31] Veja Works of Arminius, vol. 1, pp. xx-xxix, para a história da publicação dos escritos de Arminius.
[32] Works of Arminius, p. xvi.
[33] Bangs, Arminius: A Study, p. 329.

A Teologia de Arminius

Embora escritores calvinistas modernos dão a impressão de que Arminius foi nada menos do que um completo herético, uma olhada superficial em seus escritos é tudo que leva para ver que isto não é simplesmente o caso, pois Arminius foi tão ortodoxo sobre as doutrinas principais da fé cristã quanto qualquer calvinista, antigo ou moderno. E ainda que os escritos de Arminius sejam conseguíveis, eles são raramente, se alguma vez, lidos por alguém – especialmente os calvinistas. Mas é para suas obras que alguém deve ir para ver sua teologia – não para qualquer pregador, escritor, ou teólogo, sejam eles calvinistas ou arminianos. Um calvinista até admite que "a teologia de Jacob Arminius tem sido negligenciada tanto por seus admiradores quanto por seus caluniadores."**[1]** Os sentimentos doutrinários de Arminius referentes ao Calvinismo serão explorados durante a análise doutrinária dos pontos particulares do Calvinismo, mas quanto às bases da fé cristã, as crenças doutrinárias de Arminius são consideradas abaixo.

Sobre a coisa mais importante que alguém crê – a inspiração e autoridade da Escritura – Arminius foi perfeitamente ortodoxo. Ele afirmou sobre a Bíblia:

> A autoridade da palavra de Deus, que está inclusa nas Escrituras no Velho e Novo Testamento, repousa tanto na veracidade de toda a narração, e de todas as declarações, sejam aquelas sobre coisas passadas, presentes, ou futuras; e no poder dos mandamentos e proibições, que são contidos na palavra divina. Ambos os tipos de autoridade podem depender de ninguém senão de Deus, que é o Autor principal desta palavra; tanto porque ele é a Verdade sem suspeita de falsidade, quanto porque ele é de Poder invencível. Por causa disso, o conhecimento somente que esta palavra é divina, é compulsório sobre nossa crença e obediência; e tão fortemente é obrigatório, que esta obrigação pode ser aumentada por nenhuma autoridade externa.**[2]**

Arminius considerava a Bíblia infalível,**[3]** e aceitava como canônicos todos os sessenta e seis livros.**[4]** Ele sempre carregava seu Novo Testamento consigo,**[5]** e afirmava que da leitura atenta das Sagradas Escrituras: "Eu sinceramente ensinei mais do que qualquer outra pessoa, como toda a universidade e as consciências de meus colegas testificarão."**[6]** Ele considerava como "insensata e blasfema" a alegação católica de que as Escrituras "não são autênticas senão pela autoridade da Igreja."**[7]** E ele da mesma forma se

considerava "de modo algum obrigado a adotar todas as interpretações particulares dos reformados."[8] Por essa razão, não é surpreendente que os escritos de Arminius estão repletos de referências à Escritura.

Como Calvino e os outros reformadores, Arminius foi vigorosamente anti-católico, classificando-se do lado daqueles que disse que o papa era "o adúltero e o alcoviteiro da Igreja, o falso profeta, o destruidor e subversor da Igreja, o inimigo de Deus e o anticristo."[9] Ele foi chamado de "um hábil e mais bem sucedido crítico dos papistas."[10] Arminius nunca hesitou em descrever em termos precisos sua opinião a respeito do papa e daqueles que o seguem. Ele escreveu em sua tese *On Idolatry* que "o Pontífice Romano é ele mesmo um ídolo: E que aqueles que o estimam como a pessoa que ele e seus seguidores ostentosamente descrevem-no ser, e que apresentam a ele a honra que ele exige, por esses mesmos atos mostram-se idólatras."[11] Ele também declarou que "uma reforma não deve ser esperada de qualquer um que é elevado ao Pontificado Romano," e que "o papa será destruído no glorioso retorno de Cristo."[12] Depois que alguns de seus inimigos acusaram-no da "apostasia de muitas pessoas ao papismo,"[13] Arminius escreveu sua mais forte denúncia do papado:

> Eu abertamente declaro, que eu não reconheço que o Pontífice Romano seja membro do corpo de Cristo; mas eu o considero um inimigo, um traidor, um homem sacrílego e blasfemo, um tirano, e um violento usurpador do mais injusto domínio sobre a Igreja, o homem do pecado, o filho da perdição, esse mais notório criminoso.[14]

Sobre a missa católica, Arminius afirmou que "é ímpia, para qualquer sacrifício expiatório agora a ser oferecido pelos homens para os vivos e os mortos."[15] Ele considerava a missa como oposta à "natureza, verdade e excelência do sacrifício de Cristo."[16] E finalmente, ele defendia medidas severas contra o papismo: "Enquanto todos os devotos professores devem entusiasticamente desejar a destruição do papismo, como desejariam a respeito do reino do anticristo, eles devem com o maior zelo engajar-se na tentativa, e, no que estiver ao seu alcance, fazer os mais eficientes preparativos para a sua destruição."[17] A acusação de que Arminius tinha afinidades católicas é obviamente infundada.

Sobre a natureza e atributos dos membros da Divindade, Arminius é novamente completamente ortodoxo. Ele acreditava na "Santíssima Trindade,"[18] ensinava que Deus criou "todas as coisas do nada,"[19] e mantinha que "Deus é capaz de tudo que seja possível."[20] Arminius expôs sobre a infinidade, imensidade, impassibilidade, imutabilidade, onipresença, unidade, essência, e eternidade de Deus – assim como qualquer teólogo calvinista.[21] As opiniões de Arminius sobre o Senhor Jesus Cristo são da mesma forma consoantes com a Bíblia e as autoridades calvinistas. Ele acreditava que Cristo era eterno,[22] e o descrevia como "o Filho de Deus e

Filho do homem; consistindo de duas naturezas, divina e humana, inseparavelmente unidas sem mistura ou desordem."[23] Ele o identificava como o Jeová do Velho Testamento,[24] que se tornou homem,[25] e foi crucificado por nós.[26] Arminius acreditava na morte, sepultamento, ressurreição e ascenção de Cristo literais.[27] Considerava a Expiação de Cristo como "única, expiatória, perfeita, e de valor infinito."[28] Sobre o Espírito Santo, Arminius mantinha que o Espírito era "da mesma natureza que Deus Pai e Deus Filho."[29] É certamente aparente que Arminius foi um trinitariano ortodoxo.

Sobre a queda e depravação do homem, Arminius foi tão ortodoxo quanto o mais radical calvinista. Ele acreditava na completa ruína do homem por causa do pecado de Adão. Por causa desta transgressão: "O homem caiu sob o desprazer e ira de Deus, tornando-se sujeito a uma dupla morte, e merecendo ser privado da justiça e santidade primeva em que grande parte da imagem de Deus consistia."[30] Esta condenação é "comum a toda a raça e a toda sua posteridade," pois "qualquer punição que foi trazida sobre nossos primeiros pais, tem da mesma forma penetrado e ainda continua em toda sua posteridade: De modo que todos os homens 'são por natureza filhos da ira,' (Ef 2.3) odiosos, merecendo a condenação, a morte temporal e a morte eterna."[31] Sem ser liberto por Jesus Cristo, Arminius insistia que o homem "permaneceria oprimido para sempre."[32] Além disso ele caracterizou o homem como desesperadamente perdido:

> Em seu estado *caído* e *pecaminoso*, o homem não é capaz, de e por si mesmo, pensar, desejar, ou fazer aquilo que é realmente bom; mas é necessário que ele seja regenerado e renovado em seu intelecto, afeições ou vontade, e em todos os seus poderes, por Deus em Cristo através do Espírito Santo, para que ele possa ser capacitado corretamente a entender, avaliar, considerar, desejar, e executar tudo quanto seja verdadeiramente bom.[33]

Dessa forma Arminius descreveu a presente condição do homem numa linguagem com que qualquer calvinista poderia concordar.

Pela razão de ter concluído que o homem estava em uma condição perdida, pecaminosa, Arminius atribuía a salvação inteiramente a Deus por meio de Cristo: "Acredito que os pecadores são contados justos unicamente pela obediência de Cristo; e que a justiça de Cristo é a única causa meritória por conta da qual Deus perdoa os pecados dos crentes e os considera tão justos quanto se eles tivessem perfeitamente cumprido a lei."[34] Ele descreveu a doutrina da justifação pela fé da Reforma com o vocabulário próprio de Martinho Lutero:

> É uma Justificação pela qual um homem, que é pecador, embora crente, sendo colocado diante do trono da graça que é erigido em Cristo Jesus a

> Propiciação, é contado e pronunciado por Deus, o justo e misericordioso Juiz, reto e digno da recompensa da justiça, não em si mesmo mas em Cristo, da graça, de acordo com o evangelho, para o louvor da justiça e graça de Deus, e para a salvação da própria pessoa justificada.[35]

Arminius até assentiu com as declarações de Calvino sobre a justificação como encontrada em suas *Institutas*:

> Minha opinião não é tão diferente da dele que me impede de empregar a assinatura de minha própria mão para consentir com as coisas que ele pronunciou sobre este assunto, no Terceiro Livro de suas *Institutas*; isto eu estou preparado para fazer a qualquer hora, e dar a elas a minha completa aprovação.[36]

Ele da mesma forma caracterizou a doutrina da santificação:

> É um ato gracioso de Deus, pelo qual Ele purifica o homem que é pecador, embora crente, da escuridão da ignorância, de habitar o pecado e de suas concupiscências e desejos, e o imbui do Espírito do conhecimento, justiça e santidade; que, sendo separado da vida do mundo e feito conforme a Deus, o homem pode viver a vida de Deus, para o louvor da justiça e da gloriosa graça de Deus, e para sua salvação conquistada.[37]

E sobre a segurança do crente, os sentimentos de Arminius eram exatamente como os dos calvinistas de seu dia. Ele até argumentava que "em nenhuma época eu afirmei 'que crentes finalmente se afastam ou caem da fé ou da salvação.'"[38] Arminius também acreditava que alguém poderia ter segurança da salvação: "Em relação à certeza de salvação, minha opinião é, que é possível ao que crê em Jesus Cristo estar seguro e persuadido e, *se seu coração não condená-lo*, ele está agora na realidade certo, *que é um filho de Deus, e se encontra na graça de Jesus Cristo*."[39] Os sentimentos doutrinários de Arminius referentes à salvação de um pecador são consoantes com os de qualquer calvinista.

Sobre algumas outras questões, Arminius foi como seus companheiros crentes reformados. Ele defendia o batismo de crianças por aspersão – assim como Calvino e as igrejas reformadas hoje em dia.[40] Ele foi também oposto aos anabatistas, e disputou com alguns deles em suas casas.[41] Em 1600 Arminius foi até solicitado para escrever "uma breve refutação de todos os erros dos anabatistas."[42] Entretanto, até 1605 a refutação ainda não estava acessível, visto que Arminius estava ocupado demais.[43] Mas ainda que ele defendia a organização reformada da Igreja com o Estado, e contendia com aqueles fora da Igreja Reformada, Arminius foi conhecido por sua tolerância, e não há nenhum registro de qualquer perseguição praticada contra "heréticos."

Embora Arminius acreditava que tinha liberdade para expor a palavra de Deus de acordo com os ditames de sua consciência, ele sempre foi cuidadoso no que ensinava e procurava evitar controvérsia e cisma. Durante um debate com Petrus Plancius (1552-1622), Arminius declarou que "ele sempre emprega extrema cautela nas doutrinas que ensinava, com receio de que algum deles pudesse ser corrompido a erradicar as fundações da fé cristã."[44] Ele claramente afirmou o objetivo de sua vida cristã:

> Com relação à Ambição, eu não a possuo, exceto aquela espécie honrosa que me impele a este serviço, - a indagar com toda a dedicação nas Sagradas Escrituras pela Verdade Divina, e brandamente e sem contradição declará-la quando encontrada, sem prescrevê-la a ninguém, ou trabalhar para forçar consentimento, muito menos através de um desejo de "ter domínio sobre a fé dos outros," mas antes pelo propósito de vencer algumas almas para Cristo, para que eu possa ser um doce aroma a Ele, e possa obter uma reputação aprovada na igreja dos Santos.[45]

Mesmo em seu testamento Arminius mantinha esta posição e exaltava a Escritura, como este extrato de seu testamento mostra:

> Acima de tudo, confio minha alma, em sua partida do corpo, às mãos de Deus, que é seu Criador e fiel Salvador; ante o qual eu também testifico, que caminhei com simplicidade e sinceridade, e "*com toda a boa consciência*," em meu ofício e vocação; e que tenho guardado com a maior solicitude e prudência, de expor ou ensinar qualquer coisa, que, após uma diligente busca nas Escrituras, não tenha concordado com os registros sagrados; e que todas as doutrinas por mim expostas, foram na intenção de levar à propagação e crescimento da verdade da Religião Cristã, da verdadeira adoração a Deus, da devoção de todos, e de uma sagrada relação entre os homens, - e também para contribuir, de acordo com a palavra de Deus, a um estado de tranqüilidade e paz característico do nome cristão; e que destes favores eu excluí o Papado, com o qual nenhuma unidade de fé, nenhum laço de piedade ou da paz cristã pode ser conservado.[46]

Arminius merece ser classificado como um teólogo holandês reformado ortodoxo.[47] Ele foi natural, nascido em Oudewater, e treinado para o ministério em Leiden. Pastoreou em Amsterdã e depois treinou ministros em Leiden. Não conheceu nenhuma outra igreja senão a Igreja Reformada Holandesa, consentindo com seus credos, e defendendo-a contra todas as outras. Mesmo depois deste breve estudo da teologia de Arminius, as palavras de Bertius, proferidas no término da oração fúnebre quando da morte de Arminius, soam claras: "Viveu na Holanda um homem que aqueles que não conheciam não podiam suficientemente estimar, que aqueles que não estimavam nunca tinham suficientemente conhecido."[48] Sua teologia foi

ortodoxa, mas diferente de Calvino, ele exerceu tolerância com aqueles com quem discordava. Nas palavras do notável advogado Hugo Grotius (1583-1645): "Condenado pelos outros, ele não condenou ninguém."**[49]**

---

[1] Richard A. Muller, *God, Creation, and Providence in the Thought of Jacob Arminius* (Grand Rapids: Baker Book House, 1991), p. 269.
[2] Works of Arminius, vol. 2, p. 324.
[3] Ibid., p. 323.
[4] Ibid., pp. 323-324.
[5] Ibid., vol. 1, p. 247.
[6] Ibid., p. 295.
[7] Ibid., vol. 2, p. 81.
[8] Ibid., vol. 1, p. 103.
[9] Ibid., vol. 2, pp. 264-265.
[10] Ibid., vol. 1, p. 49.
[11] Ibid., vol. 2, p. 306.
[12] Ibid., vol. 1, p. 299.
[13] Ibid., p. 298.
[14] Ibid.
[15] Ibid., vol. 2, p. 444.
[16] Ibid., p. 243.
[17] Ibid., vol. 1, p. 644.
[18] Ibid., vol. 2, p. 138.
[19] Ibid., p. 355.
[20] Ibid., p. 353.
[21] Ibid., pp. 115-118.
[22] Ibid., p. 143.
[23] Ibid., p. 379.
[24] Ibid., p. 141.
[25] Ibid., p. 379.
[26] Ibid., p. 387.
[27] Ibid., pp. 387-388.
[28] Ibid., p. 443.
[29] Ibid., p. 145.
[30] Ibid., p. 151.
[31] Ibid., pp. 156-157.
[32] Ibid., p. 157.
[33] Ibid., vol. 1, pp. 659-660.
[34] Ibid., p. 700.
[35] Ibid., vol. 2, p. 256.
[36] Ibid., vol. 1, p. 700.
[37] Ibid., vol. 2, p. 408.
[38] Ibid., vol. 1, p. 741.
[39] Ibid., p. 667.

[40] Ibid., vol. 2, pp. 440-441.
[41] Bangs, Arminius: A Study, p. 167.
[42] Ibid.
[43] Ibid., p. 168.
[44] Works of Arminius, vol. 1, p. 103.
[45] Ibid., vol. 2, p. 703.
[46] Ibid., vol. 1, p. 45.
[47] Bangs, Arminius as a Theologian, pp. 214-221.
[48] Peter Bertius, citado em Bangs, Arminius: A Study, p. 331.
[49] Hugo Grotius, citado em Curtiss, p. 50.

Calvino e Arminius

Pareceria, superficialmente, que dois homens não poderiam ser mais diferentes do que Calvino e Arminius. Mas os dois representantes dos sistemas de teologia opostos não somente se assemelham de muitas maneiras, mas também há uma direta ligação entre eles. Ambos foram flagelados por doença e morreram no auge de seu ministério, Calvino aos cinqüenta e quatro e Arminius aos quarenta e nove. Ambos foram envolvidos em controvérsia durante todo o seu ministério. Ambos sobressaíram em suas capacidades educacionais e tiveram a vantagem de freqüentar várias das principais universidades. Ambos exerceram uma enorme influência sobre seus seguidores. Todavia, há algumas notáveis diferenças entre os dois. Arminius não escreveu nenhum comentário nem uma teologia sistemática formal como as *Institutas* de Calvino. Seus escritos, e até suas cartas pessoais existentes, são todas teológicas em natureza.**[1]** A maior diferença é talvez a criação deles – não o fato que Arminius era holandês e Calvino francês – mas que as influências sobre Arminius foram decididamente protestantes.

Embora eles nunca tenham se conhecido, Arminius sabia de Calvino e tinha uma ligação direta com ele. Deve ser lembrado que a universidade em Genebra onde Arminius recebeu seu treinamento teológico foi a própria escola fundada por Calvino. Arminius estudou sob Beza, o sucessor de Calvino. Beza até escreveu a Amsterdã um apelo por seu contínuo apoio financeiro de Arminius:

> Para resumir tudo, então, em poucas palavras: informo ao senhor que do tempo que Arminius retornou a nós de Basel, sua vida e ensino têm tanto a nossa aprovação, que esperamos o melhor dele em todos os aspectos, se ele firmemente persistir no mesmo curso, que, pela benção de Deus, não duvidamos que ele conseguirá; pois, entre outros dons, Deus o dotou com uma inteligência sagaz tanto com respeito à percepção quanto à discriminação das coisas. Se ele daqui em diante for regulado pela piedade, que ele aparece assiduamente cultivar, não pode acontecer outra coisa senão que esta força de inteligência, quando

> consolidada pela idade madura e pela experiência, será produtiva dos frutos mais ricos. Esta é a nossa opinião de Arminius – um jovem homem, inquestionavelmente, tanto quanto nos é possível julgar, muitíssimo digno de sua benevolência e liberalidade.[2]

E embora as obras de Arminius nunca sejam lidas pelos modernos calvinistas, Arminius não somente defendeu que as *Institutas* de Calvino fossem lidas,[3] como também propôs, como temos visto, consentir aos entendimentos doutrinários conforme encontrados nelas.[4] E depois das próprias Escrituras, Arminius favoravelmente recomendava os comentários de Calvino: "Eu os aconselho a ler os comentários de Calvino, a quem confiro maior louvor do que Helmichius [um teólogo holandês (1551-1608)] jamais fez, como ele próprio me confessou. Pois eu digo a eles, que seus comentários devem ser mantidos em maior estima, do que tudo que nos é entregue nos escritos dos Pais Cristãos Antigos: De forma que, em um certo eminente Espírito de Profecia, dou a proeminência para ele além da maioria dos outros, de fato além de todos eles."[5]

---

[1] Bangs, Arminius: A Study, pp. 19, 171.
[2] Theodore Beza, citado em Bangs, Arminius: A Study, p. 74.
[3] Works of Arminius, vol. 1, p. 296.
[4] Ibid., p. 700.
[5] Ibid., p. 295.

Calvinismo e Arminius

A ligação entre Calvino e Arminius naturalmente leva à pergunta de quais foram as opiniões de Arminius sobre o Calvinismo. Obviamente, ele se opôs a ele, ou qualquer sistema de teologia contrário ao Calvinismo não seria chamado Arminianismo. Tem sido comumente sustentado que Arminius se encantou com Beza enquanto esteve em Genebra e completamente aceitou sua doutrina da predestinação até que, com mais estudo poucos anos depois, ele o repudiou.[1] Mas como isto é, na melhor das hipóteses, uma exagerada simplificação, é recomendável que mais análise seja feita antes de examinar as disputas que Arminius teve a respeito das doutrinas do Calvinismo.

Logo após ingressar no ministério em Amsterdã, Arminius se envolveu em controvérsia sobre a questão da predestinação que, somente mais tarde, abrandaria com sua morte. Em 1578, dois ministros de Delft, Arent Corneliszoon (1547-1605) e Reynier Donteklok (c. 1545-c. 1611), tinham debatido o Calvinismo com o humanista e Secretário de Estado holandês Dirck Coornhert (1522-1590).[2] Coornhert, que tinha anteriormente tido uma disputa com Calvino, da qual resulta a *Response to a Certain Hollander*, que

Calvino escreveu em 1562,[3] acreditava que o Calvinismo "representava Deus como o autor do pecado."[4] Ele então escreveu *Responses to Arguments of Beza and Calvin*.[5] Foi seguido em 1589 por uma obra de Corneliszoon e Donteklok intitulada *An Answer to Some of the Arguments Adduced by Beza and Calvin; From a Treatise Concerning Predestination, on the Ninth Chapter of the Epistle to the Romans*.[6] Arminius foi solicitado pelos ministros de Amsterdã para refutar Coornhert, mas ele foi, ao invés disso, persuadido por Martinus Lydius (c. 1539-1601), um ex-pastor em Amsterdã, para refutar o livro dos dois ministros de Delft.[7] É supostamente durante sua preparação para refutar Corneliszoon e Donteklok que Arminius passou por uma transformação teológica e "se converteu às próprias opiniões que lhe foi solicitado combater e refutar."[8] Embora isto seja algumas vezes relatado com precisão,[9] os dois pedidos de Arminius foram freqüentemente combinados na rejeição gradual do Calvinismo enquanto buscava responder Coornhert.[10] Todavia, a história de sua transformação do Calvinismo para o "Arminianismo," é também, algumas vezes, apenas mencionada como uma conseqüência de seus estudos.[11] Quanto a se Arminius alguma vez esteve em *completo* acordo com o Calvinismo de Beza não há como saber. Ele escreveu a um amigo em Basel em 1591 que "há muita controvérsia entre nós sobre a predestinação, o pecado original e o livre-arbítrio,"[12] mas ele nunca se expressou com maiores detalhes. A única vez que foi registrado que Arminius mudou suas concepções é em uma carta escrita em 1608, mas quanto a quais estas antigas ou novas opiniões eram permanece um mistério: "Eu não me envergonho de ter ocasionalmente abandonado algumas opiniões que tinham sido instiladas por meus próprios mestres, visto que me parece que eu posso provar pelos argumentos mais convincentes que tal mudança ocorreu para melhor."[13] Assim, independente de como aconteceu, o fato é que Arminius era agora publicamente conhecido como tendo assumido uma posição oposta ao Calvinismo estabelecido da Igreja Reformada.

Arminius teve quatro disputas significativas sobre o Calvinismo durante o seu ministério – três quando em Amsterdã e uma em Leiden. É de três destas que Arminius escreveria algumas de suas principais obras. A primeira discussão foi com seu colega ministro Petrus Plancius. Além de servir como ministro em Amsterdã, Plancius se especializou em cartografia, astronomia e navegação.[14] Por causa de seus feitos nestas áreas, ele desempenhou um papel importante na exploração e no comércio holandês.[15] Entretanto, ele era também um calvinista: um zeloso calvinista, e um dos primeiros a propagar as doutrinas de Calvino na Igreja Reformada Holandesa.[16] Plancius se opôs a Arminius durante todo seu pastorado em Amsterdã e professorado em Leiden, e continuou a atacá-lo mesmo depois de sua morte.[17] A próxima controvérsia sobre o Calvinismo foi com o acima mencionado Franciscus Junius, que Arminius substituiu como professor de teologia em Leiden. Junius manteve correspondência com ele a respeito da predestinação, e depois da morte de Arminius, o material foi publicado como *Friendly Conference of James Arminius with Francis Junius about Predestination Carried on by Means of Letters*.[18] O último debate sobre o Calvinismo enquanto ele ainda estava em

Amsterdã foi com o professor de Cambridge William Perkins (1558-1602). Perkins, em resposta a uma obra anterior contra a predestinação, redigiu uma obra intitulada *On the Mode and Order of Predestination, and on the Amplitude of Divine Grace*. Após comprar o livro, Arminius escreveu a Perkins: "Pensei que compreendia algumas de suas passagens que mereciam análise pelo princípio da verdade. Por esse motivo julguei que não seria impróprio se eu estabelecesse uma reunião com você a respeito desse seu pequeno livro."[19] Embora Perkins morreu antes que Arminius pudesse completar sua réplica, ela resultou na publicação de *Examination of Perkins' Pamphlet on the Order and Mode of Predestination*, mas não até depois da morte de Arminius.[20] Com sua mudança para Leiden, Arminius foi imediatamente contraposto por Franciscus Gomarus (1563-1641), um dos professores. Gomarus primeiro tentou impedir Arminius de entrar na faculdade e então discutiu com ele acerca da predestinação até sua morte precoce.[21] Ele foi calvinista a tal ponto que os calvinistas na Holanda foram mais tarde chamados Gomaristas.[22] A controvérsia entre Arminius e Gomarus se tornou tão acalorada que houve disputas entre ambos os estudantes de teologia e os trabalhadores têxteis.[23] Desta contínua disputa surgiu a obra *Examination of The Theses of Dr. Francis Gomarus Respecting Predestination* e a *Declaration of Sentiments*, que foi entregue por Arminius em 1608 diante dos Estados da Holanda em Haia.[24] Enquanto comprometido em disputas com estes homens acerca do assunto da predestinação, Arminius também tinha que defender-se de algumas acusações frívolas que exigiam um maior estudo.

Pela razão dele se opor ao seu sistema de doutrina, os calvinistas contestaram Arminius com acusações de Catolicismo Romano, Socinianismo, e Pelagianismo. A muito usada associação com o Catolicismo foi feita porque, visto que os católicos rejeitavam a concepção reformada da predestinação, qualquer um que fizesse o mesmo deve ter afinidades católicas.[25] Uma outra heresia da qual Arminius foi acusado é o Socianismo.[26] Surgindo durante a existência de Arminius, este movimento foi assim chamado por causa de Laelius Socinus (1525-1562) e seu sobrinho, Faustus Socinus (1539-1604). Sua doutrina era a do Unitarismo: rejeição da Trindade e uma negação da verdadeira natureza da Expiação.[27] Não há necessidade de dizer mas os socinianos rejeitavam a predestinação, e é por isso que Arminius é agrupado com eles. Mas talvez a associação mais injuriosa, e uma que ainda é feita hoje,[28] é a de Pelagianismo. Esta foi uma acusação favorita dos inimigos de Arminius,[29] mas uma que ele veementemente repudiou.[30] Arminius claramente reconhecia em sua dia esta incessante tática ainda empregada pelos calvinistas para impugnar qualquer infamador do Calvinismo: "Se qualquer contradição for oferecida a esta doutrina, Deus é necessariamente privado da glória de sua graça, e então o mérito da salvação é atribuído ao livre-arbítrio do homem e a seus próprios poderes e força – cuja declaração cheira a Pelagianismo."[31] É interessante notar, embora os calvinistas nunca mencionem, que em 1549 Calvino foi também forçado a defender-se de acusações de Pelagianismo.[32]

Além de ser injustamente associado com heréticos que, da mesma forma, rejeitavam o Calvinismo, Arminius foi acusado de distanciar dos credos aceitos pelas igrejas reformadas: o Catecismo de Heidelberg e a Confissão Belga.[33] Para a acusação de que ele ensinava contrário aos credos aceitos, Arminius respondeu com vigor. Ele afirmou mais de uma vez que ele "não ensinava nem desejava ensinar nada que fosse de alguma forma repugnante" à Confissão e ao Catecismo oficiais.[34] Todavia, por causa de seu elevado conceito da Escritura, Arminius nunca colocou os credos estabelecidos acima da palavra de Deus: "Eu confiantemente declaro, que eu nunca ensinei qualquer coisa, seja na Igreja ou na Universidade, que violasse *os Escritos Sagrados*, que devem ser a nossa única regra de pensar e de falar, ou que fosse oposto à *Confissão de Fé Holandesa*, ou ao *Catecismo de Heildelberg*."[35] Ao defender um sínodo nacional para examinar a Confissão e o Catecismo, Arminius novamente exaltou a Escritura acima do que ele chamava obras de homens:

> Que possa abertamente parecer a todo o mundo que atribuímos *à palavra de Deus apenas* a honra devida e adequada, ao ponto de estabelecê-la ser *além* (ou melhor *acima*) *de todas as disputas*, grande demais para ser assunto de qualquer objeção, e digna de toda aceitação. Pela razão destes panfletos serem *escritos que procedem de homens*, e podem, por essa razão, conter dentro deles *alguma porção de erro*, é adequado instituir uma investigação legítima, isto é, em um sínodo nacional, se ou não haja qualquer coisa nessas produções que requeira correção.[36]

Arminius propôs que a Confissão fosse, tanto quanto possível, feita concisa e contendo poucos artigos, e que somente expressões bíblicas fossem usadas.[37] Ele desejava ver omitidas as "explicações, provas, digressões, redundâncias, amplificações e exclamações" e conservadas somente as verdades "necessárias para a salvação."[38] Quanto ao que nestes dois credos poderiam ser considerados debatíveis ou incorretos, a resposta é muito breve, pois cada um contém somente uma referência ambígua à eleição – uma referência muito ambígua. A questão cinqüenta e quatro no Catecismo de Heidelberg é um exemplo ilustrativo:

> 54. O que você crê sobre a "santa igreja universal" de Cristo?
>
> R. Creio que o Filho de Deus reúne, protege e conserva, dentre todo o gênero humano, sua comunidade eleita para a vida eterna. Isto Ele fez por seu Espírito e sua Palavra, na unidade da verdadeira fé, desde o princípio do mundo até o fim. Creio que sou membro vivo dessa igreja, agora e para sempre.[39]

O artigo correspondente na Confissão Belga é o artigo dezesseis:

> Cremos que Deus, quando o pecado do primeiro homem lançou Adão e toda a sua descendência na perdição, mostrou-se como Ele é, a saber: misericordioso e justo. Misericordioso, porque Ele livra e salva da perdição aqueles que Ele em seu eterno e imutável conselho, somente pela bondade, elegeu em Jesus Cristo nosso Senhor, sem levar em consideração obra alguma deles. Justo, porque Ele deixa os demais na queda e perdição, em que eles mesmos se lançaram.[40]

Foi durante alguma controvérsia sobre a pregação de Arminius sobre Rm 9 em 1593 que ele apareceu diante do consistório e afirmou seu assentimento à Confissão, mas reservou o direito de interpretar o *aqueles* no artigo dezesseis como uma referência aos crentes.[41] O que é realmente irônico sobre estes credos é que os próprios calvinistas alteraram-nos. Franciscus Junius tinha condensado o artigo dezesseis e editado o artigo trinta e seis anos antes de sua controvérsia com Arminius.[42] Arminius então observou que outras igrejas reformadas tinham revisado suas confissões e que a Confissão Belga tinha de fato sido revisada.[43]

É a interpretação da predestinação de Arminius que é o ponto crucial de sua argumentação com Calvino. Antes que aplicar a predestinação aos incrédulos (como fez Calvino), Arminius a aplicou somente aos crentes. Em sua *Declaration of Sentiments*, Arminius então apelou ao Catecismo de Heildelberg em defesa de sua concepção. Na questão vinte desse antigo documento se lê:

> 20. Todos os homens, então, tornam-se salvos por Cristo, assim como pereceram em Adão?
>
> R. Não, somente aqueles que pela verdadeira fé são unidos a Cristo e aceitam todos os seus benefícios.[44]

O comentário de Arminius é digno de nota: "Desta sentença infiro, *que Deus absolutamente não predestinou ninguém para salvação; senão aqueles que, em seu decreto, considerou [ou reputou] como crentes*."[45] Arminius sumariou suas concepções da predestinação como "um decreto eterno e gracioso de Deus em Cristo, pelo qual Ele determinou justificar e adotar os crentes, e para conferir-lhes vida eterna, mas para condenar os incrédulos e os impenitentes."[46] Ele chamou esta predestinação "a fundação do Cristianismo, de nossa salvação, e da segurança da salvação."[47] Arminius reduz a controvérsia acerca do Calvinismo às mesmas duas perguntas mencionadas previamente: "Cremos, *porque fomos eleitos?*" ou "Somos eleitos, *porque cremos?*"[48] Esta foi a principal questão na época de Arminius; foi a principal questão nos debates Calvinismo-Arminianismo subseqüentes; permanece sendo a principal questão nestes mesmos debates hoje.

[1] Bangs, Arminius: A Study, pp. 19, 171.
[2] Ibid., p. 139.
[3] de Greef, pp. 139-140.
[4] Dirck Coornhert, citado em Curtiss, p. 23.
[5] Curtiss, p. 23.
[6] Bangs, Arminius: A Study, p. 138.
[7] Ibid., p. 139.
[8] Works of Arminius, vol. 1, p. 30.
[9] Bangs, p. 139; Thomas Scott, p. 8; R. C. Sproul, *Willing to Believe* (Grand Rapids: Baker Books, 1997), p. 134.
[10] Curtiss, p. 24; Schaff, History, vol. 8, p. 510; Custance, p. 76; Sellers, p. 8; Homer Hoeksema, Voice of Our Fathers, p. 7; *Encyclopedia of Religion and Ethics* (Nova York: Charles Scribner's Sons, n.d.), s.v. "Arminianism," vol. 1, p. 808; *Dictionary of Christianity in America* (Downers Grove: InterVarsity Press, 1990), s.v. "Arminianism," p. 78; Praamsma, p. 24; J. L. Neve, *A History of Christian Thought* (Philadelphia: The Muhlenberg Press, 1946), vol. 2, p. 16.
[11] *The Oxford Dictionary of the Christian Church*, s.v. "Arminianism," p. 90; *The Westminster Dictionary of Christian Theology*, s.v. "Arminianism," p. 43; *New Catholic Encyclopedia*, s.v., "Arminius, Jacobus," vol. 1, p. 840; *Baker's Dictionary of Theology*, s.v. "Arminianism," p. 64; Frederick D. Kershner, *Pioneers of Christian Thought* (Freeport: Books for Libraries Press, 1958), p. 305; *The New Schaff-Herzog Encyclopedia of Religious Knowledge*, s.v. "Arminius, Jacobus," vol. 1, p. 296.
[12] Arminius, citado em Bangs, Arminius: A Study, p. 139.
[13] Ibid., p. 296.
[14] Bangs, Arminius: A Study, p. 178.
[15] Ibid., p. 119.
[16] Ibid.
[17] Ibid., pp. 147, 272.
[18] Works of Arminius, vol. 3, p. 1.
[19] Ibid., p. 266.
[20] Bangs, Arminius: A Study, p. 209.
[21] Ibid., pp. 283, 327-328.
[22] Curtiss, p. 65.
[23] Israel, p. 393.
[24] Bangs, Arminius: A Study, pp. 264, 307.
[25] Ibid., p. 273.
[26] Works of Arminius, vol. 2, p. 686; Bangs, Arminius: A Study, p. 282.
[27] Berkhof, History, pp. 96, 185.
[28] Steele and Thomas, pp. 20-21; Spencer, Tulip, p. 65; Boettner, Predestination, p. 47; Mason, p. 5.
[29] Curtiss, p. 39; Bangs, Arminius: A Study, pp. 114, 216, 272; Works of Arminius, vol. 1, pp. 102, 113, 289.
[30] Bangs, Arminius: A Study, pp. 144, 192; Works of Arminius, vol. 1, p. 102.
[31] Works of Arminius, vol. 1, p. 617.
[32] de Greef, pp. 162-163.

[33] Bangs, Arminius: A Study, pp. 144; Works of Arminius, vol. 1, p. 101.
[34] Works of Arminius, vol. 1, pp. 106, 110, 113, 600.
[35] Ibid., vol. 2, p. 690.
[36] Ibid., vol. 1, p. 702.
[37] Ibid., p. 724.
[38] Ibid.
[39] *The Three Forms of Unity* (Grand Rapids: Protestant Reformed Churches in America, 1991), p. 10.
[40] *The Three Forms of Unity*, p. 28.
[41] Bangs, Arminius: A Study, p. 149.
[42] Ibid., pp. 101, 225, 314.
[43] Ibid., p. 314.
[44] *The Three Forms of Unity*, p. 5.
[45] Works of Arminius, vol. 1, p. 623.
[46] Ibid., vol. 2, p. 698.
[47] Ibid.
[48] Ibid., vol. 1, p. 643.

Arminianismo

Como temos visto por todo este capítulo, Arminius foi um teólogo reformado holandês ortodoxo cuja única falta verdadeira (se for considerada uma falta) foi discordar das doutrinas estabelecidas do Calvinismo. Mas como vimos no capítulo 1 desta obra, o Arminianismo tem sido acusado de toda heresia imaginável. Assim, o que particularmente tem dado má fama a Arminius não é necessariamente sua teologia mas a teologia de alguns de seus assim chamados seguidores. O teólogo reformado Berkhof reconheceu isto e concluiu: "É um fato bem conhecido que o próprio Arminius não distanciou tanto da verdade da Escritura e dos ensinos dos reformadores como fizeram seus seguidores."**[1]** E como o calvinista Cunningham corretamente mantém: "Calvino e Arminius não devem ser considerados responsáveis por quaisquer opiniões que eles próprios não expressaram."**[2]** Cite o termo *Arminianismo* hoje e a primeira coisa que vem à mente é a doutrina da segurança condicional; isto é, o ensino de que alguém pode perder sua salvação a menos que ele faça alguma coisa. Mas como veremos no capítulo sobre a Perseverança dos Santos, Arminius não acreditava neste ensino. Isto é até admitido pelos calvinistas honestos.**[3]** E contrário ao que os calvinistas querem que acreditemos, isto é em muitos casos a única coisa que tornaria um "arminiano" heterodoxo.

Embora os termos *arminiano* e *Arminianismo* foram invocados logo após a morte de Arminius,**[4]** eles eventualmente foram estendidos para impugnar qualquer um que fosse oposto ao Calvinismo.**[5]** E como vimos no capítulo 1, esta divisão arbitrária de cristãos em duas classes tem sido a força do Calvinismo. Com somente duas opiniões para destinar os homens, foi fácil associar o Arminianismo com toda heresia concebível e culpá-lo por quaisquer

casos de apostasia. Mas a heresia não pode somente estar limitada ao "Arminianismo," pois os próprios calvinistas têm uma fração dela. Muitas congregações presbiterianas na Inglaterra durante o século 18 se tornaram unitarianos.[6] Neste país, em 1924, 1330 ministros presbiterianos assinaram a Declaração de Auburn, um documento que basicamente repudiava os fundamentos da fé.[7] A apostasia do grande baluarte calvinista, o Princeton Seminary, é bem conhecido.[8] Falando do Calvinismo na Suíça, Alemanha, e França, o ex-professor do Calvin College, Charles Miller, expõe:

> Em todas as três áreas a salvação veio a ser assumida como o direito natural de nascimento. Na calvinista Suíça e na Alemanha o batismo foi presumido assegurar a salvação e foi não apenas um direito mas uma obrigação de cidadania. Na França, independente da vida, confissão, ou convicções intelectuais, o nascimento em uma família huguenote presumia não apenas a qualidade de membro da Igreja Reformada mas ultimamente a salvação.[9]

Estas falhas calvinistas não podem ser atribuídas ao Arminianismo, pois estes "heréticos" eram todos calvinistas professos.

Os verdadeiros seguidores de Arminius – aqueles que voluntariamente reivindicaram o nome – são de três tipos. Seus imediatos (e verdadeiros) descendentes, por causa do local proeminente que tinham na história subseqüente da Igreja Reformada nos Países Baixos, são discutidos no próximo capítulo. O segundo grupo começa com John Wesley, o fundador e ímpeto do Metodismo, que despertou o nome de Arminius e chamou seu jornal *The Arminian Magazine*.[10] O terceiro grupo de arminianos são aqueles entre os menonitas, batistas, e "evangélicos" que reivindicam o nome. Mas visto como os nazarenos, wesleyanos, pentecostais, e outros grupos Holiness de hoje são os descendentes espirituais de Wesley, é pertinente examinar o homem que Spurgeon chamou de "o moderno príncipe dos arminianos."[11]

John Wesley nasceu em 1703 em Epworth, Inglaterra, um descendente de ministros de ambos os lados de sua linha. Embora seus avós foram não-conformistas, seus pais, Samuel (1662-1735) e Susana (1669-1742), se uniram à igreja estabelecida da Inglaterra antes dele nascer. Enquanto em Oxford, John, seu irmão Charles (1708-1788), e George Whitefield foram membros do que foi chamado "O Clube Santo."[12] Por sua maneira santa e metódica de viver eles foram chamados "metodistas," por isso a Igreja Metodista. Mas apesar de sua religião, Wesley não se converteu até 1738. Após sua conversão ele viajou por toda a Inglaterra o resto de sua vida pregando e organizando sociedades metodistas, mas como nunca foi sua intenção fundar uma nova denominação, ele permaneceu fiel à Igreja da Inglaterra toda sua vida.[13] A primeira conferência metodista, em que padrões para doutrina, liturgia, e disciplina foram adotadas, foi realizada em 1744.[14] Em 1778 a *The Arminian Magazine* nasceu, mais tarde tornando-se *The Methodist Magazine*, seguida por *The*

Methodist Quarterly Review.[15] Em 1771 Wesley enviou Francis Asbury (1745-1816) a América como missionário. Conhecido como o "Wesley da América"[16] e o "pai do Metodismo nos Estados Unidos,"[17] Asbury pregou por toda a América e se tornou superintendente geral da recém organizada Igreja Episcopal Metodista em 1784.[18] O movimento metodista na América logo ofuscou o da Inglaterra. Além do Arminianismo, Wesley e os metodistas foram conhecidos por sua doutrina do "perfeccionismo" ou "santificação plena." A Igreja Metodista hoje, entretanto, não é conhecida por qualquer outra coisa senão por completa apostasia.

Se John Wesley nunca tivesse chamado a si próprio de arminiano, os calvinistas certamente teriam feito, pois Wesley foi um dos mais ardentes inimigos do Calvinismo. E como Spurgeon diz de Wesley: "Para ultra-calvinistas seu nome é tão detestável quanto o nome do papa a um protestante: você tem somente que falar de Wesley, e todo mal imaginável é conjurado diante de seus olhos, e nenhuma condenação é imaginada ser suficientemente horrível para um arqui-herético como ele era."[19] Assim, na opinião dos calvinistas, Wesley é classificado junto com Arminius. E como Arminius, Wesley se ocupou com inúmeras disputas notáveis com os calvinistas. Ele rompeu com Whitefield sobre a questão e entrou em conflito com Augustus Toplady e o batista particular John Gill.[20] Wesley considerava o Calvinismo como "o próprio antídoto do Metodismo, o mais mortal e bem-sucedido inimigo que ele já teve."[21] Nisto ele seguiu sua mãe, que escreveu a ele em Oxford: "A doutrina da predestinação, como sustentada pelos rígidos calvinistas, é muito repugnante, e deve ser completamente abominada, porque ela acusa o mais santo Deus de ser o autor do pecado."[22] As principais obras contra o Calvinismo incluem *Serious Thoughts upon the Perseverance of the Saints* (1751) e *Predestination Calmly Considered* (1752). Wesley não estava sozinho em suas críticas ao Calvinismo. Seu irmão Charles, o escritor de hinos, escreveu numerosos versos contra o Calvinismo. O companheiro de Wesley, John Fletcher (1729-1785) também escreveu contra o Calvinismo em seus *Checks to Antinomianism*. Ele lutou para mostrar que o Arminianismo não devia ser identificado com o Pelagianismo.[23] O principal teólogo sistemático do Metodismo foi Richard Watson (1781-1833), que escreveu suas *Theological Institutes* "arminianas" em 1823. E mais adiante como Arminius, Wesley foi considerado heterodoxo, mas como Arminius, ele apelou a Calvino para provar sua ortodoxia: "Eu considero a justificação, assim como tenho feito durante estes vinte e sete anos; e assim como o Sr. Calvino. Neste aspecto, eu não discordo dele nem um pouco."[24] Com isto até Spurgeon concorda: "Wesley não somente pregava a justificação pela fé muito claramente, mas da mesma forma a total ruína de nossa raça; e, o que quer que alguns de seus seguidores possam pregar, ele próprio ensinava a incapacidade da criatura."[25] Com sua negação da perseverança e seu perfeccionismo, John Wesley distanciou-se mais além de Arminius do que os sucessores imediatos do holandês. Mas apesar de suas falhas, Wesley não foi o herético que os calvinistas fazem-no ser.

A Igreja Metodista que Wesley fundou, como todas as igrejas denominacionais, logo se dividiu em várias facções. Alguns destes descendentes espirituais arminianos de Wesley estão ainda conosco. A Igreja Wesleyana apareceu em 1843 como a Igreja Metodista Wesleyana, mas depois de uma fusão com a Igreja Peregrina Holiness (fundada em 1897) em 1968, ela obteve seu nome atual.[26] A Igreja do Nazareno, como tem sido chamada desde 1919, é resultado da fusão de três grupos holiness em 1907 e 1908.[27] Mais tarde afastados de Wesley estão todos os vários grupos holiness, todos os quais são "arminianos" em teologia ainda que eles possam não reivindicar o nome. Os Free Will Baptists na América são os verdadeiros batistas arminianos, contrários à dicotomia calvinista-arminiana que os batistas calvinistas aderem. Seus traços podem ser seguidos a partir da obra de Benjamin Randall (1749-1808) em 1780, que se converteu sob Whitefield.[28]

Os seguidores de Arminius perderam o privilégio de usar o nome *arminiano*. Eles se distanciaram muito além dele do que ele alguma vez perdoaria. A antiga Enciclopédia de Edinburgo criteriosamente desenvolveu sobre este tema:

> Mas o mais eminente daqueles que se tornaram arminianos, ou que se posicionou entre os seguidores declarados de Arminius, logo adotavam concepções *da corrupção do homem, da justificação, da justiça de Cristo, da natureza da fé, do alcance das boas obras, e da necessidade e operações da graça*, que são totalmente contrárias as que ele tinha nutrido e publicado: Muitas delas, no decorrer do tempo, diferiam mais ou menos umas das outras, sobre alguns ou todos estes pontos. Até a Confissão de Fé, que foi formulada para os arminianos por Episcopius, e deve ser encontrada no segundo volume de suas Obras, não pode ser referida como um padrão: Ela foi composta meramente para neutralizar a censura de que eles eram uma sociedade sem quaisquer princípios comuns. Cada um era deixado em inteira liberdade para interpretar sua linguagem da maneira que mais fosse agradável aos seus próprios entendimentos. Portanto, várias e inconsistentes são suas opiniões, que se Arminius pudesse ler atentamente os inúmeros volumes que foram escritos como exposições e ilustrações da doutrina arminiana, ele ficaria perplexo ao descobrir seu próprio modesto sistema, no meio daquela massa heterogênea de erros com os quais ele tem sido rudemente misturado; e ficaria surpreso ao descobrir, que a controvérsia que ele, infelizmente mas conscienciosamente, introduziu, tinha vagado longe do ponto ao qual ele tinha confinado-o, e que com seu nome dogmas foram associados, a natureza anti-bíblica e perigosa das quais ele tinha identificado e condenado.[29]

Se os calvinistas para sempre separar o nome de Arminius do que é conhecido como o sistema arminiano, então, e somente então, o título *arminiano* denotararia uma mais respeitável profissão.

[1] Berkhof, History, p. 155.
[2] Cunningham, Reformers, p. 451.
[3] Good, Calvinists, p. 63; Wright, p. 29; Sellers, p. 8; Cunningham, Reformers, p. 451.
[4] Bangs, Arminius: A Study, p. 147; Works of Arminius, p. xxii.
[5] Curtiss, p. 137; *The Oxford Dictionary of the Christian Church*, s.v. "Arminianism," p. 90; *Dictionary of Christianity in America*, s.v. "Arminianism," pp. 77, 78; Nicholas Tyacke, *Anti-Calvinists: the Rise of English Arminianism c. 1590-1640* (Oxford: Clarendon Press, 1987), pp. 4, 245.
[6] Neve, vol. 2, p. 31.
[7] Gordon H. Clark, *What Do Presbyterians Believe?* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1965), p. iii.
[8] Para a história do Princeton Seminary veja David B. Calhoun, *Princeton Seminary*, Vol. 1: *Faith and Learning (1812-1868)* (Edinburgo: The Banner of Truth Trust, 1994), e *Princeton Seminary*, Vol. 2: *The Majestic Testimony (1868-1929)* (Edinburgo: The Banner of Truth Trust, 1996).
[9] Charles Miller, p. 61.
[10] *Dictionary of Christianity in America*, s.v. "Arminianism," p. 79.
[11] Spurgeon, Sermons on Sovereignty, p. 14.
[12] James Haskins, *The Methodists* (Nova York: Hippocrene Books, 1992), pp. 39-40, 54.
[13] *Evangelical Dictionary of Theology*, s.v. "Wesley, John," p. 1164.
[14] Ibid., s.v. "Methodism," p. 713.
[15] Gerald O. McCulloh, ed., *Man's Faith and Freedom* (Nashville: Abingdon Press, 1962), p. 74.
[16] Haskins, p. 70.
[17] *Evangelical Dictionary of Theology*, s.v. "Asbury, Francis," p. 85.
[18] Ibid., s.v. "Methodism," p. 713.
[19] Spurgeon, Two Wesleys, p. 4.
[20] Nettles, Wesley, pp. 302-313.
[21] John Wesley, citado em Nettles, Wesley, p. 301.
[22] Susanna Wesley, citado em A. W. Harrison, *Arminianism* (Londres: Duckworth, 1937), p. 189.
[23] Howard A. Slaatte, *The Arminian Arm of Theology* (Washington D.C.: University Press of America, 1979), p. 118; Harrison, Arminianism, p. 210.
[24] John Wesley, citado em Nettles, Wesley, p. 309.
[25] Spurgeon, Two Wesleys, p. 9.
[26] Frank S. Mead, *Handbook of Denominations in the United States*, 8a. ed., rev. Samuel S. Hill (Nashville: Abingdon Press, 1985), p. 260.
[27] Ibid., p. 92.
[28] William Cathcart, *The Baptist Encyclopedia* (Filadélfia: Louis H. Everts, 1881), s.v. "Free Will Baptists," pp. 416-417.
[29] Citado em Works of Arminius, vol. 1, p. 306.

Capítulo 5
OS CINCO PONTOS DO CALVINISMO

As doutrinas do Calvinismo são habitualmente definidas e discutidas como os Cinco Pontos do Calvinismo. Estes cinco pontos são a soma e a substância do sistema calvinista: a marca distintiva que separa os calvinistas de todos os demais cristãos. Isto é afirmado em termos precisos por todos os calvinistas:

> O sistema calvinista especialmente enfatiza cinco doutrinas distintas. Estas são tecnicamente conhecidas como os Cinco Pontos do Calvinismo, e são o principal pilar sobre o qual repousa a superestrutura.[1]

> O Calvinismo, então, pode perfeitamente ser considerado como certas doutrinas básicas, os assim chamados "cinco pontos do Calvinismo.[2]

> Os cinco pontos fornecem uma estrutura básica que é muito bem adaptada para a expressão de certas ênfases características do Calvinismo.[3]

De acordo com a prática batista de desassociação do nome de Calvino, Tom Ross chama estes pontos de "os cinco pontos das doutrinas da graça."[4] E embora a maioria dos calvinistas enfatiza que Calvino não formulou estes pontos, eles alegam que "foi Calvino que desenvolveu estas verdades, sistemática e plenamente; e por essa razão, elas vieram a ser chamadas pelo seu nome."[5] Spencer sustenta que elas foram desenvolvidas "em honra ao grande teólogo francês, João Calvino."[6] Custance responde com mais detalhes:

> Então aí estão: os Cinco Pontos, as cinco grandes afirmações do sistema paulino-agostiniano-calvinista da Fé Reformada que juntos constituem uma confissão suficiente, sustentável, coerente e inteiramente bíblica que é realística no que diz respeito aos poderes, posição e necessidade do homem, e honroso a Deus em sua fidelidade ilimitada ao princípio da graça soberana.[7]

Assim, ainda que o próprio Calvino não formulou os Cinco Pontos, eles são "verdadeiramente representantes de sua teologia."[8] Mas antes de explorar as alegações dos calvinistas para os Cinco Pontos, deve ser observado que há alguma divergência entre os calvinistas em relação aos Cinco Pontos.

A estes cinco pontos, Mason acrescenta um anônimo sexto.[9] Leonard Coppes acha que devia ser dez, estando entre os acrescentados[10] o batismo infantil e a teologia do pacto, que não é uma má idéia considerando a história

rigidamente reformada e a natureza do Calvinismo. "Restringi-lo a cinco pontos," diz Palmer, "é julgar mal e desonrar o homem e o movimento que carrega seu nome."[11] Assim ele os faz muitas vezes melhor, mantendo que "o Calvinismo não está restrito a cinco pontos: ele tem milhares de pontos."[12] Mas ele não pára por aí, pois ele mais para a frente ainda amplia: "O Calvinismo tem um número ilimitado de pontos."[13] Um outro calvinista sustenta que associar o Calvinismo com os Cinco Pontos "indevidamente limita a perspectiva do Calvinismo."[14] Mas por outro lado, alguns calvinistas estão prontos a prescindir dos pontos completamente. O famoso teólogo presbiteriano Dabney observou que "historicamente, este título é de pouca precisão ou valor; eu o uso para denotar certos pontos de doutrina, porque o costume tornou familiar."[15] O batista Good lamenta: "Embora este sistema mnemônico tem sido útil de muitas maneiras, ele muitas vezes tem dado falsas impressões. Também tem sido desagradavelmente deturpado para significar o que seus autores nunca pretenderam dizer, e tem sido caricaturado para fornecer material para todos os tipos de zombaria. Por estas, e possivelmente outras razões, tem-se levantado uma dúvida considerável quanto à sua atual validade em correta e adequadamente expressar o que aqueles que acreditam nas doutrinas da graça realmente querem dizer."[16] Mas independente de quantos pontos o Calvinismo tem, o que é importante é a alegação feita por eles pelos calvinistas.

Como o Calvinismo em geral, a alegação é feita pelos Cinco Pontos do Calvinismo que eles não são nada senão o Cristianismo bíblico:

> Eles são firmemente baseados na Palavra de Deus.[17]
>
> Há apoio escriturístico independente para cada um dos cinco pontos.[18]
>
> A Bíblia contém uma abundância de material para o desenvolvimento de cada uma destas doutrinas.[19]

Quanto à origem e propagação dos Cinco Pontos, Clyde Everman afirma: "Foi o próprio Deus que originou as cinco afirmações da graça."[20] Mark Duncan declara que "Cristo ensinou as doutrinas que vieram a ser chamadas os cinco pontos do Calvinismo."[21] É ainda sustentado que "este ensino foi considerado verdadeiro pelos apóstolos."[22] Os batistas da Graça Soberana insistem que "os batistas têm crido e ensinado estas doutrinas desde o início da primeira Igreja Batista."[23] De fato, alguém não é um "batista genuíno"[24] e não pode haver nenhuma "igreja batista genuína"[25] a menos que os Cinco Pontos do Calvinismo sejam cridos e ensinados. O presbiteriano Sproul, entretanto, refere aos cinco pontos como os "Cinco Pontos da Teologia Reformada,"[26] algo que os batistas objetariam. Mas não apenas os Cinco Pontos do Calvinismo devem ser ensinados: eles devem ser pregados. Ben Rose insiste que os "disputados pontos do Calvinismo devem ser pregados," e "não vale a pena ter uma doutrina que não deve ser pregada."[27] O último e o mais

espantoso uso dos Cinco Pontos do Calvinismo está em fazê-los o primeiro ponto dos Cinco Pontos da Reconstrução Cristã.**[28]** Este movimento novo e crescente enfatiza a teologia do pacto e o pós-milenismo da teologia reformada mas com uma esquisitice acrescentada: ética teonômica; que significa: ainda estamos debaixo da lei do Velho Testamento. Mas como isto é oposto até por aqueles que estão dentro do grupo reformado,**[29]** isto não é relevante para a nossa discussão do Calvinismo.

---

[1] Boettner, Predestination, p. 59.
[2] Engelsma, Defense of Calvinism, p. 6.
[3] Roger Nicole, Prefácio a Steele e Thomas, *The Five Points of Calvinism*, p. 7.
[4] Tom Ross, Abandoned Truth, p. 16.
[5] Engelsma, Defense of Calvinism, p. 7.
[6] Spencer, Tulip, p. 9.
[7] Custance, pp. 223-224.
[8] Ibid., p. 71.
[9] Mason, p. 4.
[10] Coppes, p. xi.
[11] Palmer, p. 5.
[12] Ibid.
[13] Ibid.
[14] George W. Knight, Introdução a Coppes, *Are Five Points Enough? The Ten Points of Calvinism*, p. iv.
[15] Dabney, Calvinism, p. 3.
[16] Kenneth H. Good, *God's Gracious Purpose* (Rochester: Backus Book Publishers, 1979), p. 11.
[17] Seaton, p. 8.
[18] Gunn, p. 4.
[19] Boettner, Predestination, p. 59.
[20] Clyde T. Everman, em "The Baptist Examiner Pulpit Forum," *The Baptist Examiner*, 1º de dezembro de 1995, p. 4.
[21] Mark Duncan, *The Five Points of Christian Reconstruction from the Lips of Our Lord* (Edmonton: Still Waters Revival Books, 1990), p. 10.
[22] Jimmie B. Davis, em "The Berea Baptist Banner Forum," *The Berea Baptist Banner*, 5 de fevereiro de 1995, p. 30.
[23] David O'Neil, em "The Berea Baptist Banner Forum," *The Berea Baptist Banner*, 5 de fevereiro de 1995, p. 30.
[24] Jack C. Whitt, em "The Baptist Examiner Pulpit Forum," *The Baptist Examiner*, 1º de dezembro de 1995, p. 4.
[25] Joseph M. Wilson, "The World's Three Great Errors About the Church," *The Baptist Examiner*, 23 de novembro de 1991, p. 2.
[26] Sproul, Grace Unknown, p. 115.
[27] Ben Lacy rose, *T.U.L.I.P.: The Five Disputed Points of Calvinism*, 2a. ed. (Franklin: Providence House Publishers, 1996), p. vii.

[28] Duncan, p. 3.
[29] Ibid., p. 2.

Os Cinco Pontos do Calvinismo

Os Cinco Pontos do Calvinismo geralmente são apresentados sob o acrônimo TULIP. Àqueles na profissão médica, TULIP é uma referência a uma forma de cirurgia a laser para problemas da próstata (Transurethral Ultrasound-guided Laser-Induced Prostatectomy).**[1]** Ao homem comum, entretanto, TULIP **(N.T.: *tulipa)*** é apenas uma flor. Mas a menção da palavra em círculos teológicos não traz nenhuma destas coisas à mente, pois qualquer referência a TULIP imediatamente significa os Cinco Pontos do Calvinismo. O calvinista Coppes combina tanto o conceito floral quanto o teológico: "A TULIP é apenas uma das flores no belo jardim da verdade."**[2]** Resta ser vista a verdade do sistema TULIP. Por agora, entretanto, é necessário avaliar os ensinos por trás das letras que compõem este bem-conhecido acrônimo.

O acrônimo TULIP representa o seguinte:

Depravação Total (*Total Depravity*)
Eleição Incondicional (*Unconditional Election*)
Expiação Limitada (*Limited Atonement*)
Graça Irresistível (*Irresistible Grace*)
Perseverança dos Santos (*Perseverance of the Saints*)

A Depravação Total é o ensino que o homem não-regenerado está totalmente morto no pecado até ao ponto de ter a incapacidade para livremente aceitar Jesus Cristo. A Eleição Incondicional é o ensino que Deus, por um decreto soberano e eterno, escolheu um certo número de homens para salvação. A Expiação Limitada é o ensino que Jesus Cristo, por sua morte na cruz, somente fez expiação pelo grupo de homens previamente eleitos para salvação. A Graça Irresistível é o ensino que Deus irresistivelmente conquista a vontade do pecador eleito com sua graça e o regenera, concedendo-lhe fé e arrependimento para crer em Jesus Cristo. A Perseverança dos Santos é o ensino que todos os eleitos que foram regenerados por Deus irão perseverar na fé e eventualmente morrerão em estado de graça. A importância destes cinco pontos ao Calvinismo pode ser vista pela equiparação que os calvinistas fazem.

Os calvinistas são inflexíveis na defesa de que os Cinco Pontos do Calvinismo, a TULIP, são o Evangelho:

> Estas cinco doutrinas formam a estrutura básica do plano de Deus para salvar pecadores.**[3]**

> O plano de salvação de Deus revelado nas Escrituras consiste do que é popularmente conhecido como os Cinco Pontos do Calvinismo.**[4]**

O batista da Graça Soberana Fred Phelps alega que "a palavra da cruz" (1Co 1.18) é "uma elipse, e significa os Cinco Pontos do Calvinismo."[5] Ele então não apenas implacavelmente insiste que "se você não conhece os Cinco Pontos do Calvinismo, você não conhece o evangelho, mas alguma perversão dele,"[6] mas: "Se você não tem um entendimento e uma compreensão completa dos Cinco Pontos do Calvinismo você está verdadeiramente nas trevas e na ignorância de toda a verdade divina. E, se você não tem uma crença inteligente nos Cinco Pontos do Calvinismo e amor por eles, você não tem nenhuma religião racional, mas está preso na superstição e nas mentiras religiosas."[7] Assim como o pregador comum tenta mencionar o Evangelho em toda mensagem, da mesma forma o calvinista faz o mesmo – mas seu Evangelho é os Cinco Pontos do Calvinismo. Spurgeon, mesmo sendo calvinista, reconheceu isto mesmo em seu dia: "Temos alguns ministros, excelentes irmãos, que nunca pregam qualquer outra coisa. Eles têm uma espécie de realejo que toca somente cinco melodias, e eles estão sempre repetindo-as. Ou é a Eleição, a Predestinação, a Redenção Particular, a Chamada Eficaz, a Perseverança Final, ou algo deste tipo; é sempre a mesma nota."[8] Se os Cinco Pontos do Calvinismo é o Evangelho, alguém pode ser calvinista e ao mesmo tempo rejeitar um dos pontos? Alguns calvinistas pensam que sim.

---

[1] Steve Lally, "Overcoming the #1 Prostate Problem," *Prevention*, janeiro de 1992, p. 126.
[2] Coppes, p. xi.
[3] Steele e Thomas, p. 9.
[4] Coppes, p. 55.
[5] Phelps, p. 26.
[6] Ibid., p. 21.
[7] Ibid., p. 26.
[8] Charles H. Spurgeon, "The Sum and Substance of All Theology," em Charles H. Spurgeon, *Election* (Pasadena: Pilgrim Publications, 1978), p. 579.

Calvinismo de Quatro Pontos

Alguns homens, reconhecendo a repugnância da Expiação Limitada, embora ainda aderindo à predestinação do sistema calvinista, alegam ser calvinistas de quatro pontos apenas. Os primeiros calvinistas de quatro pontos foram Moyse Amyraut (1596-1664), um francês, professor de teologia na Academia de Saumur (1624-1664), que tinha o maior registro de estudantes de teologia reformada nessa época,[1] e John Davenant (1576-1641), um inglês que escreveu *A Dissertation on the Death of Christ*.[2] Em tempos mais recentes, o ensino do Calvinismo de quatro pontos foi sustentado pelo eminente teólogo dispensacionalista Lewis Sperry Chafer (1871-1952), fundador do Dallas

Theological Seminary,[3] e outros batistas que ele influenciou.[4] Muitos batistas na General Association of Regular Baptist Churches são calvinistas de quatro pontos.[5] Há também um grande número de batistas, muitos dos quais são "calvinistas-armário," que aderem a este ensino.

O ajuste teológico conhecido como Calvinismo de quatro pontos é o que é conhecido como uma "bendita inconsistência," que será provada no capítulo 8 sobre a Expiação. Os calvinistas de cinco pontos reconhecem este fato e não hesitam em condenar aqueles que os seguem somente 80 por cento:

> Para que alguém possa ser consistente ele deve aderir a todos os cinco pontos do Calvinismo.[6]
>
> Os Cinco Pontos do Calvinismo estão todos unidos. Aquele que aceita um dos pontos deve aceitar os outros pontos.[7]
>
> Os cinco pontos estão logicamente relacionados de tal forma que de qualquer um deles se deduz os outros quatro.[8]

Mas os calvinistas de cinco pontos não apenas condenam seus "primos" de quatro pontos pela "absurdidade e tolice" de sua concepção,[9] eles além disso insistem que todo o sistema calvinista está em risco se um dos pontos for negado:

> Prove que um deles é falso e todo o sistema deve ser abandonado.[10]
>
> Admitido qualquer um destes cinco pontos, o resto deve seguir inevitavelmente; negue qualquer um deles e toda a estrutura é colocada em perigo. Alguém não pode satisfatoriamente defender alguns pontos mas não os outros.[11]
>
> Estas cinco doutrinas formam um todo harmonioso. Nenhum deles pode ser alterado sem causar desarmonia ao todo e confusão quanto a como os homens realmente são salvos.[12]

Tomaremos a exata posição que os calvinistas de cinco pontos, somente inverteremos o argumento: todos os cinco pontos serão rejeitados e nenhum será aceito.

---

[1] Brian G. Armstrong, *Calvinism and the Amyraut Heresy* (Madison: The University of Wisconsin Press, 1969), pp. xviii, 1.
[2] Paul Helm, *Calvin and the Calvinists* (Edinburgo: The Banner of Truth Trust, 1982), pp. 36-37.

[3] Lewis Sperry Chafer, *Systematic Theology* (Dallas: Dallas Seminary Press, 1948), vol. 3, p. 184.
[4] Veja Lightner, pp. 45-49; Kober, pp. 14-15.
[5] Para uma discussão do Calvinismo na GARBC veja a seção intitulada "The Retreat of the General Association of Regular Baptists" em Good, *Are Baptists Calvinists?*, pp. 217-239.
[6] Charles W. Bronson, *The Extent of the Atonement* (Pasadena: Pilgrim Publications, 1992), p. 19.
[7] Palmer, p. 27.
[8] Gunn, p. 4.
[9] Joseph M. Wilson, "How is the Atonement Limited?" *The Baptist Examiner*, 9 de dezembro de 1989, p. 1.
[10] Boettner, Predestination, p. 59.
[11] Custance, p. 71.
[12] Wilson, Atonement, p. 1.

O Sínodo de Dort

Os Cinco Pontos do Calvinismo, TULIP, são tirados dos Cânones de Dordrecht (usualmente reduzido para Dordt ou Dort), formulados no Sínodo de Dort em 1619. Embora tenham havido outros sínodos de Dort,**[1]** este aqui é referido como "o grande sínodo,"**[2]** e é reconhecido pelos calvinistas como tendo significância tanto histórica como religiosa. Como o primeiro sínodo verdadeiramente nacional,**[3]** Dort "marca o fechamento do primeiro período na história das igrejas reformadas na Holanda"**[4]** e serve como "um símbolo do triunfo do Calvinismo ortodoxo na Holanda."**[5]** Este "triunfo" do Calvinismo foi sobre o que foi chamado Arminianismo. O conflito tinha se intensificado desde que pela primeira vez Arminius veio para Leiden ensinar. E embora já vimos que Arminius não desejava ensinar nada que fosse contrário à Confissão Belga e ao Catecismo de Heidelberg, ele defendeu um sínodo nacional para examinar os credos aceitos das igrejas holandesas. E ainda que em grande parte distante da modesta igreja do Novo Testamento encontrada na Bíblia, por causa da hierarquia denominacional das igrejas holandesas e da instalação da Igreja-Estado na Holanda, a única maneira da controvérsia ser oficialmente decidida seria através de um sínodo nacional. Arminius jamais viveu para ver sua petição satisfeita, mas satisfeita ela foi. Mas para entender os Cânones adequadamente, é necessário primeiro recapitular o conflito nas igrejas reformadas na Holanda antes do Sínodo Nacional de Dort, pois muito freqüentemente, como Carl Bangs relata, a história da igreja da Holanda é contada simplistamente como: "O Calvinismo chegou, Arminius quase o arruinou, o Sínodo de Dort o restaurou."**[6]**

A controvérsia sobre predestinação na Igreja Reformada Holandesa não acabou repentinamente com a morte prematura de Arminius em 1609. Na verdade ela cresceu, tanto em intensidade quanto em extensão, até finalmente culminar no Sínodo de Dort. Havia três questões que levaram a este "grande sínodo." Primeiro era o problema da relação entre a Igreja e o Estado. O problema não era, entretanto, se eles deviam se separar, mas antes a extensão do controle do Estado sobre a Igreja. Em segundo lugar, a condição dos credos. O exame e possível revisão da Confissão Belga e do Catecismo de Heidelberg era inflexivelmente oposto pelos calvinistas. E terceiro, a controvérsia sobre predestinação, sem a qual um sínodo desta magnitude nunca teria acontecido. Deve também ser lembrado que os arminianos ainda estavam na Igreja Reformada Holandesa: não havia nenhuma igreja separada na qual eles podiam livremente cultuar de acordo com os ditames de suas consciências.

Após a morte de Arminius, quatro homens assumiram a liderança do partido arminiano: dois pregadores e dois advogados. John Uytenbogaert (1557-1644), que estudou em Genebra sob Beza, foi um amigo íntimo de Arminius. Foi ele quem solicitou a nomeação de Arminius para a faculdade da Universidade de Leiden.[7] Uytenbogaert pregou em Haia e serviu como capelão ao príncipe Maurício (1567-1625), filho e sucessor de William de Orange e líder militar da Holanda. Ele sofreu muito por causa de suas opiniões, pois ele não foi apenas exilado após o Sínodo de Dort, mas teve seus bens confiscados também.[8] Simon Episcopius (1583-1643) foi educado em Leiden sob Arminius e posteriormente se tornou professor de teologia no lugar de Gomarus. Ele foi o principal porta-voz dos arminianos no Sínodo de Dort, e como Uytenbogaert, foi banido após o sínodo de Dort.[9] John Van Oldenbarnevelt (1549-1619) deu apoio aos arminianos em seu escritório como advogado-geral da Holanda. Recusando a exigência de um sínodo nacional, ele prolongou a inevitável censura aos arminianos. Ainda que um herói nacional por auxiliar William de Orange nos negócios com a União de Utrecht, ele foi falsamente acusado de traição e sofreu o preço máximo por suas opiniões: foi decapitado em 13 de maio de 1619, quando o Sínodo de Dort estava sendo concluído.[10] O acima mencionado Hugo Grotius foi o quarto líder dos arminianos. Educado em Leiden, ele foi um famoso advogado que ganhou o reconhecimento mundial por sua obra sobre direito internacional.[11] Ele defendeu o direito dos Estados-Gerais exercerem completa autoridade sobre as igrejas. Ainda que julgado com Oldenbarnevelt, ele foi sentenciado à morte na prisão, mas conseguiu escapar com a ajuda de sua esposa, e eventualmente se tornou embaixador sueco em

Paris.[12] Grotius é pai da heterodoxa visão governamental da expiação, mas sua opinião não foi sustentada por Arminius ou pelos arminianos dessa época.

Logo após a morte de Arminius, seus simpatizantes apresentaram aos Estados-Gerais um notável documento que veio a ser conhecido como a Remonstrância. Em 14 de janeiro de 1610, uma reunião privada de quarenta e seis ministros arminianos foi realizada em Gouda, instigada por Uytenbogaert.[13] Aqui uma remonstrância (um protesto) contra o Calvinismo foi redigida por Uytenbogaert e assinada por esses presentes.[14] A Remonstrância criticava doutrinas calvinistas porque elas "não estavam contidas na Palavra de Deus nem no Catecismo de Heidelberg, e não são edificantes – são até mesmo perigosas – e não deviam ser pregadas ao povo cristão."[15] A Remonstrância também ofereceu cinco pontos afirmativos da crença arminiana. Estes cinco artigos, dos quais o texto completo pode ser encontrado no apêndice 1,[16] podem ser resumidos como segue:

1. Deus decretou salvar aqueles que irão crer em Jesus Cristo e perseverar na fé; deixando no pecado os incrédulos para serem condenados.

2. Jesus Cristo morreu por todos os homens, proporcionando redenção se alguém crer nele.

3. O homem está num estado de pecado, incapaz de si mesmo fazer qualquer coisa verdadeiramente boa, mas necessita ser nascido de novo.

4. O homem não pode sem a graça de Deus realizar qualquer boa obra ou ação, mas esta graça pode ser resistida.

5. Crentes têm poder para perseverar, mas se eles podem apostatar-se, isso deve ser mais particularmente determinado pelas Sagradas Escrituras.

Logo depois, Uytenbogaert foi o autor do que foi chamado "o sexto ponto da Remonstrância,"[17] seu tratado *On the Office and Authority of a Higher Christian Government in Church Affairs*, no qual ele defendia a completa hegemonia do Estado sobre a Igreja.[18] A Remonstrância foi entregue a Oldenbarnevelt e apresentada aos Estados da Holanda em julho de 1610.[19] Isto foi em resposta direta à decisão dos Estados da Holanda em 23 de novembro de 1608, no qual foi ordenado que "qualquer ministro que tivesse objeção à Confissão e ao Catecismo deveria dirigi-las aos Estados, não a uma classe ou um sínodo local, e os Estados as remeteria a um sínodo nacional."[20] Para assombro dos calvinistas, uma resolução foi proferida em 22 de agosto, declarando:

> Que os pregadores das opiniões expressas nesta Remonstrância estando no presente ministério deviam ser livres da censura de outros pregadores, e que no exame de novos ministros, seguindo o costume da Igreja, os homens não deviam promover nada além dos cinco artigos (especialmente sobre a questão da predestinação).[21]

Os calvinistas posteriormente responderam à Remonstrância aquele ano com sete artigos no que ficou conhecido como a Contra-Remonstrância.[22] Esta resposta calvinista, da qual o texto completo pode ser encontrado no apêndice 2,[23] pode ser resumida como segue:

1. Pelo motivo de toda a raça ter caído em Adão e se tornado corrupta e impotente para crer, Deus tira da condenação aqueles que ele escolheu para salvação, ignorando os outros.

2. Os filhos dos crentes, contanto que eles não manifestem o contrário, devem ser considerados como eleitos de Deus.

3. Deus decretou conceder fé e perseverança e conseqüentemente salvar aqueles que ele escolheu para salvação.

4. Deus entregou seu Filho Jesus Cristo para morrer na cruz para salvar somente os eleitos.

5. O Espírito Santo, externamente através da pregação do Evangelho, opera uma graça especial internamente nos corações dos eleitos, dando-lhes poder para crer.

6. Aqueles que Deus decretou salvar são sustentados e preservados pelo Espírito Santo de modo que eles não podem finalmente perder sua fé verdadeira.

7. Crentes genuínos não seguem negligentemente as concupiscências da carne, mas desenvolvem sua própria salvação no temor de Deus.

Os Estados da Holanda, em 23 de dezembro de 1610, ordenou que uma "conferência amigável" fosse realizada entre os dois partidos em Haia em março do ano seguinte.[24] Conformemente, em 11 de março de 1611, seis remonstrantes (como os arminianos foram chamados), incluindo Episcopius e Uytenbogaert, se encontraram com seis contra-remonstrantes (como os calvinistas foram chamados), sob a liderança de Petrus Plancius e Festus Hommius (1576-1642).[25] Os remonstrantes pediam tolerância para suas opiniões; os contra-remonstrantes, um sínodo nacional para declararem heréticas as opiniões deles. Todavia, nenhum acordo foi alcançado e a conferência terminou em fracasso nove dias depois.[26]

Após a conferência em Haia, seguiu uma severa controvérsia entre os dois partidos que poderia ter sido evitada se as igrejas fossem independentes entre si e do Estado. Uma conferência similar entre três remonstrantes e três contra-remonstrantes foi realizada em Delft em 1613, mas provou ser um tão grande fracasso como a anterior.[27] Em 1614 os Estados da Holanda emitiu uma proposta de paz, redigida por Grotius, que declarava ilegal a discussão no púlpito dos cinco pontos disputados.[28] Seguiu-se então uma guerra de panfletos passageira.[29] Os calvinistas procuravam incitar o público contra os arminianos, denunciando-os com as costumeiras acusações de heréticos, pelagianos e socinianos.[30] Mas exatamente como hoje, havia homens na Igreja Reformada que não se identificavam com nenhum dos partidos.[31] A controvérsia se transformou em batalha política, com Oldenbarnevelt protegendo os arminianos e Maurício os calvinistas. Sempre houve tensão entre Maurício e Oldenbarnevelt depois que o último negociou uma trégua

com a Espanha em 1609, mas após uma controvérsia entre Uytenbogaert e Maurício, o príncipe publicamente tomou partido com os contra-remonstrantes em 1617.[32] Em 1618 o caminho foi aberto para um sínodo nacional. Grotius e Oldenbarnevelt foram presos, e os magistrados remonstrantes foram substituídos por patrocinadores dos contra-remonstrantes.[33]

Foi decidido realizar um sínodo nacional em Dort, uma fortaleza calvinista no sul da Holanda. Nenhum sínodo nacional tinha sido realizado desde 1586, e nenhum outro aconteceria por duzentos anos.[34] Em 25 de junho de 1618, cartas de convite foram enviadas aos seguintes estrangeiros solicitando que enviassem alguns de seus eruditos teólogos como delegados[35]:

Rei Tiago da Inglaterra
Deputados das igrejas reformadas da França
Eleitor do Palatinado e Brandenburg
Conde de Hesse
Repúblicas reformadas da Suíça
Duques de Wetterau
República de Genebra
República de Bremen
República de Emden

Por ordem do rei, não foi permitido que os delegados da França comparecessem, então seus lugares foram marcados por um simbólico banco vazio.[36] Dois delegados de Brandenburg foram designados mas não compareceram devido à oposição luterana.[37] O Sínodo de Dort foi o maior sínodo das igrejas reformadas alguma vez realizado.[38] Além dos vinte e seis delegados estrangeiros, havia sessenta holandeses, incluindo Gomarus e Hommius.[39] Cunningham insiste que "eles mesmos eram pessoalmente os teólogos mais talentosos e eruditos da época, muitos deles tendo assegurado para si mesmos, por seus escritos, um lugar permanente na literatura teológica."[40] Mas ele também admite que "os teólogos que compunham o Sínodo de Dort geralmente defendiam que o magistrado civil tinha o direito de infligir sofrimentos e penalidades como punição por heresia" mas que os arminianos defendiam "tolerância e indulgência em relação às diferenças de opinião sobre assuntos religiosos."[41] Assim embora ambos remonstrantes e contra-remonstrantes aderiam a uma

aliança Igreja-Estado, os remonstrantes não procuravam usar o Estado para punir seus oponentes.

O Sínodo de Dort reuniu-se em 13 de novembro de 1618, e foi encerrado em maio de 1619.[42] Por causa das várias nacionalidades presentes, todos os procedimentos foram feitos em latim.[43] Cada membro do Sínodo fazia o seguinte juramento:

> Prometo diante de Deus, no qual creio e ao qual adoro, como estando presente neste lugar, e como sendo o Pesquisador de todos os corações, que durante o curso dos procedimentos deste Sínodo, que examinarei e julgarei, não apenas os cinco pontos, e todas as diferenças que deles resultam, mas também qualquer outra doutrina, eu não usarei nenhuma composição humana, mas somente a palavra de Deus, que é uma infalível regra de fé. E durante todas estas discussões, somente objetivarei a glória de Deus, a paz da Igreja, e especialmente a preservação da pureza da doutrina. Então me ajude, meu Salvador, Jesus Cristo! Eu lhe suplico assistir-me pelo seu Espírito Santo![44]

John Bogerman (1576-1637), que tinha traduzido o tratado de Beza sobre a punição de heréticos para o holandês, foi eleito presidente.[45] Bogerman tinha anteriormente participado de uma conferência com Gomarus, Uytenbogaert e Arminius no qual ele chegou ao ponto de dizer que "as Escrituras devem ser interpretadas de acordo com o Catecismo e a Confissão."[46] A isto Arminius respondeu: "Como alguém poderia afirmar mais claramente que eles estavam decididos a canonizar estes dois documentos humanos, e institui-los como os dois bezerros idolátricos em Dã e Berseba?"[47] O primeiro mês do sínodo foi despendido sobre questões alheias à controvérsia arminiana.[48] O restante das 180 sessões do sínodo foram usadas com as doutrinas envolvendo os cinco pontos.[49] Um dos delegados suíços em Dort insistiu: "Se alguma vez o Espírito Santo esteve presente em um Concílio, ele esteve presente em Dort."[50] Um delegado inglês, Joseph Hall (1574-1656), que foi substituído por causa de sua má saúde, declarou que "nunca houve um lugar sobre a terra tão parecido com o céu como o Sínodo de Dort."[51] Houve alguma controvérsia, entretanto, sobre a questão da Expiação Limitada. Dois dos delegados ingleses, John Davenant e Samuel Ward (m. 1643), acreditavam, com o credo da igreja inglesa, que a Expiação era ilimitada.[52] O rei Tiago tinha até mesmo instruído que os teólogos ingleses "não deviam se opôr ao artigo da Redenção universal."[53] Mas o baralho estava arranjado, como Schaff diz:

"O destino dos arminianos foi decidido anteriormente."[54] John Wesley observou muitos anos depois que Dort foi tão imparcial quanto o Concílio de Trento.[55] E Matthias Martinius (1572-1630), um delegado de Bremen que protegia os arminianos, disse que havia "alguns divinos, alguns humanos, alguns diabólicos" elementos no trabalho do sínodo.[56] Não é de se surpreender que o sínodo condenou as doutrinas arminianas como anti-bíblicas e emitiu os infames Cânones de Dort propondo os Cinco Pontos do Calvinismo.

Havia três outros grupos representados no Sínodo de Dort que não são freqüentemente mencionados. Antes de mais nada, haviam presentes dezoito comissários políticos nomeados pelos Estados-Gerais.[57] E não apenas o Sínodo de Dort foi convocado pelo Estado e supervisionado pelo Estado, mas todas as despesas, incluindo as dos delegados estrangeiros, foram arcadas pelo Estado também.[58] Em segundo lugar, conforme a natureza civil do sínodo, as sessões eram públicas, e assistida por multidões de espectadores.[59] E terceiro, havia treze remonstrantes intimados para comparecer ao Sínodo, mas eles foram convocados como réus, não tinham assentos como delegados. Em seis de dezembro, na vigésima segunda sessão, foi permitido que os arminianos fizessem sua primeira aparição para defender suas doutrinas.[60] Simon Episcopius liderou o pequeno grupo de treze arminianos.[61] De 13 a 17 de dezembro os remonstrantes apresentaram por escrito suas opiniões sobre os cinco pontos de doutrina em disputa.[62] Estas "Opiniões" dos Remonstrantes, das quais o texto completo pode ser encontrado no apêndice 3,[63] são uma expansão dos cinco pontos da Remonstrância mencionados anteriormente. Mas depois de apenas um mês os remonstrantes foram dispensados, se é que se pode falar dessa forma. O presidente Bogerman vociferou estas palavras de despedida:

> Os delegados estrangeiros são agora da opinião de que vocês são indignos de aparecer diante do Sínodo. Vocês recusaram reconhecê-lo como seu juiz legal e sustentaram que ele é seu partido contrário; vocês fizeram tudo de acordo com seu próprio capricho; vocês desprezaram as decisões do Sínodo e dos Comissários Políticos; vocês recusaram responder; vocês incorretamente interpretaram as acusações. O Sínodo tratou vocês indulgentemente; mas vocês – como um dos delegados estrangeiros expressou – "começaram e terminaram com mentiras." Com este tributo nós deixaremos vocês irem. Deus preservará sua Palavra e abençoará o Sínodo. A fim de que ela não seja mais obstruída, vocês estão despedidos! Estão dispensados, vão embora![64]

E dessa forma, em 14 de janeiro, os remonstrantes compareceram diante do sínodo pela última vez. Livrando-se do texto supracitado, Episcopius declarou: "O Senhor julgará entre nós sobre as artimanhas e mentiras que vocês prepararam para nossa acusação."**[65]**

Após o término do sínodo, os arminianos foram proibidos de publicar qualquer coisa relacionada ao sínodo, mas eles conseguiram publicar anonimamente um panfleto intitulado: *The Nullities, Mismanagement and unjust Proceedings of the National Synod held at Dort in the years 1618 and 1619*.**[66]** No início de julho, os treze remonstrantes foram convocados diante dos Estados-Gerais e solicitados para retratarem e concordarem em cessar de pregar suas doutrinas, ou serem banidos do país.**[67]** Mais de duzentos ministros arminianos foram então destituídos de seus púlpitos e muitos destes foram banidos por recusar manter silêncio.**[68]** Uma severa teocracia calvinista foi então estabelecida na qual somente o Calvinismo poderia ser publicamente proclamado.**[69]** Mas felizmente, foi de curta duração, pois após a morte do príncipe Maurício em 1625, os remonstrantes conseguiram permissão para retornar sob seu irmão e sucessor, Frederick Henry (1584-1647), e estabelecerem igrejas e escolas por toda Holanda, com certas restrições.**[70]** Eles formaram uma denominação conhecida como a Irmandade Remonstrante e estabeleceram sua própria universidade teológica.**[71]** Dessa forma, os verdadeiros descendentes de Arminius são os remonstrantes holandeses, não Wesley e aqueles que chamam a si mesmos de arminianos.

---

[1] De Jong, Reformed Churches, p. 13.
[2] Homer Hoeksema, Voice of Our Fathers, p. 17.
[3] Bangs, Arminius: A Study, pp. 224-225.
[4] De Jong, Reformed Churches, p. 17.
[5] Lagerwey, p. 82.
[6] Bangs, Arminius: A Study, p. 21.
[7] Simon Kistemaker, "Leading Figures at the Synod of Dort," em De Jong, ed., *Crisis in the Reformed Churches*, p. 47.
[8] Ibid., p. 48.
[9] Ibid., p. 42.
[10] Israel, p. 459.
[11] *Evangelical Dictionary of Theology*, s.v. "Grotius, Hugo," p. 489.

[12] *The Oxford Encyclopedia of the Reformation* (Nova York: Oxford University Press, 1996), s.v. "Grotius, Hugo," vol. 2, pp. 197-198.
[13] A. W. Harrison, *The Beginnings of Arminianism to the Synod of Dort* (Londres: University of London Press, 1926), pp. 148-149. Este número também é dado como quarenta e cinco (Curtiss, p. 64); quarenta e quatro (Israel, p. 425; Bangs, Arminius: A Study, p. 356); e quarenta e três (*The New Schaff-Herzog Encyclopedia of Religious Knowledge*, s.v. "Remonstrants," vol. 9, p. 481).
[14] Harrison, Beginnings of Arminianism, pp. 148-149.
[15] Citado em Curtiss, p. 69.
[16] Philip Schaff, *The Creeds of Christendom*, 6a. ed. (Grand Rapids: Baker Book House, 1990), vol. 3, pp. 545-549.
[17] Bangs, Arminius: A Study, p. 318.
[18] Israel, p. 426.
[19] Harrison, Beginnings of Arminianism, p. 152.
[20] Bangs, Arminius: A Study, p. 318.
[21] Citado em Harrison, Beginnings of Arminianism, p. 152.
[22] Em inglês, *Counter-Remonstrance*. Também conhecida como *Contra-Remonstrance*.
[23] De Jong, ed., *Crisis in the Reformed Churches*, pp. 211-213.
[24] Harrison, Beginnings of Arminianism, p. 154.
[25] Israel, p. 425.
[26] Harrison, Beginnings of Arminianism, pp. 157-159.
[27] Ibid., pp. 194-196.
[28] *The New Schaff-Herzog Encyclopedia of Religious Knowledge*, s.v. "Remonstrants," vol. 9, p. 481.
[29] Harrison, Beginnings of Arminianism, pp. 224-225.
[30] Israel, pp. 425, 440.
[31] Harrison, Beginnings of Arminianism, p. 207.
[32] Ibid., pp. 226-228.
[33] Bangs, Arminius: A Study, p. 356; Israel, pp. 450-456.
[34] Praamsma, p. 33.
[35] Homer Hoeksema, Voice of Our Fathers, p. 101.
[36] Israel, p. 460.
[37] De Jong, ed., p. 220.
[38] *The New Schaff-Herzog Encyclopedia of Religious Knoledge*, s.v. "Dort, Synod of," vol. 3, p. 494.
[39] Veja De Jong, ed., pp. 215-219, para uma lista de delegados; entretanto, fontes variam nestes números.
[40] Cunningham, Theology, vol. 2, p. 380.
[41] Ibid., p. 381.
[42] O sínodo terminou em 9 de maio, mas os delegados holandeses se reuniram novamente de 13 a 29 de maio; por essa razão, fontes variam na data de encerramento.
[43] Homer Hoeksema, Voice of Our Fathers, p. 25.
[44] Citado em Samuel Miller, p. 37.
[45] Schaff, Creeds, vol. 1, 513.

[46] John Bogerman, citado em Harrison, Beginnings of Arminianism, p. 87.
[47] Arminius, citado em Harrison, Beginnings of Arminianism, p. 88.
[48] Homer Hoeksema, Voice of Our Fathers, p. 25.
[49] *The Oxford Encyclopedia of the Reformation*, s.v. "Dordrecht, Synod of," vol. 2, p. 2.
[50] John Breitinger, citado em Schaff, Creeds, vol. 1, p. 514.
[51] Joseph Hall, citado em Samuel Miller, p. 33.
[52] Harrison, Beginnings of Arminianism, p. 336.
[53] Citado em Harrison, Beginnings of Arminianism, p. 336.
[54] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 513.
[55] John Wesley, citado em Works of Arminius, vol. 1, p. lxiii.
[56] Matthias Martinus, citado em Homer Hoeksema, Voice of Our Fathers, p. 23.
[57] De Jong, ed., p. 213.
[58] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 512; De Jong, ed., p. 214.
[59] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 512.
[60] Harrison, Beginnings of Arminianism, p. 309.
[61] Kistemaker, Dort, p. 41; veja De Jong, ed., pp. 220-221, para uma lista dos remonstrantes.
[62] Homer Hoeksema, Voice of Our Fathers, p. 103.
[63] Ibid., pp. 103-109.
[64] John Bogerman, citado em Homer Hoeksema, Voice of Our Fathers, p. 27.
[65] Simon Episcopius, citado em Harrison, Beginnings of Arminianism, p. 329.
[66] Harrison, Beginnings of Arminianism, p. 329.
[67] Ibid., p. 385.
[68] Israel, pp. 462-463.
[69] Harrison, Beginnings of Arminianism, pp. 386-387; Lagerwey, p. 82.
[70] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 515.
[71] Bangs, Arminius: A Study, p. 357.

Os Cânones de Dort

Na conclusão do Sínodo de Dort, os Cânones de Dort foram publicados:

O julgamento do Sínodo Nacional das Igrejas Reformadas Belgas. Realizado em Dort, nos anos de nosso Senhor, 1618 e 1619. No qual muitos teólogos das Igrejas Reformadas da Grã Bretanha, Alemanha, e França, estavam presentes; sobre as cinco questões de doutrina controversas nas Igrejas Belgas.**[1]**

Pela razão dos Cinco Pontos do Calvinismo serem tirados destes cânones, eles são mantidos em grande estima pelos calvinistas:

> Nenhum sínodo ou conselho jamais foi realizado na igreja, cujas decisões, consideradas todas as coisas, merecem mais deferência e respeito.[2]

> Cinco Cânones inteiramente calvinistas, nos quais as doutrinas da Reforma, e particularmente de Calvino, sobre os pontos disputados são anunciados com clareza e precisão.[3]

> Os Cânones funcionam como uma proteção, uma defesa, da verdade da Palavra de Deus acerca de nossa salvação.[4]

Mas como um calvinista corretamente observa: "Poucos credos formulados pelas igrejas cristãs têm recebido ou semelhante exaltação fastidiosa ou crítica severa como os *Cânones de Dort*."[5]

Os Cânones de Dort, dos quais o completo texto pode ser encontrado no apêndice 4,[6] consistem de quatro artigos com uma rejeição de erros adicionada a cada um. Havia também um prefácio, uma conclusão e uma sentença contra os remonstrantes, mas estes são usualmente omitidos quando os Cânones são impressos. Como os procedimentos do Sínodo, os Cânones foram emitidos em latim, que ainda era a língua universal nos círculos eruditos e científicos. Os Cânones na verdade contêm cinco artigos de doutrina: os Cinco Pontos do Calvinismo, mas aparecendo sob quatro artigos, sendo combinados o terceiro e o quarto. Embora seja freqüentemente imaginado que os cinco pontos apresentados pelos arminianos foram uma resposta aos Cinco Pontos do Calvinismo como expressos pelos Cânones de Dort, tal não é o caso. A ordem dos Cânones segue a da Remonstrância e das Opiniões dos Remonstrantes. Isto é diferente da designação comum TULIP, pois a Eleição Incondicional é tratada

primeiro, seguida pela Expiação Limitada, a Depravação Total e a Graça Irresistível, e então a Perseverança dos Santos. Os Cânones de Dort são bem extensos, mas o acrônimo TULIP, ainda que breve, é um resumo preciso deles.

Ainda que havia delegados estrangeiros no Sínodo de Dort, os Cânones foram oficialmente adotados, com a exceção da Igreja Reformada da França (que não enviou nenhum delegado), somente pelos holandeles.[7] Os calvinistas admitem, entretanto, que os Cânones de Dort são "a mais controversa declaração de fé das igrejas reformadas."[8] Em 1816 os Cânones foram abandonados como uma declaração de fé pela Igreja Reformada Holandesa.[9] Isto foi seguido em 1834 pela formação de uma Igreja Reformada rival pelos mais rígidos calvinistas que "não se satisfizeram com a aprovação da igreja ou do governo nacional."[10] Uma segunda maior cisão da igreja oficial aconteceu em 1886 sob Abraham Kuyper.[11] Durante esta época de distúrbio na Igreja Reformada Holandesa, muitos calvinistas deixaram sua terra natal rumo à América, se estabelecendo em Michigan. Por conseguinte, Grand Rapids, Michigan, é um baluarte calvinista hoje. É nos Estados Unidos que os Cânones de Dort ainda vivem. Junto com a Confissão Belga e o Catecismo de Heidelberg, os Cânones de Dort compõem as "Três Formas de Unidade" e receberam status quase canônico pelas igrejas reformadas na América. No Reformed Bible College em Grand Rapids, Michigan, alguém pode fazer um curso completo sobre estas três formas de unidade.[12] E não apenas isso, mas a universidade "baseia sua instrução na infalível Palavra de Deus conforme interpretada" nestes documentos de profissão de fé.[13] No Calvin Theological Seminary, também em Grand Rapids, os alunos podem igualmente fazer uma curso sobre as confissões reformadas.[14] De fato, as Três Formas de Unidade são "fundamentais à vida, pensamento, trabalho e espiritualidade do seminário."[15] A fórmula de consentimento aos ministros na Igreja Reformada diz em parte:

> Nós, os abaixo-assinados... por meio desta, sinceramente e em boa consciência diante do Senhor, declaramos por este nosso consentimento que genuinamente cremos e estamos persuadidos de que todos os artigos e pontos de doutrina contidos na Confissão e Catecismo das Igrejas Reformadas, junto com a explicação de alguns pontos da supracitada doutrina elaborada pelo Sínodo Nacional de Dordrecht, 1618-'19, concordam inteiramente com a Palavra de Deus.[16]

A diferença entre os Cânones de Dort e todos os outros credos e confissões é que o documento de Dort trata de uma coisa específica: os Cinco Pontos do Calvinismo; ao passo que todos os outros credos são de natural geral, abrangendo toda sorte de assuntos e doutrinas. São os Cinco Pontos do Calvinismo, conforme contidos nos Cânones de Dort, que permanecem a soma e substância do Calvinismo. Assim, embora os reformados tenham suas Três Formas de Unidade, são os Cânones de Dort que reinam supremo. O teólogo reformado Homer Hoeksema reconhece este fato: "O Catecismo de Heidelberg e a Confissão Belga devem ser mantidos, *mas sempre à luz de e em harmonia com a interpretação adicional dada em Dordrecht*."[17] Esta devoção a Dort deve ser esperada daqueles de opinião reformada, mas não dos batistas, pois os batistas que seguem os Cinco Pontos do Calvinismo estão na realidade seguindo um credo igreja-estado reformado holandês. Contudo, o batista Kenneth Good insiste que "Dort prestou um grande serviço aos batistas."[18] Ele até sustenta que "os batistas podem, não obstante, consentir com os Cânones de Dort sem comprometimento."[19] Repudiar os Cânones é ser arminiano.[20] Mas os batistas que consentem com estes cânones não estão apenas se sujeitando a um credo igreja-estado reformado holandês, eles estão seguindo Agostinho, pois como o teólogo reformado Herman Hanko afirma: "Nossos pais em Dordrecht conheciam bem que estas verdades demonstradas nos Cânones não podiam apenas ser remontadas à Reforma de Calvino; elas podiam ser remontadas à teologia de Santo Agostinho que viveu quase um milênio antes que Calvino fez sua obra em Genebra. Pois foi Agostinho que originalmente expôs estas verdades."[21] Custance insiste que os Cinco Pontos foram "formulados implicitamente por Agostinho."[22]

Embora os Cânones de Dort sejam o resultado principal do Sínodo de Dort, eles não são a única coisa que aconteceu durante o Sínodo. A primeira ordem dos trabalhos era a questão de uma nova tradução holandesa da Bíblia.[23] Foi finalmente decidido que seis homens iriam trabalhar na tradução, três para cada Testamento.[24] O trabalho não foi iniciado até 1626, e a Bíblia não foi concluída até 1637.[25] Conhecida como Statenbijbel (a Bíblia dos Estados), ela ainda está em uso hoje. A coisa irônica sobre o Sínodo de Dort é que os calvinistas fizeram exatamente aquilo pelo qual eles anatemizaram os arminianos por desejarem fazer: eles revisaram a Confissão Belga. A maior mudança foi no artigo trinta e seis sobre o magistrado,[26] mas porque os

textos franceses, latinos e holandeses discordam entre si e uns com os outros, eles também foram submetidos a uma cuidadosa revisão.[27]

---

[1] Citado em Thomas Scott, p. 241.
[2] Cunningham, Theology, vol. 2, p. 379.
[3] Berkhof, History, p. 152.
[4] Homer Hoeksema, Voice of Our Fathers, p. 114.
[5] Peter Y. De Jong, "Preaching and the Synod of Dort," in De Jong, ed., *Crisis in the Reformed Churches*, p. 115.
[6] *The Three Forms of Unity*, pp. 37-55.
[7] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 514.
[8] Lagerwey, p. 84.
[9] Ibid.
[10] Ibid., p. 86.
[11] Ibid., p. 97.
[12] Reformed Bible College, *1990-1992 Catalog*, p. 43.
[13] Ibid., p. 5.
[14] Calvin Theological Seminary, *1996-1998 Catalog*, p. 114.
[15] Ibid., p. 115.
[16] Citado em Fred H. Klooster, "Doctrinal Deliverances of Dort," em De Jong, ed., *Crisis in the Reformed Churches*, p. 93.
[17] Homer Hoeksema, Voice of Our Fathers, p. 42.
[18] Good, Calvinists, p. 80.
[19] Ibid.
[20] Ibid., p. 66.
[21] Herman Hanko, "Total Depravity," em Herman Hanko, Homer C. Hoeksema e Gise J. Van Baren, *The Five Points of Calvinism* (Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1976), p. 10.
[22] Custance, p. 71.
[23] Marten H. Woudstra, "The Synod and Bible Translation," em De Jong, ed., *Crisis in the Reformed Churches*, p. 95.
[24] Ibid., p. 101.
[25] Ibid., pp. 101, 103.
[26] Bangs, Arminius: A Study, p. 101.
[27] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 505.

A Assembléia de Westminster

Após o Sínodo de Dort, a controvérsia sobre o Calvinismo mudou do Continente para a Inglaterra. E embora seja dos Cânones de Dort que obtemos os Cinco Pontos do Calvinismo, é uma confissão de fé inglesa que veio a ser considerada como "a afirmação mais sistematicamente completa do Calvinismo já imaginada."[1] Que a Confissão de Fé de Westminster, composta pela Assembléia de Westminster (1643-1649), alcançou esta importância é um tributo ao triunfo temporário da Fé Reformada sobre o Anglicanismo. Devido à estreita relação entre a Igreja e o Estado que existia na época, a aceitação do Calvinismo na Inglaterra, culminando na Assembléia de Westminster, está profundamente entrelaçada com a história civil e religiosa da Inglaterra. E embora a Assembléia de Westminster esteja um tanto distante do início da Reforma Inglesa, as causas e intenções da Assembléia não podem ser propriamente entendidas sem recorrermos à Reforma.

A Reforma na Inglaterra prosseguiu de forma diferente da Reforma em qualquer lugar no Continente. Não tinha somente mais causas subjacentes, mas também progredia mais devagar, durou mais tempo, e sofreu mais mudanças do que qualquer movimento de reforma continental. Há muito mais à Reforma na Inglaterra do que a história familiar de como o rei Henrique VIII (1491-1547), porque ele queria o divórcio, separou a Igreja da Inglaterra de Roma e declarou-se o chefe da Igreja. É a história de como um país solidamente católico romano tornou-se a maior nação protestante sobre a face da terra. Mas diferente do Continente, onde os nomes de Lutero, Melanchthon, Calvino, e Zwínglio eram associados com a Reforma, a Reforma na Inglaterra está intimamente ligada ao desenvolvimento da Bíblia Inglesa.[2] Como a Reforma na Inglaterra é paralela ao período Tudor-Stuart da história inglesa, é necessário começar pelo início deste período.

O ano 1485 marca o início do reinado do primeiro Tudor, Henrique VII (1457-1509). Seu reinado começou como seus predecessores tinham começado, com a Inglaterra completamente sob a hegemonia da Igreja Católica Romana. Poucos anos antes, o rei Eduardo IV (1442-1483) dirigia-se ao papa como o "pai bendito," o "Pai mais Santo," e "sua Santidade."[3] A Igreja possuía tremenda riqueza e terras enquanto preenchia o governo com seus bispos. Opiniões contrárias à doutrina estabelecida da Igreja Romana eram consideradas como heréticas e eram suprimidas pelo estado. As afirmações de John Wycliffe (c. 1320-1384), que considerava a Missa como "uma autêntica abominação da desolação no lugar santo,"[4] foram condenadas pela Assembléia de Canterbury em 1382.[5] O papa Inocente VIII (1432-1492), em uma Bula Papal em 1486, reconheceu Henrique VII como o novo governante da Inglaterra com as palavras: "Sua Santidade confirma, estabelece, e aprova o direito à coroa da Inglaterra do citado nosso soberano senhor Henrique VII."[6]

A Bíblia oficial nesta época era a Vulgata Latina; a não oficial era a tradução inglesa de Wycliffe, completada em 1382. A atitude em relação à Bíblia em inglês pode ser vista pela infame Constituição adotada pelo Conselho

Provincial em Oxford em 1408: "Nós, por essa razão, decretamos e ordenamos que ninguém, daqui em diante, por sua própria autoridade, traduza qualquer texto da Sagrada Escritura para o inglês ou outro língua, por meio de livro, panfleto ou tratado, e que nenhum livro, panfleto ou tratado deste tipo seja lido, seja os que já foram recentemente escritos no tempo do mencionado John Wyclif, ou desde então."[7] Mas visto que a impressão não foi introduzida na Inglaterra até 1476, a circulação de qualquer Bíblia era muito limitada.

Quando Henrique VIII assumiu o trono da Inglaterra em 1509, ele foi um filho leal da Igreja Católica assim como foi seu pai. Os lolardos e outros "heréticos" ainda estavam sendo queimados na estaca. De fato, Andreas Ammonius (1477-1517), o secretário de Henrique VIII, escreveu de Londres em 1511 para Erasmo que "muitos heréticos fornecem um holocausto diário."[8] Mas embora a Inglaterra era oficialmente católica, tudo não estava bem com o povo em matéria de religião. Havia controvérsias sobre investidura [**Nota**: ato ou cerimônia formal para conferir autoridade e símbolos de um alto cargo], praemunire [**Nota**: ofensa prevista na lei inglesa de apelar ou obedecer a uma corte ou autoridade estrangeira, assim desafiando a supremacia da Coroa], anata [**Nota**: os primeiros lucros do ano de um cargo eclesiástico honorífico, antigamente pago pelo clero ao papa], e bulas papais, mas isto não foi resultado de discórdia doutrinária. Da mesma forma, o estado da igreja era considerado como corrupto, não doutrinariamente, mas moralmente. O anti-clericalismo estava difundido. A diferença entre o reinado de Henrique VIII e seus predecessores era que agora a invenção da impressão e o renascimento da aprendizagem tinham se associado para produzir livros e panfletos contra a autoridade e a depravação de Roma.

Três diferentes obras tiveram um papel na Reforma inglesa antes do celebrado divórcio de Henrique. Primeiro foi o Novo Tetamento grego de Erasmo, publicado em 1516. Erasmo tinha anteriormente passado algum tempo na Inglaterra, assim, ainda que sua obra foi publicada no Continente, foi bem recebida na Inglaterra por muitos em Oxford e Cambridge.[9] Em segundo lugar, os escritos de Lutero foram logo levados para a Inglaterra e circularam largamente.[10] Entretanto, a resposta oficial a Lutero na Inglaterra foi queimar seus livros em público.[11] O livro de Lutero contra Roma, *The Babylonian Captivity of the Church*, foi respondida pelo próprio Henrique VIII em sua *The Defence of the Seven Sacraments*. Por isto Henrique recebeu do papa Leão X (1475-1521) o título "Defensor da Fé," mas de Lutero o apelido "um asno coroado."[12] Foi também durante este período que William Tyndale (1494-1536) deu ao mundo o primeiro Novo Testamento em inglês traduzido diretamente do grego. A resposta na Inglaterra à Bíblia de Tyndale foi a mesma que o próprio Tyndale sofreria mais tarde – ser queimado. Em dois manifestos em 1530, Henrique VIII tentou suprimir a obra de Tyndale. O primeiro proibia alguém de "pregar, ensinar ou informar qualquer coisa, aberta ou secretamente, ou compilar e escrever qualquer livro, ou presidir, treinar, ou manter quaisquer assembléias ou escolas, de qualquer maneira, contrária à fé católica."[13] Até

continha um índice de livros proibidos incluindo a recente tradução de Tyndale de partes do Velho Testamento.[14] Em seu segundo manifesto, Henrique insistia que "não é necessário que a citada Escritura esteja na língua inglesa e nas mãos do povo."[15] Foi então proibido "comprar, receber, guardar ou ter o Novo Testamento ou o Velho na língua inglesa."[16] Em 1535, Tyndale foi preso, julgado como herético, e condenado à morte. Antes de ser queimado, entretanto, ouviram-no clamar: "Senhor, abra os olhos do rei da Inglaterra."[17]

Entretanto, Henrique VIII, sendo incapaz de obter o divórcio para se casar com Ana Bolena (1507-1536), teve seu casamento com Catarina de Aragão anulado e depois secretamente se casou com Ana em janeiro de 1533. O Ato de Supremacia em 1534 estabeleceu Henrique como "o único chefe supremo na terra da Igreja da Inglaterra."[18] Dessa forma, o rompimento com Roma foi político e não doutrinário. E embora seja certamente verdadeiro que o papa Paulo III condenou Henrique e comandou, "sob pena de excomunhão," que seus súditos "afastem-se total e inteiramente da obediência ao citado rei Henrique,"[19] e que Henrique dissolveu os monastérios porque eles continham "uma vida de pecado manifesto, corrupta, lasciva e abominável,"[20] a Igreja da Inglaterra era ainda católica na doutrina. Em 1536, Henrique formulou o que veio a ser chamado Os Dez Artigos. Esta confissão de fé para a igreja inglesa conserva as práticas católicas da regeneração batismal, da invocação de santos, e da transubstanciação.[21] Em 1539, Os Seis Artigos foram editados pelo rei. O primeiro destes artigos fortemente defendia a transubstanciação, a negação da qual resultava em "dores de morte pela fogueira."[22] Assim, embora Henrique viveu e morreu católico em doutrina, o rompimento com Roma oficialmente sancionado abriu caminho para uma real reforma da Igreja da Inglaterra.

Após o esforço de Tyndale, várias outras Bíblias inglesas foram produzidas. Encorajado por Thomas Cromwell (1485-1540), Myles Coverdale (1488-1569) produziu a primeira tradução completa da Bíblia para a língua inglesa em 1535. Em junho de 1536, Cromwell escreveu a seus bispos determinando que eles "fizessem com que a Bíblia em inglês fosse colocada abertamente em suas próprias casas e que o mesmo fosse feito em cada paróquia."[23] O companheiro de Coverdale, John Rogers (1500-1555), reuniu as obras completadas de Tyndale em uma Bíblia com a tradução de Coverdale para o restante do Velho Testamento. A obra inteira foi então levemente revisada e editada em 1537 sob o pseudônimo de Thomas Matthew. Como a Bíblia de Coverdale, a Bíblia de Matthew foi dedicada ao rei Henrique VIII. O arcebispo de Canterbury, Thomas Cranmer (1489-1556), solicitou a Cromwell que a Bíblia de Matthew fosse autorizada pelo rei para que ela "pudesse ser vendida e lida por qualquer pessoa, sem risco de qualquer decreto, proclamação, ou ordenação antigamente outorgado em contrário, até o tempo em que nós bispos anunciamos uma melhor tradução."[24] A autorização foi dada, não somente para a Bíblia de Matthew, mas também para uma edição revisada da

Bíblia de Coverdale. Assim, pelo final de 1537, havia duas Bíblias circulando na Inglaterra "propostas com a mais graciosa aprovação do rei." A oração de William Tyndale foi respondida.

Em 1538, as Determinações Reais Secundárias de Henrique VIII foram escritas por Thomas Cromwell. A segunda destas determinações requeria "um livro da Bíblia toda, do mais largo volume, em inglês, e o mesmo colocado no alto de algum local conveniente dentro da citada igreja da qual você está encarregado."[25] Coverdale foi recrutado para revisar tanto o texto quanto as notas da Bíblia de Matthew para proporcionar uma Bíblia para cumprir a determinação de Cromwell. Por causa de seu largo volume, a nova Bíblia, que apareceu em 1536, foi popularmente denominada a Grande Bíblia. A página do título, acreditada ser obra do famoso pintor Hans Holbein (1497-1543), mostra um corpulento Henrique VIII distribuindo cópias da Bíblia a Cranmer e Cromwell, que por sua vez distribuía a Bíblia ao povo. Em 1541, foi ordenado por Henrique que a Grande Bíblia "fosse fixada e colocada em um local elevado em todas as citadas paróquias."[26] Entretanto, após 1541, nenhuma outra Bíblia inglesa foi impressa durante o reinado de Henrique VIII. Os anos finais do reinado de Henrique foi marcado por um retorno ao Catolicismo. Em 1546, o ano antes dele morrer, Henrique proclamou que "o Novo Testamento da tradução de Tyndale ou Coverdale" fosse proibido.[27] Mas logo depois, como que para interromper o retorno a Roma, Henrique morreu. Mas embora repudiava o papa, todavia ele mantinha a doutrina católica e perseguia "heréticos." Seu legado permanente, os resultados dos quais ele nunca pretendeu, foi aprovar o uso da Bíblia inglesa nas igrejas e para o povo.

A morte de Henrique trouxe seu jovem filho Eduardo VI (1537-1553) ao trono. Eduardo foi decididamente a favor da Reforma e se opôs à "idolatria e superstição"[28] romana. Edward Seymour (1505-1552), seu tio protestante, foi proclamado Lorde Protetor. Durante o reinado de Eduardo os Seis Artigos de seu pai foram revogados, as dotações foram anuladas, e a comunhão foi permitida em ambas as espécies.[29] O casamento dos sacerdotes foi também legalizado.[30] Em uma determinação decretada logo após sua ascenção ao trono, instruiu que "um livro da Bíblia toda, do mais largo volume, em inglês" fosse "colocado no alto de algum local conveniente" na igreja onde o povo pudesse "dirigir-se ao mesmo e lê-lo."[31] Em dois Atos de Uniformidade, o Livro da Oração Comum foi estabelecido.[32] Embora o primeiro Livro de Oração representou um certo compromisso entre Roma e os princípios da Reforma, a segunda edição de 1552 foi o documento mais protestante até então na história inglesa. Todavia, os presbiterianos mais tarde condenaram o livro como "um livro imperfeito, separado e escolhido daquele monte de estrume papista, o livro da Missa, repleto de todas as abominações."[33] Durante o breve reinado de Eduardo, os Quarenta e Dois Artigos da Religião foram escritos por Cranmer e publicados no ano da morte de Eduardo.[34] Esta foi a primeira confissão de fé protestante na Inglaterra. As medidas de reforma que foram gradualmente acontecendo na Inglaterra chegaram a um fim com a morte

prematura de Eduardo em 6 de julho de 1553. Ele tinha a melhor das intenções, e "meu Senhor e Deus, salve este reino do papismo, e o mantenha na verdadeira religião," foi sua última oração na hora de sua morte.[35] Mas no começo do tempo de Eduardo, levantou um partido na Inglaterra que desejava uma reforma mais completa, embora não foi até mais tarde que eles foram chamados de *puritanos*.

A morte de Eduardo VI trouxe sua irmã Maria (1516-1558) ao trono. Sendo católica romana, suas concepções sobre a Bíblia eram diametralmente opostas às de seu irmão Eduardo. A primeira proclamação de Maria sobre religião proibia "todos e cada um de seus súditos" a pregar, ler, interpretar, ou ensinar "quaisquer Escrituras ou pontos de doutrinas de conduta relativos à religião."[36] Isto foi seguido pelos decretos anulando aqueles estatutos sancionados sob os reinados de Eduardo e Henrique que eram contra a fé católica.[37] Após seu casamento com o católico zeloso Filipe II da Espanha, Maria proibiu por proclamação a leitura ou posse de quaisquer livros ou escritos de Lutero, Calvino, Coverdale, Tyndale e Cranmer, assim como o Livro da Oração Comum "ou qualquer outro livro semelhante" que contivesse "falsa doutrina contrária e contra a fé católica e a doutrina da Igreja Católica."[38] A pena de morte foi ordenada aos infratores.[39] Depois que Maria restaurou vários estatutos contra heresia,[40] várias centenas se tornaram mártires incluindo Thomas Cranmer, John Rogers, e os bispos eduardianos Nicholas Ridley (c. 1500-1555) e Hugh Latimer (c. 1485-1555).[41] Foi Latimer que observou a Ridley na estaca: "Iremos neste dia, pela graça de Deus, acender uma vela na Inglaterra, que eu confio que nunca será apagada."[42] Por sua crueldade, Maria "Sangrenta" foi considerada como "aquele horrível monstro Jezebel da Inglaterra" por John Knox.[43] O resultado desta perseguição foi que aproximadamente oitocentos protestantes deixaram a Inglaterra para o Continente.[44] Alguns destes "exilados marianos" se instalaram em Genebra, onde, sob orientação de William Whittingham (1524-1579), o Novo Testamento foi novamente traduzido para o inglês. Esta tradução é mais notável por suas notas fortemente anti-católicas como as de Ap 9.11 onde o papa é identificado como o "anticristo, rei dos hipócritas, e embaixador de Satanás." Com a morte de Maria em 1558, o Velho Testamento do que veio a ser chamado a Bíblia de Genebra foi traduzido e a Bíblia concluída foi dedicada à nova rainha, Elizabete I.

O reino de Elizabete trouxe uma completa anulação das políticas opressivas em favor do Catolicismo e contra a Bíblia. Por um Ato de Supremacia, a autoridade do papa foi mais uma vez abolida, a comunhão sob duas espécies foi restaurada, e as leis de heresia revitalizadas por Maria foram revogadas.[45] Por um Ato de Uniformidade, o uso do Livro da Oração Comum foi reestabelecido.[46] Vários atos foram também aprovados durante o reinado de Elizabete contra os católicos romanos, incluindo a ordem dos jesuítas para "irem embora deste reino da Inglaterra."[47] Em suas Determinações pela Religião, o comando familiar para "um livro da Bíblia toda, do mais largo

volume, em inglês" a ser colocado no alto de algum lugar nas igrejas foi ressurgido.[48] Todas as "pessoas eclesiásticas" foram comandadas a "não impedir ninguém da leitura de qualquer parte da Bíblia," porque ela é "a própria palavra viva de Deus."[49] E ao invés de proibir opiniões contrárias à "fé católica e à doutrina da Igreja Católica" como fez sua irmã Maria, Elizabete ordenou que "ninguém, teimosa e obstinadamente, defenda ou mantenha quaisquer heresias, erros, ou falsa doutrina contrária à fé de Cristo e sua santa Escritura."[50] Durante o reinado de Elizabete, o arcebispo Matthew Parker (1504-1575) organizou um grupo de bispos para revisar a Grande Bíblia. Chamada a Bíblia dos Bispos, a Convocação de Canterbury em 1571 decretou que "todo arcebispo e bispo tivesse em sua casa uma cópia da sagrada Bíblia do mais largo volume conforme recentemente impressa em Londres."[51] Para opor ao fluxo de Bíblias protestantes, os papistas ingleses que deixaram a Inglaterra para o Continente editaram sua própria Bíblia inglesa. O Novo Testamento foi publicado em 1582 em Rheims, França, com um prefácio que afirmava que esta versão "seguia o grego com muito mais exatidão do que as traduções protestantes."[52] O Velho Testamento foi traduzido em Douay mas não foi publicado até 1609-1610. Por isso, esta versão veio a ser chamada de Bíblia Douay-Rheims. Foi também durante o reinado de Elizabete que os Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra foram formulados. Após aparecer em latim em 1563, eles foram revisados e publicados em inglês em 1571.[53] Por um decreto do parlamento em 1571, foi tornado obrigatório que todas as pessoas eclesiásticas assentissem aos Trinta e Nove Artigos.[54] Estes artigos permaneceram o credo doutrinário da Igreja da Inglaterra até o dia de hoje. Mas assim como durante o reinado de Eduardo VI, houve um partido que desejava uma reforma mais completa na Igreja da Inglaterra. Os puritanos (como eles eram agora chamados), liderados por Thomas Cartwright (1535-1603), um professor em Cambridge, objetou às práticas papistas no livro de orações e preferiu uma forma de governo eclesiástico presbiteriano ao invés de episcopal.[55] Quando o parlamento se reuniu em 1572, os puritanos publicaram *An Admonition to the Parliament*, na qual mais reformas foram buscadas.[56] Isto foi contrariado por John Whitgift (1544-1600) em sua *Answer to a Certain Libel Entitled An Admonition to the Parliament*, dessa forma intensificando o conflito entre os puritanos e a igreja estabelecida.[57] Assim, embora o reinado de Elizabete terminou o conflito externo com Roma, foi seguido pelo conflito interno entre a Prelatura e o Puritanismo.

Quando Elizabete morreu em 1604, o trono passou ao rei da Escócia, Tiago VI (1566-1625), que então se tornou Tiago I da Inglaterra. Diferente do que aconteceu na Inglaterra, a Reforma na Escócia avançou rapidamente. Através dos esforços de John Knox, o parlamento escocês em 1560 rejeitou a jurisdição do papa e adotou os trinta e cinco artigos da Confissão de Fé Escocesa.[58] Em 1567, quando o menino Tiago VI foi coroado rei, o Parlamento escocês oficialmente estabeleceu a igreja reformada.[59] Sob o sucessor de Knox, Andrew Melville (1545-1622), a forma de governo eclesiástico presbiteriano foi firmemente estabelecida.[60] Dessa forma, como na

Inglaterra, por causa do censurável conceito Igreja-Estado, controvérsia desnecessária sucedeu entre os defensores do Episcopado e do Presbiterianismo. Quando Tiago deixou sua terra natal e foi para a Inglaterra, ele foi apresentado pelos puritanos com a Petição Milenar, assim chamada porque "eles, ao número de mais de mil ministros, vergaram sob o peso das cerimônias e ritos humanos, e lançaram-se aos pés desta majestade em busca de alívio."[61] Isto deu origem à famosa Conferência da Corte de Hampton no ano seguinte, onde os puritanos, liderados pelo Dr. John Reynolds (1549-1607), foram permitidos relatar seu caso. Mas como o rei era averso ao Presbiterianismo, os puritanos foram ordenados que se conformassem.[62] Entretanto, há um resultado permanente desta conferência que ainda está conosco hoje. O rei Tiago concordou com a sugestão de John Reynolds de que "a Bíblia fosse novamente traduzida, visto que as existentes não correspondem ao original."[63] E assim nasceu a King James Bible. A Inglaterra era agora firmemente protestante, mas a controvérsia puritana persistiu, e por causa de sua influência no Parlamento, houve conflito contínuo tanto no governo como na igreja.

Carlos I (1600-1649), filho do rei Tiago, veio ao trono com a morte de seu pai em 1625. Foi durante seu reinado que a Assembléia de Westminster foi convocada, embora ele estivesse empenhado em uma guerra civil com o Parlamento na época. O conflito com os puritanos que ele herdou intensificou conforme Carlos tentava governar sem o Parlamento e, através dos esforços determinados do arcebispo William Laud (1573-1645), impor o Episcopado.[64] E porque o Parlamento se tornou cada vez mais identificado com os puritanos, a Reforma na Inglaterra, que começou como uma disputa entre rei e papa, agora se tornou uma disputa entre rei e parlamento.[65] Em 1638, após Carlos ter tentado impor a liturgia anglicana na Igreja da Escócia, os escoceses se rebelaram e adotaram o "Pacto Nacional," se empenhando contra as ações do rei que "perceptivelmente tendem ao restabelecimento da religião e tirania católica, e à subversão e ruína da verdadeira religião reformada, e de nossas liberdades, leis, e propriedades."[66] A guerra seguiu, e em 1640 Carlos foi obrigado a convocar um Parlamento, o primeiro em doze anos, para financiar seu exército.[67] Mas como este "Breve Parlamento" (se reunindo menos de um mês) resistiu ao rei, ele foi forçado a convocar outro. Este "Grande Parlamento" (assim chamado porque foi reunido até 1660) não apenas travou uma guerra civil contra o rei, mas aboliu o episcopado, depôs dois mil ministros monarquistas, entrou na "Aliança e Pacto Solenes" com os escoceses contra o Prelatura, convocou a Assembléia de Westminster, executou o arcebispo Laud, e eventualmente executou o próprio rei em 1649.[68]

Há um fator importante na ascensão dos puritanos que até então não foi mencionado: o Calvinismo. Embora derivados do nome de Calvino tenham aparecido primeiro em inglês em 1566,[69] a influência de Calvino pode ser traçada ao reinado de Eduardo VI. Calvino tinha interesse pelos negócios ingleses. Ele escreveu cartas tanto ao jovem rei quanto ao protetor Somerset (c.

1506-1552), como também ao arcebispo Cranmer.[70] Cranmer até solicitou a Calvino para vir para a Inglaterra.[71] Calvino dedicou seu comentário sobre Primeiro Timóteo a Somerset e seu comentário sobre Isaías a Eduardo. John Knox era um dos capelães de Eduardo.[72] Durante o reinado de Eduardo, teólogos reformados do continente eram bem vindos na Inglaterra. Martin Bucer lecionava em Cambridge e passou seus últimos anos na Inglaterra.[73] Quando Maria se tornou rainha, os exilados ingleses que estabeleceram em Genebra e traduziram a Bíblia de Genebra certamente foram influenciados por Calvino. E durante o reinado de Elizabete, as *Institutas* de Calvino foram traduzidas para o inglês em 1561.[74] As *Institutas* foram usadas como um manual sobre teologia tanto em Oxford quanto em Cambridge.[75] Outras obras de Calvino foram também traduzidas para o inglês.[76] Calvino foi até requisitado para mandar um ministro à congregação francesa em Londres.[77] Os Trinta e Nove Artigos eram moderadamente calvinistas, rejeitando a Expiação Limitada. No final do século dezesseis, a Universidade de Cambridge se tornou um baluarte do Calvinismo. O professor de Cambridge William Perkins, que tem sido chamado "o maior dos teólogos puritanos do século dezesseis,"[78] foi um calvinista muito influente, e produziu escritos volumosos.[79] Seu julgamento por Arminius já foi mencionado. Nem todos em Cambridge, entretanto, aceitava o Calvinismo. O francês Peter Baro (1534-1599), professor de teologia de Margaret, se opôs a Perkins e defendia "o livre-arbítrio e a salvação possível a todos os homens."[80] Os calvinistas alegam que ele foi "a primeira pessoa que ensinou o Arminianismo na Igreja da Inglaterra."[81] Em 1595 uma controvérsia sobre o Calvinismo estourou em Cambridge e resultou na adoção de novo artigos calvinistas que doutrinavam como um Cânones de Dort inglês. Os Artigos de Lambeth (assim chamados porque eles foram aprovados por teólogos do Lambeth Palace, Londres), o texto completo do qual pode ser encontrado no apêndice 5,[82] nunca foram aprovados por Elizabete.[83] No final do período Tudor na história inglesa, os calvinistas deviam ser achados entre os clérigos e os puritanos. O Calvinismo inglês não era ainda equivalente ao Puritanismo.[84]

A controvérsia sobre o Calvinismo igualmente manifestou-se durante o reinado do primeiro rei Stuart. Na Hampton Court Conference, o Dr. John Reynolds pediu ao rei Tiago, mas inutilmente, que "as nove afirmações ortodoxas concluídas em Lambeth pudessem ser inseridas no Livro dos Artigos."[85] O nome de Arminius se tornou conhecido na Inglaterra após o rei tomar parte em uma campanha contra Conrad Vorstius (1569-1622) como uma substituição a Arminius em Leiden. Sobre Arminius, a declaração do rei no caso Vorstius mencionava que "foi nossa miserável sorte não ouvir deste Arminius antes que ele estivesse morto."[86] Já foi mencionado que o rei Tiago enviou representantes ao Sínodo de Dort. Ele era descendente do Calvinismo escocês mas acreditava que sua concepção da monarquia dependia da preservação do Episcopado.[87] E embora Tiago publicamente apoiava os calvinistas,[88] a questão da predestinação era para ele de importância secundária.[89] Dessa forma, os tradutores da King James Bible incluía tanto calvinistas como anti-

calvinistas,[90] e Tiago instruiu os representantes ingleses em Dort a "mitigar o calor em ambos os lados," e recomendar aos holandeses "não entregarem no púlpito às pessoas aquelas coisas no lugar de doutrinas ordinárias que são os pontos mais difíceis das escolas e não adequados à capacidade comum, mas disputáveis em ambos os lados."[91] Os Cânones de Dort foram publicados em inglês em 1619,[92] mas quando a controvérsia calvinista se intensificou após o Sínodo de Dort, Tiago começou a favorecer os arminianos por causa da insistência dos calvinistas de que nenhum governante temporal poderia ser o chefe da Igreja.[93] Os pregadores foram instruídos por ordem do rei a não pregarem as doutrinas do Calvinismo:

> Que nenhum pregador, de qualquer título sob o grau de bispo ou deão pelo menos, daqui em diante ouse pregar em qualquer auditório popular pontos profundos da Predestinação, Eleição, Reprovação, ou da Universalidade, Eficácia, Resistibilidade ou Irresistibilidade da Graça de Deus, mas, antes, deixe esses temas ser tratados por homens instruídos, e isso moderada e modestamente por uso e aplicação, antes que por doutrinas positivas, sendo mais adequado às escolas do que aos auditórios isolados.[94]

O rótulo *arminiano* era agora usado pelos puritanos para impugnar aqueles que rejeitavam o Calvinismo.[95] O Arminianismo (oposição ao Calvinismo) foi chamado de Pelagianismo.[96] Mas como de costume, alguns não concordam com o inventado debate calvinista-arminiano. O célebre anti-calvinista Richard Montagu (1577-1641) afirmou que "ele não era nem arminiano, nem calvinista, nem luterano, mas cristão."[97] Embora os calvinistas podiam ainda ser encontrados tanto entre os puritanos como entre os anglicanos, uma notável mudança ocorreu durante o reinado de Carlos I. O Arminianismo foi redefinido como não apenas sendo em oposição ao Calvinismo, mas em oposição a "tudo o que os puritanos objetavam na Igreja."[98] O arcebispo Laud promoveu membros da igreja que eram anti-calvinistas.[99] Em nome da "paz e tranquilidade"[100] da Igreja, Carlos proibiu que pregassem sobre a predestinação. Depois disso, devido em parte às obras de Montagu, o Calvinismo se tornou cada vez mais identificado com o Puritanismo.[101] Houve debates no Parlamento sobre o Calvinismo durante todo 1620-1630.[102] Foram os calvinistas, entretanto, que eventualmente prevaleceram. Dessa forma, o Longo Parlamento, em 1642, ordenou a impressão de um livro de John Owen (1616-1683) intitulado *A Display of Arminianism*, que atacava o Arminianismo e defendia a doutrina da Expiação Limitada.[103]

É dentro desta carregada atmosfera que a Assembléia de Westminster foi convocada. McNeil chama a Assembléia de "o último grande esforço para estabelecer um sistema calvinista na Inglaterra."[104] Em 12 de junho de 1643, uma ordem de convocação para uma assembléia de teólogos foi emitida:

> Uma Ordem dos Lordes e Comuns no Parlamento, para a convocação de uma Assembléia de Teólogos cultos e religiosos, e outros, para ser consultada pelo Parlamento, para a solidificação do Governo e da Liturgia da Igreja da Inglaterra, e para vindicar e inocentar a Doutrina da mencionada Igreja contra falsas calúnias e interpretações.[105]

Embora até mesmo os calvinistas admitem que muito do que tem sido escrito sobre os membros da Assembléia "tem sido mais do que um pouco hagiográfico em natureza,"[106] da Assembléia tem sido dito:

> Um dos mais instruídos grupos já reunido nesta terra para a formulação e promulgação da verdade cristã.[107]

> Um grupo mais zeloso, inteligente, e culto de teólogos raramente reunido na Cristandade.[108]

> Impressiona a piedade e erudição incomuns que foram representados por aqueles que foram reunidos por Deus para esta Assembléia.[109]

Os membros da Assembléia de Westminster têm também sido comparados com os do Sínodo de Dort: "O mundo cristão, desde os dias dos apóstolos, nunca teve um Sínodo de mais excelentes teólogos (tomando uma coisa com outra), do que este e do que o Sínodo de Dort."[110] Não há dúvida de que os representantes da Assembléia eram tanto piedosos quanto eruditos. A maioria deles possuia títulos de bacharel e mestre e servia em um cargo pastoral.[111] Cada membro da Assembléia fez o seguinte juramento:

> Eu, _____, sinceramente prometo e juro, na presença do Deus Todo-Poderoso, que nesta Assembléia, da qual sou membro, não manterei nada a respeito de doutrina mas o que creio estar mais em conformidade com a Palavra de Deus; nem a respeito de disciplina, mas o que julgar tender mais para a glória de Deus, e para o bem e a paz de sua Igreja.[112]

E embora a Assembléia foi composta de um grupo diverso de homens, os calvinistas são rápidos em informar que "devemos lembrar que todos os teólogos de Westminster eram calvinistas."[113]

A Assembléia de Westminster consistia de 151 membros: 121 teólogos ingleses, 10 membros da Câmara dos Lordes, e 20 da Câmara dos Comuns. Entre esses convidados estavam o arcebispo James Ussher (1581-1656) e o famoso erudito rabínico John Lightfoot (1602-1675). Ussher recusou seu convite, e outros, por várias razões, nunca apareceram também.[114] A freqüência média diária era aproximadamente a mesma da do primeiro dia: sessenta e nove.[115] O presidente da Assembléia era William Twisse (c. 1578-1646), que tinha anteriormente escrito uma resposta à crítica de Perkins de

Arminius.[116] Um de seus assistentes era John White (1575-1648), o bisavô de John Wesley.[117] O grupo diverso de homens que compunha a Assembléia pertencia a quatro partidos, e pode ser distinguido pela forma de governo da igreja que preferia. Ainda que alguns membros da igreja anglicana foram convidados, todos eles, ou recusaram o convite ou caíram fora, exceto um que foi expulso.[118] Os presbiterianos estavam na maioria, visto que muitos dos puritanos favoreciam essa forma de governo.[119] O próximo partido era dos Independentes, que favorecia um governo eclesiástico congregacional e por isso estava em conflito com os presbiterianos.[120] Finalmente, havia os erastianos. Chamados assim por causa de Thomas Erastus (1524-1583), eles mantinham a autoridade do Estado sobre a Igreja. Embora muito pouco em número, eles tinham o apoio do Parlamento,[121] o que é evidenciado pelo fato de que foi o Parlamento que convocou a Assembléia em primeiro lugar. Estava ausente qualquer teólogo que não fosse ordenado na Igreja da Inglaterra, exceto dois pastores franceses reformados que serviam em Londres.[122] Depois que a Liga e Aliança Solenes foi adotada em setembro pelo Parlamento e pelos membros da Assembléia para "a reforma e defesa da religião, a honra e felicidade do Rei, e a paz e segurança dos três reinos da Escócia, Inglaterra, e Irlanda,"[123] uma delegação da Escócia composta de dois delegados e quatro teólogos se uniu à Assembléia.[124] Mas como o Sínodo de Dort, a presença de oficiais do governo em uma assembléia ostensivamente religiosa levanta algumas dúvidas sobre sua legitimidade.

O propósito da Assembléia de Westminster, de acordo com o decreto que a convocou, era "consultar e tomar conselhos de tais questões e assuntos, acerca dos textos, conforme serão propostos por ambas ou uma das Casas do Parlamento, e dar sua recomendação e conselho nesse ponto a ambas ou uma das citadas Casas, quando, e tão freqüentemente quanto, forem ali exigidos."[125] Especificamente, o Parlamento buscou conselho "para ajuste do Governo e Liturgia da Igreja da Inglaterra."[126] Como o Sínodo de Dort, as custas dos membros da Assembléia foram arcadas pelo Estado.[127] Em razão do censurável conceito Igreja-Estado ser claramente manifesto na história da Assembléia de Westminster, os calvinistas são forçados a admitir os resultados desta união:

> A Assembléia foi produto do Parlamento, e nunca foi capaz de livrar-se da supervisão parlamentar.[128]
>
> Nunca devemos, em qualquer consideração do trabalho da Assembléia, nos esquecer de que aquele grupo de pessoas era clara e completamente subserviente à autoridade política do Parlamento.[129]
>
> Em termos mundados e políticos ela era responsiva, não ao Rei dos Reis, mas aos Lordes e Comuns do Parlamento Inglês.[130]

Robert Baillie (1602-1662), um dos teólogos escoceses na Assembléia, afirmou durante o tempo em questão: "Os senhores sabem que esta não é uma Assembléia adequada, mas uma reunião convocada pelo parlamento para aconselhá-los nas questões que são indagados."[131] A Assembléia foi proibida de divulgar quaisquer dos resultados de suas deliberações sem a expressa permissão do Parlamento.[132] Assim, como Schaff conclui: "A principal falha da Assembléia era que ela se apegou à idéia de uma Igreja-Estado nacional, com um sistema uniforme de doutrina, adoração e disciplina, ao qual todo homem, mulher e criança nos três reinos deviam conformar-se."[133]

Apesar do rei ter proibido a reunião da Assembléia, mesmo assim ela foi formada em 1º de julho de 1643, na Abadia de Westminster (daí o nome) e encerrada em 22 de fevereiro de 1649, após contadas 1163 sessões.[134] Certamente é irônico que a Guerra dos Trinta Anos começou com o Sínodo de Dort e terminou com a Assembléia de Westminster. A Assembléia continuou como uma delegação para exame de ministros até 1652.[135] Depois que os Teólogos de Westminster foram divididos em delegações, sessões diárias foram realizadas de nove às duas com reuniões da delegação nas tardes, embora esta programação posteriormente foi reduzida para sessões semanais apenas.[136] A primeira tarefa seguida pela Assembléia foi uma modificação dos Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra para torná-los mais calvinistas.[137] Mas após encerrar a revisão dos primeiros quinze artigos, a Liga e Aliança Solenes foi adotada e o foco da Assembléia mudou para trazer "as Igrejas de Deus nos três reinos à mais próxima união e uniformidade na religião, Confissão de Fé, Forma de Governo Eclesiástico, Diretório para Adoração e Catequização."[138] Conseqüentemente, o restante da Assembléia foi ocupada com a preparação das assim chamadas "quatro partes de uniformidade."[139]

De outubro de 1643 a abril de 1645, por ordem do Parlamento, a Assembléia trabalhou em documentos relativos ao governo e adoração da igreja:

> A partir de séria consideração do presente estado e conjuntura dos negócios deste reino, os Lordes e Comuns reunidos no Parlamento resolvem, que a Assembléia de Teólogos e outros imediatamente deliberam e discutam entre si, da disciplina e governo que possa estar mais em conformidade com a Santa Palavra de Deus, e mais apto a obter e preservar a paz da Igreja em nosso país, e acordo mais próximo com a Igreja da Escócia, e outras Igrejas Reformadas no exterior, a ser estabelecido na Igreja em lugar do presente governo eclesiástico de arcebispos, bispos, seus chanceleres, delegados, deãos, deãos e cabidos de cônegos, arquidiáconos e outros ministros eclesiásticos, dependendo da hierarquia, que é resolvido ser eliminado; e concernente ao Diretório de Adoração, ou Liturgia, daqui em diante será na Igreja: e proferirá suas opiniões e conselhos das e sobre as mesmas a ambas ou uma das Casas do Parlamento com toda a rapidez conveniente que puderem.[140]

Depois que isto foi feito, a Assembléia prosseguiu com uma confissão de fé. Embora o trabalho preliminar em uma confissão começou em 1644, não foi até 1645 que o Parlamento ordenou que a Assembléia preparasse uma confissão de fé.**[141]** Isto ocupou a Assembléia até dezembro de 1646. Trabalho em um catecismo foi iniciado em setembro de 1646, mas iniciando em janeiro de 1647, foi decidido que "duas formas de catecismo podem ser preparadas, uma mais minuciosa e abrangente, outra mais fácil e breve por causa dos novos iniciantes."**[142]** Por essa razão, o restante do tempo foi gasto na formulação de dois catecismos, dessa forma completando as "quatro partes de uniformidade."

Antes da Assembléia de Westminster haver terminado, um sistema de governo eclesiástico presbiteriano foi estabelecido na Inglaterra. Dessa forma, uma tentativa foi feita para forçar a uniformidade absoluta na religião por toda Inglaterra – exatamente como os anglicanos tinham feito – mas foi de curta duração. Porque era produto do Parlamento, qualquer mudança naquele grupo estava sujeito a afetar a Assembléia. Dessa forma, quando o exército, que agora era controlado pelos Independentes, obteve o poder, a importância da Assembléia decresceu junto com o próprio Parlamento. O resultado do conflito entre o Parlamento e o exército foi a purgação do Parlamento (chamada a Purgação do Orgulho [Pride], por causa do Cel. Thomas Pride [m. 1658]), em dezembro de 1648, dos presbiterianos.**[143]** Após esta substancial redução do Parlamento (demoninado *Rump Parliament*), o rei foi executado e a Inglaterra foi declarada um estado democrático, assim tendo início o Interregno (o período entre reinos). Em 1653 o próprio *Rump Parliament* foi despedido e Oliver Cromwell (1599-1658) assumiu o poder como Lorde Protetor. Durante o Protetorado de Cromwell, a tolerância religiosa foi extendida a todos os protestantes (com exceção dos anglicanos).**[144]** Muitos batistas estavam até mesmo em seu exército.**[145]** Apos a morte de Cromwell, e a derrota de seu filho Ricardo (1626-1712), que o sucedeu, o Protetorado abriu caminho para o reconvocado *Rump Parliament*. Em 1660, a monarquia foi restaurada na pessoa de Carlos II (1630-1685). Entretanto, com a monarquia veio a restauração do Episcopado e o repúdio ao Presbiterianismo e ao Puritanismo. Mas embora o Episcopado permanece até hoje a igreja estabelecida na Inglaterra, a Assembléia de Westminster ainda subsiste. Trezentos e cinquenta anos após a convocação da Assembléia, em 1993, calvinistas (principalmente da América) se reuniram na Abadia de Westminster para comemorar a Assembléia e realizar uma conferência realçando sua história e importância.**[146]** Os produtos literários da Assembléia, entretanto, têm sido continuamente usados pelos calvinistas desde seu início.

---

[1] M. Howard Rienstra, "The History and Development of Calvinism in Scotland and England," em Bratt, ed., *The Rise and Development of Calvinism*, p. 110.

[2] Para uma leitura mais detalhada sobre o desenvolvimento da Bíblia Inglesa veja do autor *A Brief History of English Bible Translations*.
[3] A. R. Myers, ed. *English Historical Documents (1327-1515)*, vol. 4 do *English Historical Documents*, ed. David C. Douglas (New York: Oxford University Press, 1969), p. 696.
[4] John Wycliffe, citado em J. H. Merle d'Aubigne, *The Reformation in England*, ed. S. M. Houghton, trad. H. White (Edinburgh: Banner of Truth Trust, 1962), vol. 1, p. 92.
[5] Henry Gee e William John Hardy, eds. *Documents Illustrative of English Church History* (Londres: Macmillan and Co., 1910), p. 108.
[6] Paul L. Hughes e James F. Larkin, eds., *Tudor Royal Proclamations*, Vol. I: *The Early Tudors (1485-1553)* (New Have e Londres: Yale University Press, 1964), p. 6.
[7] Alfred W. Pollard, ed., *Records of the English Bible* (Londres: Oxford University Press, 1911), p. 1.
[8] Andréas Ammonius, citado em H. Maynard Smith, *Pre-Reformation England* (New York: Russell & Russell, 1963), p. 289.
[9] d'Aubigne, Reformation in England, vol. 1, pp. 157-158.
[10] Ibid., p. 177.
[11] G. R. Elton, *Reform and Reformation, England 1509-1598* (Cambridge: Harvard University Press, 1977), p. 75.
[12] Newman, vol. 2, p. 66.
[13] Hughes e Larkin, vol. 1, p. 183.
[14] Ibid., p. 185.
[15] Ibid., p. 196.
[16] Ibid.
[17] William Tyndale, citado em David Daniell, *William Tyndale: A Biography* (New Haven & Londres: Yale University Press, 1994), p. 383.
[18] G. R. Elton, ed., *The Tudor Constitution: Documents and Commentary* (Cambridge: Cambridge University Press, 1960), p. 335.
[19] Henry Bettenson, ed., *Documents of the Christian Church*, 2a ed. (Londres: Oxford University Press, 1963), p. 229.
[20] Gee e Hardy, p. 257.
[21] Lindsay, vol. 2, pp. 333-334.
[22] Gee e Hardy, p. 307.
[23] C. H. Williams, ed., *English Historical Documents (1485-1558)*, vol. 5 de *English Historical Documents*, ed. David C. Douglas (New York: Oxford University Press, 1971), p. 824.
[24] Thomas Cranmer, citado em C. H. Williams, p. 825.
[25] Gee e Hardy, p. 275.
[26] Hughes e Larkin, vol. 1, p. 297.
[27] Ibid., p. 374.
[28] Ibid., p. 393.
[29] Thompson, p. 594.
[30] Gee e Hardy, p. 366.
[31] Hughes e Larkin, vol. 1, p. 395.

[32] Gee e Hardy, pp. 358, 369.
[33] Citado em E. N. Williams, *A Documentary History of England*, Vol. 2: *(1559-1931)* (Baltimore: Penguin Books, 1965), p. 20.
[34] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 614.
[35] Eduardo VI, citado em Thompson, p. 609.
[36] Paul L. Hughes e James F. Larkin, eds., *Tudor Royal Proclamations,* Vol. II: *The Later Tudors (1553-1587)* (New Haven e Londres: Yale University Press, 1969), p. 6.
[37] C. H. Williams, pp. 860, 862.
[38] Hughes e Larkin, vol. 2, p. 59.
[39] Ibid., p. 91.
[40] Gee e Hardy, p. 384.
[41] Thompson, p. 617.
[42] Hugh Latimer, citado em Thompson, p. 617.
[43] John Knox, *The First Blast of the Trumpet Against the Monstruous Regiment of Women* (Dallas: Presbyterian Heritage Publications, 1993), p. 87.
[44] Charles D. Cremeans, *The Reception of Calvinistic Thought in England* (Urbana: University of Illinois Press, 1949), p. 35.
[45] Gee e Hardy, p. 442.
[46] Ibid., p. 458.
[47] Elton, The Tudor Constitution, p. 424.
[48] Hughes e Larkin, vol. 2, p. 119.
[49] Ibid.
[50] Ibid., p. 126.
[51] Citado em Brooke F. Westcott, *A General View of the History of the English Bible*, 3a ed. rev. William A. Wright (Londres: Macmillan and Co., 1905), p. 101.
[52] Polland, p. 303.
[53] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 616.
[54] Gee e Hardy, p. 477.
[55] Everett H. Emerson, *English Puritanism from John Hooper to John Milton* (Durham: Duke University Press, 1968), p. 15.
[56] Ibid., p. 17.
[57] William Haller, *Elizabeth I and the Puritans* (Charlottesville: The University Press of Virginia, 1972), p. 31.
[58] Douglas Kelly, Liberty, p. 57.
[59] Ibid., p. 63.
[60] James H. Smylie, *A Brief History of the Presbyterians* (Louisville: Geneva Press, 1996), p. 31.
[61] Citado em William M. Hetherington, *History of the Westminster Assembly of Divines*, 3a ed. (Edmonton: Still Waters Revival Books, 1993), p. 61.
[62] Emerson, p. 31.
[63] John Reynolds, citado em Schaff, Creeds, vol. 1, p. 709.
[64] Schaff, Creeds, vol. 1, pp. 710-712.
[65] Benjamin B. Warfield, *The Westminster Assembly and its Work* (Edmonton: Still Waters Revival Book, 1991), pp. 4-5.
[66] Citado em Schaff, Creeds, vol. 1, pp. 687-688.

[67] Douglas Kelly, Liberty, p. 67.
[68] Schaff, Creeds, vol. 1, pp. 689, 718-719.
[69] McNeil, p. 309.
[70] Calvino, Letters, pp. 87, 113, 119, 125, 130, 138, 140, 145, 147.
[71] Cremeans, p. 28.
[72] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 602.
[73] McNeil, p. 311.
[74] Ibid., p. 314.
[75] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 603.
[76] R. T. Kendall, *Calvin and English Calvinism* (Oxford: Oxford University Press, 1979), p. 52.
[77] McNeil, p. 313.
[78] Horton Davies, *Worship and Theology in England*, Vol. 1: *From Cranmer to Hooker* (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1996), p. 424.
[79] Kendall, pp. 52-53.
[80] Curtiss, p. 132.
[81] Cunningham, Reformers, p. 426.
[82] Schaff, Creeds, vol. 3, pp. 523-524.
[83] Ibid., vol. 1, p. 661.
[84] Patrick Collinson, "England and International Calvinism, 1558-1640," em Menna Prestwich, *International Calvinism* (Oxford: Oxford University Press, 1985), pp. 213, 220.
[85] John Reynolds, citado em Schaff, Creeds, vol. 1, p. 661.
[86] Citado em Harrison, Beginnings of Arminianism, p. 181.
[87] Emerson, p. 31.
[88] Kenneth Fincham e Peter Lake, "The Ecclesiastical Policies of James I and Charles I," em Kenneth Fincham, ed., *The Early Stuart Church, 1603-1642* (Stanford: Stanford University Press, 1993), p. 32.
[89] Peter White, "The *via media* in the early Stuart Church," em Fincham, ed., *The Early Stuart Church, 1603-1642*, pp. 218, 225; Fincham e Lake, p. 31-32.
[90] Fincham e Lake, p. 32.
[91] Citado em Schaff, Creeds, vol. 1, p. 513.
[92] Tyacke, Anti-Calvinists, p. 102.
[93] Neve, vol. 2, p. 29.
[94] Citado em Harrison, Arminianism, p. 133.
[95] Harrison, Arminianism, p. 128; Collinson, pp. 218, 220; Tyacke, Anti-Calvinists, p. 127.
[96] Harrison, Arminianism, p. 133.
[97] Robert Montagu, citado em Harrison, Arminianism, p. 131.
[98] Emerson, p. 37.
[99] Neve, vol. 2, p. 30.
[100] Citado em Nicholas Tyacke, "Archibishop Laud," em Fincham, ed., *The Early Stuart Church, 1603-1642*, p. 65.
[101] Tyacke, Anti-Calvinists, pp. 47, 49, 57, 126, 137, 138, 167, 186.
[102] Ibid., pp. 127-139.

[103] John Owen, *The Death of Christ*, volume 10 de *The Works of John Owen*, ed. William H. Goold (Edinburgh: The Banner of Truth Trust, 1967), pp. 1, 4.
[104] McNeil, p. 322.
[105] Citado em Hetherington, p. 97.
[106] John R. de Witt, "The Form of Church Government," em John L. Carson e David W. Hall, eds., *To Glorify and Enjoy God: A Commemoration of the 350th Anniversary of the Westminster Assembly* (Edinburgh: The Banner of Truth Trust, 1994), p. 150.
[107] Clark, Presbyterians, p. xi.
[108] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 730.
[109] William S. Barker, "The Men and Parties of the Assembly," em Carson e Hall, eds., *To Glorify and Enjoy God: A Commemoration of the 350th Anniversary of the Westminster Assembly*, p. 52.
[110] Richard Baxter, citado em Schaff, Creeds, vol. 1, p. 729.
[111] Samuel T. Logan, "The Context and Work of the Assembly," em Carson e Hall, eds., *To Glorify and Enjoy God: A Commemoration of the 350th Anniversary of the Westminster Assembly*, p. 34.
[112] Citado em Hetherington, p. 117.
[113] Barker, p. 52.
[114] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 733.
[115] Warfield, Westminster Assembly, p. 17.
[116] Works of Arminius, vol. 1, p. 649.
[117] Sell, p. 63.
[118] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 733.
[119] Hetherington, p. 136.
[120] Schaff, Creeds, vol. 1, pp. 737-738.
[121] Ibid., p. 739.
[122] Ibid., p. 736.
[123] Citado em Hetherington, p. 129.
[124] Schaff, Creeds, vol. 1, pp. 745-747.
[125] Citado em Hetherington, p. 97.
[126] Ibid.
[127] Hetherington, p. 98.
[128] McNeil, p. 324.
[129] Logan, p. 36.
[130] de Witt, Church Government, p. 148.
[131] Citado em de Witt, Church Government, p. 147.
[132] Logan, p. 35.
[133] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 730.
[134] Warfield, Westminster Assembly, pp. 3, 17.
[135] Ibid., p. 3.
[136] Logan, p. 37.
[137] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 754.
[138] Citado em Hetherington, p. 130.
[139] Warfield, Westminster Assembly, p. 36.
[140] Citado em Hetherington, p. 158.

[141] Warfield, Westminster Assembly, pp. 82-86.
[142] Citado em Warfield, Westminster Assembly, p. 63.
[143] Hetherington, p. 310.
[144] Henry O. Wakeman, *An Introduction to the History of the Church of England*, 7th ed. (Londres: Rivingtons, 1912), p. 377.
[145] William L. Lumpkin, *Baptist Confessions of Faith*, ed. rev. (Valley Forge: Judson Press, 1969), p. 150.
[146] Para os detalhes veja o prefácio e introdução a Carson e Hall, eds., *To Glorify and Enjoy God: A Commemoration of the 350th Anniversary of the Westminster Assembly*.

Os Padrões de Westminster

Por causa da decisão da Assembléia de Westminster de preparar dois catecismos, as "quatro partes de uniformidade" resultaram na produção de cinco documentos. Conhecidos como os Padrões de Westminster, somente a confissão de fé e os dois catecismos são geralmente usados hoje. De acordo com os calvinistas presbiterianos: "A Confissão e os Catecismos representam a única melhor expressão da doutrina contida nas Escrituras."**[1]** As duas primeiras produções da Assembléia, *A Forma de Governo Eclesiástico Presbiteral* e *O Diretório para Adoração Pública*, foram completados em 1644.**[2]** Embora a primeira não foi ratificada pelo Parlamento Inglês, a última foi determinada por decreto em janeiro de 1645 para substituir o Livro da Oração Comum.**[3]** Entretanto, ambos os documentos foram adotados pela Assembléia Geral Escocesa em fevereiro do mesmo ano.**[4]** A confissão de fé concluída foi enviada ao Parlamento em dezembro de 1646 com o título: *O Humilde Conselho da Assembléia de Teólogos, Agora por Ordem do Parlamento reunido em Westminster, referente à Confissão de Fé, apresentada por eles recentemente a ambas as Casas do Parlamento*.**[5]** Mas como a Casa dos Comuns exigiu que fossem acrescentadas provas escriturísticas, a confissão foi novamente submetida ao Parlamento em abril de 1647 com a adição da frase ao título "com as Citações e Textos da Escrituras anexados."**[6]** Não foi até 20 de junho de 1648 que o Parlamento, após fazer algumas mudanças e omissões, ordenou a publicação da confissão sob o título: *Artigos da Religião Cristã aprovados e passados por ambas as Casas do Parlamento, após Conselho com a Assembléia de Teólogos por ordem do Parlamento*.**[7]** É o texto não alterado original, entretanto, que foi adotado pela Assembléia Geral Escocesa em 1647.**[8]** E é este mesmo texto, conhecido como a Confissão de Fé de Westminster, que os presbiterianos pelo mundo todo aceitaram desde então. Os dois catecismos, chamados (por causa de seu tamanho) o Maior e o Breve, foram apresentados ao Parlamento sem as provas da Escritura em outubro e novembro, respectivamente de 1647, enquanto as provas foram fornecidas em 14 de abril de 1648.**[9]** Mas ainda que os dois catecismos foram adotados pelos escoceses em julho de 1648, o Parlamento inglês somente aprovou o Breve Catecismo.**[10]**

Os méritos da Confissão de Fé de Westminster têm sido igualmente reconhecidos por calvinistas e não-calvinistas:

> A mais completa, a mais inteiramente elaborada e cuidadosamente preservada, a mais perfeita, e a mais vital expressão que já foi composta pela mão do homem, de tudo que se introduz no que chamamos religião evangélica.[11]

> O mais qualificado, o mais claro e o mais abrangente sistema de doutrina cristã já fabricado.[12]

> Ela muito aproximadamente atinge as proporções totais de um tratado teológico, e exige muito mais profundidade de discernimento teológico do que qualquer outra.[13]

Mas os calvinistas em particular consideram a Confissão de Westminster como incorporando suas crenças. Boettner a chama "a mais perfeita expressão da Fé Reformada."[14] McNeil a denomina "um clássico do Calvinismo."[15] Warfield sustenta que não há nada na Confissão de Westminster "que não seja encontrado expressivamente demonstrado nos escritos" de João Calvino.[16] Alguns discordam, entretanto, e afirmam que a "teologia de Westminster, então, representa um distanciamento substancial do pensamento de João Calvino."[17] Não obstante, os calvinistas consideram a Confissão de Westminster como uma autoridade. Shedd refere a ela como "a regra de fé."[18] Um outro a chama de "o credo oficial do Presbiterianismo."[19] Estudantes no Westminster Theological Seminary na Filadélfia podem realizar um curso sobre a Assembléia de Westminster e examinar sua teologia através de "um estudo da Confissão de Fé de Westminster."[20] E não apenas numerosos comentários sobre a Confissão têm aparecido através dos anos, ela tem sido traduzida em muitas línguas desde a primeira tradução estrangeira para o alemão em 1648.[21]

A Confissão de Fé de Westminster, da qual relevantes porções podem ser encontradas no apêndice 6,[22] contém trinta e três capítulos, cada um dividido em parágrafos. O mais longo é aquele sobre a Bíblia, contendo dez parágrafos; o mais infame é aquele sobre a predestinação. A base principal da Confissão foi os Artigos de Religião Irlandeses fortemente calvinistas redigidos pelo arcebispo Ussher em 1615.[23] A Confissão de Westminster abarca todas as principais doutrinas da Fé Cristã. Dessa forma, ela difere dos Cânones de Dort, que somente dizem respeito ao Calvinismo. Como mencionado anteriormente, a forma da Confissão aceita é aquela do original produzido pela Assembléia de Westminster e não aquela aprovada pelo Parlamento, que omitiu os capítulos trinta e trinta e um, e vários parágrafos inteiros.[24] A edição da Confissão atualmente em uso na América é levemente diferente da edição britânica. As diferenças consistem principalmente na omissão de algumas frases sobre a relação entre a igreja e as autoridades civis.[25]

Apesar dos Catecismos de Westminster terem sido igualmente enaltecidos pelos calvinistas e seus oponentes, o Catecismo Maior tem, como relata Warfield, "assumido um lugar um tanto secundário."[26] E enquanto que os calvinistas consideram o Catecismo Maior "um completo, equilibrado, edificante resumo da fé cristã,"[27] do Breve Catecismo tem sido dito:

> Uma obra-prima de organização literária e clareza.[28]
>
> Se a Assembléia de Westminster tivesse feito nada mais do que produzir o Breve Catecismo eles mereceriam a eterna gratidão da igreja cristã.[29]
>
> Nenhum resultado dos teólogos tem sido mais vastamente difundido ou exercido uma mais profunda influência do que seu "Breve Catecismo."[30]

Como a Confissão de Westminster, o Breve Catecismo é considerado "um clássico do Calvinismo."[31] É também considerado uma autoridade. O teólogo puritano Richard Baxter (1615-1691) considerava o Breve Catecismo, junto com a Bíblia, "provavelmente o melhor livro no mundo."[32] Schaff sustenta que ele "é um dos três típicos Catecismos do Protestantismo que provavelmente deve durar até o fim dos tempos."[33] Exige-se dos estudantes de mestrado em teologia no Reformed Theological Seminary que eles memorizem o Breve Catecismo.[34] E também como a Confissão de Westminster, os Catecismos têm sido tema de comentários e traduzidos em outras línguas.[35]

O Catecismo Maior de Westminster contém 196 perguntas e respostas; o Breve apenas 107. É no começo do Breve Catecismo que encontramos a mais famosa pergunta e resposta de catecismo:

> P. Qual é o fim principal do homem?
> R. O fim principal do homem é glorificar a Deus, e gozá-lo para sempre.

Warfield credita Calvino como "a fonte última da pergunta de abertura do Breve Catecismo de Westminster."[36] Ambos os Catecismos, entretanto, têm a distinção de que cada resposta incorpora a pergunta correspondente, desse modo formando uma declaração completa de fé em si mesmo. E como a Confissão de Fé de Westminster, os Catecismos Maior e Breve permanecem até hoje os padrões doutrinários da maioria das igrejas presbiterianas.

Com a restauração da monarquia na Inglaterra, estes padrões da Assembléia de Westminster, que se pretendia substituir os Trinta e Nove Artigos, resultaram em nada no que se refere à Igreja inglesa. Mas ainda que o trabalho da Assembléia de Westminster foi repudiado na Inglaterra, seus

Padrões permaneceram "a mais completa e a mais desenvolvida declaração simbólica do sistema de doutrina calvinista."[37] Mas mais uma vez, alguns calvinistas discordam, alegando que "a teologia de Westminster dificilmente merece ser chamada calvinista - especialmente se esse termo for significar o pensamento do próprio Calvino."[38] Todavia, consentimento com os Padrões de Westminster ainda é obrigatório aos ministros nas igrejas presbiterianas conservadoras. Mas apesar da reverência por estes Padrões, como o teólogo presbiteriano William Shedd conta: "As doutrinas do Calvinismo formuladas nos Padrões de Westminster são descritas por muitas pessoas como destinando a vasta maioria da raça humana a uma eternidade de pecado e miséria."[39] Dessa forma, começando com os presbiterianos de Cumberland no início do século dezenove, alguns presbiterianos têm procurado revisar os Padrões naqueles trechos onde são achadas as doutrinas do Calvinismo.[40]

---

[1] James E. Bordwine, *A Guide to the Westminster Standards* (Jefferson: The Trinity Foudation, 1991), p. v.
[2] Hetherington, pp. 342-343.
[3] Warfield, Westminster Assembly, pp. 43, 45.
[4] Hetherington, pp. 342-343.
[5] Warfield, Westminster Assembly, pp. 339-340.
[6] Ibid., p. 340.
[7] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 758.
[8] Warfield, Westminster Assembly, p. 341.
[9] Ibid., p. 63.
[10] Ibid., pp. 63-64.
[11] Benjamin B. Warfield, citado em Jay E. Adams, "Afterword: The Influence of Westminster," em Carson e Hall, eds., *To Glorify and Enjoy God: A Commemoration of the 350th Anniversary of the Westminster Assembly*, p. 250.
[12] Dr. Currey, citado em Schaff, Creeds, vol. 1, p. 789.
[13] Dean Stanley, citado em Schaff, Creeds, vol. 1, p. 789.
[14] Boettner, Predestination, p. 13.
[15] McNeil, p. 325.
[16] Benjamin B. Warfield, citado em Kendall, p. 2.
[17] Kendall, p. 212.
[18] Shedd, Calvinism, p. 146.
[19] John Richardson, Introdução a Clark, *What Do Presbyterians Believe?* p. xii.
[20] Westminster Theological Seminary, *1990-1992 Catalog*, p. 96.
[21] Warfield, Westminster Assembly, pp. 361-367.
[22] *The Westminster Confession of Faith* (Filadélfia: Great Commission Publications, n.d.).
[23] Schaff, Creeds, vol. 1, pp. 665, 761.
[24] Warfield, Westminster Assembly, p. 106.

[25] Para as partes que foram alteradas, veja Bordwine, p. v.
[26] Warfield, Westminster Assembly, p. 64.
[27] W. Robert Godfrey, "The Westminster Larger Catechism," em Carson e Hall, eds., *To Glorify and Enjoy God: A Commemoration of the 350th Anniversary of the Westminster Assembly*, p. 130.
[28] McNeil, p. 326.
[29] Richard Baxter, citado em Douglas F. Kelly, "The Westminster Shorter Catechism," em Carson e Hall, eds., *To Glorify and Enjoy God: A Commemoration of the 350th Anniversary of the Westminster Assembly*, p. 102.
[30] Warfield, Westminster Assembly, p. 64.
[31] McNeil, p. 325.
[32] Richard Baxter, citado em Douglas Kelly, Catechism, p. 102.
[33] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 787.
[34] Reformed Theological Seminary, *1990-1991 Catalog*, p. 39.
[35] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 783.
[36] Warfield, Westminster Assembly, p. 389.
[37] Ibid., p. 788.
[38] Shedd, Calvinism, p. 116.
[39] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 815.
[40] Kendall, p. 212.

Confissões de Fé Batistas

Os batistas, devido à sua ênfase na autoridade da Escritura, historicamente nunca foi um povo credal. Contudo, isto não significa que eles nunca produziram confissões de fé ou catecismos. Antes, os documentos confessionais que os batistas têm compostos foram muitas vezes preparados por razões apologéticas porque eles foram às vezes mal representados por seus oponentes. Das numerosas confissões de fé batistas que foram escritas há três que são mantidas em grande estima pelos batistas calvinistas, com duas destas sendo diretamente relacionadas à Confissão de Fé de Westminster. É, por essa razão, necessário completar este capítulo com um exame destas confissões de fé batistas, às quais os batistas ainda recorrem quando buscam provar que o Calvinismo é a posição batista histórica.

A primeira confissão a ser considerada é a que tem sido chamada a Primeira Confissão de Londres. Esta confissão foi primeiro publicada em 1644 por sete igrejas batistas particulares em Londres.**[1]** Naturalmente, era tanto batista quanto calvinista. Contendo cinqüenta e dois artigos, lê-se na página título:

A CONFISSÃO DE FÉ
Daquelas IGREJAS que são geralmente (embora falsamente)
chamadas ANABATISTAS;

Apresentada à vista de todos que temem a Deus, para examinarem segundo o padrão da Palavra da Verdade: Como igualmente para tirar aquelas difamações que são freqüentemente, tanto no Púlpito quanto na Imprensa,
(embora injustamente) lançadas sobre elas.

A Confissão foi veementemente oposta pelo ministro anglicano Daniel Featley (1587-1645). Ele tinha anteriormente participado numa disputa com os batistas mas agora estava preso após ser banido da Assembléia de Westminster.[2] No último capítulo de seu livro *The Dippers dipt. or, The Anabaptists duck't and plunged Over head and Eares, at a Disputation in Southwark*, Featley discordou de seis artigos da nova confissão batista.[3] Os batistas, em 1646, então publicaram uma nova edição de sua confissão na qual mudanças significativas foram feitas.[4] Ela também continha uma dedicação ao Parlamento, exatamente como o livro de Featley:

> Aos ilustres Lordes, Membros, Cidadãos e Deputados nas Assembléias do Parlamento. Ilustres e Magnânimos Patriotas, visto como recentemente lhes foi apresentado um livro (de Featley), em cuja Epístola Dedicatória há muitas infames acusações injusta e falsamente lançadas contra nós, julgamos necessário fazer alguma declaração de nossa inocência, e (para esse fim) humildemente apresentar para vossa inspeção esta nossa Confissão de Fé.[5]

Mas como foi provado, a edição revisada da Primeira Confissão de Londres enfraquecia a "característica batista distintiva de alguns dos artigos."[6] Logo depois que esta confissão revisada apareceu, Benjamin Cox (n. 1595-c. 1661) publicou o que ele chamou de *An Appendix to a Confession of Faith* no qual, em vinte e dois artigos, ele se estende sobre alguns pontos na Confissão.[7] Este apêndice, entretanto, não foi publicado com a Confissão até 1981.[8] Outras edições e reimpressões da Confissão também apareceram posteriormente.[9]

Após a restauração da monarquia na Inglaterra em 1660, houve uma nova perseguição de dissidentes da Igreja da Inglaterra. Para manter uma frente unida, era mais que natural que os grupos de dissidentes tentassem mostrar a extensão do acordo entre eles em relação à doutrina. Os congregacionalistas (independentes) adotaram a Confissão de Fé de Westminster em uma forma levemente revisada em 1658. Denominada a Declaração de Savoy (porque ela foi redigida no Palácio Savoy, em Londres), ela foi essencialmente obra dos independentes que participaram da Assembléia de Westminster.[10] Dessa forma, os batistas, a fim de mostrar seu acordo com os presbiterianos e congregacionalistas, se reuniram em 1677 e, baseando seu trabalho na Confissão de Westminster, produziram o que veio a ser chamada a Segunda Confissão de Londres.[11] Contendo trinta e dois artigos, lê-se na página título:

Uma CONFISSÃO DE FÉ
Publicada pelos ANCIÃOS e IRMÃOS de muitas
CONGREGAÇÕES de
Cristãos (batizados conforme Profissão de sua Fé) em *Londres*
e em todo País.

Depois que o Ato de Tolerância foi emitido em maio de 1689, os batistas se reuniram novamente e no decurso de suas deliberações aprovaram a confissão de 1677 e a publicaram com o seguinte prefixo:

> Nós os Ministros e Mensageiros de, e preocupados por, mais de cem congregações batizadas na Inglaterra e País de Gales (negando o Arminianismo) se reunindo em Londres, do terceiro dia do sétimo mês ao décimo primeiro dia do mesmo, 1689, para considerar algumas coisas que podem ser para a glória de Deus, e para o bem destas congregações; decidiram reunir-se (para satisfação de todos os outros cristãos que diferem de nós na questão do batismo) para recomendar ao seu exame a confissão de nossa fé, cuja confissão reconhecemos, como contendo a doutrina de nossa fé e prática, e desejamos que os membros de nossas igrejas respectivamente se suprem daqui em diante.[12]

Ela foi assinada por trinta e sete ministros, incluindo Hanserd Knollys, William Kiffin e Benjamin Keach.[13]

A Segunda Confissão de Fé de Londres, da qual relevantes partes podem ser encontradas no apêndice 7,[14] ainda que baseada na Confissão de Westminster, não obstante continha mudanças suficientes para torná-la uma confissão de fé batista. Good a chama "genuinamente batista e verdadeiramente calvinista."[15] As principais mudanças foram a omissão de elementos no capítulo VII sobre os pactos, a inserção de um novo capítulo XX intitulado "O Evangelho e a Extensão de sua Graça," a omissão dos capítulos XXX e XXXI sobre "Das Censuras Eclesiásticas" e "Dos Sínodos e Concílios," o capítulo XXV sobre a Igreja foi expandido e reescrito, a omissão de elementos no capítulo XXVII sobre os Sacramentos e a alteração do capítulo XXVIII sobre o batismo. A seção principal sobre o Calvinismo, entretanto, é tirada quase textualmente da Confissão de Westminster. Isto é reconhecido pelos batistas calvinistas: "A Confissão de Londres de 1689 expressou sua soteriologia calvinista sem reserva numa linguagem praticamente copiada da Confissão de Westminster."[16] Por causa de sua confiança na Confissão de Westminster, a Segunda Confissão de Londres tem sido criticada por alguns batistas calvinistas que defendem a superioridade da confissão de Londres mais antiga.[17] Mas como os outros batistas calvinistas têm mostrado, a Primeira Confissão de Londres não foi somente baseada nas fontes não-batistas mais primitivas, mas sua edição revisada reduziu a ênfase da primeira edição.[18] A Segunda Confissão de Londres é ainda considerada com reverência hoje entre certos grupos de batistas calvinistas. Por exemplo, a Associação Internacional de Batistas

Reformados (IFRB), formada em 1990, mantém o rol de membros aberto a "ministros, obreiros cristãos ou igrejas locais que aprovam as doutrinas da graça conforme demonstradas na Confissão de Fé Batista de 1689."[19]

A Segunda Confissão de Londres chegou até as colônias americanas com os batistas particulares que vieram ao novo mundo. Foi primeiro adotada em caráter oficial pela Associação Batista da Filadélfia em 25 de setembro de 1742.[20] Eventualmente denominada a Confissão de Fé da Filadélfia, a primeira edição foi impressa por Benjamin Franklin (1706-1790).[21] A única diferença entre a Confissão de Londres e sua cópia americana é a adição de dois artigos, trazendo o número total para trinta e quatro. Os dois novos artigos, "Do Cântico dos Salmos no Culto Público" (XXIII) e "Da Imposição das Mãos" (XXXI), são devidos à influência de Elias Keach (1667-1701), o filho do famoso signatário da Segunda Confissão de Londres.[22] Por causa de sua simetria, todas as referências subseqüentes à Segunda Confissão de Fé de Londres incluem a Confissão da Filadélfia também, e vice-versa.

Embora os Cânones de Dort somente abrangem as doutrinas do Calvinismo, os Cinco Pontos são incluídos nos outros credos calvinistas que foram mencionados. Os modernos batistas da Graça Soberana fazem muito alvoroço sobre a harmonia da eleição encontrada nestas confissões batistas mas paradoxalmente rejeitam as confissões quanto aos outros pontos. Assim o fato de que as mais bem conhecidas confissões de fé batistas na história são calvinistas significa apenas isso: um fato histórico. O argumento histórico usado pelos batistas para provar que todos os batistas legítimos deveriam ser calvinistas é tapeação. Em primeiro lugar, a "posição historica" da Confissão da Filadélfia ordena a imposição de mãos - uma pratica que nenhuma igreja batista da Graça Soberana emprega hoje. E em segundo lugar, os batistas da Graça Soberana hoje, dos quais a vasta maioria são premilenistas em sua escatologia, rejeitam o amilenismo não apenas da Confissão de Fé da Filadélfia, mas tanto das Confissões de Londres como da Confissão de Westminster também.

Ao encerrar esta seção histórica do livro, um citação dos calvinistas Steele e Thomas é pertinente antes de passarmos para a seção doutrinária. Ao fazer a mesma transição em seu livro *The Five Points of Calvinism*, eles afirmam: "Nenhuma tentativa tem sido feita nesta seção para provar a veracidade das doutrinas calvinistas. Nosso único propósito tem sido contar uma breve história do sistema e explicar seu conteúdo. Estamos agora prontos para considerar seu apoio bíblico."[23] O oposto exato desta afirmação é aqui mantida, pois até agora nenhuma tentativa tem sido feita nesta seção para provar a *falsidade* das doutrinas calvinistas. Nosso único propósito tem sido contar uma breve história do sistema e explicar seu conteúdo. Estamos agora prontos para considerar sua *falta* de apoio bíblico.

[1] Lumpkin, p. 144.
[2] Ibid., p. 147.
[3] Ibid.
[4] Ibid.
[5] Citado em W. J. McGlothlin, *Baptist Confessions of Faith* (Filadélfia: American Baptist Publications Society, 1911), p. 190.
[6] Richard P. Belcher e Tony Mattia, *A Discussion of Seventeenth Century Baptist Confessions of Faith* (Columbia: Richbarry Press, 1983), p. 18.
[7] Lumpkin, p. 150.
[8] *The First London Confession of Faith With an Appendix by Benjamin Cox* (Nova York: Backus Book Publishers, 1981).
[9] Lumpkin, pp. 150-152.
[10] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 832.
[11] Lumpkin, p. 236.
[12] Citado em Lumpkin, pp. 238-239.
[13] Lumpkin, p. 239; Kiffin e Keach tinham também assinado a confissão de 1644.
[14] Lumpkin, pp. 241-295.
[15] Good, Calvinists, p. 67.
[16] Ibid., p. 66.
[17] Gary Long, Contemporary Preface to *The First London Confession of Faith With an Appendix by Banjamin Cox*, p. 29.
[18] Belcher e Mattia, p. 29.
[19] Introdução a Erroll Hulse, et al., *Our Baptist Heritage* (Leeds: Reformation Today Trust, 1993), p. ix.
[20] Lumpkin, p. 349.
[21] Ibid.
[22] Ibid.
[23] Steele e Thomas, p. 23.

Capítulo 6

DEPRAVAÇÃO TOTAL

O primeiro ponto do Calvinismo é a Depravação Total. E neste caso estamos de acordo com os calvinistas. O problema que temos não é com a doutrina da depravação em si, pois é uma doutrina bíblica. Nossa divergência com os calvinistas é com o que eles querem dizer quando eles dizem acreditar na Depravação Total. Os termos devem ser precisamente definidos antes que possam ser eficazmente usados. O primeiro artigo de fé para um mórmon é: Cremos em Deus, o Pai Eterno, e em Seu Filho Jesus Cristo, e no Espírito Santo. Parece ortodoxo? Mas um pretexto de ortodoxia é apenas isso: um *pretexto*. Qualquer um que conhece o Mormonismo reconheceria imediatamente que sua

profissão está em direta contradição com tudo que eles acreditam. Da mesma forma, quando um testemunha de Jeová alega crer que Jesus Cristo é o Filho de Deus, ele não está denotando a mesma crença na Deidade de Cristo apoiada por qualquer Cristão. Além disso, o uso de palavras como "gay" e "liberal" devem ser qualificadas, para que um significado inteiramente diferente não seja dado a elas sem ser pretendido.

Agora, sobre o termo Depravação Total, não é difícil definir. Depravação é simplesmente "corrupção moral" – veja em qualquer dicionário. A palavra *depravar* vem do Latim *depravare*, que é composta do intensivo *de*, significando "completamente," e *pravus*, significando "perverso." Então, "completamente perverso" ou "totalmente depravado." Todavia, os calvinistas insistem em prefixá-lo com a designação *total*. Agora, é possível dizer *total* e querer dizer que o homem é todo mau: fala, pensamentos, ações, etc. Ou, alguém poderia afirmar que toda a humanidade é má: raças, gêneros, idades, etc. Mas isso não serviria para um calvinista. Depravação Total para um calvinista não tem nada a ver com a natureza pecaminosa ou a condição caída do homem, embora ele irá enfatizar estas verdades. Quando um calvinista diz que ele crê na Depravação Total, ele está colocando uma cortina de fumaça, embora possa ser verdade, para encobrir o fato do que ele realmente acredita.

Definições

O que o calvinista quer dizer quando ele professa crer em Depravação Total? A Confissão de Fé de Westminster, no Capítulo VI, intitulado "Da Queda do Homem, do Pecado e do seu Castigo," declara da Queda de Adão e Eva:

> II. Por este pecado eles decaíram da sua retidão original e da comunhão com Deus, e assim se tornaram mortos em pecado e inteiramente corrompidos em todas as suas faculdades e partes do corpo e da alma.
>
> III. Sendo eles o tronco de toda a humanidade, o delito dos seus pecados foi imputado a seus filhos; e a mesma morte em pecado, bem como a sua natureza corrompida, foram transmitidas a toda a sua posteridade, que deles procede por geração ordinária.
>
> IV. Desta corrupção original pela qual ficamos totalmente indispostos, adversos a todo o bem e inteiramente inclinados a todo o mal, é que procedem todas as transgressões atuais.

Isto certamente está conforme as Escrituras Sagradas, e algo com que qualquer cristão que crê na Bíblia concordaria.

Os calvinistas modernos definem Depravação Total em termos similares:

> Depravação Total significa que o homem natural nunca é capaz de realizar o bem que é fundamentalmente agradável a Deus, e, de fato, pratica o mal a todo o momento.[1]
>
> Queremos dizer por essa doutrina, então, que o homem é *totalmente depravado, mau, e pecador por natureza* em si mesmo, e por *situação* perante Deus. Esta natureza corrompida ele recebe *na* queda de Adão no pecado, e *de* Adão, e é evidenciada em toda a *escolha* e *prática* do pecado do homem, em que ele é *como* Adão.[2]
>
> Quando os calvinistas falam do homem ser totalmente depravado, eles querem dizer que a natureza do homem é inteiramente corrompida, perversa, e pecaminosa.[3]

Mais uma vez, qualquer cristão crente na Bíblia concordaria com estas definições. Então qual o problema? O problema é que esta não é toda a história. Quando um calvinista fala sobre a Depravação Total, ele quer dizer muito mais do que estas descrições da depravação humana. Porque alguns calvinistas sentem que "o termo *depravação total* pode enganar e talvez diga mais sobre a condição pecaminosa do homem do que a Escritura permite,"[4] outros termos são às vezes usados para descrever a primeiro ponto do Calvinismo. Alguns preferem depravação "radical."[5] C. Samuel Storms menciona depravação "persuasiva" ou "extensiva,"[6] ao passo que Sproul prefere a nova combinação "corrupção radical."[7] Mas chamando a Depravação Total por estas outras designações nunca pode mudar o fato do que ela realmente é.

---

[1] Palmer, p. 13.
[2] Frank B. Beck, *The Five Points of Calvinism* (Ashland: Calvary Baptist Church, n.d.), p. 4.
[3] Steele e Thomas, p. 25.
[4] Storms, Chosen for Life, p. 34.
[5] Jewett, p. 15; Coppes, p. 56.
[6] Storms, Chosen for Life, p. 34.
[7] Sproul, Eleitos de Deus, p. 76.

Incapacidade Total

Quando um calvinista diz Depravação Total, o que ele realmente quer dizer é Incapacidade Total, que não tem nada a ver com a Depravação Total, mas é particularmente o suposto *resultado* dela. Um batista da Graça Soberana simplesmente diz: "Depravação total é a causa da incapacidade total e a incapacidade total é o resultado da depravação total."[1] Good explica que "a

incapacidade está relacionada com a depravação como uma parte de um círculo está relacionada com o todo."[2] Mas de acordo com os calvinistas, a incapacidade do homem não é apenas que "a natureza humana foi e está completamente corrompida pelo pecado de forma que o homem é totalmente incapaz de fazer qualquer coisa para efetuar sua salvação."[3] Esta ainda não é a história toda. A doutrina calvinista da depravação é despretenciosamente declarada pelos calvinistas como se referindo à incapacidade do homem para livremente crer em Jesus Cristo para a salvação. Talbot e Crampton autenticam esta proposição: "A Bíblia enfatiza a total incapacidade do homem caído de responder às coisas de Deus; ele não é capaz de agir assim. Isto é o que o calvinista quer dizer com '*depravação total*.'"[4] Pink expande ainda mais a respeito da incapacidade do homem: "Como uma *criatura* o homem natural é responsável por amar, obedecer, e servir a Deus; como um *pecador* ele é responsável por se arrepender e crer no Evangelho. Mas no início somos confrontados com o fato de que o homem natural é incapaz de amar e servir a Deus, e que o pecador, de si mesmo, não pode se arrepender e crer."[5] Então a incapacidade não tem nada a ver com a depravação do homem e a necessidade de um salvador, mas antes se relaciona com a incapacidade do homem em fazer o que, vez após vez, é comandado por Deus a fazer:

> E dizendo: O tempo está cumprido, e é chegado o reino de Deus. Arrependei-vos, e crede no evangelho (Mc 1.15).
>
> Mas Deus, não levando em conta os tempos da ignorância, manda agora que todos os homens em todo lugar se arrependam (At 17.30).

Isso nos leva ao real significado da Depravação Total. Pink reconhece o que ele e todos os calvinistas realmente acreditam sobre a Depravação Total quando diz que é a liberdade da vontade para resistir ou render-se que "define nossa concepção da depravação humana."[6] A Depravação Total é então uma doutrina *negativa*. Quando alguém pensa na depravação do homem, pensamentos de ações *positivas* do homem vêm à mente: pensamentos pecaminosos, palavras pecaminosas, ações pecaminosas. Mas Depravação Total não é sobre algo que o pecador faz, ela se relaciona com o que o pecador não é capaz de fazer.

Então, quando consultando a Confissão de Westminster para apoiar o primeiro ponto do Calvinismo, o lugar certo para olhar não é o supracitado Capítulo VI, mas o Capítulo IX, "Do Libre-Arbítrio," que diz em parte:

> III. O homem, caindo em um estado de pecado, perdeu totalmente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação, de sorte que um homem natural, inteiramente adverso a esse bem e morto no pecado, é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso.

> IV. Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, ele o liberta da sua natural escravidão ao pecado e, somente pela sua graça, o habilita a querer e fazer com toda a liberdade o que é espiritualmente bom, mas isso de tal modo que, por causa da corrupção, ainda nele existente, o pecador não faz o bem perfeitamente, nem deseja somente o que é bom, mas também o que é mau.

Os Cânones de Dort imitam esta descrição da "incapacidade" do homem:

> Portanto, todos os homens são concebidos em pecado e nascem como filhos da ira, incapazes de qualquer ação que o salve, inclinados para o mal, mortos em pecados e escravos do pecado. Sem a graça do Espírito Santo regenerador nem desejam nem tampouco podem retornar a Deus, corrigir suas naturezas corrompidas ou ao menos estar dispostos para esta correção.[7]

Ainda que alguns calvinistas na verdade chamam seu primeiro ponto Incapacidade Total,[8] a maioria simplesmente diz "depravação ou incapacidade total" querendo dizer a mesma coisa.[9] Outros são mais sutis e preferem o termo Depravação Total mas o define como Incapacidade Total.[10] Quanto a por que mais calvinistas não usam o termo correto, Palmer admite que o termo Incapacidade Total "sofre por ser tão negativo."[11] Mas apesar desta confusa série de terminologia, e não importa o que um calvinista chama o primeiro ponto do Calvinismo, o significado é claro: o homem é incapaz de se arrepender e crer no Evangelho que Deus o comanda a assim fazer. O fato de que nem a Depravação Total nem a Incapacidade Total ser mencionada na Bíblia não desanima um calvinista, ele simplesmente reage dizendo que "ambas as expressões são reveladas na Palavra de Deus em outras maneiras de expressar sua moderna conotação."[12]

Para direcionar alguém para longe do aspecto da incapacidade, os calvinistas concluem que as pessoas confundem incapacidade com algo que eles chamam de "depravação absoluta."[13] Isto é devido em parte à tática dos calvinistas quando confrontados com sua verdadeira posição. Como vimos no capítulo 1, o calvinista tem um hábito peculiar de mudar o assunto ou informar o que ele *não* crê quando confrontado com as objeções de sua posição. Mas novamente estamos atolados em um abismo de terminologia. Sproul prefere o termo "corrupção radical,"[14] enquanto seu mentor John Gerstner (1914-1996) contrasta *total* com "absoluta e extrema e final depravação."[15] Depravação absoluta tem sido definida como: "A expressão do mal de sua natureza pecaminosa enquanto for possível, sempre."[16] Os calvinistas corretamente insistem que este não é o caso; então, o cristão é levado a crer que a Depravação Total é ortodoxa visto que ele obviamente concorda com o calvinista ao desprezar uma depravação absoluta. Talbot e Crampton até chamam o ensino da depravação absoluta "hiper-calvinista."[17] Mas

justamente quando o vocabulário único dos calvinistas estava se tornando compreensível, o teólogo reformado protestante Herman Hanko rejeita o contraste entre *total* e *absoluta*, inisistindo que esta distinção "é pretendida precisamente para dar lugar a algum bem que o homem é capaz de executar."**[18]** Ele crê que foi inventado "para suavizar a verdade da depravação total."**[19]** Um outro teólogo da Igreja Reformada Protestante, David Engelsma, afirma que o debate sobre a depravação absoluta "não é certamente útil para entender a real questão em jogo na controvérsia sobre a condição espiritual do homem caído."**[20]** Então, como veremos ao longo desta obra, os calvinistas muitas vezes têm diferenças substanciais entre si – até mesmo referentes às doutrinas do Calvinismo.

---

[1] Harold Harvey, em "The Berea Baptist Banner Forum," *The Berea Baptist Banner*, 5 de outubro de 1989, p. 190.
[2] Good, God's Purpose, p. 16.
[3] Rose, p. 2.
[4] Talbot e Crampton, p. 20.
[5] Pink, Sovereignty, p. 149.
[6] Ibid., p. 136.
[7] Cânones de Dort, III, IV:3.
[8] Boettner, Predestination, p. 60; Seaton, p. 8; Good, God's Purpose, p. 16.
[9] Kober, p. 7; Kruithof, p. 33; Steele e Thomas, p. 24; Talbot e Crampton, p. 17.
[10] Hanko, Total Depravity, p. 18.
[11] Palmer, p. 14.
[12] E. D. Strickland, em "The Berea Baptist Banner Forum," *The Berea Baptist Banner*, 5 de outubro de 1989, p. 190.
[13] Palmer, p. 9; Spencer, Tulip, p. 24.
[14] Sproul, Eleitos de Deus, p. 76.
[15] John H. Gerstner, *A Predestination Primer* (Grand Rapids: Baker Book House, 1960), p. 10.
[16] Spencer, Tulip, p. 24.
[17] Talbot e Crampton, p. 18.
[18] Hanko, Total Depravity, p. 17.
[19] Ibid., p. 16.
[20] David J. Engelsma, "The Death of Confessional Calvinism in Scottish Presbyterianism," *Standard Bearer*, 1º de dezembro de 1992, p. 102.

A Importância da Depravação Total

A importância da Depravação Total para o sistema calvinista não pode ser subestimada. Sem ela, toda a TULIP é destruída, como Hanko diz: "Uma negação da depravação leva a uma negação da graça soberana. Esta, por sua vez,

leva a uma negação da expiação limitada e a eleição incondicional. E a preservação dos santos necessariamente cai no meio do caminho."[1] Engelsma é mais direto: "Negue esta doutrina, e todo o sistema calvinista é demolido."[2] E não somente a TULIP, pois Hanko além disso insiste que "se esta verdade é negada, suavizada, enfraquecida em qualquer aspecto, torna impossível preservar qualquer verdade da Palavra de Deus."[3] Depravação Total é um dos três pontos essenciais do Calvinismo, os outros dois sendo a Eleição Incondicional e a Graça Irresistível. Estes três pontos são a essência do sistema calvinista. A negação dos outros dois pontos, a Expiação Limitada e a Perseverança dos Santos, não afeta a premissa básica do Calvinismo.

Mas adicionalmente, a Depravação Total é também a fundação do sistema calvinista. Gerstner afirma que "a maioria dos problemas que as pessoas têm com a doutrina da predestinação realmente não são problemas referentes à predestinação mas problemas referentes à depravação total."[4] Ele também nos informa que "qualquer um que perceba e creia que o homem está completamente depravado e apesar disso seja salvo, necessariamente acreditaria que ele foi eleito para salvação."[5] A Depravação Total necessita das doutrinas da Eleição Incondicional e da Graça Irresistível. Se todos os homens são incapazes de se arrepender e crer no Evangelho, então logicamente segue que, se qualquer um deles for salvo, Deus precisa primeiro determinar quem são eles (Eleição Incondicional) e então "irresistivelmente" superar sua "incapacidade" (Graça Irresistível) para que eles possam se arrepender e crer no Evangelho. Então, se a Depravação Total for verdadeira, então não há nada que possa fazer exceto invocar Lm 3:26 por toda a vida:

> Bom é ter esperança, e aguardar em silêncio a salvação do Senhor (Lm 3.26).

Se a doutrina calvinista da Depravação Total for verdadeira, tudo que alguém pode fazer é *ter esperança* de ser o objeto da Eleição Incondicional, e se for, então em silêncio *esperar* por Deus salvá-lo pela Graça Irresistível. Simples assim. Mas de modo oposto, se for provado que a Depravação Total é falsa, o resto dos cinco pontos do Calvinismo enfraquece. Se o homem não tem capacidade, então ele pode ser salvo sem os outros pontos, da Eleição Incondicional e da Graça Irresistível. Por dizerem que a Incapacidade Total é o resultado da Depravação Total, um estudo da depravação do homem é necessário antes de uma análise da implicação teológica calvinista dela.

---

[1] Hanko, Total Depravity, p. 23.
[2] Engelsma, Confessional Calvinism, p. 103.
[3] Hanko, Total Depravity, p. 23.
[4] Gerstner, Predestination, p. 11.
[5] Ibid., p. 12.

A Depravação do Homem

A doutrina da depravação do homem é muito importante para o cristão fiel à Bíblia que recusa o rótulo de calvinista ou *arminiano*. Do ponto de vista da soteriologia, a depravação do homem é extremamente significante. É aqui que vemos a condição pecadora e caída do homem e daí toda a razão para a salvação em todos os seus aspectos. O calvinista Seaton precisamente declarou: "Se temos visões deficientes e leves sobre o pecado, então estamos suscetíveis a ter visões defeituosas sobre os meios necessários para a salvação do pecador."**[1]** Qualquer negação ou enfraquecimento da depravação do homem irá fazer com que alguém tenha opiniões equivocadas sobre as outras doutrinas bíblicas também, como Pink reconhece: "Uma ortodoxia humana sobre este assunto determina seu ponto de vista em muitas outras doutrinas de grante importância."**[2]** E não somente isto, mas um homem precisa estar perdido antes que ele possa ser salvo. Agora, é verdade que todos os homens estão perdidos, mas a menos que um homem realmente acredita que, como resultado de seu pecado e depravação, ele está verdadeiramente perdido, ele tem a "incapacidade" de ser salvo. Assim, reconhecendo que a maioria dos cristãos ortodoxos crê na depravação do homem como é ensinado na Bíblia, o calvinista usa a doutrina da depravação do homem para fazer sua doutrina da Depravação Total parecer ortodoxa. Focando na depravação do homem ao invés de seu suposto resultado, o calvinista sutilmente ganha adeptos para sua posição. O próximo passo é convencer todos que os calvinistas somente têm o monopólio da crença na depravação do homem. Isto não é difícil de fazer dado o estado do Cristianismo apóstata hoje. Os calvinistas insistem que, se alguém nega a doutrina da Depravação Total *deles*, então o pecado e a Queda do homem não poderiam ser tomados muito seriamente, o homem não deve estar depravado, e que no final das contas alguém teria que crer em alguma forma de salvação pelas obras. Hanko afirma que "aqueles que negam a verdade da Depravação Total são também aqueles que abrandam as duras realidades do pecado."**[3]** Boettner alega que "somente os calvinistas parecem tomar a doutrina da queda com muita seriedade."**[4]** Rose lembra que negar a Depravação Total é "acreditar que a humanidade é basicamente boa."**[5]** Custance argumenta que se um homem tem a capacidade para meramente responder "favoravelmente ao mover do Espírito Santo em seu coração," então "a salvação é um esforço conjunto."**[6]** Mas apesar do empenho dos calvinistas, será mantido por todo

este capítulo que alguém não tem que ser um calvinista para acreditar na depravação do homem e em tudo o que a Bíblia diz sobre esta questão.

O estudo da história é o estudo da depravação do homem: guerras, fome, estupro, espancamentos, tortura, assassinato, genocídio, holocaustos, escravidão, corrupção, tirania, roubo, mentiras, fraude, pornografia, adultério, aborto, infanticídio. A lista é infindável. Mas apesar do avanço em todas as áreas da tecnologia, e os melhores esforços do governo e das Nações Unidas, o homem é um fracasso, e está ficando pior. A evidência empírica para a depravação do homem se compara com o testemunho das Escrituras. E é nas Escrituras mesmas que a doutrina da depravação do homem deve ser encontrada, não em um credo reformado ou em um livro de teologia calvinista. Assim, se a "incapacidade" é o resultado da Depravação Total, então nos cabe primeiramente analisar a depravação do homem e depois as alegações para seu presumido resultado.

Há obviamente uma tremenda diferença entre a criação original e o mundo em que vivemos hoje:

> E viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom. E foi a tarde e a manhã, o dia sexto (Gn 1.31).

> Sabemos que somos de Deus, e que o mundo inteiro jaz no Maligno (1Jo 5.19).

Contrárias às teorias de Charles Darwin (1809-1882), o homem não evoluiu – ele caiu. A queda de Adão em Gênesis capítulo três é de suma importância, pois como Pink corretamente sustenta: "O registro divino da Queda é a única possível explicação da presente condição da raça humana. Ele explica a presença do mal em um mundo feito por um Criador caridoso e perfeito. Ele fornece a única adequada explicação para a universalidade do pecado."**[7]** O homem foi criado "reto" (Ec 7.29), à "imagem de Deus" (Gn 1.26), "um pouco menor do que os anjos" (Sl 8.5), e coroado de "glória e honra" (Sl

8.5). Ele foi criado para "encher a terra," "sujeitá-la," e "dominar" sobre ela (Gn 1.28), tudo para a satisfação de Deus (Ap 4.11). Mas o homem caiu, e é a queda de Adão que explica como o homem passou de "reto" para "depravado."

A queda de Adão é tão importante para a doutrina da salvação em si que, como Pink relata: "Negando a Queda, a necessidade imperativa do novo nascimento é cancelada."**[8]** A Bíblia explicitamente conta que é por causa do pecado voluntário de Adão (1Tm 2.14) que o homem está no estado em que está:

> Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porquanto todos pecaram (Rm 5.12).

> Porque, assim como pela desobediência de um só homem muitos foram constituídos pecadores, assim também pela obediência de um muitos serão constituídos justos (Rm 5.19).

De fato, o homem não-salvo não é somente dito ser a imagem de Adão (1Co 15.49), mas estar em Adão (1Co 15.22). Pink acrescenta admiravelmente:

> A relação de nossa raça com Adão ou Cristo divide os homens em duas classes, cada uma recebendo a natureza e destino de seus respectivos cabeças. Todos os indivíduos que compreendem estas duas classes são assim identificados com seus cabeças que tem sido justamente dito: "Tem havido somente dois homens no mundo, e dois fatos da história." Estes dois homens são Adão e Cristo; os dois fatos na história são a desobediência do primeiro, pelo qual muitos foram feito pecadores, e a obediência do último, pelo qual muitos foram feito justos. Pelo primeiro veio a *ruína*, pelo último veio a *redenção*; e nem a ruína nem a redenção podem ser biblicamente compreendidas a menos que vistas ser cumpridas por esses representantes, e a menos que compreendemos a relação expressa de estar "em Adão" e "em Cristo."**[9]**

A queda de Adão precipitou o homem no pecado e na morte: pecado imputado (Rm 5.12-19), pecado natural (Ef 2.3), pecado pessoal (Rm 3.23); morte física (1Co 15.21), morte espiritual (Ef 2.1), morte eterna (Ap 20.14-15).

Por causa de sua relação com Adão, à vista de Deus, o homem não-salvo não está apenas doente ou corrompido, ele está morto: "Ele vos *vivificou*, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados" (Ef 2.1). Esta morte espiritual teve início antes do nascimento:

> Quem do imundo tirará o puro? Ninguém (Jó 14.4).

> Eis que eu nasci em iniqüidade, e em pecado me concedeu minha mãe (Sl 51.1).

Esta morte espiritual está presente no nascimento:

> Mas o homem nasce para a tribulação, como as faíscas voam para cima (Jó 5.7).

> Alienam-se os ímpios desde a madre; andam errados desde que nasceram, proferindo mentiras (Sl 58.3).

Esta morte espiritual é manifesta na juventude:

> A imaginação do coração do homem é má desde a sua meninice (Gn 8.21).

Os seus ossos estão cheios do vigor da sua juventude, mas este se deitará com ele no pó (Jó 20.11).

É por causa de que "o que é nascido da carne é carne" (Jo 3.6), que o homem é nascido errado e por isso "é necessário nascer de novo" (Jo 3.7).

Sobre a depravação da natureza humana, tem competentemente sido dito: "Em verdade, nenhuma doutrina das Escrituras é expressa de forma numerosa e variada, ou em termos mais diretos ou menos capazes de mal entendimento."**[10]** Em sua condição caída, depravada, espiritualmente morta, o homem é descrito de uma variedade de formas na Bíblia: "ímpios" (Rm 5.6), "filhos da desobediência" (Cl 3.6), "filhos da ira" (Ef 2.3), "servos do pecado" (Rm 6.20), "abominável e corrupto" (Jó 15.16), "insensatos, desobedientes, extraviados" (Tt 3.3). O homem é como a grama que seca (Is 40.6-7), uma ovelha desviada (Is 53.6), e um mar agitado (Is 57.20). O homem é também comparado ao "pó" (Sl 103.14), "uma cria do asno montês" (Jó 11.12), e "um verme" (Jó 25.6). O homem está nas trevas (1Pe 2.9), cegado por Satanás (2Co 4.4). Por isso, seus pensamentos são vaidade (Sl 94.11), ele vive uma vida vã (Ec 6.12), e caminha de uma maneira vã (Sl 39.6).

Esta depravação do homem é universal:

Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus (Rm 3.23).

Pois não há homem justo sobre a terra, que faça o bem, e nunca peque (Ec 7.20).

No fundo de seu coração, o homem é um abismo negro de pecado e perversidade:

E prosseguiu: O que sai do homem , isso é que o contamina. Pois é do interior, do coração dos homens, que procedem os maus pensamentos, as prostituições, os furtos, os homicídios, os adultérios, a cobiça, as maldades, o dolo, a libertinagem, a inveja, a blasfêmia, a soberba, a insensatez; todas estas más coisas procedem de dentro e contaminam o homem (Mc 7.20-23).

Estas coisas saem do coração pois o coração em si está corrompido:

Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e perverso; quem o poderá conhecer? (Jr 17.9).

Porquanto não se executa logo o juízo sobre a má obra, o coração dos filhos dos homens está inteiramente disposto para praticar o mal (Ec 8.11).

Por isso, não são as ações más do homem que o faz depravado, mas sua depravação é a causa de suas ações más. Em seu estado não regenerado, os melhores esforços do homem não são bons o suficiente:

Na verdade, todo homem, por mais firme que esteja, é totalmente vaidade (Sl 39.5).

Pois todos nós somos como o imundo, e todas as nossas justiças como trapo da imundícia; e todos nós murchamos como a folha, e as nossas iniqüidades, como o vento, nos arrebatam (Is 64.6).

Por causa de sua condição depravada, tudo que o homem faz é manchado de pecado:

> Olhar altivo e coração orgulhoso, tal lâmpada dos ímpios é pecado (Pv 21.4).

> O sacrifício dos ímpios é abominaçao; quanto mais oferecendo-o com intenção maligna! (Pv 21.27).

A acusação da Bíblia contra o homem é severa mas justificada. Jonathan Edwards precisamente concluiu cerca de duzentos anos atrás: "A realidade e a grandeza da depravação da natureza do homem aparece nisto, que ele tem uma propensão prevalecente a estar *continuamente* pecando contra Deus."**[11]** Ele também corretamente relatou que "não somente um constante cometimento de pecado, mas um aumento constante nos hábitos e prática de perversidade, é a verdadeira tendência da natureza depravada do homem, se não refreada pela graça divina."**[12]**

A depravação do homem – não seu ambiente, educação ou classe – é o que explica o massacre da história humana. Tem sido corretamente dito que "todo período na história sobre a humanidade termina em apostasia."**[13]** Usando a divisão bíblica da humanidade em três grupos: "Não vos torneis causa de tropeço nem a judeus, nem a gregos, nem a igreja de Deus" (1Co 10.32), podemos ver a verdade deste princípio. Primeiro os gentios. Adão e Eva viveram nas melhores condições que jamais existiram – mas eles caíram. Deus exterminou o mundo e começou novamente com Noé por causa da condição em que o mundo estava:

> Viu o Senhor que era grande a maldade do homem na terra, e que toda a imaginação dos pensamentos de seu coração era má continuamente (Gn 6.5).

> A terra, porém, estava corrompida diante de Deus, e cheia de violência. Viu Deus a terra, e eis que estava corrompida; porque toda a carne havia corrompido o seu caminho sobre a terra (Gn 6.11-12).

Na torre de Babel, Deus novamente teve que intervir com o homem. Desta vez ele confundiu suas línguas e os espalhou (Gn 11.7-8). Disto até o tempo de Cristo, Deus permitiu que todas as nações andassem nos seus próprios caminhos (At 14.16), "fazendo vista grossa" para a ignorância, ele "manda agora que todos os homens em todo lugar se arrependam" (At 17.30). Isto não significa que os gentios não são religiosos – ao contrário – eles são muito religiosos, mas "as coisas que eles sacrificam, sacrificam-nas a demônios" (1Co 10.20). Os gentios, "que não conhecem a Deus" (1Ts 4.5), andam "na verdade da sua mente" (Ef 4.17) sendo "levados para os ídolos mudos" (1Co 12.2).

A nação de Israel não se saiu melhor. Deus chamou Abraão para fazer uma grande nação (Gn 12.1-3). Por sua vez foi transmitido a Isaque (Gn 17.19) e Jacó (Gn 28.3-4). Jacó então desceu ao Egito onde seus filhos se tornaram uma grande nação (Ex 1.7). Depois que Israel foi escravizado, Deus se lembrou de sua aliança com Abraão, Isaque, e Jacó (Ex 2.24-25), declarando: "Israel é meu filho, meu primogênito" (Ex 4.22). Deus escolheu Israel para ser um povo peculiar acima das outras nações (Dt 14.2). Era um caso raro de "eleição soberana," como os calvinistas diriam. Mas a nação de Israel fez o que era mal desde sua juventude (Jr 32.30). Eles se rebelaram contra Deus (Dt 9.7), provocaram a ira de Deus (Dt 9.8), murmuraram (Ex 16.23), e se tornou um povo de dura cerviz (Ex 32.9); levando Deus a matar alguns pelo fogo (Nm 11.1), pela praga (Nm 32.10), e finalmente quase consumindo toda a nação (Ex 32.10). Israel foi comandado a não se contaminar com os costumes das outras nações (Lv 18.24), nem fazer qualquer aliança com eles (Ex 34.12), mas destrui-las completamente (Dt 7.2), demonstrando nenhuma piedade (Dt 7.16). Ao invés, os filhos de Israel "andaram segundo os costumes dessas nações" (2Re 17.8) e fizeram "ainda pior do que as nações que o Senhor tinha destruído" (2Cr 33.9). Deus finalmente os enviou ao cativeiro na Babilônia sob Nabucodonozor (Dn 1.1-2). E ainda que muitos judeus retornaram para sua terra natal sob Esdras e Neemias, eles nunca recuperaram sua proeminência sobre as nações. Quando seu Messias apareceu para livrá-los, eles o crucificaram e declararam: "O seu sangue caia sobre nós e sobre nossos filhos" (Mt 27.25); por isso: "A ira caiu sobre eles afinal" (1Ts 2.16).

A história da Igreja é a mesma: apostasia. Comparar a simples organização das igrejas no Novo Testamento com a proliferação de denominações, seitas, e grupos, todos alegando ser a "verdadeira igreja" é ver um formidável contraste. O desenvolvimento da Igreja Católica Romana, com sua história de corrupção, perseguição, política, e falsa doutrina, é uma das maiores tragédias da história. Mas ainda em sua época, o apóstolo Paulo nos alertou da apostaria que viria:

> Eu sei que depois da minha partida entrarão no meio de vós lobos cruéis que não pouparão rebanho, e que dentre vós mesmos se levantarão homens, falando coisas perversas para atrair os discípulos após si (At 20.29-30).

A condição mundana, impotente, débil da Igreja hoje não necessita de mais elaboração. Isto também foi profetizado pelo apóstolo Paulo:

> Mas o Espírito expressamente diz que em tempos posteriores alguns apostatarão da fé, dando ouvidos a espíritos enganadores, e a doutrinas de demônios (1Tm 4.1).

> Porque virá tempo em que não suportarão a sã doutrina; mas, tendo grande desejo de ouvir coisas agradáveis, ajuntarão para si mestres segundo os seus próprios desejos, e não só desviarão os ouvidos da verdade, mas se voltarão às fábulas (2Tm 4.3-4).

O que a Bíblia diz sobre a depravação do homem? "A Escritura encerrou tudo debaixo do pecado" (Gl 3.22).

Tudo o que os calvinistas dizem sobre a depravação do homem está certamente alinhado com o que as Escrituras dizem. Todavia, como tem sido declarado anteriormente, e será reiterado por todo este capítulo, ninguém tem que ser um calvinista para crer na verdade da depravação do homem. Os dois homens que os calvinistas consideram ser as maiores bases dos arminianos – Arminius e Wesley – não diferem em nada dos calvinistas neste importante assunto. Vimos no capítulo 4 que, na queda e depravação do homem, Arminius era tão ortodoxo quanto o mais radical calvinista. Por causa do pecado de Adão: "O homem caiu sob o desagrado e a ira de Deus, tornando-se sujeito à uma dupla morte, e merecendo estar desprovido da retidão e santidade primária em que muito da imagem de Deus consistia."**[14]** Esta condenação é "comum à raça inteira e a toda a sua posteridade," pois "qualquer que tivesse sido a punição dada a nossos primeiros pais, teria sido da mesma forma transmitida e mesmo assim continuada a toda a sua posteridade: De forma que todos os homens 'são por natureza filhos da ira' (Ef 2.3), detestáveis para condenação, e para a morte temporal assim como eterna."**[15]** Ele caracterizou o homem como desesperadamente perdido:

> Em seu *estado caído e pecaminoso*, o homem não é capaz, de e por si mesmo, pensar, desejar, ou fazer aquilo que é realmente bom; mas é necessário que ele seja regenerado e renovado em seu intelecto, afeições ou vontade, e em todos os seus poderes, por Deus em Cristo através do Espírito Santo, para que ele possa ser capacitado corretamente a entender, avaliar, considerar, desejar, e executar o que quer que seja verdadeiramente bom.**[16]**

Pela razão de não poder ser discutido que Arminius descreveu a presente condição do homem em uma linguagem que qualquer calvinista poderia concordar, este fato tem sido reconhecido por calvinistas honestos:

> As maneiras de se expressar de Agostinho, Martinho Lutero ou de João Calvino dificilmente são mais fortes do que as de Arminius.**[17]**

> As declarações do próprio Arminius, em relação à depravação natural do homem, até o ponto que temos sido informados, são completas e satisfatórias.**[18]**

As declarações de Wesley sobre a queda e depravação do homem são, da mesma forma, consoantes com as Escrituras:

> Se não fomos arruinados pelo primeiro Adão, não somos recuperados pelo segundo. Se o pecado de Adão não nos foi imputado, não é também a justiça de Cristo.**[19]**

> O homem, em seu estado natural, está totalmente corrompido, por todas as faculdades de sua alma: corrompido em seu entendimento, sua vontade, suas afeições, sua consciência, e sua memória.**[20]**

> Pela graça de Deus, conheça a si mesmo. Conheça e sinta que você foi formado em iniqüidade, e em pecado sua mãe o concebeu; e que você mesmo tem estado acumulando pecado sobre pecado, desde que você pôde discernir o bem do mal. Somos culpados de morte eterna; e sem a esperança de poder salvarmos a nós mesmos.**[21]**

E como eles foram forçados a admitir sobre Arminius, os calvinistas honestos também reconhecem a respeito de Wesley que "as descrições da queda foram tão negras quanto qualquer uma daquelas encontradas em Agostinho, Lutero, ou Calvino."**[22]**

Por causa da condição espiritual do homem, há um "grande abismo" (Lc 16.26) entre Deus e o homem: "Como, pois, pode o homem ser justo diante de Deus, e como pode ser puro aquele que nasce da mulher?" (Jó 25.4). O homem tem um sério problema. Em relação a Deus, os homens não regenerados são ditos ser "inimigos" (Rm 5.10), sob "condenação" (Jo 3.18) e a "ira de Deus" (Jo 3.36). O homem natural está "separado da vida de Deus" (Ef 4.18), "sujeito ao juízo de Deus" (Rm 3.19), e "não pode agradar a Deus" (Rm 8.8). Mas se a salvação é "pela graça" (Ef 2.8) e "não das obras" (Ef 2.9), então o que um homem possivelmente poderia fazer para escapar desta horrível situação? A resposta é: ele não pode *fazer* nada. O homem tem a "incapacidade" de fazer qualquer coisa para se salvar, merecer o favor de Deus, ou exigir que Deus o salve. Assim como os discípulos uma vez perguntaram: "Quem pode, então, ser salvo?" (Mt 19.25). Se o que a Bíblia diz sobre o homem é verdade, como poderia alguém possivelmente ser salvo? Há duas alternativas: a Bíblia e o Calvinismo. A Bíblia diz:

> E, tirando-os para fora, disse: Senhores, que me é necessário fazer para me salvar? Responderam eles: Crê no Senhor Jesus e serás salvo, tu e tua casa (At 16.30-31).

Mas, como vimos, por causa de sua conotação de Depravação Total, o calvinista teria que dizer:

> Bom é ter esperança, e aguardar em silêncio a salvação do Senhor (Lm 3.26).

Esta é a diferença entre a Bíblia e o Calvinismo. Na Bíblia o pecador crê e ele é salvo; no Calvinismo o pecador *tem esperança* de ser um dos "eleitos" e então *espera* por Deus para salvá-lo caso ele seja um "eleito."

A questão, então, é se um homem pode crer de seu próprio livre-arbítrio. Pink faz a pergunta decisiva: "Repousa dentro do campo da vontade do homem aceitar ou rejeitar o Senhor Jesus Cristo como Salvador?"**[23]** A questão aqui não diz respeito a se um homem tem a capacidade *natural* em e de si mesmo de se arrepender e crer no Evangelho sem a palavra de Deus e o convencimento do Espírito Santo. Esta não é a questão, ainda que seja o que o calvinista gostaria que todos pensassem que fosse. Mas ninguém que crê no que a Bíblia diz sobre a depravação do homem concordaria com tal proposição. Por isso, o cerne da questão é se um homem tem o livre-arbítrio para responder à palavra de Deus e o Espírito Santo *sem* ser o sujeito da Eleição Incondicional e da Graça Irresistível. Novamente, Pink conclui: "Dado que o Evangelho é pregado ao pecador, que o Espírito Santo o condena de sua condição perdida, na análise final, jaz dentro de seu próprio arbítrio resistir ou render-se a Deus?"**[24]** O calvinista responderia na negativa. Mas se isto é verdade resta ainda ser visto.

---

[1] Seaton, p. 9.
[2] Arthur W. Pink, *Gleanings from the Scriptures* (Chicago: Moody Press, 1969), p. 12.
[3] Hanko, Total Depravity, p. 14.
[4] Boettner, Predestination, p. 28.
[5] Rose, p. 3.
[6] Custance, p. 8.
[7] Arthur W. Pink, *Gleanings in Genesis* (Chicago: Moody Press, 1950), p. 35.
[8] Ibid., p. 47.
[9] Arthur W. Pink, *The Divine Covenants* (Grand Rapids: Baker Book House, 1973), p. 30.
[10] Timothy Dwight, citado em Chafer, Theology, vol. 2, p. 221.

[11] Jonathan Edwards, *Original Sin*, ed. Clyde A. Holbrook (New Haven e Londres: Yale University Press, 1970), p. 136.
[12] Ibid., p. 137.
[13] Ruckman, Church History, vol. 1, p. 72.
[14] Works of Arminius, vol. 2, p. 151.
[15] Ibid., pp. 156-157.
[16] Ibid., vol. 1, pp. 659-660.
[17] Sproul, Sola Gratia, p. 138.
[18] Cunningham, Theology, vol. 2, p. 389.
[19] John Wesley, citado em Arthur S. Wood, "The Contribution of John Wesley to the Theology of Grace," em Pinnock, ed., *Grace Unlimited*, p. 214.
[20] Ibid., p. 213.
[21] John Wesley, *A Compend of Wesley's Theology*, ed. Robert W. Burtner e Robert E. Chiles (Nashville: Abingdon Press, 1954), p. 127.
[22] Jewett, p. 17.
[23] Pink, Sovereignty, p. 136.
[24] Ibid.

Depravação e a Vontade

Como vimos, o problema com o Calvinismo não é o que ele ensina sobre a depravação do homem mas particularmente sobre o que ele ensina sobre o resultado desta depravação. O resultado calvinista é relatado por Spencer: "A *Depravação Total* insiste que o homem não tem 'livre-arbítrio' no sentido de que seja *livre* para confiar em Jesus Cristo como seu Senhor e Salvador."**[1]** A negação que o homem tem livre-arbítrio para se arrepender e crer no Evangelho é parte do ensino mais amplo de que o homem, por causa de sua depravação, não tem a capacidade de realizar qualquer coisa boa:

> Considerando que a descendência de Adão é nascida com uma natureza pecaminosa, eles não têm a CAPACIDADE para escolher o bem espiritual sobre o mal. Conseqüentemente, a vontade do homem não é mais livre (isto é, livre do domínio do pecado) como o desejo de Adão era livre antes da queda. Ao invés, a vontade do homem, como o resultado da depravação herdada, está escravizada por sua natureza pecaminosa.**[2]**

Então, "ainda que o homem nasça com a liberdade de escolher o que ele assim deseja, ele não mais tem a capacidade de escolher o bem (retidão). Toda a sua vontade é praticar o mal à vista de Deus."**[3]** O homem "tem somente o poder de escolher entre males e visto que ele às vezes escolhe o mal menor, ele parece estar escolhendo o bem."**[4]** A falácia desta idéia será abordada mais tarde.

Como uma questão filosófica que tem sido debatida por séculos, e continua a ser debatida entre os filósofos ainda hoje, a questão de se o homem tem livre-arbítrio não está apenas limitada ao Calvinismo. Há uma notável diferença, entretanto, entre um filósofo determinista e um calvinista. Nenhum filósofo que nega ao homem o livre-arbítrio o faz baseado na depravação do homem. E como veremos no próximo capítulo, há um outro aspecto para a negação do livre-arbítrio pelos calvinistas que da mesma forma não é sustentado por nenhum filósofo. De fato, o outro lado desta negação, na verdade, faz o presente debate sobre a vontade do homem completamente irrelevante por causa do que os calvinistas acreditam sobre a predestinação. Mas visto que a doutrina da Depravação Total é no final de contas construída sobre a premissa de que um homem "morto em delitos e pecados" (Efésios 2:1) não é capaz de seu próprio livre-arbítrio aceitar a salvação oferecida em Jesus Cristo, a própria natureza da vontade em si deve ser considerada primeiro.

Com respeito à essencial natureza da vontade do homem, não há nenhum desacordo entre os calvinistas e seus oponentes. A definição clássica é aquela de Jonathan Edwards:

> A faculdade da vontade é aquela faculdade ou poder ou princípio da mente pelo qual ela é capaz de escolher: um ato da vontade é o mesmo que um ato de escolher ou de escolha.[5]

Pink simplesmente diz: "A vontade é a faculdade de escolha, a causa imediata de toda ação."[6] Outros calvinistas também têm literalmente copiado esta definição[7] ou definido em termos similares.[8] Então, não faz a menor diferença se alguém consultar um dicionário ou um calvinista: até aqui ambos estão de acordo. Mas como o termo Depravação Total, é a primeira palavra na expressão "livre-arbítrio" que é assunto de controvérsia. A vontade do homem é regulada por sua natureza e é influenciada de fora, como Pink novamente comenta: "Há algo que *influencia* a escolha; algo que *determina* a decisão."[9] Mas, contrário aos calvinistas, isto nunca tem sido discutido por qualquer cristão que acreditou no que a Bíblia disse sobre a depravação do homem. Liberdade não é a ausência de influências. Assim, para convencer o cético de que sua doutrina de livre-arbítrio é correta, o calvinista primeiro inventa uma caricatura da posição "arminiana":

> Na teologia arminiana, pelo homem ser livre, nada pode determinar suas escolhas; elas devem ser completamente espontâneas. Mas isto é lógica e biblicamente impossível. Não existe tal coisa como uma ação não-causada. Toda escolha que o homem faz é causada por alguma coisa (isto é, alguma disposição interior), de outra forma, ele não poderia escolher. O conceito de uma escolha não-causada é auto-contraditória. Nenhuma escolha pode ser completamente espontânea. Se este conceito arminiano de livre-arbítrio for levado à sua conclusão lógica, então seria pecaminoso pregar o evangelho ao homem caído. Por quê? Porque seria

> uma tentativa de *induzi-lo* a virar para Cristo, e isto seria uma violação de seu livre-arbítrio.[10]

Os calvinistas então ressuscita o velho argumento da "culpa por associação" e associa seus oponentes com os pelagianos, católicos romanos, e finneyitas além dos arminianos.[11]

O debate sobre a vontade do homem depende do sentido dado à palavra *livre*. É somente atribuindo a seus oponentes uma visão ampla e errônea da palavra *livre* que os calvinistas podem fazer declarações ultrajantes como:

> O livre-arbítrio é um absurdo.[12]

> O livre-arbítrio é a invenção do homem, instigado pelo diabo.[13]

> O livre-arbítrio faz do homem seu próprio salvador e seu próprio deus.[14]

> A heresia do livre-arbítrio destrona Deus e entroniza o homem.[15]

> Se a teoria do livre-arbítrio fosse verdade, daria a possibilidade de arrependimento depois da morte.[16]

Gerstner nos convida a "baixar essa bandeira do livre-arbítrio, que é um símbolo falso de uma entidade inexistente."[17] Clark audaciosamente insiste: "É óbvio que a Bíblia contradiz a noção de livre-arbítrio, e que sua aceitação por cristãos professos pode ser explicada somente pela contínua destruição do pecado cegando as mentes dos homens."[18]

Mas apesar dos seus ataques à "doutrina do livre-arbítrio,"[19] os calvinistas acreditam que o homem tem livre-arbítrio. O problema, entretanto, é o significado da palavra *livre*. Tom Ross explica: "A vontade do homem é livre somente dentro dos limites de sua natureza. É livre em um único sentido; é livre para agir conforme sua natureza pecaminosa."[20] A natureza é aquela que caracteriza e impele; um princípio de operação; um força impelindo para a ação. Mas de acordo com os calvinistas, a vontade é um servo – livre para agir *somente* de acordo com a natureza. Boettner alega que "somente o princípio calvinista de que a vontade é determinada pela natureza da pessoa e persuasões presentes, atinge uma conclusão harmoniosa com as Escrituras."[21] Tom Wells sustenta que "a vontade do homem natural está unida ao que ele é."[22] Isto nos leva de volta à distinção entre depravação total e absoluta: se o homem exerce o mal de sua natureza todas as vezes. Quando os calvinistas procuram provar a Depravação Total, a diferença entre as duas é insistida várias vezes, mas quando eles tentam apoiar seu conceito de vontade, ela é ignorada. Assim, até os calvinistas têm severamente criticado Calvino por suas extremas opiniões

a respeito da vontade do homem em seu estado caído: "Sua visão da vontade caída não somente manifesta uma inconsistência; é falha também."[23]

Para provar que o homem natural pode somente exercer sua vontade de acordo com sua natureza depravada, os calvinistas fazem algumas analogias. A primeira é a Deus mesmo. Deus é santo, e por causa de sua natureza ele *não pode* pecar. Então Deus mesmo tem incapacidade.[24] A segunda é similar. Para o homem salvo que foi regenerado, Deus um dia "transformará o seu corpo abatido" (Fp 3.21) para que ele também possa ser santo, com incapacidade para pecar novamente.[25] Ambas as declarações são certamente verdadeiras. Então, é feita referência a Adão: "No Adão não-caído a vontade era *livre*, livre em *ambas* as direções, livre em direção ao bem e livre em direção ao mal."[26] Mais uma vez, ninguém está discutindo esta afirmação. O Senhor Jesus Cristo é então citado como sendo impecável, isto é, incapaz de pecar por causa de sua natureza divina.[27] Mas visto que ele era "o segundo homem" (1Co 15.47), "o último Adão" (1Co 15.45), "tornando-se semelhante aos homens" (Fp 2.7), e "em tudo foi tentado, mas sem pecado" (Hb 4.15), é às vezes mantido que Cristo era na verdade como Adão, com seu livre-arbítrio para exercer tanto o bem quanto o mal. Todavia, todos concordariam que agora, em seu estado elevado e glorificado, o Senhor Jesus Cristo tem incapacidade de pecar. Por último vem o homem não regenerado. Pink conclui:

> Agora, em contraste com a vontade do Senhor Jesus Cristo que era inclinada ao bem, e a vontade de Adão que, antes de sua queda, estava em uma condição de equilíbrio – capaz de escolher o bem ou o mal – a vontade do *pecador* está *inclinada ao mal*, e por isso livre em uma direção apenas, a saber, na direção do mal. A vontade do pecador está *escravizada* pois ela está presa e é serva do coração depravado.[28]

Naturalmente, o calvinista oferece "prova" bíblica para a verdade de sua doutrina:[29]

> Assim, toda a árvore boa produz bons frutos, e toda a árvore má produz frutos maus. Não pode a árvore boa dar maus frutos; nem a árvore má dar frutos bons (Mt 7.17-18).
>
> Raça de víboras, como podeis vós dizer boas coisas, sendo maus? Pois do que há em abundância no coração, disso fala a boca. O homem bom tira boas coisas do bom tesouro do seu coração, e o homem mau do mau tesouro tira coisas más (Mt 12.34-35).

A idéia aqui é que, visto que o homem tem uma natureza depravada, ele somente pode agir de acordo com esta natureza.

Agora, é certamente verdade que os homens não regenerados são "servos do pecado" (Rm 6.20), estão "mortos em ofensas e pecados" (Ef 2.1), e

são "por natureza filhos da ira" (Ef 2.3). Mas isto significa que eles podem *somente* agir de acordo com a sua natureza? Se sim, então eles não somente têm a incapacidade de aceitar Jesus Cristo, mas também eles têm a incapacidade de realizar qualquer coisa boa, seja ela qual for, pois o ensino de que o homem caído pode exercer sua vontade somente de acordo com sua natureza depravada é pela razão do calvinista sustentar que o homem tem a incapacidade de realizar qualquer coisa boa. Estas duas idéias são às vezes referidas como "incapacidade espiritual" e "incapacidade moral."[30] Há basicamente quatro coisas erradas com o ensino de que o homem natural pode agir somente de acordo com a sua natureza. Duas delas se relacionam com um homem esquecido nas analogias anteriores – o homem salvo, enquanto as outras duas dizem respeito ao homem não regenerado – a natureza do homem depois da Queda e a capacidade do homem no estado de depravação.

Em primeiro lugar, sobre o homem salvo, alguém acharia que se um homem não salvo é como uma "árvore má" (Mt 7.17) que pode produzir somente frutos podres, então um homem salvo deve ser como uma "árvore boa" (Mt 7.17) que pode somente produzir bons frutos. Isto é exatamente como Boettner interpreta.[31] Ele diz que "nesta comparação, as árvores boas e as árvores más representam os homens bons e os homens maus."[32] Destes homens ele sustenta que "uma classe de homens é governada por uma série de princípios, enquanto outra classe é governada por uma outra série de princípios básicos."[33] Ele insiste que "é impossível, então, para uma e a mesma raiz produzir frutos de diferentes espécies."[34] Mas esta interpretação é verdadeira? Um homem salvo *sempre* produz bons frutos? Um homem pára de pecar quando ele é salvo? Alguns cristãos não produzem maus frutos? E quanto àqueles que "não deram frutos" (Mc 4.7), onde eles se encaixam? E quanto ao contexto destas passagens em Mateus? O contexto é os falsos profetas que vêm vestidos como ovelhas (Mt 7.15). Eles pareciam e agiam como ovelhas (Mt 7.21). Era somente por seus frutos – seu falso ensino – que eles podiam ser descobertos pelo que eles verdadeiramente eram (Mt 7.16).

Em segundo lugar, alguém acharia que a "total incapacidade" do homem seria retificada pela salvação visto que todos os calvinistas alegam que o homem natural possui "incapacidade" e o homem salvo possui "capacidade." Mas o apóstolo Paulo ainda reconhece essa "incapacidade" *depois* de sua salvação:

> Porque o que faço não o aprovo; pois o que quero isso não faço, mas o que aborreço isso faço. E, se faço o que não quero, consinto com a lei, que é boa. De maneira que agora já não sou eu que faço isto, mas o pecado que habita em mim. Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem algum; e com efeito o querer está em mim, mas não consigo realizar o bem. Porque não faço o bem que quero, mas o mal que não quero esse faço. Ora, se eu faço o que não quero, já o não faço eu, mas o pecado que habita em mim (Rm 7.15-20).

E não apenas o apóstolo Paulo, mas todos os cristãos: "Porque a carne cobiça contra o Espírito, e o Espírito contra a carne; e estes opõem-se um ao outro, para que não façais o que quereis" (Gl 5.17). Então até o "eleito" tem "incapacidade."

A natureza do homem depois da Queda foi corretamente percebida por J. B. Heard (n. 1828) há cerca de cem anos atrás: "O mistério da natureza humana parece repousar nisto, que os homens são nascidos no mundo com um corpo e alma vivos, mas com um espírito morto e adormecido."[35] Ainda que os calvinistas reconheçam que Adão morreu espiritualmente, somente o tricotomista pode propriamente explicar os resultados da Queda e, então, da depravação. E não somente a Queda, mas como Heard relata, sem a distinção entre alma e espírito, "a doutrina do novo nascimento é incompleta" e "a doutrina da habitação do Espírito Santo seria totalmente sem significado."[36] Isto não quer dizer que todos os calvinistas rejeitam a natureza tripartite do homem, nem que todos os não-calvinistas a aceitam. Mas como Pink, um tricotomista, reconhece a respeito da Queda do homem: "Isto não significa que, ou sua alma ou espírito, ou qualquer outra parte, cessou de existir."[37] Entretanto, o debate sobre se a constituição do homem é uma tricotomia ou uma dicotomia é realmente irrelevante visto que os calvinistas podem ser encontrados de ambos os lados da questão.[38] Então, como o dicotomista Boettner diz do homem: "Apesar de estar morto espiritualmente, isto não significa que seu espírito está inativo ou inconsciente."[39]

Agora, sobre a natureza do homem não regenerado depois da Queda, o foco é geralmente no que o homem perdeu. Mas como Pink reconhece, há algo que o homem *ganhou* por sua queda em pecado:

> Através do pecado, o homem obteve algo que ele não tinha antes (ao menos em operação), a saber, uma consciência – um conhecimento do bem e do mal. Isto era algo que o homem não caído não possuía, pois o homem foi criado em um estado de inocência, e inocência é ignorância do mal. Mas tão logo o homem comeu do fruto proibido, ele se tornou consciente de seu delito, e seus olhos foram abertos para ver sua condição caída. E a consciência, o instinto moral, é algo que agora é comum à natureza humana. O homem tem isto dentro dele que testemunha sua condição caída e pecadora![40]

Que o homem agora adquiriu uma consciência depois que ele caiu pode ser visto comparando a atitude de Adão e Eva antes e depois da Queda:

> E ambos estavam nus, o homem e a sua mulher; e não se envergonhavam (Gn 2.25).

> Então foram abertos os olhos de ambos, e conheceram que estavam nus; e coseram folhas de figueira, e fizeram para si aventais (Gn 3.7).

Para horror do teólogo reformado holandês Homer Hoeksema,[41] os Cânones de Dort imitam a Escritura neste ponto:

> É verdade que há no homem depois da queda um resto de luz natural. Assim ele retém ainda alguma noção sobre Deus, sobre as coisas naturais e a diferença entre honra e desonra e pratica alguma virtude e disciplina exterior. Mas o homem está tão longe de chegar ao conhecimento salvífico de Deus e à verdadeira conversão por meio desta luz natural que ele não a usa apropriadamente nem mesmo em assuntos cotidianos. Antes, qualquer que seja esta luz, o homem a polui totalmente, de maneiras diversas, e a detém pela injustiça. Assim, ele se faz indesculpável perante Deus.[42]

O remanescente do espírito caído do homem é sua consciência. A consciência não contempla Deus, mas somente sua lei, como Pink explica: "A consciência é a silenciosa e débil voz de Deus dentro da alma, testificando para o fato de que o homem não é seu próprio mestre, mas responsável perante uma lei moral que ora aprova ora reprova."[43] O conhecimento do bem e do mal dá ao homem uma consciência. É algo que separa o homem dos animais. Assim como há um "um grande abismo" (Lc 16.26) entre Deus e o homem, assim também há entre o homem e os animais. Sem uma consciência, o homem está no nível de um animal para as coisas espirituais e não pode crer em Jesus Cristo mais do que um cachorro ou um gato. A consciência também explica a distinção entre a depravação total e absoluta – por que o homem depravado não expressa o mal de sua natureza pecaminosa a toda hora. Isto não quer dizer que o homem não seja depravado, ou sempre siga sua consciência, embora seja isto que o calvinista acusará seus oponentes de crer. O estado relativo da depravação em que o homem está afeta sua consciência. Dizem que os homens têm uma má consciência (Hb 10.22), uma consciência contaminada (Tt 1.15), uma consciência cauterizada (1Tm 4.2), e uma consciência fraca (1Co 8.12). Uma visão imperfeita da natureza do homem depois de sua queda em pecado é o que nos leva ao falso ensino da incapacidade do homem para agir contrário à sua natureza. E mais uma vez, é um calvinista que aponta o erro de Calvino nesta questão: "Calvino retém no estado caído tão pouco do mal que foi criado que ele não é capaz de explicar adequadamente o caráter moral da ação humana nesse estado, quando ele ainda faz escolhas entre o bem e o mal."[44]

A última coisa errada com o ensino de que o homem natural pode agir somente de acordo com a sua natureza se relaciona com a capacidade do homem no estado de depravação. Em primeiro lugar, está na base da consciência de que um pecador depravado que nunca ouviu o Evangelho tem "capacidade":

> Porque, quando os gentios, que não têm lei, fazem naturalmente as coisas que são da lei, não tendo eles lei, para si mesmos são lei; os quais mostram a obra da lei escrita em seus corações, testificando juntamente a sua consciência, e os seus pensamentos, quer acusando-os, quer defendendo-os (Rm 2.14-15).

Isto é confirmado por um calvinista: "Esta acusação e defesa sugere além disso que a consciência caída ainda enfrenta a escolha entre fazer o bem e o mal."[45] Mas e quanto à existência de uma "motivação natural para a bondade moral na vontade caída" que foi corrompida pela Queda?[46] Novamente, um honesto calvinista: "A resposta tem que ser sim; pois é a interpretação mais razoável da linguagem paulina. O ônus da prova está com Calvino para defender sua opinião de que a queda reduziu a natureza da vontade como Deus criou a uma busca espontânea e exclusiva do mal."[47] E em segundo lugar, depois de dizer aos judeus que sua doutrina não era dele mas de Deus (Jo 7.16), o Senhor Jesus Cristo estabeleceu um princípio que diretamente apela para a vontade do homem: "Se alguém quiser fazer a vontade dele, pela mesma doutrina conhecerá se ela é de Deus, ou se eu falo de mim mesmo" (Jo 7.17). Pink até confirma o fato da "capacidade" do homem:

> Nesta declaração, nosso Senhor Jesus Cristo estabeleceu um princípio de suprema importância prática. Ele nos informa como a *certeza* pode ser alcançada em conexão com as coisas de Deus. Ele nos conta como o discernimento espiritual e a segurança devem ser obtidos. A condição fundamental para obter *conhecimento* espiritual é um desejo genuíno para executar a vontade revelada de Deus em nossas vidas. Sempre que o coração está correto Deus dá a capacidade para compreender Sua verdade.[48]

Estes comentários de Pink mostram que o ensino calvinista de que a vontade do homem não é livre pois ela pode somente agir de acordo com a sua natureza depravada não é somente refutada pela Bíblia, mas pelos calvinistas também.

Uma visão real da natureza caída e da condição depravada do homem mostra que o homem não tem "capacidade" para realizar o "bem." Às vezes, são aplicadas declarações genéricas a qualquer pessoa:

> O homem de bem deixa uma herança aos filhos de seus filhos, mas a riqueza do pecador é depositada para o justo (Pv 13.22).

> O coração alegre é como o bom remédio, mas o espírito abatido seca até os ossos (Pv 17.22).

> Glória, porém, e honra e paz a qualquer que pratica o bem; primeiramente ao judeu e também ao grego (Rm 2.10).

> Vós, servos, sujeitai-vos com todo o temor aos SENHORes, não somente aos bons e humanos, mas também aos maus (1Pe 2.18).

Outras vezes são os não regenerados em geral que executam o "bem":

> E se fizerdes bem aos que vos fazem bem, que recompensa tereis? Também os pecadores fazem o mesmo (Lc 6.33).

> Porque os tais não servem a nosso Senhor Jesus Cristo, mas ao seu ventre; e com suaves palavras e lisonjas enganam os corações dos simples (Rm 16.18).

Há também ocasiões onde indivíduos específicos são mencionados como ora executando o bem ora tendo a capacidade de executar o bem. Abimeleque e dois de seus companheiros, todos eles odiaram Isaque (Gn 26.27), que era um tipo de Cristo (Gn 22.2), não eram regenerados, todavia foi relatado que eles responderam a Isaque:

> Que não nos faças mal, como nós te não temos tocado, e como te fizemos somente bem, e te deixamos ir em paz. Agora tu és o bendito do SENHOR (Gn 26.29).

Deus mesmo até reconheceu que os maus podiam fazer o "bem":

> Veio, porém, Deus a Labão, o arameu, em sonhos, de noite, e disse-lhe: Guarda-te, que não fales com Jacó nem bem nem mal (Gn 31.24).

O princípio da ação correta com um coração mau, enganador (Jr 17.9) é confirmado por Jesus Cristo: "Se vós, pois, sendo maus, sabeis dar boas coisas aos vossos filhos, quanto mais vosso Pai, que está nos céus, dará bens aos que lhe pedirem?" (Mt 7.11). Uma ação pode ser boa não importa qual seja o motivo.

Se de fato os homens não regenerados podem ser "bons" e executarem o "bem," como as Escrituras acima claramente mostram, então como esta corresponde com as declarações bíblicas de que ninguém realiza qualquer coisa boa?

> Na verdade que não há homem justo sobre a terra, que faça o bem, e nunca peque (Ec 7.20).

> Todos se extraviaram, e juntamente se fizeram inúteis. Não há quem faça o bem, não há nem um só (Rm 3.12).

No sentido último, o Senhor Jesus Cristo é o único homem que já viveu "sem pecado" (Hb 4.15) e sempre "andou fazendo bem" (At 10.38). Ele era bom

porque ele era Deus (Mc 10.18). E apesar da passagem em Romanos ser literalmente verdadeira se constrastar o homem natural com o Senhor Jesus Cristo, a linguagem hiperbólica, que é evidente quando o verso é examinado em seu contexto, é empregada por razões a ser agora discutidas. O verso em Eclesiastes está meramente transmitindo o fato de que todos pecam, como Salomão disse anteriormente (1Re 8.46). Então, se os homens não regenerados podem ser "bons" e praticar o "bem," quais as implicações disto para o assunto em pauta? Primeiramente, é certamente verdade, como Boettner pronuncia, que "o homem caído é tão moralmente cego que ele invariavelmente prefere e escolhe o mal ao invés do bem."[49] E, como Edwards declarou: "Há uma tendência na natureza do homem para o pecado, que em infâmia e merecimento de castigo, pesa imensamente mais do que todo o valor e mérito de qualquer suposto bem, que possa estar nele, ou que ele possa praticar."[50] Não há ninguém que tenha estudado história, lido o que a Bíblia diz sobre a depravação do homem, e confirmado sua pesquisa por evidência empírica que discordaria destas declarações destes dois notáveis calvinistas. Mas a verdade destas duas observações não exigem a incapacidade do homem que encontramos no sistema calvinista. Há uma distinção importante entre a ação *correta* e ação da *retidão*. Como o calvinista Donald Grey Barnhouse (1895-1960) explica: "Depravação total não significa que não há nada de bom no homem, mas não há nada de bom no homem que possa agradar a Deus."[51]

Para evitar este ensino claro das Escrituras, os calvinistas inventaram uma diferença entre "obras relativamente boas" e "obras verdadeiramente boas."[52] Mas devido à sua propensão de encher a língua inglesa com termos teológicos, estas são também referidas como bem "relativo" e "absoluto,"[53] bem "natural" e "espiritual,"[54] bem "moral" e "não-moral."[55] Insistir, entretando, que o homem não regenerado pode praticar o "bem" não implica que qualquer coisa que ele faça esteja agradando a Deus ou contribui para sua salvação de qualquer maneira. Assim, quando Walter Chantry anuncia que "qualquer pecador que supõe que sua vontade tem a força de praticar qualquer coisa boa que leva à salvação está extremamente iludido e longe do reino,"[56] ele está apenas soltando fumaça, pois ninguém que crê no que a Bíblia diz sobre a salvação e a depravação do homem tem jamais ensinado tal coisa. Entretanto, este foi o erro de Erasmo em seu debate sobre o livre-arbítrio com Lutero. Quando Erasmo disse que "por liberdade da vontade entendemos, em relação a isto, o poder da vontade humana segundo a qual o homem pode aplicar-se ou afastar-se daquilo que leva à salvação eterna,"[57] ele deu uma definição ambígua e imprecisa. Além disso, ele pode também dizer que o homem pode "por meio destas e de outras boas obras eticamente, empregar de um modo a obter a graça final,"[58] e falar sobre "atos humanos meritórios."[59] Agora, tudo isso não significa que Lutero estava correto em sua negação do livre-arbítrio, mas significa que há uma alternativa ao Calvinismo. Como as tentativas dos calvinistas para descrever todos os homens como calvinistas ou arminianos, os calvinistas gostariam nada mais que ligar todos os seus oponentes na questão do livre-arbítrio com Erasmo. Mas Deus não é obrigado nem incitado a salvar

qualquer um não importa o que o homem faça. Graça é qualquer movimento de Deus em direção ao homem. O fato do homem ter ou não livre-arbítrio é irrelevante neste aspecto.

Em contraste com Erasmo estão os antagonistas históricos dos calvinistas: Arminius e Wesley. Em resposta aos ataques dos calvinistas, Arminius teve uma discussão pública sobre o livre-arbítrio. Em seu "Sobre o Livre-Arbítrio do Homem e seus Poderes," Arminius fez declarações sobre o resultado da depravação do homem que nenhum "arminiano" jamais consentiria:

> Neste estado o Livre-Arbítrio do homem em direção ao Verdadeiro Bem não está apenas ferido, mutilado, débil, inclinado, e enfraquecido; mas também aprisionado, destruído, e perdido: E seus poderes não estão apenas debilitados e inutéis a menos que eles sejam assistidos pela graça, mas não têm poder nenhum exceto se excitados pela graça Divina.**[60]**

Em resposta à pergunta: "Como podemos chegar ao próprio extremo do Calvinismo?," Wesley respondeu: "Atribuindo todo o bem à livre graça de Deus. (2) Negando todo livre-arbítrio natural, e todo poder antecedente à graça. E (3) excluindo todo mérito do homem; até para o que ele tem ou faz pela graça de Deus."**[61]** Ligar Arminius, Wesley, e qualquer oponente do Calvinismo com *todas* as opiniões de Erasmo é desonesto.

Devia ser aparente que, devido à sua depravação, o homem peca por sua própria volição e desejo, não porque seu desejo pode somente seguir sua natureza. O problema da vontade é render-se à carne: "Não sabeis vós que a quem vos apresentardes por servos para lhe obedecer, sois servos daquele a quem obedeceis, ou do pecado para a morte, ou da obediência para a justiça?" (Rm 6.16). Há várias fases que ocorrem quando um homem peca: apresentação, iluminação, disputa, decisão, ação. Não é pecado ser apresentado a alguma coisa; nem é pecado receber iluminação para se algo é certo ou errado. Entretanto, uma vez que a disputa começa: o pecado entra – não importa se a decisão já foi feita para executar o ato. Isto é ilustrado de modos diferentes na Bíblia:

> E respondeu Acã a Josué, e disse: Verdadeiramente pequei contra o SENHOR Deus de Israel, e fiz assim e assim. Quando vi entre os despojos uma boa capa babilônica, e duzentos siclos de prata, e uma cunha de ouro, do peso de cinqüenta siclos, cobicei-os e tomei-os; e eis que estão escondidos na terra, no meio da minha tenda, e a prata por baixo dela (Js 7.20-21).

> Mas cada um é tentado, quando atraído e engodado pela sua própria concupiscência. Depois, havendo a concupiscência concebido, dá à luz o pecado; e o pecado, sendo consumado, gera a morte (Tg 1.14-15).

Os dois exemplos de "incapacidade moral" de Pink são explicados no contexto, como até ele mesmo registra:

> Vendo, pois, seus irmãos que seu pai o amava mais do que a todos eles, odiaram-no, e não podiam falar com ele pacificamente (Gn 37.4).

> Tendo os olhos cheios de adultério, e não cessando de pecar, engodando as almas inconstantes, tendo o coração exercitado na avareza, filhos de maldição (2Pe 2.14).

Pink explica que foi porque "odiaram-no" que eles "não podiam falar com ele pacificamente."**[62]** E novamente, sobre a segunda passagem, ele diz que a razão deles "não cessar de pecar" é que seus olhos estão "cheios de adultério."**[63]** Em ambas as sentenças, a incapacidade não foi o resultado da depravação inata do homem mas um pecado específico. Embora o pecado seja descrito na Bíblia de várias maneiras: "iniqüidade" (1Jo 3.4), "toda injustiça" (1Jo 5.17), "tudo o que não é de fé" (Rm 14.23), "aquele que sabe fazer o bem e não o faz" (Tg 4.17), o homem não regenerado não peca porque ele tem incapacidade de fazer qualquer coisa boa, ele peca porque ele se rende à sua natureza depravada e deliberadamente escolhe fazer assim.

---

[1] Spencer, Tulip, p. 27.
[2] Steele e Thomas, p. 25.
[3] Talbot e Crampton, p. 19.
[4] Custance, p. 40.
[5] Jonathan Edwards, *Freedom of the Will*, ed. Paul Ramsey (New Haven e Londres: Yale University Press, 1957), p. 137.
[6] Pink, Sovereignty, p. 130.
[7] Tom Ross, Abandoned Truth, p. 46.
[8] Walter J. Chantry, *Man's Will – Free Yet Bound* (Canton: Free Grace Publications, 1988), p. 2; Tom Wells, *Faith: The Gift of God* (Edinburgo: The Banner of Truth Trust, 1983), p. 47; Bishop, p. 145.
[9] Pink, Sovereignty, p. 139.
[10] Talbot e Crampton, p. 21.
[11] Chantry, p. 4.
[12] Charles H. Spurgeon, *Free Will – A Slave* (Canton: Free Grace Publications, 1977), p. 3.
[13] David O. Wilmoth, em "The Baptist Examiner Forum II," *The Baptist Examiner*, 16 de setembro de 1989, p. 5.
[14] Tom Ross, Abandoned Truth, p. 56.

[15] W. E. Best, *Free Grace Versus Free Will* (Houston: W. E. Best Book Missionary Trust, 1977), p. 35.
[16] Boettner, Predestination, p. 221.
[17] John H. Gerstner, *A Primer on Free Will* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1982), p. 10.
[18] Clark, Predestination, p. 114.
[19] Steven R. Houck, *The Bondage of the Will* (Lansing: Peace Protestant Reformed Church, n.d.), p. 1.
[20] Tom Ross, Abandoned Truth, p. 48.
[21] Boettner, Predestination, p. 221.
[22] Tom Wells, p. 52.
[23] Dewey J. Hoitenga, *John Calvin and the Will: A Critique and Corrective* (Grand Rapids: Baker Books, 1997), p. 70.
[24] Gill, God and Truth, p. 197; Bishop, p. 149.
[25] Gill, God and Truth, p. 198.
[26] Pink, Sovereignty, p. 134.
[27] Gill, God and Truth, p. 197; Pink, Sovereignty, p. 135; Bishop, p. 148.
[28] Pink, Sovereignty, pp. 134-135.
[29] P. e., Mt 7 – Gunn, p. 7; Steele e Thomas, p. 29. Mt 12 – Pink, Gleanings from the Scriptures, p. 217; Chantry, p. 1.
[30] Pink, Sovereignty, pp. 151, 152.
[31] Boettner, Predestination, p. 65.
[32] Ibid.
[33] Ibid.
[34] Ibid.
[35] J. B. Heard, *The Tripartite Nature of Man: Spirit, Soul, and Body*, 5a. ed. (Edinburgo: T & T Clark, 1882), p. 100.
[36] Ibid., pp. 96, 209.
[37] Arthur W. Pink, *The Doctrine of Salvation* (Grand Rapids: Baker Book House, 1975), p. 23.
[38] Calvinistas tricotomistas incluem Pink (Salvation, p. 23) e Chafer (Theology, vol. 2, p. 181); Calvinistas dicotomistas incluem Berkhof (Theology, p. 194) e Charles Hodge (Theology, vol. 2, p. 249).
[39] Boettner, Immortality, p. 123.
[40] Pink, Genesis, pp. 37-38.
[41] Homer Hoeksema, Voice of Our Fathers, pp. 453-464.
[42] Cânones de Dort, III, IV:4.
[43] Pink, Genesis, p. 38.
[44] Hoitenga, p. 70.
[45] Ibid., p. 111.
[46] Ibid.
[47] Ibid.
[48] Arthur W. Pink, *Exposition of the Gospel of John* (Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1975), p. 385.
[49] Boettner, Predestination, p. 63.
[50] Edwards, Original Sin, p. 139.

[51] Donald Grey Barnhouse, "God's Wrath," em *Expositions of Bible Doctrines Taking the Epistle to the Romans as a Point of Departure* (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1953), vol. 1, p. 216.
[52] Palmer, p. 12.
[53] Storms, Chosen for Life, p. 35.
[54] Hanko, Total Depravity, p. 17.
[55] Houck, Bondage of the Will, p. 9.
[56] Chantry, p. 8.
[57] Desidério Erasmo, em *Erasmus – Luther Discourse on Free Will*, trad. e ed. Ernst F. Winter (Nova York: Frederick Ungar Publishing Co., 1961), p. 20.
[58] Ibid., p. 29.
[59] Ibid., p. 31.
[60] Works of Arminius, vol. 2, p. 192.
[61] Wesley, p. 132.
[62] Pink, Sovereignty, p. 151.
[63] Ibid., p. 152.

Salvação e a Vontade

Quando diante dessa evidência clara para o livre-arbítrio do homem, o calvinista recua e admite que o homem tem livre-arbítrio, mas não para a aceitação da salvação. Lutero dizia do homem: "Em relação a Deus, e tudo que diz respeito à salvação ou danação, o homem não tem 'livre-arbítrio.'"**[1]** Se alguém discorda desta tese, as velhas acusações familiares de negar a salvação pela graça são disparadas novamente:

> Quando a noção arminiana do livre-arbítrio é levada à sua conclusão lógica, faz o homem ser o seu próprio salvador e nega a obra necessária e miraculosa do Espírito Santo na regeneração.**[2]**

> As idéias da livre graça e do livre-arbítrio são diametralmente opostas. Todos aqueles que são defensores do livre-arbítrio são estrangeiros para a graça do soberano Deus.**[3]**

Uma maneira que os calvinistas procuram se livrar da idéia do livre-arbítrio referente à salvação é pelo uso do termo cognato porém um tanto ambígüo "livre-argência":

> O homem é um agente livre. Mas o homem não tem livre-arbítrio.**[4]**

> Em livre-agência podemos acreditar, mas o livre-arbítrio é simplesmente ridículo.**[5]**

Outros calvinistas, da mesma forma, mantêm esta dicotomia.**[6]** Palmer explica a diferença: "O termo *livre-agência* tem sido usado em teologia

para designar que um homem é livre para fazer o que ele quer fazer; e livre-arbítrio tem sido usado para indicar a espécie de liberdade que ninguém tem – a saber, a capacidade ou liberdade para escolher entre o bem ou o mal, ou crer em Cristo ou rejeitá-lo."[7] Entretanto, como é o caso com a maioria dos mais distintos pontos do Calvinismo, há muita discórdia entre os calvinistas. Alguns introduzem um outro termo: "agente moral livre." O teólogo Charles Hodge explica que "a doutrina da incapacidade do homem, por conseguinte, não assume que o homem cessou de ser um agente moral livre."[8] Mas isto está em contradição com o que o batista radical Eddie Garrett alega: "Antes da queda, Adão era um agente livre. O homem é um agente livre agora, e ele será um agente livre na eternidade. Mas o homem é uma criatura caída, totalmente depravada, por essa razão ele não é um agente **moral** livre e não tem livre-arbítrio."[9] Pink igualmente rejeita ambos, livre-arbítrio e livre-agência: "'Agência moral livre' é uma expressão que o homem inventou e, como foi dito anteriormente, falar da liberdade do homem natural é, de maneira direta, repudiar a ruína espiritual."[10] Mas Talbot and Crampton diferem: "Manter que o homem não tem agência moral livre seria alegar que ele nunca poderia fazer qualquer escolha. Isto seria absurdo."[11] Todavia Pink insiste a respeito do homem que "afirmar que ele é um agente moral livre é negar que ele é totalmente depravado."[12]

Esta distinção entre livre-agência e livre-arbítrio leva alguns calvinistas a fazerem algumas curiosas declarações sobre o homem e seu livre-arbítrio:

> Ele é livre para se virar para Cristo, mas não é capaz.[13]
>
> É sua decisão escolher ou rejeitar Cristo mas não de seu próprio livre-arbítrio.[14]

Mas seja livre-arbítrio, livre-agência, ou agência moral livre, o resultado continua o mesmo: o pecador não regenerado tem a incapacidade de aceitar Cristo de seu próprio livre-arbítrio. Se o homem não pode crer, então como ele pode ser considerado responsável por não crer? Pink tem a resposta: "Em e de si mesmo o homem natural tem o poder de rejeitar a Cristo; mas em e de si mesmo ele não tem o poder de receber a Cristo."[15]

Não somente o calvinista insiste que a vontade do homem pode somente agir de acordo com sua natureza, ele também erra em relação à função da vontade. Da mesma forma que a posição "arminiana" foi deturpada em relação às influências da vontade, o calvinista espalha o falso ensino que seus oponentes supostamente acreditam:

> Os corações dos homens são tão vis, que é absolutamente impossível que algo santo possa sair deles. Eles não podem mais mudar sua natureza através de um esforço da vontade mais do que um leproso pode curar-se por sua própria volição.[16]

> À parte da graça soberana de Deus, o homem é absolutamente incapaz de salvar-se. Ele não tem nem a vontade nem o poder de mudar seu vil coração.[17]
>
> Ele não pode renovar sua própria vontade, mudar seu próprio coração, nem regenerar sua natureza má.[18]

Mudar sua natureza? Regenerar a si mesmo? Nenhum não-calvinista jamais disse que alguém, exercendo seu livre-arbítrio, pode mudar sua natureza ou regenerar a si mesmo. Tudo que a afirmação de que o homem tem livre-arbítrio significa é quanto à questão da salvação, que ele tem a capacidade de responder à palavra de Deus e à convicção do Espírito Santo. O fato de que muitos homens escolhem rejeitar a Cristo e permanecer em seus pecados mostra a extensão da depravação do homem, mas não muda o fato de que o homem tenha livre-arbítrio para agir de forma contrária. Um homem é somente livre se ele for capaz de ter escolhido de forma contrária. Se um calvinista quer dizer que o homem pode somente escolher o menor de dois males, então está bem. Neste caso, aceitar Jesus Cristo seria um mal menor do que ir para o inferno. Porém, o calvinista responde que medo não é um motivo apropriado. Todavia, para um culpado pecador encarando a possibilidade de sofrer uma pena eterna, o medo é um motivo muito saudável.

Há dois pilares sobre o qual repousa a idéia de que o homem não pode aceitar a Jesus Cristo de seu próprio livre-arbítrio:

> Os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus (Jo 1.13).
>
> Assim, pois, isto não depende do que quer, nem do que corre, mas de Deus, que se compadece (Rm 9.16).

Estas duas frases, "nem da vontade do homem" (Jo 1.13), e "isto não depende de quem quer" (Rm 9.16), são aplicados sem exceção pelos calvinistas para a vontade do homem para receber a Jesus Cristo. Manford Kober sustenta que "se os dois versos provam alguma coisa, é que o homem não tem livre-arbítrio quando se trata de salvação."[19] O modo que isto é feito é um procedimento padrão pelos calvinistas. Eles fazem tirando uma palavra ou frase fora de seu verso e fazem-na dizer o que quer que eles queiram. Uma palavra ou frase pode ser usada para provar qualquer coisa se ela for separada de seu contexto.

O verso de João não pode ser examinado sem notar o contexto:

> Estava no mundo, e o mundo foi feito por ele, e o mundo não o conheceu. Veio para o que era seu, e os seus não o receberam. Mas, a

> todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, aos que crêem no seu nome; os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus (Jo 1.10-13).

Os calvinistas geralmente listam o verso treze como uma referência depois de declarações como esta de Custance: "O que poderia possivelmente ser uma declaração mais clara do que esta do fato de que a salvação é concedida a um seleto grupo que são concebidos pelo Espírito Santo e nascidos de novo pela vontade de Deus apenas."[20] Pink comenta: "A vontade do homem natural é oposta a Deus, e ele não tem *nenhuma vontade* por Deus até que ele seja nascido de novo."[21] O que os calvinistas estão querendo dizer é que um homem tem a incapacidade de receber a Cristo por seu próprio livre-arbítrio. Essencialmente, o que os calvinistas têm feito é tirado a frase "o receberam" fora do verso doze e substituíram-na por "nasceram" no verso treze. Isto nos dá: "Os quais não o receberam do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus." Mas o verso treze está nos dando a fonte do novo nascimento, não a razão por que os homens recebem a Cristo. A fonte do novo nascimento é dada três vezes negativamente antes de uma, positivamente. Qualquer um que seja nascido de novo é dito ser nascido de Deus com a exclusão de três coisas. O novo nascimento não é "do sangue." A fonte do novo nascimento não é regeneração física, herança, ou descendência natural. O novo nascimento não é "da vontade da carne." A fonte do novo nascimento não é reforma, auto-desenvolvimento, ou auto-esforço. O novo nascimento não é "da vontade do homem." A fonte do novo nascimento não é parentes, pregadores, ou sacerdotes. A negação tripla enfatiza o fato de que a fonte do novo nascimento é "de Deus" e não do homem. E por que Deus dá a alguém o novo nascimento? Deus dá o novo nascimento a "tanto quantos o receberam." O novo nascimento é obra de Deus, mas receber a Cristo é a parte do homem.

O próximo fragmento de um verso é de Rm 9, mas novamente o contexto deve ser examinado:

> Pois diz a Moisés: Compadecer-me-ei de quem me compadecer, e terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia. Assim, pois, isto não depende do que quer, nem do que corre, mas de Deus, que se compadece (Rm 9.15-16).

Ao comentar o verso dezesseis, os calvinistas invariavelmente colocam a frase "não depende do que quer" para o desejo do homem para receber a salvação:

> Deus verdadeiramente governa sobre todos de forma que a salvação é completamente dependente dele.[22]

> Nem deve a salvação do pecador ser de alguma forma atribuída à docilidade do coração ou à aplicação do uso de meios.[23]
>
> A aplicação da salvação é toda da graça e é efetuada somente através do imenso poder de Deus.[24]

Esta frase até apareceu na primeira página do livro de 1754 de Jonathan Edwards *Freedom of the Will*.[25] Mas por que Deus falou o verso quinze para Moisés? Ele estava dizendo a ele sobre seus planos de somente ter misericórdia dos "eleitos" e condenar o resto? Deus falou com Moisés depois que ele pediu para ver sua glória (Ex 33.18-19). O pedido de Moisés foi concedido enquanto na fenda da penha (Ex 33:22). A salvação de um "pecador totalmente depravado" não estava sequer remotamente relacionado com este evento. Então o que é que "não depende do que quer"? É a salvação? É a predestinação? A resposta é encontrada exatamente no verso: "mas de Deus, que se compadece." Isto é reforçado notando o "assim, pois" no início do verso que nos leva de volta ao verso anterior, o sujeito do qual foi a demonstração da misericórdia por Deus. A misericórdia não é meramente uma resposta da vontade do homem ou dos esforços do homem para obtê-la. Ela deve ser recebida sob seus termos e condições. Mas Deus não tem que ter misericórdia de um homem antes que ele possa ser salvo? Sim, certamente ele tem: "Não pelas obras de justiça que houvéssemos feito, mas segundo a sua misericórdia, nos salvou pela lavagem da regeneração e da renovação do Espírito Santo" (Tt 3.5). Mas a misericórdia de Deus não é limitada a apenas os "eleitos":

> Porque assim como vós também antigamente fostes desobedientes a Deus, mas agora alcançastes misericórdia pela desobediência deles, assim também estes agora foram desobedientes, para também alcançarem misericórdia pela misericórdia a vós demonstrada. Porque Deus encerrou a todos debaixo da desobediência, para com todos usar de misericórdia (Rm 11.30-32).

A misericórdia de Deus não tem que estar relacionada com a salvação. Jesus Cristo demonstrou misericórdia a muitos povos que resultaram em sua cura física, não em sua salvação (Mt 9.27, Mt 15.22, Mt 17.15, Mt 20.30).

O fato de que um homem tem livre-arbítrio para crer em Jesus Cristo para salvação não significa que ele escolherá aceitar a oferta da graça de Deus. Ter livre-arbítrio é uma coisa; usá-lo corretamente é outra. Como Boettner observa: "A natureza caída do homem produz a mais obstinada cegueira, estupidez, e oposição referente às coisas de Deus."[26] Como conseqüência de sua depravação, o homem não pode fazer qualquer coisa boa que seja fundamentalmente agradável a Deus para que mereça seu favor. Ele não pode exigir que Deus o salve. Ele não pode contribuir para a sua salvação. Ele não pode mudar sua natureza. Ele não pode se salvar. Disto é o que sua "incapacidade" consiste. A Bíblia afirma a capacidade de responder ao

Evangelho enquanto em seu estado de depravação: "Mas graças a Deus que, tendo sido servos do pecado, obedecestes de coração à forma de doutrina a que fostes entregues" (Rm 6.17). A razão dos homens não responderem ao Evangelho não é porque eles têm a incapacidade de agir assim: "E não quereis vir a mim para terdes vida" (Jo 5.40).

---

[1] Lutero, p. 107.
[2] Tom Ross, Abandoned Truth, p. 45.
[3] Best, Free Grace, p. 43.
[4] Bishop, p. 146.
[5] Spurgeon, Free Will, p. 3.
[6] Gerstner, Free Will, p. 10; Storms, Chosen for Life, pp. 36-37; Kober, p. 33; N. L. Rice, p. 75; Best, Free Grace, p. 20.
[7] Palmer, p. 36.
[8] Charles Hodge, Theology, vol. 2, p. 260.
[9] Eddie K. Garrett, "Freedom of the Will?" *The Hardshell Baptist*, julho de 1989, p. 1.
[10] Pink, Sovereignty, p. 143.
[11] Talbot e Crampton, p. 18.
[12] Pink, Sovereignty, p. 138.
[13] Beck, p. 9.
[14] Gerstner, Free Will, p. 10.
[15] Pink, Sovereignty, p. 128.
[16] Pink, Gleanings from the Scriptures, p. 216.
[17] Steven R. Houck, *God's Sovereignty in Salvation* (Lansing: Peace Protestant Reformed Church, n.d.), p. 17.
[18] Bishop, p. 146.
[19] Kober, p. 31.
[20] Custance, p. 188.
[21] Pink, John, p. 30.
[22] Houck, Bondage of the Will, p. 14.
[23] Pink, Gleanings from the Scriptures, p. 226.
[24] Steele e Thomas, p. 55.
[25] Edwards, Freedom of the Will, p. v.
[26] Boettner, Predestination, p. 63.

Analogias

É de seu falso conceito da natureza depravada do homem que os calvinistas tentam sustentar sua doutrina da Depravação Total. Há três analogias que são usadas para fazer isto: homens mortos, bebês, e criaturas. Estas analogias são baseadas em três versos das Escrituras:

> E vos vivificou, estando vós mortos em ofensas e pecados (Ef 2.1).
>
> Jesus respondeu, e disse-lhe: Na verdade, na verdade te digo que aquele que não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus (Jo 3.3).
>
> Assim que, se alguém está em Cristo, nova criatura é; as coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo (2Co 5.17).

Ao comparar um pecador não regenerado a um homem morto, um bebê, e uma criatura, os calvinistas tentam provar que o homem tem a incapacidade de se arrepender e crer no Evangelho. Mas como veremos agora, cada uma destas analogias é desacreditada por ninguém menos do que o calvinista Arthur W. Pink.

A primeira é muito importante para os calvinistas visto que ela na verdade menciona o fato da morte espiritual do homem: "mortos em ofensas e pecados" (Ef 2.1). Isso é chamado por Sproul: "Uma passagem sobre predestinação *par excellence*."[1] Mas conquanto seja verdade que a salvação é falada como sendo "passado da morte para a vida" (Jo 5.24), todos os calvinistas, sem falta, fazem analogia entre sua doutrina da Depravação Total e os homens mortos em geral, ou numa tentativa de ser bíblico, a Lázaro em particular (Jo 11.43-44).[2] A comparação é como segue:

> Um homem morto não pode exercer fé em Jesus Cristo.[3]
>
> Um homem morto é completamente incapaz de querer alguma coisa.[4]
>
> Um homem morto não pode cooperar com uma oferta de cura.[5]
>
> O cadáver não restaura vida a si mesmo; depois da vida ser restaurada ele se torna um agente vivo.[6]

Custance usa o texto prova das Testemunhas de Jeová: "Os mortos não sabem coisa nenhuma" (Ec 9.5), e raciocina: "Um cadáver não grita por socorro."[7] Agora, todas as colocações acima são verdadeiras, se alguém estiver se referindo aos homens *fisicamente* mortos. Mas como Sproul descuidadosamente declarou: "Pessoas espiritualmente mortas são ainda biologicamente vivas."[8] Homens espiritualmente mortos podem caminhar, conversar, e realizar desejos (Ef 2.2-3). Estar morto em pecado não significa estar inconsciente. Morte nunca significa uma cessação de ser. Deste modo, até o homem regenerado é dito estar morto, doutrinariamente falando (Rm 6.2; Cl 3.3). E sobre os homens mortos fisicamente, deveria também ser apontado que um homem morto fisicamente pode levantar seus olhos, sentir tormento, ver, falar, orar, e pensar (Lc 16.23-28). A morte nunca é uma não-existência, a menos que alguém seja Testemunha de Jeová. O cadáver não é o homem verdadeiro; o corpo que apodrece nunca é a pessoa real. Os mortos não-salvos

que sofrem "a segunda morte" (Ap 20.14) experimentam tormento consciente (Mt 13.42). Uma verdadeira analogia que ilustra o fato que um pecador está "morto em ofensas e pecados" (Ef 2.1) é a história bíblica do filho pródigo que "estava morto, e reviveu, tinha-se perdido, e foi achado" (Lc 15.24). E como foi mencionado no início desta seção, Pink expressamente desconsidera esta analogia que seus amigos calvinistas tanto gostam: "Ao invés de tentar traçar analogias entre a morte espiritual e a morte física e derivar inferências delas, devemos nos ater intimamente às Escrituras e regular todos os nossos pensamentos por elas."[9]

Alguns calvinistas, percebendo que os homens mortos ainda existem, dão um passo a frente, comparando a regeneração ao nascimento de um bebê. Mas conquanto seja verdade que a salvação é dita como um nascimento: "de novo gerados" (1Pe 1.23), "nascido de Deus" (1Jo 3.9), os calvinistas mais uma vez procuram um exato paralelo na tentativa de provar a validade da Depravação Total:

> O infante não procria a si mesmo, mas deve nascer de seus pais a fim de se tornar um agente vivo.[10]
>
> Um bebê nunca deseja ou decide ser nascido. Ele nunca contribui em nada para o seu próprio nascimento. Todo o processo, da concepção ao nascimento, ele é completamente passivo e totalmente incapaz de controlar seu nascimento.[11]
>
> Não podemos dar à luz a nós mesmos; um bebê não pode nascer de si mesmo; nada pode ter seu original de si mesmo, pois seria, então, antes e depois de si mesmo; seria e não seria, ao mesmo tempo.[12]
>
> O novo nascimento é somente a obra de Deus Espírito e o homem não tem nenhum papel ou parte nisto. Isto vem da própria natureza do caso. O nascimento, de modo geral, exclui a idéia de qualquer esforço ou trabalho da parte de alguém que nasce. Pessoalmente não temos nada mais a fazer com nosso nascimento espiritual do que tivemos com nosso nascimento natural.[13]

Mas em um nascimento natural, a concepção e o nascimento são separados por um período de nove meses; em um nascimento espiritual, tal período não existe. Pink, embora seja o autor da última citação, nega a si mesmo, assim como todos os outros calvinistas, quando ele apropriadamente diz: "Ao tratar da regeneração sob a figura do novo nascimento, alguns escritores têm introduzido analogias do nascimento natural que a Escritura, de modo algum, permite; na verdade, desaprova. Nascimento físico é o nascer a este mundo de uma criatura, uma completa personalidade, que antes da concepção não tinha qualquer existência. Mas alguém que é regenerado *tinha* uma completa personalidade antes de ter nascido de novo."[14]

A terceira analogia usada pelos calvinistas para elevar sua doutrina da Depravação Total é de uma criatura. Mas conquanto seja verdadeiro que depois da salvação o homem é chamado de uma "nova criatura" (2Co 5.17), o calvinista, em seu esforço para provar a doutrina da Depravação Total, busca um exato paralelo entre a criação de uma criatura e a salvação de um pecador:

> Que criatura alguma vez conseguiu com sucesso resistir à sua própria criação ou feito qualquer contribuição ativa para sua própria criação?[15]
>
> O inexistente – nada – nunca pode produzir a si mesmo. O próprio conceito de criação necessariamente implica total passividade e incapacidade da parte do objeto que está para ser criado. O que é verdadeiro no reino físico é também verdadeiro no reino espiritual: os indivíduos são totalmente incapazes de fazer de si mesmos novas criaturas em Cristo.[16]

Mas mais uma vez, Pink habilmente afirma o caso contra o Calvinismo: "A regeneração não é a criação de uma pessoa que até então não tinha nenhuma existência, mas a renovação e a restauração de uma pessoa que o pecado tinha deixado imprópria para comunhão com Deus, e isto pela comunicação de uma natureza de princípio de vida, que dá uma nova e diferente inclinação para todas as suas velhas faculdades."[17]

Uma outra razão para a falha destas analogias quando vistas como um exato paralelo para a salvação de um pecador é a questão da responsabilidade. Uma criatura não-criada é responsável por alguma coisa? Se o homem não-regenerado corresponde a uma criatura não-criada, ele mais certamente nunca poderia ser responsável por qualquer coisa que faça: ele nem sequer existiria! Nós também nos apressamos em dizer, um bebê é responsável por qualquer uma de suas ações antes de nascer? Se não, então nem um homem não-salvo seria responsável por qualquer uma das suas. E finalmente, se fizer um exato paralelo entre um homem morto fisicamente e um homem morto espiritualmente e dizer que ninguém pode crer em Jesus Cristo, então da mesma forma tem que dizer que ninguém não pode *não* crer. Se um homem morto não pode aceitar Cristo porque está morto, então ele também não pode rejeitá-lo. Um *homem* morto não pode crer em Jesus Cristo, mas um *pecador* morto pode.

---

[1] Sproul, Eleitos de Deus, p. 83.
[2] Palmer, p. 18; Boettner, Predestination, p. 165; Sproul, Eleitos de Deus, p. 90; Seaton, p. 11; Storms, Chosen for Life, p. 49; Spencer, Tulip, p. 28.

[3] Gordon H. Clark, *The Biblical Doctrine of Man* (Jefferson: The Trinity Foundation, 1984), p. 102.
[4] Pink, Sovereignty, p. 141.
[5] Gerstner, Predestination, p. 18.
[6] Dabney, Calvinism, p. 35.
[7] Custance, p. 18.
[8] Sproul, Eleitos de Deus, p. 89.
[9] Pink, Gleanings from the Scriptures, p. 276.
[10] Dabney, Calvinism, p. 35.
[11] Palmer, p. 17.
[12] Ness, p. 88.
[13] Pink, Sovereignty, p 72.
[14] Pink, Salvation, p. 26.
[15] Gunn, p. 23.
[16] Palmer, p. 17.
[17] Pink, Salvation, pp. 26-27.

Textos-Provas

Além destas analogias e dos versos relacionados com a salvação e a vontade, o calvinista possui alguns textos-provas adicionais para a doutrina da Depravação Total. Mas ainda que Rose alega que "a doutrina da depravação total não repousa sobre alguns textos esparsos,"**[1]** sua soma é na verdade bem pouca. E para manter a real natureza de como os calvinistas definem a Depravação Total, nenhum dos textos-provas mencionam a depravação do homem mas, antes, sua suposta incapacidade. Há três tipos de textos bíblicos usados para provar a doutrina calvinista da Depravação Total. Do primeiro tipo são aqueles que mencionam alguém que "não pode" fazer alguma coisa:

> Respondeu-lhe Jesus: Em verdade, em verdade te digo que se alguém não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus (Jo 3.3).
>
> Por que não compreendeis a minha linguagem? é porque não podeis ouvir a minha palavra (Jo 8.43).
>
> A saber, o Espírito da verdade, o qual o mundo não pode receber; porque não o vê nem o conhece; mas vós o conheceis, porque ele habita convosco, e estará em vós (Jo 14.17).
>
> Porquanto a inclinação da carne é inimizade contra Deus, pois não é sujeita à lei de Deus, nem em verdade o pode ser; e os que estão na carne não podem agradar a Deus (Rm 8.7-8).

Naturalmente, o calvinista supõe que estes "não podem" fazer alguma coisa por causa do resultado da Depravação Total: a Incapacidade Total.

Em segundo lugar, há aquelas passagens que falam da "incapacidade" de alguém mas com uma razão explícita dada a ela:

> Ninguém pode vir a mim, se o Pai que me enviou não o trouxer; e eu o ressuscitarei no último dia (Jo 6.44).
>
> E continuou: Por isso vos disse que ninguém pode vir a mim, se pelo Pai lhe não for concedido (Jo 6.65).
>
> Por isso não podiam crer, porque, como disse ainda Isaías: Cegou-lhes os olhos e endureceu-lhes o coração, para que não vejam com os olhos e entendam com o coração, e se convertam, e eu os cure (Jo 12.39-40).

E finalmente, há os dois versos supremos usados para provar a doutrina calvinista da Depravação Total:

> Não há quem entenda; não há quem busque a Deus (Rm 3.11).
>
> Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque para ele são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente (1Co 2.14).

Todas estas passagens são usualmente empregadas em uma lista de referências de versos após alguma declaração descrevendo a incapacidade do homem para se arrepender e crer no Evangelho. Mas além desta suposição, o calvinista também infere que estas passagens se referem a todos os indivíduos. Mas visto que é óbvio que estes versos são de três diferentes tipos, eles serão tratados conformemente.

Do primeiro tipo de versos usados para provar a verdade da Depravação Total – aqueles que mencionam alguém que "não pode" fazer alguma coisa – a tentativa dos calvinistas para provar a incapacidade do homem para se arrepender e crer no Evangelho é caluniosa, de fato. O verso em questão diz que "se alguém não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus" (Jo 3.3). Embora usualmente apenas listado pelos calvinistas numa seqüência de textos-provas,[2] algumas vezes comentários extensos são feitos sobre o verso. Coppes observa: "Os ímpios, à parte do renascimento efetuado pelo Espírito Santo (Jo 3.3, 8), não podem arrepender-se."[3] Outros vão tão longe a ponto de redefinir a palavra "ver." Keener a corrige para "perceber" em sua tentativa de provar a Depravação Total.[4] Robert Morey pressupõe: "Cristo coloca a regeneração pelo Espírito como uma exigência antes que alguém possa 'ver,' isto é, crer ou ter fé no Reino de Deus. Ele afirma um tanto enfaticamente que um pecador que é nascido da carne não pode crer nas boas novas do Reino até que seja nascido pelo Espírito."[5] Mas deve ser apontado que ver não é necessariamente crer:

Mas como já vos disse, vós me tendes visto, e contudo não credes (Jo 6.36).

> Disse-lhe Jesus: Porque me viste, creste? Bem-aventurados os que não viram e creram (Jo 20.29).

E não somente a Bíblia diz "ver" e não "crer," Ela está discutindo "o Reino de Deus," não "a salvação." O verso significa exatamente o que diz. Sem o novo nascimento, um pecador não pode nem "ver" (Jo 3.3), nem "entrar" (Jo 3.5) no "Reino de Deus" (Jo 3.3, 5).

A próxima passagem "não pode" é similarmente abusada: "Por que não compreendeis a minha linguagem? é porque não podeis ouvir a minha palavra" (Jo 8.43). Os calvinistas regularmente listam esta passagem no meio de uma série de versos que eles dizem que provam a Depravação Total.[6] Mas, diferente do verso anterior sob discussão, o assunto aqui não é universal. São os judeus incrédulos, aqui tratados duas vezes como "vós," que estão sob consideração. Eles não podiam ouvir a palavra de Cristo, não porque eles eram, como todos os não-regenerados (At 26.18; Ef 2.2), de seu "pai o Diabo" (Jo 8.44) e "não de Deus" (Jo 8.47), mas adicionalmente, porque eles realizavam os desejos de seu pai (Jo 8.44) e não criam em Cristo quando ele lhes disse "a verdade" (Jo 8.45-46). E não somente era sua "incapacidade" condicional, ela não era também permanente, pois Jesus tinha dito mais cedo que, porque eles eram "de baixo" (Jo 8.23), eles morreriam em seus pecados e não seriam capazes de ir onde ele estava indo (Jo 8.21). Todavia, eles somente morreriam em seus pecados se não cressem (Jo 8.24). O que é ainda mais interessante é que dois calvinistas concordam. Calvino por seu implícito silêncio,[7] e D. A. Carson por sua explicação:

> Jesus não diz que eles não conseguem entender sua mensagem porque eles não podem acompanhar sua palavra falada, sua linguagem, mas que eles não conseguem entender sua linguagem precisamente porque eles não podem 'ouvir' sua mensagem. Os judeus permanecem responsáveis por seu próprio 'não podem,' que, longe de resultar do fiat divino, é determinado por seu próprio desejo (theolusin) de realizar os desejos (tas epithymias) do diabo (Jo 8.44). Este 'não podem,' esta escravidão ao pecado (Jo 8.34), surge do pecado pessoal.[8]

Deve também ser apontado que não ser capaz de ouvir a palavra de Deus não é necessariamente equivalente a não ser capaz de se arrepender e crer no Evangelho.

Contrária ao último verso em questão, a próxima referência se aplica a nenhum grupo exceto certos judeus: "A saber, o Espírito da verdade, o qual o mundo não pode receber; porque não o vê nem o conhece; mas vós o conheceis, porque ele habita convosco, e estará em vós" (Jo 14.17). Vários calvinistas listam

este verso como texto-prova da Depravação Total.[9] É óbvio por que. O mundo não pode receber o Espírito Santo porque o mundo não o vê nem o conhece. Em contraste, os discípulos o conhecem porque ele habita com eles. O que isto tem a ver com a incapacidade do mundo de receber o Espírito Santo? O verso não diz que o mundo *não pode* vê-lo ou conhecê-lo. Ele meramente diz que o mundo não pode recebê-lo "porque não o vê nem o conhece."

A próxima referência é a última das passagens "não pode" usadas para apoiar a doutrina da Depravação Total: "Porquanto a inclinação da carne é inimizade contra Deus, pois não é sujeita à lei de Deus, nem em verdade o pode ser; e os que estão na carne não podem agradar a Deus" (Rm 8.7-8). Embora seja normalmente apenas listada em uma série de textos-provas para a Depravação Total,[10] os comentaristas calvinistas também têm comentado sobre esta passagem:

> A avaliação de Paulo de pessoas à parte de Cristo pode justamente ser somada nas categorias teológicas da 'depravação total' e 'incapacidade total.'[11]
>
> 'A inimizade contra Deus' não é nada senão a depravação total e o 'não pode agradar a Deus' nada menos do que a incapacidade total.[12]

Embora um homem salvo pode "andar segundo a carne" (Rm 8.4), o homem não-regenerado está "na carne" (Rm 8.8). Como conseqüência, os homens não podem fazer qualquer coisa boa que seja fundamentalmente agradável a Deus a fim de merecer seu favor. A carne não pode ser mudada, reformada, treinada, melhorada, ou reconciliada com Deus *a menos que* e *até que* Deus a mude. Mas dizer que por causa desta "incapacidade" um homem não pode crer no Evangelho é uma outra questão. A Bíblia fala que Deus se "agradou" de Enoque (Hb 11.5), com o pedido de Salomão (1Re 3.10), com escolhas feitas por eunucos (Is 56.4), em fazer de Israel seu povo (1Sm 12.22), quando Israel foi abençoado (Nm 24.1), por amor da sua justiça (Is 42.21), quando ele revelou Cristo a Paulo (Gl 1.16), com sacrifícios espirituais (Hb 13.16), e especialmente com seu Filho (Is 53.10; Mt 3.17, Mt 17.5; Cl 1.19). Mas há duas outras ocasiões quando é dito que Deus se agradou. A primeira diz respeito ao homem em geral: "Quando os caminhos do homem agradam ao Senhor, faz que até os seus inimigos tenham paz com ele" (Pv 16.7). E mais relevante ao assunto à mão: "Visto como na sabedoria de Deus o mundo pela sua sabedoria não conheceu a Deus, aprouve a Deus salvar pela loucura da pregação os que crêem" (1Co 1.21). Assim, embora o homem tenha a incapacidade em sua carne para agradar a Deus, Deus se agrada quando os pecadores crêem no Evangelho.

A segunda categoria de textos-provas calvinistas para a Depravação Total são aquelas passagens que falam da "incapacidade" de alguém mas com uma razão explícita dada a ela:

> Ninguém pode vir a mim, se o Pai que me enviou não o trouxer; e eu o ressuscitarei no último dia (Jo 6.44).
>
> E continuou: Por isso vos disse que ninguém pode vir a mim, se pelo Pai lhe não for concedido (Jo 6.65).
>
> Por isso não podiam crer, porque, como disse ainda Isaías: Cegou-lhes os olhos e endureceu-lhes o coração, para que não vejam com os olhos e entendam com o coração, e se convertam, e eu os cure (Jo 12.39-40).

Os primeiros dois versos são parte de uma trilogia calvinista em João capítulo 6. O primeiro é na verdade o principal texto-prova para o quarto ponto do Calvinismo: a Graça Irresistível. Por causa disto, ele será analisado nesse capítulo. O segundo é da mesma forma usado para provar o segundo ponto do Calvinismo: a Eleição Incondicional, e será considerado no próximo capítulo. A outra passagem em João relata que a razão por que alguns "não podiam crer" era porque Deus "cegou-lhes os olhos." Na confusão de termos teológicos calvinistas, isto é chamado "reprovação," e propriamente se encaixa sob a questão da Eleição Incondicional. Dessa forma, será analisada nesse capítulo.

O primeiro verso usado para provar a doutrina da Depravação Total é parte da grande declaração da depravação universal do homem encontrado em Romanos capítulo 3. Paulo "examinou as Escrituras" (At 17.11), e reuniu de Isaías e dos Salmos a odiosa descrição do homem encontrado nesta seção da palavra de Deus. O calvinista Gerstner corretamente sustenta que "provavelmente não há nenhuma parte de toda a Bíblia que enfatiza a condição arruinada da humanidade mais do que os três primeiros capítulos do Livro de Romanos, e nenhuma parte de Romanos mais do que Rm 3.10-20."**[13]** Temos que recorrer, então, ao contexto:

> Como está escrito: Não há justo, nem sequer um. Não há quem entenda; não há quem busque a Deus. Todos se extraviaram; juntamente se fizeram inúteis. Não há quem faça o bem, não há nem um só. A sua garganta é um sepulcro aberto; com as suas línguas tratam enganosamente; peçonha de áspides está debaixo dos seus lábios; a sua boca está cheia de maldição e amargura. Os seus pés são ligeiros para derramar sangue. Nos seus caminhos há destruição e miséria; e não conheceram o caminho da paz. Não há temor de Deus diante dos seus olhos (Rm 3.10-18).

Há uma frase extraída de um verso nesta seção que é continuamente citada pelos calvinistas como prova de sua doutrina da Depravação Total: "Não há quem busque a Deus" (Rm 3.11).**[14]**

Antes de analisar a frase em questão, deve ser apontado que os calvinistas estão corretos em alguns aspectos. Sproul afirma que ao invés de buscar a Deus, os homens "buscam *os benefícios que somente Deus pode lhes dar*."**[15]** Ele também perceptivelmente relata uma inferência delusória que é freqüentemente tirada, que "porque as pessoas estão buscando o que somente Deus pode suprir, eles devem estar buscando o próprio Deus."**[16]** Os calvinistas são também precisos ao conferir a iniciativa da salvação dos pecadores a Deus:

> Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna (Jo 3.16).
>
> Mas Deus dá prova do seu amor para conosco, em que, quando éramos ainda pecadores, Cristo morreu por nós (Rm 5.8).
>
> Nós amamos, porque ele nos amou primeiro (1Jo 4.19).

Mas sustentar de tudo isto que um pecador *não pode* crer no Evangelho quando defrontado com ele é uma TULIP (*tulipa*) de uma outra cor. Por isso, há três coisas erradas com o uso desta frase pelos calvinistas para provar a verdade de sua doutrina da Depravação Total: a intenção da passagem não é ensinar a incapacidade do homem, nada é dito sobre alguém não ser capaz de buscar a Deus e o fato que buscar a Deus não é o mesmo que crer no Evangelho.

Em primeiro lugar, o que os calvinistas parecem se esquecer é que Paulo, ao estabelecer a culpa universal dos judeus e gentios (Rm 3.1, 9), cita do Velho Testamento para dar *peso* aos seus argumentos, não para incriminar cada indivíduo da raça humana em particular com toda acusação, nem para ensinar a incapacidade do homem não-regenerado de crer em Jesus Cristo. Há uma diferença entre estabelecer a depravação universal do homem e acusar homens *individuais* de pecados. Por exemplo, Cornélio, um pecador não-regenerado (At 11.14), era um "homem justo e temente a Deus e que tem bom testemunho" (At 10.22). Ele era um homem "piedoso e temente a Deus com toda a sua casa" (At 10.2). Isto é até reconhecido pelos calvinistas: "Agora, não devemos pensar que esta passagem está acusando todo membro da raça humana de ter cometido todos estes pecados individuais."**[17]**

Em segundo lugar, nada é dito na frase em questão (ou o verso ou o contexto) sobre alguém não ser capaz de buscar a Deus, apesar que seja assim que o calvinista lê. A Bíblia comanda os homens a buscar a Deus:

> Buscai ao Senhor enquanto se pode achar, invocai-o enquanto está perto (Is 55.6).
>
> Pois assim diz o Senhor à casa de Israel: Buscai-me, e vivei (Am 5.4).

> Buscai ao Senhor, vós todos os mansos da terra, que tendes posto por obra o seu juizo; buscai a justiça, buscai a mansidão; porventura sereis escondidos no dia da ira do Senhor (Sf 2.3).

Deus estabeleceu os limites das nações para que buscassem a Deus (At 17.26-27). A Bíblia até ordena os homens a "Buscai ao Senhor e a sua força; buscai a sua face continuamente" (1Cr 16.11). Mas não apenas alguns homens são comandados a buscá-lo, Deus declara que aqueles que buscam-no o encontrariam (Jr 29.13-14), e que ele recompensariam os "que o buscam" (Hb 11.6). A Bíblia diz que são abençoados os homens que buscam a Deus "de todo o coração" (Sl 119.2). De fato, é dito ser mal não buscar a Deus (2Cr 12.14) e digno de morte (2Cr 15.13). Estes comandos para buscar a Deus não são em vão: "Não falei em segredo, nem em lugar algum escuro da terra; não disse à descendência de Jacó: Buscai-me em vão; eu sou o SENHOR, que falo a justiça, e anuncio coisas retas" (Is 45.19). Isto não significa que um homem que tem rejeitado a Deus será capaz de encontrá-lo sempre que desejar: "Então a mim clamarão, mas eu não responderei; diligentemente me buscarão, mas não me acharão" (Pv 1.28).

E finalmente, buscar a Deus não é a mesma coisa que crer no Evangelho. Buscar a Deus não é suficiente. Um judeu que deseja buscar a Deus sob as ordens do Velho Testamento está exatamente tão perdido quanto o gentio que não busca. A salvação nunca é obtida por buscar a Deus:

> Por isso vos disse que morrereis em vossos pecados; porque, se não crerdes que eu sou, morrereis em vossos pecados (Jo 8.24).

> Respondeu-lhe Jesus: Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim (Jo 14.6).

Se a razão que os homens não buscam a Deus não é porque eles têm a Depravação Total, então qual é? A razão que os homens não buscam a Deus é simples: "Por causa do seu orgulho, o ímpio não o busca; todos os seus pensamentos são: Não há Deus" (Sl 10.4).

O segundo texto usado para provar que um homem tem a incapacidade de se arrepender e crer no Evangelho – a Depravação Total – é claramente interpretado no contexto. O verso em questão diz: "Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque para ele são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente" (1Co 2.14). Como os outros textos-provas calvinistas para a Depravação Total, este verso pode usualmente ser encontrado entre uma série de versos citados como prova da Depravação Total.**[18]** Entretanto, também tem sido dito em relação ao verso em questão:

> Não conseguimos entender como alguém pode ter uma clara concepção do senso comum desta passagem da Escritura e todavia afirmar a doutrina da capacidade humana.[19]
>
> A doutrina da depravação total afirma que a natureza humana caída é moralmente incapaz de responder ao evangelho sem ser induzido a assim fazer pela intervenção divina.[20]
>
> Até que o Espírito de Deus desperta a alma não *podemos* ouvir.[21]

Calvino concluiu deste verso que "a fé não é algo que depende de nossa decisão, mas é algo dado por Deus."[22] Garret sustenta que este verso "coloca o hostil pecador em uma posição um tanto desfavorável para executar condições a fim de [ganhar] a vida eterna."[23] Um calvinista lê o verso desta forma: "Mas o homem natural não recebe Jesus Cristo: pois Cristo é loucura para ele: nem pode ele recebê-lo, pois Cristo se discerne espiritualmente." Todos os calvinistas, admitam ou não, têm que ler o verso exatamente assim se usarem-no para ensinar sua doutrina da Depravação Total. O uso deste verso prova novamente o fato de que a Depravação Total não tem nada a ver com a depravação do homem. Ela diz respeito à sua suposta incapacidade para se arrepender e crer no Evangelho.

O contexto é claramente *coisas*, não Jesus Cristo. Isto é infalivelmente determinado simplesmente lendo o capítulo. *Coisas* são o que está sendo discutido em 1Co 2.9-15. A palavra *coisas* ocorre pelo menos uma vez em todo verso. Aqueles que têm recebido "o Espírito que provém de Deus" podem compreender as coisas espirituais (1Co 2.12). E como alguém recebe este espírito? "E, porque sois filhos, Deus enviou aos nossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai" (Gl 4.6). Deus dá o Espírito Santo aos seus filhos para que eles possam ter entendimento espiritual; ele não dá o seu Espírito aos "pecadores hostis" para que eles possam ser capazes de se arrepender e crer no Evangelho. E como alguém se torna um filho de Deus? "Mas, a todos quantos o receberam, aos que crêem no seu nome, deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus" (Jo 1.12). Qualquer um que tem recebido a Jesus Cristo tem o Espírito de Deus: "No qual também vós, tendo ouvido a palavra da verdade, o evangelho da vossa salvação, e tendo nele também crido, fostes selados com o Espírito Santo da promessa" (Ef 1.13). Os calvinistas querem que acreditemos que, porque o homem natural não pode entender as coisas espirituais, ele não pode receber Jesus Cristo. Mas como os calvinistas Gordon Clark e Charles Hodge comentaram sobre esta passagem:

> Quando o verso aqui diz que eles não conhecem a doutrina, ele quer dizer que eles não a conhecem como verdadeira; e a razão é imediatamente dada: pois ela é espiritualmente avaliada.[24]

> O que, por essa razão, o apóstolo aqui afirma do homem natural ou do homem não-renovado é que ele não pode discernir a verdade, a excelência, ou a beleza das coisas divinas.[25]

Receber coisas espirituais e receber Jesus Cristo são duas coisas diferentes.

Os três tipos de Escrituras usadas pelos calvinistas para provar a verdade da Depravação Total têm uma coisa em comum: nenhuma delas mencionam a depravação do homem. A Depravação Total é verdadeiramente uma doutrina negativa. As ações pecaminosas positivas do homem – pensamentos pecaminosos, palavras pecaminosas, ações pecaminosas – não estão sob consideração em qualquer um dos versos examinados acima. O calvinista que fala sobre a depravação do homem e então lista estes versos como textos-provas é desonesto. A verdadeira essência da Depravação Total é a Incapacidade Total.

---

[1] Rose, p. 5.
[2] W. E. Best, *Regeneration and Conversion* (Houston: W. E. Best Book Missionary Trust, n.d.), p. 11; Boettner, Predestination, p. 81; Tom Ross, Abandoned Truth, p. 43; Spencer, Tulip, p. 26.
[3] Coppes, p. 46.
[4] Keener, p. 51.
[5] Robert A. Morey, *Studies in the Atonement* (Southbridge: Crowne Publications, 1989), p. 82.
[6] Boettner, Predestination, p. 65; Spencer, Tulip, p. 28; Coppes, p. 45; Gunn, p. 6; Tom Ross, Abandoned Truth, p. 44.
[7] João Calvino, *Calvin's New Testament Commentaries* (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1994), p. 227.
[8] D. A. Carson, *Divine Sovereignty and Human Responsability* (Atlanta: John Knox Press, 1981), p. 166.
[9] Robert W. Yarbrough, "Divine Election in the Gospel of John," em Schreiner e Ware, eds., *The Grace of God, the Bondage of the Will*, p. 51; Best, Regeneration, p. 11.
[10] Jay E. Adams, *The Grand Demonstration* (Santa Barbara: EastGate Publishers, 1991), p. 69; Thomas R. Schreiner, "Does Scripture Teach Prevenient Grace in the Wesleyan Sense?" em Schreiner e Ware, eds., *The Grace of God, the Bondage of the Will*, p. 368; Boettner, Predestination, p. 71; Gunn, p. 6; Storms, Chosen for Life, p. 42; Palmer, p. 15; Tom Ross, Abandoned Truth, p. 42.
[11] Douglas Moo, *The Epistle to the Romans* (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1996), p. 488.
[12] John Murray, *The Epistle to the Romans* (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1959, 1965), vol. 1, p. 287.

[13] Gerstner, Predestination, p. 16.
[14] Keith A. Mathison, *Dispensationalism: Rightly Dividing the People of God?* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1995), p. 50; Clark, Predestination, p. 111; Gunn, p. 6; Boettner, Reformed Faith, p. 7; Gerstner, Predestination, p. 19; Tom Ross, Abandoned Truth, p. 53; Beck, p. 9; Spender, Tulip, p. 25; Sproul, Grace Unknown, p. 124.
[15] Sproul, Eleitos de Deus, p. 81.
[16] Sproul, Grace Unknown, p. 125.
[17] Barnhouse, "God's Wrath," vol. 1, pp. 216-217.
[18] Gunn, p. 6; Kruithof, p. 35; Storms, Chosen for Life, p. 42; Spencer, Tulip, p. 26; Beck, p. 7; Steele e Thomas, p. 30; Talbot e Crampton, p. 20.
[19] Boettner, Predestination, p. 63.
[20] Wright, p. 111.
[21] Custance, p. 123.
[22] Calvino, Commentaries, vol. 9, p. 62.
[23] Eddie K. Garrett, "The Purpose of the Gospel," *The Hardshell Baptist*, dezembro de 1990, p. 1.
[24] Gordon H. Clark, *First Corinthians*, 2ª. ed. (Jefferson: The Trinity Foundation, 1991), p. 42.
[25] Charles Hodge, *A Commentary of 1 & 2 Corinthians* (Edinburgo: The Banner of Truth Trust, 1974), p. 43.

O Outro Lado da Depravação Total

Como temos visto por todo este capítulo, há uma idéia que continuamente vem à tona quando um calvinista diz Depravação Total: Incapacidade Total, que nada tem a ver com a Depravação Total, mas é, antes, o suposto *resultado* dela. Esta é parte do outro lado da Depravação Total. Conquanto a queda do homem no pecado e a depravação tem sido examinadas a partir da Bíblia, o fato que o homem está caído e depravado não é a história toda. É a "incapacidade" do homem para livremente crer em Jesus Cristo para salvação que é a verdadeira questão. A Depravação Total é uma doutrina negativa visto que ela diz respeito ao que o pecador não é capaz de fazer. As provas demonstradas pelos calvinistas para esta doutrina também foram examinadas e se mostraram insuficientes. Mas pela razão da Depravação Total ser o alicerce do Calvinismo, e tornar necessários os outros pontos da TULIP, sua importância ao sistema calvinista não pode ser subestimada. Se todos os homens são incapazes de se arrepender e crer no Evangelho, então segue-se logicamente que se algum deles deve ser salvo Deus tem que primeiro determinar quem são eles (Eleição Incondicional) e então "irresistivelmente" superar sua "incapacidade" (Graça Irresistível) para que eles possam se arrepender e crer no Evangelho. Mas se for verdadeiro que "a doutrina da depravação total afirma que a natureza humana caída é moralmente incapaz de responder ao evangelho sem ser induzida a assim fazer por intervenção divina,"**[1]** então como um pecador pode responder ao Evangelho? Os

calvinistas replicam: "Uma vez que a alma é soberanamente regenerada, ela desejosamente responde em fé salvadora ao comando de Deus para se arrepender e crer no evangelho, mas não antes."[2] Esta é uma outra parte do outro lado da Depravação Total: como Deus na verdade supera a "incapacidade" do pecador, e será examinada em mais detalhes quando chegarmos no capítulo sobre a Graça Irresistível. Assim, se a Depravação Total for verdadeira, então de fato não há nada que alguém possa fazer senão *ter esperança de* que seja objeto da Eleição Incondicional, e se for, então calmamente *esperar* que Deus o salve pela Graça Irresistível. Mas se a Depravação Total for uma doutrina fraudulenta, então o resto da TULIP definha.

Mas antes de apresentar os princípios e as escrituras que adicionalmente derrubam a doutrina da Depravação Total, seria pertinente examinar por que os calvinistas são tão persistentes em afirmar esta doutrina. A teoria por trás da Depravação Total é simplesmente esta: para Deus obter a glória pela salvação, o homem deve ser *incapaz* de aceitar ou rejeitar. Tom Ross acrescenta: "O ensino da incapacidade total do homem natural relativo à salvação não é somente bíblico, mas é uma doutrina que dá toda a glória a Deus na salvação dos pecadores."[3] Hanko insiste que "a verdade da depravação total é a única verdade que mantém a glória de Deus intacta."[4] Talvez seja por causa de um bom motivo, ou talvez seja apenas de cegamente seguir a tradição calvinista, mas o calvinista é obcecado com a idéia de que se um homem tiver a capacidade para responder então isto de alguma forma rouba Deus de sua glória. Todavia, àqueles que rejeitam o Calvinismo e atribuem sua salvação à graça de Deus somente, a teoria por trás da Depravação Total é insultante. Ela significa que a menos que alguém seja calvinista, Deus não recebe toda a glória pela salvação de uma pessoa.

Apesar de sua afirmação da incapacidade do homem, os calvinistas resolutamente sustentam que o homem é completamente responsável pelo que ele *não pode* fazer. Esta é também uma outra parte do outro lado do Depravação Total. Custance simplesmente diz: "A incapacidade total do homem não o exime de total responsabilidade."[5] A idéia de que o homem não poderia ser responsável a menos que ele tivesse "capacidade" é deturpada pelos calvinistas:

> Se a responsabilidade do homem para obedecer deve ser medida pela sua capacidade de cumprir, então visto que suas ações degeneram e sua capacidade é progressivamente reduzida, ele tem cada vez menos obrigação. Dessa forma o homem completamente ímpio acaba não tendo nenhuma responsabilidade e deve ser considerado inocente![6]

Mas mais freqüentemente do que este exagero, o calvinista diz que não devemos "confundir esta idéia, de responsabilidade e capacidade."[7] Tom Ross usa o exemplo de um bêbado que, ainda que tenha "incapacidade" para dirigir com segurança, ele é responsável por suas ações.[8] Pink nos recorda que "na vida comercial a perda de capacidade para pagar não libera da obrigação."[9]

Ele também comenta corretamente que Deus "exige o que está além de nossa própria capacidade realizar."[10] Muito obviamente, um homem pode ser considerado responsável por algo que ele não é capaz de fazer. Mas como de costume, esta não é a história toda. Considere um trabalhador em uma fábrica de algum dispositivo mecânico que concorda em fabricar dez dispositivos por hora. Visto que ele de seu próprio livre-arbítrio concorda com os termos ele é responsável por fabricar dez dispositivos. Mas e se ele apenas tem capacidade de fabricar cinco dispositivos? Ele ainda é responsável pelos dez dispositivos? Se ele concordou em fazer dez então ele é responsável *apesar de* sua incapacidade; se sua incapacidade para fazer dez é porque a fábrica pega fogo, então ele não é responsável *por causa* de sua incapacidade. Agora, se esta ilustração parece um pouco simplista, então e quanto ao exemplo dos calvinistas do bêbado e do devedor? Quem alguma vez duvidaria se eles eram responsáveis por suas ações? Assim, ainda que a liberdade de um homem na hora de uma ação não é necessariamente a base para sua responsabilidade, deve haver uma relação histórica entre alguma ação livre anterior e o estado no qual um homem está atualmente a fim dele ser responsável por suas ações. Um homem sob a influência de drogas é responsável por suas ações somente se ele consciente e intencionalmente se colocou nesse estado (ele tomou drogas). Mas um homem sob a influência de drogas não é responsável por suas ações se ele não se colocou consciente e intencionalmente nesse estado (ele foi drogado). Então, um homem é responsável por algo que ele não é capaz de fazer? Sim e não. Depende do porquê de sua incapacidade. Para um calvinista fazer uma declaração geral como "a responsabilidade do homem não consiste em sua capacidade de fazer o que Deus requer"[11] é desonesto pois é somente parte da história.

Em suas outras tentativas de convencer seus oponentes de que o homem é completamente responsável pelo que ele *não pode* fazer, os calvinistas mais uma vez nos cobre de termos teológicos que somente servem para confundir a questão. Jonathan Edwards, em seu livro *Freedom of the Will*, sobrecarrega o leitor com discussões de assuntos do tipo: necessidade natural, necessidade moral, incapacidade natural, incapacidade moral, incapacidade moral geral e comum, incapacidade moral particular e ocasional.[12] Pink admite que "a *base* ou fundamento da responsabilidade humana é a *capacidade* humana."[13] Mas ele fundamenta a responsabilidade do homem em sua distinção entre "capacidade natural" e "capacidade moral e espiritual."[14] Pink sustenta que, embora o homem tenha incapacidade moral e espiritual para crer no Evangelho, ele ainda é responsável a Deus porque ele tem capacidade natural de assim fazer.[15] Ele até mesmo reconhece que "o homem natural *poderia* vir a Cristo se ele assim desejasse."[16] É aqui que vemos a essência da Depravação Total, pois de acordo com Pink, a Depravação Total tem a ver, não com a incapacidade de arrepender-se e crer no Evangelho, mas, antes, com a vontade de assim fazer:

> A incapacidade do pecador consiste na *falta* de capacidade moral de *desejar* e querer a fim de verdadeiramente executar.[17]

> A própria incapacidade ou ausência de capacidade do pecador é *devida* à *falta de disposição* para vir a Cristo.[18]

Isto é mais um pouco do outro lado da Depravação Total. Pink mantém que os infantes e os retardados não são responsáveis a Deus porque lhes faltam capacidade natural.[19] Mas esta é toda a verdade? Um pecador não regenerado em coma que não seja um infante ou um retardado carece igualmente de "capacidade natural." Algum calvinista sugeriria que alguém em semelhante estado não é responsável a Deus? O que Pink realmente queria dizer era que alguém que carece de "capacidade natural" desde seu nascimento e nunca deixa esse estado - uma criança de três anos ou um retardado de trinta - não é responsável a Deus. E de modo inverso, se um maníaco em um hospício tem capacidade natural para pegar uma Bíblia e lê-la mas tem incapacidade para desejar levantá-la - ele pode ser considerado responsável por não agir assim apenas porque ele tem "capacidade natural"? Obviamente não. Então a questão sob consideração não diz respeito a assim chamada capacidade natural do homem de nenhuma forma. Tem a ver com se um homem tem vontade para escolher *contrariamente* à sua natureza depravada. Se ele *puder*, então ele tem capacidade de responder às questões espirituais e é portanto responsável por assim fazer; se ele *não puder*, então ele tem incapacidade para responder às questões espirituais e não é portanto responsável por assim fazer. Pink acredita que o homem é considerado responsável pelo exercício de deveres espirituais porque ele tem capacidade natural.

Além disso, para ainda convencer seus oponentes de que a Depravação Total não nega a responsabilidade do homem, o calvinista menciona a questão da ignorância. Boettner observa: "Esta incapacidade total, entretanto, surge não apenas de uma natureza moral depravada, mas também da ignorância."[20] Agora, é verdade que a ignorância não é nenhuma desculpa para violar a lei: "Se alguém pecar, fazendo qualquer de todas as coisas que o Senhor ordenou que não se fizessem, ainda que não o soubesse, contudo será ele culpado, e levará a sua iniqüidade" (Lv 5.17). O calvinista gostaria que todos acreditassem que, assim como a ignorância não anula a responsabilidade, da mesma forma a Depravação Total não derroga a responsabilidade do homem.

Porque Deus não é somente um Deus soberano mas um Deus justo, ninguém pode ser condenado por sua incapacidade de fazer o que Deus expressamente ordena fazer. Quaisquer deficiências teológicas que Wesley possa ter tido, ele reconhecia de Deus que:

> Ele não punirá ninguém por fazer qualquer coisa que não poderia possivelmente evitar, nem por omitir qualquer coisa que não poderia possivelmente fazer. Toda punição supõe que o ofensor poderia ter evitado a ofensa pela qual ele é punido. De outra forma, puni-lo seria

claramente injusto, e inconsistente com a característica de Deus nosso Governador.[21]

Assim, embora seja de fato verdadeiro que ninguém pode ser condenado por sua incapacidade de fazer o que Deus expressamente ordenou fazer, é também correto afirmar que alguém pode ser condenado por sua *ignorância* ou sua *indisposição*. Portanto, o princípio que destrói a Depravação Total é este: Um homem pode ser condenado por sua *ignorância* ou sua *indisposição*, mas nunca por sua *incapacidade* de fazer o que Deus ordenou fazer. Incapacidade é a base da salvação dos infantes e retardados. As tentativas dos calvinistas de explicar a salvação dos infantes por outros meios é absurdo, como será explorado no capítulo 9.

Há dois tipos de escrituras que derrubam a falsa teoria da Depravação Total. O primeiro tipo são aqueles versos onde há um comando para crer; o segundo tipo se refere àquelas passagens que envolvem a possibilidade de assim fazer. Se o grande número e a variedade dos comandos, exortações, admoestações e advertências na Bíblia devem ser levados a sério, então o homem deve ter capacidade para responder, para seu benefício ou prejuízo. Isto é especialmente verdadeiro quando diz respeito à sua salvação:

> Olhai para mim, e sereis salvos, vós, todos os confins da terra; porque eu sou Deus, e não há outro (Is 45.22).
>
> E dizendo: O tempo está cumprido, e é chegado o reino de Deus. Arrependei-vos, e crede no evangelho (Mc 1.15).
>
> Mas Deus, não levando em conta os tempos da ignorância, manda agora que todos os homens em todo lugar se arrependam (At 17.30).
>
> Ora, o seu mandamento é este, que creiamos no nome de seu Filho Jesus Cristo, e nos amemos uns aos outros, como ele nos ordenou (1Jo 3.23).
>
> E o Espírito e a noiva dizem: Vem. E quem ouve, diga: Vem. E quem tem sede, venha; e quem quiser, receba de graça a água da vida (Ap 22.17).

Há também os convites do próprio Jesus Cristo no Novo Testamento a ser considerados:

> Vinde a mim, todos os que estai cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei (Mt 11.28).
>
> Ora, no seu último dia, o grande dia da festa, Jesus pôs-se em pé e clamou, dizendo: Se alguém tem sede, venha a mim e beba (Jo 7.37).

Se a Depravação Total é verdadeira, então o que devemos fazer destes versos? Deus está apenas zombando de sua criação? Deus apresentaria a salvação a um homem sabendo que o homem nunca poderia até mesmo desejar recebê-la? O Deus da Bíblia não é o deus do Calvinismo. Deus mesmo até assegura a genuinidade de suas intenções: "Não falei em segredo, nalgum lugar tenebroso da terra; não disse à descendência de Jacó: Buscai-me no caos; eu, o Senhor, falo a justiça, e proclamo o que é reto" (Is 45.19). Erasmo reconhecia e usou isto contra Lutero em seu debate sobre o livre-arbítrio: "Se não está dentro da capacidade de todo homem cumprir o que é comandado, todas as exortações nas Escrituras, e todas as promessas, ameaças, repreensões, censuras, abjurações, bençãos, maldições e os inúmeros preceitos, são necessariamente inúteis."**[22]**

O outro tipo de escritura que destrói a doutrina da Depravação Total diz respeito àquelas passagens que inferem a possibilidade de um homem poder crer. Não há nenhuma possibilidade na TULIP do Calvinismo. Mas na Bíblia é claro que a possibilidade existe de que um homem poderia crer sob uma determinada série de circunstâncias:

> Os que estão à beira do caminho são os que ouvem; mas logo vem o Diabo e tira-lhe do coração a palavra, para que não suceda que, crendo, sejam salvos (Lc 8.12).
>
> Mas não quereis vir a mim para terdes vida (Jo 5.40).
>
> E nos impedem de falar aos gentios para que sejam salvos; de modo que enchem sempre a medida de seus pecados; mas a ira caiu sobre eles afinal (1Ts 2.16).

Estes versos não querem dizer que sob uma determinada série de circunstâncias um homem sempre irá crer. Mas eles mostram que há essa possibilidade. E se existir a menor possibilidade de um homem poder crer, a doutrina da Depravação Total cai pelo caminho.

Como tem sido mantido por todo este capítulo, se a Depravação Total é verdadeira, então não há absolutamente nada que alguém pode fazer senão *ter esperança de* que seja um dos "eleitos" e *esperar* Deus salvá-lo. E se uma pessoa não pode fazer qualquer coisa, então uma outra pessoa certamente não poderia fazer por ela também. Todavia, quando chega na questão das missões e do evangelismo, o calvinista insiste em sua necessidade: "Apesar das instruções ao contrário, o missionário que crê na verdade reformada da depravação total *não* é incapaz de fazer o trabalho de missões. Ele *não* está impedido de realizar seu trabalho. Nem está fadado ao fracasso antes de começar."**[23]** Dizem até que a doutrina da Depravação Total "adequadamente aparelha alguém para ser um missionário."**[24]** Assim, não apenas os não regenerados são responsáveis por

sua "incapacidade," os regenerados são igualmente responsáveis por lhes pregar o Evangelho ainda que eles tenham incapacidade de recebê-lo. Isto é ainda mais um pouco do outro lado da Depravação Total. Ainda que o absurdo de clamar para crer no Calvinismo e o evangelismo serão examinados em mais detalhes no capítulo 9, deve ser notado aqui que se alguém *realmente* cresse no primeiro ponto do Calvinismo nunca nem ao menos pensaria nos temas evangelismo e obra missionária. Calvinistas que agem de outra forma somente manifestam sua inconsistência.

Deve ser reiterado ao encerrar este capítulo que uma negação da doutrina calvinista da Depravação Total de nenhuma forma requer uma rejeição ou diminuição da doutrina bíblica da queda do homem no pecado e sua subseqüente depravação. Não tem que ser calvinista para crer na depravação do homem. Mas reconhecendo que muitos cristãos ortodoxos crêem na depravação do homem como ela é ensinada na Bíblia, os calvinistas usam a doutrina da depravação total do homem para fazer sua doutrina da Depravação Total parecer ortodoxa. Enfocando a depravação do homem ao invés de seu suposto resultado, o calvinista sutilmente ganha adeptos para sua posição. Não há nada que os calvinistas gostariam mais do que convencer a todos que eles unicamente têm o monopólio da crença na depravação do homem. O calvinista deve ser elogiado, entretanto, por sua insistência na completa ruína do homem na Queda e na salvação pela graça como a única esperança para uma pecador depravado. Com isto podemos concordar. O que rejeitamos é o outro lado do Calvinismo: as especulações filosóficas da Depravação Total e as implicações teológicas da Incapacidade Total.

---

[1] Wright, p. 111.
[2] Ibid.
[3] Tom Ross, Abandoned Truth, p. 45.
[4] Hanko, Total Depravity, p. 23.
[5] Custance, pp. 117-118.
[6] Ibid., p. 117.
[7] Tom Ross, Abandoned Truth, p. 51.
[8] Ibid., p. 50.
[9] Pink, Gleanings from the Scriptures, p. 337.
[10] Pink, Sovereignty, p. 159.
[11] Houck, Bondage of the Will, p. 14.
[12] Edwards, Freedom of the Will, pp. 156-162.
[13] Pink, Sovereignty, p. 153.
[14] Ibid., p. 154.
[15] Ibid.
[16] Ibid., p. 152.
[17] Ibid.
[18] Ibid., p. 151.

[19] Ibid., p. 154.
[20] Boettner, Predestination, p. 64.
[21] John Wesley, citado em Wood, p. 211.
[22] Desiderius Erasmus, citado em Lutero, p. 171.
[23] Ronald VanOverloop, "Calvinism and Missions: 1. Total Depravity," *Standard Bearer*, 15 de setembro de 1992, p. 493.
[24] Ibid.

Capítulo 7

ELEIÇÃO INCONDICIONAL

A segunda pétala da TULIP é a Eleição Incondicional. Como o primeiro ponto do Calvinismo, o termo Eleição Incondicional sofre da adição de um prefixo inventado para uma diferente doutrina bíblica. Vimos no capítulo anterior que, embora a depravação do homem seja uma doutrina bíblica, o suposto resultado dessa depravação - a incapacidade do pecador para crer - mostra que a Depravação Total é realmente Incapacidade Total, e de nenhuma forma sobre a depravação do homem. Dessa forma, embora a doutrina da eleição seja escriturística, iremos provar que a doutrina calvinista da Eleição Incondicional é uma deturpação dela. Mas, visto que há muita bagagem teológica que acompanha a Eleição Incondicional, isto necessariamente fará deste o mais extenso capítulo entre aqueles que analisam os Cinco Pontos do Calvinismo.

A eleição incondicional é necessitada pelo ponto fundamental do Calvinismo - a Depravação Total. Por causa desta necessidade, alguém não pode logicamente rejeitar um e não o outro, como Seaton explica: "Nossa aceitação ou rejeição da depravação total como uma afirmação bíblica verdadeira da condição do homem por natureza largamente determinará nossa atitude em relação ao próximo ponto que foi analisado no Sínodo de Dort."**[1]** E por causa desta necessidade: "A doutrina da eleição incondicional segue naturalmente da doutrina da depravação total."**[2]** A ligação deste segundo "ponto" com o anterior é ainda explicado por Boettner:

> Se a doutrina da Incapacidade Total ou Pecado Original for admitida, a doutrina da Eleição Incondicional segue pela mais inescapável lógica. Se, como as Escrituras e a experiência nos conta, todos os homens estão por natureza num estado de culpa e depravação do qual são totalmente incapazes de livrar-se e não têm sobre Deus qualquer direito a livramento, segue que, se alguém for salvar-se, Deus deve escolher aqueles que serão objetos de Sua graça.**[3]**

Seaton nos conta a proposição inversa: "Se o homem é incapaz de salvar-se em razão da Queda em Adão ser uma queda *total*, e se somente Deus

pode salvar, e se *todos* não são salvos, então a conclusão deve ser que Deus não escolheu salvar todos."**[4]** Agora, o que estes calvinistas estão dizendo é verdade absoluta. Por essa razão, como Gerstner sucintamente conclui: "Se a pessoa não crê que a eleição é necessária, ela invariavelmente crê que ela não é necessária, pois o homem à parte da eleição é capaz de crer e ser salvo."**[5]** Assim, se a doutrina da Depravação Total pode ser refutada, então a Eleição Incondicional se torna completamente desnecessária.

Como vimos no capítulo anterior, a Depravação Total, como a fundação do sistema TULIP, destinou todos os homens à seguinte sorte na vida:

Bom é ter esperança, e aguardar em silêncio a salvação do Senhor (Lm 3.26).

Reconhecendo a autenticidade desta afirmação, Spencer conclui que a Depravação Total "declara que a única esperança do homem perdido é em uma eleição baseada no propósito ou plano de Deus."**[6]** Se a doutrina calvinista da Depravação Total for verdadeira, tudo que alguém pode fazer é *ter esperança* de ser objeto da Eleição Incondicional, e se for, então *aguardar* em silêncio Deus salvá-lo pela Graça Irresistível. Simples assim. Mas, de modo inverso, se for provado que a Depravação Total é falsa, o resto da TULIP definha. Mas a ilegítima fundação da Depravação Total tem sido de fato provado ser falsa. Assim, o primeiro problema com a Eleição Incondicional é que ela é construída sobre a falsa premissa da Depravação Total. Por essa razão, se o homem não tem incapacidade, ele pode ser salvo sem a Eleição Incondicional. Entretanto, isto, em e de si mesmo, automaticamente torna a Eleição Incondicional uma falsa doutrina. Se a Eleição Incondicional for verdadeira, Deus ainda poderia "incondicionalmente" eleger um pecador apesar de sua capacidade para ser salvo sem ela. Por isso, ainda é necessário analisar as alegações dos calvinistas sobre seu segundo ponto.

---

[1] Seaton, p. 11.
[2] Ibid.
[3] Boettner, Predestination, p. 95.
[4] Seaton, p. 12.
[5] Gerstner, Predestination, p. 12.
[6] Spencer, Tulip, p. 28.

Definições

O que os calvinistas querem dizer por Eleição Incondicional? Deve ser evidente que *eleição* e *predestinação* são termos da Bíblia usados para provar esta doutrina. E termos bíblicos eles são. É a deturpação calvinista destes

termos que está sendo questionada. Antes de iniciar uma discussão sobre eleição e predestinação, ou no que diz respeito ao assunto, qualquer discussão, primeiro é necessário definir exatamente o que está em discussão. As palavras *eleição* e *predestinação* devem primeiro ser definidas de acordo com seus significados comuns, usuais, antes de carregar para a Bíblia e tentar determinar seu significado de acordo com idéias e opiniões preconcebidas. Um simples dicionário é algumas vezes a primeira ferramenta que precisamos para iniciar um estudo da Bíblia. A palavra *eleger* significa "selecionar" ou "escolher." A cada quatro anos temos uma *eleição* onde *escolhemos* um candidato. Não há nada de especial acerca do significado da palavra. A outra temida palavra é *predestinação*. Desta palavra, as formas *predestinar* e *predestinado* ocorrem, cada uma, somente duas vezes na Escritura. *Predestinar* obviamente é uma palavra composta formada do prefixo *pre*, que significa "antes," e *destinar*, que significa "determinar," por isso *predestinar*, significando "determinar de antemão." As questões a ser respondidas claramente não são o que eleição e predestinação denotam mas, antes, quem ou o que é eleito? Por que eles foram eleitos? Para que eles foram eleitos? Assim, embora sustente opiniões extremadas sobre a eleição, Pink todavia está correto quando mantém: "Devido ao fato que os termos 'predestinado,' 'eleito' e 'escolhido' ocorrem tão freqüentemente na Bíblia, alguém certamente concluiria que todos que alegam aceitar as Escrituras como divinamente inspiradas receberiam com fé irrestrita esta grandiosa verdade."[1] Mas como o calvinista Storms corretamente supõe: "Claramente os termos usados no Novo Testamento não nos diz, de si mesmos, alguma coisa definitiva sobre a base da eleição divina. Essa questão deve ser determinada pelo modo no qual cada termo é usado, assim como outras afirmações relevantes em cada contexto."[2]

Ainda que veremos adiante neste capítulo que os calvinistas têm um significado teológico preciso para as palavras *eleição* e *predestinação*, eles mesmos usam os termos intercambiavelmente conforme aplicam à escolha de Deus de certos indivíduos a serem salvos. Assim, para descobrir o que os calvinistas querem dizer por Eleição Incondicional, um apelo é agora feito aos próprios calvinistas. Embora crendo na doutrina, Sproul lamenta que "o termo *eleição incondicional* pode ser enganador e grosseiramente abusado."[3] Com isto não poderíamos concordar mais, e iremos ainda além, desconsiderando não apenas o termo, mas a doutrina também. Alguns calvinistas preferem o termo "eleição soberana,"[4] enquanto "graça soberana" é a denominação preferida dos batistas calvinistas.[5] Mas chamem como quiser, o abuso e mal emprego da predestinação e da eleição encontrado na doutrina da Eleição Incondicional é o mesmo.

Ao definir a Eleição Incondicional, todos os calvinistas, sejam batistas, reformados ou "outros," dizem basicamente a mesma coisa, enfatizando diferentes aspectos:

> Todos que finalmente serão salvos, foram escolhidos para salvação por Deus Pai, antes da fundação do mundo, e dados a Jesus Cristo na aliança da graça.[6]
>
> Eleição é, portanto, aquele decreto de Deus que Ele eternamente faz, pelo qual, com liberdade soberana, Ele escolhe para Si mesmo um povo, sobre quem Ele determina dirigir Seu amor, quem Ele resgata do pecado e da morte através de Jesus Cristo, para Si mesmo em glória eterna.[7]
>
> Queremos dizer, portanto, por esta doutrina, que Deus, na eternidade, escolheu ou selecionou dentre a humanidade quem Ele salvaria (por meio da morte de Cristo e da obra do Espírito Santo), por nenhuma outra razão senão Seu próprio sábio, justo e gracioso propósito.[8]

Estas especulações calvinistas têm permeado tanto todo o espectro da teologia que não importa qual teologia sistemática ou dicionário teológico você consulta, lá estarão presentes estas concepções falsas da eleição.[9]

Também seria oportuno examinar como a Confissão de Fé de Westminster e os Cânones de Dort descrevem a Eleição Incondicional:

> Pelo decreto de Deus e para manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna e outros preordenados para a morte eterna.[10]
>
> Esta eleição é o imutável propósito de Deus, pelo qual Ele, antes da fundação do mundo, escolheu um número grande e definido de pessoas para a salvação, por graça pura. Estas são escolhidas de acordo com o soberano bom propósito de sua vontade, dentre todo o gênero humano, decaído pela sua própria culpa de sua integridade original para o pecado e a perdição. Os eleitos não são melhores ou mais dignos que os outros, porém envolvidos na mesma miséria dos demais. São escolhidos em Cristo, quem Deus constituiu, desde a eternidade, como Mediador e Cabeça de todos os eleitos e fundamento da salvação.[11]

Assim, de acordo com os calvinistas, a Eleição Incondicional é um decreto soberano, eterno, onde Deus escolhe quem será salvo e quem se perderá. Não é de admirar o que Tom Nettles afirma da Eleição Incondicional: "Talvez uma das mais temidas e ignoradas doutrinas no evangelicalismo contemporâneo."[12]

---

[1] Arthur W. Pink, *The Doctrines of Election and Justification* (Grand Rapids: Baker Book House, 1974), p. 12.
[2] Storms, Chosen for Life, p. 18.

[3] Sproul, Chosen by God, p. 155.
[4] Coppes, p. 56; Sproul, Chosen by God, p. 155; Morton Smith, p. 7.
[5] Veja qualquer edição da *The Berea Baptist Banner* ou do *The Baptist Examiner*.
[6] John L. Dagg, *Manual of Theology and Church Order* (Harrisonburg: Sprinkle Publications, 1982), p. 309.
[7] Herman Hanko, "Unconditional Election," em Hanko, et al., *The Five Points of Calvinism*, p. 33.
[8] Beck, p. 12.
[9] J. Oliver Buswell, *A Systematic Theology of the Christian Religion* (Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1962), vol. 2, pp. 149-150; Herman Hoeksema, *Reformed Dogmatics* (Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1966), p. 161; Millard J. Erickson, *Christian Theology* (Grand Rapids: Baker Book House, 1985), p. 346; A. A. Hodge, *Evangelical Theology* (Edinburgh: The Banner of Truth Trust, 1976), pp. 126-127; James P. Boyce, *Abstract of Systematic Theology* (North Pompano Beach: den Dulk Christian Foundation, n.d.); p. 347); Wayne A. Grudem, *Systematic Theology* (Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1994), p. 670; William G. T. Shedd, *Dogmatic Theology*, 2ª ed. (Nashville: Thomas Nelson Publishers, 1980), vol. 1, p. 426; Thomas P. Simmons, *A Systematic Study of Bible Doctrine*, 6ª ed. (Clarksville:Bible Baptist Books & Supply, 1979), p. 194; *The Zondervan Pictorial Bible Dictionary* (Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1967), s.v. "Election," p. 242; Floyd H. Barackman, *Practical Christian Theology* (Old Tappan: Fleming H. Revell, 1984), p. 247; James M. Pendleton, *Christian Doctrines* (Valley Forge: Judson Press, 1906), p. 107; Emery H. Bancroft, *Christian Theology*, 2ª ed. rev. (Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1976), p. 237; *Baker's Dictionary of Theology*, s.v. "Elect, Election," p. 179; *Evangelical Dictionary of Theology*, s.v. "Elect, Election," p. 348; Berkhof, Theology, p. 114; Strong, p. 779; Dagg, p. 309; Charles Hodge, Theology, vol. 2, p. 333; Chafer, Theology, vol. 7, pp. 134-135.
[10] Confissão de Fé de Westminster, III:3.
[11] Cânones de Dort, I:7.
[12] Nettles, By His Grace, p. 267.

A Essência do Calvinismo

O segundo ponto da TULIP é o seu principal ensino e determina se alguém deve ser classificado como calvinista. Isso já foi discutido no capítulo 1, mas não dentro da estrutura da Eleição Incondicional, visto que os Cinco Pontos do Calvinismo não tinham sido introduzidos. Mas o que quer que seja denominado, a questão permanece a mesma: Os homens são eleitos para salvação ou não? Vimos no capítulo 1 que é a crença que Deus, por um decreto soberano, eterno, determinou antes da fundação do mundo quem será salvo e quem será perdido que é a essência do Calvinismo. Assim, ainda que os crentes na Bíblia que rejeitam o Calvinismo não concordam com a dicotomia

calvinista/arminiana, neste único aspecto os calvinistas têm razão: o homem ou é eleito porque crê ou crê porque é eleito. Todos os calvinistas, sejam quais forem suas denominações ou concepções teológicas sobre qualquer outro assunto, e se chamados pelo nome *calvinista* ou não, têm esta única coisa em comum. Dessa forma, o erro básico do Calvinismo é confundir eleição e predestinação com salvação.

Pela razão da Eleição Incondicional ser a essência do Calvinismo, alguém deve se comprometer com este ponto mais do que com os outros, como os calvinistas corretamente mantêm: "Se qualquer um dos cinco pontos do Calvinismo for negado, a herança reformada é completamente perdida. Mas é certo que a verdade da eleição incondicional encontra-se na base deles todos. Esta verdade é o padrão da fé reformada. É o próprio âmago e núcleo do evangelho."[1] Mas, por outro lado, alguns calvinistas tentam minimizar a importância deste segundo ponto. Warfield insiste que "a doutrina da predestinação não é o princípio formativo do Calvinismo, a raiz da qual ele brota. É uma de suas lógicas conseqüências, um dos ramos que inevitavelmente se projetou para fora."[2] Esta análise contraditória da Eleição Incondicional também é evidente em um sentido mais geral. Grover Gunn alega que "a doutrina da eleição é difícil de entender, e Deus não deixou respostas a todas as nossas perguntas."[3] Mas Robert Haldane (1764-1842) sustenta que a eleição "é uma verdade essencial ao plano de salvação, e uma verdade muito explicitamente revelada. Nenhuma verdade na Escritura é mais facilmente defendida."[4] Alguém certamente pode pensar que os calvinistas, de todas as pessoas, aceitariam alegremente suas próprias doutrinas, mas como admitido pelos próprios calvinistas, isto nem sempre é o caso. Nettles afirma que "a doutrina da eleição fornece base para toda iniciativa legítima de empenho cristão."[5] Mas Keith Mathison observa: "Como a doutrina da depravação total, a doutrina da eleição incondicional não é popular, mesmo entre os eleitos."[6] Assim, como os outros pontos da TULIP, os calvinistas nunca estão de acordo entre si quanto à correta terminologia, importância e natureza de suas doutrinas, que se tornarão mais facilmente aparentes quanto mais tratarmos particularmente a TULIP. Uma coisa é certa: "Ninguém pode jamais alegar ser calvinista ou reformado sem um firme e permanente compromisso com esta preciosa verdade."[7] Esta doutrina é considerada tão importante que estudantes do Reformed Theological Seminary podem opcionalmente ter a matéria sobre "A Doutrina da Eleição."[8]

Não apenas a doutrina da eleição é de suprema importância, mas os calvinistas declaram que ela é sinônima do Evangelho. Custance afirma que "ela *é* o Evangelho," e que "todo afastamento da doutrina da Eleição em qualquer grau tem sido um afastamento do Evangelho."[9] Esta suposição enganadora é prática padrão de todos os calvinistas. Se alguém nega sua doutrina da Eleição Incondicional, torna-se sujeito às seguintes conclusões:

A razão de estarmos propensos a não acreditar nesta doutrina é que não somos humildes o suficiente.[10]

Fazer a eleição estar condicionada a algo que o homem faz, ainda que o que ele faz é simplesmente arrepender-se e crer no evangelho, é comprometer seriamente a graça de Deus.[11]

O problema do cético não é com a doutrina da eleição mas com a doutrina do pecado.[12]

O calvinista também acusa os oponentes da Eleição Incondicional de ensinar salvação pelas obras:

O fator crucial é que se você nega a eleição, você nega a salvação pela graça. Rejeitar a eleição é rejeitar a salvação pela graça e promover a salvação pelas obras.[13]

Aqueles que declaram que a salvação é inteiramente pela graça de Deus, e todavia nega a doutrina da eleição, sustenta uma posição inconsistente.[14]

Rejeitamos a doutrina da eleição porque realmente cremos que podemos enfim salvar-nos por nossas próprias ações.[15]

O batista da Graça Soberana, Roy Mason, é realmente insolente:

Se a eleição incondicional, a predestinação e o predeterminismo não forem verdadeiros, então a PROFECIA É UMA ENGANAÇÃO E UMA FRAUDE.[16]

Se a predestinação e a eleição não são desta forma, o que nos resta? A resposta é, ENTÃO NÃO SABEMOS COMO TUDO SAIRÁ NO FIM! TALVEZ SATANÁS IRÁ DERROTAR DEUS E FINALMENTE TRIUNFAR![17]

Se alguém ouvisse somente os calvinistas, ele pensaria que a Bíblia inteira giraria em torno da doutrina da Eleição Incondicional:

A Bíblia não apenas ensina a doutrina, mas a faz proeminente – tão proeminente que, você somente consegue livrar-se da Eleição, livrando-se da Bíblia.[18]

A doutrina da eleição é o ensino fundamental das Escrituras.[19]

A história da Bíblia é a história da eleição incondicional.[20]

> Amados, se a Bíblia ensina alguma coisa, ela ensina que Deus nos predestinou para a salvação antes da fundação do mundo. A Bíblia ensina a eleição de Gênesis a Apocalipse. Em todas as épocas, Deus sempre trabalhou na base da eleição.[21]

Mas encontrar a Eleição Incondicional em toda a Bíblia é como o fermento "que uma mulher tomou e misturou com três medidas de farinha, até ficar tudo levedado" (Mt 13.33). O calvinista enfia suas doutrinas da eleição e predestinação em todo texto bíblico imaginável. Clark alega que "Isaías tem umas duas dúzias de versos que têm relação um tanto diretamente com a doutrina da predestinação."[22] O que ele quer dizer é que há umas duas dúzias de versos violentamente forçados para provar a predestinação, pois a palavra não ocorre em Isaías assim como em nenhuma outra passagem no Velho Testamento. Custance é ainda mais audacioso: "Virando mais especificamente para a questão da Eleição para a salvação, considere o seguinte."[23] Então segue uma lista de doze passagens do Velho Testamento nas quais a eleição não é mencionada e a salvação não está nem mesmo em vista.[24] Virando agora para o Novo Testamento, encontramos a mesma coisa. Boettner ousadamente declara: "Dificilmente há um capítulo no Evangelho de João que não menciona ou se pode deduzir a eleição ou a reprovação."[25] Mas mesmo depois de uma declaração como esta, ele não fornece nenhum verso. Respondendo a pergunta, "Eu gostaria que você listasse as escrituras que ensinam que Deus elegeu indivíduos parra salvação antes que o mundo começou," um batista da Graça Soberana lista seis escrituras onde a eleição não é nem mesmo mencionada.[26]

Uma vez que a Eleição Incondicional é demonstrada como a soma e substância de toda teologia, vários argumentos históricos são usados para consolidá-la ainda mais. Mason nos recorda que "CRISTÃOS DO TEMPO DO NOVO TESTAMENTO eram crentes vigorosos na grandeza e soberania de Deus, e conseqüentemente nas doutrinas da eleição e predestinação."[27] Entretanto, nenhuma citação dos Pais da Igreja é dada para confirmar esta alegação. Jewett apela aos "grandes teólogos" na história:

> Todo teólogo de primeira linha, de Agostinho a Barth, tem afirmado a doutrina da eleição como fundamental à fé cristã. Estes principais teólogos têm também concordado de modo substancial sobre o conteúdo essencial da doutrina. Todos eles sustentam que a eleição de Deus é uma decisão justa e santa que ele faz de acordo com seu próprio beneplácito para redimir os objetos de seu amor eletivo.[28]

Mason acrescenta que "se a Eleição Incondicional não é verdadeira, então os MAIORES PREGADORES E ERUDITOS DA BÍBLIA DO PASSADO ESTAVAM COMPLETAMENTE ENGANADOS."[29]

Como prova adicional da doutrina da predestinação, Boettneer apela ao Islã e a algo pior:

> Quando paramos para considerar que entre as religiões não-cristãs o Maometismo tem muitos milhões que crêem em algum tipo de Predestinação, que a doutrina do Fatalismo tem sido mantida de alguma forma ou outra em vários países pagãos, e que as filosofias mecânicas e deterministas têm exercido tão grande influência na Inglaterra, Alemanha e na América, vemos que esta doutrina é no mínimo digna de um estudo cuidadoso.[30]

Um outro truque ardiloso sobre esta associação islâmica é desviar a atenção da doutrina calvinista da predestinação desdenhando o suposto fatalismo do Islã em contraste com a predestinação calvinista.[31] Seaton apela ao próprio Jesus Cristo: "Qual foi a doutrina que Jesus pregou na sinagoga em Nazaré que não a doutrina da eleição incondicional?"[32]

E quem os calvinistas apresentam como o maior defensor da Eleição Incondicional? Berkhof? Pink? Spurgeon? Certamente é João Calvino? Ora, não, é o apóstolo Paulo!

> Nas Epístolas de Paulo, a grande doutrina da predestinação é ensinada repetidas vezes. De fato, não seria exagero dizer que ela forma a base de todas as outras coisas que Paulo ensinou.[33]

> O apóstolo Paulo foi um declarado e ardente predestinacionista, sustentando a dupla predestinação, eleição e reprovação.[34]

> Quem alguma vez afirmou a doutrina da eleição mais claramente ou em linguagem mais enérgica do que o apóstolo Paulo?[35]

O ponto que o calvinista chega para manter sua Eleição Incondicional é realmente extremo. Qualquer afirmação mostrando a menor condição sob a qual um pecador pode receber o perdão dos pecados pela provisão de Deus em Cristo supostamente desmente a Eleição Incondicional e torna até mesmo o mais simples pedido de depositar fé em Cristo uma condição e por isso uma obra. Crendo ser isto verdadeiro, Coppes tropeça sobre si mesmo tentando manter a responsabilidade do homem: "A Escritura declara que somente Deus escolhe quem será salvo. Ele é o autor soberano da salvação. Isto não é dizer que os homens são meros robôs ou blocos que são divinamente manipulados assim como uma criança manipula um brinquedo. Os homens são seres responsáveis. Roga-se-lhes que creiam e obedeçam a Deus. No final das contas, entretanto, a vida eterna não depende da decisão do homem mas da de Deus."[36] Esta linguagem evasiva é típica das tentativas dos calvinistas de tornar sua filosofia TULIP agradável.

[1] Hanko, Unconditional Election, p. 28.
[2] Warfield, Calvin, p. 291.
[3] Gunn, p. 15.
[4] Robert Haldane, *Commentary on Romans* (Grand Rapids: Kregel Publications, 1988), p. 487.
[5] Nettles, By His Grace, p. 267.
[6] Mathison, p. 57.
[7] Hanko, Unconditional Election, p. 28.
[8] Reformed Theological Seminary, *1990-1991 Catalog*, p. 72.
[9] Custance, p. 3.
[10] Rose, p. 19.
[11] Storms, Chosen for Life, p. 55.
[12] Gerstner, Predestination, p. 12.
[13] Carl Morton, "Does the Bible Teach Election?" *The Berea Baptist Banner*, 5 de janeiro de 1995, p. 19.
[14] Boettner, Predestination, p. 95.
[15] Rose, p. 20.
[16] Mason, p. 34.
[17] Ibid., pp. 39-40.
[18] Bishop, p. 167.
[19] Chafer, Theology, vol. 1, p. 246.
[20] Seaton, p. 12.
[21] Charles Halff, "God's Predestination," mensagens 4 a 6, *The Baptist Examiner*, 23 de dezembro de 1989, p. 6.
[22] Clark, Predestination, p. 81.
[23] Custance, p. 7.
[24] Nm 16.5; 1Re 19.18; Sl 65.4; Sl 80.18-19; Sl 110.3; Pv 16.1; Is 26.12; Jr 10.23; Jr 31.18-19; Jr 50.20; Lm 5.21.
[25] Boettner, Predestination, p. 346.
[26] "Five Common Questions on the Doctrine of Election Simply and Clearly Answered," *The Baptist Examiner*, 20 de novembro de 1993, p. 5.
[27] Mason, p. 1.
[28] Jewett, pp. 3-4.
[29] Mason, p. 32.
[30] Boettner, Predestination, p. 2.
[31] Gary North, *Dominion and Common Grace* (Tyler: Institute for Christian Economics, 1987), p. 231; Talbot e Crampton, p. 4; Coppes, p. 23.
[32] Seaton, p. 13.
[33] Machen, Man, p. 65.
[34] Engelsma, Hyper-Calvinism, p. 53.
[35] Boettner, Predestination, p. 260.
[36] Coppes, p. 43.

O Decreto de Deus

Toda definição dada para a Eleição Incondicional concorda que foi por um decreto soberano e eterno. O conceito filosófico do decreto de Deus é a base para os Cinco Pontos do Calvinismo. Despido de todo o seu palavreado teológico, o decreto de Deus sobre o qual os calvinistas falam tanto pode ser descrito como único, eterno, soberano e todo-abrangente. Por essa razão, é preciso examinar cada um deste elementos individualmente a fim de corretamente verificar as implicações do decreto de Deus.

O título do terceiro capítulo na Confissão de Fé de Westminster é "Do Eterno Decreto de Deus." Isto nos diz duas coisas que os calvinistas crêem sobre o decreto de Deus: é único e eterno. Embora a ele se refira muitas vezes no plural, "em benefício da mente finita do homem,"[1] os calvinistas estão de acordo ao fazer os assim chamados decretos de Deus como realmente um único decreto contendo um propósito com muitos eventos. A ele se refere no plural pela conveniência na enumeração destes eventos. Para confirmar este fato, citamos Buswell e Hodge respectivamente:

> Visto que os decretos de Deus são imutáveis da eternidade passada à eternidade futura, e visto que Deus é consistente e "não pode negar a si mesmo" (2Tm 2.13), segue que os decretos de Deus podem ser considerados como um decreto complexo, incluindo todas as coisas.[2]

> Portanto, os decretos de Deus não são muitos, mas um propósito... É um plano, portanto um propósito. Entretanto, como este propósito inclui um número indefinido de eventos, e como tais eventos se relacionam mutuamente, falamos dos decretos de Deus como muitos e possuindo certa ordem.[3]

Diz-se também deste decreto que ele é eterno. Mais uma vez, deixemos os calvinistas afirmarem exatamente o que eles crêem. Desta vez Hoeksema e Berkhof falam pelos calvinistas:

> O decreto de Deus é tão eterno quanto o próprio Deus eterno.[4]

> O decreto divino é eterno no sentido de que está inteiramente na eternidade.... Contudo, embora o decreto se relacione com coisas externas a Deus, continua sendo em si mesmo um ato dentro do ser Divino e portanto, é eterno no sentido mais estrito da palavra.[5]

Então, de acordo com os calvinistas, o decreto de Deus é único, e o decreto de Deus é eterno.

O próximo conceito filosófico do decreto de Deus é a soberania de Deus. Esta palavra-chave calvinista tem sido popularizada pelo livro *The Sovereignty of God* de Arthur W. Pink, e é o sempre atual diatribe que ouvimos dos calvinistas. De fato, freqüentemente dá-se à soberania de Deus precedência sobre a própria eleição: "A doutrina da eleição é uma parte do mais amplo ensino que Deus está no controle soberano de todo detalhe da história."[6] E apesar de que algumas vezes os calvinistas alegam que "a predestinação deve ser considerada como a soma e substância da Fé Reformada,"[7] o conceito da soberania de Deus é sempre exaltado:

> O princípio básico do Calvinismo é a soberania de Deus.[8]
>
> A importância oculta da teologia de Calvino se encontra em sua compreensão do ensino bíblico da soberania de Deus.[9]
>
> Ninguém consegue enfatizar a soberania de Deus tão forte o bastante! A ênfase geral sobre a soberania onipotente de Jeová Deus é a verdade e beleza do Calvinismo.[10]
>
> A soberania de Deus é fundamental ao Cristianismo. É o princípio mais básico do Calvinismo.[11]

Talbot e Crampton, além disto, insistem que a soberania de Deus é "a base sobre a qual tudo é construído," e que ao rejeitá-la "todo o Cristianismo bíblico cairá com ela."[12] Coppes é rápido em acrescentar que "somente o calvinista, entretanto, reconhece a absoluta soberania de Deus,"[13] sugerindo que se alguém não for calvinista, então ele tem uma falsa concepção de Deus.

Diz-se deste decreto único, eterno, soberano que ele é também todo-abrangente, isto é, Deus, por seu decreto, preordenou tudo que acontece no tempo. Mais uma vez, prestemos atenção aos próprios calvinistas para a sua verdadeira posição, pois este é o único jeito de evitar o brado de deturpação freqüentemente vociferado pelos calvinistas quando suas verdadeiras concepções são expostas. Deus realmente preordena todas as coisas? O calvinista alega que sim:

> Como um construtor traça seus planos antes de começar a construir, da mesma forma o grande Arquiteto predestinou tudo antes que uma única criatura fosse chamada à existência.[14]

> A Soberania de Deus sobre tudo, e sua independência, claramente mostram que o que quer que seja feito no tempo está de acordo com seus decretos na eternidade.[15]

> Todas as coisas resultam e dependem da ordenação divina.[16]

Muitas vezes o calvinista irá apenas citar a resposta à pergunta sete do Breve Catecismo de Westminster: "Os decretos de Deus são o seu eterno propósito, segundo o conselho da sua vontade, pelo qual, para sua própria glória, Ele predestinou tudo o que acontece."

Quando um calvinista afirma que Deus ordena todas as coisas, ele quer dizer "todas as coisas sem exceção" ou "todas as coisas sem distinção"? Quando se opõe a Expiação ilimitada, o calvinista insistentemente diz "todos sem distinção" a fim de limitar a Expiação aos "eleitos." Mas, tratando-se da extensão toda-abrangente do decreto de Deus, quando um calvinista diz *todas as coisas* ele quer dizer "todas as coisas sem exceção":

> Deus predestina todas as coisas, animadas e inanimadas. Seu decreto inclui todos os anjos, bons e maus.[17]

> Todas as coisas ocorrem conforme a predestinação divina; não apenas as obras que fazemos exteriormente, mas até mesmo os pensamentos que pensamos interiormente.[18]

> Deus decretou onde cada um irá viver: o país específico no qual deve nascer, e a própria cidade, comunidade, vila e casa na qual irá habitar, e quanto tempo irá permanecer lá.[19]

John Gill resume a posição dos calvinistas:

> Em resumo, tudo a respeito de todas as pessoas do mundo, que existiram, existem e existirão, está em harmonia com os decretos de Deus, e está de acordo com eles; a vinda e a hora da vinda dos homens ao mundo e todas as circunstâncias que a acompanham; todos os eventos e acontecimentos com que eles irão deparar, durante todo o tempo de sua vida; seus locais de moradia, suas posições, ocupações e emprego; suas condições de riqueza e pobreza, de saúde e doença, adversidade e prosperidade; seu tempo de sair do mundo, com tudo que está envolvido; tudo está de acordo com o determinado conselho e vontade de Deus.[20]

Pode haver alguma dúvida sobre o que os calvinistas crêem? Não há nada que tenha acontecido ou que acontecerá pelo qual o decreto todo-

abrangente de Deus não seja responsável. É exatamente como Doris Day cantava: *"O que será será."* Embora a redundância desta matéria pareça sensacionalista e exagerada, ela é necessária para combater não apenas o brado de deturpação dos calvinistas quando confrontados com sua verdadeira posição, mas também o leitor cético que ainda não está convencido de que o calvinista realmente pensa que Deus decretou tudo que aconteceu e acontecerá.

Até que ponto vão os calvinistas com sua insistência que tudo foi decretado? Considere a queda de Adão. Se Deus preordenou tudo, então a Queda deve estar incluída também:

> Até a queda de Adão, e através dele a queda da raça, não foi por acaso ou acidente, mas foi assim ordenada nos conselhos eternos de Deus.**[21]**

> Certamente, se Deus não tivesse desejado a queda, Ele poderia - e sem dúvida teria - ter impedido que ela acontecesse, mas Ele não a impediu: logo, Ele a desejou. E se Ele a desejou, Ele certamente a decretou.**[22]**

> Claramente foi a *vontade* de Deus que o pecado *deveria* entrar neste mundo, de outra forma ele *não teria* entrado, pois nada acontece salvo conforme o que Deus eternamente decretou. Além do mais, foi mais do que uma *mera* permissão, pois Deus somente permite aquilo que tem proposto.**[23]**

> Não apenas Seu olho onisciente viu Adão comendo do fruto proibido, mas Ele decretou antecipadamente que ele *devia* comer.**[24]**

Mas meramente dizer que a Queda foi ordenada é uma afirmação suavizada. Gill declara que é certo "que a queda de Adão foi pelo determinado conselho e presciência de Deus" porque "os sofrimentos e morte de Cristo, pelos quais realiza-se a redenção dos homens desse pecado, e de todos os outros, foram ordenados antes da fundação do mundo; e que teria sido duvidoso e incerto, se a queda de Adão não acontecesse por meio de um decreto semelhante."**[25]** O historiador e teólogo reformado Richard Muller admite sobre o conceito de Beza acerca da Queda: "O decreto de Deus da eleição e da reprovação tornou necessário que ele envolvesse o homem no pecado e na desobediência para o bem da justiça e completa misericórdia do decreto."**[26]** Isto sugere que a queda de Adão foi um meio para um fim: o meio de conceder graça aos "eleitos" e o meio de exaltar esta graça condenando os "não-eleitos." O resultado é um jogo de xadrez divino no qual Adão era um inconsciente peão.

Mas seguimos um passo adiante. Se tudo que acontece no tempo foi decretado, incluindo a queda de Adão, então e quanto a todos os outros pecados? Os calvinistas novamente têm a resposta:

> É até bíblico dizer que Deus preordenou o pecado. Se o pecado estivesse fora do plano de Deus, então nem uma única questão importante da vida seria governada por Deus.[27]

> Nada acontece contrário ao seu decreto. Nada acontece por acaso. Até o mal moral, que ele abomina e proíbe, ocorre "pelo determinado conselho e presciência de Deus."[28]

> Todas as coisas, incluindo até mesmo as ações malévolas dos homens perversos e dos demônios – são trazidas à existência de acordo com o propósito eterno de Deus.[29]

> O pecado é um dos 'tudo quanto' 'acontece,' todos os quais são 'ordenados.'[30]

O ensino de que o pecado é também preordenado por Deus não está limitado apenas aos modernos calvinistas. Tem estado com o Calvinismo desde o próprio início. Gomarus, o principal adversário de Arminius, ensinou que "Deus move as línguas dos homens para blasfemar."[31] Durante uma controvérsia com o anteriormente mencionado Vorstius, o teólogo reformado John Piscator (1546-1625), professor em Herborn, na Alemanha, afirmou que "Deus propriamente deseja que cometamos pecados, e de fato absolutamente deseja que eles sejam cometidos; não somente isto mas ele também causa no tempo estes mesmos pecados."[32]

Como se tudo que eles têm dito não fosse suficiente, o calvinista irá até o ponto de insistir que Deus não poderia ter absoluto conhecimento dos eventos futuros a menos que ele verdadeiramente decretasse que eles aconteceriam:

> A idéia que Deus conhece o futuro sem tê-lo planejado e sem controlá-lo é totalmente estranha à Escritura.[33]

> Se Deus não preordenou todas as coisas, então ele não poderia conhecer o futuro. Deus pré-conhece e conhece todas as coisas porque Ele decretou a existência de todas as coisas.[34]

> O pré-conhecimento dos eventos futuros, então, está fundado sobre os decretos de Deus; como conseqüência, se Deus pré-conhece tudo que será, é porque Ele determinou em Si mesmo desde toda a eternidade tudo que será.[35]

A implicação teológica por trás deste ensino é que se alguém nega a natureza toda-abrangente do assim chamado decreto de Deus, então alguém está negando a onisciência de Deus.

Antes de aprofundarmos na TULIP, pode ser uma boa idéia examinar o que a Bíblia na verdade diz sobre este único, eterno, soberano e todo-abrangente decreto. Certamente a Escritura tem muito a dizer sobre este decreto de Deus. Pense novamente. O termo é usado mais em relação aos homens do que a Deus. No Velho Testamento, Ciro fez um decreto (Ed 5.13), Dario fez um decreto (Ed 6.1), Artaxerxes fez um decreto (Ed 7.21), Nabucodonosor fez um decreto (Dn 3.10), e Ester fez um decreto (Et 9.32). No Novo Testamento descobrimos que os Césares (Lc 2.1; At 17.7) e os apóstolos (At 16.4) fizeram decretos. Verificar os decretos de Deus envolve uma simples leitura da Bíblia, não uma teologia sistemática de Berkhof, Dabney, ou Hodge. A palavra *decreto* ocorre quarenta e nove vezes em quarenta e oito versos, a palavra *decretou* ocorre cinco vezes em cinco versos, enquanto o plural *decretos* é usado duas vezes em dois versos. Todavia, dos cinqüenta e seis casos nos quais uma forma da palavra *decreto* é usada, somente oito vezes ela está relacionada a Deus.

Os decretos de Deus estão registrados na Escritura como segue:

A respeito da chuva (Jó 28.26)

A respeito do mar (Jó 38.10; Pv 8.29)

A respeito de Jesus Cristo (Sl 2.7)

A respeito dos céus (Sl 148.6)

A respeito de uma destruição (Is 10.22)

A respeito da areia (Jr 5.22)

A respeito de Nabucodonosor (Dn 4.24)

A primeira coisa a ser notada sobre o decreto de Deus é que não é apenas um decreto – há sete deles. Em segundo lugar, não se diz que nenhum destes decretos é eterno. E em terceiro lugar, nenhum destes decretos envolve eleição ou predestinação. Todavia, Christopher Ness (1621-1705) declara: "A predestinação é também chamada de um **decreto divino**."**[36]** Escritura? Ele poderia possivelmente apresentar uma. Não há tal coisa como o decreto eterno

de Deus da predestinação – exceto nas especulações filosóficas e implicações teológicas do Calvinismo.

Visto que nenhum decreto da eleição ou predestinação é mencionado na Bíblia, o calvinista insiste que elas são partes dos decretos secretos de Deus. Boettner nos recorda que o calvinista "não está na obrigação de explicar todos os mistérios relacionados a estas doutrinas."[37] Palmer argumenta que "não devemos nos aprofundar nesse conselho secreto de Deus."[38] Ele até reconhece que o lema do calvinista é Dt 29.29: "As coisas encobertas pertencem ao SENHOR nosso Deus, porém as reveladas nos pertencem a nós e a nossos filhos para sempre, para que cumpramos todas as palavras desta lei."[39] Visto que os caminhos de Deus não são nossos caminhos, nem seus pensamentos nossos pensamentos (Is 55.8-9), a Eleição Incondicional é dissimulada como o conselho secreto de Deus que não pode ser entendido. Todavia, incontáveis volumes têm sido escritos pelos calvinistas sobre o assunto. Então, se o decreto da predestinação é um decreto secreto, como os calvinistas sabem tanto sobre ele? Strong fala do "fazendeiro que, após ouvir um sermão sobre os decretos de Deus, tomou a estrada arriscada ao invés da segura rumo à sua casa e, como resultado, quebrou sua carroça, e concluiu antes do fim da viagem que ele, de alguma maneira, tinha sido predestinado a ser um imbecil, e que tinha feito firme sua vocação e eleição."[40] Na Bíblia, entretanto, a apropriação indevida dos decretos de Deus pelos calvinistas não é motivo de risos: "Ai dos que decretam leis injustas, e dos escrivães que prescrevem opressão" (Is 10.1).

O próximo conceito filosófico do decreto de Deus é a soberania de Deus. Embora à primeira vista a soberania de Deus pareça ser uma doutrina escriturística, quando a interpretação calvinista da soberania de Deus é examinada, será manifesto que sua interpretação difere substancialmente da que um leitor imparcial adotaria. A noção calvinista de Deus como sendo absolutamente soberano é muito precisa; entretanto, isso não significa que a soberania tem precedência sobre seus outros atributos.

Na Bíblia, Deus é o único Ser supremo. Isto é chamado a supremacia de Deus, e é descrito na Bíblia como segue:

> Tua é, SENHOR, a magnificência, e o poder, e a honra, e a vitória, e a majestade; porque teu é tudo quanto há nos céus e na terra; teu é, SENHOR, o reino, e tu te exaltaste por cabeça sobre todos. E riquezas e glória vêm de diante de ti, e tu dominas sobre tudo, e na tua mão há força e poder; e na tua mão está o engrandecer e o dar força a tudo (1Cr 29.11-12).

> Porque o SENHOR Altíssimo é tremendo, e Rei grande sobre toda a terra (Sl 47.2).

A soberania de Deus é o exercício de sua supremacia:

> Mas o nosso Deus está nos céus; fez tudo o que lhe agradou (Sl 105.3).

> E todos os moradores da terra são reputados em nada, e segundo a sua vontade ele opera com o exército do céu e os moradores da terra; não há quem possa estorvar a sua mão, e lhe diga: Que fazes? (Dn 4.35).

Nós definitivamente concordamos com os calvinistas que dizem que declarar Deus soberano é declarar que ele é Deus.[41] Como Deus não poderia ser soberano? Soberania é inerente à Divindade. Também concordamos com Pink quando ele afirma que "quando dizemos que Deus é soberano afirmamos Seu direito de governar o universo, que Ele fez para Sua própria glória, exatamente como Lhe agrada."[42] Pink também está correto em dizer que "porque Deus é *Deus*, Ele faz como lhe é agradável, somente como lhe é agradável, sempre como lhe é agradável; que Seu grande interesse está no cumprimento de Sua própria satisfação e a promoção de Sua própria glória; que Ele é o Ser Supremo, e portanto Soberano do universo."[43]

Então, qual é o problema com a soberania de Deus? O problema é que Fidel Castro é soberano. Saddam Hussein é soberano. O Papa é soberano. Hitler, Stalin e Mao foram soberanos. Quando um calvinista fala da soberania de Deus ele quer dizer arbitrariedade. O resultado final deste ensino é um Deus que poderia alterar, contornar, ou ignorar suas próprias leis por causa de sua assim chamada soberania. Este Deus antinomiano é descrito por Pink:

> Não há nenhum conflito entre a vontade divina e a natureza divina, todavia precisamos insistir que Deus é lei para si mesmo. Deus faz o que Ele faz, não simplesmente porque a justiça requer que Ele assim aja, mas o que Deus faz é justiça simplesmente porque *Ele* faz. Todas as obras divinas resultam da mera soberania.[44]

> Todavia, seja indicado, por outro lado, que Deus é soberano, superior a toda lei, e de forma alguma preso pelas restrições que Ele colocou sobre Suas criaturas.[45]

> Mas embora Suas criaturas estejam presas pelas leis que Ele as prescreveu, o próprio Deus não está. Deus não está debaixo de nenhuma lei, mas é Soberano absoluto... Deus possui autoridade suprema, e quando deseja, Ele despreza Suas próprias leis, ou edita novas leis contrárias às dadas anteriormente... Aprenda então que Deus não está preso por nenhuma lei, estando acima de todas elas.[46]

Assim, por este capricho arbitrário, Deus poderia condenar ao inferno homens ainda não criados por nenhuma outra razão senão seu soberano beneplácito. Este conceito da soberania de Deus aplicado à salvação é resumido concisamente por Herman Hoeksema: "Deus determina soberanamente quem irá se salvar, e quem não irá se salvar."[47] Assim, o que Hoeksema e todos os calvinistas realmente querem dizer é que Deus arbitrariamente escolheu certas pessoas para salvação ou condenação por capricho.

A Bíblia descreve um Deus um tanto contrário à caricatura do calvinista. Antes de todos os atributos de Deus está sua santidade. Como todos sabemos, o ditator mais vil, profano, sanguinário, perverso, pode ser soberano – todavia ímpio. Deus é declarado ser santidade absoluta:

> Justo é o SENHOR em todos os seus caminhos, e santo em todas as suas obras (Sl 145.17).

> E clamavam uns aos outros, dizendo: Santo, Santo, Santo é o SENHOR dos Exércitos; toda a terra está cheia da sua glória (Is 6.3).

Deus é "glorificado em santidade" (Êx 15.11). Seu nome é santo (Sl 33.21); seu trono é santo (Sl 47.8). Porque Deus é santo, ele exercita sua soberania somente de forma consistente com sua santidade. O que os calvinistas têm feito é exaltar a soberania de Deus acima de todos os seus outros atributos. Mas que tipo de pessoa, a menos que tivesse um propósito teológico oculto, faria tal coisa?

A última coisa sobre este decreto singular, eterno, soberano, é que se diz que ele é todo-abrangente; isto é, Deus, por seu decreto, preordenou tudo que acontece no tempo. O primeiro problema com este ensino é que há alguma verdade no que os calvinistas dizem. Na busca para provar a natureza toda-abrangente do decreto de Deus, Pink diz coisas como:

> Tanto quanto uma mosca não pode pousar sobre você sem a ordem do Criador, os demônios não poderiam entrar na manada de porcos até que Cristo lhes desse permissão.[48]

> Cristo regulamenta e governa para o bem de Sua Igreja as deliberações do senado, o conflito dos exércitos, a história das nações.[49]

Com a rejeição do caráter calvinista de um decreto todo-abrangente, não se está negando a capacidade e direito de Deus de influenciar e dirigir o homem conforme ele assim escolher. Isto pode assumir a forma de impedir (Gn 20.6), guiar (Sl 73.24), dirigir (Pv 3.6), reprimir (Sl 76.10), endurecer (Êx 14.17), levar (Sl 139.24), inclinar (Sl 119.36), ou muitas outras formas. Mas a influência

de Deus não é o mesmo que Deus preordenar todo pensamento e ação do homem. O problema que temos com os calvinistas é este: a influência, direção, controle e permissão de Deus não são os mesmos que a eleição, predestinação, preordenação e o decreto de Deus.

Para acrescentar mais insulto à injúria, os calvinistas afirmam que Deus não poderia ter absoluto conhecimento dos eventos futuros a menos que verdadeiramente decretasse que eles acontecessem. Este é um ataque direto à onisciência de Deus. Que tipo de poder há em saber algo que alguém já decretou acontecer? A prova que a Bíblia é inspirada e Deus é exatamente quem diz ser é o fato que Deus sabe o que os homens farão no futuro *sem* a preordenação divina de qualquer coisa:

> Eis que as primeiras coisas já se cumpriram, e as novas eu vos anuncio, e, antes que venham à luz, vo-las faço ouvir (Is 42.9).

> Que anuncio o fim desde o princípio, e desde a antiguidade as coisas que ainda não sucederam; que digo: O meu conselho será firme, e farei toda a minha vontade (Is 46.10).

Eliminar a onisciência absoluta de Deus sob o pretexto de um decreto todo-abrangente não é apenas uma rejeição deliberada da palavra de Deus, mas um ataque sutil à natureza do próprio Deus.

É perfeitamente claro ao examinar os decretos de Deus na Bíblia que eles não são eternos. É também aparente que não há tal coisa como um decreto que contém muitas partes. A verdadeira natureza do conceito calvinista da soberania de Deus também foi examinada. Mas em relação à natureza toda-abrangente do assim chamado decreto de Deus, o calvinista apresenta alguma aparência de prova escriturística para Deus preordenar todas as coisas. Isto não quer dizer que ele esteja correto. Tudo que significa é que o calvinista tem amontoado Escritura suficiente para fazer-se parecer confiável. A questão é concisamente afirmada por Boettner: "A questão à nossa frente então é, Deus, desde toda a eternidade, preordenou todas as coisas que acontecem?"**[50]**

O melhor lugar para começar é o "ancoradouro da preordenação divina" para todos os calvinistas – o Livro de Provérbios:

> Do homem são as preparações do coração, mas do SENHOR a resposta da língua (Pv 16.1).

> O coração do homem planeja o seu caminho, mas o SENHOR lhe dirige os passos (Pv 16.9).

A sorte se lança no regaço, mas do SENHOR procede toda a determinação (Pv 16.33).

Muitos propósitos há no coração do homem, porém o conselho do SENHOR permanecerá (Pv 19.21).

Os passos do homem são dirigidos pelo SENHOR; como, pois, entenderá o homem o seu caminho? (Pv 20.24).

Como ribeiros de águas assim é o coração do rei na mão do SENHOR, que o inclina a todo o seu querer (Pv 21.1).

Muitos buscam o favor do poderoso, mas o juízo de cada um vem do SENHOR (Pv 29.26).

Qualquer verso que mencione a direção de Deus, o fato que algo vem "do Senhor," ou algo parecido, é também um candidato a um texto prova da preordenação divina.

E o que os calvinistas tiram destes versículos?

Este versículo, um tanto claramente, não está restrito aos casos de conversão apenas. Via de regra, ele cobre todos os pensamentos do coração de uma pessoa e todas as respostas que alguém dá a alguma pergunta.[51]

Se o Senhor *dirige* os passos de um homem, isto não é prova de que ele está sendo controlado ou governado por Deus? ... Isto pode significar algo menos que, não importa o que o homem possa desejar e planejar, é a vontade de seu Criador que é cumprida?[52]

É surpreendente que alguém que se chama cristão e tem lido pelo menos uma pequena porção da Bíblia possa negar que Deus controla as operações mentais de suas criaturas. O coração do homem está na mão do Senhor e o Senhor inclina o coração do homem em qualquer direção que o Senhor desejar. A idéia que a vontade do homem é livre, independente de Deus, capaz de inclinar-se em quaisquer uma de doze incompatíveis direções, é totalmente anti-bíblica e anti-cristã. Como uma clara negação da onipotência, ela destrona Deus e tira o homem do controle de Deus.[53]

Outros calvinistas meramente listam alguns destes versículos como textos prova após fazer afirmações gerais sobre a eleição.[54] O ponto de vista

calvinista é claro: Deus preordenou toda palavra, pensamento, ação e motivo de todo homem, mulher e criança em todos os momentos. A questão nestes versículos não é se Deus pode ou controla, guia, dirige, e influencia o homem. De acordo com os calvinistas, estes versículos provam que Deus preordenou todo ato de todo homem. Por essa razão, com este postulado calvinista em mente, veremos se a Bíblia confirma ou nega a posição calvinista.

A primeira classe de versículos são os que mencionam alguma característica do homem que é supostamente ordenada por Deus: preparações, respostas, passos, comportamento, julgamentos. Deve ser lembrado que o calvinista insiste que nestes versículos é achado prova que Deus preordenou *todas* as coisas. Mas e quanto às outras características que não são mencionadas? Especificamente, os pensamentos, sonhos, planos e ações do homem? Bem, responde o calvinista, a pré-ordenação destes coisas está subentendida. Subentendida por quem? Pelos calvinistas ou pela Bíblia? E quanto a estes aspectos do homem que supostamente são ordenados? Vamos supor por um momento que eles são. O que isso tem a ver com a pré-ordenação de anjos, demônios ou animais? Isto está subentendido também? Mas vamos continuar supondo a pré-ordenação divina de todas as ações do homem. Que espécie de deus resulta deste ensino? O que acontece se um homem se preparou (Pv 16.1) para cometer um assassinato ou um estupro? Suponha que a resposta (Pv 16.1) de um homem era vil e profana? A resposta de Ananias e Safira (At 5.2-5) era do Senhor? E quanto ao falso depoimento das testemunhas contra Jesus Cristo (Mt 26.60)? Considere os passos (Pv 16.9) de um homem enquanto ele comete um furto ou um assalto? E quanto aos procedimentos de um homem (Pv 20.24) dentro de um bar ou de uma livraria pornográfica? Suponha que um homem julgou (Pv 29.26) que a sodomia ou o incesto era legal? Dizer que Deus não ordena qualquer uma *destas* coisas é contradizer tudo que os calvinistas têm dito até então sobre a natureza toda-abrangente do decreto singular, eterno e soberano de Deus.

Dois outros versículos semelhantes dizem respeito a tirar a sorte (Pv 16.33) e aos propósitos no coração de um homem (Pv 19.21). Embora os homens possam planejar e lançar a sorte, a ordenação e conselho do Senhor não podem ser superados. O homem propõe, Deus dispõe. O que estes versículos têm a ver com a pré-ordenação de algo por Deus? Deus pode decidir o resultado de qualquer sorte (Lv 16.8-10; At 1.24-26), assim como impedir as disposições do homem (Gn 11.4-8; Ap 20.7-9).

Finalmente, há a questão do rei: “Como ribeiros de águas assim é o coração do rei na mão do SENHOR, que o inclina a todo o seu querer” (Pv 21.1). Os calvinistas extraem a pré-ordenação de todo homem deste verso. O batista da Graça Soberana David West argumenta: “Se Deus pode e controla o rei, o homem mais poderoso sobre a terra, Ele também controla qualquer outra pessoa.”**[55]** Mas supondo por um momento que Deus ordena todas as ações de

todos os reis, como isso prova que todos os homens estão incluídos? Todos os homens não são reis. Como podem dizer que todos os homens que não são reis estão incluídos? Isto também está subentendido? E quanto às mãos e pés do rei? Eles estão nas mãos de Deus? O versículo não diz que eles estão.

Este versículo é ilustrado na pessoa de Ciro:

> No primeiro ano de Ciro, rei da Pérsia (para que se cumprisse a palavra do SENHOR, pela boca de Jeremias), despertou o SENHOR o espírito de Ciro, rei da Pérsia, o qual fez passar pregão por todo o seu reino, como também por escrito, dizendo: Assim diz Ciro, rei da Pérsia: O SENHOR Deus dos céus me deu todos os reinos da terra, e me encarregou de lhe edificar uma casa em Jerusalém, que está em Judá (Es 1.1-2).

Igualmente, Deus chama Nabucodonosor de "meu servo" quando ele o usa para trazer julgamento sobre Israel (Jr 25.9). Ninguém está negando que Deus tem o direito ou capacidade de usar homens e nações conforme lhe parecer adequado. Pink está certamente correto em afirmar que "os piores tiranos, quando causam os maiores males, são instrumentos de Deus para o cumprimento de sua vontade."**[56]** Mas o calvinista se esquece das palavras do apóstolo Paulo: "Que diremos pois? que há injustiça da parte de Deus? De maneira nenhuma" (Rm 9.14). Deus eternamente decretou que Herodes matasse todos as crianças de dois anos para baixo (Mt 2.16)? Deus soberanamente decretou que Acabe cobiçasse a vinha de Nabote e como resultado disso o matasse (1Re 21.1-13)? Deus preordenou a perversidade de Manassés, que fez muito pior em suas abominações do que os pagãos (2Cr 33.9)? Deus irá ainda trabalhar no coração dos reis (Ap 17.17) para cumprir seu propósito (Sf 3.8). Todo pecado que eles cometem é parte do "decreto eterno e soberano" de Deus? O erro dos calvinistas nestes versículos em Provérbios é ler a palavra *preordenado* nas frases "do Senhor," "da parte do Senhor," "conduz," "transforma," e expressões similares que falam do controle ou influência de Deus.

Outras passagens usadas pelos calvinistas para provar que Deus preordenou todo ato de todo homem incluem aqueles que parecem falar do tempo da morte do homem sendo determinada por Deus:

> Visto que os seus dias estão determinados, contigo está o número dos seus meses; e tu lhe puseste limites, e não passará além deles (Jó 14.5).

> Há tempo de nascer, e tempo de morrer; tempo de plantar, e tempo de arrancar o que se plantou (Ec 3.2).

Visto que toda vida vem de Deus (At 17.25), ninguém está negando seu direito ou capacidade de determinar o fim da vida de uma pessoa. Está até mesmo registrado que Deus fez assim com Jacó (Israel) e Moisés:

> Chegando-se, pois, o tempo da morte de Israel, chamou a José, seu filho, e disse-lhe: Se agora tenho achado graça em teus olhos, rogo-te que ponhas a tua mão debaixo da minha coxa, e usa comigo de beneficência e verdade; rogo-te que não me enterres no Egito (Gn 47.29).

> E disse o SENHOR a Moisés: Eis que os teus dias são chegados, para que morras; chama a Josué, e apresentai-vos na tenda da congregação, para que eu lhe dê ordens. Assim foram Moisés e Josué, e se apresentaram na tenda da congregação (Dt 31.14).

Deus ia matar Ezequias mas acrescentou quinze anos à sua vida (Is 38.5).

O problema com os calvinistas é triplo. Em primeiro lugar, o calvinista pensa que, porque estes versículos falam de Deus determinando o tempo da morte do homem, isto também significa que Deus preordenou tudo que acontece. Clark observa: "Isto muito obviamente demonstra que Deus controla a duração da vida de alguém. Toda essa predestinação não preocupa nossos oponentes. É, entretanto, um dos muitos detalhes que, juntos, mostram que Deus governa todas as suas criaturas e todas as suas ações."**[57]** Mas há uma enorme diferença entre Deus determinar o fim da vida de um homem e Deus predestinar todas as coisas antes da fundação do mundo. Em segundo lugar, o calvinista tem tomado afirmações gerais sobre a humanidade e as transformado em decretos individuais para cada um. Cockrell alega que "ninguém deixará este mundo até que Ele cumpra sua carreira predestinada."**[58]** A Bíblia declara do homem: "Os dias da nossa vida chegam a setenta anos, e se alguns, pela sua robustez, chegam a oitenta anos, o orgulho deles é canseira e enfado, pois cedo se corta e vamos voando" (Sl 90.10). Todavia, é óbvio que nem sempre os homens morrem exatamente aos setenta ou oitenta anos de idade. Alguns "não viverão metade dos seus dias" (Sl 55.23). Um homem pode morrer antes de seu tempo determinado (Ec 7.17). Em terceiro lugar, ainda que os calvinistas afirmam que crêem na absoluta predestinação de todas as coisas, eles fazem afirmações que contradizem o que afirmam crer: "O fato que Deus determinou o dia, hora e minuto de nossa morte não impede o uso de meios para a preservação da vida."**[59]** Mas se Deus de fato determinou soberana e eternamente a data da morte de uma pessoa, como alguma coisa que o homem faz "para a preservação da vida" de alguma forma afeta isto?

A crucificação de Cristo é um evento que os calvinistas usam para provar que Deus preordenou todo ato de todo homem:

> A este que vos foi entregue pelo determinado conselho e presciência de Deus, prendestes, crucificastes e matastes pelas mãos de injustos (At 2.23).
>
> Porque verdadeiramente contra o teu santo Filho Jesus, que tu ungiste, se ajuntaram, não só Herodes, mas Pôncio Pilatos, com os gentios e os povos de Israel; para fazerem tudo o que a tua mão e o teu conselho tinham anteriormente determinado que se havia de fazer (At 4.27-28).
>
> O qual, na verdade, em outro tempo foi conhecido, ainda antes da fundação do mundo, mas manifestado nestes últimos tempos por amor de vós (1Pe 1.20).
>
> E adoraram-na todos os que habitam sobre a terra, esses cujos nomes não estão escritos no livro da vida do Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo (Ap 13.8).

Clark raciocina: "Como este evento, a morte de Cristo, foi preordenado, da mesma forma todo evento é preordenado porque Deus é onisciente; e nenhum detalhe, nem mesmo o número de cabelos na cabeça de uma pessoa, escapa ao seu pré-conhecimento e conselho deliberado. Tudo é parte de seu plano. De tudo Deus diz, 'Dessa forma deve ser.'"**[60]** Ele então zomba: "Não devem aqueles que dizem que Deus não preordenou os atos maus se enforcarem de vergonha?"**[61]** Há quatro problemas com a exegese de Clark. Em primeiro lugar, o que o fato de Deus ser onisciente tem a ver com ele preordenando o pecado? O calvinista sutilmente nos leva a crer que, se alguém rejeita a idéia de que Deus ordenou o pecado, então ele não crê que Deus realmente é onisciente. Em segundo lugar, Clark deduz que, porque estes versículos falam de Deus determinando a crucificação de Cristo, isto também significa que Deus preordenou todos os outros eventos que acontecem. Mas conforme vimos, esta é uma dedução injustificada. Em terceiro lugar, a crucificação de Cristo foi um evento excepcional, que aconteceu uma vez – o ponto focal da história. Pressupor eventualmente as doutrinas do Calvinismo deste acontecimento é sacrílego, para dizer o mínimo. E em quarto lugar, Clark ignorou a palavra "presciência" na última parte da frase "determinado conselho e presciência de Deus." Se Deus determinou a crucificação de seu Filho por um decreto soberano, eterno, sem nenhuma presciência envolvida (foi incondicional), então somos deixados com o pensamento assustador, draconiano, que Deus decretou a morte de seu Filho e então criou o homem para que ele pudesse cair e Deus pudesse cumprir seu decreto da crucificação.

A fim de anular a presciência em At 2.23, Pink sugere que "notemos a ordem aqui: primeiro o 'determinado conselho' de Deus (Seu decreto), e em segundo Sua 'presciência.'"[62] Ele então insiste que a presciência de Deus está *baseada* em seus decretos.[63] Isto não é outra coisa senão o ensino acima mencionado de que Deus não pode saber alguma coisa a não ser que ele previamente tenha decretado, como Pink diz em outro lugar: "Deus prevê o que será porque Ele decretou o que será."[64] Mas não apenas Pink contradiz a Escritura, Calvino também. Primeiramente, quando defrontado com outras escrituras nas quais a presciência não vem depois da predestinação e da eleição, Pink tem um problema:

> Porque os que dantes conheceu também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos (Rm 8.29).
>
> Eleitos segundo a presciência de Deus Pai, em santificação do Espírito, para a obediência e aspersão do sangue de Jesus Cristo: Graça e paz vos sejam multiplicadas (1Pe 1.2).

Mas isto não é tudo, pois algumas vezes o chamado (a Graça Irresistível no sistema calvinista) precede a eleição (2Pe 1.10), a salvação vem antes do chamado (2Tm 1.9), a santificação precede o chamado (Jd 1), e o chamado vem antes da escolha (Mt 22.14). Por essa razão, construir uma doutrina de um decreto todo-abrangente sobre a ordem de duas palavras em um versículo é ridículo.

O segundo problema que Pink enfrenta é com o homônimo do Calvinismo. No exame destes versículos em questão, Calvino dá uma interpretação manifestamente diferente (e mais bíblica) do que Pink:

> Lucas trata aqui de duas doutrinas, a presciência e o decreto de Deus. E embora a presciência é a primeira na ordem, porque Deus vê o que deseja determinar antes que determina, Lucas a torna subordinada ao conselho e decreto de Deus, para que possamos saber que Deus deseja ou resolve nada que não tenha muito tempo antes conduzido ao seu fim particular.[65]
>
> Pode, entretanto, ser perguntado, como Adão não caiu antes da criação do mundo como Cristo foi nomeado o Redentor? Pois uma cura deve vir depois da doença. Minha resposta é que isto deve ser referido à presciência de Deus, pois, sem dúvida, antes que Ele criou o homem, Deus previu que ele não permaneceria firme por muito tempo em sua integridade. Daí, de acordo com a maravilhosa sabedoria e bondade, Ele ordenou que Cristo fosse o Redentor, que libertasse da ruína a raça

perdida do homem. Nisto brilha ainda mais claramente a inefável bondade de Deus, visto que Ele antecipou nossa doença pelo remédio de Sua graça, e proporcionou uma restauração à vida antes que o primeiro homem tivesse caído na morte.**[66]**

Isto demonstra uma vez mais que os calvinistas estão em irremediável desacordo entre si.

O assunto da crucificação introduz uma questão interessante: quem matou Jesus Cristo? Foi o homem que fabricou a cruz? Foram aqueles que o mantiveram sob controle ou os que cravaram os pregos? Aí permanece uma quíntupla responsabilidade pela crucificação:

Judicialmente: os romanos (1Co 2.8)

Nacionalmente: os judeus (Mt 27.25)

Fisicamente: Jesus Cristo (Jo 10.18)

Teologicamente: Deus Pai (Is 53.10)

Praticamente: a humanidade (2Co 5.21)

Se os judeus abordados no Livro de Atos estavam simplesmente cumprindo o decreto de Deus, então eles não seriam declarados responsáveis – eles seriam declarados obedientes. Todavia, eles foram aqueles sobre quem a responsabilidade se apoiava. Eles foram acusados de crucificar Cristo (At 2.36, 4.10), entregá-lo, negá-lo e matá-lo (At 3.13-15), assassiná-lo e pendurá-lo (At 5.30, 10.39), assim como trai-lo e matá-lo (At 7.52).

A respeito de sua própria crucificação, Jesus Cristo fez uma interessante afirmação: “E, na verdade, o Filho do homem vai segundo o que está determinado; mas ai daquele homem por quem é traído!” (Lc 22.22). Embora Jesus Cristo tinha que ser crucificado, ninguém estava preordenado a fazer isto. Observe o que Jesus Cristo disse sobre seu traidor: “Bom seria para o tal homem não haver nascido” (Mc 14.21). Se Judas não tivesse nascido então alguma outra pessoa teria feito isto. Paulo diz a mesma coisa sobre Pilatos e Herodes: “A qual nenhum dos príncipes deste mundo conheceu; porque, se a conhecessem, nunca crucificariam ao Senhor da glória” (1Co 2.8). Assim, Pilatos e Herodes não foram soberanamente ordenados antes da fundação do mundo para crucificar o Filho de Deus. Pilatos, em seu “determinado conselho,” queria deixar Cristo ir: “O Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó, o Deus de nossos pais, glorificou a seu filho Jesus, a quem vós entregastes e perante a face de Pilatos negastes, tendo

ele determinado que fosse solto" (At 3.13). Ninguém jamais foi preordenado a cometer qualquer pecado.

Há também a questão a ser considerada de Deus preordenando o pecado, que, como vimos, os calvinistas respondem na afirmativa, como Shedd diz, "Até mesmo o mal moral, que ele abomina e proíbe, ocorre pelo determinado conselho e presciência de Deus."[67] A questão de Deus e do mal tem ocupado os filósofos por séculos. Muitos filósofos crêem que a existência do mal faz com que a fé em Deus seja irracional, inconsistente, ou contraditória. O filósofo escocês David Hume (1711-1776) indaga sobre Deus:

> Estaria ele querendo impedir o mal sem ser capaz de fazê-lo? Então ele é impotente. Ele é capaz, mas não está disposto? Então ele é malévolo. Ele é tanto capaz quanto está disposto? Então de onde vem o mal?[68]

A teodicéia cristã para o fato que Deus é onisciente, onipotente e completamente bom, apesar da existência do mal, é que todo o argumento está baseado numa lógica defeituosa. Sendo Deus onisciente, onipotente e completamente bom, apesar da existência do mal, não é irracional ou contraditório, a menos que duas outras proposições sejam acrescentadas, a saber[69]:

> 1. Um ser perfeitamente bom sempre eliminaria o mal se pudesse
>
> 2. Não há limites ao que um ser onipotente possa fazer

Há diversas razões por que a primeira proposição é falsa: a ocorrência de um mal maior, a eliminação de um bom estado de coisas, disciplina ou punição, a ocorrência de um bem último. E quanto à segunda, quando o cristão insiste na onipotência de Deus, ele não quer dizer que Deus é sem limites num sentido absoluto, mas num sentido lógico; isto é, Deus não pode fazer um círculo quadrado ou uma rocha que ele não possa mover. Para Deus criar homens que são livres, racionais e agentes morais requer uma "Defesa do Livre-Arbítrio" do mal.[70] Embora não seja aceitável, os calvinistas afirmam que têm uma resposta simples para o problema do mal: Deus o decretou.

Passando da filosofia para a Bíblia, os textos provas calvinistas para esta perniciosa doutrina não diz nada sobre Deus ordenando ações pecaminosas individuais dos homens:

> Eu formo a luz, e crio as trevas; eu faço a paz, e crio o mal; eu, o SENHOR, faço todas estas coisas (Is 45.7).

> Porventura da boca do Altíssimo não sai tanto o mal como o bem? (Lm 3.38).
>
> Tocar-se-á a trombeta na cidade, e o povo não estremecerá? Sucederá algum mal na cidade, sem que o SENHOR o tenha feito? (Am 3.6).

Clark vê o Calvinismo neste verso em Isaías e conclui: "As duas teses mais inaceitáveis aos arminianos são que Deus é a causa do pecado e que Deus é a causa da salvação.... Isaías neste verso torna o Arminianismo biblicamente impossível."[71] O que ele quer dizer é que, se você nega ao homem o livre-arbítrio para pecar sem Deus ordenando-o, então você usurpa a soberania de Deus. Que os versículos em questão não estão dizendo respeito a Deus ordenando o pecado é claro. Custance, certamente tão calvinista quanto Clark, explica:

> Há um diferença expressiva em significado entre as palavras *mal* e *pecado*,.... Quando aprendemos que Deus faz o mal, determina o mal, planeja o mal, aspira ao mal, e até mesmo cria o mal, parece que somos deixados sem alternativa a não ser elucidar tais passagens. E isto devemos fazer, obviamente, se o mal e o pecado significam a mesma coisa, pois não podemos supor que Deus seja o autor do pecado.... É de fato difícil distinguir mal e perversidade, e bondade e retidão, *de forma abstrata*. Devemos considerar estas palavras em seu contexto. Quando o homem faz o mal é geralmente pecaminoso; quando Deus faz o mal, isto não pode possivelmente ser.... A diferença básica de um ponto de vista bíblico é que o mal e a bondade são éticos em natureza e temporais em efeito, ao passo que, por contraste, o pecado e a retidão são morais em natureza e eternos em conseqüência.... Está muito claro que, enquanto Deus nunca pode ser acusado de cometer perversidade, Ele é muitas vezes expressamente declarado ser o autor do mal.... O mal pode de fato ser bom, se visto a longo prazo, ao passo que a perversidade nunca pode ser retidão, não importa o prazo que consideremos.... Está claro portanto que o mal *per se* não deve ser equivalente ao pecado, e que Deus tem todo direito de ordenar o mal assim como o bem na execução de seu propósito.[72]

Não fazer distinção entre o mal conforme oposto ao bem e ao pecado é impugnar a natureza de Deus.

Porque Deus é santo, ele não somente odeia o pecado, mas ele não pode pecar:

> Portanto vós, homens de entendimento, escutai-me: Longe de Deus esteja o praticar a maldade e do Todo-Poderoso o cometer a perversidade! (Jó 34.10).
>
> Porque tu não és um Deus que tenha prazer na iniqüidade, nem contigo habitará o mal (Sl 5.4).
>
> Tu és tão puro de olhos, que não podes ver o mal, e a opressão não podes contemplar. Por que olhas para os que procedem aleivosamente, e te calas quando o ímpio devora aquele que é mais justo do que ele? (Hc 1.13).

Está perfeitamente claro na Bíblia, entretanto, que Deus muitas vezes provoca o mal, tanto sobre indivíduos (2Sm 17.14; 1Re 14.10, 21.21) como sobre nações (Ne 13.18; Ez 14.22; Dn 9.14). Deve também ser notado que os indivíduos e a nação nos versos aludidos são todos partes da nação de Israel: a nação eleita. Por que Deus provoca o mal sobre alguma coisa? O calvinista quer que acreditemos que Deus arbitrariamente decreta o bem aqui e o mal ali de acordo com sua vontade soberana. Mas o que a Bíblia diz? Aqui está um típico exemplo de por que Deus provoca o mal:

> E dirás: Ouvi a palavra do SENHOR, ó reis de Judá, e moradores de Jerusalém. Assim diz o SENHOR dos Exércitos, o Deus de Israel: Eis que trarei um mal sobre este lugar, e quem quer que dele ouvir retinir-lhe-ão os ouvidos. Porquanto me deixaram e alienaram este lugar, e nele queimaram incenso a outros deuses, que nunca conheceram, nem eles nem seus pais, nem os reis de Judá; e encheram este lugar de sangue de inocentes. Porque edificaram os altos de Baal, para queimarem seus filhos no fogo em holocaustos a Baal; o que nunca lhes ordenei, nem falei, nem me veio ao pensamento (Jr 19.3-5).

Só o Livro de Jeremias contém muitas passagens exatamente como esta (Jr 6.19, 11.10-11, 16.10-11, 36.3). Note na passagem acima que Deus trouxe o mal por causa dos pecados das pessoas. E a respeito dos seus pecados, Deus expressamente declarou que ele nunca os decretou: "O que nunca lhes ordenei, nem falei, nem me veio ao pensamento" (Jr 19.5). Como Deus poderia decretar e preordenar o pecado deles se ele nunca veio ao seu pensamento? Por que o pecado acontece? É por causa da depravação do homem, uma doutrina que os calvinistas parecem se esquecer, exceto quando tentam provar a incapacidade do homem para responder ao Evangelho.

Como último recurso, os calvinistas apelam à ultima metade de Ef 1.11 como prova de que Deus ordenou todo ato – bom ou mau: "Nele, digo, em quem também fomos feitos herança, havendo sido predestinados, conforme o

propósito daquele que faz todas as coisas, segundo o conselho da sua vontade" (Ef 1.11). A expressão "faz todas as coisas, segundo o conselho da sua vontade" é usada por Pink em vão enquanto ele busca convencer seus leitores da "absoluta soberania de Deus."[73] Alvin Baker afirma que passagens como esta "não permitem que se coloque a incredulidade e o pecado fora do conselho eterno de Deus. Deus faz 'todas as coisas,' incluindo o pecado, segundo a sua vontade eterna."[74] John Feinberg sustenta que este versículo "é talvez a mais clara expressão da doutrina da soberania de Deus."[75] Clark conclui deste versículo: "Deus faz todas as coisas segundo o conselho de sua vontade. Ele faz exatamente o que lhe agrada, com tudo. Absolutamente nada escapa à sua predeterminação."[76]

O problema aqui é duplo. Em primeiro lugar, o versículo diz que Deus "faz todas as coisas," não que ele "preordenou todas as coisas." Alguém tem passado tempo demais estudando os decretos de Deus e tempo insuficiente estudando português. Em segundo lugar, o conselho de Deus não é o decreto de Deus (supondo primeiramente, a bem do argumento, que exista tal coisa). Assim, o erro dos calvinistas está em considerar como equivalentes a operação e o conselho de Deus com a pré-ordenação e o decreto de Deus. Como prova que o conselho de Deus não é o decreto de Deus, deve ser notado que na Bíblia, uma pessoa pode rejeitar o conselho de Deus:

> Antes rejeitastes todo o meu conselho, e não quisestes a minha repreensão (Pv 1.25).
>
> Não aceitaram o meu conselho, e desprezaram toda a minha repreensão (Pv 1.30).
>
> Mas os fariseus e os doutores da lei rejeitaram o conselho de Deus contra si mesmos, não tendo sido batizados por ele (Lc 7.30).

Agora, admitimos que Deus deve permitir que isto aconteça, mas isso não diminui sua legitimidade.

Para resumir e sucintamente refutar o conceito que Deus preordenou tudo que acontece, e provar que não há tal coisa como a natureza toda-abrangente do decreto de Deus, treze razões serão aqui apresentadas:

1. Deus disse assim

2. A natureza de Deus

3. A permissão de Deus

4. A responsabilidade do homem

5. O livre-arbítrio do homem

6. A oração

7. As admissões de calvinistas

8. As rejeições de calvinistas

9. A filosofia

10. A contingência

11. A semântica

12. O acaso

13. O senso comum

Em relação a Deus, a primeira coisa que nega este ensino é que ele claramente diz que não decreta tudo. Vimos em referência a Deus ordenar o pecado do homem que Deus "nunca lhes ordenei, nem falei, nem me veio ao pensamento" (Jr 19.5). Como Deus poderia decretar e preordenar o pecado se ele nunca veio ao seu pensamento?

Em segundo lugar, a natureza santa de Deus não permitiria que Ele fizesse tal coisa. O segundo problema com este ensino é que ele claramente torna Deus o autor do pecado. Mas quando o calvinista se vê diante desta acusação, ele foge e começa a dizer coisas contraditórias. Como Beza, que afirma que enquanto nada "acontece acidentalmente ou à parte do decreto justo de Deus," "Deus mesmo não é nem o autor do pecado nem participa do ato de pecar."[77] Mas o que é isto? Deus ordena todas as coisas ou não? Esta conversa de duplo sentido do calvinista é típica quando ele se depara com as implicações de sua doutrina. Mas Deus além disso declara: "Não falei em segredo, nem em lugar algum escuro da terra; não disse à descendência de Jacó: Buscai-me em vão; eu sou o SENHOR, que falo a justiça, e anuncio coisas retas" (Is 45.19). Deus nunca comandaria que um homem se arrependesse, e então determinaria que ele não fosse capaz, com o objetivo de condená-lo. Mas isto é exatamente o que o sistema TULIP faz.

Há também a questão da permissão de Deus. Freqüentemente se diz que Deus faz algo quando na verdade ele somente permitiu que fosse feito.

Satanás incitou Davi a numerar Israel (1Cr 21.1), mas se diz que Deus fez isto (2Sm 24.1). O melhor exemplo é Jó. Satanás foi a causa do sofrimento de Jó (Jó 1.12, 2.7), mas Jó (Jó 1.21), o escritor de Jó (Jó 42.11), e o próprio Satanás (Jó 1.1, 2.5) o atribui a Deus. Isto é também confirmado por Charles Hodge: "Destas passagens e de outras similares, é evidente que é um uso bíblico familiar, atribuir a Deus ações que ele em sua sabedoria permite acontecer."[78] No que diz respeito ao homem, a doutrina que Deus predestinou todas as coisas destrói a responsabilidade do homem. O calvinista Jay Adams vê o problema: "As doutrinas da soberania divina – incluindo a predestinação, eleição, etc. – são freqüentemente repudiadas como ensinos ridículos e perigosos que, se aceitos e cridos, destruiriam o evangelismo, a iniciativa e a responsabilidade humanas."[79] Exatamente. Mas naturalmente, os calvinistas insistem que ele de forma alguma nega a responsabilidade do homem:

> A soberania de Deus também ensina que Deus não é o autor responsável do mal, que o homem é um agente moral livre que não é forçado a pecar e que é responsável pelo que faz.[80]

> Deus não é o autor do pecado, nem o sanciona (o aprova). Ele não é responsável pelo pecado, embora Ele o decretou. Os culpados de pecar são responsáveis.[81]

Esta conversa de duplo sentido também é encontrada na Confissão de Fé de Westminster:

> Desde toda a eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém de modo que nem Deus é o autor do pecado, nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, antes estabelecidas.[82]

O calvinista oferece várias explicações para lidar com "o aparente paradoxo da soberania de Deus e da responsabilidade do homem."[83] Gunn nos informa que "os ensinos da responsabilidade humana e da soberania divina são como duas linhas paralelas que se encontram somente na infinidade."[84] Palmer insiste: "Esta questão secreta pertence ao Senhor nosso Deus, e devemos deixá-la lá. Não devemos sondar dentro desse conselho secreto de Deus."[85] J. I. Packer nos diz para "recusar considerar a aparente inconsistência como real."[86] Mas até mesmo os próprios calvinistas não aceitam a verdade destas explicações. Sproul corretamente adverte: "Dizer que linhas paralelas se encontram na eternidade é uma declaração insensata; é uma clara contradição."[87] Ambos, Palmer e Packer, têm sido criticados por outras calvinistas por suas opiniões.[88] Mas se Deus preordenou todo pensamento,

palavra, e ação do homem, então como poderia ser de outra forma, se Deus é santo e justo, que a responsabilidade do homem é negada?

Ainda em relação ao homem, a doutrina que Deus predestinou todas as coisas também destrói o livre-arbítrio do homem. Com esta afirmação os calvinistas concordam. Embora ele crê que a soberania e a responsabilidade não sejam antinomias, Clark sustenta que a soberania e o livre-arbítrio "seria uma antinomia e uma contradição; pois soberania significa que Deus controla todas as coisas, incluindo nossas vontades, e livre-arbítrio significa que nossas vontades não são controladas por Deus. Esta é uma clara contradição. Só um demente acreditaria em ambos."**[89]** Mas, como vimos no capítulo anterior, a solução dos calvinistas é negar o livre-arbítrio completamente. Foi lá mostrado que a questão do livre-arbítrio era uma questão filosófica que tem sido debatida por séculos, e continua a ser debatida entre filósofos até hoje. A diferença, entretanto, entre um filósofo determinista e um calvinista é que nenhum filósofo nega o livre-arbítrio ao homem por causa de um decreto soberano, eterno e todo-abrangente. Dessa forma, a idéia que o homem não tem livre-arbítrio está diretamente relacionada, não apenas com a suposta Total Depravação do pecador, mas com a falsa premissa de que todas as suas ações foram preordenadas desta a eternidade.

O resultado de crer que tudo foi preordenado, com a subseqüente negação do livre-arbítrio, consiste de palavras como que escritas por um doido. Gerstner é típico em seu livreto sobre o livre-arbítrio:

> Caro leitor, você tem em suas mãos um livrinho intitulado *Uma Introdução ao Livre-Arbítrio*. Eu não conheço você, mas sei muito sobre você. Uma coisa que sei é que você não adquiriu este livro de seu próprio livre-arbítrio. Você o adquiriu e começou a lê-lo, e agora continua a lê-lo, porque você deve assim fazer. Não há absolutamente nenhuma possibilidade, sendo a pessoa que você é, que você não estivesse lendo este livro agora. Ainda, você anteriormente não destruiu este pequeno livro por indignação. Se tivesse feito, não teria lido essa sentença. Poucos de vocês podem sorridentemente saber quão certo estou. Mas alguns estão indignados porque pensam que o que eu disse sobre vocês é ridículo e absolutamente falso.**[90]**

Mas depois de dizer que seu livro tinha que ser adquirido e lido, ele suplica: "Agora, digo àqueles que estão duvidosos, e especialmente àqueles que estão indignados, que por favor não destruam o livro."**[91]** Mas então ele diz novamente: "Não provei estar certo em dizer que você *tinha* que adquirir este livro, que você agora *tem* que continuar a ler exatamente onde você está neste exato momento?"**[92]**

A questão iminente é afirmada por Boettner: "O problema com que nos defrontamos aqui é, Como uma pessoa pode ser um agente livre e responsável se suas ações foram preordenadas desde a eternidade?"[93] Clark, depois de primeiro insistir que "a Bíblia nunca na verdade menciona o livre-arbítrio,"[94] então diz: "A única referência a livre-arbítrio na Bíblia é as ofertas voluntárias. Estas não têm nada a ver com o problema sob consideração. Ofertas voluntárias são meramente ofertas além das exigidas pela lei. Depois que uma pessoa tinha feito todas as ofertas prescritas pela lei, ela poderia, por gratidão à graça de Deus, dar algo mais. Esta era chamada uma oferta voluntária."[95] Clark está errado por duas razões. A primeira é que estas ofertas voluntárias, mencionadas dezesseis vezes na Bíblia, têm *tudo* a ver com o problema sob consideração. Como Clark explica: "Depois que uma pessoa tinha feito todas as ofertas prescritas pela lei, ela poderia, por gratidão à graça de Deus, dar algo mais." Note a frase "ela poderia." Isto sugere que ela tinha livre-arbítrio para dar ou não dar. E, em segundo lugar, note o que mais a Bíblia diz sobre o livre-arbítrio: "Por mim se decreta que no meu reino todo aquele do povo de Israel, e dos seus sacerdotes e levitas, que quiser ir contigo a Jerusalém, vá" (Es 7.13). Adão e Eva tinham livre-arbítrio (Gn 2.16). Durante o tempo dos juízes o povo "se ofereceu voluntariamente" (Jz 5.2). Davi encorajou Salomão a servir a Deus "com uma alma voluntária" (1Cr 28.9). Durante o tempo de Neemias, algumas pessoas "voluntariamente se ofereciam para habitar em Jerusalém" (Ne 11.2). No Novo Testamento, vemos que as promessas da oração estão baseadas sobre o livre-arbítrio: "Se vós estiverdes em mim, e as minhas palavras estiverem em vós, pedireis tudo o que quiserdes, e vos será feito" (Jo 15.7). Paulo pregou voluntariamente: "E por isso, se o faço de boa mente, terei prêmio; mas, se de má vontade, apenas uma dispensação me é confiada" (1Co 9.17). O livre-arbítrio não é somente uma doutrina bíblica, o termo é na verdade usado na Bíblia [NT: Na Bíblia em inglês é usada a palavra *free will* (livre-árbítrio)]. Por outro lado, os termos Eleição Incondicional, graça soberana, a soberania de Deus, e o decreto eterno de Deus não são nem doutrinas bíblicas nem termos bíblicos.

A última coisa em relação ao homem que prova que Deus não predestinou todas as coisas é a oração. A Bíblia está repleta de exemplos de oração e comandos para os cristãos orarem:

> Não estejais inquietos por coisa alguma; antes as vossas petições sejam em tudo conhecidas diante de Deus pela oração e súplica, com ação de graças (Fp 4.6).
>
> Orai sem cessar (1Ts 5.17).
>
> Admoesto-te, pois, antes de tudo, que se façam deprecações, orações, intercessões, e ações de graças, por todos os homens (1Tm 2.1).

A oração muda as coisas? Mudou no caso de Moisés (Dt 9.18-20) e Ezequias (2Re 20.1-6). Os calvinistas, entretanto, insistem que não. A atitude dos calvinistas com respeito à oração pode ser vista na resposta dada a uma pergunta sobre oração a um grupo de calvinistas. Em resposta à pergunta: "A oração pode mudar as coisas?" três batistas da Graça Soberana responderam[96]:

> *James O. Wilmoth*: Sabemos que Deus predestinou todas as coisas que acontecem. Ele faz todas as coisas conforme o conselho de Sua própria vontade. É difícil reconciliar a oração e a vontade imutável de Deus.
>
> *David S. West*: A oração não muda as coisas, nem a oração muda Deus ou Sua mente.
>
> *Dan Phillips*: O que Deus predestinou acontecer sempre acontece conforme Ele propôs, e por mais que alguém ore, nada vai mudar isto. Não, a oração não muda as coisas; entretanto, ela nos muda.

A idéia é: se Deus já fixou tudo, então quem somos nós para desrespeitar sua soberania e solicitar uma mudança? A atitude dos calvinistas com respeito à oração é resumida pelo batista da Graça Soberana Joseph Wilson:

> Ninguém pode crer na gloriosa doutrina bíblica da predestinação e acreditar que a oração muda as coisas. As duas são incompatíveis. Elas não se harmonizam. Se uma é verdadeira, a outra é falsa. Visto que a predestinação é verdadeira, segue, como a noite segue o dia, que a oração não muda as coisas.[97]

Então, quando Robert Selph afirma que "todo mundo é calvinista quando de joelhos em oração,"[98] ele está mentindo, pois a posição calvinista sobre a oração não é aceita pela maioria dos cristãos.

Quanto aos próprios calvinistas, eles também fornecem razões para rejeitar o conceito que Deus preordenou tudo que acontece através de um decreto todo-abrangente. Para começar, alguns calvinistas, embora crêem nesta doutrina, reconhecem a falta de lógica dela. N. L. Rice admite que a pré-ordenação divina parece "ser contrária às Escrituras, absurda e ímpia."[99] Palmer reconhece que o que ele defende é "ilógico, ridículo, absurdo e insensato."[100] Em segundo lugar, a idéia de Deus ordenando o pecado tem particularmente desconcertado e perturbado alguns calvinistas. Para se esquivar das óbvias implicações, alguns adotam uma distinção entre os decretos eficazes de Deus e os decretos permissivos de Deus.[101] Mas mudar o nome não altera em nada, somente acrescenta à abundância confusa da terminologia TULIP. Por

exemplo, Talbot e Crampton afirmam que "o decreto com referência ao pecado" é um decreto permissivo mas não apenas "um **mero** decreto permissivo."[102] O teólogo reformado holandês G. C. Berkouwer se admira de como teólogos podem "ao mesmo tempo falar de Deus como aquele que tudo causa, e não dizer que Ele é a causa do pecado humano."[103] Contrário à sua Confissão de Fé da Filadélfia, alguns batistas da Graça Soberana igualmente hesitam diante da idéia que Deus predestinou tudo.[104] Embora crendo na doutrina da predestinação para a salvação, muitos batistas primitivos rejeitam a predestinação num sentido absoluto.[105]

A última coisa em relação aos calvinistas que lança dúvida sobre seu ensino da predestinação absoluta é que este ensino não é diferente de outros conceitos filosóficos que ensinam "o que será será." Embora os calvinistas se esforçam para se distanciarem do fatalismo,[106] eles estão basicamente ensinando a mesma coisa. Quando um filósofo crê que "o que será será," isto é chamado determinismo. Quando um estóico crê que "o que será será," isto é chamado destino. Quando um muçulmano crê que "o que será será," isto é chamado fatalismo. Mas quando um calvinista crê que "o que será será," isto é chamado predestinação. A única forma do calvinista evitar essas conseqüências é dizer que somente a predestinação é uma doutrina bíblica.

O fato de haver três versículos na Bíblia que mostram a contingência de um evento é outra prova de que não há tal coisa como Deus preordenando tudo através de um decreto todo-abrangente. Como vimos no capítulo anterior, na Bíblia está claro que a possibilidade existe de um homem poder ou não crer, dependendo das circunstâncias:

> E os que estão junto do caminho, estes são os que ouvem; depois vem o diabo, e tira-lhes do coração a palavra, para que não se salvem, crendo (Lc 8.12).
>
> E não quereis vir a mim para terdes vida (Jo 5.40).
>
> E nos impedem de pregar aos gentios as palavras da salvação, a fim de encherem sempre a medida de seus pecados; mas a ira de Deus caiu sobre eles até ao fim (1Ts 2.16).

Estes versículos não significam que sob uma determinada série de circunstâncias um homem sempre irá crer. Mas eles mostram que há essa possibilidade. E se existe, ainda que a menor possibilidade de que um homem possa crer, a doutrina do decreto eterno e soberano cai pelo caminho. Não há possibilidades no Calvinismo TULIP. Há muitas coisas na Bíblia que não são estáveis. Se as obras que Cristo fez tivessem sido feitas em Tiro e Sidom eles teriam se arrependido (Mt 11.21), do mesmo modo Sodoma (Mt 11.23). A

conduta de Deus com seu povo eleito, os judeus, era condicional (Dt 5.33, 6.1-3, 11.16-17).

A próxima razão porque Deus não poderia ter preordenado tudo que acontece através de um decreto todo-abrangente é a semântica. Isto tem a ver com o significado, ou uma interpretação do significado, das palavras. Se as palavras têm algum significado, então a Bíblia é clara em sua negação de que Deus tem um decreto todo-abrangente:

> Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna (Jo 3.16).

> E o Espírito e a esposa dizem: Vem. E quem ouve, diga: Vem. E quem tem sede, venha; e quem quiser, tome de graça da água da vida (Ap 22.17).

Este princípio do "todo aquele que," que será estudado mais tarde neste capítulo, explicitamente nega qualquer decreto todo-abrangente.

Outra razão que Deus não poderia ter preordenado tudo que acontece através de um decreto todo-abrangente é o acaso. Alguma coisa acontece por acaso? De acordo com a Bíblia sim:

> Quando encontrares pelo caminho um ninho de ave numa árvore, ou no chão, com passarinhos, ou ovos, e a mãe posta sobre os passarinhos, ou sobre os ovos, não tomarás a mãe com os filhotes (Dt 22.6).

> E, ocasionalmente descia pelo mesmo caminho certo sacerdote; e, vendo-o, passou de largo (Lc 10.31).

Isto não significa que Deus não pode ou não sabe o que irá acontecer ou que Deus não tem nenhum controle sobre sua criação. O que significa, entretanto, é que não há tal coisa como um decreto todo-abrangente da predestinação.

A resposta mais natural à idéia de um decreto todo-abrangente é o senso comum normal, óbvio. Se o que será será, então ninguém poderia possivelmente fazer qualquer outra coisa senão cumprir o decreto soberano e eterno de Deus. Na Bíblia, um homem despedaçou sua concubina em doze partes e a enviou aos termos de Israel (Jz 19.29). Foi por meio de um decreto soberano, eterno? Algumas pessoas queimavam seus filhos no fogo a Moloque e faziam sexo com animais (Lv 18.21-24). Isto aconteceu conforme o conselho determinado de Deus? Percebo plenamente o caráter extremo dos argumentos

previamente mencionados, mas não sou eu que afirmo que Deus preordenou todo pensamento, palavra e ação dos homens e dos animais. Evidência documentada dos próprios calvinistas foi apresentada. A este esquema repugnante da predestinação absoluta, Erasmus, sejam quais forem suas falhas, reconheceu centenas de anos atrás:

> Admitamos a verdade do que Wycliffe ensinou e Lutero afirmou, a saber, que tudo que fazemos acontece, não por causa de nosso livre-arbítrio, mas por causa de uma necessidade absoluta. O que pode ser mais inútil do que divulgar este paradoxo ao mundo? Em segundo lugar, admitamos que ele seja verdadeiro, como Agostinho escreveu em algum lugar, que Deus causa tanto o bem quanto o mal em nós, e que ele nos recompensa por suas boas obras efetuadas em nós e nos pune pelas más ações feitas em nós. Que buraco abriria a divulgação desta opinião para inúmeras pessoas fugirem para o ateísmo? Especialmente porque a humanidade é ociosa, indolente, maliciosa e, além disso, incorrigivelmente inclinada a todo escândalo imoral. Como muitos fracos continuariam em sua perpétua e penosa batalha contra sua própria carne? De agora em diante, que perverso tentaria melhorar sua conduta? Quem poderia amar com todo seu coração um Deus que incendeia um inferno com sofrimento eterno, a fim de punir lá a pobre humanidade por suas próprias más ações, como se Deus tivesse prazer na desgraça humana?**[107]**

Que diremos a estas coisas? Se Deus não decreta todo o pecado e perversidade no mundo, então por que ele acontece? Obviamente Deus o permite, mas *permitir* e *decretar* são duas palavras diferentes. A pergunta misteriosa, inexplicável, é esta: Por que Deus permite as coisas que Ele permite? Os pensamentos de Deus não são nossos pensamentos; seus caminhos não são nossos caminhos (Is 55.8). Ele "não responde acerca de todos os seus feitos" (Jó 33.13), e não está sob alguma obrigação de assim fazer. O apóstolo Paulo deu mais detalhes sobre estes temas:

> Ó profundidade das riquezas, tanto da sabedoria, como da ciência de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis os seus caminhos! Porque, quem compreendeu a mente do Senhor? ou quem foi seu conselheiro? Ou quem lhe deu primeiro a ele, para que lhe seja recompensado? (Rm 11.33-35).

Os decretos de Deus são extremamente simples em comparação com a vontade de Deus. Mas visto que dizem que a pré-ordenação divina de todas as coisas é uma "*parte essencial* de um sistema de doutrinas que tem sido chamado calvinista,"**[108]** ninguém pode *consistentemente* aderir aos Cinco Pontos do Calvinismo sem admitir um decreto todo-abrangente que inclui o pecado.

[1] W. E. Best, *Gods Eternal Decree* (Houston: W. E. Best Missionary Trust, n.d.), p. 1.
[2] Buswell, vol. 1, p. 164.
[3] Charles Hodge, *Teologia Sistemática*, pp. 400-401.
[4] Herman Hoeksema, Dogmatics, p. 157.
[5] Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, p. 105.
[6] Gunn, p. 14.
[7] Boettner, Predestination, p. 6.
[8] Boettner, Reformed Faith, p. 2.
[9] Singer, p. 32.
[10] Engelsma, Hyper-Calvinism, p. 133.
[11] Talbot e Crampton, p. 14.
[12] Ibid.
[13] Coppes, p. 15.
[14] Pink, Election, p. 9.
[15] John Gill, *A Body of Doctrinal and Practical Divinity* (Paris: Baptist Standard Bearer, 1987), p. 173.
[16] Boettner, Predestination, p. 15.
[17] David S. West, em "The Baptist Examiner Forum II," *The Baptist Examiner*, 18 de março de 1989, p. 5.
[18] Philip Melanchthon, citado em Boettner, Predestination, p. 15.
[19] Arthur W. Pink, *Gleanings in Joshua* (Chicago: Moody Press, 1964), p. 338.
[20] Gill, Divinity, p. 174.
[21] Boettner, Predestination, p. 234.
[22] Zanchius, p. 88.
[23] Pink, Sovereignty, p. 147.
[24] Ibid., p. 249.
[25] Gill, Divinity, p. 319.
[26] Muller, Christ and the Decree, p. 81.
[27] Palmer, p. 82.
[28] Shedd, Calvinism, p. 37.
[29] Machen, Man, p. 46.
[30] Shedd, Calvinism, p. 31.
[31] Franciscus Gomarus, citado em Newman, vol. 2, p. 339.
[32] John Piscator, citado em Newman, vol. 2, p. 338.
[33] Gunn, p. 13.
[34] David S. West, em "The Baptist Examiner Forum II," *The Baptist Examiner*, 18 de março de 1989, p. 5.
[35] Pink, Sovereignty, p. 110.
[36] Ness, p. 7.
[37] Boettner, Predestination, p. 124.

[38] Palmer, p. 87.
[39] Ibid., p. 86.
[40] Strong, p. 361.
[41] Pink, Sovereignty, p. 19; Sproul, Chosen by God, p. 26.
[42] Pink, Sovereignty, p. 21.
[43] Ibid., p. 17.
[44] Arthur W. Pink, *The Satisfaction of Christ* (Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1955), p. 20.
[45] Pink, Covenants, p. 176.
[46] Arthur W. Pink, *An Exposition of Hebrews* (Grand Rapids: Baker Book House, 1954), p. 737.
[47] Herman Hoeksema, *Whosoever Will* (Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1945), p. 144.
[48] Arthur W. Pink, *Gleanings in Exodus* (Chicago: Moody Press, 1981), p. 78.
[49] Arthur W. Pink, *Gleanings from Paul* (Chicago: Moody Press, 1967), p. 153.
[50] Boettner, Predestination, p. 9.
[51] Clark, Predestination, p. 9.
[52] Pink, Sovereignty, p. 42.
[53] Clark, Predestination, p. 125.
[54] Custance, pp. 6, 7; Talbot e Crampton, pp. 12, 13.
[55] David S. West, em "The Baptist Examiner Forum II," *The Baptist Examiner*, 18 de março de 1989, p. 5.
[56] Pink, Joshua, p. 317.
[57] Clark, Predestination, p. 170.
[58] Milburn Cockrell, "Dying on Time," *The Berea Baptist Banner*, 5 de novembro de 1997, p. 202.
[59] Ibid., p. 203.
[60] Clark, Predestination, p. 63.
[61] Ibid., p. 64.
[62] Pink, Sovereignty, p. 57.
[63] Ibid.
[64] Pink, Election, p. 172.
[65] Calvin, Commentaries, vol. 6, p. 65.
[66] Ibid., vol. 12, p. 249.
[67] Shedd, Calvinism, p. 37.
[68] Alvin C. Planting, *God, Freedom, and Evil* (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1977), p. 10.
[69] Veja Marilyn McCord Adams, "Horrendous Evils and the Goodness of God," em Marilyn McCord Adams e Robert Merrihew Adams, eds., *The Problem of Evil* (Nova York: Oxford University Press, 1990), p. 209; Plantinga, p. 17.
[70] Plantinga, pp. 29-34.
[71] Clark, Predestination, p. 185.
[72] Custance, pp. 263, 264, 265, 268, 269.
[73] Pink, Sovereignty, pp. 15, 55, 109, 168, 225, 240.
[74] Baker, p. 174.
[75] John S. Feinberg, "Deus Decreta Todas as Coisas," em David Basinger e

Randall Basinger, eds., *Predestinação e Livre-Arbítrio* (São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2000), p. 45.
[76] Clark, Predestination, pp. 74-75.
[77] Theodore Beza, citado em Muller, Christ and the Decree, p. 84.
[78] Charles Hodge, *A Commentary on Romans* (Edinburgh: The Banner of Truth Trust, 1972), p. 316.
[79] Jay Adams, Grand Demonstration, p. 67.
[80] Gunn, p. 14.
[81] Jay Adams, Grand Demonstration, p. 61.
[82] Confissão de Fé de Westminster, III:1.
[83] Palmer, p. 87.
[84] Gunn, p. 14.
[85] Palmer, p. 87.
[86] J. I. Packer, *Evangelism and the Sovereignty of God* (Downers Grove: Inter-Varsity Press, 1961), p. 21.
[87] Gordon H. Clark, *Today's Evangelism: Counterfeit or Genuine?* (Jefferson: The Trinity Foundation, 1990), pp. 57-58; W. Gary Crampton, "Does the Bible Contain Paradox?" *The Trinity Review*, novembro/dezembro de 1990, pp. 1-4; Sproul, Eleitos de Deus, p. 29.
[88] Ibid., pp. 45-46.
[89] Clark, Evangelism, p. 58.
[90] Gerstner, Free Will, p. 1.
[91] Ibid.
[92] Ibid., p. 6.
[93] Boettner, Predestination, p. 208.
[94] Clark, Presbyterians, p. 111.
[95] Ibid., p. 112.
[96] James O. Wilmoth, David S. West e Dan Phillips, em "The Baptist Examiner Forum II," *The Baptist Examiner*, 18 de fevereiro de 1989, p. 5.
[97] Joseph M. Wilson, "Does Prayer Change Things?" *The Baptist Examiner*, 8 de junho de 1991, p. 8.
[98] Selph, p. 144.
[99] N. L. Rice, p. 9.
[100] Palmer, p. 85.
[101] Dabney, Calvinism, p. 49; Talbot e Crampton, pp. 70-71; N. L. Rice, pp. 48-49; Chafer, Theology, vol. 1, p. 236.
[102] Talbot e Crampton, pp. 70, 71.
[103] G. C. Berkouwer, citado em Baker, p. 8.
[104] Jimmie B. Davis e Garner Smith, em "The Berea Baptist Banner Forum," *The Berea Baptist Banner*, 5 de agosto de 1992, p. 150.
[105] S. T. Tolley, "Who's Who Among Primitive Baptists?" *The Christian Baptist*, agosto/setembro de 1989, pp. 1, 5.
[106] Coppes, p. 23; Keener, p. 83; Sproul, Chosen by God, p. 191; Kruithof, p. 47; Jay Adams, Grand Demonstration, p. 67; Best, Free Grace, p. 49; Garner Smith, em "The Berea Baptist Banner Forum," *The Berea Baptist Banner*, 5 de junho de 1997, p. 110.

[107] Desiderius Erasmus, em Erasmus - Luther Discourse on Free Will, pp. 11-12.
[108] N. L. Rice, p. 10.

Sistemas Lapsários

Se Deus tem somente um decreto, e também preordenou todas as coisas, então, e quanto aos decretos da eleição e predestinação sobre os quais ouvimos tanto? Qual é a diferença, se é que há alguma, entre a eleição e a predestinação? Visto que a natureza técnica desta discussão contribui para que o brado da deturpação seja levantado pelos calvinistas, tudo dito sobre os diferentes aspectos do decreto de Deus será exposto e definido pelos próprios calvinistas.

Conforme mencionado anteriormente, no pensamento calvinista, Deus tem um decreto. Este decreto é de natureza eterna e abrange todas as coisas. W. E. Best resume a posição calvinista: "Os decretos de Deus podem ser considerados como um único decreto complexo que inclui todas as coisas. A extensão do decreto de Deus cobre tudo antes do tempo, durante o tempo e depois do tempo. É imutável. Não há nenhuma mudança no propósito divino. Nenhuma ação nova jamais entrará na mente divina. Além disso, não haverá nenhuma reversão do plano divino."**[1]** Conforme a Confissão de Fé de Westminster:

> Pelo decreto de Deus e para manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna e outros preordenados para a morte eterna.**[2]**

Então, particularmente falando, a parte deste decreto que se ocupa dos destinos eternos dos homens e dos anjos é denominada predestinação; entretanto, como Charles Hodge conta: "A palavra predestinação é ambígua."**[3]** Algumas vezes a predestinação é usada para descrever o próprio decreto enquanto outras vezes ela se refere à atual eleição dos homens para a salvação. Na realidade, entretanto, ela é exatamente como Machen a descreve: "A doutrina da predestinação é apenas a doutrina dos decretos divinos que se referem à esfera específica da salvação."**[4]** O fato de que a predestinação na Bíblia não tem nada a ver com os decretos de Deus é irrelevante por enquanto.

Esta predestinação é ainda dividida em duas partes: eleição e reprovação. Para confirmação destas distinções, citamos Berkhof e o teólogo da igreja Presbiteriana do Sul John Girardeau (1825-1898):

> A predestinação inclui duas partes, a saber, a eleição e a reprovação, a predeterminação de ambos, bons e maus, para seu fim último, e para

> certos fins próximos que são instrumentais na realização de seu destino final.[5]
>
> A Predestinação é, pelos teólogos calvinistas, considerada como um decreto geral que inclui sob ele a Eleição e a Reprovação como decretos específicos: o primeiro predestina alguns seres humanos, sem consideração com seu mérito, para a salvação, para a glorificação da graça soberana de Deus; o último preordenando alguns seres humanos, por seus pecados, para a destruição, para a glorificação da justiça retributiva de Deus.[6]

A natureza confusa desta terminologia é explicada por Sproul: "Geralmente o termo *eleição* é usado como sinônimo de *predestinação*. Tecnicamente isto está incorreto. O termo *eleição* se refere especificamente a um aspecto da predestinação divina: a escolha de Deus de certos indivíduos para ser salvos."[7] Mas deve também ser lembrado, como Pink explica, que "a predestinação diz respeito a *todas* as criaturas, coisas e eventos; mas a eleição está restrita aos seres racionais – anjos e humanos."[8]

O debate na teologia reformada relaciona-se não com a extensão, nem com a natureza eterna dos decretos, mas, antes, com a ligação dos decretos da eleição e da reprovação com a Queda. Dentro do âmbito das opiniões divergentes mantidas pelos calvinistas, surgem três sistemas lapsários do pensamento calvinista: o supralapsarianismo, o infralapsarianismo e o sublapsarianismo. Best explica como estes sistemas contraíram seu nome principal: "A palavra lapsário vem do latim *lapsus* que significa a 'doutrina da queda.'"[9] Pela razão de suporem que o decreto de Deus seja único, eterno, os títulos destes sistemas se aplicam, não à ordem *real* dos decretos em relação à Queda, mas à ordem lógica, como Berkhof confirma: "A eternidade do decreto também indica que a ordem na qual os elementos diferentes nele mantêm entre si não podem ser considerados como temporal, mas somente como lógico."[10] Isto é importante ter em mente, pois significa que todos os detalhes que se seguem sobre a ordem dos supostos decretos de Deus não passam de pura suposição. Mas, visto que ele é imprescindível para um entendimento adequado do Calvinismo, é importante continuarmos.

Entre os calvinistas de cinco pontos, o ponto de vista da minoria, devido às suas implicações ameaçadoras, é o supralapsarianismo, *supra*, do latim "acima," e a palavra para a Queda, *lapsus*. Este esquema diz que Deus decretou a eleição enquanto os homens eram *creabilis et labilis* (certos de serem criados e de cair). O ponto de vista oposto é o infralapsarianismo, do latim *infra*, que significa "abaixo," e *lapsus*. Por causa da acusação de que o supralapsarianismo torna Deus o autor do pecado e é a causa direta da condenação dos homens, a maior parte dos calvinistas tem se desviado para a posição "infra" na qual os homens são considerados *creatus et lapsus* (criados e caídos). A diferença inicial entre estes sistemas é habilmente afirmado por Berkouwer:

“Originalmente era uma questão de diferentes interpretações da relação entre a predestinação e a queda. A pergunta surgiu se no conselho de Deus a queda do homem tinha sido desejada por Ele.”[11] Isto naturalmente levou a uma diferença na interpretação da maneira da rejeição dos “não-eleitos.” O resultado do primeiro ponto de vista foi a condenação dos rejeitados de acordo com o beneplácito de Deus, enquanto o último alegava basear a causa fundamental da condenação no pecado do homem. Destas disputas surgiu a questão sobre a sucessão dos decretos de Deus relacionados à Queda – um colocando a eleição e a reprovação acima (antes) da Queda e o outro abaixo (depois) da Queda.

Os assim chamados decretos de Deus no sistema supralapsarianismo são como segue:

1. Eleição e reprovação
2. Criação
3. Queda
4. Expiação para os eleitos
5. Salvação para os eleitos

Dessa forma, neste sistema, como Berkouwer mais uma vez pertinentemente afirma, a Criação e a Queda “formam, por assim dizer, o meio pelo qual se concretiza aquele decreto da predestinação original.”[12] Isto é, Deus primeiramente decidiu eleger alguns homens para o céu e reprovar os outros homens ao inferno, de forma que ao criá-los, ele os fez cair, usando Adão como um bode expiatório, de forma que pareceria que Deus foi gracioso ao enviar os “eleitos” ao céu e justo ao enviar os “reprovados” ao inferno. A característica distintiva deste esquema é seu decreto positivo da reprovação. A reprovação é a condenação deliberada, preordenada, predestinada de milhões de almas ao inferno como resultado do soberano beneplácito de Deus e conforme o “conselho da sua vontade” (Ef 1.11). Este ensino tem historicamente sido a parte mais repulsiva do sistema TULIP.

Visto que obviamente é contrário às Escrituras e repugnante, o supralapsarianismo tem estado sujeito a muita crítica. Porque foi uma importante questão em seu tempo, Arminius comentou longamente sobre este sistema. Ele cria que esta doutrina da predestinação era

repugnante à natureza de Deus,
repugnante à justiça de Deus,
repugnante à bondade de Deus,
contrária à natureza do homem,
diametralmente oposta ao ato da criação,
em evidente oposição à natureza da vida eterna,
oposta à natureza da morte eterna,
inconsistente com a natureza e propriedades do pecado,
repugnante à natureza da graça divina,

> injuriosa à glória de Deus,
> altamente desonrosa a Jesus Cristo nosso Salvador,
> nociva à salvação dos homens, e
> em evidente oposição ao ministério do Evangelho.[13]

Ele acusou o supralapsarianismo de tornar Deus um pecador,[14] e concluiu que esta doutrina da predestinação tinha sido rejeitada, tanto agora quanto anteriormente, pela vasta maioria dos cristãos.[15]

Não foi apenas o temido Arminius que se opôs ao supralapsarianismo. O editor da *International Standard Bible Encyclopedia* original, James Orr (1844-1913), tinha sua própria opinião:

> Uma doutrina deste tipo, que nos manda pensar em seres ainda não concebidos como criados (por essa razão somente *possíveis*) – para não dizer como pecadores – reservados para a bem-aventurança ou miséria eterna, e da queda e redenção como simplesmente meios para efetuar esse propósito, é uma que nenhum pretexto de consistência lógica jamais fará a mente humana aceitar, e que com certeza irá provocar revolta contra todo o sistema ao qual ele está associado.[16]

O Rei Tiago da Inglaterra, que mandou delegados ao Sínodo de Dort, apesar disso confessou abertamente contra este sistema:

> Esta doutrina é tão horrível, que eu estou persuadido que, se houvesse um concílio de espíritos imundos reunidos no inferno, e seu príncipe o diabo fosse colocar a questão a todos eles em geral, ou a cada um em particular, para aprender sua opinião sobre o meio mais provável de incitar o ódio dos homens contra Deus seu Criador; nada poderia ser inventado por eles que seria mais eficaz para este propósito, ou que poderia colocar uma afronta maior sobre o amor de Deus pela humanidade, do que esse infame decreto do recente Sínodo, e a decisão dessa detestável fórmula, pela qual a imensa maioria do raça humana é condenada ao inferno por nenhuma outra razão *senão a mera vontade de Deus, sem qualquer consideração pelo pecado*; a necessidade de pecar, assim como a de ser condenado, estando fixado sobre eles por esse grande prego do decreto previamente mencionado.[17]

Mas como em breve veremos, são os próprios calvinistas que condenam esta doutrina.

Visto que os adeptos do supralapsarianismo são a minoria, e a doutrina parece um tanto extremada, freqüentemente se refere a ela como hiper-Calvinismo por aqueles calvinistas que querem desviar a atenção do que eles realmente crêem e por meio disso fazer sua forma de Calvinismo parecer bíblica. Boettner é típico: “Hoje em dia é provavelmente seguro dizer que não mais do

que um em cem calvinistas afirma o ponto de vista do supralapsarianismo. Somos calvinistas vigorosos o suficiente, mas não 'calvinistas ao extremo.' Por 'calvinista ao extremo' queremos dizer alguém que afirma o ponto de vista supralapsário."[18] O jeito mais fácil de finalizar este desvio é opor o Arminianismo contra o hiper-Calvinismo e então tomar o Calvinismo comum como uma posição moderada. Isto faz o Calvinismo parecer ortodoxo. Assim, em 1990, Talbot e Crampton publicaram um livro chamado *Calvinismo, Hyper-Calvinism and Arminianism*, no qual eles atacam o que são denominados pontos de vistas extremados para que eles possam se acomodar confortavelmente no meio, esperando que ninguém note a diferença. Mas como sucintamente mencionado no capítulo um, o termo hiper-Calvinismo é altamente ambíguo e diz respeito à *prática* e não à *profissão* de alguém. A maioria dos calvinistas não somente não se preocupa com ataques ao hiper-Calvinismo, eles próprios os fazem. Eles usam o termo para fazerem-se parecer ortodoxo da mesma forma que eles usam o rótulo *arminiano*.

O sistema do supralapsarianismo não é o hiper-Calvinismo e nem vai além dos ensinos de João Calvino. Apesar da esmagadora evidência ao contrário, alguns têm afirmado que Beza e outros distorceram o "Calvinismo de Calvino" ao promover o ponto de vista supralapsário.[19] Custance alega que Calvino começou "supra" mas enfraqueceu sua posição anos depois.[20] Ele chama Beza o "mais ultra-calvinista da época."[21] Best insiste que "Calvino podia ser classificado como nem infralapsário nem supralapsário. Ele tendeu mais para o infralapsarianismo."[22] Schaff afirma que Calvino "levou a doutrina dos decretos divinos além do infralapsarianismo agostiniano" para "a própria beira do supralapsarianismo."[23] Alguns mantêm que Calvino nunca afirmou esta crença,[24] enquanto outros que Calvino não se expressou claramente ou consistentemente sobre esta questão.[25] Enquanto a consistência não era um dos maiores atributos de Calvino, tampouco ela deve ser encontrada na maioria dos outros calvinistas. A maioria dos calvinistas, incluindo A. A. Hodge e Berkhof, que discordam de Calvino neste ponto, assim como os não-calvinistas, reconhecem que Calvino afirmou a posição "supra."[26] A única razão para haver alguma dúvida é, como a Expiação Limitada, que a questão não tinha alcançado tal proeminência na época de Calvino que ela exigia seu próprio vocabulário para entendê-la. Um fator na determinação da posição de Calvino é, como afirmado pelo teólogo reformado holandês, Klass Dijk (1885-1968), que "a apresentação supra é a da Reforma."[27] Lutero, Zwínglio e Bucer sendo os principais exemplos, e Bullinger e Melanchthon os discordantes. Por isso, o supralapsarianismo é a posição *original* do Calvinismo.

A melhor e a única honesta maneira de ver exatamente o que Calvino acreditava sobre a predestinação é ir diretamente aos seus escritos. "Calvino," somos informados pelo ex-professor do Calvin Theological Seminary Fred Klooster, "não inventou a doutrina da predestinação, nem foi ele o primeiro a ensiná-la claramente. Entretanto, o nome de Calvino se tornou

inseparavelmente ligado a esta doutrina, provavelmente porque ele, mais do que qualquer outra pessoa, foi chamado a defender a predestinação contra todo tipo de oposição."[28] Então, como mencionado previamente, embora Calvino não foi o criador desse sistema teológico que enfatiza a predestinação, conhecido comumente como Calvinismo, ele obviamente teve tão forte ligação com ele que seu nome está inseparavelmente ligado a ele.

Embora Klooster afirma que Calvino "não se ocupou com raciocínio especulativo, insípido, teórico ao discutir a predestinação,"[29] a predestinação de Calvino tem sido convenientemente descrita como: absoluta, particular, dupla.[30] Esta designação é verdadeira, e agora veremos direto da pena de Calvino exatamente o que ele acreditava sobre a predestinação conforme está registrado em suas *Institutas*:

> Chamamos predestinação o eterno decreto de Deus pelo qual houve por bem determinar o que acerca de cada homem quis que acontecesse. Pois ele não quis criar a todos em igual condição; ao contrário, preordenou a uns a vida eterna; a outros, a condenação eterna. Portanto, como cada um foi criado para um ou outro desses dois destinos, assim dizemos que um foi predestinado ou para a vida, ou para a morte.[31]

> Portanto, estamos afirmando o que a Escritura mostra claramente: que designou de uma vez para sempre, em seu eterno e imutável desígnio, àqueles que ele quer que se salvem, e também àqueles que quer que se percam. Este desígnio, no que respeita aos eleitos, afirmamos haver-se fundado em sua graciosa misericórdia, sem qualquer consideração da dignidade humana; aqueles, porém, aos quais destina à condenação, a estes de fato por seu justo e irrepreensível juízo, ainda que incompreensível, lhes embarga o acesso à vida.[32]

Klooster afirma que "quase tudo que Calvino ensinou a respeito da predestinação está incluído nestes dois resumos."[33] Ele sustenta que "a doutrina da predestinação de Calvino é sua tentativa de fielmente ecoar o que ele ouviu das Escrituras."[34]

Excetuando estas "duas compreensivas definições,"[35] talvez a declaração mais vergonhosa que Calvino já emitiu foi seu *decretum horribile*:

> De novo, pergunto: Donde vem que tanta gente, juntamente com seus filhos infantes, a queda de Adão lançasse, sem remédio, à morte eterna, a não ser porque a Deus assim pareceu bem? Aqui importa que suas línguas emudeçam, de outro modo tão loquazes. Certamente confesso ser esse um decreto espantoso. Entretanto, ninguém poderá negar que Deus já sabia qual fim o homem haveria de ter, antes que o criasse, e que ele sabia de antemão porque assim ordenara por seu decreto.[36]

É sobre esta palavra *horrível* que o escritor de hinos Charles Wesley baseou alguns de seus versos contra o Calvinismo:

> Ó Decreto Horrível,
> Digno do lugar de onde veio!
> Perdoe a blasfêmia infernal
> Que lançam sobre o Cordeiro![37]
> Deus, sempre clemente e justo,
> Encheu o Inferno de bebês recém-nascidos;
> Para tormentos eternos os empurra para baixo;
> Somente para mostrar Sua vontade soberana.
> Este é aquele *Decreto Horrível*!
> Esta é aquela sabedoria de baixo!
> Deus (Ó, abomine a Blasfêmia!)
> Tem prazer na morte do pecador.[38]

Agora, é verdadeiro, como Clark explica, que "em latim *horrível* não significa horrível. Significa 'o que inspira reverência,'"[39] mas, apesar disso, o pensamento é horrível.

Para concretizar os resultados de seu sistema da predestinação, Calvino necessariamente cria que Deus diretamente ordenou a queda de Adão:

> Eu desembaraçadamente reconheço que minha doutrina é esta: que Adão caiu, não apenas pela permissão de Deus, mas por Seu próprio conselho e decreto secretos; e que Adão arrastou toda a sua posteridade consigo, por sua queda, em eterna destruição.[40]

> Eu, ao mesmo tempo, testifico como minha solene confissão que o que quer que aconteceu a, ou sobreveio a Adão foi assim ordenado por Deus.[41]

Não precisa dizer que Calvino também cria que todas as coisas foram preordenadas pelo eterno e soberano decreto de Deus:

> Deus certamente decretou desde o princípio tudo que sobreviria à raça do homem.[42]

> Minha doutrina é que a vontade de Deus é a causa primeira e suprema de todas as coisas.[43]

> Ele sabia de antemão porque assim ordenara por seu decreto.[44]

> Mas, por que diremos que o permite, senão porque assim o quer?[45]

> Nada acontece senão o que ele, consciente e deliberadamente, o tenha decretado.[46]

No final de sua obra sobre a predestinação, Calvino até mesmo afirma: "Ninguém jamais tentará contestar a doutrina que eu tenho demonstrado neste livro, senão aquele que possa imaginar-se ser mais sábio do que o Espírito de Deus."[47] Calvino muito bem merece ter o sistema TULIP nomeado em sua honra.

Após Calvino, Beza firmemente sustentou esta forma rígida do Calvinismo:

> Não é satisfatório identificar a *massa* como a raça humana já caída e corrupta, pois Paulo aqui busca causas anteriores e concentra-se na misericórdia e justiça de Deus e a manifestação da glória divina em um decreto justo.[48]

> O ponto é que Deus decreta por seu direito e conforme a sua vontade apenas. Quão grande insulto a Deus seria se concebêssemos seu decreto baseando-se sobre o resultado de atividade humana, ou formar uma hipótese de um segundo decreto divino, um decreto reativo, subseqüente à corrupção da criatura.[49]

Em seguida, descobrimos dois oponentes de Arminius continuando a tradição supralapsariana: o professor de Cambridge William Perkins e o professor de Leiden Franciscus Gomarus.[50] A influência de Gomarus, entretanto, não foi suficiente para convencer o Sínodo de Dort a decidir em favor da posição "supra."[51] William Twisse, o moderador da Assembléia de Westminster, igualmente fracassou em incorporar na Confissão de Westminster suas concepções supralapsarianas.[52] Berkhof até mesmo diz que ele desenvolveu a predestinação a "uma forma supralapsária um tanto extremada."[53] O batista particular John Gill também aderiu à concepção "supra," mas buscou incorporar elementos do que é agora conhecido como infralapsarianismo para evitar que Deus seja o autor do pecado. Sobre os dois sistemas, Gill admitiu:

> Creio que ambos podem estar incluídos, que no decreto do fim, o fim último, a glória de Deus, do qual ele faz todas as coisas, os homens podem ser considerados na mente divina como capazes de ser criados, mas ainda não criados e caídos, e que no decreto dos meios, que, entre outras coisas, inclui a mediação de Cristo, a redenção por ele e a santificação do Espírito, eles podem ser considerados como criados, caídos e pecadores, o que estas coisas sugerem.[54]

Embora não muitos batistas têm se identificado com esta doutrina, há um batista na história que ousadamente proclama seu supralapsarianismo:

> Este escritor firmemente (após um prolongado estudo) assume a posição supralapsária, embora ele está bem ciente de que poucos na verdade estarão dispostos a segui-lo.[55]
> Eu sou um vigoroso supralapsário, e em meu humilde julgamento, qualquer um que não está firmemente seguro com certeza irá se perder em seu subseqüente pensamento e postulados.[56]

Esta pessoa, obviamente, é Arthur W. Pink, de quem um de seus biógrafos corretamente disse que "foi responsável por muitos pastores se transformarem em calvinistas."[57] Publicado em 1918, a primeira edição de 2000 cópias de seu livro *The Sovereignty of God* foi compreensivelmente difícil de vender.[58] Desta obra, Arno Gaebelein (1861-1945) observou:

> O Sr. Pink era um contribuidor para a nossa revista. Seus artigos sobre *Gleanings on Genesis* são bons, e os imprimimos no formato de livro. Mas quando ele começou a ensinar sua doutrinas assustadoras que trasformavam o Deus de Amor em um monstro rompemos a sociedade com ele. O livro que você leu é totalmente anti-bíblico. Ele beira à blasfêmia. Ele apresenta Deus como um Ser de injustiça e difama Seu caráter santo. O livro nega que nosso bendito Senhor morreu pelos ímpios. De acordo com as perversões de Pink, Ele morreu apenas pelos eleitos. Você não é o único que foi levado para a escuridão por este livro. Quem quer que seja o editor, e quem quer que esteja por trás da circulação dessa coisa monstruosa tem uma grave responsabilidade. É exatamente este tipo de ensino que transforma pessoas em ateístas.[59]

Imagina-se que Pink começou como um infralapsário e então passou para a posição do supralapsarianismo.[60] Isto poderia ser deduzido de uma passagem no livro de Pink, *The Sovereignty of God*: "O decreto de Deus da Reprovação contemplou a raça de Adão como caída, pecadora, corrupta, culpada."[61] Entretanto, Pink, como todos os calvinistas, algumas vezes se contradiz:

> Deus teve uma razão definida *por que* criou os homens, um propósito específico por que criou este e aquele indivíduo, e em virtude da destinação eterna de Suas criaturas, Ele propôs que um passaria a eternidade no Céu e o outro passaria a eternidade no Lago de Fogo.[62]
>
> Se houve alguns dos descendentes de Adão a quem Ele propôs não dar fé, deve ser porque Ele ordenou que *eles* fossem condenados.[63]
>
> Se, por conseguinte, Deus preordenou *tudo quanto* acontece, então Ele deve ter decretado que um grande número de seres humanos passaria deste mundo sem ser salvo para sofrer eternamente no Lago de Fogo. Admitindo a premissa geral, a conclusão não é inevitável?[64]

Como foi mencionado no capítulo 1, porque as opiniões de Pink foram julgadas tão radicais, a edição de 1961 da The Banner of Truth Trust de *The Sovereignty of God* eliminou o capítulo sobre a reprovação, alegando que sua edição mais precisamente apresentava o "pensamento maduro de Pink."[65]

Os provedores da forma supralapsária do Calvinismo são o povo reformado holandês. Nenhum dos teólogos presbiterianos importantes (Hodge, Dabney, Shedd) defendia esta posição. Entretanto, entre os holandeses não há acordo unânime. Kuyper, Vos e Van Til mantinham o supralapsarianismo,[66] enquanto Berkhof e Bavinck buscavam sintetizar os ideais "supra" e "infra."[67] Um conflito entre os lados oponentes do debate culminou no Sínodo de Utrecht em 1905, que concluiu: "Que nossas Confissões, certamente com respeito à doutrina da eleição, seguem a apresentação infralapsária," mas que "isto de forma alguma significa uma exclusão ou condenação da apresentação supralapsária."[68] A tradição da "apresentação supralapsária" sobrevive hoje quase exclusivamente na Igreja Reformada Protestante, uma cisão da Igreja Reformada Cristã. Seu principal teólogo é Herman Hoeksema, que ousadamente afirmou: "Nós portanto nos colocamos sem reserva no ponto de vista do supralapsarianismo, e sustentamos que esta é a apresentação bíblica e a única consistente do decreto da predestinação de Deus."[69] A coisa curiosa sobre esta doutrina é sua insistência que Deus decretou a eleição e a reprovação dos homens *antes* de sua criação. Por esta razão o teólogo reformado Otto Ritschl (1860-1944) mais corretamente o denominou "supracriacionismo."[70] Mas o debate diz respeito à Queda, não à criação do homem. Isto torna o supralapsarianismo duplamente sujeito à crítica. O fato que os reprovados são condenados por seus pecados é apenas uma intenção adicional, pois de acordo com este sistema, Deus decretou a condenação dos homens e os criou explicitamente para esse propósito. A criação, a Queda e o pecado foram apenas meios para a concretização da vontade soberana de Deus.

Para evitar tornar Deus o autor do pecado e outras abomináveis implicações do "decreto horrível" de Calvino, o sistema original tem sido modificado numa tentativa de torná-lo agradável. Este esquema híbrido é conhecido como infralapsarianismo. Como mencionado anteriormente, os decretos da eleição e reprovação neste sistema são abaixo (*infra*) da Queda (*lapsus*), significando depois dela. Este coloca a ordem dos decretos como segue:

1. Criação
2. Queda
3. Eleição e reprovação
4. Expiação para os eleitos
5. Salvação para os eleitos

Nenhum dos decretos modificou, somente a *suposta* ordem é diferente. É como se alguém dissesse à Sra. Lincoln: "Com exceção *disso*, o que achou da peça?" Mas, apesar de sua localização, o decreto da eleição é o mesmo em ambos os sistemas; é o decreto da reprovação que perturba os infralapsários.

A maneira que os supralapsários falam do decreto da reprovação é preocupante aos infralapsários. Eles (os "infra") preferem falar da reprovação como um decreto *negativo* ou *permissivo* e objetam quando falam dele em termos de um decreto *positivo*.[71] Isto é compreensível, visto que os aspectos positivos da reprovação são um tanto nefastos. Embora Gill preferia o termo *rejeição* "porque a outra palavra *reprovação*, pelas idéias errôneas e assustadoras que a ela são adicionadas, carrega nela, com muitos, um som áspero e desagradável,"[72] ele fundamentava a condenação dos rejeitados no beneplácito da vontade de Deus: "A causa motriz ou motivadora de Deus fazer tal decreto, pelo qual ele rejeitou alguns da raça de Adão de seu favor, não é o pecado, mas o beneplácito de sua vontade."[73] Calvino igualmente baseou a condenação dos reprovados em Deus mesmo:

> Portanto, aqueles a quem criou para vileza de vida e ruína de morte, a fim de que venham a ser instrumentos de sua ira e exemplos de sua severidade, para que atinjam a seu fim, ora os priva da faculdade de ouvir sua palavra, ora mais os cega e os endurece por meio de sua pregação.[74]
>
> Mui longe está de admissível, pois, transferir a preparação para a perdição a outro fator fora do conselho secreto de Deus.[75]

O teólogo reformado protestante David Engelsma continua o legado de Calvino conforme se vê por sua concepção positiva, supralapsária, da reprovação:

> A Escritura ensina que a reprovação é o decreto soberano, incondicional, de Deus para condenar alguns pecadores. Esta é a implicação inevitável da doutrina bíblica que Deus incondicionalmente escolheu alguns homens, não todos, para a vida eterna.[76]
>
> A reprovação afirma que Deus eternamente odeia alguns homens, imutavelmente decretou sua condenação, e determinou negar-lhes Cristo, graça, fé e salvação.[77]

Não é de se estranhar que Boettner lamenta a propensão dos arminianos em concentrar-se na reprovação "como se fosse a soma e substância do Calvinismo."[78] Dessa forma, não é nenhuma surpresa que John Wesley foi muito sincero em se opor a este sistema:

> Cante, Ó inferno, e regozijeis, vós que estais debaixo da terra! Pois Deus, o próprio Deus todo-poderoso, tem falado, e condenado à morte milhares de almas, do nascer ao pôr do sol! Aqui, Ó morte, o seu aguilhão! Eles não fugirão nem podem fugir; pois a boca do Senhor tem falado. Aqui, Ó sepultura, sua vitória. Nações ainda não nascidas, antes de terem feito bem ou mal estão destinadas a nunca ver a luz da vida, mas tu irás consumi-las para todo sempre! Deixais todas as estrelas da manhã cantarem juntas, que caíram com Lúcifer, filho da manhã! Deixais todos os filhos do inferno exultarem de alegria! Pois o decreto já foi feito, e quem poderá anulá-lo?**[79]**

Apesar de suas visíveis diferenças, ambos os grupos estão unidos em seu reconhecimento da reprovação, como visto pelas palavras do supralapsário Homer Hoeksema e do infralapsário Loraine Boettner:

> A verdade da eleição e da reprovação ficam em pé ou caem juntas. Negar a eleição é negar a reprovação. Negar a reprovação é negar a eleição. Crer na eleição é crer na reprovação. Crer na reprovação é crer na eleição.**[80]**

> Aqueles que sustentam a doutrina da Eleição mas negam a da Reprovação podem reivindicar pouca consistência. Afirmar a primeira e negar a segunda torna o decreto da predestinação um decreto ilógico e assimétrico.**[81]**

Assim, ainda que ambos os grupos crêem na "dupla predestinação," eles abordam o assunto diferentemente. Como Sproul observa: "A questão então não é *se* a predestinação é dupla, mas *como* ela é dupla."**[82]** A concepção de que a eleição e a reprovação são simétricas é algumas vezes chamada de "final igual." Sproul é rápido para nos contar que "embora o Calvinismo certamente adere a um tipo de dupla predestinação, isto não envolve final igual."**[83]** Ele considera esta doutrina "sub-Calvinismo" ou "anti-Calvinismo."**[84]** Mas, para confundir as coisas, Best mantém que os infralapsários "não admitem a dupla predestinação," é somente os supralapsários que "crêem na dupla predestinação."**[85]** Agora, o que Best quer dizer por dupla predestinação é a doutrina do final igual. Assim, ao distinguir um calvinista de outro, é importante entender como eles definem seus termos.

Para desviar a atenção do decreto *positivo* da reprovação, os adeptos da apresentação "infra" se unem aos arminianos no ataque ao sistema "supra." Boettner, copiando Warfield,**[86]** sustenta que "o supralapsarianismo vai até o extremo de um lado, como faz o universalismo do outro. Somente o esquema infralapsário é em si consistente com outros fatos."**[87]** Shedd observa que "a ordem supralapsária está sujeita à acusação de que 'Deus cria alguns homens a fim de condená-los,' porque a criação resulta da reprovação. A ordem infralapsária não está sujeita a esta acusação."**[88]** Spurgeon insiste que "é uma

doutrina que nós detestamos tanto quanto os próprios arminianos."[89] Sproul tenta chocar seus leitores com um apelo emocional: "Alguns argumentam que Deus primeiro predestinou algumas pessoas à salvação e outras à condenação, e então decretou a Queda para ter certeza de que algumas pessoas iriam perecer. Algumas vezes esta visão pervertida é atribuída mesmo a calvinistas. Esta idéia era repugnante a Calvino."[90]

A maneira que os infralapsários tornam a reprovação agradável é dividi-la em duas partes. A primeira parte é tornada incondicional como a eleição, e é geralmente chamada "preterição," do latim *praeter*, "por," e *ire*, "ir," significando "passar por." A segunda parte é então tornada condicional, e consiste de Deus condenar os homens por seu pecado em que eles ainda estão por causa de serem ignorados. Girardeau e Cunningham explica em detalhes a partir da perspectiva calvinista:

> Temos visto que o ensino da Escritura é, que como resultado de sua mera misericórdia, e conforme o beneplácito de sua vontade soberana, ele decretou salvar alguns da massa caída e pecadora que foram assim contemplados como justamente condenados. Esta é a Eleição. O restante, conseqüentemente, não foi eleito para ser salvo, mas foi ignorado e ordenado continuar sob a justa condenação. Esta é a Reprovação. Há dois elementos que a envolve: o primeiro, um ato soberano de Deus, pelo qual eles foram em seu propósito ignorados e deixados na condição em que eles foram considerados como colocando-se a si mesmos. Isto é chamado Preterição. Em segundo lugar, há um ato judicial de Deus, pelo qual eles foram em seu propósito ordenados a continuar sob a sentença da lei violada e sofrer punição por seu pecado. Isto é chamado Condenação.[91]

> Ao afirmar e discutir a questão com respeito à reprovação, os calvinistas são cuidadosos ao distinguir entre os dois diferentes atos anteriormente referidos, decretados ou determinados por Deus desde a eternidade, e executados por ele no tempo, – um negativo e o outro positivo, – um soberano e o outro judicial. O primeiro, que eles chamam não-eleição, preterição, ou passar por, é simplesmente decretar deixar – e, em conseqüência, deixando – os homens em seu estado natural de pecado: negar-lhes, ou se abster de lhes conferir aquelas influências especiais, sobrenaturais, graciosas, que são necessárias para capacitá-los a se arrepender e crer, de forma que o resultado é que eles continuam em seu pecado, com a culpa de sua transgressão sob o seu cabeça. O segundo – ato judicial positivo, – é mais propriamente aquilo que é chamado, em nossa Confissão, "preordenar à morte eterna," e "ordená-los para a desonra e ira *por causa dos seus pecados*."[92]

> Os Cânones de Dort igualmente expressam esta distinção:

> A Escritura Sagrada mostra e recomenda a nós esta graça eterna e imerecida sobre nossa eleição, especialmente quando, além disso, testifica que nem todos os homens são eleitos, mas que alguns não o são, ou seja, são passados na eleição eterna de Deus. De acordo com seu soberano, justo, irrepreensível e imutável bom propósito, Deus decidiu deixá-los na miséria comum em que se lançaram por sua própria culpa, nao lhes concedendo a fé salvadora e a graça de conversão. Para mostrar sua justiça, decidiu deixá-los em seus próprios caminhos e debaixo do seu justo julgamento, e finalmente condená-los e puni-los eternamente, não apenas por causa de sua incredulidade, mas também por todos os seus pecados, para mostrar sua justiça. Este é o decreto da reprovação qual não torna Deus o autor do pecado (tal pensamento é blasfêmia!), mas O declara o temível, irrepreensível e justo Juiz e Vingador do pecado.**[93]**

Esta decreto dividido é também encontrado no Capítulo III da Confissão de Fé de Westminster:

> III. Pelo decreto de Deus e para manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna e outros preordenados para a morte eterna.
>
> VII. Segundo o inescrutável conselho da sua própria vontade, pela qual ele concede ou recusa misericórdia, como lhe apraz, para a glória do seu soberano poder sobre as suas criaturas, o resto dos homens, para louvor da sua gloriosa justiça, foi Deus servido não contemplar e ordená-los para a desonra e ira por causa dos seus pecados.

Pode-se perceber que sem o último artigo uma interpretação supralapsária seria necessária.

Para contribuir com a discórdia entre os calvinistas e confundir as coisas ainda mais, há uma outra escola de pensamento a ser examinada, a do sublapsarianismo. O prefixo *sub* pode ser reconhecido imediatamente a partir de seu uso extensivo no português: submarino, submergir, subempreiteiro, etc. Por essa razão, tanto o *infra* quanto o *sub* significam a mesma coisa: "abaixo" ou "depois." Por causa disto, quando Gill ou Girardeau ou Dabney menciona o sublapsarianismo eles estão se referindo ao que é mais comumente conhecido como infralapsarianismo. Calvinistas de cinco pontos também reconhecem dois sistemas sustentáveis: supralapsarianismo e infralapsarianismo ou sublapsarianismo. Mas esses calvinistas que rejeitam a Expiação Limitada têm acrescentado um terceiro para acomodar seu ponto de vista. Eles propõem a seguinte ordem:

1. Criação
2. Queda

3. Expiação para todos
4. Eleição e Reprovação
5. Salvação para os eleitos

Assim, neste sistema, não apenas os decretos da eleição e da reprovação são *depois* da Queda, eles também são *depois* da Expiação. Este esquema é também conhecido como "redenção hipotética," e foi a posição de Moyse Amyraut, o primeiro calvinista de quatro pontos.**[94]** O que agora é chamado sublapsarianismo é a concepção de todos os calvinistas de quatro pontos. Como será apontado no próximo capítulo, o debate sobre a Expiação é insignificante, visto que, de qualquer maneira, somente os eleitos serão salvos. Assim como seus primos "infra", os sublapsários buscam contornar as implicações irracionais de uma visão positiva da reprovação que é paralelo à eleição.

Berkhof afirma que "somente a teologia reformada faz completa justiça à doutrina dos decretos."**[95]** Mas, mais uma vez, a Escritura diz destes decretos: "Ai dos que decretam leis injustas, e dos escrivães que prescrevem opressão" (Is 10.1). A natureza contraditória e confusa dos decretos de Deus como apresentados pelos teólogos reformados torna impossível qualquer possibilidade de Deus ser a fonte deles. Deus "não pode negar-se a si mesmo" (2Tm 2.13), e nem ele é "Deus de confusão" (1Co 14.33).

Há diversos problemas com estas teorias calvinistas quanto à relação do pecado e da Queda com a eleição e a reprovação. Obviamente, o supralapsarianismo torna Deus o autor do pecado e diretamente responsável pela condenação de bilhões de almas. Mas as outras duas hipóteses igualmente merecem desprezo. Se os decretos de Deus são somente um decreto, então, como Dabney explica: "O decreto de Deus não tem sucessão, e para Ele nenhuma ordem sucessiva de partes, porque é uma unidade que ocorre ao mesmo tempo, compreendido no todo, por uma percepção infinita."**[96]** Por essa razão, não pode haver separação da predestinação em eleição e reprovação ou qualquer divisão da reprovação em preterição e condenação. Supõe-se também que este único decreto é eterno. Dessa forma, não pode haver diferença entre os sistemas lapsários porque, como Berkouwer afirma: "Não podemos falar de antes e depois nos decretos eternos de Deus como fazemos no tempo, por essa razão a diferença entre supra e infra pode ser chamada imaginária porque envolve a aplicação de uma ordem temporal à eternidade."**[97]** Deve também ser lembrado que dizem que este único decreto eterno é de extensão todo-abrangente. Conseqüentemente, como Chafer admite: "Há um plano compreensivo no qual todas as coisas têm sua existência e pelo qual elas procedem. Com Deus há um único decreto imutável contendo em si mesmo todo detalhe, até a queda de um pardal."**[98]** Por conseguinte, tudo que acontece, incluindo necessariamente o pecado, a Queda e a condenação final de certos homens, é de acordo com o beneplácio e propósito soberano de Deus. Acerca da Queda em particular, se Deus decretou a reprovação depois da Queda que ele igualmente ordenou, então, como Berkouwer observa: "A queda deve finalmente

ter sido parte do conselho de Deus e portanto ele 'descansa' no soberano prazer de Deus. Mas nesse caso a concepção infra diz o mesmo que a supra."[99]

Se houve uma diferença entre as três escolas lapsárias de pensamento quando o assunto é reprovação ninguém poderá dizer. Boettner, o "infra", lamenta: "É difícil imaginar que muitos dos que estão bem à nossa volta (em alguns casos nossos amigos íntimos e parentes) estão provavelmente preordenados à punição eterna."[100] Chafer, o calvinista de quatro pontos, comenta sobre a origem do pecado: "A abordagem arminiana para a solução deste problema não atribui a Deus nenhuma relação com a entrada do pecado no universo senão que Ele previu que ele aconteceria. Esta concepção é totalmente inadequada, visto que o pré-conhecimento da parte de Deus carrega com ele, necessariamente, toda a força de um propósito soberano. Uma coisa não pode ser pré-conhecida que não seja certa, e nada é certo até que o decreto soberano de Deus o torna assim."[101] E, como agora veremos, todos os três grupos até usam as mesmíssimas escrituras para confirmar a reprovação! Pode-se perceber agora porque tanto tempo foi gasto sobre a natureza toda-abrangente do suposto decreto eterno de Deus. Se Deus pré-ordenou *tudo* para sua glória, então a reprovação dos ímpios é seu "determinado conselho" (At 2.23) e acontece "segundo o conselho da sua vontade" (Ef 1.11) não importa a qual sistema lapsário alguém adere.

Especificamente a respeito da divisão em duas partes do decreto da reprovação, para ser consistente, os teólogos deviam, como Dabney observa: "Empregue uma análise similar ao decreto da eleição, e divida-o em uma seleção e uma pré-justificação. Dessa forma teríamos a doutrina da uma justificação eterna, que eles propriamente rejeitam como errônea. Por essa razão, a distinção deve ser consistentemente abandonada na explicação da predestinação negativa de Deus."[102] Assim, Dabney está pelo menos parcialmente correto ao fazer a reprovação "uma simples preterição."[103] Entretanto, há dois outros problemas. Se Deus escolheu os "eleitos" ele conseqüentemente não escolheu os "reprovados." Portanto, não há tal coisa como uma reprovação negativa – uma preterição. Alguém não pode escolher algo sem passar por outros; os "eleitos" não podem ser escolhidos da massa caída da humanidade sem automaticamente passar pelos "reprovados." Passar por alguém que não é criado é uma impossibilidade. A única forma que a reprovação pode ser um decreto separado é com um homem ainda por ser criado que pode, ou ser criado como "eleito" ou "reprovado." É a Queda que é o verdadeiro "decreto da reprovação." Mas a queda de Adão causou a reprovação de todos os homens, não apenas de uma certa classe: "Porque, assim como todos morrem em Adão, assim também todos serão vivificados em Cristo" (1Co 15.22). Assim, em um sentido, todos os homens estão predestinados à morte eterna, mas não incondicionalmente, pois o Senhor Jesus Cristo proporcionou uma saída: "Na verdade, na verdade vos digo que quem ouve a minha palavra, e crê naquele que me enviou, tem a vida eterna, e não entrará em condenação, mas passou da morte para a vida" (Jo 5.24).

Quando de frente com as insuperáveis dificuldades para explicar as fatais contradições inerentes em seus sistemas lapsários, o calvinista se refugia na misericórdia e graça soberana de Deus. Berkouwer relata que "não é portanto a questão mais importante se Deus na predestinação aceitou o homem como já criado e caído ou como ainda-não-criado e por isso antes da queda, mas a coisa mais importante é que a salvação do homem seja vista à luz da misericórdia de Deus."**[104]** Pink nos informa que "A resposta contra todas as maldosas acusações de que a doutrina da predestinação é cruel, horrível e injusta é a seguinte: *se* Deus não tivesse escolhido alguns para a salvação, *ninguém* seria salvo."**[105]** A máxima mais freqüentemente citada é a de Warfield: "A maravilha das maravilhas não é que Deus, em seu infinito amor, não elegeu para salvação todos desta raça culpada, mas que ele elegeu alguns."**[106]**

Estas afirmações sentimentais são negadas, entretanto, quando é lembrado o que os calvinistas realmente crêem sobre o decreto de Deus. Elas também são construídas sobre uma falsa premissa, a da Depravação Total. Não é nenhuma gratidão à graça e misericórdia de Deus se ele soberanamente elege um pecador totalmente depravado de um grupo que ele primeiro conferiu a Incapacidade Total. A doutrina da Eleição Incondicional *exige* a doutrina da Depravação Total para sua execução. Entretanto, supondo que Deus *não* preordenou tudo e *realmente* permitiu a Queda e *de fato* proporcionou uma expiação universal, a "eleição soberana" magnificaria a graça de Deus se ninguém pudesse ser salvo sem ela? A verdadeira questão é se Deus seria justo em passar pelo resto (preterição). De acordo com a Bíblia – ele não seria. O Deus do calvinista é como o sacerdote e o levita que "passaram de largo" pelo homem "meio morto" na parábola do bom samaritano (Lc 10.31-32). E pior ainda, Deus também seria como os salteadores que "o despojaram, e espancando-o, se retiraram, deixando-o meio morto"(Lc 10.30). Dizer que, porque Deus voltou e "moveu-se de íntima compaixão, e, aproximando-se, atou-lhe as feridas" (Lc 10.33-34), ele devia ser louvado por sua graça e misericórdia é absurdo. Sobre o samaritano que "aproximou-se" (Lc 10.34), o Senhor ordenou: "Vai, e faze da mesma maneira" (Lc 10.37). Certamente o Senhor pratica o que recomenda.

Supõe-se que o decreto eterno e soberano da eleição provoca humildade. Baker nos recorda que "ninguém jamais devia ser tão presunçoso a ponto de tomar por certa sua eleição."**[107]** Palmer piedosamente afirma: "Esta, então, é a humildade religiosa do calvinista. Ele confessa: Eu não sei. Não posso entender tudo, mas visto que está na Bíblia que Deus é cem por cento soberano e todavia que eu sou responsável, eu creio."**[108]** Assim, ainda que o calvinista não entenda a eleição e não saiba com certeza se ele é eleito, visto que ele não pode presunçosamente tomá-la por certo, ele ainda audaciosamente alega que ele e os membros de sua família são parte dos "eleitos." Na realidade, a Eleição Incondicional leva ao que está resumido neste antigo hino batista particular:

Somos os poucos eleitos de Deus,
Que o restante seja condenado;
Há espaço suficiente no inferno para vocês,
Não queremos ter o céu abarrotado![109]

A tentativa de explorar a mente de Deus *à parte* do que ele revelou na Bíblia é obra de teólogos "ortodoxos mortos" que transmitem suas especulações filosóficas e implicações teológicas de uma geração a outra. Seja a rota presbiteriana de Calvino a Hodge até Warfield, a rota reformada de Calvino a Kuyper até Berkhof, ou a rota batista de Calvino a Gill até Spurgeon, toda a suposição sobre a natureza, ordem e extensão dos decretos de Deus é justamente essa. Embora fortemente discordando entre si, os teólogos nunca deixam de elogiar e exaltar uns aos outros enquanto minimiza suas deficiências. Já vimos o enaltecimento feito sobre Agostinho. Calvino igualmente, embora um tanto merecidamente, foi muito elogiado. Dizem sem reservas a respeito de Clark que ele "permaneceu na tradição de Agostinho e Calvino por muitos anos."[110] Mas qualquer um que conheceu alguma coisa sobre as heresias de Agostinho ou os erros de Calvino rechaçaria tal designação. A associação comum é justamente com Calvino, como se supusesse significar alguém como sendo um grande teólogo. Berkouwer, afirma-se, "encontra-se na linha do grande reformador João Calvino."[111] Van Til afirmou que John Murray foi "o maior estudioso existente de Calvino."[112] Boettner insistiu que Warfield foi "o excelente teólogo desde João Calvino."[113] Mas o nome de Calvino não é nem mesmo necessário em alguns casos. Assim, depois da morte de Warfield, somos informados que "o manto do Dr. Warfield, o mais distinto expositor e defensor do Calvinismo da última geração, parece ter caído sobre os ombros do Dr. Boettner."[114] Caspar Hodge (1870-1937) classificou Machen em sua morte como "o maior teólogo no mundo de língua inglesa."[115] Ele também considerou Warfield como excedendo tanto o primeiro professor em Princeton, Archibald Alexander (1772-1851), como seu mais famoso professor, Charles Hodge, "em erudição."[116] Clark referiu ao primeiro Hodge de Princeton, Charles, como "o maior teólogo da América."[117] Francis Patton (1843-1932), ex-presidente de Princeton, falou de Warfield como "um dos três grandes mestres da teologia reformada daquela época (os outros sendo Abraham Kuyper e Herman Bavinck da Holanda)."[118] E A. A. Hodge se uniu a Shedd em considerar Dabney "o maior professor de teologia nos Estados Unidos."[119]

Apesar de todo seu conhecimento e erudição, estes gigantes da ortodoxia presbiteriana e reformada tinham, entretanto, seus problemas. Kuyper acreditava na regeneração presumida e na justificação eterna.[120] John Murray pensava que o domingo era um sábado e consequentemente nenhum transporte público poderia ser usado para ir à igreja.[121] Boettner sustentava que "parece muito claro que o Cristianismo é a religião do mundo futuro. À luz destes fatos, encaramos o futuro confiantes de que o melhor ainda está para acontecer."[122] Mas duas das maiores anormalidades entre alguns

dos teólogos eram o fumo e a influência da evolução. Como sua influência sobre o teólogo batista, A. H. Strong, o pensamento evolutivo fez progresso na teologia de alguns teólogos de Princeton. Warfield de forma alguma insistia numa criação de seis dias literais.**[123]** Isto por sua vez foi passado para o seu pupilo, J. Gresham Machen,**[124]** que igualmente influenciou Boettner.**[125]** O teólogo reformado supralapsário Herman Hoeksema fumava e bebia coquetéis enquanto refletia sobre os decretos de Deus.**[126]** Machen se deleitava em "uma sala de Princeton cheia de colegas fumando," e declarou: "Que maravilhosa ajuda é o fumo para a amizade e a paciência cristã."**[127]** John Murray reconheceu: "Há muito fumo ao redor de minha casa onde quer que ela esteja."**[128]** Então, embora eles meditavam sobre os decretos de Deus e sobre todas as distinções teológicas subseqüentes, muitos dos estudiosos e teólogos reformados não tinham fé suficiente na Bíblia para rejeitar a invasão do Darwinismo no Cristianismo ou bom senso suficiente para ficarem afastados do fumo. E, todavia, os calvinistas esperam que acreditemos em Berkhof quando ele diz que "somente a teologia reformada faz juz à doutrina dos decretos."

---

[1] Best, God's Decree, p. 6.
[2] Confissão de Fé de Westminster, III:3.
[3] Charles Hodge, Theology, vol. 2, p. 320.
[4] Machen, Man, p. 50.
[5] Berkhof, Theology, p. 113.
[6] John L. Girardeau, *Calvinism and Evangelical Arminianism* (Harrisonburg: Sprinkle Publications, 1984), pp. 9-10.
[7] Sproul, Grace Unknown, p. 141.
[8] Pink, Election, p. 15.
[9] Best, God's Decree, p. 9.
[10] Berkhof, Theology, p. 104.
[11] G. C. Berkouwer, *Divine Election*, trad. Hugo Bekker (Grand Rapids: Eerdmans Publishing Co., 1960), p. 257.
[12] Ibid., 258.
[13] Works of Arminius, vol. 1, pp. 623, 624, 625, 626, 628, 629, 630, 631, 633.
[14] Ibid., p. 630.
[15] Ibid., p. 639.
[16] James Orr, citado em Sell, p. 7.
[17] James I, citado em Works of Arminius, vol. 1, p. 213.
[18] Boettner, Predestination, p. 129.
[19] Cunningham, Reformers, pp. 349, 358; Sell, p. 1.
[20] Custance, pp. 159-160.
[21] Ibid., p. 160.
[22] Best, God's Decree, p. 10.
[23] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 453.
[24] Kent Kelly, p. 12; Gill, Divinity, p. 185; Shedd, Theology, vol. 1, p. 409.
[25] Custance, p. 75; Leith, p. 114.

[26] A. A. Hodge, *The Atonement* (Memphis: Footstool Publishers, 1987), p. 389; George Park Fisher, *History of Christian Doctrine* (New York: Charles Scribner's Sons, 1899), p. 300; Shank, Life in the Son, p. 345; Berkhof, Theology, p. 110; Works of Arminius, vol. 1, p. 92; Introdução a Calvino, Institutes, p. lviii; Cairns, p. 310; Jewett, p. 89; Neve, vol. 2, p. 16.
[27] Klass Dijk, citado em Berkouwer, pp. 260-261.
[28] Fred H. Klooster, *Calvin's Doctrine of Predestination*, 2a. ed. (Grand Rapids: Baker Book House, 1977), pp. 13-14.
[29] Ibid., p. 14.
[30] George, p. 233.
[31] Calvino, Institutes, p. 926 (III.xxi.5).
[32] Ibid., p. 931 (III.xxi.7).
[33] Klooster, Calvin, p. 26.
[34] Ibid., p. 88.
[35] Ibid., p. 25.
[36] Calvino, Institutes, p. 955 (III.xxiii.7).
[37] Citado em Schaff, History, vol. 8, p. 567.
[38] Citado em Sell, p. 72.
[39] Clark, Presbyterians, p. 40.
[40] Calvino, Secret Providence, p. 267.
[41] Calvino, Eternal Predestination, p. 93.
[42] Calvino, Secret Providence, p. 266.
[43] Ibid.
[44] Calvino, Institutes, p. 955 (III.xxiii.7).
[45] Ibid., p. 956 (III.xxiii.8).
[46] Ibid., p. 201 (I.xvi.3).
[47] Calvino, Eternal Predestination, p. 185.
[48] Theodore Beza, citado em Muller, Christ and the Decree, p. 86.
[49] Ibid.
[50] Bangs, Arminius: A Study, pp. 208, 263-264.
[51] Engelsma, Hyper-Calvinism, p. 10; Works of Arminius, vol. 1, p. 75.
[52] Schaff, Creeds, vol. 1, p. 553; Works of Arminius, vol. 1, pp. 648-649.
[53] Louis Berkhof, *Introduction to Systematic Theology* (Grand Rapids: Baker Book House, 1979), p. 81.
[54] Gill, Divinity, p. 185.
[55] Pink, Election, p. 66.
[56] Carta de Arthur W. Pink a John C. Blackburn, 11 de novembro de 1935, em Arthur W. Pink, *Letters of Arthur W. Pink* (Edinburgh: The Banner of Truth Trust, n.d.), pp. 74-75.
[57] Belcher, Pink: Born to Write, p. 10.
[58] Iain Murray, Life of Pink, p. 19.
[59] Arno Baebelein, citado em Fisk, Divine Sovereignty, p. 24.
[60] Belcher, Pink: Predestination, p. 61.
[61] Pink, Sovereignty, p. 100.
[62] Ibid., p. 82.
[63] Ibid.

[64] Ibid., p. 84.
[65] Iain Murray, Life of Pink, p. 196.
[66] Zwaanstra, p. 51; Berkouwer, p. 177.
[67] Berkhof, Theology, p. 124; Berkouwer, p. 261.
[68] Berkouwer, p. 255.
[69] Herman Hoeksema, Dogmatics, p. 164.
[70] Berkouwer, p. 263.
[71] Gerstner, Predestination, p. 7; Sproul, Grace Unknown, p. 158; Best, God's Decree, p. 25; Chafer, Theology, vol. 1, p. 236.
[72] Gill, Divinity, p. 192.
[73] Ibid., p. 197.
[74] Calvino, Institutes, p. 978 (III.xxiv.12).
[75] Ibid.
[76] Engelsma, Hyper-Calvinism, p. 45.
[77] Ibid.
[78] Boettner, Predestination, p. 123.
[79] John Wesley, citado em Sell, p. 72.
[80] Hanko, Unconditional Election, p. 36.
[81] Boettner, Predestination, p. 105.
[82] Sproul, Grace Unknown, p. 158.
[83] Ibid.
[84] Ibid.
[85] Best, God's Decree, p. 23.
[86] Warfield, Salvation, p. 21.
[87] Boettner, Predestination, p. 127.
[88] Shedd, Calvinism, p. 35.
[89] Spurgeon, Two Wesleys, p. 54.
[90] Sproul, Chosen, p. 96.
[91] Girardeau, pp. 175-176.
[92] Cunningham, Theology, vol. 2, pp. 429-430.
[93] Cânones de Dort, I:15.
[94] Charles Hodge, Theology, vol. 2, p. 321; Dabney, Theology, p. 235.
[95] Palmer, p. 110.
[96] Berkhof, Theology, p. 105.
[97] Berkouwer, p. 261.
[98] Chafer, Theology, vol. 1, p. 228.
[99] Berkouwer, p. 261.
[100] Boettner, Predestination, p. 125.
[101] Chafer, Theology, vol. 1, p. 237.
[102] Dabney, Theology, p. 239.
[103] Ibid.
[104] Berkouwer, p. 267.
[105] Pink, Sovereignty, p. 239.
[106] Benjamin Warfield, citado em Storms, Chosen for Life, p. 122.
[107] Baker, p. 66.
[108] Palmer, p. 87.

[109] Citado em George, p. 333.
[110] John W. Robbins, ed., *Gordon H. Clark: Personal Recollections* (Jefferson: The Trinity Foundation, 1989), p. 77.
[111] Baker, p. 24.
[112] Cornelius Van Til, citado em Iain H. Murray, *The Life of John Murray* (Edinburgh: The Banner of Truth Trust, 1982), p. 40.
[113] Boettner, Predestination, p. 23.
[114] Ibid., parte interna da sobrecapa da frente.
[115] Ned B. Stonehouse, *J. Gresham Machen: A Biographical Memoir*, 3a. ed. (Edinburgh: The Banner of Truth Trust, 1987), p. 7.
[116] Ibid., p. 67.
[117] Gordon H. Clark, *The Trinity* (Jefferson: The Trinity Foundation, 1985), p. 68.
[118] Stonehouse, p. 67.
[119] Douglas F. Kelly, "Robert Lewis Dabney," em David F. Wells, ed., *Southern Reformed Theology* (Grand Rapids: Baker Book House, 1989), p. 37.
[120] Baker, pp. 31-32.
[121] Iain Murray, Life of Murray, p. 35.
[122] Boettner, Predestination, p. 143.
[123] Benjamin B. Warfield, *Biblical and Theological Studies*, ed. Samuel G. Craig (Filadélfia: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1968), p. 258.
[124] Machen, Man, p. 81.
[125] Boettner, Predestination, p. 136.
[126] Gertrude Hoeksema, *Therefore Have I Spoken* (Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1969), p. 240.
[127] Stonehouse, p. 85.
[128] Iain Murray, Life of Murray, p. 113.

Reprovação

Ainda que os calvinistas não possam concordar entre si sobre os decretos de Deus, há uma coisa com a qual eles concordam: Deus elegeu certas pessoas para salvação e reprovou outras. Visto que os decretos de Deus com tudo que os acompanha não podem ser encontrados na Bíblia, o calvinista enfatizará suas distinções arbitrárias dos "eleitos" e dos "reprovados," visto que essas palavras podem ser encontradas na Bíblia. Iremos analisar a reprovação em primeiro lugar, visto que Calvino alegou que "a própria eleição não pode ser mantida, a não ser que seja confrontada com a reprovação."**[1]** A reprovação, como concisamente definida por um calvinista, é "o decreto eterno de Deus que o destino de certos homens será a morte eterna, seja alguém a considerando como Deus ignorando a esses homens a graça da eleição ou como uma determinação para condenar."**[2]** Quando chega a hora de realmente provar esta doutrina a partir da Bíblia, Gill declara que "se fala dela muito pouco na escritura."**[3]** Todavia, Engelsma insiste: "Deve ser muito difícil ler a Bíblia sem ver a reprovação."**[4]** Ele mais adiante se vangloria: "Como alguém pode

continuar ignorante da reprovação quando lê no Novo Testamento Mt 11.25-27, Jo 10, Rm 9, 1Pe 2.8 e Jd 4?"[5] A isto respondemos: A razão porque Engelsma pode permanecer ignorante da verdadeira doutrina da reprovação da Bíblia é que, embora formas da palavra são na verdade mencionadas na Bíblia, nenhum desses versículos que ele lista contém qualquer menção dela.

Embora tenha o seu significado deformado pelos calvinistas, a reprovação, assim como a eleição, é uma doutrina bíblica. Na Bíblia, um reprovado é alguém desaprovado e por essa razão rejeitado. *Colocar à prova* alguma coisa é prová-la. *Provação* é um período de prova. Uma *prova* é um exame. O prefixo *re* significa fazer alguma coisa novamente (reimprimir, retomar), voltar (retroceder, retornar) ou intensificar (pesquisar, considerar) (Em inglês: *research*, *regard*. Nota do Tradutor): Eu *reescrevi* o *relato* de forma a *redefini*-lo. *Re-provar* algo é prová-lo novamente. Assim, um *reprovado* é alguém ou alguma coisa que foi desaprovado e se encontra rejeitado em uma posição a ser provado ou testado novamente. Ainda que acredita na reprovação eterna,[6] todavia o calvinista Alvin Baker confirma a definição dada acima.[7] Assim, o ponto em questão não é o que a palavra significa, mas antes:

1. Deus cria um homem numa condição *reprovada*?
2. Os homens são *reprovados* por causa de algo que eles fazem?
3. O *reprovado* está numa condição permanente, irreversível?

Dessa forma, a primeira coisa a ser examinada é a evidência para a concepção calvinista da reprovação nos casos bíblicos onde o termo ocorre.

Embora a palavra *reprovação* não ocorre na Bíblia, a forma *reprovado* ocorre quatro vezes e o plural *reprovados* três vezes. A palavra *reprovado* ocorre apenas uma vez no Velho Testamento: "Prata rejeitada lhes chamarão, porque o SENHOR os rejeitou" (Jr 6.30). Neste caso, a palavra "reprovada" é claramente definida no versículo com a razão para ela dada no contexto. Eles foram *reprovados* porque foram *rejeitados*. Por que eles foram rejeitados? Por causa de um decreto eterno e soberano? O Senhor disse: "Ponde-vos nos caminhos, e vede, e perguntai pelas veredas antigas, qual é o bom caminho, e andai por ele; e achareis descanso para as vossas almas." Mas eles responderam: "Não andaremos nele" (Jr 6.16). O Senhor disse novamente: "Também pus atalaias sobre vós, dizendo: Estai atentos ao som da trombeta." Mas eles responderam novamente: "Não escutaremos" (Jr 6.17). Portanto, eles foram reprovados "porque não estão atentos às minhas palavras, e rejeitam a minha lei" (Jr 6.19). O "determinado conselho e presciência de Deus" (At 2.23) "segundo o conselho da sua vontade" (Ef 1.11) não teve nada a ver com isso.

Passando para o Novo Testamento, descobrimos que as formas da palavra *reprovado* são usadas seis vezes em quatro contextos. A primeira ocorrência está em Romanos: "E assim como não investigam o conhecimento inerente a Deus, rendeu-os Deus a uma mente reprovada, a práticas

inconvenientes" (Rm 1.28). Porque eles "mudaram a glória do Deus incorruptível em semelhança da imagem de homem corruptível" (Rm 1.23), Deus "os entregou às concupiscências" (Rm 1.24). Porque eles "mudaram a verdade de Deus em mentira, e honraram e serviram mais a criatura do que o Criador" (Rm 1.25), Deus "os abandonou às paixões infames" (Rm 1.26). E porque eles "não se importaram de ter conhecimento de Deus" (Rm 1.28), Deus "rendeu-os a uma mente reprovada" (Rm 1.28). Assim como Deus não ordenou suas "concupiscências" ou suas "paixões infames," da mesma forma Deus não ordenou sua "mente reprovada." John Murray descreveu uma "mente reprovada" como "abandonada ou rejeitada por Deus, tornando-se incapaz de qualquer atividade digna de aprovação ou estima."**[8]** E notem algumas dessas "coisas que não convêm" que esses abandonados a uma "mente reprovada" cometeram: injustiça, fornicação, cobiça. Após nomear estes pecados (1Co 6.9-10), Paulo disse sobre os coríntios: "E é o que alguns têm sido" (1Co 6.11). Os gentios que Deus abandonou "a uma mente reprovada" eram alguns dos convertidos de Paulo. Isto mostra que embora uma mente reprovada era uma mente que Deus não podia aprovar, Deus não criou ninguém reprovado. Alguém é um reprovado por causa de algo que faz. E não há nada que sugere que um reprovado está numa condição permanente, irreversível.

Os dois últimos usos do singular *reprovado* são encontrados nas Epístolas Pastorais:

> E, como Janes e Jambres resistiram a Moisés, assim também estes resistem à verdade, sendo homens corruptos de entendimento e réprobos quanto à fé (2Tm 3.8).
>
> Confessam que conhecem a Deus, mas negam-no com as obras, sendo abomináveis, e desobedientes, e reprovados para toda a boa obra (Tt 1.16).

Por que alguns homens eram "réprobos quanto à fé"? Porque foi eternamente decretado? De forma alguma. É dito que eles resistiram à verdade porque "aprendem sempre, e nunca podem chegar ao conhecimento da verdade" (2Tm 3.7). Clark diz que estes homens "falharam no teste da fé."**[9]** Isto está em contraste com aqueles que obedecem as palavras de Paulo: "Procura apresentar-te a Deus aprovado" (2Tm 2.15). Note no versículo seguinte que é para "toda boa obra" que estes são reprovados; a salvação de ninguém não está sequer em vista. Quando sua profissão é colocada à prova em uma boa obra – eles falham no teste. Em ambos os casos, Deus não os fez reprovados. Eles foram reprovados por causa de algo que fizeram. E não há nada que sugere que um reprovado está numa condição permanente, irreversível.

O plural *reprovados* ocorre três vezes em três versículos:

> Examinai-vos a vós mesmos, se permaneceis na fé; provai-vos a vós mesmos. Ou não sabeis quanto a vós mesmos, que Jesus Cristo está em vós? Se não é que já estais reprovados. Mas espero que entendereis que nós não somos reprovados. Ora, eu rogo a Deus que não façais mal algum, não para que sejamos achados aprovados, mas para que vós façais o bem, embora nós sejamos como reprovados (2Co 13.5-7).

A questão da interrogação de Paulo era porque os coríntios buscavam "uma prova de Cristo que fala em mim" (2Co 13.3), não porque Paulo desejava saber se os coríntios eram "eleitos" ou "reprovados." Como prova que Cristo estava falando através dele, Paulo aconselhou os coríntios a examinar a si mesmos. Seu veredito acerca de si mesmos igualmente será seu veredito sobre ele porque eles devem sua salvação a ele (At 18.1, 4, 8). Para afirmar que Cristo estava neles, os coríntios tinham que afirmar que Cristo estava de fato falando através de Paulo. Se eles não eram reprovados então Paulo não era um reprovado. Se Paulo fosse um reprovado então da mesma forma eram eles. Note o contraste entre "provai" e "reprovados" (2Co 13.5) e "aprovados" e "reprovados" (2Co 13.7). A reprovação tinha a ver com falhar em um teste e ser desaprovado. Se Cristo não está em um homem então ele é um reprovado. Isto não significa que Deus o tornou em um reprovado. Significa, entretanto, que um homem é um reprovado por causa de algo que faz. E não há nada que sugere que um reprovado está numa condição permanente, irreversível. O calvinista Charles Hodge corretamente diz sobre "reprovados" que "a palavra deve ser tomada em seu sentido usual, *desaprovado, indigno de aprovação*."[10]

Sobre esta passagem em 2 Coríntios, Hodge faz uma inferência interessante que prova a falsidade da posição calvinista sobre a reprovação: "A palavra *reprovado*, em seu sentido teológico, significa alguém que está judicialmente abandonado à perdição eterna. Tal obviamente não é o sentido aqui, de outra forma todos aqueles que agora não são convertidos pereceriam para sempre."[11] John Murray igualmente admite que o uso escriturístico do termo *reprovado* não concorda com o uso calvinista do termo.[12] Dabney também reconhece que a palavra reprovado não "tem relação nas Escrituras com a questão da predestinação."[13] Então temos: os calvinistas usam a palavra *reprovado* num sentido teológico, não num sentido bíblico. E não apenas o uso bíblico da palavra *reprovado* não confirma o posição dos calvinistas, ele, antes, vai contra ela. Qualquer reprovado na Escritura chegou a esse ponto não por criação mas por seu próprio livre-arbítrio e depravação. Quem acredita na Depravação Total deve certamente entender como isto pode acontecer. Além disso, os homens são obviamente reprovados por causa de algo que fazem – não porque "o que será será." E além do mais, nenhum reprovado está numa condição permanente, irreversível, pois como Hodge diz: "De outra forma todos aqueles que agora não são convertidos pereceriam para sempre." É evidente então que a doutrina calvinista da reprovação não pode ser provada a partir dos casos bíblicos da palavra. É por isto que Dabney lamenta que "a aplicação da palavra para o lado negativo do decreto da predestinação sem

dúvida tem prejudicado nossa causa. Tem servido para deturpações e enganos."[14]

Se as implicações teológicas da reprovação não podem ser encontradas na própria palavra, então como os calvinistas a ensinam? Simples, eles se apoderam de qualquer versículo que trata de julgamento ou condenação e inserem a reprovação nele. As palavras-chaves ou idéias nas quais os calvinistas se concentram são endurecidos, criados, apontados, reservados, ordenados e cegados. Qualquer versículo que contém uma destas palavras é um candidato à reprovação.

Porque combina a expressão "do Senhor" com a menção de Deus endurecendo o povo, o relato das nações que Deus mandou os judeus exterminarem é frequentemente citado como prova da reprovação:

> Não houve cidade que fizesse paz com os filhos de Israel, senão os heveus, moradores de Gibeom; por guerra as tomaram todas. Porquanto do SENHOR vinha o endurecimento de seus corações, para saírem à guerra contra Israel, para que fossem totalmente destruídos e não achassem piedade alguma; mas para os destruir a todos como o SENHOR tinha ordenado a Moisés (Js 11.19-20).

Tirando vantagem da frase "endurecimento de seus corações," Pink tenta estabelecer a causa da reprovação:

> O que poderia ser mais claro do que isto? Aqui estava um grande número de cananeus cujos corações o Senhor endureceu, que Ele tinha proposto destruir totalmente, a quem Ele não mostrou "*nenhum favor*." Admite-se que eles eram cruéis, imorais, idólatras; eles eram piores do que os canibais imorais, idólatras da Oceania (e muitos outros lugares), a quem Deus deu o Evangelho através de John G. Paton! Certamente não. Então por que Jeová não ordenou Israel a ensinar aos cananeus Suas leis e instrui-los acerca dos sacrifícios ao verdadeiro Deus? Simplesmente porque Ele os escolheu para destruição, e isso, sendo assim, desde toda a eternidade."[15]

Pink quer que a gente acredita que este endurecimento foi completamente arbitrário, não levando em consideração quaisquer circunstâncias.

Se estas nações já foram reprovadas desde toda a eternidade, então por que havia a necessidade de que elas fossem endurecidas no tempo? Deus estava fazendo mais firme sua reprovação e condenação? Assim, se não foi um decreto soberano, eterno, então por que Deus endureceu seus corações de modo que eles seriam destruídos por Israel? Há uma razão para Deus desejar estas nações destruídas, mas ela não deve ser encontrada na soberania ou decretos de Deus.

O pecado e a depravação das nações era a única razão. O que aconteceu à doutrina da Depravação Total? Deus claramente esclareceu por que as nações iriam ser destruídas:

> Com nenhuma destas coisas vos contamineis; porque com todas estas coisas se contaminaram as nações que eu expulso de diante de vós. Por isso a terra está contaminada; e eu visito a sua iniqüidade, e a terra vomita os seus moradores (Lv 18.24-25).

Estas coisas incluíam incesto (Lv 18.6), adultério (Lv 18.20), sacrifício humano (Lv 18.21), homossexualismo (Lv 18.22), relação sexual com animais (Lv 18.23). Por causa destas abominações, Israel foi comandado a infligir "uma grande confusão" (Dt 7.23). Todavia, se Israel não obedecesse a Deus, eles também pereceriam como as nações (Dt 8.20). Nada foi decidido na eternidade passada; tudo era condicional. Quanto a por que Deus não comandou Israel a ensinar os cananeus como os canibais da Oceania, nunca se planejou que a nação de Israel habitasse a Oceania; nem somos nós na época da Igreja comandados a matar os cananeus. O argumento de Pink sobre os pagãos da Oceania é completamente irrelevante. Não é apenas irrelevante, ele também contradiz seu próprio ensino em outro lugar, pois apenas algumas páginas depois, Pink corretamente nos conta por que Deus propôs destruir os cananeus: "Era por causa de sua tremenda perversidade e corrupção."**[16]** Em seu comentário sobre Josué, Pink também desprezou qualquer referência a um decreto eterno da reprovação, declarando que o endurecimento foi "porque eles tinham enchido a medida de suas iniqüidades e estavam prontos para julgamento."**[17]**

Há casos similares na Escritura de Deus endurecendo indivíduos, mas não sem razão e propósito. Deus endureceu Siom, rei de Hesbom, para que ele pudesse ser entregue nas mãos de Israel (Dt 2.30). Siom era rei dos amorreus em Hesbom (Nm 21.25). Os amorreus adoravam falsos deuses (Êx 34.15). Israel foi comandado a destruir seus altares, quebrar suas estátuas (Êx 34.13), e destruir o povo (Dt 7.2). O endurecimento não tinha a ver com a salvação. Deus posteriormente endureceu o coração da nação de Israel (Is 63.17) – sua nação eleita. Igualmente, os discípulos de Cristo no Novo Testamento endureceram seus corações (Mc 6.52; 8.17). Eles estavam em perigo de reprovação? O endurecimento do coração não é um decreto eterno. Contra o qual adverte-se repetidas vezes na Bíblia:

> O homem que muitas vezes repreendido endurece a cerviz, de repente será destruído sem que haja remédio. (Pv 29.1).

> Antes, exortai-vos uns aos outros todos os dias, durante o tempo que se chama Hoje, para que nenhum de vós se endureça pelo engano do pecado (Hb 3.13).

> Enquanto se diz: Hoje, se ouvirdes a sua voz, não endureçais os vossos corações, como na provocação (Hb 3.15).

O caso extremo de endurecimento, o de Faraó, rei do Egito durante o Êxodo, será considerado mais pra frente, visto que ele é uma das três provas da reprovação no "refúgio da reprovação" de todos os calvinistas – Romanos 9.

O próximo "pilar da reprovação" para o calvinista é encontrado no Livro de Provérbios: "O SENHOR fez todas as coisas para atender aos seus próprios desígnios, até o ímpio para o dia do mal" (Pv 16.4). Clark indaga: "Isto não é claro o suficiente para forçar um arminiano a tornar-se um calvinista?"**[18]** Ao que respondemos: Não é o "todo aquele que crê" (Jo 12.46; At 10.43; Rm 9.33; 1Jo 5.1) claro o suficiente para forçar um calvinista a aceitar a Bíblia? Para a interpretação calvinista padrão citamos Pink: "Ele expressamente declara que o Senhor fez o ímpio para o Dia do Mal, que era Seu desígnio ao lhe dar existência."**[19]** A primeira coisa a ser notada é que a única maneira de aceitar o versículo como calvinista é na forma supralapsária. Tomá-lo de outra forma necessariamente destruiria as implicações calvinistas. Isto coloca a maioria dos calvinistas que aceitam a posição infralapsária em cima do muro entre fazer Deus o autor do pecado e deixar escapar uma das poucas oportunidades de encontrar sua doutrina da reprovação na Escritura. O significado do versículo é duplo: toda criação tem apenas um autor (Gn 1.1; Jo 1.3) e um fim (Cl 1.16; Ap 4.11). Para salientar isto, Deus menciona uma coisa específica que ele criou, "o ímpio," assim como faz em outro lugar (Cl 1.16; Gn 1.16), e um certo evento para realizar seus propósitos, "o dia do mal," assim como faz em outro lugar (Rm 9.17; Fp 2.9-11). O versículo está discutindo o uso que Deus faz de sua criação, não as decisões que ele toma para ela.

O calvinista nos levaria a crer que Deus criou certos homens ímpios para cumprir o "conselho da própria vontade" (Ef 1.11). Pelo contrário, o homem foi feito reto (Ec 7.29), e se corrompeu porque Adão caiu. Até mesmo Satanás uma vez foi perfeito até que pecou (Ex 28.15-17). Visto que Deus faz toda a sua vontade (Is 46.10), e todavia não tem prazer na morte do ímpio (Ez 33.11), então ele não poderia ter criado um homem ímpio para condená-lo a fim de demonstrar o seu poder. Deus fez todos os homens iguais em um sentido:

> O SENHOR olha desde os céus e está vendo a todos os filhos dos homens. Do lugar da sua habitação contempla todos os moradores da terra. Ele é que forma o coração de todos eles, que contempla todas as suas obras (Sl 33.13-15).

Embora Deus não faça um homem ímpio, ele faz o ímpio promover sua própria glória e propósitos:

> O SENHOR desfaz o conselho dos gentios, quebranta os intentos dos povos (Sl 33.10).

> Certamente a cólera do homem redundará em teu louvor; o restante da cólera tu o restringirás (Sl 76.10).

O calvinista no mínimo concordaria com isto.

Voltando agora para o Novo Testamento, encontramos dois supostos exemplos de reprovação que usam a palavra *destinados*. O primeiro caso diz respeito à promessa aos cristãos que "Deus não nos destinou para a ira, mas para a aquisição da salvação, por nosso Senhor Jesus Cristo" (1Ts 5.9). Pink afirma: "Dizer que Deus 'não *nos* destinou para a ira,' claramente indica que *há* alguns que Ele destinou *para* a ira, e não fossem as mentes de tantos cristãos professos estarem cegos pelo preconceito, eles não poderiam deixar de enxergar isto."[20] Wilson iguala a palavra "destinados" neste texto ao decreto de Deus e conseqüentemente explica a natureza desta ira: "Creio que a 'ira' deste texto é a ira eterna de Deus no inferno eterno. Creio que a 'Salvação' deste texto é a salvação eterna de todos os eleitos de Deus do inferno que eles merecem."[21]

O erro dos calvinistas é duplo: fazer da "ira" a ira de Deus no inferno, e fazer da "salvação" a salvação de Deus no céu. Ambos os erros se devem a uma falha em notar o contexto. Não foi Pink quem disse: "Os versículos da Escritura não devem ser arrancados de seu ambiente, mas considerados, interpretados e aplicados de acordo com seu contexto."?[22] A palavra *ira* ocorre somente três vezes em 1 Tessalonicenses. Uma vez ela é uma referência à ira de Deus estando naquele instante sobre alguém: "E nos impedem de pregar aos gentios as palavras da salvação, a fim de encherem sempre a medida de seus pecados; mas a ira de Deus caiu sobre eles até ao fim" (1Ts 2.16). O homem não regenerado não tem que esperar pela ira de Deus: "Aquele que crê no Filho tem a vida eterna; mas aquele que não crê no Filho não verá a vida, mas a ira de Deus sobre ele permanece" (Jo 3.36). As outras duas vezes que a palavra *ira* aparece, o contexto é a vinda de Jesus Cristo e seu livramento da "ira futura" (1Ts 1.10), não a salvação dos "eleitos" do inferno. O "grande dia da sua ira" (Ap 6.17) não é a ira de Deus sobre o pecador no inferno (Ap 11.18; 15.1; 16.1). Depois de dizer que "uma leitura despreocupada de Apocalipse capítulo seis a dezenove revela que o período de tempo conhecido como o período da Tribulação será caracterizado pela ira de Deus sendo derramada dos céus sobre os habitantes impenitentes da terra," o batista da Graça Soberana Tom Ross afirma que "a Bíblia deixa claro que os santos não são destinados à experiência da ira de Deus, mas, antes, ao livramento da ira futura."[23] E quais são seus dois textos-provas? Os mesmos dois versículos em 1 Tessalonicenses onde a ira de Deus é mencionada![24] Chafer interpretou estas passagens da mesma maneira.[25] Assim, mais uma vez as palavras de alguns calvinistas invalidam as palavras de alguns outros.

Há uma outra passagem onde o calvinista usa a palavra *destinados* para provar a reprovação: "E, pedra de tropeço e rocha que faz cair. Os que não

crêem tropeçam, porque desobedecem à mensagem; para o que também foram destinados" (1Pe 2.8). Para a interpretação particular calvinista (2Pe 1.20), mais uma vez nos voltamos para Pink: "O 'para o que' manifestamente aponta de volta para o tropeço na Palavra, e a desobediência deles. Aqui, então, Deus expressamente afirma que *há* alguns que foram 'destinados' (é a mesma palavra grega que em 1Ts 5.9) para a desobediência."[26] Warfield acrescenta que o tropeço dos desobedientes confirma o fato que eles foram destinados para a incredulidade.[27] Se esta explicação for questionada, então Pink faz um apelo emocional: "Nossa tarefa não deve ser *raciocinar* sobre isto, mas *curvar* à Santa Escritura. Nosso primeiro dever não é *entender*, mas *crer* no que Deus disse."[28]

Pink, como Warfield, convenientemente se esqueceu de dar as referências cruzadas para a pedra (Gn 49.24; Sl 118.22; Is 28.16) e o tropeço (Is 8.14; Mt 21.44; Rm 9.33). A desobediência é definida no contexto como incredulidade (1Pe 2.7), assim como a obediência é definida como fé em Rm 10.16. "Quem creu" é encontrado nas mesmas passagens que a pedra de tropeço (Is 28.16; Rm 9.33; 1Pe 2.6). Ninguém foi destinado a tropeçar a menos que não creia (Rm 9.32). A referência primária é à rejeição de Cristo pelos judeus (Rm 9.31, 32; 11.25). Há sempre uma razão para alguém ser "designado para destruição" (Pv 31.8). Deus, todavia, no futuro enviará "a operação do erro, para que creiam a mentira; para que sejam julgados" (2Ts 2.11, 12). Mas a razão é porque eles "não creram a verdade, antes tiveram prazer na iniqüidade" (2 Ts 2.12). Até mesmo Pink reconhece isto: "Assim como os judeus do tempo de Cristo desprezaram Seu testemunho, e em conseqüência, foram 'cegados,' da mesma forma a uma Cristandade culpada que rejeitou a Verdade Deus também enviará uma 'operação do erro' para que creiam numa mentira."[29] Ninguém foi jamais destinado a tropeçar, à destruição, ou à condenação antes da fundação do mundo mais do que Justo e Matias foram destinados a ser os substitutos de Judas por um decreto eterno (At 1.23).

O próximo texto-prova para a reprovação é semelhante ao anteriormente mencionado Pv 16.4, visto que ele contém a palavra *feito*: "Mas estes, como animais irracionais, que seguem a natureza, feitos para serem presos e mortos, blasfemando do que não entendem, perecerão na sua corrupção" (2Pe 2.12). Mais uma vez ouvimos de Pink: "Aqui, novamente, todo esforço é feito para fugir do ensino claro desta solene passagem. Somos informados que são os 'animais irracionais' que são 'feitos para serem presos e mortos,' e não as pessoas aqui assemelhadas a eles."[30] Mas, depois, tudo que ele diz é que "'estes' homens, como animais irracionais, são aqueles que, como animais, são 'feitos para serem presos e mortos.'"[31] Embora ele nunca nos conte *por que* ou *quando* estes homens foram "feitos para serem presos e mortos," Pink está deduzindo que estes "falsos profetas" e "falsos doutores" (2Pe 2.1) foram preordenados "para serem presos e mortos."

Mas há dois problemas com esta interpretação. Os animais são preordenados "para serem presos e mortos" antes da fundação do mundo por um decreto soberano e eterno? E quando um animal é "preso e morto," isso significa que ele vai para o inferno? O contraste destes homens com os animais "feitos para serem presos e mortos" é encerrado no final do versículo: "perecerão na sua corrupção." Há uma descrição similar de falsos doutores em Judas: "Estes, porém, dizem mal do que não sabem; e, naquilo que naturalmente conhecem, como animais irracionais se corrompem" (Jd 10). Note em ambos os casos que a "corrupção" era obra deles mesmos: "sua corrupção," "se corrompem." Deus nunca cria um homem numa condição reprovada; os homens são sempre reprovados por causa de algo que eles fazem. Ninguém merece ser destruído a menos que mereça. O próprio versículo seguinte no contexto em 2 Pedro deixa isto perfeitamente claro. Lá lemos que estes homens sob consideração receberão "o galardão da injustiça" (2Pe 2.13). Deus destruiu o povo, mas somos informados que estava limitado aos "que não creram" (Jd 5).

Embora apenas raramente mencionado pelos calvinistas,[32] há duas outras passagens que poderiam ser interpretadas como textos-provas para a reprovação:

> Estes são fontes sem água, nuvens levadas pela força do vento, para os quais a escuridão das trevas eternamente se reserva (2Pe 2.17).
>
> Ondas impetuosas do mar, que escumam as suas mesmas abominações; estrelas errantes, para os quais está eternamente reservada a negrura das trevas (Jd 13).

A interpretação calvinista destes versículos seria que os reprovados foram "reservados" para a condenação por um decreto soberano e eterno. E embora seja surpreendente que muitos calvinistas não têm apelado a estas passagens como textos-provas para a reprovação, a interpretação dada acima é exatamente o que eles crêem sobre a reprovação, não importa quais palavras sejam usadas para descrevê-la. Mas quem é que tem reservas eternas para a "escuridão das trevas" e para a "negrura das trevas"? Os "não-eleitos"? Os "reprovados"? Conforme a Bíblia, são os falsos profetas e os falsos doutores que negam o Senhor e trazem "sobre si mesmos repentina perdição" (2Pe 2.1). São os ímpios que negam o Senhor e "se corrompem" (2Pe 2.12; Jd 10). Os anjos que pecaram (2Pe 2.4; Jd 6), os injustos (2Pe 2.9), e os maus (Jó 21.30) estão similarmente "reservados." Até a terra está reservada "para o fogo, até o dia do juízo" (2Pe 3.7).

Ainda que a palavra *ordenados* será considerada posteriormente em referência à salvação, em virtude dela ocorrer uma vez em referência à condenação, ela será examinada aqui em um versículo que a maioria dos calvinistas apresenta como texto-prova para a reprovação: "Porque se introduziram alguns, que já antes estavam escritos para este mesmo juízo,

homens ímpios, que convertem em dissolução a graça de Deus, e negam a Deus, único dominador e Senhor nosso, Jesus Cristo" (Jd 4). Pink afirma que "Não é possível se esquivar do fato que certos homens são *'já antes'* separados *por Deus* 'para a condenação.'"[33] Então Pink reafirma o versículo e não diz nada que já não sabíamos. O que ele disse por implicação era que certos homens foram ordenados para a condenação antes da fundação do mundo por um decreto soberano e eterno. O que Pink de fato disse estava correto, a questão é *quando* e *como* e *por que* eles foram assim ordenados? O puritano Thomas Manton (1620-1677) foi mais ao ponto: "Desde toda a eternidade, alguns foram decretados vir a julgamento ou condenação por seus pecados." Ele então conformemente nota que "este é um dos textos que os teólogos apresentam para provar a doutrina geral da reprovação."[34]

O problema fundamental desta interpretação é que os calvinistas estão supondo que "já antes" significa "antes da fundação do mundo." Quando Deus quer dizer "antes da fundação do mundo," ele diz assim (Jo 17.24; Ef 1.4; 1Pe 1.20). Uma vez que a falácia deste raciocínio é reconhecida, a resposta para todas as três de nossas pertinentes perguntas pode ser encontrada no contexto:

> E destes profetizou também Enoque, o sétimo depois de Adão, dizendo: Eis que é vindo o Senhor com milhares de seus santos; para fazer juízo contra todos e condenar dentre eles todos os ímpios, por todas as suas obras de impiedade, que impiamente cometeram, e por todas as duras palavras que ímpios pecadores disseram contra ele (Jd 14, 15).

As palavras de Enoque nos dizem *quando* e *como* e *por que* estes foram assim ordenados. Mas antes de chegar em Enoque, Judas compara estes falsos doutores com três eventos (Jd 5-7), três homens (Jd 11), e três objetos (Jd 12, 13). Em nenhum caso as ações de alguém ou alguma coisa foram resultado de um decreto soberano e eterno. Virá o dia em que Deus fará "neles o juízo escrito" (Sl 149.9). Mas a maior prova que Judas 4 não se refere à reprovação *conforme definida pelos calvinistas* não está na Escritura. Alvin Baker, que vigorosamente crê na reprovação *conforme definida pelos calvinistas*, insiste que "Judas 4 não pode ser usada para confirmar a reprovação."[35] Assim, neste caso não somente a Escritura está contra os calvinistas – eles estão contra si mesmos.

Antes de examinar o "refúgio da reprovação" de todos os calvinistas – Romanos 9, ainda há mais uma passagem sobre a reprovação a ser considerada. Há de fato várias passagens relacionadas, todas tiradas de uma profecia de Isaías muito significante no Velho Testamento:

> Então disse ele: Vai, e dize a este povo: Ouvis, de fato, e não entendeis, e vedes, em verdade, mas não percebeis. Engorda o coração deste povo, e faze-lhe pesados os ouvidos, e fecha-lhe os olhos; para que ele não veja

> com os seus olhos, e não ouça com os seus ouvidos, nem entenda com o seu coração, nem se converta e seja sarado (Is 6.9, 10).

Alude-se a esta profecia cinco vezes no Novo Testamento (Mt 13.14, 15; Mc 4.12; Lc 8.10; Jo 12.39, 40; At 28.25-27). Antes de examinar os argumentos dos calvinistas para a reprovação, devemos notar algumas coisas importantes sobre a passagem em Isaías. Duas vezes somos informados a quem a passagem está se referindo: "este povo," que obviamente é a nação de Israel. É também aparente que o fechar dos olhos não foi um ato eterno, ele acontece *depois* que o povo já tinha nascido. Eles não foram criados com seus olhos fechados – eles eram o povo eleito de Deus. As palavras *para que* significam que o destino deste povo não foi fixado por um decreto incondicional. Alguns judeus se salvaram posteriormente (At 14.1; 21.20). Dessa forma, todos os elementos necessários para provar a doutrina calvinista da reprovação não estão apenas ausentes, o próprio oposto está presente. Nenhum decreto eterno e incondicional da reprovação poderia possivelmente estar em vista porque nem todos de Israel eram "reprovados," aqueles que eram não incluíam os gentios, o fechar foi no tempo, e nada estava fixado. Agora, isto significa que os calvinistas não usam este texto para ensinar a reprovação? De jeito nenhum. Mas o modo típico que esta passagem é usada para apoiar a doutrina da reprovação é a mesma que para a maioria dos outros textos-provas – uma lista de versículos é dada ou citada após uma afirmação da doutrina calvinista.

Das cinco vezes que esta profecia é aludida no Novo Testamento, duas nunca são usadas para ensinar a reprovação, porque é dito dos sujeitos que eles fecharam seus próprios olhos ao invés de ter sido feito a eles:

> E neles se cumpre a profecia de Isaías, que diz: Ouvindo, ouvireis, mas não compreendereis, e, vendo, vereis, mas não percebereis. Porque o coração deste povo está endurecido, e ouviram de mau grado com seus ouvidos, e fecharam seus olhos; para que não vejam com os olhos, e ouçam com os ouvidos, e compreendam com o coração, e se convertam, e eu os cure (Mt 13.14, 15).

> E, como ficaram entre si discordes, despediram-se, dizendo Paulo esta palavra: Bem falou o Espírito Santo a nossos pais pelo profeta Isaías, dizendo: Vai a este povo, e dize: De ouvido ouvireis, e de maneira nenhuma entendereis; e, vendo vereis, e de maneira nenhuma percebereis. Porquanto o coração deste povo está endurecido, e com os ouvidos ouviram pesadamente, e fecharam os olhos, para que nunca com os olhos vejam, nem com os ouvidos ouçam, nem do coração entendam, e se convertam, e eu os cure (At 28.25-27).

Esta variação, curiosamente, nunca é indicada.

A passagem em João que diz respeito à profecia de Isaías é como segue:

> E, ainda que tinha feito tantos sinais diante deles, não criam nele; para que se cumprisse a palavra do profeta Isaías, que diz: Senhor, quem creu na nossa pregação? E a quem foi revelado o braço do Senhor? Por isso não podiam crer, então Isaías disse outra vez: Cegou-lhes os olhos, e endureceu-lhes o coração, a fim de que não vejam com os olhos, e compreendam no coração, e se convertam, e eu os cure (Jo 12.37-40).

Esta passagem foi introduzida no capítulo anterior sobre a Depravação Total porque ela menciona alguém tendo a incapacidade de crer. Mas como foi mencionada lá, há uma razão dada para a incapacidade além do fato da Depravação Total. A razão por que alguns "não podiam crer" é, de acordo com os calvinistas, porque Deus "cegou seus olhos" pela reprovação. É por isto que o estudo destes versículos propriamente entra no capítulo sobre a Eleição Incondicional.

Mesmo que muito poderia ser elaborado do fato que Deus "cegou seus olhos," os calvinistas raramente mencionam esta passagem exceto de passagem ou numa seqüência de textos-provas.[36] Pink, sendo um estudioso da Bíblia melhor do que a maioria dos calvinistas, comenta por que eles foram cegados: "Por quê? Porque eles recusaram crer em Cristo? Esta é a crença popular, mas observem a resposta da Escritura – *a fim de que não* vejam com os olhos."[37] Pink está deduzindo que isto se refere ao "endurecimento soberano de Deus dos corações dos pecadores."[38] Ele sustenta que para alguém ver a reprovação nesta passagem não são necessários "uma prolongada busca ou um estudo profundo, mas um espírito infantil."[39] O problema é, entretanto, que a interpretação de Pink é um cavalo amarelo, e a morte e o inferno o seguem. Morte e inferno (Ap 6.8) neste caso são personificados como os próprios argumentos de Pink *contra* a interpretação calvinista padrão que ele precisamente deu. E não apenas Pink, mas outros calvinistas contradizem esta interpretação também.

No mesmo livro em que ele fez os comentários acima, Pink, enquanto tentando provar que Deus endurece as pessoas, novamente se refere a Jo 12.37-40, mas desta vez ele nos informa que "precisa ser cuidadosamente notado aqui que estes cujos olhos Deus 'cegou' e cujo coração Ele 'endureceu,' eram homens que tinha deliberadamente desprezado a Luz e rejeitado o testemunho do próprio Filho de Deus."[40] E em seu comentário sobre João, Pink afirmou:

> Em conseqüência de sua rejeição de Cristo, a nação como um todo foi judicialmente cegada por Deus, isto é, eles foram *deixados* à escuridão e dureza de seus próprios corações perversos. Mas é importante observar a *ordem* destas duas afirmações: em 12.37 eles *não* criam; aqui em 12.39, eles *não podiam* crer. Apelos mais atraentes foram feitos. Evidência mais indubitável foi apresentada. Todavia eles desprezaram e rejeitaram o Redentor. Eles *não queriam* crer; em conseqüência, Deus

> os abandonou, e agora eles *não podiam* crer.... A culpa era inteiramente deles, e agora eles devem sofrer as justas conseqüências de sua perversidade.... Esta era a resposta de Deus ao tratamento perverso que Israel tinha dispensado ao Seu amado Filho. Eles recusaram a luz, agora a escuridão será sua temerosa porção. Eles rejeitaram a verdade, agora um coração que amava o erro devia ser a terrível colheita. Olhos cegados e um coração endurecido têm pertencido a Israel desde então.[41]

> Gill e Carson igualmente rejeitam a interpretação anterior de Pink:

> Não acho que estas palavras são citadas por qualquer de nossos escritores para provar o decreto da reprovação, ou preterição, ou qualquer propósito eterno de Deus para cegar os olhos, e endurecer os corações dos homens, por algum ato positivo de Sua parte, com a finalidade de impedir sua conversão, e para que Seu decreto de condenação pudesse acontecer.[42]

> É claro em Marcos e João que esses condenados são em todo caso *justamente* condenados, isto é, eles são com justiça responsáveis por sua incredulidade (em João, cf. os versículos adjacentes, especialmente 12.35-37, 44ff.). Eles não são forçados a uma incredulidade que eles próprios não desejavam.[43]

Este é mais um exemplo dos calvinistas não apenas discordando entre si mesmos, mas contradizendo a si mesmos.

Que estas passagens baseadas na profecia de Isaías referem-se ao endurecimento judicial de uma nação e não ao endurecimento soberano de indivíduos é perfeitamente claro. Para ainda mais confirmá-lo, deve ser observado onde na Bíblia esta profecia de Isaías aparece. Foi mencionado nos Evangelhos quando os judeus rejeitaram seu Messias e a aparência de mistério do reino foi revelada. Foi citado em João quando os judeus rejeitaram Cristo e ele encerrou suas relações públicas com eles. Paulo refere-se a ele em Atos quando os judeus rejeitaram o Cristo ressurreto e Deus se voltou para os gentios durante o tempo da época da Igreja. A passagem original em Isaías anuncia a Tribulação onde os judeus aceitam um falso cristo. Assim, a passagem em Isaías de modo algum ensinava a reprovação. Todo lugar que ela ocorre, foi dirigida a Israel como nação. Judeus individualmente ainda são convertidos (At 14.1; 21.20) mesmo durante o periodo de rejeição oficial (Rm 11.25). Mas, ainda que estas passagens dizem respeito a Israel, isto não descarta qualquer aplicação espiritual. Nesta época da graça, o Diabo “cegou os entendimentos dos incrédulos” (2Co 4.4) e tira do “coração a palavra, para que não se salvem, crendo” (Lc 8.12). A lição para as pessoas é clara: “Buscai ao SENHOR enquanto se pode achar, invocai-o enquanto está perto” (Is 55.6). A luz rejeitada torna-se raio. Deus não está sob obrigação de revelar a verdade a quem não a deseja ou a tem rejeitado.

Há uma passagem relacionada em Romanos que também fala da cegueira judicial de Israel:

> Pois quê? O que Israel buscava não o alcançou; mas os eleitos o alcançaram, e os outros foram endurecidos. Como está escrito: Deus lhes deu espírito de profundo sono, olhos para não verem, e ouvidos para não ouvirem, até ao dia de hoje (Rm 11.7, 8).

Embora estes versículos sejam ocasionalmente referenciados pelos calvinistas como textos-provas para a reprovação,[44] porque é tão óbvio do contexto que esta cegueira não foi somente nacional na extensão, mas temporária na natureza (Rm 11.25), a maioria dos calvinistas somente usa esta passagem em referência à eleição visto que a palavra de fato ocorre. Portanto, estes versículos serão examinados sob esse tópico junto com os outros usos da palavra *eleição* em Romanos.

Como anteriormente mencionado, o "refúgio da reprovação" para todos os calvinistas é Romanos 9. Deste capítulo na palavra de Deus, os calvinistas têm dito:

> O mais negligenciado capítulo na Bíblia.[45]
>
> É seguro dizer que não se pode escolher uma linguagem melhor adaptada para ensinar a Predestinação no seu máximo.[46]
>
> Romanos 9 contém a *mais completa* apresentação da doutrina da Reprovação.[47]
>
> Mais do que qualquer outra porção da Palavra de Deus, este capítulo apresenta a doutrina da eleição incondicional e responde suficientemente as objeções humanas.[48]

De todos os seus textos-provas para as suas doutrinas, os calvinistas têm sido aqui os mais prolíficos. Alguns textos-provas calvinistas são usados com regular freqüência, e outros são curiosamente evitados, mas os calvinistas de todos os tipos nunca deixam de apelar a Romanos 9 como prova da eleição e da reprovação. Mas, visto que se referem a Romanos 9 principalmente para provar a reprovação, e nosso assunto à mão é a reprovação, somente os três "pilares da reprovação" em Romanos 9 serão considerados aqui.

Romanos 9 é o primeiro capítulo em uma mais ampla seção parentética do Livro de Romanos. Enquanto Romanos 1-8 lida com questões doutrinárias, e Romanos 12-16 com questões práticas, Romanos 9-11 é um parêntese onde é revelado o plano presente de Deus em sua relação com a nação de Israel. Por causa de sua importância, Romanos 9-11, e até mesmo Romanos 9, tem sido

assunto de muitos livros de diferentes perspectivas.[49] Romanos 9-11 é um parêntese onde o judeu é considerado nacionalmente, ambos sozinho (Rm 9.1-5; 10.1-3; 11.1-10) como em contraste com os gentios (Rm 9.30, 31; 10.12; 11.11, 12). Visto que Romanos 9-11 contém passagens que especificamente dizem respeito a Israel, é de se esperar que, geralmente, os calvinistas irão interpretar mal estas passagens mais do que quaisquer outras. Prova disto será encontrada nas numerosas ocasiões por todo este livro. Mas não apenas a Bíblia será rejeitada, os calvinistas também irão invalidar as interpretações de seus companheiros calvinistas o tempo todo.

Que Israel era uma nação eleita não resta dúvida (Dt 7.6, 7; 1Re 3.8; Sl 135.4; Is 45.4). Todavia, Israel era ignorante da "justiça de Deus" (Rm 10.3). Eles eram "um povo rebelde e contradizente" (Rm 10.21), com o resultado que "a ira de Deus caiu sobre eles até ao fim" (1Ts 2.16). O problema então é este: Como Deus poderia rejeitar aqueles que ele tinha escolhido (Rm 11.1)? E, como conseqüência, o que dizer da fidelidade de Deus e sua palavra? Isto de imediato vai contra a Eleição Incondicional. E não apenas isto, mas a aflição por todos estes capítulos que Paulo mantinha pela salvação do povo judeu como um todo (Rm 9.1-3; 10.1-3; 11.12-14) também abafa a idéia da eleição e reprovação de todos os membros da raça humana. E como em breve veremos, a reprovação de indivíduos não está nem remotamente ligada aos três "pilares da reprovação" que os calvinistas nos dão em Romanos 9: "Amei a Jacó, e odiei a Esaú" (Rm 9.13), "endurece a quem quer" (Rm 9.18), "vasos da ira, preparados para a perdição" (Rm 9.22).

A primeira passagem diz respeito a Jacó e Esaú:

> E não somente esta, mas também Rebeca, quando concebeu de um, de Isaque, nosso pai; porque, não tendo eles ainda nascido, nem tendo feito bem ou mal (para que o propósito de Deus, segundo a eleição, ficasse firme, não por causa das obras, mas por aquele que chama), foi-lhe dito a ela: O maior servirá o menor. Como está escrito: Amei a Jacó, e odiei a Esaú (Rm 9.10-13).

Esta história familiar foi até assunto de uma peça do século dezesseis intitulada *A mery and wittie Comedie or Enterlude, newely imprinted, treating upon the Histories of Iacob and Esau, taken out of the xxij. Chap. Of the booke of Moses entituled Genesis*.[50] E o que os calvinistas têm a dizer sobre Jacó e Esaú?

> A eleição incondicional de Romanos 9.11 é tão evidente que uma leitura apressada nos força a aceitá-la.[51]
>
> Concluímos, portanto, que a predestinação de Jacó e Esaú é uma eleição e reprovação pessoal para salvação e eterna miséria, respectivamente.[52]

> Quanta instrução estas palavras 'O maior servirá o menor' contêm, quando colocadas na seqüência em que são citadas! Elas praticamente ensinam as grandes doutrinas fundamentais da Presciência, Providência, Soberania de Deus; Sua Predestinação, Eleição e Reprovação.[53]

O que os calvinistas "praticamente" têm feito é inserir a frase "amei a Jacó, e odiei a Esaú" antes de "não tendo eles ainda nascido" para obter uma eleição ou reprovação individual, eterno, do tipo TULIP. John Piper simplesmente diz que Jacó e Esaú "foram apontados para seus referidos destinos antes de nascerem."[54] De acordo com Charles Cosgrove: "Deus ama Jacó e odeia Esaú antes de nascerem."[55] Para reforçar estas interpretações particulares, Herman Hoeksema, sob pretexto de parafrasear uma simples frase de sete palavras, adiciona à palavra de Deus e diz: "Jacó eu eternamente aceitei em amor; Esaú eu eternamente rejeitei como um objeto de Meu soberano ódio."[56]

O "e não somente esta" do versículo 10 nos leva de volta a um contexto anterior:

> Não que a palavra de Deus haja faltado, porque nem todos os que são de Israel são israelitas; nem por serem descendência de Abraão são todos filhos; mas: Em Isaque será chamada a tua descendência. Isto é, não são os filhos da carne que são filhos de Deus, mas os filhos da promessa são contados como descendência. Porque a palavra da promessa é esta: Por este tempo virei, e Sara terá um filho (Rm 9.6-9).

Os versículos dez a treze são uma continuação do versículo nove, mostrando que a semente de Abraão devia ser chamada em Jacó, como em Isaque. Podia ser argumentado do versículo oito que Isaque foi escolhido porque Ismael nasceu de uma serva, então Paulo antecipa o que poderia ser sugerido pelos judeus em oposição ao primeiro tipo. Seu argumento que havia um Israel dentro de Israel (Rm 9.6) é ilustrado pelos descendentes de Isaque e Jacó sendo considerados como os filhos da promessa da aliança com a exclusão de todos os outros descendentes de Abraão. Deus fez as mesmas promessas a respeito de "sua semente" e a terra de Abraão (Gn 17.7, 8), Isaque (Gn 26.3, 4) e Jacó (Gn 35.11, 12). O "o propósito de Deus, segundo a eleição" (Rm 9.11) não tinha absolutamente nada a ver com a salvação ou reprovação individual. Dizia respeito à linha messiânica de Abraão-Isaque-Jacó-Jesus Cristo. Como L. S. Ballard corretamente verificou: "Afirmar que esta eleição era para salvação é absurdo, falso, e está tão distante da verdade como o céu do inferno, ou como o leste do oeste. Era uma eleição para preferência nacional ou privilégios teocráticos e não há nada semelhante a salvação nela."[57]

Esta verdade é ainda mais aparente se examinarmos as menções do Velho Testamento às quais Paulo refere:

> E os filhos lutavam dentro dela; então disse: Se assim é, por que sou eu assim? E foi perguntar ao SENHOR. E o SENHOR lhe disse: Duas nações há no teu ventre, e dois povos se dividirão das tuas entranhas, e um povo será mais forte do que o outro povo, e o maior servirá ao menor (Gn 25.22, 23).

Então, embora os meninos não haviam nascidos (Rm 9.11), nada aconteceu antes da fundação do mundo – eles estavam no ventre de Rebeca quando foi dito: "O maior servirá o menor" (Gn 25.23; Rm 9.12). A Escritura também nos contou que os indivíduos não estavam em discussão – as nações estavam: "duas nações," "dois povos" (Gn 25.23). E não apenas o texto não diz "o maior será condenado e o menor será salvo," Esaú como indivíduo nunca serviu Jacó; exatamente o oposto aconteceu. Jacó se curvava a Esaú (Gn 33.3), chamava-o de senhor (Gn 33.8), afirmava ser seu servo (Gn 33.5), e solicitava que ele aceitasse presentes (Gn 33.11).

A outra passagem sob consideração foi escrita centenas de anos após:

> Peso da palavra do SENHOR contra Israel, por intermédio de Malaquias. Eu vos tenho amado, diz o SENHOR. Mas vós dizeis: Em que nos tem amado? Não era Esaú irmão de Jacó? disse o SENHOR; todavia amei a Jacó, e odiei a Esaú; e fiz dos seus montes uma desolação, e dei a sua herança aos chacais do deserto (Ml 1.1-3).

Jacó e Esaú estavam mortos há séculos quando a afirmação foi feita: "Amei a Jacó, e odiei a Esaú" (Rm 9.13). Em Gênesis temos uma afirmação profética olhando para a frente e em Malaquias temos uma afirmação histórica olhando para trás. Após a morte de Jacó, o termo *Jacó* sempre tinha referência a Israel como nação, a menos que mencionado em relação a Abraão e Isaque ou ao recontar algum evento na vida da pessoa de Jacó. Até Calvino admite que é a posteridade de Jacó e Esaú que está em vista.[58] E como deixamos claro no começo de nosso estudo de Romanos 9, os calvinistas não conseguem concordar entre si mesmos quanto ao que é um exemplo de reprovação e o que não é. Berkouwer, junto com seu colega holandês, Herman Ridderbos (1910-1981), sustenta que Romanos 9 *não* apresenta a eleição e a reprovação de Jacó e Esaú como indivíduos, mas mostra o princípio que a eleição de Deus não é pelas obras e que o destino de Israel como um todo está em vista.[59]

Então, como o calvinista faz Rm 9.13 se referir à eleição e reprovação individual? A primeira manobra é admitir que as referências em Gênesis e Malaquias dizem respeito a Jacó e Esaú *nacionalmente* mas que Romanos 9 diz respeito a Jacó e Esaú *individualmente*. Então o calvinista usa dois argumentos para provar a eleição e a reprovação. John Murray concorda com a proposta

"nacional" e então insiste: "Não podemos desprezar a importância da mensagem para os próprios indivíduos Jacó e Esaú. Por que houve esta diferenciação entre Israel e Edom? Porque existia diferença entre Jacó e Esaú. Seria tão insustentável desvincular os destinos dos respectivos povos da diferença existente entre os indivíduos, assim como seria insustentável fazer separação entre a diferença dos indivíduos e os destinos das nações que deles procederam."[60] Mas, pelo raciocínio de Murray, se o estado espiritual dos descendentes de Jacó e Esaú estão sendo confrontados com eles, permitindo a eleição de Jacó e a reprovação de Esaú, todos os descendentes teriam que ser ou salvos ou perdidos respectivamente. Razões poderiam ser apresentadas para a posteridade de Esaú, mas e quanto a de Jacó? Datã, Coré e Abirão foram salvos ainda que Deus tenha aberto a terra e lançado-os no abismo (Nm 16.31-33)? Nadabe e Abiú foram salvos apesar de Deus enviar fogo do céu e consumi-los (Lv 10.1, 2)? Então, afirmar que Deus tratou a descendência de Jacó e Esaú como ele os tratou significaria que a salvação foi automática para os descendentes do primeiro e impossível de ser obtida para os descendentes do último.

A segunda, e mais popular alternativa, é afirmar que Jacó e Esaú não eram somente tipos de sua posteridade, mas de todos os homens. Haldane explica: "Em seu óbvio e literal significado, o que é dito de Jacó e Esaú deve ser verdadeiro de todos os indivíduos da raça humana antes de seu nascimento. Cada um deles deve ser ou amado ou odiado por Deus."[61] A falácia deste argumento é dupla. Primeiro, admitindo que Jacó e Esaú foram soberanamente eleitos e reprovados respectivamente, como isso prova que todos os homens foram igualmente tratados? Dizer que está implícito e que ajusta logicamente ao sistema TULIP de forma alguma é ensinar doutrina bíblica. E, em segundo lugar, como já foi mostrado, Deus não odiou Esaú na eternidade passada. Diz-se que Ele o odiou *nacionalmente* após observar suas ações durante séculos.

O calvinista enfrenta também outro problema com sua interpretação amor-ódio eterno, pois diz-se de Jesus Cristo que ele amou o jovem rico que o rejeitou e "retirou-se triste; porque possuía muitas propriedades" (Mc 10.22). O ensino calvinista padrão, conforme afirmado por Owen, é que Deus "odiou os não-eleitos antes de seu nascimento."[62] Agora, como vimos, há um elemento de verdade em toda heresia do Calvinismo. Pink está seguramente correto em dizer: "Tem sido costumeiro dizer que Deus ama o pecador, embora odeia seu pecado. Mas esta é uma distinção sem sentido. O que há em um pecador senão pecado?"[63] Isto é corroborado pela Escritura:

> Deus é juiz justo, um Deus que se ira todos os dias (Sl 7.11).
>
> O sacrifício dos ímpios já é abominação; quanto mais oferecendo-o com má intenção! (Pv 21.27).

Mas, porque este versículo vai contra a idéia de Pink que Deus eternamente odiou os não-eleitos, ele afirma que o jovem rico "era um dos eleitos de Deus, e foi 'salvo' algum tempo depois de sua conversa com nosso Senhor."[64] Escritura? Ele não apresenta nenhuma.

A maior censura que os calvinistas já receberam sobre estes versículos de Romanos 9 que dizem respeito a Isaque, Ismael, Jacó e Esaú, não vem de um arminiano ou outro não-calvinista. Vem de um dos seus. Os extensos comentários do teólogo J. Oliver Buswell, um calvinista de cinco pontos, e ex-presidente do Wheaton College (1926-1940), não apenas porque são verdadeiros, mas completamente contrários à vasta maioria dos calvinistas, são aqui apresentados:

> Há inúmeras referências à eleição na primeira parte do nono capítulo da epístola aos Romanos que parecem muito claramente indicar a eleição para a linha de descendência do Messias, antes que para a eterna salvação como tal. Quando lemos (v. 8), ... Paulo está referindo ao fato que a linha messiânica devia ser perpetuada em Isaque, não em Ismael. Mas certamente não devemos entender por isto que Ismael estava necessariamente entre os reprovados, no que diz respeito à salvação... A referência em Romanos 9 a Jacó e Esaú é similar.... Neste caso o comentário com que Paulo conclui a referência a Jacó e Esaú coincide com a opinião de que a "eleição" aqui em vista é uma eleição para a linha messiânica, e não uma eleição de um indivíduo para a vida eterna.... Na passagem de Malaquias da qual Paulo cita estas palavras, o profeta está claramente se referindo não ao indivíduo Esaú, mas ao povo de Edom que tinha sido um povo pecador e rebelde, posto que se permitia que fossem, de acordo com as promessas de Deus, considerados dentro da aliança de Deus com Israel. Não há nada no relato de Gênesis que indica que Esaú, quando Jacó retornou para sua terra natal, não era um sincero adorador.[65]

Nosso próximo interesse é a referência a Faraó – do qual Storms afirma: "Este episódio na Escritura figura em segundo lugar, abaixo apenas de 'amei a Jacó, e odiei a Esaú,' em termos de desaprovação no qual ele é considerado!"[66] A única desaprovação, entretanto, está nos olhos do cristão fiel à Bíblia que odeia ver a Escritura ser deturpada por um calvinista. A Bíblia diz de Faraó:

> Porque diz a Escritura a Faraó: Para isto mesmo te levantei; para em ti mostrar o meu poder, e para que o meu nome seja anunciado em toda a terra. Logo, pois, compadece-se de quem quer, e endurece a quem quer (Rm 9.17, 18).

Herman Hoeksema insiste que "Faraó foi soberanamente odiado desde a eternidade, no mesmo tempo que foi Esaú."[67] Mas, como admitimos sobre

Esaú, suponhamos que Faraó foi "soberanamente odiado desde a eternidade." Como isto prova a condenação de bilhões de outros "reprovados"? Pink supõe que prova: "O caso de Faraó *estabelece* o princípio e ilustra a doutrina da Reprovação. Se Deus na verdade reprobou Faraó, podemos legitimamente concluir que Ele reprova todos os outros que Ele não predestinou para serem conformes à imagem de Seu Filho."[68] Mas, por outro lado, se pode ser provado que Deus não reprovou Faraó, então podemos legitimamente concluir que Deus não reprova ninguém, pelo menos não de acordo com a concepção calvinista da reprovação, pois Deus "reprova" todos que ele *não* predestina para serem conformes à imagem de Seu Filho. Mas ninguém está predestinado a ser conforme a imagem de Cristo a não ser *depois* que é salvo. Conseqüentemente, todos os homens são "reprovados" a menos que aceitem Cristo – pela fé, não pela Eleição Incondicional e pela Graça Irresistível.

Que o propósito para o qual Faraó foi levantado e o subseqüente endurecimento não tinha nada a ver com o destino eterno de Faraó é perfeitamente claro, tanto de acordo com a Bíblia como com os calvinistas. Diz-se de Faraó que ele foi levantado para mostrar o poder de Deus – não para ser condenado ao inferno por um decreto soberano e eterno. O propósito era que Deus poderia provar para Israel que ele era o Senhor que os libertou (Êx 6.6, 7; 10.1, 2; 13.14-16), para mostrar a Faraó que ele era o único Deus (Êx 9.14), para mostrar aos egípcios que ele era o Senhor (Êx 7.5; 14.4, 18), e que seu nome poderia ser declarado por toda a terra (Êx 9.16). Estes propósitos foram realizados por meio de Israel (Êx 14.31), Faraó e os egípcios (Êx 14.17, 18, 25), e por toda a terra (Js 2.10, 11; 1Sm 4.7, 8). Para uma declaração de um calvinista, nos voltamos para Berkouwer: "É claro que Paulo não quer dirigir nossa atenção para o destino individual de Faraó, mas que ele fala dele a fim de mostrar o seu lugar na história da salvação, e certamente não é permissível – como Calvino fez – tirar conclusões aqui a respeito do 'exemplo' de obstinação por causa do decreto eterno de Deus, e a respeito da rejeição dos ímpios."[69]

Então há a questão de Deus endurecer Faraó. Já vimos casos similares na Bíblia onde se diz que Deus endurece indivíduos. Nenhum deles tinha algo a ver com a salvação ou qualquer decreto eterno, conforme visto pelo fato que Israel – a nação eleita – foi endurecida por Deus (Is 63.17). Portanto, é falacioso o raciocínio de Herman Hoeksema que, como Deus endurece o coração de Faraó para reprová-lo, da mesma forma "Deus endurece o coração de todos os ímpios."[70] Deve primeiramente ser observado que, antes que Deus tocou Faraó, e antes que Moisés foi vê-lo, Deus em seu pré-conhecimento disse: "Eu sei, porém, que o rei do Egito não vos deixará ir, nem ainda por uma mão forte" (Êx 3.19). A razão por que Deus sabia disto é evidente do primeiro encontro que Moisés teve com Faraó:

> E depois foram Moisés e Arão e disseram a Faraó: Assim diz o SENHOR Deus de Israel: Deixa ir o meu povo, para que me celebre uma festa no deserto. Mas Faraó disse: Quem é o SENHOR, cuja voz eu ouvirei, para

> deixar ir Israel? Não conheço o SENHOR, nem tampouco deixarei ir Israel (Êx 5.1, 2).

Um decreto eterno e soberano da reprovação não tinha nada a ver com isto.

Faraó pronunciou as mais trágicas palavras que alguém poderia dizer: "Não conheço o SENHOR." Saber disto foi o que levou Deus a determinar endurecer Faraó (Êx 4.21; 7.3). Então se diz que Deus o endureceu (Êx 7.13; 9.12; 10.1, 20, 27; 14.8). Mas também se diz que Faraó endureceu o seu próprio coração (Êx 8.15, 32; 9.34). E duas vezes é dito que o coração de Faraó foi endurecido, não sendo mencionado o agente (Êx 7.22; 9.35). Em seu zelo para enviar Faraó para o inferno, Storms alega que quando Faraó endureceu seu coração e não nos é informado o autor do endurecimento, foi Deus quem verdadeiramente endureceu.[71] Mas há várias coisas a notar sobre este endurecimento. Em primeiro lugar, foi sempre em referência a deixar Israel ir, não crer ou obedecer ao que Deus disse em referência à salvação (Êx 4.21; 7.3, 4; 10.1, 20, 27; 14.8). Em segundo lugar, se o decreto da reprovação era eterno, o que Deus estava fazendo endurecendo o coração de Faraó no tempo e em várias ocasiões se ele já foi predestinado ao inferno? Ele estava fazendo mais firme sua reprovação e condenação? Talvez o maior erro diz respeito à natureza do endurecimento em geral. Quando um tijolo, um pedaço de barro, um cubo de gelo, ou um selador de junta de vedação é endurecido – ele já assumiu seu formato final. O endurecimento o *endurece*, não o forma. E observe o que nos conta o calvinista John Murray: "O endurecimento de Faraó, não esqueçamos, reveste-se de caráter judicial. Pressupõe a entrega ao mal e, no caso de Faraó, particularmente à entrega ao mal de seu auto-endurecimento."[72]

Houve uma certa divergência no lado calvinista a respeito de Jacó e Esaú. O assunto Faraó produziu ainda mais divisão. Mas após exame do último baluarte da reprovação em Romanos 9, a maioria dos calvinistas tem abandonado o navio:

> Mas, ó homem, quem és tu, que a Deus replicas? Porventura a coisa formada dirá ao que a formou: Por que me fizeste assim? Ou não tem o oleiro poder sobre o barro, para da mesma massa fazer um vaso para honra e outro para desonra? E que direis se Deus, querendo mostrar a sua ira, e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita paciência os vasos da ira, preparados para a perdição; para que também desse a conhecer as riquezas da sua glória nos vasos de misericórdia, que para glória já dantes preparou, os quais somos nós, a quem também chamou, não só dentre os judeus, mas também dentre os gentios? (Rm 9.20-24).

Embora haja muitos desertores, ainda há um restante segundo a eleição do Calvinismo. De acordo com Herman Hoeksema, porque o oleiro tem poder sobre o barro, isto prova "a absoluta soberania de Deus para determinar o

destino final dos homens, seja para honra ou desonra, para salvação e glória ou para condenação e destruição."[73] Entretanto, enquanto Hoeksema insiste que o barro não é a humanidade caída,[74] outros calvinistas sustentam que é.[75] Os calvinistas continuamente referem-se aos "vasos da ira, preparados para a perdição" como os reprovados.[76] A respeito destes "vasos da ira," Pink simplesmente diz: "Ele prepara os não-eleitos para destruição por Seus decretos da preordenação."[77]

O oleiro e o barro era uma ilustração comum no Velho Testamento (Is 29.16; 45.9; 64.8; Jr 18.1-6). Nunca ela é uma referência à salvação de alguém. Diz-se de Israel ser o barro (Is 64.8; Jr 18.6). O barro é formado, não criado. Não havia barro antes da fundação do mundo, e nem se diz de alguém que é moldado ou preparado antes da fundação do mundo. E embora seja dito dos "vasos de misericórdia" que eles foram "para glória já dantes" preparados por Deus, nenhum agente é citado no caso dos que estavam "preparados para a perdição." Vasos são feitos vazios, e trazem honra ou desonra (2Tm 2.20) conforme o que é colocado neles. Deus não *cria* ninguém honroso ou desonroso. Então, embora Cosgrove afirma que "enquanto explica a justiça de Deus em relação a Israel, Paulo afirma uma doutrina da dupla predestinação,"[78] é somente isolando esta passagem do restante de Romanos 9-11 e deduzindo a eleição e reprovação dela que a interpretação calvinista parece plausível.

As diversas interpretações dos comentaristas sobre esta passagem são irrelevantes por duas razões. A primeira é que tudo depende de como alguém interpreta Romanos 9 como um todo. Isto pode ser visto no comentário de Piper:

> É claro, portanto, que em 9.21 Paulo ainda tem em mente a questão da eleição incondicional levantada em 9.6-13. Àqueles que não foram convencidos que Paulo estava preocupado com a predestinação de indivíduos para salvação e perdição em 9.6-13, esta observação não irá reforçar o caso para que vejam a predestinação de indivíduos em 9.21.[79]

Piper também apela às "claras e vigorosas afirmações da dupla predestinação em Romanos 9" como prova de que Deus preparou os homens para destruição antes da fundação do mundo em Rm 9.22.[80] John Murray faz a mesma coisa, mas apela a Romanos 8: "Nos versículos 22 e 23, embora não exista nas expressões 'preparados para a perdição' e 'para a glória preparou de antemão' qualquer alusão direta ao decreto da parte de Deus, não é possível dissociar o versículo 24 da passagem anterior, onde figura a chamada em relação à predestinação (Rm 8.28-30)."[81] Então, ainda que a passagem em questão, em e de si mesma, não ensina a eleição e a reprovação, os calvinistas vêem estas doutrinas de qualquer maneira, porque eles deduzem sua idéia da predestinação que eles a percebem em outro lugar. Mas não poderia tão

facilmente ser dito que porque a Eleição Incondicional não é encontrada em outro lugar que ela não é uma opção aqui?

O que, em segundo lugar, torna as interpretações destes versículos irrelevantes é que são os próprios calvinistas que invalidam as interpretações de alguns de seus mais radicais "irmãos." A humanidade é uma massa de barro que Deus molda para o céu ou para o inferno? Os calvinistas John Murray e Charles Hodge respondem:

> Não existe qualquer base para a interpretação de que Paulo tenha apresentado Deus como quem reputa a humanidade como a argila e que trata os homens de acordo com isso. O apóstolo estava utilizando uma analogia, e o significado é simplesmente que, na esfera de seu governo, Deus tem o intrínseco direito de tratar os homens de modo semelhante ao oleiro no âmbito de sua ocupação, ao manusear o barro.**[82]**

> Na soberania aqui afirmada, é Deus como governador moral, e não Deus como criador, que é trazido à tona. Não é o direito de Deus de criar pecadores a fim de puni-los, mas seu direito de lidar com os pecadores conforme lhe apraz, que é aqui e em outro lugar afirmado.**[83]**

Acerca dos "vasos da ira," eles foram incondicionalmente "preparados para a perdição" antes da fundação do mundo? Calvino achava que sim, mas e quanto aos seus seguidores?

> Deve ser dito, entretanto, que muitos não mais concordam com a exegese de Calvino sobre esta passagem, não porque querem minimizar a soberania de Deus, mas porque reconhecem que as palavras de Deus não podem legitimamente ter esta interpretação.**[84]**

> O pensamento central é que a perdição imposta aos vasos da ira é algo para o que sua anterior condição os torna adequados. Há uma correspondência exata entre o que foram na vida presente e a perdição à qual serão consignados.**[85]**

> Isto, entretanto, não deve ser entendido num sentido supralapsário. Deus não cria os homens a fim de destrui-los.**[86]**

Os "vasos da ira" são os indivíduos "reprovados" membros da raça humana? Mais uma vez, os calvinistas responderão por nós:

> No versículo precedente, Paulo tinha declarado que Deus exercia muita longanimidade com os *vasos da ira* – aquela parte de Israel que não era de Israel.**[87]**

> Outrossim, o apóstolo tem em vista a incredulidade de Israel e a longanimidade com que Deus tolera esta incredulidade.[88]
>
> Deve ser que Paulo se refere aqui a Israel. Assim como Deus queria revelar Sua ira contra Faraó, da mesma forma também com Israel, mas simultaneamente e através disso, Ele mostra Sua majestade e glória. Novamente, esta não é uma análise independente do destino dos homens individualmente; mostra, antes, os atos do Deus que elege através do curso da história.[89]

Compreender esta passagem de Romanos 9 senão em um sentido supralapsário destrói todo o sistema TULIP. É por isso que há tantos desertores da posição de Calvino. Como em toda parte em Romanos 9, a nação de Israel está em vista. Conforme os próprios calvinistas, os "vasos da ira" são os judeus incrédulos – não os "reprovados" assim decretados desde antes da fundação do mundo. O que é dito sobre Faraó e Deus mostrando seu poder é transferido para o Israel incrédulo. Os "vasos da ira" foram "preparados para a perdição" porque eles "tropeçaram na pedra de tropeço" (Rm 9.32), eram culpados do sangue de Cristo (Mt 27.25) e inimigos do Evangelho (Rm 11.28). Mas assim como a Israel foi mostrado misericórdia no caso de Faraó (Rm 9.15-18), não obstante tornaram-se "vasos da ira" na passagem sob consideração, da mesma forma os judeus individualmente que rejeitaram Cristo podiam tornar-se "vasos de misericórdia" se aceitassem Cristo (1Tm 1.13, 16), pois foram perdoados por ele (Lc 23.34). E muito embora todos os calvinistas fariam de Faraó um vaso "para desonra," somos informados em Êxodo que o Senhor disse: "Eu serei glorificado em Faraó" (Êx 14.17). Finalmente, por meio de aplicação, todos os homens são "vasos da ira" (Ef 2.3), mas Deus terá misericórdia sobre qualquer um que recebe Jesus Cristo (Rm 11.30, 31; 1Pe 2.10). A falácia por trás de todas as interpretações calvinistas em Romanos 9 está em deduzir a eleição e a reprovação soberana dos argumentos de Paulo sobre a questão de Israel.

Aos calvinistas que firmemente crêem em sua doutrina da reprovação, ela deve ser pregada como parte de "todo o conselho de Deus" (At 20.27). Todavia, Calvino concorda com Agostinho ao sustentar: "Se alguém dirigir-se às pessoas e dizer, Se você não crê, é porque foi predestinado por Deus para a destruição eterna; tal pessoa não estaria apenas alimentando sua própria indolência, mas estaria favorecendo a hostilidade aos seus ouvintes."[90] Mas a mensagem hipotética de Calvino e Agostinho é a mais pura verdade – se alguém for um verdadeiro calvinista. E a doutrina da reprovação ou é falsa ou, como Bunyan declara: "É impossível que alguém seja reprovado, antes que Deus tenha desejado e decretado que fosse."[91] Portanto, se a reprovação é verdadeira, então não há nada que alguém possa fazer sobre isto. Assim, se "eleito" ou "reprovado," a sina do homem na vida ainda é:

> Bom é ter esperança, e aguardar em silêncio a salvação do SENHOR (Lm 3.26).

A reprovação não deve ser pregada, mas não pela razão dada por Agostinho e aprovada por Calvino. Não deve ser pregada porque não apenas ela é evidentemente falsa, mas porque é verdadeiramente um "decreto horrível."

Mais uma vez, entretanto, há um elemento de verdade em toda heresia do Calvinismo. Embora Deus não cria os homens numa condição reprovada, isto de forma alguma nega o julgamento de Deus sobre os ímpios. Sendo onisciente e onipresente, Deus certamente está ciente do que está acontecendo: "Os olhos do SENHOR estão em todo lugar, contemplando os maus e os bons" (Pv 15.3). Deus se lembra da maldade (Os 7.2), e julgará tudo, incluindo as palavras (Mt 12.36) e segredos (Rm 2.16) dos homens. Os ímpios irão para o inferno (Sl 9.17), terão sobre si chuva de fogo e enxofre (Sl 11.6), e serão consumidos como a gordura dos cordeiros (Sl 37.20). O Senhor zombará e rirá dos ímpios (Pv 1.26) e os turbará (Sl 2.5). Todavia, não há nenhuma injustiça em Deus (Sl 92.15; Rm 9.14). O problema com o Calvinismo é que nada disso ocorre por causa de um decreto soberano e eterno. Então, não apenas Deus não criou um homem ímpio, ele aceitará qualquer um que se converter de sua impiedade (Ez 33.19). Conseqüentemente, quando um homem está reservado, apontado, ou ordenado para condenação, é sempre por causa de algo que ele fez, não por um decreto eterno da reprovação.

Ao concluir o assunto da reprovação, os calvinistas ainda estão divididos. Baker insiste que "parece haver apoio bíblico adequado para a doutrina da reprovação."**[92]** Mas, ao contrário, Bavinck observa que "a Escritura faz pouca menção da rejeição como decreto eterno" enquanto Dijk admite que "a Escritura fala da rejeição exclusivamente como um ato de Deus no tempo e na história."**[93]** Comentando sobre o debate supralapsário/infralapsário entre os calvinistas, o calvinista Paul Jewett conclui que "quando tudo é considerado, o problema da reprovação permanece sem solução e, pode parecer, insolúvel."**[94]** Palmer usa uma prova para a reprovação na qual nenhum batista da Graça Soberana jamais imaginaria: "Tão certamente como a igreja pratica o batismo infantil, da mesma forma também ela ensina a verdade da reprovação."**[95]** Então, embora os calvinistas não podem concordar entre si quanto à natureza e ordem dos decretos de Deus ou a questão da reprovação, há uma coisa que os une, sim, que os denomina calvinistas: Deus elegeu certas pessoas para ser salvas e somente elas são as receptoras da salvação. Há muitos argumentos usados pelos calvinistas para provar que os homens são soberanamente eleitos por um decreto eterno para salvação. Mas do supralapsarianismo ao sublapsarianismo, e tudo entre os dois, os argumentos são todos iguais. Portanto, forneceremos uma "dieta balançeada" dos variados calvinistas conforme vemos que eles usam a Escritura para provar a contraparte da reprovação.

[1] Calvino, Institutes, p. 947 (III.xxxiii.1).
[2] Engelsma, Hyper-Calvinism, p. 44.
[3] Gill, Divinity, p. 192.
[4] Engelsma, Hyper-Calvinism, p. 46.
[5] Ibid.
[6] Baker, p. 156.
[7] Ibid., p. 179.
[8] John Murray, *Romanos*, 1ª edição (São José dos Campos: Editora Fiel, 2003), p. 79.
[9] Gordon H. Clark, *The Pastoral Epistle* (Jefferson: The Trinity Foundation, 1983), p. 173.
[10] Charles Hodge, Corinthians, p. 682.
[11] Ibid.
[12] John Murray, "Calvin, Dort, and Westminster on Predestination – A Comparative Study," em De Jong, ed., *Crisis in the Reformed Churches*, p. 155.
[13] Dabney, Theology, p. 238.
[14] Ibid., pp. 238-239.
[15] Pink, Sovereignty, p. 85.
[16] Ibid., p. 124.
[17] Pink, Joshua, p. 319.
[18] Clark, Predestination, p. 178.
[19] Pink, Sovereignty, p. 85.
[20] Ibid., p. 98.
[21] Joseph M. Wilson, "Not Appointed to Wrath, But to Salvation," *The Baptist Examiner*, 2 de fevereiro de 1991, p. 1.
[22] Arthur W. Pink, *Studies in Saving Faith* (Petersburg: Pilgrim Brethen Press, 1992), p. 4.
[23] Tom Ross, *Elementary Eschatology: A Study of Premillennial Preophecy* (n.p., n.d.), p. 69.
[24] Ibid.
[25] Chafer, Theology, vol. 5, p. 223.
[26] Pink, Sovereignty, pp. 98-99.
[27] Warfield, Studies, p. 305.
[28] Pink, Sovereignty, p. 99.
[29] Ibid., p. 124.
[30] Ibid., p. 99.
[31] Ibid.
[32] John Bunyan, *Reprobation Asserted* (Swengel: Reiner Publications, 1969), pp. 80, 81.
[33] Pink, Sovereignty, p. 99.
[34] Thomas Manton, *A Commentary on Jude* (Edinburgh: The Banner of Truth Trust, 1958), p. 128.
[35] Baker, p. 160.
[36] Herman Hoeksema, Dogmatics, p. 161; Clark, Predestination, p. 98; Schreiner, Prevenient Grace, p. 376.
[37] Pink, Sovereignty, pp. 91-92.

[38] Ibid., p. 91.
[39] Ibid., p. 92.
[40] Ibid., p. 124.
[41] Pink, John, pp. 689-690.
[42] Gill, God and Truth, p. 73.
[43] Carson, p. 196.
[44] Pink, Sovereignty, p. 98.
[45] W. E. Best, *The Most Neglected Chapter in the Bible (Romanos 9)* (Houston: W. E. Best Book Missionary Trust, n.d.).
[46] Benjamin B. Warfield, citado em Boettner, Predestination, p. 86.
[47] Pink, Sovereignty, p. 98.
[48] Kenneth D. Johns, *Election: Love Before Time* (Philipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1976), p. 6.
[49] Herman Hoeksema, *God's Eternal Good Pleasure*, ed. e rev. Homer C. Hoeksema (Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1979); Charles H. Cosgrove, *Elusive Israel: The Puzzle of Election in Romans* (Louisville: Westminster John Knox Press, 1997); Stephen Motyer, *Israel in the Plan of God* (Leicester: Inter-Varsity Press, 1989); H. L. Ellison, *The Mystery of Israel*, ed. rev. e ampl. (Devon: The Paternoster Press, 1968); John Piper, *The Justification of God*, 2a. ed. (Grand Rapids: Baker Books, 1993); Best, Romans 9.
[50] Helen Thomas, "Jacob and Esau – 'rigidly Calvinistic'?" *Studies in English Literature 1500-1900* 9 (Primavera de 1969), p. 200.
[51] Johns, p. 7.
[52] Herman Hoeksema, Good Pleasure, p. 24.
[53] Haldane, p. 462.
[54] Piper, Justification, pp. 203-204.
[55] Cosgrove, p. 28.
[56] Herman Hoeksema, Good Pleasure, p. 19.
[57] Ballard, p. 15.
[58] Calvino, Institutes, p. 930 (III.xxi.7).
[59] Baker, p. 153; Berkouwer, p. 71.
[60] John Murray, *Romanos*, 1ª edição (São José dos Campos: Editora Fiel, 2003), p. 383.
[61] Haldane, p. 465.
[62] Owen, p. 227.
[63] Pink, Sovereignty, p. 200.
[64] Ibid., p. 201.
[65] Buswell, vol. 2, p. 149.
[66] Storms, Chosen for Life, p. 87.
[67] Herman Hoeksema, Good Pleasure, p. 46.
[68] Pink, Sovereignty, p. 90.
[69] Berkouwer, pp. 212-213.
[70] Herman Hoeksema, Good Pleasure, p. 46.
[71] Storms, Chosen for Life, p. 88.

[72] John Murray, *Romanos*, 1ª edição (São José dos Campos: Editora Fiel, 2003), p. 391.
[73] Herman Hoeksema, Good Pleasure, p. 60.
[74] Ibid., p. 63.
[75] Charles Hodge, Romans, p. 319; Pink, Sovereignty, p. 97.
[76] Patrick H. Mell, *A Southern Baptist Looks at Predestination* (Cape Coral: Christian Gospel Foundation, n.d.), p. 31; Best, Romans 9, pp. 193-198.
[77] Pink, Sovereignty, p. 96.
[78] Cosgrove, p. 27.
[79] Piper, Justification, p. 204.
[80] Ibid., p. 212.
[81] John Murray, *Romanos*, 1ª edição (São José dos Campos: Editora Fiel, 2003), p. 399.
[82] John Murray, *Romanos*, 1ª edição (São José dos Campos: Editora Fiel, 2003), p. 394, 395.
[83] Charles Hodge, Romans, p. 319.
[84] Berkouwer, p. 214.
[85] John Murray, *Romanos*, 1ª edição (São José dos Campos: Editora Fiel, 2003), p. 398.
[86] Charles Hodge, Romans, p. 321.
[87] Haldane, p. 493.
[88] John Murray, *Romanos*, 1ª edição (São José dos Campos: Editora Fiel, 2003), p. 397.
[89] Berkouwer, p. 214.
[90] Calvino, Eternal Predestination, p. 149.
[91] Bunyan, pp. 46-47.
[92] Baker, p. 161.
[93] Herman Bavinck e Klaas Dijk, citado em Berkouwer, p. 202.
[94] Jewett, p. 97.
[95] Palmer, p. 110.

Textos-Provas

Como mencionado anteriormente, a predestinação e a eleição são freqüentemente usadas como termos cognatos, ambas se referindo à escolha de Deus de certos indivíduos para ser salvos. E se em toda a sua vida alguém só tivesse escutado os calvinistas, ele pensaria que a Bíblia toda giraria em torno destas doutrinas. Mas não apenas a eleição e a predestinação são duas idéias completamente diferentes, elas não recebem, nem remotamente, a ênfase na Bíblia que dão os calvinistas. Há duas classes de textos-provas dadas pelos calvinistas em apoio a sua doutrina da "eleição para salvação." A primeira é o argumento de que Deus tem um grupo especial de pessoas – os "eleitos" – que foram escolhidos para salvação antes da fundação do mundo. Os calvinistas vêem isto nas frases que mencionam o "povo" de Deus ou as "ovelhas" de Deus,

assim como nos versículos onde o inverso é subentendido. O outro tipo de texto-prova para a Eleição Incondicional é um versículo que contém uma palavra chave que o calvinista lê como Eleição Incondicional. Estes versículos são de cinco tipos, correspondendo às seguintes idéias:

1. Dados para salvação
2. Ordenados para salvação
3. Escolhidos para salvação
4. Eleitos para salvação
5. Predestinados para salvação

Visto que cada uma destas duas classes de textos-provas contém várias Escrituras a ser examinadas, elas serão consideradas individualmente, e, no caso da última, será ainda dividida em cinco seções.

Mas antes de examinar os textos-provas calvinistas para a Eleição Incondicional, a falácia sobre a qual cada um deles está baseado deve ser observada. Esta falácia é toda a idéia que a humanidade está dividida em dois grupos: os "eleitos" e os "reprovados." Como vimos anteriormente neste capítulo, Deus fez todos os homens iguais em um sentido:

> O SENHOR olha desde os céus e está vendo a todos os filhos dos homens. Do lugar da sua habitação contempla todos os moradores da terra. Ele é que forma o coração de todos eles, que contempla todas as suas obras (Sl 33.13-15).

Conseqüentemente, assim como não há tal coisa como um decreto único, eterno, soberano, todo-abrangente, da mesma forma não há tal coisa como os "eleitos" e os "reprovados."

A prova simples de que a salvação não está limitada aos "eleitos" apenas é fornecida por toda a Escritura:

> E no último dia, o grande dia da festa, Jesus pôs-se em pé, e clamou, dizendo: Se alguém tem sede, venha a mim, e beba (Jo 7.37).

> A este dão testemunho todos os profetas, de que todos os que nele crêem receberão o perdão dos pecados pelo seu nome (At 10.43).

> Como está escrito: Eis que eu ponho em Sião uma pedra de tropeço, e uma rocha de escândalo; E todo aquele que crer nela não será confundido (Rm 9.33).

> E assim para vós, os que credes, é preciosa, mas, para os rebeldes, A pedra que os edificadores reprovaram, Essa foi a principal da esquina (1Pe 2.6).

> Todo aquele que crê que Jesus é o Cristo, é nascido de Deus; e todo aquele que ama ao que o gerou também ama ao que dele é nascido (1Jo 5.1).
>
> E o Espírito e a esposa dizem: Vem. E quem ouve, diga: Vem. E quem tem sede, venha; e quem quiser, tome de graça da água da vida (Ap 22.17).

A primeira forma de se livrar da promessa de que "quem quiser" pode vir é ignorá-la e negar a sua existência. Spencer simplesmente afirma que ela "não pode ser encontrada na Bíblia."[1] Percebendo que não é possível escapar disto, outro método para chegar ao mesmo resultado é sugerir que "a vontade para vir não é preveniente à graça mas subseqüente a ela como seu fruto."[2] Assim, por trás de todo versículo que admite o livre-arbítrio existe um significado misterioso, filosófico e teológico *oposto* ao que o versículo diz. Isto possibilita que um calvinista diga tolices como crer em "quem quiser" e ao mesmo tempo negar. O exemplo mais infeliz deste fenômeno é o livro *Whosoever Will*, do teólogo reformado protestante supralapsário Herman Hoeksema. Enquanto afirma que "é absolutamente certo que 'quem quiser pode vir.' E é igualmente certo que quem vem certamente será recebido,"[3] Hoeksema gasta 164 páginas pressupondo as seguintes implicações calvinistas:

> De fato, o pecador não é de si mesmo nem capaz nem desejoso de receber essa salvação.[4]
>
> A graça salvadora de Deus, mudando o coração do pecador, precede a vontade para vir a Cristo.[5]
>
> A vontade para vir a Cristo tem sua origem em, e é resultado da eleição incondicional, livre e soberana dos Seus para a vida eterna.[6]

Boettner igualmente repudia a idéia de que "quem quiser" pode vir: "O fato é que uma pessoa espiritualmente morta não consegue desejar vir."[7] Isto nos traz de volta ao fundamento do Calvinismo: a Depravação Total. Mas como o calvinista de quatro pontos Lewis Sperry Chafer respondeu as ginásticas escriturísticas de seus "irmãos": "É enganoso afirmar, como o Dr. Warfield costumava fazer, que 'quem Deus quiser pode vir.'"[8] Todavia, este é ao que o Calvinismo reduz a salvação. Deus escreveu o roteiro bilhões de anos atrás e está agora no processo de controlar a situação por trás dos bastidores a fim de fazer acontecer sua desejada carta branca.

---

[1] Spender, Tulip, p. 66.

[2] Herman Hoeksema, *The Wonder of Grace*, 2a. ed. (Grand Rapids: Reformed free Publishing Association, 1982), p. 13.
[3] Herman Hoeksema, Whosoever Will, p. 119.
[4] Ibid., p. 14.
[5] Ibid., p. 24.
[6] Ibid., p. 144.
[7] Boettner, Reformed Faith, p. 11.
[8] Chafer, Theology, Vol. 6, p. 252.

APÊNDICE 1

5 Artigos da Remonstrância

Artigo 1

Que Deus, por um eterno e imutável plano em Jesus Cristo, seu Filho, antes que fossem postos os fundamentos do mundo, determinou salvar, de entre a raça humana que tinha caído no pecado – em Cristo, por causa de Cristo e através de Cristo – aqueles que, pela graça do Santo Espírito, crerem neste seu Filho e que, pela mesma graça, perseverarem na mesma fé e obediência de fé até o fim; e, por outro lado, deixar sob o pecado e a ira os costumazes e descrentes, condenando-os como alheios a Cristo, segundo a palavra do Evangelho de Jo 3.36 e outras passagens da Escritura.

Artigo 2

Que, em concordância com isso, Jesus Cristo, o Salvador do mundo, morreu por todos e cada um dos homens, de modo que obteve para todos, por sua morte na cruz, reconciliação e remissão dos pecados; contudo, de tal modo que ninguém é participante desta remissão senão os crentes.

Artigo 3

Que o homem não possui por si mesmo graça salvadora, nem as obras de sua própria vontade, de modo que, em seu estado de apostasia e pecado para si mesmo e por si mesmo, não pode pensar nada que seja bom – nada, a saber, que seja verdadeiramente bom, tal como a fé que salva antes de qualquer outra coisa. Mas que é necessário que, por Deus em Cristo e através de seu Santo Espírito, seja gerado de novo e renovado em entendimento, afeições e vontade e em todas as suas faculdades, para que seja capacitado a entender, pensar, querer e praticar o que é verdadeiramente bom, segundo a Palavra de Deus [Jo 15.5].

Artigo 4

Que esta graça de Deus é o começo, a continuação e o fim de todo o bem; de modo que nem mesmo o homem regenerado pode pensar, querer ou praticar qualquer bem, nem resistir a qualquer tentação para o mal sem a graça precedente (ou preveniente) que desperta, assiste e coopera. De modo que todas as obras boas e todos os movimentos para o bem, que podem ser concebidos em pensamento, devem ser atribuídos à graça de Deus em Cristo. Mas, quanto ao modo de operação, a graça não é irresistível, porque está escrito de muitos que eles resistiram ao Espírito Santo [At 7 e *alibi passim*].

Artigo 5

Que aqueles que são enxertados em Cristo por uma verdadeira fé, e que assim foram feitos participantes de seu vivificante Espírito, são abundantemente dotados de poder para lutar contra Satã, o pecado, o mundo e sua própria carne, e de ganhar a vitória; sempre – bem entendido – com o auxílio da graça do Espírito Santo, com a assistência de Jesus Cristo em todas as suas tentações, através de seu Espírito; o qual estende para eles suas mãos e (tão somente sob a condição de que eles estejam preparados para a luta, que peçam seu auxílio e não deixar de ajudar-se a si mesmos) os impele e sustenta, de modo que, por nenhum engano ou violência de Satã, sejam transviados ou tirados das mãos de Cristo [Jo 10.28]. Mas quanto à questão se eles não são capazes de, por preguiça e negligência, esquecer o início de sua vida em Cristo e de novamente abraçar o presente mundo, de modo a se afastarem da santa doutrina que uma vez lhes foi entregue, de perder a sua boa consciência e de negligenciar a graça – isto deve ser assunto de uma pesquisa mais acurada nas Santas Escrituras antes que possamos ensiná-lo com inteira segurança.

APÊNDICE 7

A SEGUNDA CONFISSÃO DE FÉ DE LONDRES

CAPÍTULO 1
AS SAGRADAS ESCRITURAS

1. A Sagrada Escritura é a única regra suficiente, certa e infalível de conhecimento para a salvação, de fé e de obediência.[1] A luz da natureza, e as obras da criação e da providência, manifestam a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, de tal modo que os homens ficam inescusáveis; contudo não são suficientes para dar conhecimento de Deus e de sua vontade que é necessário para a salvação.[2]

Por isso, em diversos tempos e por diferentes modos, o Senhor foi servido revelar-se a si mesmo e declarar sua vontade à sua igreja.[3] E para a melhor preservação e propagação da verdade, e o mais seguro estabelecimento e

conforto da Igreja, contra a corrupção da carne e a malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazer escrever por completo todo esse conhecimento de Deus e revelação de sua vontade necessários à salvação; o que torna a Escritura indispensável, tendo cessado aqueles antigos modos em que Deus revelava sua vontade a seu povo.[4]

2. Sob o nome de Sagradas Escrituras ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Velho Testamento e Novo Testamento, que são os seguintes:

O VELHO TESTAMENTO

Gênesis	1 Reis	Eclesiastes	Obadias
Êxodo	2 Reis	Cantares	Jonas
Levítico	1 Crônicas	Isaías	Miquéias
Números	2 Crônicas	Jeremias	Naum
Deuteronômio	Esdras	Lamentações	Habacuque
Josué	Neemias	Ezequiel	Sofonias
Juizes	Ester	Daniel	Ageu
Rute	Jó	Oséias	Zacarias
1 Samuel	Salmos	Joel	Malaquias
2 Samuel	Provérbios	Amós	

O NOVO TESTAMENTO

Mateus	Efésios	Hebreus
Marcos	Filipenses	Tiago
Lucas	Colossenses	1 Pedro
João	1 Tessalonissenses	2 Pedro
Atos	2 Tessalonissenses	1 João
Romanos	1 Timóteo	2 João
1 Coríntios	2 Timóteo	3 João
2 Coríntios	Tito	Judas
Gálatas	Filemom	Apocalipse

Todos os quais foram dados por inspiração de Deus, para serem a regra de fé e vida prática.[5]

3. Os livros comumente chamados Apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon ou compêndio das Escrituras. Portanto, nenhuma

autoridade têm para a Igreja de Deus, e nem podem ser de modo algum aprovados ou utilizados, senão como quaisquer outros escritos humanos.[6]

4. A autoridade da Sagrada Escritura, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas provém inteiramente de Deus, sendo Ele mesmo a verdade e o seu autor. A Escritura, portanto, tem que ser recebida, por ser a Palavra de Deus.[7]

5. Pelo testemunho da Igreja de Deus podemos ser movidos e persuadidos a ter em alto e reverente apreço as Sagradas Escrituras. A santidade do assunto, a eficácia da doutrina, a majestade do estilo, a harmonia de todas as partes, o propósito do todo (que é dar toda glória a Deus), a plena revelação que faz do único meio de salvação para o homem, e muitas outras excelências incomparáveis e perfeição completa, são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia serem elas a Palavra de Deus. Contudo, a nossa plena persuasão e certeza quanto à sua verdade infalível e divina autoridade provém da operação interna do Espírito Santo, que pela Palavra e com a Palavra testifica aos nossos corações.[8]

6. Todo o conselho de Deus, concernente a todas as coisas necessárias para a sua própria glória, para a salvação do homem, a fé e a vida, está expressamente declarado ou necessariamente contido na Sagrada Escritura. A ela nada em tempo algum se acrescentará, quer por nova revelação do Espírito, quer por tradições de homens.[9]

Entretanto, reconhecemos ser necessária a iluminação interior, da parte do Espírito de Deus, para a compreensão salvadora daquilo que é revelado na Palavra.[10] Reconhecemos que há algumas circunstâncias, concernentes à adoração a Deus e ao governo da igreja, que são peculiares às sociedades e costumes humanos, e que devem ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as normas gerais da Palavra que sempre devem ser observadas.[11]

7. Na Escritura não são todas as coisas igualmente claras, nem igualmente evidentes para todos.[12] Mesmo assim, as coisas que precisam ser conhecidas, cridas e obedecidas para a salvação estão claramente propostas e explicadas em uma passagem ou outra; e, pelo devido uso de meios comuns, não apenas os eruditos, mas também os indoutos, podem obter uma compreensão suficiente de tais coisas.[13]

8. O Antigo Testamento em hebraico (que era a língua vernácula do povo de Deus na antigüidade),[14] e o Novo Testamento em grego (que em sua época era a língua mais conhecida entre as nações), tendo sido diretamente inspirados por Deus e, pelo seu singular cuidado e providência, conservados puros no correr dos séculos, são, portanto, autênticos, de maneira que, em toda

controvérsia de natureza religiosa, a Igreja deve apelar para eles como palavra final.[15]

Mas visto que essas línguas originais não são conhecidas de todo o povo de Deus – que tem direito e interesse nas Escrituras, e que é ordenado a ler[16] e examinar[17] as Escrituras no temor de Deus – os Testamentos devem ser traduzidos para a língua de cada nação,[18] a fim de que, permanecendo a Palavra no povo de Deus, abundantemente, todos adorem a Deus de maneira aceitável, e pela paciência e consolação das Escrituras possam ter esperança.[19]

9. A regra infalível de interpretação das Escrituras é a própria Escritura. Portanto, sempre que houver dúvida quanto ao verdadeiro e pleno sentido de qualquer passagem (sentido este que não é múltiplo, mas um único), essa passagem deve ser examinada em confrontação com outras passagens, que falem mais claramente.[20]

10. O juiz supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas devem ser resolvidas e todos os decretos e concílios, todas as opiniões de escritores antigos e doutrinas de homens devem ser examinadas, e os espíritos provados, não pode ser outro senão a Sagrada Escritura entregue pelo Espírito Santo. Nossa fé recorrerá à Escritura para a decisão final.[21]

CAPÍTULO 2
DEUS E A SANTÍSSIMA TRINDADE

1. O Senhor nosso Deus é somente um, o Deus vivo e verdadeiro,[22] cuja subsistência está em si mesmo e provém de si mesmo;[23] infinito em seu ser e perfeição, cuja essência por ninguém pode ser compreendida, senão por Ele mesmo.[24] Ele é um espírito puríssimo,[25] invisível, sem corpo, membros ou paixões; o único que possui imortalidade, habitando em luz inacessível, a qual nenhum homem é capaz de ver;[26] imutável,[27] imenso,[28] eterno,[29] incompreensível, todo-poderoso;[30] em tudo infinito, santíssimo,[31] sapientíssimo; completamente livre e absoluto, operando todas as coisas segundo o conselho da sua própria vontade,[32] que é justíssima e imutável, e para a sua própria glória;[33] amantíssimo, gracioso, misericordioso, longânimo; abundante em verdade e benignidade, perdoando a iniquidade, a transgressão e o pecado; o recompensador daqueles que o buscam diligentemente;[34] contudo justíssimo e terrível em seus julgamentos,[35] odiando todo pecado,[36] e que de modo nenhum inocentará o culpado.[37]

2. Deus tem em si mesmo e de si mesmo toda a vida,[38] glória,[39] bondade[40] e bem-aventurança. Somente ele é auto-suficiente, em si e para si mesmo; e não precisa de nenhuma das criaturas que fez, nem delas deriva glória alguma;[41] mas somente manifesta, nelas, por elas, para elas e sobre elas a sua própria glória. Ele, somente, é a fonte de toda existência: de quem, através de

quem e para quem são todas as coisas,[42] tendo o mais soberano domínio sobre todas as criaturas, para fazer por meio delas, para elas e sobre elas tudo quanto lhe agrade.[43] Todas as coisas estão abertas e manifestas perante Ele;[44] o seu conhecimento é infinito, infalível e independe da criatura, de maneira que para Ele nada é contingente ou incerto.[45] Ele é santíssimo em todos os seus pensamentos, em todas as suas obras,[46] e em todos os seus mandamentos. A Ele são devidos, da parte de anjos e de homens, toda adoração,[47] todo serviço, e toda obediência que, como criaturas, eles devem ao Criador; e tudo mais que Ele se agrade em requerer de suas criaturas.

3. Neste ser divino e infinito há três pessoas: o Pai, a Palavra (ou Filho) e o Espirito Santo;[48] de uma mesma substância, igual poder e eternidade, possuindo cada uma inteira essência divina, que é indivisível.[49] O Pai, de ninguém é gerado ou procedente; o Filho é gerado eternamente do Pai;[50] o Espirito Santo procede do Pai e do Filho, eternamente;[51] todos infinitos e sem princípio de existência. Portanto, um só Deus; que não deve ser dividido em seu ser ou natureza, mas, sim, distinguido pelas diversas propriedades peculiares e relativas, e relações pessoais. Essa doutrina da Trindade é o fundamento de toda a nossa comunhão com Deus e confortável dependência dEle.

CAPÍTULO 3
O DECRETO DE DEUS

1. Desde toda a eternidade, Deus mesmo decretou todas as coisas que iriam acontecer no tempo; e isto Ele fez segundo o conselho da sua própria vontade, muita sábia e muito santa.[52] Fê-lo, porém, de um modo em que Deus em nenhum sentido é o autor do pecado,[53] nem se torna co-responsável pelo pecado, nem faz violência à vontade de suas criaturas, nem impede a livre ação das causas secundárias ou contingentes. Pelo contrário, estas causas secundárias são confirmadas;[54] e em tudo isso aparece a sabedoria de Deus em dispor de todas as coisas, e o seu poder e fidelidade em fazer cumprir seu decreto.[55]

2. Embora Deus saiba tudo quanto pode ou poderá acontecer,[56] em todas as condições possíveis, Ele nada decretou por causa do seu conhecimento prévio do futuro ou daquilo que viria a acontecer em determinada situação.[57]

3. Pelo decreto, e para manifestação da glória de Deus, alguns homens e alguns anjos são predestinados (ou preordenados) para a vida eterna através de Jesus Cristo,[58] para louvor da sua graça gloriosa.[59] Os demais são deixados em seu pecado, agindo para sua própria e justa condenação; e isto para louvor da justiça gloriosa de Deus.[60]

4. Os anjos e homens predestinados (ou preordenados) estão designados de forma particular e imutável, e o seu número é tão certo e definido que não pode ser aumentado ou diminuído.[61]

5. Dentre a humanidade, aqueles que são predestinados para a vida, Deus os escolheu em Cristo para glória eterna; e isto de acordo com o seu propósito eterno e imutável, pelo conselho secreto e pelo beneplácito da sua vontade, antes da fundação do mundo, apenas por sua livre graça e amor,[62] nada havendo em suas criaturas que servisse como causa ou condição para essa escolha.[63]

6. Deus não apenas designou os eleitos para glória, de acordo com o propósito eterno e espontâneo da sua vontade, mas também preordenou todos os meios pelos quais o seu propósito será efetivado.[64] Por isso os eleitos, achando-se caídos em Adão, são redimidos em Cristo[65] e chamados eficazmente para a fé nEle, pela ação do Espírito Santo, e no seu devido tempo; e são justificados, adotados, santificados[66] e guardados pelo poder de Deus, mediante a fé, para salvação.[67] Ninguém mais é redimido por Cristo, chamado eficazmente, justificado, adotado, santificado e salvo, senão unicamente os eleitos.[68]

7. Este alto mistério da predestinação deve ser tratado com especial prudência e cuidado, para que os homens, atentando para a vontade de Deus revelada em sua Palavra, e prestando-lhe obediência, possam assegurar-se de sua eleição eterna,[69] pela comprovação de sua chamada eficaz. Será desse modo que a doutrina da predestinação promoverá louvor,[70] reverência e admiração a Deus, bem como humildade,[71] diligência e consolação abundante para todos os que obedecem sinceramente ao evangelho.[72]

CAPÍTULO 4
A CRIAÇÃO

1. No princípio, aprouve ao Deus triúno (Pai, Filho e Espírito Santo),[73] para manifestação da glória do seu poder,[74] sabedoria e bondade eternais, criar ou fazer o mundo e todas as coisas que nele existem, tanto visíveis como invisíveis, no espaço de seis dias; e tudo muito bom.[75]

2. Depois de ter feito todas as demais criaturas, Deus criou o ser humano, homem e mulher,[76] dotados de uma alma racional e imortal.[77] E os adequou perfeitamente para a vida para Deus, para a qual foram criados, tendo sido feitos segundo a imagem de Deus, em conhecimento, retidão e verdadeira santidade,[78] possuindo a lei de Deus inscrita em seus corações,[79] e o poder para cumpri-la. No entanto havia a possibilidade de transgressão, pois foram deixados na liberdade e sua própria vontade, a qual estava sujeita a mudanças.[80]

3. Além de terem a lei de Deus escrita em seus corações, eles também receberam a ordem de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal;[81] enquanto obedeceram a esse preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre todas as criaturas.[82]

CAPÍTULO 5
A PROVIDÊNCIA DIVINA

1. Deus, o bom criador de todas as coisas, em seu poder e sabedoria infinitos, mantém, dirige, dispõe de, e governa todas as criaturas e coisas,[83] desde as maiores até às mínimas,[84] pela sua muito sábia e muito santa providência, para que cumpram com a finalidade para a qual foram criadas. Isso é feito de acordo com a infalível presciência de Deus e o conselho livre e imutável das sua própria vontade, para o louvor da glória de sua sabedoria, poder, justiça, bondade infinita e misericórdia.[85]

2. Em relação à presciência e ao decreto de Deus (que é a causa primária de tudo), todas as coisas acontecem imutável e infalivelmente,[86] de maneira que nada sucede por acaso ou fora da providência de Deus.[87] No entanto, por esta mesma providência, Deus dirige os acontecimentos por meio de causas secundárias, que operam livremente, ou como leis fixas, ou por interdependência.[88]

3. Normalmente, Deus faz uso de meios em sua providência,[89] mas é livre para operar sem,[90] acima de,[91] e contra[92] os meios ordinários, segundo bem entenda.

4. A onipotência, a sabedoria inescrutável e a infinita bondade de Deus se manifestam na providência, de um modo tão abrangente, que o seu conselho determinado se estende até mesmo à queda no pecado e a todos os outros atos pecaminosos, sejam de homens ou de anjos.[93] Isto envolve mais do que uma mera permissão, porque Deus, muito sábia e muito poderosamente, limita, regula e governa[94] os atos pecaminosos, em uma dispensação multiforme, atendendo aos santos desígnios de Deus.[95] Mesmo assim, a pecaminosidade desses atos procede das criaturas, e não de Deus, que, sendo muito santo e muito justo, não é nem pode ser o autor do pecado; e nem pode aprová-lo.[96]

5. Deus, que é muito sábio, justo e gracioso, muitas vezes deixa os seus próprios filhos entregues a várias tentações e à corrupção de seus próprios corações, por algum tempo: para castigá-los por antigos pecados, ou para mostrar-lhes o poder oculto da corrupção e do dolo em seus corações, a fim de que se humilhem; para levá-los a uma dependência mais constante e mais próxima de Deus; para torná-los mais vigilantes contra todas as futuras ocasiões de pecado; e para outros propósitos justos e santos.[97] Por isso, tudo o que sobrevem aos

eleitos acontece por designação divina, para a glória de Deus e o bem de seus filhos.[98]

6. Quanto aos perversos e ímpios, Deus, como reto juiz, os cega e endurece, em razão de pecados anteriores.[99] Ele não apenas lhes nega a sua graça, pela qual poderiam ser iluminados no entendimento e transformados no coração;[100] às vezes Ele também lhes retira os dons que já possuíam,[101] e os expõe a situações que se tornam ocasiões de pecado,[102] por causa da corrupção. Em outras palavras, Ele os entrega às suas próprias paixões, às tentações do mundo e ao poder de Satanás,[103] de maneira que eles vêm a se endurecer, mesmo sob aquelas circunstâncias que Deus emprega para abrandamento de outras pessoas.[104]

7. A providência de Deus se estende a todas as criaturas, em geral; mas, acima de tudo, cuida de sua igreja, e tudo dispõe para o bem dela.[105]

CAPÍTULO 6
A QUEDA DO HOMEM; O PECADO E SUA PUNIÇÃO

1. Deus criou o homem justo e perfeito, e lhe deu uma lei justa, que lhe seria para vida, se a guardasse, ou para morte, se a desobedecesse.[106] Mesmo assim o homem não manteve por muito tempo a sua honra. Satanás valeu-se da astúcia da serpente para seduzir Eva; e esta seduziu a Adão, que, sem ser compelido, transgrediu voluntariamente a lei instituída na criação, e a ordem de não comer do fruto proibido.[107] De acordo com seu conselho sábio e santo, aprouve a Deus permitir a transgressão, porque, no âmbito do seu propósito, mesmo isso Ele usaria para a sua própria glória.

2. Por esse pecado, nosso primeiros pais decaíram de sua condição original de retidão e comunhão com Deus. No pecado deles nós também pecamos, e por isso a morte veio sobre todos;[108] todos se tornaram mortos no pecado[109] e totalmente corrompidos, em todas as faculdades e partes do corpo e da alma.[110]

3. Sendo eles os ancestrais e, pelo desígnio de Deus, os representantes de toda humanidade, a culpa do pecado foi imputada a toda a sua posteridade, e a corrupção natural passou a todos os seus descendentes,[111] por nascimento, visto que todos são concebidos em pecado.[112] E são por sua natureza filhos da ira,[113] escravos do pecado e passíveis de morte;[114] e estão todos sujeitos às misérias espirituais, temporais e eternais, a menos que o Senhor Jesus os liberte.[115]

4. Da corrupção natural procedem todas as atuais transgressões,[116] porque ela nos torna completamente indispostos, incapacitados e contrários a todo bem, e totalmente inclinados para todo o mal.[117]

5. Durante esta vida, a corrupção da natureza permanece, mesmo naqueles que são regenerados.[118] E embora ela seja perdoada e mortificada mediante Cristo, a corrupção em si, as suas inclinações, e o que dela procede, tudo é verdadeiramente pecado.[119]

CAPÍTULO 7
O PACTO DE DEUS

1. A distância entre Deus e a criatura é tão grande que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência, por ser Ele o criador, elas jamais poderiam alcançar o dom da vida, senão por alguma condescendência voluntária da parte de Deus.[120] E isto Ele se agradou em expressar por meio de um pacto com o homem.

2. Tendo o homem trazido sobre si mesmo a maldição da lei, por causa de sua queda no pecado, o Senhor teve por bem estabelecer o pacto da graça.[121] Neste pacto Deus oferece gratuitamente, a pecadores, vida e salvação por Jesus Cristo, requerendo-lhes fé nEle para que sejam salvos,[122] e prometendo dar o Espírito Santo a todos os que estão destinados para a vida eterna, para lhes dar a vontade e a capacidade para crerem.[123]

3. Este pacto está revelado no evangelho: primeiramente na promessa feita a Adão, de salvação pelo descendente da mulher;[124] depois, por etapas sucessivas, até que sua plena revelação foi manifestada no Novo Testamento.[125]

O pacto está fundamentado na eterna aliança que havia entre o Pai e o Filho para a redenção dos eleitos;[126] é somente pela graça deste pacto que os descendentes de Adão que são salvos obtêm vida e uma bendita imortalidade, pois o homem é agora totalmente incapaz de ser aceito diante de Deus nos mesmos termos em que Adão vivia, em seu estado de inocência.[127]

CAPÍTULO 8
CRISTO, O MEDIADOR

1. Em seu propósito eterno, e de acordo com o pacto estabelecido entre ambos, aprouve a Deus escolher e destinar o Senhor Jesus Cristo, seu Filho unigênito, para ser o mediador entre Deus e os homens;[128] para ser o profeta,[129] sacerdote[130] e rei;[131] o cabeça e Salvador de sua Igreja;[132] o herdeiro de todas as coisas[133] e juiz do mundo.[134] Desde toda a eternidade, Deus deu-Lhe um povo para ser sua descendência, e para que, em tempo, esse povo seja por Ele redimido, chamado, justificado, santificado e glorificado.[135]

2. O Filho de Deus, Segunda pessoa da Trindade Santa – sendo o próprio Deus eterno, o resplendor da glória do Pai, da mesma essência e igual ao Pai -, Ele fez o mundo, sustém e governa todas as coisas que criou. Quando veio a plenitude do tempo, Ele tomou sobre si a natureza humana, com todas as suas propriedades essenciais e fraquezas comuns[136] – porém, sem pecado.[137]

E foi concebido pelo Espírito Santo, no ventre da Virgem Maria (pois o Espírito Santo desceu sobre ela, e o poder do Altíssimo a envolveu). Foi nascido de mulher, da tribo de Judá, da descendência de Abraão e de Davi, segundo previam as Escrituras.[138]

Desse modo, duas naturezas completas, perfeitas e distintas foram inseparavelmente unidas, em uma única pessoa, sem conversão, composição ou confusão. E essa pessoa é verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem; no entanto, um só Cristo, o único mediador entre Deus e os homens.[139]

3. Em sua natureza humana assim unida à divina, na pessoa do Filho, o Senhor Jesus foi santificado e ungido com o Espírito Santo, sobremaneira.[140] Nele se encontram todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento,[141] porque aprouve ao Pai que nEle habitasse toda plenitude,[142] a fim de que, sendo santo, inculpável e sem mácula,[143] cheio de graça e de verdade,[144] Ele fosse plenamente qualificado para exercer o oficio de mediador e fiador,[145] ofício que Ele mesmo não tomou para si, mas para o qual foi chamado por seu Pai.[146] E o Pai lhe conferiu às mãos toda autoridade e julgamento, e ordenou que executasse essa autoridade.[147]

4. Esse ofício o Senhor Jesus assumiu de muitíssima boa vontade[148] e cumpriu perfeitamente; foi para isso que nasceu sob a lei.[149] Ele suportou o castigo que a nós era devido, que nós deveríamos ter recebido e sofrido.[150] E foi feito pecado e maldição, por nossa causa,[151] suportando as tristezas mais aflitivas em sua alma, e os sofrimentos mais dolorosos em seu corpo.[152] Foi crucificado e morreu; e, embora tenha estado sob o poder da morte, seu corpo não viu corrupção.[153] Ao terceiro dia Ele se levantou dentre os mortos,[154] com o mesmo corpo em que havia sofrido,[155] e com o qual ascendeu ao céu.[156] Ele está assentado à direita de seu Pai, como intercessor,[157] e voltará para julgar homens e anjos, no fim do mundo.[158]

5. Por sua obediência perfeita, e pelo sacrifício que fez de si mesmo (que Ele, pelo Espírito Santo, ofereceu a Deus uma única vez), o Senhor Jesus satisfez plenamente a justiça de Deus,[159] obteve a reconciliação e adquiriu uma herança eterna no reino dos céus, para todos quantos foram dados a Ele pelo Pai.[160]

6. O preço da redenção não foi pago por Cristo senão após a sua encarnação. No entanto, a virtude, a eficácia e os benefícios da redenção foram sucessivamente comunicados aos eleitos, em todas as eras, desde o começo do mundo, nas – e

através das – promessas, tipos e sacrifícios em que Cristo foi revelado, e que o apontavam como o descendente da mulher, aquele que iria esmagar a cabeça da serpente;[161] e como o Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo,[162] o mesmo ontem, hoje e para sempre.[163]

7. Cristo, na obra de mediação, age de acordo com suas duas naturezas, cada uma delas atuando como lhe é próprio. Mesmo assim, em razão da unidade de pessoa, aquilo que é próprio de uma natureza às vezes é atribuído à pessoa de Cristo pelo nome de sua outra natureza.[164]

8. Cristo certamente aplica e comunica eficazmente a redenção eterna, para todos quantos Ele a obteve: fazendo intercessão por eles;[165] unindo-os a si mesmo por seu Espírito; revelando-lhes o mistério da salvação, na Palavra e pela Palavra; persuadindo-os a crer e obedecer;[166] governando os corações deles por seu Espírito e sua Palavra;[167] e vencendo todos os inimigos deles, por seu poder e sabedoria infindos,[168] de modo tal e por caminhos que são os mais harmoniosos com a sua maravilhosa e insondável providência; e tudo por sua graça livre e soberana, sem a precondição de neles ter sido vista de antemão uma busca pela redenção.[169]

9. Este ofício de mediador entre Deus e os homens cabe exclusivamente a Cristo, que é profeta, sacerdote e rei da Igreja de Deus; e nem em parte nem totalmente pode ser transferido de Cristo para qualquer outrem.[170]

10. Este número e ordem de ofícios é necessário. Precisamos de seu ofício profético, por causa de nossa ignorância.[171] Por causa de nossa alienação de Deus, e da imperfeição de nossos melhores serviços, precisamos de seu ofício sacerdotal para nos reconciliar e apresentar aceitáveis a Deus.[172] E, para nosso resgate e segurança, contra nossos adversários espirituais, precisamos de seu ofício real para nos convencer, subjugar, atrair, sustentar, libertar e preservar para o seu reino celestial.[173]

CAPÍTULO 9
LIVRE ARBÍTRIO

1. Deus dotou a vontade humana com a liberdade e o poder natural de agir por escolha, sem ser forçada ou predeterminada por alguma necessidade natural para fazer o bem ou o mal.[174]

2. O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que era bom e agradável a Deus.[175] Essa, porém, era uma condição mutável, pois o homem podia decair dessa liberdade de poder.[176]

3. Com a queda no pecado, o homem perdeu completamente toda a sua habilidade volitiva para aquele bem espiritual que acompanha a salvação.[177]

Por isso, o homem natural é inteiramente adverso a esse bem, e está morto em pecados.[178] Ele não é capaz de se converter por seu próprio esforço, e nem mesmo de se dispor a isso.[179]

4. Quando Deus converte um pecador, e o transfere para o estado de graça, Ele o liberta da sua escravidão natural do pecado,[180] e, somente pela graça, o habilita a livremente querer e fazer aquilo que é espiritualmente bom.[181] Mesmo assim, por causa de certas corrupções que permanecem, o homem redimido não faz o bem perfeitamente e nem deseja somente aquilo que é bom, mas também o que é mau.[182]

5. Somente no estado de glória a vontade do homem será transformada, perfeita e imutavelmente;[183] e então será livre para fazer apenas o bem.

CAPÍTULO 10
A CHAMADA EFICAZ

1. Aqueles a quem Deus predestinou para a vida, Ele se agrada em chamar eficazmente,[184] no tempo aceitável e por Ele mesmo determinado; por meio de sua Palavra e de seu Espírito; do estado natural de pecado e morte, para a graça e a salvação por Jesus Cristo.[185]

Isso Deus faz iluminando-lhes a mente de maneira espiritual e salvadora, para que compreendam as coisas de Deus;[186] tirando-lhes o coração de pedra e dando-lhes um coração de carne;[187] renovando-lhes a vontade e, pela sua onipotência, predispondo-os para o bem e trazendo-os irresistivelmente para Jesus Cristo.[188] No entanto, eles vêm a Cristo espontânea e livremente, porque a graça de Deus lhes dispõe o coração para isso.[189]

2. A chamada eficaz é resultante da graça especial e gratuita, de Deus, e não de algo que de antemão seja visto no homem; e nem de poder algum ou ação da criatura cooperando com a graça especial de Deus.[190] Por estar morta em pecados e transgressões, a criatura mantém-se totalmente passiva, até que, na chamada eficaz, ela seja vivificada e renovada pelo Espírito Santo.[191] A pessoa, então, é habilitada a responder a essa chamada e a abraçar a graça que ela comunica e oferece. Para isso é necessário um poder que de modo nenhum é menor do que aquele que ressuscitou a Cristo dentre os mortos.[192]

3. As crianças que morrem na infância, se eleitas, são regeneradas e salvas por Cristo, através do Espírito,[193] que obra quando, onde e como lhe agrada.[194] Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas incapazes de serem chamadas exteriormente, pelo ministério da Palavra.

4. Outros, não eleitos, podem ser chamados pelo ministério da Palavra, e desfrutar de algumas operações comuns do Espírito Santo.[195] Contudo, por

não serem eficazmente trazidos a Cristo, pelo Pai, eles não desejam nem podem realmente vir a Cristo; e, portanto, não podem ser salvos.[196] Muito menos poderão ser salvos os que não seguem a religião cristã, por mais diligentes que sejam em conformar suas vidas à luz da natureza e aos ensinamentos da religião que professam.[197]

CAPÍTULO 11
A JUSTIFICAÇÃO

1. Aqueles a quem Deus chama eficazmente, Ele também os justifica, gratuitamente;[198] não por infundir-lhes justiça, mas perdoando-lhes os pecados, considerando-os e aceitando-os como pessoas justas;[199] não por coisa alguma realizada neles ou por eles mesmos feita, mas unicamente por consideração a Cristo;[200] não por imputar-lhes como justiça a fé, o ato de crer, ou qualquer outra obediência evangélica, mas por imputar-lhes a obediência ativa de Cristo (a toda a lei) e sua obediência passiva (na morte), como total e única justiça deles,[201] que recebem a Cristo e nEle descansam, pela fé. E esta fé, não a tem de si mesmos, é dom de Deus.[202]

2. A fé, assim recebendo e apoiando-se em Cristo e sua justiça, é o único instrumento de justificação.[203] Porém, ela não está sozinha na pessoa justificada: está sempre acompanhada de todas as outras graças salvadoras; e não é uma fé morta, pois atua pelo amor.[204]

3. Pela sua obediência e morte, Cristo pagou plenamente a dívida de todos os que são justificados. A favor destes, pelo sacrifício de si mesmo, no sangue da sua cruz, Ele deu satisfação adequada, verdadeira e plena à justiça de Deus, quando tomou o lugar deles e recebeu a punição que a eles era devida.[205]

O Pai voluntariamente concedeu Cristo, e livremente aceitou a obediência de Cristo e o seu cumprimento da Lei, em substituição, a favor dos que seriam justificados, sem que neles houvesse mérito algum.[206] Portanto, justificação advém exclusivamente da graça gratuita, para tanto a justiça rigorosa como a abundante graça de Deus possam ser glorificadas na justificação de pecadores.[207]

4. Desde toda eternidade, Deus decretou justificar a todos os eleitos.[208] Vindo a plenitude do tempo, Cristo morreu pelos pecados e ressuscitou para a justificação deles.[209] Entretanto, os eleitos não são justificados individualmente enquanto o Espírito Santo não lhes aplica, em tempo oportuno, a pessoa de Cristo e os benefícios de sua obra.[210]

5. Deus continua a perdoar os pecados daqueles que são justificados.[211] Embora jamais possam decair do estado de justificação,[212] eles, no entanto, podem incorrer no desagrado paternal de Deus,[213] por causa de seus

pecados. E, nesse estado, eles geralmente não podem desfrutar da luz da presença de Deus, até que se humilhem, confessem o seu pecado, peçam perdão e renovem a sua fé e arrependimento.[214]

6. A justificação dos crentes, no Antigo Testamento, em todos estes aspectos, foi igual à justificação dos crentes no Novo Testamento.[215]

CAPÍTULO 12
A ADOÇÃO

1. Em seu único Filho, Jesus Cristo, e, por causa dEle, Deus é servido fazer participantes da graça da adoção todos quantos são justificados.[216] Por essa graça eles são recebidos no número dos filhos de Deus,[217] e desfrutam das liberdades e privilégios dessa condição; recebem sobre si o nome de Deus;[218] recebem o espírito de adoção;[219] têm acesso com ousadia ao trono de graça, e clamam Aba, Pai;[220] recebem compaixão,[221] proteção,[222] e a provisão de suas necessidades.[223] E são castigados por Deus, como por um pai;[224] porém, jamais são lançados fora,[225] pois estão selados para o dia da redenção.[226] E herdam as promessas, na qualidade de herdeiros da salvação eterna.[227]

CAPÍTULO 13
A SANTIFICAÇÃO

1. Os que estão unidos a Cristo, tendo sido chamados eficazmente e regenerados, possuem agora um novo coração e um novo espírito, criados nele por mérito da morte e da ressurreição de Cristo;[228] e, por esse mesmo mérito, são mais e mais santificados individualmente, pela atuação da Palavra e do Espírito de Cristo neles habitando.[229] O domínio de tudo que é pecado, sobre eles, é destruído;[230] as suas várias concupiscências vão sendo sempre mais enfraquecidas e mortificadas;[231] e os crentes mais e mais são vivificados e fortalecidos, em todas as graças salvadoras,[232] para praticarem toda a verdadeira santidade, "sem a qual ninguém verá o Senhor."[233]

2. A santificação abrange o homem todo,[234] ainda que imperfeita enquanto nesta vida. Em toda parte ainda permanecem alguns resíduos de corrupção,[235] dos quais provém uma guerra irreconciliável: a carne militando contra o Espírito, e o Espírito militando contra a carne.[236]

3. Nesta guerra, embora a corrupção remanescente possa muito prevalecer,[237] por algum tempo, o contínuo suprimento de força, pelo Espírito de Cristo, santificador, faz com que a parte regenerada afinal vença.[238] E, desse modo, os santos cresçam em graça, aperfeiçoando a sua santidade no temor de Deus e esforçando-se por viver uma vida piedosa, em

obediência evangélica a todos os mandamentos que Cristo, como Cabeça e Rei, lhes prescreveu em sua Palavra.[239]

CAPÍTULO 14
FÉ SALVADORA

1. A graça de fé é uma obra do Espírito de Cristo nos corações,[240] e por ela os eleitos são habilitados a crer para a salvação de suas almas. Normalmente essa obra é lavrada pelo ministério da Palavra de Deus.[241] E com a Palavra, a administração do Batismo, a Ceia do Senhor, a oração e outros meios designados por Deus, a fé é aumentada e fortalecida.[242]

2. Por esta fé o cristão crê ser verdadeiro tudo quanto é revelado na Palavra,[243] a qual se reveste da autoridade do próprio Deus. E também reconhece a sobreexcelência da Palavra, acima de todos os escritos e todas as demais coisas neste mundo[244] – por ela demonstrar a glória de Deus nos atributos de Deus; a excelência de Cristo na natureza e nos ofícios de Cristo; o poder e a plenitude do Espírito Santo nas obras e operações do Espírito.

Reconhecendo tudo isso, o cristão é capacitado a confiar sua alma irrestritamente à verdade assim crida;[245] e a reagir coerentemente, segundo a índole de cada passagem em particular: prestando obediência aos mandamentos;[246] tremendo ante as ameaças;[247] e abraçando as promessas de Deus para esta vida e a que há de ser.[248]

Mas os atos mais importantes da fé salvadora relacionam-se diretamente a Cristo: aceitar a Cristo, recebê-lo, e confiar exclusivamente nEle para a justificação, a santificação e a vida eterna, conforme as disposições do pacto da graça.[249]

3. Esta fé pode ter graduações diferentes, ser mais forte ou mais fraca.[250] No entanto, assim como as demais graças salvadoras, e mesmo se for pequeníssima, ela é de um tipo e de uma natureza diferentes daquela fé e da graça comum que os seguidores professos possuem.[251] Por isso, mesmo que seja muitas vezes atacada e enfraquecida, a fé salvadora sempre alcança a vitória.[252] Ela existe em muitas pessoas, crescendo para a plena certeza da esperança,[253] mediante Cristo, que é o autor e também o consumador da nossa fé.[254]

CAPÍTULO 15
ARREPENDIMENTO PARA VIDA E SALVAÇÃO

1. Há entre os eleitos aqueles cuja conversão não se dá senão após uma certa idade, depois de eles terem vivido algum tempo em seu estado natural e servido

a vários prazeres e concupiscências. Mas Deus, ao chamá-los eficazmente, concede-lhes o arrependimento para vida.[255]

2. Não há quem faça o bem e que não peque;[256] sob a força da tentação, mesmo as melhores pessoas podem cair em grandes pecados e provocações contra Deus, pois existe no interior do homem um poder enganoso de corrupção. Foi por isso que Deus, no pacto da graça, providenciou misericordiosamente para que os crentes, caindo em pecado, sejam restaurados mediante o arrependimento para a salvação.[257]

3. Este arrependimento salvador é uma graça evangélica,[258] por intermédio da qual a pessoa, por obra do Espírito Santo, é levada a sentir os múltiplos males do seu pecado, e, com fé em Cristo, humilha-se por causa do pecado, com uma tristeza santa, ódio ao pecado e repugnância a si mesma,[259] orando por perdão e fortalecimento na graça, com o propósito e o empenho de caminhar diante de Deus de um modo agradável em todas as coisas,[260] com o auxílio do Espírito Santo.

4. Por trazermos conosco "o corpo desta morte," e as suas inclinações para o mal, o arrependimento deve continuar por toda a vida. Cada pessoa tem o dever de arrepender-se particularmente, de cada pecado seu de que tenha conhecimento.[261]

5. Mediante Cristo, no pacto da graça, Deus fez provisão completa para que os crentes sejam preservados na salvação. Assim como não existe pecado tão pequeno que não mereça a condenação eterna,[262] não existe pecado tão grande que possa trazer condenação sobre os que se arrependem.[263] Isso torna necessária a pregação constante de arrependimento.

CAPÍTULO 16
BOAS OBRAS

1. Boas obras são somente aquelas que Deus ordenou em sua santa Palavra,[264] e não as que os homens inventam, sem o respaldo da Palavra de Deus, movidos por um zelo cego ou por algum pretexto de boas intenções.[265]

2. As boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são os frutos e a evidência de uma fé verdadeira e viva.[266] Por meio delas os crentes demonstram a sua gratidão,[267] fortalecem sua certeza de salvação,[268] edificam seus irmãos, adornam sua profissão do evangelho,[269] fazem calar os seus adversários e glorificam a Deus[270] – pois somos feitura dEle, criados em Cristo Jesus para as boas obras,[271] para que tenhamos o nosso fruto para santificação, e por fim a vida eterna.[272]

3. A aptidão para as boas obras não advém dos próprios crentes, de modo algum; essa aptidão provém do Espírito de Cristo.[273] E, para que os crentes possam desempenhar as boas obras, é necessária uma influência contínua do mesmo Espírito Santo – além das graças já recebidas – para neles realizar tanto o querer como o efetuar, segundo a boa vontade de Deus.[274] Isso, porém, não significa que devam tornar-se negligentes, como se não tivessem a obrigação de cumprir um dever senão quando especialmente movidos pelo Espírito Santo. Pelo contrário, os cristãos devem ser diligentes e desenvolver a graça de Deus que neles há.[275]

4. Mesmo os que conseguem prestar a maior obediência possível nesta vida estão longe de exceder e fazer mais do que o requerido por Deus; e estão muito aquém do dever que lhes cabe cumprir.[276]

5. Por nossas melhores obras não podemos merecer junto a Deus o perdão do pecado ou a vida eterna, visto ser grande a desproporção entre nossas obras e a glória por vir, e infinita a distância entre nós e Deus. Com nossas obras não podemos fazer benefícios a Deus, e nem satisfazê-Lo pela dívida de nossos pecados anteriores.[277] Mesmo se fizermos tudo o que nos seja possível, teremos apenas cumprido com o nosso dever, e ainda seremos servos inúteis.

Se nossas obras são boas é porque procedem do Espírito.[278] Contudo, à medida em que são desempenhadas por nós, essas obras vão sendo contaminadas, e mescladas a tanta fraqueza e imperfeição, que não podem suportar a severidade do julgamento divino.[279]

6. Todavia, desde que os crentes, como pessoas, são aceitos por meio de Cristo, as suas obras também são aceitas em Cristo,[280] mas isto não significa que nesta vida tais obras sejam totalmente irreprováveis e irrepreensíveis aos olhos de Deus. Antes, significa que, vendo-as em seu Filho, Deus se agrada em aceitar e recompensar aquilo que é sincero, apesar de realizado com muitas fraquezas e imperfeições.[281]

7. As boas obras feitas por pessoas não regeneradas – embora por si mesmas possam ser coisas que Deus ordena, e proveitosas, tanto para a pessoa que as faz quanto para outrem[282] – não procedem de um coração purificado pela fé;[283] e, de acordo com a Palavra, não são feitas de maneira correta,[284] nem com a finalidade correta, a glória de Deus.[285]

Portanto, essas obras são pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem tornar uma pessoa apta para receber a graça de Deus.[286] Contudo, a omissão de tais obras é ainda mais pecaminosa e ofensiva a Deus do que a sua prática.[287]

CAPÍTULO 17
A PERSEVERANÇA DOS SANTOS

1. Os que Deus aceitou no Amado, aqueles que foram chamados eficazmente e santificados por seu Espírito, e receberam a fé preciosa (que é dos seus eleitos), esses não podem decair totalmente nem definitivamente do estado de graça. Antes, hão de perseverar até o fim e ser eternamente salvos, tendo em vista que os dons e a vocação de Deus são irrevogáveis, e Ele continuamente gera e nutre neles a fé, o arrependimento, o amor, a alegria, a esperança e todas as graças que conduzem à imortalidade.[288] Ainda que muitas tormentas e dilúvios se levantem e se dêem contra eles, jamais poderão desarraigá-los da pedra fundamental em que estão firmados, pela fé.

Não obstante, a visão perceptível da luz e do amor de Deus pode, para eles, cobrir-se de nuvens e ficar obscurecida,[289] por algum tempo, por causa da incredulidade e das tentações de Satanás. Mesmo assim, Deus continua sendo o mesmo,[290] e eles serão guardados pelo poder de Deus, com toda certeza, até a salvação final, quando entrarão no gozo da possessão que lhes foi comprada; pois eles estão gravadas nas palmas das mãos de seu Senhor, e os seus nomes estão escritos no Livro da Vida, desde toda eternidade.

2. Esta perseverança não depende de um livre-arbítrio da parte dos santos; mas, sim, decorre da imutabilidade do decreto da eleição,[291] fluindo do amor gratuito e inalterável de Deus Pai, sobre a eficácia do mérito e da intercessão de Jesus Cristo; da união com Ele;[292] do juramento de Deus;[293] da habitação de seu Espírito e da semente de Deus dentro neles;[294] da natureza do pacto da graça.[295] De tudo isso decorrem também a certeza e a infalibilidade da perseverança dos santos.

3. Levados pela tentação de Satanás e do mundo, pela prevalência da corrupção que ainda permanece dentro deles, ou pela negligência aos meios para a sua própria preservação, os santos podem incorrer em tristes pecados, e continuar em tais pecados, por algum tempo.[296]

Desse modo, eles caem em desagrado perante Deus e entristecem o seu Santo Espírito;[297] vêm-se privados de bênçãos e confortos;[298] têm os seus corações endurecidos e ferida a consciência;[299] ofendem e escandalizam outras pessoas; e fazem vir sobre si mesmos os juízos de Deus, ainda neste mundo.[300]

Não obstante, eles renovarão o seu arrependimento, e serão preservados através da fé em Cristo Jesus, até o fim.[301]

CAPÍTULO 18
A CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO

1. Os seguidores professos, e outras pessoas não-regeneradas, em vão podem enganar a si mesmos com falsas esperanças e presunções carnais, supondo

gozar do favor de Deus e estar em um estado de salvação, pois essa esperança deles perecerá.[302]

Porém, os que realmente crêem no Senhor Jesus, e o amam sinceramente, procurando andar perante Ele em toda boa consciência, esses podem estar certos de que estão em um estado de graça nesta vida, e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus,[303] de cuja esperança jamais se envergonharão.[304]

2. Esta certeza não é uma mera persuasão teórica e presumível, baseada em uma esperança que pode falhar. Ela é uma certeza infalível de fé,[305] alicerçada no sangue e na retidão de Cristo revelados no evangelho,[306] bem como na evidência interior de certas graças do Espírito Santo, as quais recebem promessas de Deus.[307] Baseia-se, igualmente, no testemunho do Espírito de adoção, que testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus.[308] E esta certeza nos guarda, mantendo o nosso coração humilde e santo.[309]

3. Esta certeza infalível de salvação não é uma parte essencial da fé cristã, pois um crente pode esperar muito tempo, e lutar contra muitas dificuldades, antes de alcançá-la.[310]

Contudo, não é necessária uma revelação especial para que o crente possa ter essa certeza. Sendo habilitado pelo Espírito Santo a conhecer as coisas que lhe são dadas gratuitamente, por Deus, o crente pode obtê-la através do uso correto dos meios apontados por Deus.[311]

Portanto, todo cristão tem o dever de procurar confirmar a sua vocação e eleição, com toda diligência, para que seu coração possa dilatar-se, em paz e alegria no Espírito Santo, em amor e gratidão a Deus, em vigor e ânimo para os deveres de obediência. Tais são os frutos naturais dessa certeza,[312] a qual está longe de inclinar os homens para o relaxamento.[313]

4. Os crentes verdadeiros podem ter a sua certeza de salvação abalada, diminuída ou interrompida, de diversas maneiras: por negligência na preservação dessa certeza; por caírem em algum pecado específico, que fere a consciência e entristece o Espírito;[314] por uma tentação súbita ou veemente;[315] por Deus retirar de sobre eles a luz da sua presença, permitindo que mesmo os que O temem caminhem em trevas, que não tenham luz.[316] Contudo, eles jamais ficam destituídos da divina semente[317] e da vida de fé,[318] do amor de Cristo e dos irmãos, da sinceridade de coração e da consciência do dever. É a partir dessas graças, por obra do Espírito, que a certeza da salvação pode ser revificada, no devido tempo;[319] e, mediante elas, os crentes são preservados de um total desespero.[320]

CAPÍTULO 19
A LEI DE DEUS

1. Deus outorgou a Adão uma lei de obediência, que lhe inscreveu no coração; e também um preceito particular, o de não comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal.[321] Dessa maneira, Adão e toda sua posteridade ficaram compelidos a uma obediência pessoal, total, exata e perpétua, à lei.[322] Deus prometeu vida como recompensa do cumprimento, e morte como castigo da quebra da lei,[323] tendo dado ao homem o poder e a habilidade para guardá-la.

2. A mesma lei que uma vez foi inscrita no coração humano continuou a ser uma regra perfeita de justiça após a queda.[324] E essa lei foi dada por Deus sobre o monte Sinai e inscrita em duas tábuas de pedra, na forma de dez mandamentos. Os quatro primeiros mandamentos contêm nossos deveres para com Deus, e, os outros seis mandamentos, nossos deveres para com os homens.[325]

3. Além desta lei, comumente chamada de lei moral, Deus houve por bem dar leis cerimoniais ao povo de Israel, contendo diversas ordenanças simbólicas: em parte, de adoração, prefigurando Cristo, as suas graças, suas ações, seus sofrimentos, e os benefícios que conferiu;[326] e, em parte, estabelecendo várias instruções de deveres morais.[327]

As leis cerimoniais foram instituídas com vigência temporária, pois mais tarde seriam ab-rogadas por Jesus, o Messias e único Legislador, que, vindo no poder do Pai, cumpriu e revogou essas leis.[328]

4. Deus também deu diversas leis judiciais ao povo de Israel, que expiraram juntamente com o antigo Estado de Israel e agora não possuem caráter obrigatório; são válidas, no entanto, como um padrão moral de equidade coletiva.[329]

5. Para sempre a lei moral requer obediência de todos, tanto de pessoas justificadas quanto das demais.[330] E isto não apenas por causa do assunto de que trata essa lei, mas, também, por causa da autoridade de Deus, o Criador, que a impôs.[331] No evangelho, Cristo de modo nenhum dissolve a lei, antes confirma a sua obrigatoriedade.[332]

6. Embora os verdadeiros crentes não estejam debaixo da lei (como num pacto de obras), para serem justificados ou condenados por ela,[333] mesmo assim a lei é de grande utilidade para eles, bem como para outras pessoas. Isso porque a lei, como uma regra de vida, lhes informa da vontade de Deus e do dever que lhes cabe, dirigindo e constrangendo-os a caminhar segundo esse dever. A lei também descobre as contaminações pecaminosas da natureza humana, dos corações e das vidas, para que eles, examinando-se na lei, possam vir a ter uma maior convicção, humilhação e ódio pelo pecado,[334] além de uma visão mais clara de sua necessidade de Cristo e da perfeição da obediência de Cristo.

Da mesma forma, a lei é útil para restringir as corrupções dos regenerados, pois proíbe o pecado. As ameaças da lei servem para mostrar o que os pecados deles merecem, e com que aflições eles podem contar nesta vida, se pecam, mesmo depois de libertados da maldição e do rigor intransigente da lei.

Igualmente, as promessas da lei demonstram a aprovação de Deus à obediência e quais bênçãos os homens podem esperar receber se cumprirem a lei, embora essas bênçãos não lhes sejam devidas por encargo da lei, como seria num pacto de obras. Por conseguinte, se um homem faz o bem e se refreia do mal (porque a lei encoraja a uma coisa e o dissuade da outra), isso não é evidência de ele estar debaixo da lei e não debaixo da graça.[335]

7. Os usos da lei, acima mencionados, não são contrários à graça do evangelho; antes, concordam docemente com ela,[336] à medida em que o Espírito de Cristo conquista a vontade do homem e o capacita a fazer, espontânea e alegremente, aquilo que a vontade de Deus, revelada na lei, requer que seja feito.[337]

CAPÍTULO 20
O EVANGELHO E A EXTENSÃO DE SUA GRAÇA

1. O pacto das obras foi quebrado pelo pecado e se tornou inútil para conduzir à vida. Mas Deus foi servido prometer Cristo, o descendente de mulher, como o meio de chamar os eleitos e gerar neles fé e o arrependimento.[338] Nesta promessa, a essência do evangelho foi revelada, o que tornou-a eficaz para a conversão e salvação de pecadores.[339]

2. Esta promessa, referente a Cristo e à salvação através dEle, somente é revelada pela Palavra de Deus.[340] As obras da criação ou da providência, bem como a luz da natureza, não fazem mais do que uma apresentação genérica e obscura[341] de Cristo e da graça através dEle; muito menos do que o necessário para que os homens destituídos da revelação de Cristo pudessem alcançar fé salvadora ou arrependimento.[342]

3. A revelação do evangelho a pecadores - para nações e indivíduos a quem tem sido feita, muitas vezes e de muitas maneiras, com adição de promessas e preceitos de obediência - é devida unicamente à vontade soberana e ao beneplácito de Deus.[343]

A revelação do evangelho não está ligada (em virtude de alguma promessa) ao devido bom uso das habilidades humanas à luz da revelação comum, recebida sem o evangelho, porque ninguém jamais conseguiu, nem poderá conseguir tal coisa.[344] Consequentemente, em todas as eras, a pregação do evangelho tem sido feita em grande variedade de extensão ou limitação, a indivíduos e a nações, de acordo com o conselho da vontade de Deus.

4. O evangelho é o único meio externo de revelação de Cristo e da graça salvadora, e, como tal, é abundantemente suficiente para isso. No entanto, para que homens que estão mortos em transgressões possam nascer de novo, ser vivificados ou regenerados, faz-se necessária, também, uma obra efetiva e insuperável do Espírito Santo, em cada parte da alma, para produzir neles uma nova vida espiritual.[345] Sem esta obra do Espírito Santo não há outros meios de produzir a conversão a Deus.[346]

CAPÍTULO 21
LIBERDADE CRISTÃ E LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

1. A Liberdade que Cristo comprou para os crentes, no evangelho, consiste na libertação da culpa do pecado, da ira condenatória de Deus, do rigor e da maldição da lei;[347] e consiste na libertação dos crentes deste mundo perverso,[348] da escravidão a Satanás,[349] do domínio do pecado,[350] da malignidade das aflições,[351] do medo e do aguilhão da morte, da vitória da sepultura,[352] e da perdição eterna.[353] Consiste no livre acesso a Deus, no prestar-lhe uma obediência não suscitada por medo escravizador;[354] e, sim, por amor, como o de uma criança, voluntariamente.[355]

Tudo isto, em essência, aplicava-se também aos crentes que viviam sob a lei.[356] Sob o Novo Testamento, porém, a liberdade cristã é ampliada, na libertação do jugo da lei cerimonial a que a igreja judaica estava sujeita, na maior ousadia de acesso ao trono da graça, e maior medida do livre Espírito de Deus do que os crentes normalmente desfrutavam sob a lei.[357]

2. Somente Deus é Senhor da consciência,[358] e Ele a liberou das doutrinas e mandamentos de homens que entrem em contradição com a Palavra ou que não estejam contidos nela.[359] Por isso, acreditar em tais doutrinas ou obedecer tais mandamentos, por causa da consciência, é trair a verdadeira liberdade de consciência.[360] A exigência de uma fé irrestrita, de uma obediência cega e total, significa destruir ao mesmo tempo as liberdades de consciência e raciocínio.[361]

3. Os que praticam algum pecado ou alimentam qualquer desejo pecaminoso, a pretexto da liberdade cristã, pervertem o desígnio principal da graça do evangelho, para destruição de si mesmos.[362] Desse modo, eles subvertem a finalidade da liberdade cristã, isto é, que, sendo libertados das mãos de todos os nossos inimigos, possamos servir ao Senhor em santidade e retidão perante Ele, sem medo, por todos os dias de nossa vida.[363]

CAPÍTULO 22
ADORAÇÃO RELIGIOSA E O DIA DO SENHOR

1. A luz da natureza mostra que existe um Deus, que tem senhorio e soberania sobre todos, que é justo, bom, e faz o bem a todos; e que, portanto, deve ser

temido, amado, louvado, invocado, crido e servido, de todo o coração, de toda alma, e com todas as forças.[364] Mas a maneira aceitável de se cultuar o Deus verdadeiro é aquela instituída por Ele mesmo,[365] e que está bem delimitada por sua própria vontade revelada, para que Deus não seja adorado de acordo com as imaginações e invenções humanas, nem com as sugestões de Satanás, nem por meio de qualquer representação visível ou qualquer outro modo não descrito nas Sagradas Escrituras.[366]

2. A adoração religiosa deve ser dada a Deus - Pai, Filho, Espírito Santo - e somente a Ele:[367] não a anjos, santos ou qualquer outra criatura.[368] E, desde a queda, não sem um mediador,[369] nem por mediação de qualquer outro, senão Cristo, apenas.[370]

3. A oração com ações de graças é requerida por Deus, de todos os homens,[371] por ser parte daquela adoração que é inata a todos os seres humanos. Contudo, para ser aceitável, deve ser feita em nome do Filho,[372] com a ajuda do Espírito,[373] de acordo com a vontade de Deus;[374] com discernimento, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança. E, quando em público, em uma língua que seja conhecida.[375]

4. A oração deve rogar por coisas lícitas, e por toda sorte de pessoas, vivas ou que ainda viverão;[376] mas não pelos mortos,[377] nem por pessoas que se sabe terem cometido o "pecado para morte."[378]

5. A leitura das Escrituras;[379] a pregação e o ouvir da Palavra de Deus;[380] o ensino e a advertência mútua; o louvor, com salmos, hinos e cânticos espirituais, com gratidão ao Senhor em nossos corações;[381] a administração do batismo,[382] e a Ceia do Senhor:[383] todos são partes da adoração religiosa, que devem ser cumpridas em obediência a Deus, com entendimento, fé, reverência e temor piedoso. Além disso, em ocasiões especiais devem ser usados a humilhação solene, com jejuns,[384] e ações de graças, de uma maneira santa e reverente.[385]

6. Agora, no evangelho, nem a oração nem qualquer outra parte da adoração religiosa está relacionada a um lugar específico, nem se torna mais aceitável por causa do lugar em que é feita ou para o qual a pessoa esteja voltada. Deus deve ser adorado em todo lugar, em espírito e em verdade;[386] na privacidade familiar,[387] diariamente;[388] e em secreto, cada pessoa individualmente;[389] e muito mais solenemente nos cultos públicos, os quais não devem ser intencional ou inconseqüentemente negligenciados ou esquecidos, pois Deus, mediante sua Palavra e providência, nos conclama a prestá-lo.[390]

7. Por instituição divina, é uma lei universal da natureza que uma proporção de tempo seja separada para a adoração a Deus. Por isso, em sua Palavra - através de um mandamento explícito, perpétuo e moral, válido para todos os homens,

em todas as eras - Deus determinou que um dia em cada sete lhe seja santificado,[391] como dia de descanso. Desde o começo do mundo, até a ressurreição de Cristo, esse dia era o último da semana; e, desde a ressurreição de Cristo, foi mudado para o primeiro dia da semana, que é chamado "Dia do Senhor."[392] A guarda desse dia como sábado cristão deve continuar até o fim do mundo, pois foi abolida a observância do último dia da semana.

8 O dia do descanso é santificado ao Senhor quando os homens preparam devidamente os seus corações para esse dia e põem em ordem os seus afazeres corriqueiros, de antemão; quando não apenas obedecem a um descanso consagrado, durante o dia todo, de seus próprios trabalhos, palavras e pensamentos, concernentes a ocupações seculares e recreações,[393] mas também ocupam o tempo todo em exercício de adoração a Deus, seja em particular ou em público, e deveres de necessidade e de misericórdia.[394]

CAPÍTULO 23
JURAMENTOS LEGÍTIMOS E VOTOS

1. O juramento legítimo é também um ato de adoração religiosa, pelo qual a pessoa, jurando em verdade, justiça e discernimento, invoca solenemente a Deus como testemunha daquilo que foi jurado;[395] e para que julgue a pessoa de acordo com a veracidade ou falsidade de seu juramento.[396]

2. O único nome pelo qual se deve jurar é o nome de Deus, que deve ser usado com santo temor e reverência. Por isso, jurar em vão, ou, temerariamente, por esse nome glorioso e tremendo; ou jurar por qualquer outra coisa, constitui um ato pecaminoso e abominável.[397]

No entanto, a Palavra de Deus autoriza o juramento, quando para decidir assuntos de grande importância e peso, para uma confirmação da verdade, e para encerrar contendas.[398] Por conseguinte, se a autoridade civil exige um juramento, e se este é legítimo, deve ser prestado.[399]

3. Qualquer pessoa que tome um juramento autorizado pela Palavra de Deus, deve considerar devidamente as implicações de um ato tão solene, para que nada afirme senão aquilo que ela sabe que é verdade, porque juramentos temerários, falsos ou em vão, constituem uma provocação ao Senhor, e por causa deles a terra se lamenta.[400]

4. O juramento deve ser prestado no sentido claro e explícito das palavras, sem equívocos e sem restrições mentais.[401]

5. O voto não deve ser feito a criatura alguma, mas somente a Deus; e deve ser feito e cumprido com todo cuidado e fidelidade religiosa.[402] Porém, os votos monásticos católicos-romanos - voto de celibato,[403] voto de pobreza,[404] e voto de obediência - em vez de serem graus de maior perfeição, não passam de

armadilhas supersticiosas e iníquas, com as quais cristão nenhum deve embaraçar-se.

CAPÍTULO 24
MAGISTRADO CIVIL

1. Deus, o Senhor supremo e Rei de todo o mundo, ordenou que houvesse magistrados civis, para lhe estarem sujeitos e governarem sobre o povo, para o bem público e para a glória de Deus. E para que desempenhem essa função, Deus os armou com o poder da espada, para defesa e o encorajamento daqueles que fazem o bem, e para a punição dos malfeitores.[405]

2. Quando chamado para isso, é lícito que o cristão aceite e execute o ofício do Magistrado. No desempenho desse ofício, ele deve especialmente manter a justiça e a paz,[406] de acordo com todas as leis de cada comunidade. E, para esse fim, mesmo agora, na vigência do Novo Testamento, ele pode inclusive empreender a guerra, se isto for justo e necessário na ocasião.[407]

3. Visto que os magistrados são instituídos por Deus para as finalidades já mencionadas anteriormente, requer-se de nós a obediência, no Senhor, a todas as coisas lícitas ordenadas pelas autoridades, não apenas por causa da punição, mas como dever de consciência.[408] Devemos suplicar e orar pelos magistrados e todos os que estão investidos de autoridade, para que, sob seu governo, vivamos vida tranqüila e mansa, com toda piedade e respeito.[409]

CAPÍTULO 25
MATRIMÔNIO

1. O casamento é para ser entre um homem e uma mulher. Não é lícito ao homem ter mais de uma esposa, e nem à mulher ter mais de um marido ao mesmo tempo.[410]

2. O casamento foi ordenado para o auxílio mútuo entre marido e mulher,[411] para a propagação da humanidade por uma descendência legítima,[412] e para impedir a impureza.[413]

3. O casamento é lícito para todos os tipos de pessoas, desde que possam dar o seu consentimento racional.[414] Porém, o dever dos cristãos é casarem-se somente no Senhor.[415] Por isso os que temem a Deus e professam a verdadeira religião não devem casar-se com incrédulos ou idólatras, para que, casando-se, não se ponham em jugo desigual com uma pessoa iníqua, ou com quem defenda uma heresia condenável.[416]

4. Não devem casar-se pessoas entre as quais existam graus de parentesco ou consangüinidade que sejam proibidos na Palavra de Deus.[417] As uniões incestuosas jamais poderão ser legitimadas por qualquer lei humana ou pelo

consentimento das partes, pois não é correto tais pessoas viverem juntas, como marido e mulher.[418]

CAPÍTULO 26
A IGREJA

1. A Igreja universal (ou católica), que com respeito à obra interna do Espírito, e da verdade da graça, pode ser chamada invisível, consiste no número total dos eleitos que já foram, estão sendo, ou ainda serão chamados em Cristo, o Cabeça de todos. A Igreja é a esposa, o corpo e a plenitude daquele que é tudo em todos.[419]

2. Todas as pessoas ao redor do mundo, que professam fé no evangelho e obediência a Deus, mediante Cristo, de acordo com o evangelho, e que não destroem o seu testemunho com alguma doutrina fundamentalmente errada ou conversão profana: esses podem ser chamados de os santos,[420] de que se compõe a igreja visível; e todas as congregações deviam ser constituídas de pessoas assim.[421]

3. Mesmo as igrejas mais puras sobre a terra estão sujeitas a erros doutrinários e a comprometimentos.[422] Algumas se degeneraram tanto, que deixaram de ser Igrejas de Cristo, e passaram a ser sinagogas de Satanás.[423] A despeito disso, porém, Cristo sempre teve e sempre terá um reino neste mundo, até o fim dos tempos. Esse reino é formado dos que nEle crêem e confessam o se nome.[424]

4. O Senhor Jesus Cristo é o Cabeça da Igreja. Por determinação do Pai, de uma maneira suprema e soberana, nEle está investido o poder de chamar, instituir, ordenar e governar a Igreja.[425] O papa de Roma não pode, em qualquer sentido, ser o cabeça da Igreja; ele é o anticristo, o homem da iniquidade e filho da perdição, o qual se opõe e se levanta contra Cristo e contra tudo que se chama Deus, a ponto de assentar-se no santuário de Deus, como se fosse o próprio Deus. O Senhor Jesus o matará com o sopro da sua boca.[426]

5. No exercício desse poder de que está investido, o Senhor Jesus chama a si aqueles que deste mundo lhe foram dados pelo Pai,[427] através do ministério da Palavra, e por seu Espírito, a fim de que possam caminhar diante dEle, em todos os caminhos que Ele lhes prescreve na Palavra.[428] E manda que as pessoas assim chamadas caminhem juntas, formando sociedades locais, as igrejas, para a edificação mútua e a devida performance do culto público que Ele requer dos seus neste mundo.[429]

6. Os membros dessas igrejas são santos por chamamento, manifestando visivelmente e evidenciando a sua obediência ao chamado de Cristo,[430] tanto por confessarem a Cristo, como, também, pelo seu modo de vida.

Os chamados consentem voluntariamente em ter comunhão uns com os outros, de acordo com o mandato de Cristo; e, por vontade de Deus, entregam-se uns aos outros e ao Senhor, submetendo-se às ordenanças do evangelho.[431]

7. De acordo com a mente de Cristo, declarada na Palavra, Deus deu a cada uma dessa igrejas todo poder e autoridade necessários ao desempenho da forma de adoração e de disciplina por Ele instituídas para a observância na igreja, com mandamentos e normas para a aplicação devida e o emprego correto desse poder.[432]

8. Uma igreja local, reunida e completamente organizada de acordo com a mente de Cristo, consiste de oficiais e membros. Os oficiais designados por Cristo serão escolhidos e consagrados pela igreja congregada. São eles os anciãos (ou bispos) e os diáconos;[433] cabe-lhes especificamente a administração das ordenanças [Batismo e Ceia do Senhor] e o exercício do poder ou do dever com que foram instruídos, ou para o qual foram chamados por Cristo. Este sistema deve ser mantido na igreja, até o fim do mundo.

9. O modo designado por Cristo para o chamamento de uma pessoa capacitada e dotada pelo Espírito Santo, ao ofício de bispo ou ancião da igreja, é a escolha pelo consenso da igreja.[434] Os bispos serão consagrados solenemente, com jejum, oração, e a imposição de mãos pelos anciãos da igreja[435] (caso exista algum). Os diáconos serão escolhidos por igual eleição e consagrados por oração e imposição de mãos.[436]

10. A incumbência dos pastores é atender constantemente à obra de Cristo nas igrejas, no ministério da Palavra e da oração, zelando pelo bem espiritual das almas que lhes foram confiadas, e das quais terão que prestar contas a Cristo.[437] As igrejas têm a incumbência de prestar todo o respeito que é devido aos seus ministros; e fazê-los participantes de todas as boas coisas materiais, de acordo com as possibilidades de cada igreja,[438] para que os ministros possam viver confortavelmente e não tenham que emaranhar-se em ocupações seculares,[439] podendo também exercer hospitalidade para com os outros.[440] Isto é requerido pela própria lei da natureza, e pelo mandato expresso de nosso Senhor Jesus, que ordenou "aos que pregam o evangelho, que vivam do evangelho."[441]

11. Embora a tarefa de serem diligentes na pregação da Palavra seja, por definição de ofício, uma incumbência dos bispos (os pastores) das igrejas, a pregação da Palavra não está confinada exclusivamente a eles. Outras pessoas, que tenham sido dotadas e preparadas pelo Espírito Santo, e que também tenham sido convocadas pela Igreja, podem e devem ocupar-se com a obra da pregação.[442]

12. Todos os crentes têm a obrigação de congregar-se em igrejas locais, no local que lhes seja possível, e quando lhes seja possível. E todos os que são admitidos

aos privilégios da comunhão na igreja estão também sujeitos à disciplina e ao governo da igreja,[443] segundo a norma de Cristo.

13. Nenhum membro deve perturbar a ordem ou faltar às reuniões da igreja; e nem deve deixar de receber a ministração das ordenanças [Batismo e Ceia do Senhor] por causa de uma ofensa recebida de qualquer dos membros da igreja, seja qual for a ofensa.

Mesmo que já tenha cumprido com o seu dever em relação àqueles contra quem se sente ofendida, a pessoa deve esperar em Cristo, e deixar que o seu caso seja resolvido pela disciplina da igreja.[444]

14. Os membros de cada igreja local devem orar continuamente pelo bem e pela prosperidade de todas as igrejas de Cristo, em todo lugar.[445] E devem trabalhar para a expansão da Igreja, em todas as ocasiões, exercendo cada um os seu dons e graças, na sua área de atuação, e de acordo com o seu chamamento. Portanto, as igrejas - quando dispostas pela providência de Deus de uma maneira em que isto seja possível - devem desfrutar da oportunidade e das vantagens de manterem comunhão entre si, a fim de promoverem a paz, o amor, e a edificação mútua.[446]

15. Em caso de dificuldades ou divergências acerca de questões doutrinárias, ou do governo de igreja; se as igrejas em geral, ou se uma igreja está sendo perturbada em sua paz, união e edificação; ou se algum membro ou membros de alguma igreja for atingido por medidas disciplinares que não condizem com a verdade e a norma - nestes casos, segundo a mente de Cristo, muitas igrejas devem reunir-se em comunhão, mediante representantes, para considerar e opinar sobre o assunto de divergência; e o seu parecer deve ser comunicado a todas as igrejas envolvidas.[447]

Contudo, essa assembléia de representantes não fica investida de poder eclesiástico algum, propriamente dito, nem de qualquer jurisdição sobre as igrejas que a constituem. Ela não pode aplicar disciplina alguma sobre pessoas ou igrejas, e nem pode impor resoluções sobre as igrejas e seus oficiais.[448]

CAPÍTULO 27
A COMUNHÃO DOS SANTOS

1. Todos os santos estão unidos a Jesus Cristo, o Cabeça, pelo Espírito e pela fé, e têm comunhão com Ele em suas graças, sofrimentos, morte, ressurreição e glória,[449] muito embora isso não os torne uma só pessoa com Ele.

Estamos unidos uns aos outros no amor, eles têm comunhão nos dons e nas graças de cada um;[450] e têm a obrigação de cumprir os deveres públicos ou particulares que, de uma maneira ordeira, conduzam ao bem-estar comum, tanto em questões espirituais quanto materiais.[451]

2. Os santos, ao fazerem sua profissão de fé, comprometem-se a manter uma santa associação e comunhão para adorar a Deus e prestar outros serviços espirituais, que tendam à sua mútua edificação;[452] também têm compromisso de socorrer uns aos outros em coisas materiais, de acordo com as habilidades e as necessidades de cada um.[453]

Esta comunhão, segundo a norma do evangelho, deve especialmente ser exercida no âmbito familiar[454] e nas igrejas;[455] mas, conforme Deus ofereça oportunidade para isso, também deve ser estendida a toda a família da fé, a todos os que, em todo lugar, invocam o nome do Senhor Jesus.

Entretanto, a comunhão de uns com os outros, como santos, não destrói nem infringe o direito ou a propriedade de cada pessoa, seus bens e possessões.[456]

CAPÍTULO 28
BATISMO E CEIA DO SENHOR

1. O Batismo e a Ceia do Senhor são ordenanças que foram instituídas de maneira explícita e soberana, pelo próprio Senhor Jesus - o único Legislador. Ele determinou que sejam continuadas em sua igreja estas ordenanças, até o fim do mundo.[457]

2. Estas santas ordenanças devem ser ministradas somente por aqueles que para isso estejam qualificados, e que sejam chamados por um comissionamento de Cristo.[458]

CAPÍTULO 29
BATISMO

1. O Batismo é uma ordenança do Novo Testamento, instituída por Jesus Cristo, para ser, para a pessoa batizada, um sinal de sua comunhão com Cristo, na sua morte e ressurreição; de sua união com Ele;[459] da remissão dos pecados;[460] da consagração da pessoa a Deus, através de Jesus Cristo, para viver e andar em novidade de vida.[461]

2. Somente podem ser submetidas a esta ordenança as pessoas que de fato professam arrependimento para com Deus, fé e obediência ao Senhor Jesus.[462]

3. O elemento externo a ser empregado nesta ordenança será a água, na qual a pessoa será batizada em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo.[463]

4. Para a devida administração desta ordenança é necessária a imersão, ou seja, a submersão da pessoa na água.[464]

CAPÍTULO 30
A CEIA DO SENHOR

1. A ceia do Senhor Jesus foi instituída por Ele, na mesma noite em que foi traído, para ser observada nas igrejas até o fim do mundo; a fim de lembrar perpetuamente e ser um testemunho do sacrifício de sua morte;[465] para confirmar os crentes na fé e em todos os benefícios dela decorrentes; para promover a nutrição espiritual e o crescimento deles, em Cristo; para encorajar o maior engajamento deles em todos os seus deveres para com Cristo; e para ser um elo e um penhor da comunhão com Ele e de uns com os outros.[466]

2. Nesta ordenança Cristo não é oferecido ao Pai, nem qualquer sacrifício real é feito, para remissão do pecado dos vivos ou dos mortos. A ceia é apenas um memorial do sacrifício único que Cristo fez de si mesmo, sobre a cruz e de uma vez por todas;[467] é também uma oferta espiritual, de todo o louvor que é possível oferecer a Deus em reconhecimento ao sacrifício feito por Cristo.[468]

O sacrifício católico-romano da missa (como é chamado) é totalmente abominável e uma injúria ao sacrifício pessoal de Cristo, que é a propiciação única por todos os pecados dos eleitos.

3. No cumprimento desta ordenança, o Senhor Jesus determinou que seus ministros orem e abençoem os elementos, pão e vinho, separando-os do seu uso comum para uso sagrado. Os ministros devem tomar e partir o pão; tomar o cálice e, participando eles mesmos desses elementos, dá-los também, ambos, aos demais comungantes.[469]

4. Negar o cálice ao povo; adorar os elementos; levantar ou carregá-los perante o público, para adoração; e guardar os elementos para qualquer outra finalidade supostamente religiosa: tudo isso contradiz a natureza desta ordenança, bem como a intenção de Cristo ao instituí-la.[470]

5. Os elementos exteriores desta ordenança, devidamente consagrados para os usos que Cristo ordenou, possuem uma correlação com Cristo crucificado. De fato, embora os termos sejam apenas usados figuradamente, às vezes eles são chamados pelo nome das coisas que representam, isto é, o corpo e o sangue de Jesus Cristo,[471] se bem que, em substância e em natureza, continuem sendo apenas pão e vinho, como eram antes.[472]

6. A doutrina que ensina uma mudança de substância no pão e no vinho (que supostamente se transformam na substância do corpo e do sangue de Cristo pela consagração por um sacerdote, ou por qualquer outro modo), comumente chamada de doutrina da transubstanciação, não somente é repugnante à Escritura,[473] mas também ao senso comum e à razão. Ela subverte a

natureza desta ordenança, tendo sido, e é, a causa de muitas superstições e de grosseiras idolatrias.[474]

7. De fato e em verdade, os que recebem exteriormente os elementos desta ordenança, desde que comungando dignamente, - pela fé, não de maneira carnal ou corporal, mas espiritual - recebem a Cristo crucificado e dEle se alimentam, bem como todos os benefício de sua morte.

Para os que crêem, o corpo e o sangue de Cristo estão presentes na ordenança, não de maneira corporal ou carnal, mas de modo espiritual, tanto quanto estão presentes os elementos visíveis.[475]

8. As pessoas ignorantes e ímpias, visto não estarem propriamente adequadas para desfrutar da comunhão com Cristo, são, portanto, indignas da mesa do Senhor, e não podem tomar parte nestes santos mistérios, nem a ele serem admitidas[476] sem que cometam um grande pecado contra Cristo. Qualquer que comer do pão ou beber do cálice do Senhor, indignamente, será réu do corpo e do sangue do Senhor, comendo e bebendo juízo para si.[477]

CAPÍTULO 31
O ESTADO DO HOMEM APÓS A MORTE
A RESSURREIÇÃO DOS MORTOS

1. Após a morte o corpo humano retorna ao pó e vê corrupção.[478] A alma, porém, não morre nem dorme, porque possui subsistência imortal, retornando imediatamente para Deus, que a deu.[479]

As almas dos justos são aperfeiçoadas em santidade e recebidas no paraíso, onde estão com Cristo e contemplam a face de Deus, em luz e glória, aguardando a plena redenção de seus corpos.[480] As almas dos ímpios são lançadas no inferno, onde permanecem em tormentos e completa escuridão, guardadas para o juízo do grande dia.[481] Além desses dois lugares, a Escritura não reconhece outro lugar para as almas separadas de seus corpos.

2. No último dia, os santos que estiverem vivos não morrerão, mas serão transformados.[482] Todos os mortos serão ressuscitados com os seus mesmos corpos, e não outros;[483] porém, esses corpos terão propriedades diferentes das que anteriormente tinham; e serão novamente unidos às respectivas almas, para sempre.[484]

3. Os corpos dos injustos serão ressuscitados para a desonra, pelo poder de Cristo. Os corpos dos justos serão ressuscitados para a honra, pelo Espírito, e serão conformados ao corpo de Jesus glorificado.[485]

CAPÍTULO 32
O JUÍZO FINAL

1. Deus determinou um dia em que há de julgar o mundo com justiça, por meio de Jesus Cristo.[486] A Ele todo poder e todo julgamento foram conferidos pelo Pai.

Nesse dia, não somente os anjos apóstatas serão julgados;[487] também as pessoas que viveram sobre a terra, todas comparecerão perante o tribunal de Cristo, e para prestar conta de seus pensamentos, palavras e ações, para receberem segundo o bem ou o mal que tiverem feito por meio do corpo.[488]

2. O propósito de Deus, ao estabelecer esse dia, consiste em manifestar a glória de sua misericórdia, na salvação eterna dos eleitos; e a glória de sua justiça, na punição eterna dos réprobos, que são perversos e desobedientes.[489] Naquele dia os justos irão para a vida eterna na presença do Senhor e receberão como galardão eterno uma plenitude de alegria e glória. Mas os perversos, que não conhecem a Deus e não obedecem ao evangelho de Jesus Cristo, serão lançados aos tormentos eternos[490] e punidos com eterna destruição, banidos da face do Senhor e da glória do seu poder.[491]

3, Cristo deseja que estejamos bem persuadidos de que haverá um dia de juízo, para que os homens se afastem do pecado,[492] e para que os justos tenham maior consolação em suas adversidades.[493] Ele também deseja que esse dia não seja conhecido dos homens, até que venha, a fim de que eles se despojem de toda confiança carnal e estejam sempre vigilantes, por não saberem a que hora o Senhor virá;[494] e que possam sempre estar preparados para dizer "Vem, Senhor Jesus, vem sem demora."[495] Amém.

---

[1] 2Tm 3.15-17; Is 8.20; Lc 16.29, 31; Ef 2.20.
[2] Rm 1.19-21; Rm 2.14-15; Sl 19.1-3.
[3] Hb 1.1.
[4] Pv 22.19-21; Rm 15.4; 2Pe 1.19-20.
[5] 2Tm 3.16.
[6] Lc 24.27, 44; Rm 3.2.
[7] 2Pe 1.19-21; 2Tm 3.16; 2Ts 2.13; 1Jo 5.9.
[8] Jo 16.13-14; 1Co 2.10-12; 1Jo 2.20, 27.
[9] 2Tm 3.15-17; Gl 1.8-9.
[10] Jo 6.45; 1Co 2.9-12.
[11] 1Co 11.13-14; 1Co 14.26, 40.
[12] 2Pe 3.16.
[13] Sl 19.7; Sl 119.130.
[14] Rm 3.2.
[15] Is 8.20.
[16] At 15.15.

[17] Jo 5.39.
[18] 1Co 14.6, 9, 11-12, 24, 28.
[19] Cl 3.16.
[20] 2Pe 1.20-21; At 15.15-16.
[21] Mt 22.29, 31; Ef 2.20; At 28.23.
[22] 1Co 8.4, 6; Dt 6.4.
[23] Jr 10.10; Is 48.12.
[24] Ex 3.14.
[25] Jo 4.24.
[26] 1Tm 1.17; Dt 4.15-16.
[27] Ml 3.6.
[28] 1Rs 8.27; Jr 23.23.
[29] Sl 90.2.
[30] Gn 17.1.
[31] Is 6.3.
[32] Sl 115.3; Is 46.10.
[33] Pv 16.4; Rm 11.36.
[34] Ex 34.6-7; Hb 11.6.
[35] Ne 9.32-33.
[36] Sl 5.5-6.
[37] Ex.34.7; Na 1.2-3.
[38] Jo 5.26.
[39] Sl148.13.
[40] Sl 119.68.
[41] Jó 22.2-3.
[42] Rm 11.34-36.
[43] Dn 4.25, 34-35.
[44] Hb 4.13.
[45] Ez 11.5; At 15.18.
[46] Sl 145.17.
[47] Ap 5.12-14.
[48] 1Jo 5.7; Mt 28.19; 2Co 13.13.
[49] Ex 3.14; Jo 14.11; 1Co 8.6.
[50] Jo 1.14, 18.
[51] Jo 15.26; Gl 4.6.
[52] Is 46.10; Ef 1.11; Hb 6.17;Rm 9.15, 18.
[53] Tg 1.13; 1Jo 1.5.
[54] At 4.27-28; Jo.19.11.
[55] Nm 23.19; Ef.1.3-5.
[56] At 15.18.
[57] Rm 9.11, 13, 16, 18.
[58] 1Tm 5.21; Mt 25.34.
[59] Ef 1.5-6.
[60] Rm 9.22-23; Jd 1.4.
[61] 2Tm 2.19; Jo 13.18.
[62] Ef 1.4, 9, 11; Rm 8.30; 2Tm 1.9; 1Ts 5.9.

[63] Rm 9.13, 16; Ef 2.5, 12.
[64] 1Pe 1.2; 2Ts 2.13.
[65] 1Ts 5.9-10.
[66] Rm 8.30; 2Ts 2.13.
[67] 1Pe 1.5.
[68] Jo 10.26; Jo 17.9; Jo 6.64.
[69] 1Ts 1.4-5; 2Pe 1.10.
[70] Ef 1.6; Rm 11.33.
[71] Rm 11.5-6, 20.
[72] Lc 10.20.
[73] Jo 1.2-3; Hb 1.2; Jó 26.13.
[74] Rm 1.20.
[75] Cl 1.16; Gn 1.31.
[76] Gn 1.27.
[77] Gn 2.7.
[78] Ec 7.29; Gn 1.26.
[79] Rm 2.14-15.
[80] Gn 3.6; Os 13.9.
[81] Gn 2.17.
[82] Gn 1.26, 28.
[83] Hb1.3; Jó 38.11; Is 46.10-11; Sl 135.6.
[84] Mt 10.29-31.
[85] Ef 1.11.
[86] At 2.23.
[87] Pv 16.33.
[88] Gn 8.22.
[89] At 27.31, 44; Is 55.10-11.
[90] Os 1.7.
[91] Rm 4.19-21.
[92] Dn 3.27.
[93] Rm 11.32-34; 2Sm 24.1; 1Cr 21.1.
[94] 2Rs 19.28; Sl 76.10.
[95] Gn 50.20; Is 10.6-7, 12.
[96] Sl 50.21; 1Jo 2.16.
[97] 2Cr 32.25-26, 31; 2Co.12.7-9.
[98] Rm 8.28.
[99] Rm 1.24-26, 28; Rm 11.7-8.
[100] Dt 29.4.
[101] Mt 13.12.
[102] Dt 2.30; 2Rs 8.12-13.
[103] Sl 81.11-12; 2Ts 2.10-12.
[104] Ex 8.15, 32; Is 6.9-10; 1Pe 2.7-8.
[105] 1Tm 4.10; Am 9.8-9; Is 43.3-5.
[106] Gn 2.16-17.
[107] Gn 3.12-13; 2Co 11.3.
[108] Rm 3.23.

[109] Rm 5.12.
[110] Tt 1.15; Gn 6.5; Jr 17.9; Rm 3.10-19.
[111] Rm 5.12-19; 1Co 15.21-22, 45, 49.
[112] Sl 51.5; Jó14.4.
[113] Ef 2.3.
[114] Rm 6.20; Rm 5.12.
[115] Hb 2.14-15; 1Ts 1.10.
[116] Tg 1.14-15; Mt 15.19.
[117] Rm 8.7; Cl 1.21.
[118] Rm 7.18, 23; Ec 7.20; 1Jo 1.8.
[119] Rm 7.23-25; Gl 5.17.
[120] Lc 17.10; Jó 35.7-8.
[121] Gn 2.17; Gl 3.10; Rm 3.20-21.
[122] Rm 8.3; Mc 16.15-16; Jo 3.16.
[123] Ez 36.26-27; Jo 6.44-45; Sl 110.3.
[124] Gn 3.15.
[125] Hb 1.1.
[126] 2Tm 1.9; Tt.1.2.
[127] Hb 11.6, 13; Rm 4.1-2; At 4.12; Jo 8.56.
[128] Is 42.1; 1Pe 1.19-20.
[129] At 3.22.
[130] Hb 5.5-6.
[131] Sl 2.6; Lc 1.33.
[132] Ef 1.22-23.
[133] Hb 1.2.
[134] At 17.31.
[135] Is 53.10; Jo 17.6; Rm8.30.
[136] Jo 1.14; Gl 4.4.
[137] Rm 8.3; Hb.2.14, 16, 17; Hb 4.15.
[138] Mt 1.22-23; Lc 1.27, 31, 35.
[139] Rm 9.5; 1Tm 2.5.
[140] Sl 45.7; At 10.38; Jo 3.34.
[141] Cl 2.3.
[142] Cl 1.19.
[143] Hb 7.26.
[144] Jo 1.14.
[145] Hb 7.22.
[146] Hb 5.5.
[147] Jo 5.22, 27; Mt 28.18; At 2.36.
[148] Sl 40.7-8; Hb 10.5-10; Jo 10.18.
[149] Gl 4.4; Mt 3.15.
[150] Gl 3.13; Is 53.6; 1Pe 3.18.
[151] 2Co 5.21.
[152] Mt 26.37-38; Lc 22.44; Mt 27.46.
[153] At 13.37.
[154] 1Co 15.3-4.

[155] Jo 20.25, 27.
[156] Mc 16.19; At 1.9-11.
[157] Rm 8.34; Hb 9.24.
[158] At 10.42; Rm 14.9-10; At1.11; 2Pe 2.4.
[159] Hb 9.14; Hb 10.14; Rm 3.25-26.
[160] Jo 17.2; Hb 9.15.
[161] 1Co 10.4; Hb 4.2; 1Pe 1.10-11.
[162] Ap 13.8.
[163] Hb 13.8.
[164] Jo 3.13; At 20.28.
[165] Jo 6.37; Jo 10.15-16; Jo 17.9; Rm 5.10.
[166] Jo 17.6; Ef 1.9; 1Jo 5.20.
[167] Rm 8.9, 14.
[168] Sl 110.1; 1Co 15.25-26.
[169] Jo 3.8; Ef 1.8.
[170] 1Tm 2.5.
[171] Jo 1.18.
[172] Cl 1.21; Gl 5.17.
[173] Jo 16.8; Sl 110.3; Lc 1.74-75.
[174] Mt 17.12; Tg 1.14; Dt.30.19.
[175] Ec 7.29.
[176] Gn 3.6.
[177] Rm 8.7; Rm 5.6.
[178] Ef 2.1, 5.
[179] Tt 3.3-5; Jo 6.44.
[180] Cl 1.13; Jo 8.36.
[181] Fl 2.13.
[182] Rm 7.15, 18-19, 21, 23.
[183] Ef 4.13.
[184] Rm 8.30; Rm 11.7; Ef 1.10-11; 2Ts 2.13-14.
[185] Ef 2.1-6.
[186] At 26.18; Ef 1.17-18.
[187] Ez 36.26.
[188] Dt 30.6; Ex 36.27; Ef 1.19.
[189] Sl 110.3.
[190] 2Tm 1.9; Ef 2.8.
[191] 1Co 2.14; Ef 2.5; Jo 5.25.
[192] Ef 1.19-20.
[193] Jo 3.3, 5-6.
[194] Jo 3.8.
[195] Mt 22.14; Mt 13.20-21; Hb 6.4-5
[196] Jo 6.44-45, 65; 1Jo 2.24-25
[197] At 4.12; Jo 4.22; Jo 17.3.
[198] Rm 3.24; Rm 8.30.
[199] Rm 4.5-8; Ef 1.7.
[200] 1Co 1.30-31; Rm 5.17-19.

[201] Fp 3.8-9; Ef 2.8-10.
[202] Jo 1.12; Rm 5.17.
[203] Rm 3.28.
[204] Gl 5.6; Tg 2.17, 22, 26.
[205] Hb 10.14; 1Pe 1.18-19; Is 53.5-6.
[206] Rm 8.32; 2Co 5.21.
[207] Rm 3.26; Ef 1.6-7; Ef 2.7.
[208] Gl 3.8; 1Pe 1.2; 1Tm 2.6.
[209] Rm 4.25.
[210] Cl 1.21-22; Tt 3.4-7.
[211] Mt 6.12; 1Jo 1.7, 9.
[212] Jo 10.28.
[213] Sl 89.31-33.
[214] Sl 32.5; Sl 51; Mt 26.75.
[215] Gl 3.9; Rm 4.22-24.
[216] Ef 1.5; Gl 4.4, 5.
[217] Jo 1.12; Rm 8.17.
[218] 2Co 6.18; Ap 3.12.
[219] Rm 8.15.
[220] Gl 4.6; Ef 2.18.
[221] Sl 103.13.
[222] Pv 14.26.
[223] 1Pe 5.7.
[224] Hb 12.6.
[225] Is 54.8, 9; Lm 3.31.
[226] Ef 4.30.
[227] Hb 1.14; Hb 6.12.
[228] At 20.32; Rm 6.5, 6.
[229] Jo 17.17; Ef 3.16-19; 1Ts 5.21-23.
[230] Rm 6.14.
[231] Gl 5.24.
[232] Cl 1.11.
[233] 2Co 7.1; Hb 12.14.
[234] 1Ts 5.23.
[235] Rm 7.18, 23.
[236] Gl 5.17; 1Pe 2.11.
[237] Rm 7.23.
[238] Rm 6.14.
[239] Ef 4.15, 16; 2Co 3.18; 2Co 7.1.
[240] 2Co 4.13; Ef 2.8.
[241] Rm 10.14, 17.
[242] Lc 17.5; 1Pe 2.2; At 20.32.
[243] At 24.14.
[244] Sl 19.7-10; Sl 119.72.
[245] 2Tm 1.12.
[246] Jo 15.14.

[247] Is 66.2.
[248] Hb 11.13.
[249] Jo 1.12; At 16.31; Gl 2.20; At 15.11.
[250] Hb 5.13, 14; Mt 6.30; Rm 4.19, 20.
[251] 2Pe 1.1.
[252] Ef 6.16; 1Jo 5.4, 5.
[253] Hb 6.11, 12; Cl 2.2.
[254] Hb 12.2.
[255] Tt 3.2-5.
[256] Ec 7.20.
[257] Lc 22.31, 32.
[258] Zc 12.10; At 11.18.
[259] Ez 36.31; 2Co 7.11.
[260] Sl 119.6, 128.
[261] Lc 19.8; 1Tm 1.13, 15.
[262] Rm 6.23.
[263] Is 1.16-18; Is 55.7.
[264] Mq 6.8; Hb 13.21.
[265] Mt 15.9; Is 29.13.
[266] Tg 2.18-22.
[267] Sl 116.12, 13.
[268] 1Jo 2.3, 5; 2Pe 1.5-11.
[269] Mt 5.16.
[270] 1Tm 6.1; 1Pe 2.15; Fp 1.11.
[271] Ef 2.10.
[272] Rm 6.22.
[273] Jo 15.4, 5.
[274] 2Co 3.5; Fp 2.13.
[275] Fp 2.12; Hb 6.11, 12.
[276] Jó 9.2, 3; Gl 5.17; Lc 17.10.
[277] Rm 3.20; Ef 2.8, 9; Rm 4.6.
[278] Gl 5.22, 23.
[279] Is 64.6; Sl 143.2.
[280] 1Pe 2.5.
[281] Mt 25.21, 23; Hb 6.10.
[282] 2Rs 10.30; 1Rs 21.27, 29.
[283] Gn 4.5; Hb 11.4, 6.
[284] 1Co 13.1.
[285] Mt 6.2, 5.
[286] Am 5.21, 22; Rm 9.16; Tt 3.5.
[287] Jó 21.14, 15; Mt 25.41-43.
[288] Jo 10.28, 29; Fp 1.6; 2Tm 2.19; 1Jo 2.19.
[289] Sl 89.31, 32; 1Co 11.32.
[290] Ml 3.6.
[291] Rm 8.30; Rm 9.11, 16.
[292] Rm 5.9, 10; Jo 14.19.

[293] Hb 6.17, 18.
[294] 1Jo 3.9.
[295] Jr 32.40.
[296] Mt 26.70, 72, 74.
[297] Is 64.5, 9; Ef 4.30.
[298] Sl 51.10, 12.
[299] Sl 32.3, 4.
[300] 2Sm 12.14.
[301] Lc 22.32, 61, 62.
[302] Jó 8.13, 14; Mt 7.22, 23.
[303] 1Jo 2.3; 1Jo 3.14, 18, 19, 21, 24; 1Jo 5.13.
[304] Rm 5.2, 5.
[305] Hb 6.11, 19.
[306] Hb 6.17, 18.
[307] 2Pe 1.4, 5, 10, 11.
[308] Rm 8.15, 16.
[309] 1Jo 3.1-3.
[310] Is 50.10; Sl 88; Sl 77.1-12.
[311] 1Jo 4.13; Hb 6.11, 12.
[312] Rm 5.1, 2, 5; Rm 14.17; Sl 119.32.
[313] Rm 6.1, 2; Tt 2.11, 12, 14.
[314] Sl 51.8, 12, 14.
[315] Sl 116.11; Sl 77.7, 8; Sl 31.22.
[316] Sl 30.7.
[317] 1Jo 3.9.
[318] Lc 22.32.
[319] Sl 42.5, 11.
[320] Lm 3.26-31.
[321] Gn 2.16, 17; Ec 7.29.
[322] Rm 10.5.
[323] Gl 3.10, 12.
[324] Rm 2.14, 15.
[325] Dt 10.4.
[326] Hb 10.1; Cl 2.17.
[327] 1Co 5.7.
[328] Cl 2.14, 16, 17; Ef 2.14, 16.
[329] 1Co 9.8-10.
[330] Rm 13.8-10; Tg 2.8, 10-12.
[331] Tg 2.10, 11.
[332] Mt 5.17-19; Rm 3.31.
[333] Rm 6.14; Gl 2.16; Rm 8.1; Rm 10.4.
[334] Rm 3.20; Rm 7.
[335] Rm 6.12-14; 1Pe 3.8-13.
[336] Gl 3.21.
[337] Ez 36.27.
[338] Gn 3.15.

[339] Ap 13.8.
[340] Rm 1.17.
[341] Rm 10.14, 15, 17.
[342] Pv 29.18; Is 25.7; Is 60.2, 3.
[343] Sl 147.20; At 16.7.
[344] Rm 1.18ss.
[345] Sl 110.3; 1Co 2.14; Ef 1.19, 20.
[346] Jo 6.44; 2Co 4.4, 6.
[347] Gl 3.13.
[348] Gl 1.4.
[349] At 26.18.
[350] Rm 8.3.
[351] Rm 8.28.
[352] 1Co 15.54-57.
[353] 2Ts 1.10.
[354] Rm 8.15.
[355] Lc 1.73-75; 1Jo 4.18.
[356] Gl 3.9, 14.
[357] Jo 7.38, 39; Hb 10.19-21.
[358] Tg 4.12; Rm 14.14.
[359] At 4.19; At 5.29; 1Co 7.23; Mt 15.9.
[360] Cl 2.20, 22, 23.
[361] 1Co 3.5; 2Co 1.24.
[362] Rm 6.1, 2.
[363] Gl 5.13; 2Pe 2.18, 21.
[364] Jr 10.7; Mc 12.33.
[365] Dt 12.32.
[366] Êx 20.4-6.
[367] Mt 4.9, 10; Jo 4.23; Mt 28.19.
[368] Rm 1.25; Cl 2.18; Ap 19.10.
[369] Jo 14.6.
[370] 1Tm 2.5.
[371] Sl 95.1-7; Sl 65.2.
[372] Jo 14.13, 14.
[373] Rm 8.26.
[374] 1Jo 5.14.
[375] 1Co 14.16, 17.
[376] 1Tm 2.1, 2; 2Sm 7.29.
[377] 2Sm 12.21-23.
[378] 1Jo 5.16.
[379] 1Tm 4.13.
[380] 2Tm 4.2; Lc 8.18.
[381] Cl 3.16; Ef 5.19.
[382] Mt 28.19, 20.
[383] 1Co 11.26.
[384] Et 4.16; Jl 2.12.

[385] Êx 15.1-19; Sl 107.
[386] Jo 4.21; Ml 1.11; 1Tm 2.8.
[387] At 10.2.
[388] Mt 6.11; Sl 55.17.
[389] Mt 6.6.
[390] Hb 10.25; At 2.42.
[391] Êx 20.8.
[392] 1Co 16.1, 2; At 20.7; Ap 1.10.
[393] Is 58.13; Ne 13.15-22.
[394] Mt 12.1-13.
[395] Êx 20.7; Dt 10.20; Jr 4.2.
[396] 2Cr 6.22, 23.
[397] Mt 5.34, 37; Tg 5.12.
[398] Hb 6.16; 2Co 1.23.
[399] Ne 13.25.
[400] Lv 19.12; Jr 23.10.
[401] Sl 24.4.
[402] Sl 76.11; Gn 28.20-22.
[403] 1Co 7.2, 9; Mt 19.11.
[404] Ef 4.28.
[405] Rm 13.1-4.
[406] 2Sm 23.3; Sl 82.3, 4.
[407] Lc 3.14.
[408] Rm 13.5-7; 1Pe 2.17.
[409] 1Tm 2.1, 2.
[410] Gn 2.24; Ml 2.15; Mt 19.5, 6.
[411] Gn 2.18.
[412] Gn 1.28.
[413] 1Co 7.2, 9.
[414] Hb 13.4; 1Tm 4.3.
[415] 1Co 7.39.
[416] Ne 13.25-27.
[417] Lv.18.
[418] Mc 6.18; 1Co 5.1.
[419] Hb 12.23; Cl 1.18; Ef 1.10, 22, 23; Ef 5.23, 27, 32.
[420] Rm 1.7.
[421] 1Co 1.2.
[422] 1Co 5; Ap 2, 3.
[423] Ap 18.2; 2Ts 2.11, 12.
[424] Mt 16.18; Sl 72.17; Sl 102.28; Ap 12.17.
[425] Cl 1.18; Mt 28.18-20; Ef 4.11, 12.
[426] 2Ts 2.2-9.
[427] Jo 10.16; Jo 12.32.
[428] Mt 28.20.
[429] Mt 18.15-20.
[430] Rm 1.7; 1Co 1.2.

[431] At 2.41, 42; At 5.13, 14; 2Co 9.13.
[432] Mt 18.17, 18; 1Co 5.4, 5; 1Co 5.13; 2Co 2.6-8.
[433] At 20.17, 28; Fp 1.1.
[434] At 14.23.
[435] 1Tm 4.14.
[436] At 6.3, 5, 6.
[437] At 6.4; Hb 13.17.
[438] 1Tm 5.17, 18; Gl 6.6, 7.
[439] 2Tm 2.4.
[440] 1Tm 3.2.
[441] 1Co 9.6-14.
[442] At 11.19-21; 1Pe 4.10, 11.
[443] 1Ts 5.14; 2Ts 3.6, 14, 15.
[444] Mt 18.15-17; Ef 4.2, 3.
[445] Ef 6.18; Sl 122.6.
[446] 3Jo.1.8-10; Rm 16.1, 2.
[447] At 15.2, 4, 6, 22, 23, 25.
[448] 2Co 1.24; 1Jo 4.1.
[449] 1Jo 1.3; Jo 1.16; Fp 3.10; Rm 6.5, 6.
[450] Ef 4.15, 16; 1Co 12.7; 1Co 3.21-23.
[451] 1Ts 5.11, 14; Rm 1.12; 1Jo 3.17, 18; Gl 6.10.
[452] Hb 10.24, 25; Hb 3.12, 13.
[453] At 11.29, 30.
[454] Ef 6.4.
[455] 1Co 12.14-27.
[456] At 5.4; Ef 4.28.
[457] Mt 28.19, 20; 1Co 11.26.
[458] Mt 28.19; 1Co 4.1.
[459] Rm 6.3-5; Cl 2.12; Gl 3.27.
[460] Mc 1.4.
[461] Rm 6.4.
[462] Mc 16.16; At 8.36, 37; At 2.41; At 8.12; At 18.8.
[463] Mt 28.19, 20; At 8.38.
[464] Mt 3.16; Jo 3.23.
[465] 1Co 11.23-26.
[466] 1Co 10.16, 17, 21.
[467] Hb 9.25, 26, 28.
[468] 1Co 11.24; Mt 26.26, 27.
[469] 1Co 11.23-26.
[470] Mt 26.26-28; Mt 15.9; Êx 20.4, 5.
[471] 1Co 11.27.
[472] 1Co 11.26-28.
[473] At 3.21; Lc 24.6, 39.
[474] 1Co 11.24, 25.
[475] 1Co 10.16; 1Co 11.23-26.
[476] 2Co 6.14, 15.

[477] 1Co 11.29; Mt 7.6.
[478] Gn 3.19; At 13.36.
[479] Ec 12.7.
[480] Lc 23.43; 2Co 5.1, 6, 8; Fp 1.23; Hb 12.23.
[481] Jd 1.6, 7; 1Pe 3.19; Lc 16.23, 24.
[482] 1Co 15.51, 52; 1Ts 4.17.
[483] Jó 19.26, 27.
[484] 1Co 15.42, 43.
[485] At 24.15; Jo 5.28, 29; Fp 3.21.
[486] At 17.31; Jo 5.22, 27.
[487] 1Co 6.3; Jd 1.6.
[488] 2Co 5.10; Ec 12.14; Mt 12.36; Rm 14.10, 12; Mt 25.32ss.
[489] Rm 9.22, 23.
[490] Mt 25.21, 34; 2Tm 4.8.
[491] Mt 25.46; Mc 9.48; 2Ts 1.7-10.
[492] 2Co 5.10, 11.
[493] 2Ts 1.5-7.
[494] Mc 13.35-37; Lc 12.35-40.
[495] Ap 22.20.